



BRASIL

2003 a 2010





BRASIL

2003 a 2010





Apresentação

O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, em junho de 2008, uma inovação: a determinação de registrar em cartório, ao final do seu mandato, a relação completa de todas as ações empreendidas pelo Governo Federal a partir de 2003.

Segundo suas próprias palavras, o objetivo seria “comparar o meu programa de governo, os compromissos que assumi, com as coisas que eu realizei (...) Cada Ministério vai ter que (...) registrar em cartório (...). Eu quero entregar ao meu sucessor, à imprensa, aos sindicalistas, às entidades empresariais (...) cada coisa que nós fizemos, cada obra, cada projeto, cada investimento, que é para não apagar a memória”.

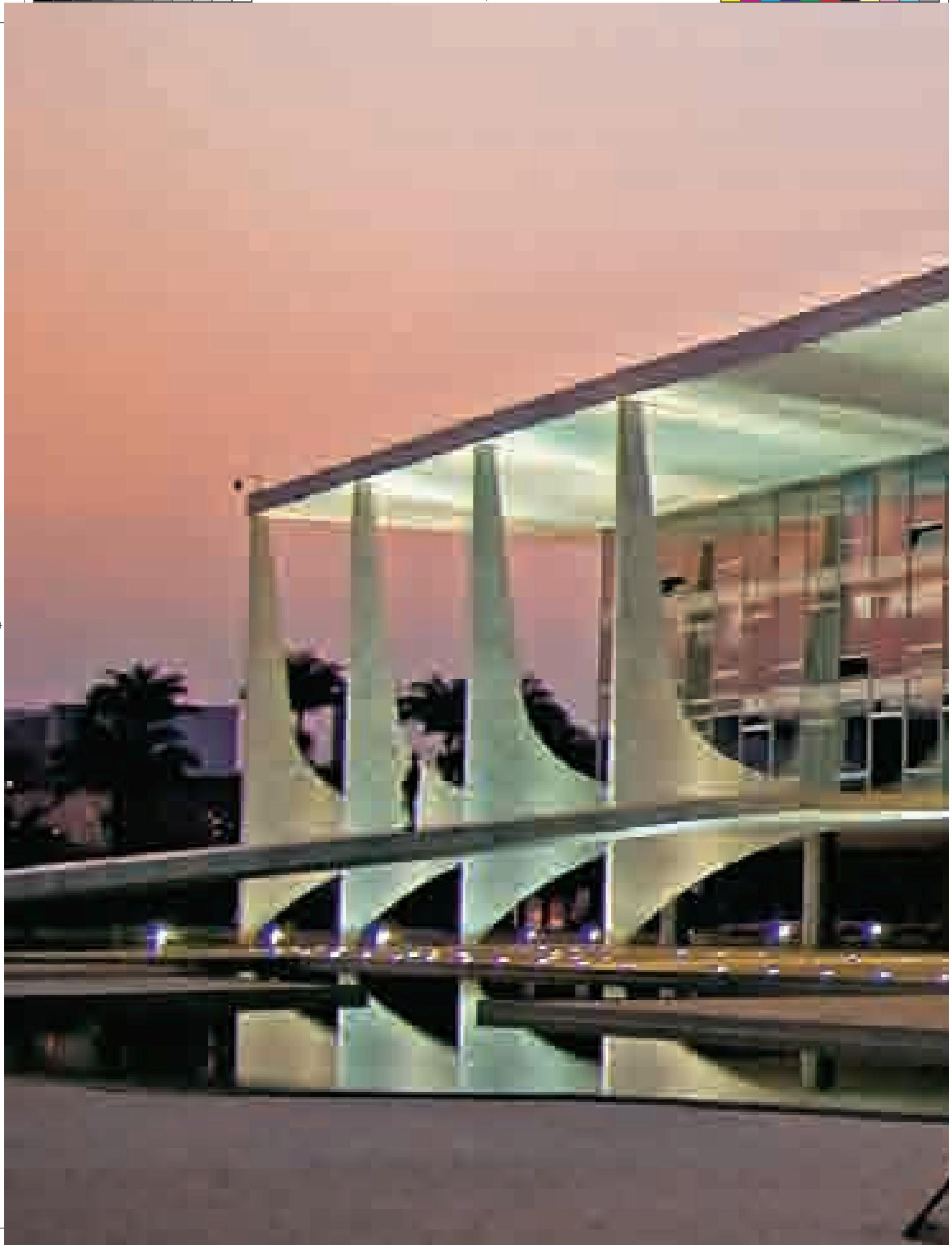
Esta publicação é uma síntese do balanço elaborado pelo Governo Federal para cumprir esse propósito. Nesse balanço, cada ministério foi responsável por elaborar o seu balanço temático, a partir de uma estrutura comum. A partir desse relato detalhado, extraiu-se uma síntese de seus elementos centrais, que busca registrar as principais mudanças em termos de proces-

sos e métodos de governo e os resultados que elas possibilitaram alcançar.

A síntese foi organizada com mesma estrutura do balanço, a partir de seis eixos estruturantes: 1) Desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades, que articula a política econômica com a dimensão produtiva e a sustentabilidade; 2) Cidadania e inclusão social, que abrange as políticas sociais; 3) Infraestrutura; 4) Inserção no cenário mundial e soberania; 5) Democracia e diálogo e 6) Gestão do Estado e combate à corrupção.

Todo o material do balanço, assim como o conteúdo deste livro estão disponíveis também na internet e podem ser livremente consultados nos seguintes endereços: www.balancodegoverno.presidencia.gov.br e [https://i3gov.planejamento.gov.br/coi](http://i3gov.planejamento.gov.br/coi)

Esta síntese do balanço faz parte da apresentação de contas à sociedade pelo Governo Federal e serve de referência dos resultados alcançados em decorrência das políticas públicas desenvolvidas no período de 2003 a 2010.





Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República
José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado Chefe, Interino, da Casa Civil da Presidência da República
Carlos Eduardo Esteves Lima

Ministro de Estado da Justiça
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Ministro de Estado da Defesa
Nelson Azevedo Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes
Paulo Sérgio Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Wagner Gonçalves Rossi

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura
João Luiz Silva Ferreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Roberto Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Marcia Helena Carvalho Lopes

Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel João Jorge Filho

Ministro de Estado de Minas e Energia
Márcio Pereira Zimmermann

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações
José Artur Filardi Leite

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministro de Estado do Turismo
Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho

Ministro de Estado da Integração Nacional
João Reis Santana Filho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel

Ministro de Estado das Cidades
Marcio Fortes de Almeida

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Dulci

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix

Advogado-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil
Henrique Meirelles

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Franklin Martins

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Elio Ferreira de Araujo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Altemir Gregolin

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Nilcéa Freire

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República
Pedro Brito do Nascimento



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política econômica	11
2. Trabalho e emprego.....	23
3. Inclusão bancária e microcrédito	34
4. Desenvolvimento produtivo e comércio exterior	37
5. Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	48
6. Agricultura empresarial	58
7. Agricultura familiar	69
8. Reforma agrária e regularização fundiária.....	80
9. Incentivo à aquicultura e à pesca.....	86
10. Turismo.....	91
11. Desenvolvimento territorial e regional	95
12. Meio Ambiente para o desenvolvimento sustentável	102



CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Combate à exclusão, pobreza e desigualdade	115
2. Educação	131
3. Saúde	146
4. Previdência social	161
5. Cidadania e direitos humanos	169
6. Cultura	187
7. Esporte	195
8. Justiça e segurança pública	201
9. Inclusão digital	212





INFRAESTRUTURA

1. Energia	217
2. Logística de transportes.....	229
3. Infraestrutura hídrica	241
4. Comunicações.....	245
5. Gestão das cidades	249



INSERÇÃO NO CENÁRIO MUNDIAL E SOBERANIA

1. Política externa	261
2. Soberania e defesa nacional.....	269



DEMOCRACIA E DIÁLOGO

1. Participação social.....	275
2. Relações institucionais	279
3. Comunicação com a sociedade	285



GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Gestão Pública	292
2. Combate à corrupção	301
3. Assessoramento jurídico e defesa da União	308





DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES



1. Política econômica

O Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva instalou-se sob a perspectiva e o compromisso de mudar o Brasil. Durante seus dois mandatos, de 2003-2010, o país deu um salto no enfrentamento da pobreza e da desigualdade, definido como eixo estratégico primordial. Dele decorreu a opção por uma inflexão na política econômica, que fortaleceu de maneira inédita as políticas de distribuição de renda e de inclusão social. Elas se somaram ao compromisso com a estabilidade, o crescimento e a expansão do emprego e estabeleceram as bases de um novo ciclo de desenvolvimento de longo prazo, fundado em um modelo de produção e consumo de massa.

Essa trajetória de êxitos, entretanto, começou em contexto bastante adverso. No início de 2003, o cenário macroeconômico era de grande incerteza. A inflação e as finanças públicas sofriam os efeitos negativos da depreciação cambial de 2002, provocada inclusive por ataques especulativos ao Real ocorridos durante o processo eleitoral. De dezembro de 2001 a dezembro de 2002, a taxa de câmbio foi de 2,32 R\$/US\$ para R\$ 3,53 R\$/US\$, enquanto o risco país aumentou de 963 para 1.446 pontos base. A entrada líquida de capital externo em 2002 foi de menos de 30% do valor obtido em 2001 (US\$ 8 bilhões contra US\$ 27 bilhões).

Para superar esse quadro, o Governo Federal reafirmou seu compromisso com o respeito aos contratos e obrigações do País, a preservação do superávit primário, a manutenção dos instrumentos do câmbio flexível e do regime de metas para a inflação, e a redução da vulnerabilidade externa. A política econômica passou a ter como diretrizes o crescimento, a criação de empregos, a estabilidade macroeconômica e a redução da pobreza e da desigualdade. Suas propostas visavam efetivar a manutenção do controle inflacionário, a redução gradativa da taxa de juros, a responsabilidade fiscal com redução da relação dívida/PIB, a ampliação do acesso e do volume de crédito, e o apoio ao crescimento e à realização de investimentos em infraestrutura e em atividades estratégicas.

Oito anos depois, o País já tinha um legado valioso na área econômica e outro quadro social: 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 36 milhões ingressaram na classe média. Durante os dois mandatos, a inflação esteve sempre sob controle. A dívida pública foi reduzida substancialmente. Houve uma grande expansão do crédito ao consumidor e às empresas. Em contraste com as últimas décadas, o Estado recuperou sua capacidade de realizar e induzir investimentos e de planejar em longo prazo. Produziu-se um círculo virtuoso entre

Crescimento econômico (2002-2010)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,2	5,1
Agropecuária	6,6	5,8	2,3	0,3	4,8	4,8	5,7	-5,2	-3,3
Indústria	2,1	1,3	7,9	2,1	2,2	5,3	4,4	-5,5	5,6
Serviços	3,2	0,8	5,0	3,7	4,2	6,1	4,8	2,6	4,5
Valor adicionado	3,1	1,2	5,6	3,0	3,7	5,8	4,8	-0,1	4,7
Impostos sobre produtos	-0,1	0,6	6,4	4,4	5,7	7,7	7,4	-0,8	7,6
Consumo das famílias	1,9	-0,8	3,8	4,5	5,2	6,1	7,0	4,1	6,9
Consumo do governo	4,7	1,2	4,1	2,3	2,6	5,1	1,6	3,7	3,4
Formação Bruta de Capital Fixo	-5,2	-4,6	9,1	3,6	9,8	13,9	13,4	-9,9	8,9
Exportações	7,4	10,4	15,3	9,3	5,0	6,2	-0,6	-10,3	0,7
Importações	-11,8	-1,6	13,3	8,5	18,4	19,9	18,0	-11,4	12,7

Fonte: IBGE

* Taxa acumulada em 4 trimestres até o 2º trimestre de 2010



a melhoria na distribuição de renda e a redução da exclusão social e da pobreza, em um polo, impulsionando a competitividade econômica e a geração de emprego, renda e riqueza no outro, e assim sucessivamente.

ção do Governo Federal, com efeitos positivos nas contas públicas, especialmente nos anos seguintes. Além disso, foi realizada a Reforma da Previdência que, entre outras consequências, estabilizou o déficit do regime de aposentadoria dos servidores públicos.

Controle das contas e da inflação

Em 1º de janeiro de 2003, o desafio imediato do Governo Federal era baixar uma inflação que havia atingido 12,5% no ano anterior. A dívida líquida do setor público alcançava elevados 51,3% do PIB. As reservas internacionais somavam apenas US\$ 37,8 bilhões, valor que poderia ser ainda menor não fosse um empréstimo de US\$ 20,8 bilhões concedidos meses antes pelo FMI, o Fundo Monetário Internacional.

As medidas necessárias foram adotadas rapidamente. Em fevereiro de 2003, para conter os preços, a taxa básica de juros foi elevada de 25% para 26,5% ao ano. No mesmo mês, foi anunciado o aumento da meta de superávit primário do setor público de 3,75% para 4,25% do PIB, o que ajudou a conquistar a confiança do mercado. Ainda em 2003, mudanças tributárias e previdenciárias elevaram a arrecada-

O esforço de saneamento das contas públicas obrigou o Governo Federal a frear seus gastos – o investimento da União caiu de 1,1% do PIB em 2002 para 0,3% do PIB em 2003. O aumento modesto do salário mínimo, de apenas 1,23% em termos reais, contribuiu para a apatia econômica. O resultado foi a queda do PIB nos dois primeiros trimestres de 2003. No segundo semestre, a situação começou a se alterar. O país foi beneficiado pelo aumento das exportações, provocado pela expansão da economia mundial, desempenho que não foi prejudicado pela valorização da moeda brasileira, que ocorria de forma gradual. A inflação caiu, o que permitiu que o Banco Central reduzisse os juros. A Selic, que era de 26,3% em junho de 2003, foi para 16,5% em dezembro. No final de 2003, a economia estava mais aquecida, o que não impediu que o PIB fechasse o ano com aumento de apenas 1,1%. De todo modo, a situação de crescimento com inflação em queda já podia ser considerada positiva.

Política monetária e inflação (2002-2009)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa Selic (fim de período) - %	25,00	16,5	17,75	18,00	13,25	11,25	13,75	8,75
Taxa de inflação (IPCA) - %	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	4,3
Taxa de inflação (IGP-DI) - %	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	9,1	-1,4
Saldo do crédito bancário (% do PIB)	22,0	24,0	24,5	28,1	30,7	33,4	40,8	45,0
Taxa de juros (%aa)	51,0	45,8	44,6	45,9	39,8	33,8	43,3	34,3
Spread geral (pp)	31,1	30,0	26,8	28,6	27,2	22,3	30,7	24,3
Prazo Médio (dias corridos)	227	220	234	264	296	350	378	391
Inadimplência (%)	4,0	4,2	3,6	4,2	5,0	4,3	4,4	5,5

Fontes: IBGE, FGV e Banco Central

Dívida pública, em % do PIB (2002-2009)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida Líquida do Setor Público	51,32	53,53	48,23	47,99	45,89	42,82	37,34	42,80
Dívida Líquida Interna	37,72	42,37	40,52	44,71	46,94	49,84	47,98	51,96
Base Monetária	4,20	4,20	4,36	4,69	4,99	5,23	4,78	5,28
Demais	47,12	49,33	43,88	43,29	40,90	37,60	32,57	37,52
Dívida Líquida Externa	13,60	11,16	7,71	3,27	-1,05	-7,01	-10,64	-9,16

Fonte: Banco Central



Em 2004, com os preços ainda caindo, o Banco Central voltou a reduzir a taxa básica de juros. Em abril, já estava em 16% ao ano. Em consequência, o crédito se expandiu, o consumo cresceu e as empresas voltaram a investir. A economia brasileira encerrou o ano com um crescimento de 5,7%. A inflação ficou em 7,6%, com tendência de baixa. No início de 2005, a velocidade da recuperação econômica preocupou o Banco Central, que por precaução já havia elevado a taxa básica de juros em setembro do ano anterior. O temor era que a aceleração econômica

elevasse a inflação. De fato, os preços subiram temporariamente, principalmente devido ao fato de as empresas brasileiras oneradas pela mudança no regime de tributação do PIS e da Cofins repassarem o aumento dos encargos ao consumidor. Em maio de 2005, a taxa básica de juros foi para 19,75%. A medida desacelerou a economia e 2005 encerrou-se com um crescimento do PIB de 3,2%. A política fiscal levou a uma significativa redução da dívida líquida do setor público, além de uma expansão nas despesas com transferência de renda para a população.

Política fiscal (2002-2009)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Resultados do Setor Público (abaixo da linha) - % do PIB								
Resultado Primário	-3,2	-3,3	-3,8	-3,9	-3,2	-3,4	-3,5	-2,1
Juros Nominais	7,6	8,5	6,6	7,3	6,8	6,1	5,4	5,4
Resultado Nominal	4,4	5,1	2,8	3,4	3,5	2,7	1,9	3,3
Resultado do Governo Central (acima da linha) – Em % do PIB								
I. Receita total	21,7	21,0	21,6	22,7	22,9	23,3	23,8	23,5
II. Transferências a Estados e Municípios	3,8	3,5	3,5	3,9	3,9	4,0	4,4	4,1
III. Receita Líquida Total	17,9	17,4	18,1	18,8	19,0	19,3	19,4	19,5
IV. Despesa Primária Total	15,7	15,1	15,6	16,4	17,0	17,1	16,6	18,2
IV.1 Pessoal e Encargos	4,8	4,5	4,3	4,3	4,5	4,4	4,4	4,8
IV.2 Transferência de Renda a Indivíduos	6,8	7,2	7,7	8,1	8,4	8,5	8,6	9,0
Benefícios Previdenciários – RGPS	6,0	6,3	6,5	6,8	7,0	7,0	6,6	7,2
Benefícios Assistenciais – LOAS/RMV	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6
Abono salarial (AS) e Seguro desemprego (SD)	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,9
Bolsa Família	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
IV.3 Investimentos	0,8	0,3	0,5	0,5	0,6	0,7	0,9	1,0
IV.4 Demais	3,3	3,2	3,2	3,5	3,4	3,5	3,1	3,4
V. Fundo Soberano	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0
VI. Resultado Primário Governo Central Acima da Linha	2,1	2,3	2,5	2,5	2,1	2,2	2,4	1,2
VII. Ajustes e Discrepância Estatística	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
VIII. Resultado Primário Abaixo da Linha	2,2	2,3	2,7	2,6	2,1	2,2	2,4	1,4
IX. Juros Nominais	2,8	5,9	4,1	6,0	5,3	4,5	3,2	4,8
X. Resultado Nominal	0,7	3,7	1,4	3,4	3,1	2,2	0,8	3,4
Carga Tributária Bruta (Total da Receita Tributária) - % do PIB								
Tributos do Governo Federal - % do PIB	32,0	31,4	32,2	33,4	33,4	33,9	34,4	33,6
Tributos do Governo Estadual - % do PIB	22,2	21,6	22,2	23,4	23,3	23,9	24,1	23,4
Tributos do Governo Municipal - % do PIB	8,4	8,4	8,6	8,7	8,6	8,5	8,8	8,6

Fontes: Banco Central, Secretaria do Tesouro Nacional e Receita Federal do Brasil.



Contas simplificadas levaram serviços financeiros a 2,8 milhões de beneficiários do Bolsa Família

Bolsa Família e salário mínimo

Gestadas desde o início de 2003, já no ano seguinte as políticas de distribuição de renda começaram a tomar forma como componentes fundamentais do novo modelo de desenvolvimento. Duas iniciativas ganharam destaque: os programas de redução da pobreza e o aumento real do salário mínimo.

Depois da criação do Programa Fome Zero em 2003, a estratégia de combate à pobreza foi aperfeiçoada. As diversas ações foram integradas em um único programa, o Bolsa Família, de transferência de renda para as famílias em situação de extrema pobreza, tendo como condicionantes a frequência escolar das crianças e o atendimento de requisitos relativos à nutrição e à saúde. O número de famílias beneficiadas aumentou de forma acelerada. Em 2005, o Bolsa Família já transferia 0,3% do PIB e beneficiava 8,7 milhões de famílias.

Ao mesmo tempo, teve início a política de recuperação do salário mínimo, visando principalmente à recomposição das perdas resultantes do período de alta inflação. O aumento real do salário mínimo, na média anual, foi de 3,72% em 2004, e de 6,96% no ano seguinte. Em 2006, o reajuste atingiu 16,7%, o maior percentual registrado no período. Foi uma demonstração vigorosa

do comprometimento do Governo Federal com a distribuição de renda, motor do modelo de desenvolvimento. O salário mínimo continuou a subir nos anos seguintes. Um subproduto da política relativa ao salário mínimo foi a elevação no pagamento de benefícios previdenciários, aumentando a renda disponível para a maioria dos aposentados e pensionistas do INSS.

Outros mecanismos também ajudaram a desenvolver o mercado doméstico. Entre eles, destacou-se a criação do crédito consignado. Surgido no final de 2003, a partir de acordos entre sindicatos e bancos, foi posteriormente ampliado para os servidores públicos e aposentados pelo INSS. Seu impacto no consumo foi grande. O crescimento dos salários reais e a demanda reprimida por parte das famílias compensavam os juros altos que eram então cobrados nos empréstimos consignados. Aos poucos, os prazos de pagamento foram expandidos, passando de uma média de 300 dias no período 2003-2004 para 490 dias em 2009.

Também contribuiu para o reforço do mercado doméstico a reestruturação da folha de pagamento do Governo Federal. Em 2006, houve aumentos salariais para as carreiras típicas de Estado, além da ampliação das contratações por concurso público e substituição de terceirizadas. Com essas medidas, o gasto com pessoal subiu de 4,3% (2005) para 4,5% do PIB em 2008.



Entre 2003 e 2005 o saldo comercial cresceu de forma expressiva. As exportações saltaram de US\$ 73 bilhões em 2003 para US\$ 118,3 bilhões em 2005. No mesmo período, as importações foram de US\$ 48 bilhões (2003) para 73,6 bilhões (2005). O saldo que havia sido de US\$ 25 bilhões em 2003, atingiu US\$ 44,7 bilhões dois anos depois. Esse crescimento aconteceu principalmente por causa do comércio mundial em expansão, que elevou o volume e os preços das exportações brasileiras, sem que a valorização gradual do real afetasse esse desempenho.

Ao mesmo tempo, as linhas de financiamento

externo foram retomadas. O saldo líquido do investimento estrangeiro no Brasil aumentou de US\$ 10,1 bilhões (2003) para US\$ 15,1 bilhões (2005). Com esse movimento, as reservas internacionais subiram progressivamente, passando de US\$ 49,3 bilhões em 2003 para US\$ 53,8 bilhões em 2005.

Com dinheiro em caixa e com a retomada do financiamento externo, o Governo Federal decidiu quitar sua dívida com o FMI no final de 2005, com um pagamento de US\$ 23,3 bilhões. Além da força simbólica, a decisão aumentou o grau de liberdade da política econômica nos anos seguintes.

Setor externo e câmbio (2002-2009)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de Câmbio Nominal - média de período (R\$/US\$)	2,93	3,07	2,93	2,43	2,18	1,95	1,84	1,99
Taxa Real Efetiva de Câmbio - média de período (Junho/94=100)	133,6	138,4	136,2	111,0	99,3	92,1	88,8	87,8
Balança Comercial (US\$ milhões)	13.121	24.794	33.641	44.703	46.457	40.032	24.836	25.347
Exportação de bens	60.362	73.084	96.475	118.308	137.807	160.649	197.942	152.995
Importação de bens	-47.240	-48.290	-62.835	-73.606	-91.351	-120.617	-173.107	-127.647
Saldo em Transações Correntes (US\$ milhões)	-7.637	4.177	11.679	13.985	13.643	1.551	-28.192	-24.334
Saldo em Transações Correntes (% do PIB)	-1,5%	0,8%	1,8%	1,6%	1,3%	0,1%	-1,7%	-1,5%
Investimento Estrangeiro Direto (% do PIB)	3,3%	1,8%	2,7%	1,7%	1,7%	2,5%	2,8%	-1,6%
Necessidade de Financiamento Externo (% do PIB)	-1,8%	-2,6	-4,5%	-3,3%	-3,0%	-2,6%	-1,0%	-0,1%
Reservas Internacionais – conceito liquidez (US\$ milhões)	37.823	49.296	52.935	53.799	85.839	180.334	206.806	239.054
Reservas Internacionais – conceito liquidez (% do PIB)	7,5%	8,9%	8,0%	6,1%	7,9%	13,2%	12,6%	15,2%

Fonte: Banco Central

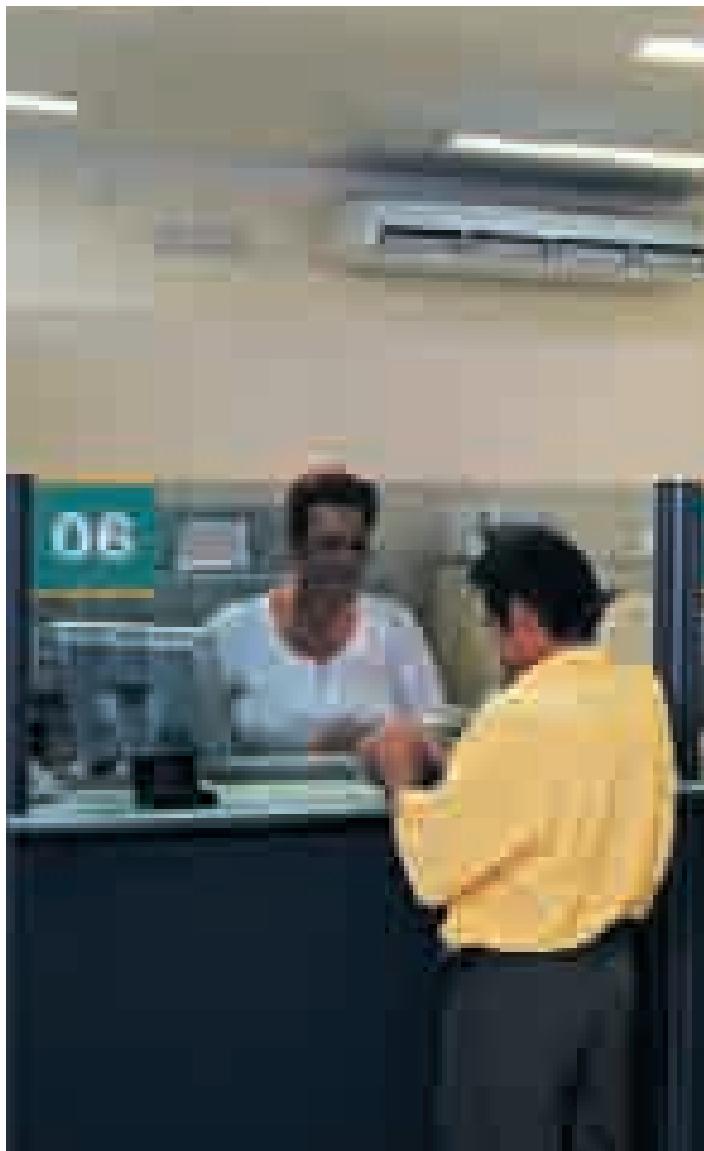


Lançamento do Demonstrativo Mensal de Créditos, benefício concedido pelo Governo aos segurados do INSS



A partir de 2006, o Governo Federal conseguiu aumentar seus investimentos e criar mecanismos para que as empresas também pudessem ampliar seus negócios. Criaram-se assim as condições que permitiram impulsionar um salto no crescimento do País. Nesse âmbito, a ação mais importante foi a retomada do investimento público. As obras de infraestrutura tornaram-se prioritárias. A operação emergencial “tapa-buracos”, que envolveu R\$ 440 milhões na recuperação de estradas, um dos gargalos do desenvolvimento brasileiro, indicava essa preocupação. No mesmo ano foi concluída a transição para o novo modelo do setor elétrico, concebido para que o país pudesse ter a certeza de que haveria disponibilidade de energia para crescer.

Em janeiro de 2007, a reorganização, centralização e ampliação das políticas federais de investimento em infraestrutura foram consolidadas com o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).



A expansão do microcrédito para a população de baixa renda ajudou a desenvolver o mercado doméstico

O investimento previsto inicialmente no PAC era de R\$ 504 bilhões entre 2007 e 2010, divididos em energia (R\$ 275 bilhões), infraestrutura social (R\$ 171 bilhões) e logística (R\$ 58 bilhões). Os objetivos e desembolsos do programa foram depois revisados e ampliados.

O PAC recuperou a capacidade da iniciativa governamental induzir de forma ampla setores de destaque importância econômica. Revertendo um padrão perverso que já durava mais de duas décadas, o Governo Federal passou a apoiar a formação de capital pelo setor privado, ampliando simultaneamente o investimento público em infraestrutura.

As repercussões do PAC foram expressivas. Se em 2003 o investimento em capital fixo no país era de 15,4% do PIB, em 2008 já atingia 19% do PIB. O BNDES desempenhou um papel fundamental no aumento dos investimentos. Os desembolsos do banco passaram de R\$ 33,5 bilhões em 2003 para 51,3 bilhões em 2006, atingindo R\$ 90,9 bilhões em 2008. O PAC promoveu desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e alavancar o crescimento do mercado de consumo de massa no Brasil, o que aconteceu principalmente na construção residencial e no setor de bens de consumo duráveis. Em 2008, o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) levou a novas desonerações, com aproveitamento mais rápido de créditos tributários para investimentos e redução do IPI, além de outros incentivos tributários específicos, que beneficiaram setores como a construção pesada e empresas de alta tecnologia, como de semicondutores e de computadores.

Ao final de 2007, o Governo Federal não conseguiu prorrogar no Congresso Nacional a vigência da CPMF. Isso aumentou o caixa das empresas em um valor equivalente a 1,4% do PIB brasileiro. O Governo conseguiu recompor parcialmente sua receita com o aumento das alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

A política de investimentos mais ativa, adotada a partir de 2006, não significou uma redução expressiva do superávit primário, que passou de 2,5% do PIB no triénio 2003-2005 para 2,3% em 2006-2008. A redução modesta no superávit primário não teve impacto na trajetória declinante do endividamento do setor público entre 2006 e 2008, devido ao próprio crescimento e à redução no pagamento de juros. A dívida líquida do setor público, que estava em 48% do PIB no final de 2005, continuou a recuar e caiu para 37,34% do PIB em 2008, antes de a crise financeira internacional manifestar-se mais fortemente no Brasil.



Investimentos (2002-2010)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Taxa de investimento (FBCF/PIB)	16,4%	15,3%	16,1%	15,9%	16,4%	17,4%	18,7%	16,7%	17,6%
Investimentos do Governo Central	0,8%	0,3%	0,5%	0,5%	0,6%	0,7%	0,9%	1,0%	1,2%
Investimentos das Empresas Estatais	1,3%	1,3%	1,2%	1,3%	1,4%	1,5%	1,8%	2,3%	2,4%
Setor Produtivo	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%	1,3%	1,5%	1,7%	2,2%	2,3%
Grupo Petrobras	0,9%	1,0%	1,0%	1,1%	1,2%	1,3%	1,6%	2,0%	2,1%
Grupo Eletrobras	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Demais	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Setor Financeiro	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%

Fontes: IBGE, Secretaria do Tesouro Nacional e Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

* Previsão

A decisão de aumentar o estoque de reservas internacionais impediu uma redução ainda maior do endividamento público, já que a compra e a manutenção dessas reservas têm um custo financeiro que acaba impactando a dívida da União. A estratégia para reduzir a vulnerabilidade externa e atenuar as pressões de elevação da moeda brasileira fez com que as reservas atingissem US\$ 207 bilhões ao final de 2008, dos quais US\$ 87 bilhões adquiridos pelo Banco Central no ano anterior.

O mercado de crédito acompanhou a aceleração da economia. O volume de crédito “livre”, aquele que não é dirigido para uma atividade específica, duplicou entre dezembro de 2005 e dezembro de 2008. O crédito direcionado, representando aproximadamente um terço do crédito total, teve também desempenho marcante. O crédito habitacional, por exemplo, cresceu 73% entre 2006 e 2008. Também o crédito agrícola se expandiu de forma pronunciada. O Plano Safra evoluiu de um patamar de R\$ 54 bilhões no período 2005-2006 para R\$ 78 bilhões em 2008-2009.

Os mercados de capitais tiveram, durante o período 2003-2010, um ótimo desempenho. Entre 2005 e 2008, as emissões primárias totalizaram R\$ 400 bilhões. Em 2009, já em plena crise financeira global, o Governo decidiu cobrar IOF na entrada de capital estrangeiro para aplicações em Bolsa e em renda fixa. O objetivo foi frear a valorização do real frente ao dólar. A decisão não esfriou os negócios na Bovespa, que encerrou o ano com a segunda maior valorização do mundo.

Real se valoriza e importações crescem

Entre 2006 e 2008, o superávit em conta corrente diminuiu em consequência da valorização cambial. O saldo comercial caiu de US\$ 44,7 bilhões em 2005 para US\$ 24,8 bilhões em 2008, devido ao crescimento expressivo das importações. No mesmo período, o déficit comercial no setor de serviços aumentou de US\$ 8,3 bilhões para US\$ 16,7 bilhões. A renda líquida enviada ao exterior saltou de US\$ 26 bilhões para US\$ 40,6 bilhões, com aumento acentuado das remessas de lucros e dividendos. Um dos fenômenos mais importantes desse período foi a queda do pagamento líquido de juros ao resto do mundo. Entre 2005 e 2008, esses pagamentos caíram de US\$ 13,5 bilhões para US\$ 7,2 bilhões, uma indicação de que havia mudado a estrutura de financiamento externo do país.

Ao mesmo tempo em que a balança comercial caiu e aumentaram as remessas de dinheiro para o exterior, a entrada em grande escala de capitais estrangeiros no Brasil contribuiu para a manutenção da solvência externa da economia. A atração era resultado do crescimento acelerado, da taxa de juros elevada e da expectativa de valorização ainda maior do real. Enquanto o saldo em conta corrente de US\$ 29,8 bilhões no período 2003-2005 se transformava em déficit de US\$ 13 bilhões em 2006-2008, a entrada líquida de investimento direto estrangeiro passava de US\$ 43,5 bilhões para US\$ 98,5 bilhões nos mesmos períodos.

Ajudou o fato de, em abril de 2008, a agência de classificação de risco Standard & Poor's elevar a nota



de risco de crédito do Brasil e conferir ao país, pela primeira vez, “grau de investimento”, o que significava que já era confiável para investir. O anúncio ajudou a atrair mais investidores ao mercado brasileiro. Outras agências de risco tomaram depois a mesma decisão. O efeito negativo da valorização do real foi a perda de competitividade de produtos brasileiros. O efeito positivo foi tornar os ativos externos mais baratos, o que provocou um aumento relevante do investimento direto brasileiro no exterior, que passou de US\$ 12,6 bilhões, no período 2003-2005, para US\$ 55,7 bilhões, entre 2006 e 2008. As empresas nacionais se internacionalizaram.

O aquecimento da economia brasileira a partir de 2006 não ameaçou as metas inflacionárias. Na verdade, a valorização do real e a queda nos preços agrícolas provocaram a queda da inflação no período 2006-2007. O IPCA, que ficou em 5,7% durante o ano de 2005, caiu para 3,1% em 2006. Em 2008, a inflação voltou a crescer a níveis preocupantes e se aproximou perigosamente do teto de 6,5% estabelecido pelo governo.

O Governo Federal decidiu então cortar impostos indiretos sobre o trigo e reduzir a Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico), que é cobrada sobre a gasolina e o óleo diesel. Com isso, pôde reduzir ainda mais a taxa básica de juros, que já havia começado a cair na desaceleração econômica de 2005. Em todo o período, a Selic caiu de 19,75% (agosto de 2005) para 11,25% (setembro de 2007). O Banco Central manteve os juros estáveis a partir de então, voltando a subi-los apenas em abril de 2008, em um novo ciclo de aumento que atingiu 13,75% em setembro de 2008.

A crise internacional

Depois de anos de crescimento – o PIB aumentou 4% em 2006 e 6,1% em 2007 –, o Brasil voltou a ter retração econômica no final de 2008, quando a crise financeira global se acentuou. Até então o país não havia sofrido de forma significativa com os problemas surgidos no mercado americano de subprime. A situação mudou a partir da quebra do banco de investimentos Lehmann Brothers, em setembro de 2008. No final do ano, o mercado brasileiro sentiu a rápida e acentuada contração na oferta de crédito. Houve então um grande fluxo de saída de capitais do país. Os preços dos produtos caíram com a retração do comércio global e os exportadores sofreram. A confiança dos consumidores e das empresas diminuiu e, com isso, caiu a demanda doméstica. Com a queda no consumo e nos investimentos, o Brasil passou dois trimestres seguidos com queda no PIB.

A resposta incisiva do Governo Federal foi fundamental para que o país superasse rapidamente os

efeitos principais da crise global. Além de executar ações emergenciais temporárias durante o ápice da turbulência financeira, decidiu-se manter iniciativas que haviam sido tomadas anteriormente e que se mostraram decisivas para que o Brasil escapasse da crise sem maiores sobressaltos.

Uma das mais importantes foi a transferência de recursos para as famílias mais pobres, que passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6%, em 2008. Esses recursos funcionaram como um estabilizador automático, evitando a flutuação excessiva da renda das famílias. Ao manter as transferências programadas para 2009, em plena crise global, o Governo Federal demonstrou a prioridade de seus compromissos sociais. Naquele ano, as transferências atingiram 9,3% do PIB, um acréscimo de 0,7 ponto percentual em relação ao ano anterior.

A mesma preocupação social fez com que o Governo Federal mantivesse a política de aumento do salário mínimo prevista para 2009 (12%), o que representou também elevação das transferências por meio da Previdência Social e do seguro-desemprego. Apesar da crise, não houve cortes nos investimentos federais previstos para 2009. A União investiu o equivalente a 1% do PIB e a Petrobras, 2%. Essa atitude contribuiu decisivamente para a recuperação da confiança dos empresários e dos trabalhadores brasileiros.

A política de desonerações tributárias do Governo Federal para estimular o crescimento e o investimento foi expandida durante a fase mais aguda da turbulência





financeira, o que gerou aumento da renda disponível às empresas em um momento de forte restrição de crédito e de queda nos lucros. Por fim, o cronograma de reajustes salariais e contratações para o serviço público não foi alterado durante 2009, cumprindo os acordos estabelecidos com os sindicatos do funcionalismo.

Reforço ao crédito durante a crise

Entre as ações pontuais e temporárias tomadas no calor da crise para resolver os problemas imediatos, algumas das mais importantes buscavam oferecer alternativas à forte contração de crédito. O Governo Federal tomou uma série de medidas para expandir a liquidez. O Banco Central vendeu dólares de suas reservas internacionais no mercado à vista, para suprir exportadores com linhas de crédito de curto prazo. Além disso, realizou operações de *swaps* vendendo dólares e comprando reais para diminuir a pressão pela depreciação da moeda e para manter um nível mínimo de liquidez no mercado futuro durante o período mais agudo da crise. O volume elevado de reservas amealhado nos anos anteriores foi decisivo para que o Banco Central pudesse intervir de forma tão agressiva – US\$ 14,5 bilhões no mercado à vista, US\$ 24,4 bilhões no financiamento às exportações e US\$ 33 bilhões em *swaps* cambiais.

Em defesa da saúde do sistema financeiro, o Banco Central reduziu os depósitos compulsórios do sistema bancário, o que significou a injeção de 3,3% do PIB no mercado doméstico no final de 2008. Foram tomadas também medidas de incentivo à aquisição da carteira de bancos pequenos por bancos maiores. Graças a iniciativas como essas, o Brasil conseguiu atravessar a crise sem que houvesse a quebra de nenhuma instituição bancária nacional.

Apesar de evitarem o aprofundamento da crise, essas medidas foram insuficientes para promover a recuperação do crédito. A solução veio dos bancos oficiais. No início de 2009, o Governo disponibilizou crédito de 3,3% do PIB ao BNDES, o que possibilitou a oferta de linhas especiais de curto prazo ao setor produtivo. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal passaram a oferecer recursos a setores com menor liquidez, como agropecuária, construção civil, produção de insumos básicos e bens de consumo duráveis. Com essas medidas, os bancos públicos aumentaram sua oferta de crédito em 33% entre setembro de 2008 e julho de 2009. Como comparação, entre as instituições privadas nacionais, esse índice foi de apenas 4%. Entre as estrangeiras, de somente 1,5%.

Em janeiro de 2009, o Banco Central deu início à paulatina redução da taxa básica de juros, que recuou dos 13,75% vigentes em setembro de 2008 para 8,75%

em meados de 2009. Mas o principal instrumento do Governo Federal para estimular a recuperação econômica foi a redução temporária de impostos. As desonerações tributárias ajudaram a estimular as vendas e o consumo no mercado brasileiro. Essas ações começaram no final de 2008, quando foram reduzidas as alíquotas do IPI para o setor automotivo. No ano seguinte, as desonerações foram estendidas para bens de consumo duráveis, construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alimentos. A recuperação econômica provocada por essas medidas contribuiu para a posterior retomada da arrecadação tributária, o que compensou o custo inicial de 0,3% do PIB. Outros 0,2% do PIB representaram o auxílio da União a Estados e municípios, que receberam, em 2009, o mesmo valor nominal de transferências constitucionais do que o recebido no ano anterior. Além disso, o Governo assumiu uma parcela maior dos investimentos realizados em conjunto.

As ações emergenciais incluíram também o aumento no valor do seguro desemprego e no prazo de concessão do benefício, o que diminuiu a perda de renda dos trabalhadores nos setores mais vulneráveis à crise. O BNDES criou, por sua vez, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), para equalizar as taxas de juros para investimentos em máquinas e equipamentos contratados em 2009, com o objetivo de que o setor privado não adiasse investimentos.

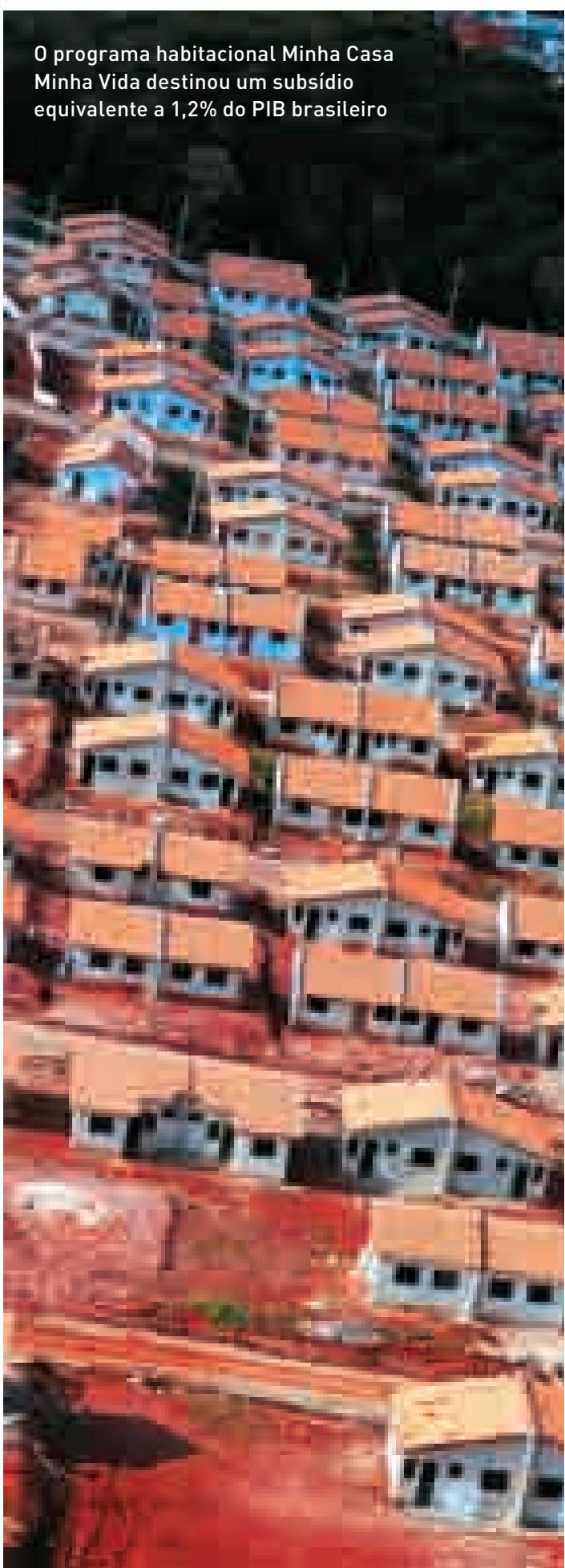
Além das iniciativas tomadas nos anos anteriores à crise e das medidas emergenciais, também contribuíram para que o país superasse as dificuldades algumas ações estruturais adotadas em meio à turbulência financeira. Uma delas foi a introdução de duas novas alíquotas intermediárias no Imposto de Renda sobre a Pessoa Física (IRPF). A mudança no tributo representou uma desoneração tributária para a classe média mais baixa. A outra foi o lançamento do Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de promover a construção de um milhão de novas residências ao longo de três anos, com um subsídio total equivalente a 1,2% do PIB brasileiro. O programa habitacional foi importante na estratégia do Governo Federal de promover crescimento econômico e distribuição de renda. Estimulou um setor intensivo em trabalho e insumos, ao mesmo tempo em que possibilitou o acesso de famílias de baixa renda à habitação.

Crise superada, sem inflação e com emprego

O conjunto de ações adotadas foi fundamental para reduzir o impacto da crise e possibilitar a rápida retomada do crescimento. Em 2008, o PIB avançou 5,1%, apesar do último trimestre muito fraco. Em 2009, a economia brasileira se manteve estável, com ligeira queda de 0,2%,



O programa habitacional **Minha Casa Minha Vida** destinou um subsídio equivalente a 1,2% do PIB brasileiro



contrariando previsões que apontavam para um desastre, mas já no segundo semestre começou a se recuperar. Em novembro de 2010, a previsão do mercado financeiro era de crescimento do PIB de 7,6 no ano, o maior desde 1985.

A crise foi enfrentada sem descontrole inflacionário – em 2008, o IPCA foi de 5,9% e, em 2009, de 4,31%. Houve a geração de 995 mil postos de trabalho em 2009. O crédito bancário continuou a se expandir nesses dois anos, o equilíbrio fiscal foi mantido e as taxas de juros devem cair nos próximos anos, em decorrência da estabilidade dos indicadores monetários e fiscais.

Durante a crise financeira foram consolidadas mudanças gestadas desde 2003. O papel do Estado no combate à desigualdade de renda foi reforçado – metade do gasto primário do Governo Federal são transferências. Também aumentou a cooperação entre Estado e mercado na superação dos gargalos do crescimento, na forma de desonerações, ampliação dos mecanismos de financiamento, planejamento e parcerias. A emergência de uma nova classe média – 53% da população brasileira – trouxe consigo um novo consumidor, com acesso mais fácil a crédito, a bens de consumo duráveis e à moradia.

O novo ciclo de desenvolvimento

O balanço do percurso do Brasil 2003-2010 evidencia a consolidação do novo modelo de desenvolvimento, apoiado no tripé estabilidade econômica, crescimento com geração de empregos e distribuição de renda. Promoveu-se o fortalecimento do mercado interno, por meio de medidas que incentivaram o aumento do crédito, da renda, da massa salarial e especialmente da política de aumento real do salário mínimo – que cresceu, em termos reais, cerca de 58% no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2009 –, além dos programas sociais de transferência de renda. A combinação desses fatores estimulou, de modo sustentável, o consumo das famílias. A nova política econômica trouxe como resultado uma mudança no patamar de crescimento do Brasil. A exceção foram os anos de 2003 e 2009. Em 2003, quando o objetivo do Governo Federal foi conter os efeitos dos ataques especulativos contra o real, o crescimento foi de 1,1%. Em 2009, quando ocorreu o impacto mais intenso da crise internacional, o Brasil teve crescimento negativo de -0,2%. Nos demais anos (estimado um crescimento de 7,6% para 2010) a economia acumulou um crescimento substantivo de 31,7 %, em uma média de 5,3% ao ano, superando assim as metas anunciamas nos Planos Plurianuais do período. A taxa média de crescimento entre 2003 e 2005, de 3,3%, acelerou no período 2006-2010 para 4,5%, mesmo com os impactos da crise financeira. A média geral de crescimento do PIB no período 2003-2010 ficou em 4,1% ao ano.



No plano externo, houve a diversificação e ampliação dos negócios com diferentes parceiros comerciais, o que levou ao incremento de 228% nas exportações no período 2003-2008, bem como à inserção de outros destinos para as vendas internacionais, viabilizando a acumulação de reservas internacionais, que passaram de US\$ 37,8 bilhões, em dezembro de 2002, para US\$ 239 bilhões, no final de 2009. Em janeiro de 2008, o Brasil passou, pela primeira vez, a ser credor líquido externo: a dívida externa total do país somava então US\$ 196,2 bilhões, enquanto as reservas alcançavam US\$ 203,2 bilhões.

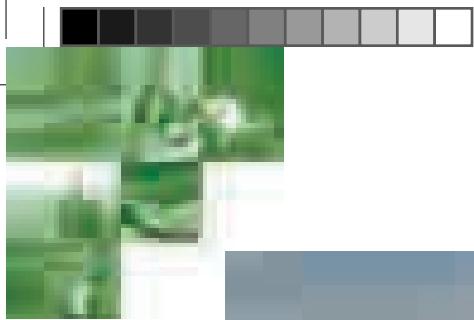
O Risco Brasil, que atingira 1.446 pontos ao final de 2002, estava ao final de 2009 em 192. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), que atingira 12,5% no ano de 2002, regrediu para 4,3% em 2009. O Brasil quitou a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris no período, tendo sido capaz de se comprometer a emprestar até US\$ 14 bilhões ao Fundo após a eclosão da crise financeira. Mais importante, hou-

ve contínuo decréscimo na taxa de desemprego (de 12,4% em 2003 para 6,2% em setembro de 2010, nas regiões metropolitanas) e forte aumento na participação do emprego formal no total da ocupação (de 44,3%, em julho 2002, para 50,8%, em julho de 2010, no acumulado de 12 meses), e entre 2005 e 2010, um significativo aumento no salário médio e na massa salarial (aproximadamente 17,8% e 31,7% na comparação janeiro-julho desse período). Entre 2003 e 2009, foram criados 11,8 milhões de novos postos de empregos formais, celetistas e estatutários, com média anual de aproximadamente 1,7 milhão de empregos. Os investimentos também seguiram uma dinâmica semelhante, tendo se mantido relativamente baixos até 2005, com taxas próximas a 16% do PIB, e acelerando a partir de 2006, alcançando 19% do PIB em 2008, antes do recuo provocado pela crise internacional, que frustrou as expectativas de um avanço maior, conforme expresso no PPA 2008-2011.

Com exceção do momento mais agudo da crise financeira global, registrou-se no período 2003-2010



As exportações brasileiras cresceram 228% no período 2003-2008, beneficiadas pela diversificação dos parceiros comerciais do País



O programa habitacional foi um instrumento importante na promoção do crescimento econômico e da distribuição de renda

uma redução constante da dívida pública em relação ao PIB. Em 2003, ela correspondia a 53,5% do PIB. Em 2008, ela chegou a atingir 37,3%. Depois de subir para 42,9% do PIB em dezembro de 2009, por conta da crise global, retomou a trajetória de queda.

O crédito se expandiu fortemente durante todo o período, saltando de 24% do PIB em 2002 para 45% do PIB em 2009. O crédito livre para as empresas passou de 5,2% para 15% do PIB no mesmo período e, para as pessoas físicas, foi de 8,6% para 15,6% do PIB. No triênio imediatamente anterior à crise financeira, as emissões primárias de ações e debêntures atingiram R\$ 233 bilhões. O *spread* total caiu de 31,86 pp em 2003 (média de 12 meses), para 23,5 pp (média de 12 meses em julho de 2010), sendo o *spread* para pessoa física em julho de 2010 o menor da série histórica, desde outubro de 1996 (28,6 pp).

As reservas internacionais subiram de US\$ 37,8 bilhões, em 2002 (incluído o empréstimo do FMI), para US\$ 266 bilhões em meados de setembro de 2010. As importações aceleraram a partir de 2006, reduzindo o saldo comercial bem como o saldo de transações correntes. A evolução desse último mostra que o déficit de 1,5% do PIB em 2002 transformou-se num superávit de 1,8% em 2004, e retornou posteriormente ao déficit, sendo que no acumulado do ano até julho de 2010 atingiu 2,5% do PIB. Este desempenho mostra a necessidade de melhoria nas

condições de apoio ao setor manufatureiro, diminuindo a vulnerabilidade externa da economia.

Após oito anos de percurso, o Governo Federal pode avaliar como plenamente bem-sucedida a inauguração do novo ciclo de desenvolvimento e do mercado de produção e consumo de massa, que foi construído inicialmente pelo lado da demanda, com melhoria no rendimento e no consumo das famílias, e alguns anos depois também pelo lado da oferta, quando ocorreu a ampliação dos investimentos. O Brasil tem atualmente situação bastante favorável comparativamente ao resto do mundo, que ainda sofre os efeitos danosos da crise econômica. O país dispõe de uma estrutura produtiva diferenciada, base industrial consolidada, diversificada e com escala, uma base agropecuária bastante sólida, além de recursos energéticos que continuam a se expandir, abrangendo tanto petróleo quanto fontes renováveis.

A combinação de elevação nos rendimentos do trabalho, aumento nos recursos de transferências e assistência social, conjugados à evolução favorável nos preços dos bens de consumo popular e à grande expansão do crédito para consumo efetivamente estruturou um novo modelo de desenvolvimento, que se consolidou progressivamente, mantendo a inflação sob controle e com queda nos patamares das taxas de juro.



2. Trabalho e emprego

De 2003 a 2010, os números positivos da expansão do mercado de trabalho formal foram acompanhados do aumento da renda do trabalhador brasileiro. A política de recuperação do salário mínimo, elaborada em conjunto com as centrais sindicais, fez com que o valor passasse de R\$ 200 em 2002 para R\$ 510 em 2010, um crescimento real de 67,4% (entre dezembro de 2002 e agosto de 2010), descontada a inflação do período.

O Governo Federal procurou incrementar o mercado de trabalho com linhas especiais de crédito para micro e pequenas empresas que não têm acesso aos financiamentos tradicionais. Ao mesmo tempo, por meio de postos de atendimento espalhados pelo Brasil, ajudou mais de 7 milhões de brasileiros a conseguir um trabalho e ofereceu a eles cursos de qualificação.

As ações de fiscalização foram intensificadas. O combate ao trabalho escravo resultou na libertação de mais de 35 mil pessoas que viviam em condições análogas à escravidão. As relações de trabalho ficaram mais transparentes. Um sistema de consulta online oferece ao trabalhador, em tempo real, informações sobre as organizações sindicais e sobre todos os acordos coletivos celebrados no País.

A partir 2003, os modelos alternativos de geração de emprego e renda passaram a receber ajuda oficial, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Foi um estímulo importante para iniciativas que combinam princípios de autogestão e solidariedade na produção, comercialização e financiamento de bens e serviços.

Valorização do salário mínimo

O Governo Federal deu início à política de recuperação do salário mínimo já em 2003, quando fixou o valor a ser pago a partir de abril daquele ano em R\$ 240, um aumento nominal de 20% sobre o ano anterior e um crescimento real acima da inflação de 1,23%. Em 2005, passou para R\$ 300, com um aumento real de 8,23%. Os reajustes tiveram seu ápice em 2006, quando o mí-

nimo aumentou de R\$ 300 para R\$ 350, uma variação real de 13,04%, o maior percentual da história recente.

Reajuste do salário mínimo (2003-2010)

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20	18,54	1,23
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Maio de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Total período		155	65,93	53,67

Fonte: DIEESE

Em 2008, o Governo Federal e as centrais sindicais – CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Força Sindical, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), a Nova Central, a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) e a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) – chegaram a um acordo sobre a fórmula para manter a recuperação do mínimo nos anos seguintes.

Os reajustes passaram a incorporar a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a taxa de crescimento real do PIB brasileiro de dois anos antes da data-base – um mecanismo que, ao fortalecer o mercado doméstico, foi fundamental para que o Brasil conseguisse superar rapidamente a crise financeira global.

A evolução do poder de compra do salário mínimo pode ser medida pela comparação com a cesta básica calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para



a Região Metropolitana de São Paulo. Em 2003, o salário mínimo comprava 1,38 cesta básica. Em 2010, já era suficiente para comprar 2,23 cestas básicas.

De acordo com os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2008, os reajustes do mínimo têm um impacto direto sobre 46,1 milhões de brasileiros – entre eles os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) –, que recebem rendimentos cuja variação é baseada nos reajustes do mínimo.

Expansão do mercado de trabalho

O novo modelo de desenvolvimento impulsionado pelo Governo Federal criou, entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, uma média de 1,9 milhão de postos de trabalho por ano. Apenas entre janeiro e setembro de 2010, foram gerados 2,2 milhões de postos de trabalho, de acordo com o Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (Caged), que registra as admissões e demissões de trabalhadores contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Considerando o período de 12 meses entre setembro de 2009 e agosto de 2010, surgiram 2,26 milhões de empregos, o maior número para esse período já registrado pelo Caged, o que significa a criação de 189 mil vagas por mês.

Os índices de desemprego caíram nos últimos oito anos, apesar das dificuldades provocadas pela crise financeira global, que se intensificou a partir do segundo semestre de 2008. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, medida nas seis principais regiões metropolitanas do País, houve uma redução no desemprego de 12% para 7% entre 2003 e o período janeiro-setembro de 2010. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), também realizada pelo IBGE, o índice de desemprego caiu de 9,15% em 2003 para 8,33% em 2009 em todo o Brasil.





Taxa de desemprego (em %) Pesquisa Mensal de Emprego (2003-2010)*

2003	12,4
2004	11,5
2005	9,9
2006	10,0
2007	9,3
2008	7,9
2009	8,1
2010**	7,0

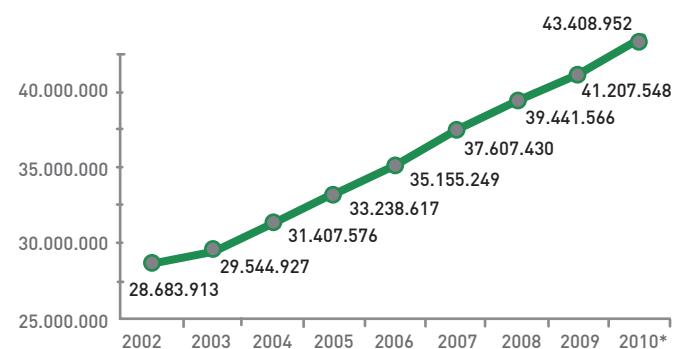
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

** Média de jan/out

Durante os últimos oito anos houve uma redução significativa da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Havia 29,5 milhões de empregados com carteira de trabalho assinada ao final de 2003, número que passou para 41,2 milhões ao final de 2009, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que engloba trabalhadores contratados por meio da CLT e servidores públicos de todos os níveis de governo. O ano de 2007 marcou a virada em direção à formalização do trabalho, quando pela primeira vez a participação dos empregos registrados superou a dos empregos informais na economia brasileira. No final de 2009, os empregos formais representavam 53,6% do total.

Número de Empregos Formais (2002-2010)



* Até setembro

Fonte: Rais e Caged

As ações dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desempenharam um papel importante no aumento dos empregos registrados. Desde 2003 até outubro de 2010, perto de 5 milhões de trabalhadores deixaram a informalidade e pas-

saram a desfrutar de todos os direitos reservados a eles pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por causa da fiscalização. Em atividades rurais, nas quais a informalidade é ainda mais acentuada do que no meio urbano-industrial, o número de registros sob ação fiscal ultrapassou 900 mil no mesmo período.

As iniciativas contra a informalidade no mercado de trabalho fazem parte do programa Rede de Proteção ao Trabalho. Cabe ao mesmo programa o combate à sonegação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da Contribuição Social. Entre janeiro de 2003 e julho de 2010, auditorias fiscalizaram o recolhimento do FGTS de 1,97 milhões de empresas, ações que resultaram em R\$ 7,9 bilhões para o fundo dos trabalhadores. O programa Rede de Proteção ao Trabalho tem ainda como objetivo verificar o cumprimento da cota legal para pessoas com deficiência e para aprendizes. Entre 2005 e setembro de 2010, a fiscalização do MTE resultou na inserção ao mercado de trabalho de 127 mil pessoas com deficiência.

As auditorias buscaram também aumentar a participação dos jovens no mercado de trabalho por meio da fiscalização do cumprimento de cotas legais para aprendizes dentro das empresas. Entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, 357 mil aprendizes foram contratados em consequência da fiscalização federal. O número aumenta a cada ano. Em 2003, foram 18,1 mil contratações, que passaram para 44 mil em 2006 e 68,9 mil em 2009.

Aprendizes inseridos por meio de fiscalização (2003-2010)

2003	18.146
2004	25.215
2005	29.605
2006	44.049
2007	52.676
2008	55.637
2009	68.926
2010(*)	63.451
Total	357.705

* Até setembro

Fonte: MTE

O Governo Federal intensificou o combate ao trabalho infantil por meio de operações de fiscalização nos setores onde a irregularidade é mais comum, como a indústria de transformação, o comércio, a indústria da construção, a agricultura, a pecuária e a



exploração florestal. O empenho oficial alinhou-se com os compromissos assumidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para erradicar o trabalho infantil em suas piores formas até 2015.

O número de crianças e adolescentes encontrados pela fiscalização registra decréscimos sucessivos nos últimos anos. Entre 2007 e 2010, esse total chegou a 18,8 mil, todas elas encaminhadas à rede de proteção social para, principalmente, serem incluídas em programas de transferência de renda.

As ações de proteção dos direitos dos trabalhadores também foram realizadas por meio de outros dois programas, o Segurança e Saúde no Trabalho e o Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo. O programa Segurança e Saúde no Trabalho objetiva reduzir acidentes e doenças relacionadas ao ambiente de trabalho. São feitas ações de fiscalização para controlar os riscos nos locais de produção, com prioridade para setores econômicos com taxas elevadas de acidentes e doenças ocupacionais. Em outra frente, o programa coordena a elaboração de normas para tornar mais seguro o dia a dia do trabalhador, com a participação das empresas e dos representantes dos empregados. Entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, foram realizadas 1,15 milhão de ações fiscais relativas à saúde e segurança no trabalho em diversos setores.

As ações contra os acidentes de trabalho são fei-



Trabalhadora do Estaleiro Atlântico Sul (PE)

tas também pela Procuradora-Geral Federal e pela Advocacia-Geral da União. Desde 2009, sempre em 28 de abril – o Dia Nacional de Combate aos Acidentes de Trabalho –, a Procuradoria-Geral Federal faz ajuizamentos em massa de ações relativas a acidentes de trabalho, com o intuito de ressarcir o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pelos gastos com acidentes provocados por culpa dos empregadores.

Em 2008, foram registrados 745 mil acidentes de trabalho no País, de acordo com o Ministério da Previdência Social. Entre 2008 e outubro de 2010, foram promovidas 1.006 ações para ressarcir o INSS, o que representa uma média anual de 335 ajuizamentos, incremento de aproximadamente 1.055% em relação ao período entre 1991 e 2007.

O programa Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo intensificou o combate a essa prática no Brasil. Entre janeiro de 2003 e agosto de 2010, o número de operações realizadas quadruplicou em relação a 1996-2002. Por meio da fiscalização, os auditores libertaram, entre 2003 e setembro de 2010, mais de 35 mil trabalhadores de condições análogas à escravidão, número quase seis vezes maior que no período de 1995 a 2002.

Em 2003, foi criado o cadastro de empregadores autuados por exploração do trabalho escravo. É utilizado por diversos agentes financeiros na análise de crédito. A concessão de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condição análoga à escravidão e a inserção prioritária dos resgatados no Programa Bolsa Família buscam a reinserção social das vítimas. Para prevenir o delito, foi criado o projeto Marco Zero de Intermediação de Mão de Obra Rural, que tem como objetivo evitar o aliciamento de trabalhadores rurais.

Número de trabalhadores libertados do trabalho escravo (2003-2010)

ANO	Trabalhadores resgatados
2003	5.223
2004	2.887
2005	4.273
2006	3.308
2007	8.963
2008	5.016
2009	3.769
2010(*)	1.870
TOTAL	35.309

* Até setembro

Fonte: MTE



Geração de emprego e atenção ao trabalhador

A política de desenvolvimento do Governo Federal assumiu como um de seus eixos iniciativas que ajudaram a elevar a demanda por trabalho na economia brasileira. Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) mostrou-se um instrumento eficaz de desenvolvimento e combate ao desemprego, por meio de linhas de créditos com encargos financeiros reduzidos e prazos facilitados, destinadas ao apoio de atividades que visem a geração ou a manutenção de postos de trabalho.

O público do Proger contempla setores que têm dificuldade de obter crédito do sistema financeiro tradicional, tanto na área urbana quanto na área rural, como micro e pequenas empresas, empreendedores formais e informais e cooperativas de trabalhadores. O principal programa é o Proger Urbano. A partir de

2003, as linhas de crédito que compõem o Proger foram reestruturadas e ficaram mais alinhadas com as diretrizes da política econômica. Entre janeiro de 2003 e junho de 2010, foram liberados R\$ 118 bilhões em mais de 13,9 milhões de operações de crédito.

Além de estimular a geração de emprego na economia brasileira, o Governo Federal procurou dar apoio ao trabalhador em busca de uma vaga. Esse é um dos objetivos da rede Sistema Nacional de Emprego (Sine). São mais de 1,3 mil postos de atendimento espalhados por todo o território brasileiro nos quais é feita intermediação de mão de obra, com o encaminhamento do requerente para o emprego disponível. Além disso, as unidades cuidam do seguro-desemprego e emitem Carteiras de Trabalho. São também o principal canal para cursos de qualificação profissional, oferecidos pelo MTE e pelas entidades conveniadas.

Os postos de atendimento são montados a partir de convênios com os Estados e entidades sem fins lu-



crativos. A partir de 2004, começaram a ser firmados também com municípios que tivessem mais de 200 mil habitantes. A iniciativa de estabelecer parcerias com mais municípios permitiu que, entre 2003 e 2010, mais de 7,3 milhões de trabalhadores conseguissem emprego graças à rede de atendimento do Sine.

Os postos do Sine oferecem também cursos de qualificação para as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social e econômica nas localidades onde são identificadas oportunidades de geração de emprego e renda.

As políticas oficiais não apenas ajudam o trabalhador a encontrar uma vaga e a crescer profissionalmente, como lhe dão auxílio imediato quando perdem o emprego. O seguro-desemprego é pago em até cinco parcelas aos que foram dispensados sem justa causa. Entre janeiro de 2003 e outubro de 2010, 46,3 milhões

de brasileiros receberam o benefício. Durante a crise financeira global, o Governo Federal estendeu o benefício para até sete parcelas aos trabalhadores de alguns dos setores mais afetados pela turbulência financeira. O Ministério do Trabalho e Emprego implantou, ainda com projeto piloto, o Seguro-Desemprego Web. A inovação permitirá, quando estiver funcionando plenamente, que os empregadores façam o registro do seguro-desemprego pela internet, permitindo a liberação do benefício com mais agilidade aos desempregados.

O Governo aperfeiçoou o processo de identificação dos trabalhadores que têm direito ao abono salarial, benefício anual equivalente a um salário mínimo que é pago a todos os cadastrados no PIS, desde que tenham remuneração média mensal de até dois salários mínimos. De janeiro de 2003 a outubro de 2010, foram pagos mais de 97 milhões de abonos salariais,





que totalizaram R\$ 36,6 bilhões, dinheiro que ajudou a aquecer o mercado de consumo brasileiro.

Em maio de 2008, foi lançado o novo modelo da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que foi implantado progressivamente. Atualmente, o modelo manual é utilizado apenas no Estado de São Paulo, que deverá receber o modelo novo em 2011. A nova versão, informatizada, possui um código de barras com o número do PIS, que permite a consulta rápida das informações sobre os trabalhadores. O documento é mais resistente do que o anterior; é confeccionado em papel de segurança e traz plástico autoadesivo inviolável que protege as informações relacionadas à identificação profissional e à qualificação civil, que costumam ser as mais falsificadas. Essas mudanças tornaram a nova carteira semelhante ao passaporte. Entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, foram emitidas 15,9 milhões de Carteiras de Trabalho informatizadas e 29,6 milhões do modelo manual. Ao total, foram emitidos 45,5 milhões de documentos pelo Ministério do Trabalho.

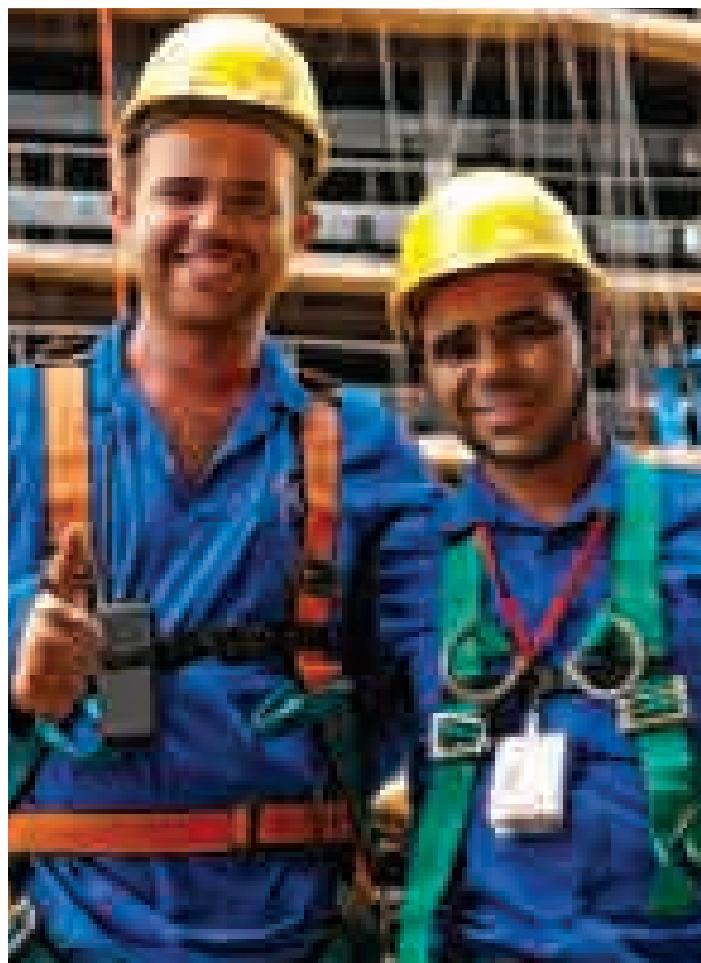
Qualificação social e profissional

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) foi instituído em 2003, em substituição ao Plano de Qualificação do Trabalhador (Plantor), em razão da necessidade de melhorar a qualidade pedagógica, o controle social, a implantação de um sistema eficiente de registros, e principalmente articular a qualificação com as demais políticas públicas de emprego.

A qualidade dos cursos passou a ser prioridade, entendida como uma estratégia para permitir acesso real do cidadão ao mundo de trabalho. O PNQ tem hoje uma carga horária média de pelo menos 200 horas, chegando até 350 horas.

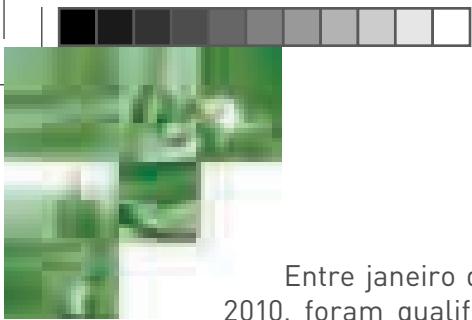
O PNQ busca atender às necessidades dos mais variados setores da economia brasileira, identificadas em audiências públicas com a participação de representantes de trabalhadores, empresários, movimentos sociais e governos locais, por meio da constituição de comissões tripartites ou ainda através dos conselhos e comissões de trabalho e emprego. Os cursos são gratuitos e incluem lanche e vale-transporte. Há conteúdos gerais obrigatórios, incluindo noções de cidadania e direitos do trabalhador. Os alunos são estimulados a refletir sobre o mercado de trabalho e as novas formas de organização social.

Em 2009, foram montadas turmas de beneficiários do Programa Bolsa Família, oferecendo cursos e vagas de trabalho na construção civil e no tu-



O salário mínimo passou de R\$ 200 para R\$ 510 em oito anos, o que significou um aumento real de 67,4% entre dezembro de 2002 e agosto de 2010

rismo. A iniciativa, batizada de Programa Próximo Passo, contou com a colaboração do MTE, do MDS, da Casa Civil e do MTur. Em 2010, foram iniciadas novas turmas para a qualificação de trabalhadores nos setores de comércio e serviços, trabalho doméstico, turismo, siderurgia, petróleo e gás (em parceria com a Petrobras), agroextrativismo, telemarketing, entre outros. Há cursos específicos para a qualificação de comunidades afro-descendentes e para trabalhadores da indústria do carnaval. São ações realizadas em todo o Brasil, em localidades urbanas e rurais, para a população sem condições de custear cursos de formação. Outro destaque foi o lançamento do PlanSeQ Sucroalcooleiro, que surgiu a partir das reuniões do Compromisso Nacional, com o incentivo direto da Presidência da República, a fim de melhorar as condições do trabalhador do campo. Também estão em fase final de implementação o PlanSeQ Copa do Mundo, que atenderá pelo menos 150 mil trabalhadores nos próximos quatro anos, o Egressos do Sistema Prisional, feito em parceria com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e uma outra ação específica para atender pessoas com deficiência.



Entre janeiro de 2003 e o primeiro semestre de 2010, foram qualificados 820 mil trabalhadores em todo o País. Os cursos são financiados pelo FAT. Cabe destacar ainda que a qualificação para pessoas com deficiência tem sido prioridade nesse governo. Em 2009, foi aprovada no Conselho Deliberativo do FAT a obrigatoriedade de que pelo menos 10% das vagas dos cursos sejam reservados a pessoas com deficiência e aos segurados da Previdência Social em processo de reabilitação profissional.

Outra iniciativa importante foi a Certificação Profissional, que visa aumentar a inserção de trabalhadores por meio da avaliação e certificação de seus conhecimentos e habilidades, que são desenvolvidos em processos formais ou informais de aprendizagem. Muitos trabalhadores sabem como fazer, têm as competências profissionais necessárias para o desempenho da função, mas por falta de oportunidade ou recurso financeiro não tiveram condições de fazer um curso de capacitação e, por isso, não possuem certificado de suas competências.

Alguns projetos em andamento visam a certificação profissional de trabalhadores no setor da construção civil e do turismo, em razão das oportunidades geradas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelos eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016.

Já no âmbito do Ministério da Defesa, há o programa Soldado Cidadão, que oferece cursos profissionalizantes aos jovens que prestam o serviço militar para que possam retornar à vida civil com boas perspectivas de futuro. A média anual de beneficiados é de 21 mil jovens em todo o País. No período 2003 a 2010, o projeto beneficiou 147 mil jovens. Pesquisas indicam que 70% dos jovens que fazem o Soldado Cidadão obtêm êxito de ingresso no mercado de trabalho ou estão gerando renda com as capacitações profissionais adquiridas.

Transparência e democracia

Um dos objetivos da administração foi implantar um sistema de relações de trabalho mais democrático e transparente, com maior controle social. Com esse objetivo criou em 2003 o Fórum Nacional do Trabalho, composto por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do Governo Federal para discutir a reforma sindical e trabalhista. Coube ao fórum elaborar a Emenda Constitucional nº 369 e o anteprojeto de Lei da Reforma Sindical, que criam um modelo de organização baseado em liberdade e autonomia.

As duas iniciativas continuavam em trâmite no Congresso Nacional no final de 2010. Diante da morosidade da tramitação dessas propostas, foram elaborados pro-

Construção do Canal do Sertão, que terá 240 km e garantirá o abastecimento de água para 42 municípios alagoanos



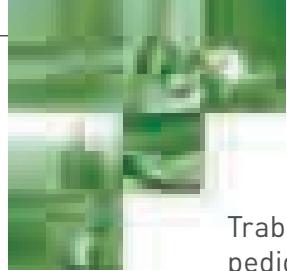


jetos de lei que resolveram os problemas mais urgentes de modernização da legislação trabalhista. Foi assim que nasceu a lei, aprovada em 2008, que reconhece a existência das centrais sindicais, garantindo assentos a seus dirigentes em fóruns de debate do Governo, um avanço para o diálogo social no País. Foi o caso também da legislação que regulamentou o trabalho no comércio aos domingos, garantindo mais dias de descanso ao trabalhador do setor e assegurando que as condições de trabalho estejam previstas em convenção coletiva.

Melhorar a transparência nas relações de trabalho foi o objetivo do Programa Democratização das Relações de Trabalho. Uma de suas principais ações foi a implantação do Sistema Integrado de Relações de Trabalho (Sirt), que armazena, organiza e oferece à so-

ciedade brasileira informações em tempo real sobre as relações de trabalho. Entre os dados disponíveis estão o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, que permite ao trabalhador conhecer a diretoria e a alteração estatutária das organizações, o Sistema Mediador, uma base de dados on-line com todas as convenções e os acordos coletivos celebrados no País, e o Sistema HomologNet, que elabora a rescisão do contrato de trabalho, automatiza o procedimento de assistência à homologação da rescisão e permite ao trabalhador acessar pela internet as informações lançadas pela empresa.

Em face da necessidade de registrar as empresas de trabalho temporário, para que possam funcionar e celebrar contratos temporários, foi lançado também, dentro do Sirt, o Sistema de Registro de Empresas de



Trabalho Temporário (Sirett), que permite realizar o pedido por meio da internet e dá mais celeridade aos procedimentos administrativos.

O programa Democratização das Relações de Trabalho permitiu que, entre 2003 e outubro de 2010, 33,2 mil servidores e sindicalistas passassem por capacitação em relações do trabalho, o que ajudou a aumentar a resolução voluntária de conflitos de trabalho, reduzindo o número de processos levados para a Justiça do Trabalho.

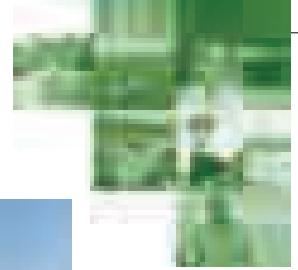
Estímulo à economia solidária

Desde 2003, o Governo Federal procura dar apoio à economia solidária, uma resposta dos trabalhadores às transformações no mercado de trabalho. É uma alternativa de geração de renda que combina os prin-

cípios da autogestão, cooperação e solidariedade na produção de bens e serviços, na distribuição, nas finanças e no consumo.

As iniciativas de economia solidária começaram a ganhar força durante a década de 1980, mas a articulação entre elas começou a ser formada durante o 1º Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre. Em novembro de 2002, por sugestão do 3º Fórum Social Mundial, foi realizada uma reunião nacional, que decidiu sugerir ao então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, o que foi realizado em junho do ano seguinte, com o objetivo de fortalecer e divulgar a economia solidária por meio de políticas integradas, que visassem a geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.





Em 2004, com a nova Secretaria já em funcionamento, foi criado o programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que busca garantir acesso ao conhecimento (formação, assessoria técnica, incubação, elevação de escolaridade e tecnologias sociais), à comercialização de produtos e serviços (comércio justo e solidário, apoio a redes de colaboração, apoio a feiras, infraestrutura e novos mercados) e apoio na área financeira (bens e serviços financeiros e finanças solidárias). Desde então, foram desenvolvidas diversas ações de formação dos trabalhadores que participam das atividades da economia solidária, principalmente nas cadeias produtivas de artesanato, confecções, agroecologia, metalurgia, apicultura, fruticultura e piscicultura.

O Projeto Brasil Local foi criado em 2005 para promoção da economia solidária em comunidades pobres (quilombolas, rurais, indígenas, desempregadas dos grandes centros urbanos). Até 2009, foram beneficiadas 111 mil pessoas.

Com a dinamização do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), foram apoiadas 82 incubadoras nas universidades brasileiras. Em relação à assistência técnica, 5,5 mil empreendimentos receberam apoio desde 2004, o que incluiu a recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão. Além disso, os Núcleos Estaduais de Assistência Técnica à Economia Solidária (Neates) estavam em fase de implantação ao final de 2010.

O Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies) constatou que a comercialização é um dos principais desafios para a viabilidade dos empreendimentos. Por conta disso, a Secretaria Nacional de Economia Solidária iniciou, em 2004, uma parceria com a Fundação Banco do Brasil com o objetivo de implantar iniciativas inovadoras em comercialização, projetos que beneficiaram 4,3 mil empreendimentos.

Foram realizadas atividades de fortalecimento de cadeias produtivas por intermédio de capacitações, encontros e seminários. Em 2009, foi realizado o Seminário Nacional sobre o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, além de encontros nacionais e regionais para integrar e articular ações estratégicas de comercialização.

A meta é preparar os empreendimentos para adequação aos princípios e critérios do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, o que requer a realização de diagnósticos e a elaboração de planos de adequação. Na promoção da comercialização direta dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários, foram apoiadas feiras internacionais, estaduais e territoriais de economia solidária.



Mais de 45 milhões de Carteiras de Trabalho foram emitidas entre janeiro de 2003 e setembro de 2010

O Governo buscou fortalecer os fóruns de economia solidária (nacional e estaduais), desde 2003. Em 2006, foi implantado o Conselho Nacional de Economia Solidária, com a participação de 56 representantes governamentais e da sociedade civil, e realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, que mobilizou 17 mil pessoas. Em 2010, ocorreu a 2ª Conferência, que reafirmou a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento.

Os números das ações governamentais em favor da economia solidária são expressivos. Desde 2003, foram apoiados 590 bancos comunitários ou fundos solidários e incubados 318 empreendimentos solidários por meio do programa Apoio a Incubadoras de Cooperativas Populares. A Ação de Comercialização de Produtos e Serviços da Economia Solidária beneficiou 7,2 mil pessoas. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária cadastrou mais de 30 mil empreendimentos. Com a Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária foram beneficiadas mais de 37 mil pessoas.



3. Inclusão bancária e microcrédito

Os programas de inclusão bancária e microcrédito do Governo Federal, entre 2003 e 2010, abriram as portas dos serviços financeiros (conta-corrente, poupança, seguros, créditos, recebimentos e meios de pagamento) à população de baixa renda, propiciando a formalização dos micronegócios, favorecendo a inclusão social e contribuindo para o crescimento econômico registrado no período. O período registrou o significativo aumento de 45 milhões no número de pessoas físicas com relação com instituições financeiras (bancos e cooperativas de crédito), em sua grande maioria pelo aumento do número pessoas com conta-corrente e de poupança.

A facilitação do acesso ao crédito e a criação das contas especiais de depósitos à vista, conhecidas como contas simplificadas, foram destaque nesse movimento de bancarização do país para os mais po-

bres, principalmente os beneficiários de programas sociais registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Cerca de 2,85 milhões de beneficiários do Bolsa Família possuíam conta-corrente simplificada ao final de 2010.

As medidas englobaram ainda o apoio ao cooperativismo de crédito, o aumento dos tipos de serviços prestados e a regulamentação do crédito consignado. Entre 2004 e setembro de 2010, foram efetuados 41,8 milhões de contratos de crédito consignado com beneficiários do INSS, envolvendo R\$ 81,88 bilhões em financiamento.

O sistema de crédito cooperativo ganhou novos contornos com a permissão de cooperativas de livre adesão, aprovada e regulamentada pela Lei 130/2009. Medidas como a simplificação e ampliação dos limites opera-



Microcrédito gerou emprego e renda e movimentou a economia



cionais, a redução e isenção de tributos ou a criação do PROCAPcred (Programa de Capitalização de Cooperativas de crédito) promoveram o aumento de todos os seus indicadores econômicos. O número de Cooperativas de Crédito somado aos Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) aumentou de 2.915 em 2002 para 4.319 em junho de 2010. O total de associados passou de 1,6 milhão para 4,5 milhões e o valor dos depósitos de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 26,5 bilhões, de 2002 a 2010. E o que é mais importante, as operações de crédito efetuadas aumentaram de R\$ 4,6 bilhões em 2002 para R\$ 27,8 bilhões em 2009.

Com procedimentos simplificados de abertura e movimentação – sem exigência de comprovação de renda e residência e sem cobrança de taxas –, as contas simplificadas viabilizaram o acesso aos serviços bancários em geral e ao crédito à faixa da população brasileira até então excluída desse universo. Em sete anos, o número de contas simplificadas abertas chegou a cerca de 10 milhões, sendo mais de 6,5 milhões ativas.

Contas correntes abertas entre 2003-2010

ANO	2003	2010*
População	175 milhões	195 milhões
Nº de CPFs com relacionamento com Instituições Financeiras	70 milhões	115 milhões
Nº de contas correntes simplificadas ativas	0	6,5 milhões
% da População	40%	59%

Fonte: Bacen - [*]Até outubro

A expansão da rede de atendimento bancário ganhou impulso em 2003, quando foi estendida a todas as instituições autorizadas pelo Banco Central a possibilidade de contratar correspondentes no país para a execução de serviços bancários. A medida levou esses serviços a estabelecimentos muito mais próximos da população, como redes lotéricas, correios e supermercados.

O conjunto de medidas de incentivo ao Microcrédito começou a ser estruturado em 2003, com recursos do direcionamento dos 2% das exigibilidades sobre depósitos à vista captados pelas instituições financeiras. Foram realizadas 55,6 milhões de operações de microcrédito de uso livre entre agosto de 2004 e agosto de 2010, com R\$ 6,46 bilhões em empréstimos destinados à população de baixa renda.

Em abril de 2005, foi criado o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) como ferramenta de incentivo à geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. O PNMPO definiu uma política de estado para universalizar o acesso ao microcrédito para milhares de empreendedores populares excluídos do sistema financeiro tradicional. As diretrizes gerais desse programa foram elaboradas pelos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



Os feirões da Caixa ajudaram a promover o programa Minha Casa Minha Vida, que facilitou o acesso das famílias de baixa renda à habitação



Entre 2003 e 2010 foram realizadas 12,2 milhões de operações de microcrédito produtivo urbano. Foram emprestados mais de R\$ 13,7 bilhões, em sua maioria, para operações que contaram com assessoria de um agente de crédito.

No âmbito do PNMP, o programa BNDES Microcrédito destinou recursos ao financiamento de capital de giro ou de investimentos produtivos fixos, como obras civis, na compra de máquinas e equipamentos novos e usados e na compra de insumos e materiais. Das 47 operações realizadas com instituições de microcrédito produtivo orientado realizadas de maio de 2003 a junho de 2010, que resultaram em créditos totais de R\$ 163 milhões, o BNDES teve participação média de 80%, desembolsando R\$ 131 milhões.

O Banco do Nordeste do Brasil destacou-se nesse cenário com o Crediamigo, que tinha em 2010 carteira ativa de R\$ 609,7 milhões, com 690 mil operações,

de valor médio de R\$ 948,75 e taxa média de juros de 2,17% ao mês, com desembolso total de R\$ 1,5 bilhão em 2010. No acumulado de 2003 a 2010, o Crediamigo liberou um total de R\$ 6,96 bilhões. Já o Banco da Amazônia, criou o Programa Amazônia Florescer, o qual já viabilizou a concessão de crédito para mais de 9 mil pequenos empreendedores, no valor de R\$ 6,9 milhões, com média de R\$ 773,57 por beneficiário. Mais de 580 mil beneficiários do Bolsa Família tiveram acesso ao microcrédito produtivo rural ou urbano por meio do Agroamigo/Pronaf e Crediamigo até 2010.

O Banco Popular do Brasil firmou várias parcerias e convênios com organizações não governamentais e cooperativas de crédito solidário para a concessão de microcrédito. A oferta desse serviço pelo BPB, em 2009, foi de aproximadamente R\$ 22,5 milhões. Desde 2004, quando foi criado, o banco concedeu R\$ 469 milhões, por meio de 3,6 milhões de contratos, com valor médio das operações de crédito de R\$ 131.





4. Desenvolvimento produtivo e comércio exterior



Navio Plataforma P-57 da Petrobras, que prevê investimentos de US\$ 224 bilhões entre 2010 a 2014

O Governo Federal, nos últimos oito anos, contribuiu para elevar a competitividade da indústria brasileira. O objetivo foi alcançado com estímulo ao investimento produtivo, ampliação da oferta de crédito, políticas de fomento à inovação, expansão de iniciativas voltadas para as pequenas e médias empresas e fortalecimento do sistema de metrologia e de proteção à propriedade intelectual. A partir de 2004, essas diretrizes passaram a ser implantadas por meio da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce). Em 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) ampliou o conjunto de setores beneficiados pela Pitce e melhorou

o ambiente jurídico para a retomada dos investimentos e da inovação.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tornou-se o principal indutor dos investimentos produtivos no País. A instituição assumiu um papel fundamental no apoio às exportações, à inovação, ao estabelecimento de pequenas e médias empresas em áreas estratégicas e ao investimento privado de longo prazo.

A partir de 2003, os desembolsos do BNDES atingiram níveis recordes, principalmente em projetos de infraestrutura e em setores priorizados pela política industrial. De janeiro de 2003 a junho de 2010, foram mais de R\$ 560 bilhões, gerando um investimento total de mais de R\$ 900 bilhões. O número de operações superou 1,5 milhão, das quais 92% para micro, pequenas e médias empresas ou pessoas físicas – microempreendedores, transportadores autônomos e produtores rurais. No total, os desembolsos passaram de R\$ 37 bilhões, em 2002, para R\$ 136 bilhões, em 2009. A geração de investimentos, que era de R\$ 63 bilhões em 2002, alcançou R\$ 198 bilhões em 2009. O novo modelo de desenvolvimento atraiu investimentos estrangeiros ao Brasil. Em 2002, o País recebeu US\$ 16,59 bilhões de investimentos estrangeiros, recursos que chegaram a US\$ 45,06 bilhões em 2008. Em 2009, apesar da crise global, esse número alcançou US\$ 25,95 bilhões.

Operações do BNDES (2002-2010)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até jun)	Total
Desembolso (R\$ milhões)	37.419	33.534	39.834	46.980	51.318	64.892	90.878	136.356	59.317	560.528
Investimento Alavancado (R\$ milhões)	63.208	62.347	69.710	89.037	92.706	107.765	149.292	197.618	91.257	922.940
Número de Operações (milhares)	125	103	136	119	122	206	204	391	273	1.663

Fonte: BNDES



As medidas adotadas ampliaram a participação brasileira no comércio mundial, que passou de 0,96%, em 2002, para 1,26%, em 2009, ao mesmo tempo que provocaram uma desconcentração dos mercados de destino das exportações nacionais. De 2003 a agosto de 2010, foram acumulados saldos comerciais de mais de US\$ 252 bilhões. As importações apresentaram uma composição nitidamente indicativa da realização de grandes investimentos por parte de vários setores industriais.

Novo ambiente de negócios

A Pitce criou um ambiente mais propício para os investimentos industriais por meio de novas leis de incentivos fiscais, da melhoria da relação entre os setores público e privado – estabelecendo a possibilidade de subvenção econômica para empresas – e da criação de instrumentos de estímulo à interação da universidade com a indústria.

Quatro anos depois, a PDP ampliou a abrangência dessas ações e estabeleceu quatro desafios centrais para a sustentação do ciclo de expansão econômica. O primeiro é a ampliação da capacidade produtiva doméstica, evitando a formação de gargalos de oferta. O segundo, a preservação da robustez do balanço de pagamentos, para impedir que restrições externas inibam o crescimento do País. O terceiro, a elevação da capacidade de inovação das empresas, para que possam ampliar a competitividade no mercado



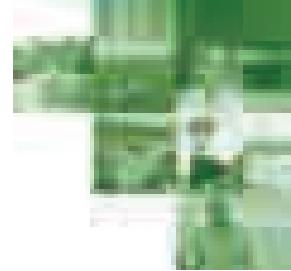
O complexo industrial da saúde avançou no Brasil com o compartilhamento de metas entre o setor privado, institutos tecnológicos e a comunidade científica

doméstico e fortalecer a inserção externa do Brasil. O quarto é o fortalecimento das micro e pequenas empresas, para acelerar o crescimento do emprego e a inclusão social no País.

A PDP está atingindo esses objetivos por meio de ações em três níveis distintos. Em primeiro lugar, medidas de caráter geral, sistêmicas, voltadas para elevar a produção e garantir isonomia com nossos competidores, relativas a tributos, segurança jurídica e financiamento do investimento e da inovação. Em segundo lugar, iniciativas focadas em questões estratégicas importantes, que criam bases sólidas para o desenvolvimento produtivo em médio e longo prazo do País. São elas: o fortalecimento das micro e pequenas empresas, a expansão das exportações, a integração produtiva com a América Latina, a integração com a África, a descentralização espacial da produção no País e a produção ambientalmente sustentável. E, finalmente, a PDP estabelece iniciativas voltadas para sistemas produtivos específicos da economia brasileira.

As medidas mais gerais tomadas pelo Governo Federal ajudaram a melhorar o ambiente de negócios e a aumentar os investimentos no Brasil. Uma iniciativa importante foi a criação da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai), construída com o apoio de órgãos estaduais de fomento de investimentos e entidades de classe empresariais. A Renai, disponível no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, oferece informações sobre linhas de financiamento, incentivos fiscais, o potencial de Estados e de municípios e um mapa de acesso às entidades responsáveis pela condução de ações de fomento no País.

Outra iniciativa abrangente que favoreceu os investimentos foi o regime de ex-tarifário, que consiste na redução do imposto de importação de bens de capital, de informática e de telecomunicação que não sejam produzidos no País. O mecanismo possibilita o aumento da inovação tecnológica pelas empresas, ajuda a melhorar a infraestrutura nacional e estimula os investimentos para o abastecimento do mercado interno de bens de consumo, o que gera empregos. Em oito anos foram aprovadas mais de 10 mil concessões de ex-tarifários. Os investimentos esperados, associados a essas importações, somam mais de US\$ 137 bilhões. Destacam-se as desonerações de equipamentos para projetos dos setores siderúrgico, petroquímico, automotivo, de mineração, de bens de capital, de geração de energia e de construção civil. Entre as obras beneficiadas estão o metrô da cidade de São Paulo, o Rodoanel paulista, as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e a implantação de infraestrutura no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.



Aplicação de Regime Ex-Tarifário Brasil (2003 - 2010)

Anos	Pleitos	Investimento em Bens Importados (US\$) (A)	Investimento Globais Vinculados (US\$) (B)	Pleitos Aprovados (com Reduções Tarifárias)	A/B (%)
2003	1.079	940.880.659	12.588.930.233	899	7.47%
2004	1.130	510.259.060	2.945.118.501	588	17.33%
2005	1.528	1.973.050.897	16.618.425.915	1.215	11.87%
2006	1.560	2.048.165.300	12.694.543.228	1.350	16.13%
2007	1.899	2.617.215.103	11.059.235.382	1.210	23.67%
2008	2.564	5.102.536.604	20.381.420.339	1.794	25.04%
2009	1.965	5.313.685.273	51.588.129.947	1.836	10.30%
2010*	1.400	2.351.718.752	9.937.332.151	1.176	23.67%
TOTAL	13.125	20.857.511.648	137.813.135.696	10.068	15.13%

* Estimativa

Também contribuiu para a melhoria do ambiente dos negócios o estabelecimento dos Processos Produtivos Básicos (PPB), uma ferramenta que fortalece as cadeias produtivas nacionais. O PPB determina o conjunto mínimo de operações fabris que uma empresa precisa ter para conseguir alguns benefícios fiscais previstos por lei – como os oferecidos pela Lei de Informática e pela Zona Franca de Manaus. De 2003 a agosto de 2010, foram publicadas 729 portarias de fixação ou alteração de PPBs, com destaque para setores estratégicos por volume de investimentos, empregos gerados, conteúdo tecnológico, participação nas exportações e fortalecimento da cadeia produtiva, como a produção de microcomputadores, televisores de tela fina, telefones celulares, cartões inteligentes (smart card), radares transportáveis de vigilância, além de componentes, partes e peças para motocicletas.

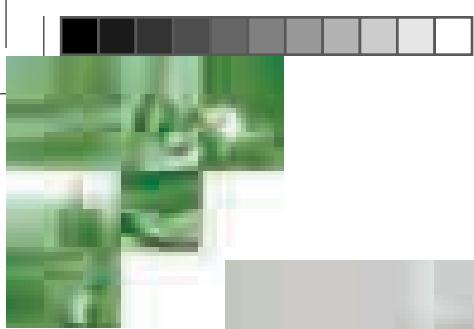
A redução de taxas e o alongamento de prazo de linhas de financiamento do BNDES, medidas tomadas para aumentar a competitividade das empresas brasileiras, também foram fundamentais para aumentar os investimentos – em especial, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que, por meio de significativa redução de juros, acelerou a recuperação do investimento, que havia sido duramente afetado pela crise financeira internacional.

Ao mesmo tempo que implantava medidas de caráter mais geral, o Governo executava, no âmbito da PDP, programas específicos para 34 setores, que foram agrupados em três categorias: Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas, Programas para Fortalecer a Competitividade e Programas para Consolidar a Liderança.



A expansão do setor de petróleo exigiu a criação do Plano Nacional de Qualificação Profissional, com investimentos de R\$ 220 milhões

Os Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas trabalham áreas tecnológicas e complexos industriais em que a competitividade está fortemente associada à superação de desafios científico-tecnológicos para a inovação. Compõem a lista o complexo industrial da saúde, as tecnologias de informação e comunicação, a nanotecnologia, a biotecnologia, o complexo industrial da energia nuclear e o complexo industrial da defesa. Foi estabelecido o compartilhamento de metas entre o setor privado, institutos tecnológicos e a comunidade científica.



A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) participa do esforço de inovação previsto na Política de Desenvolvimento Produtivo

Os Programas para Fortalecer a Competitividade têm o objetivo de beneficiar indústrias com potencial exportador ou com grande influência sobre o conjunto da economia, como o complexo automotivo, a indústria de bens de capital, a indústria têxtil e de confecções, o setor de biodiesel, a agroindústria e a construção civil, entre outros. Esses setores foram beneficiados por meio de incentivos fiscais e financeiros, regulação e apoio técnico, instrumentos que ajudaram a elevar o patamar de competitividade de cada um.

Os Programas para Consolidar e Expandir a Liderança beneficiaram setores com projeção internacional e grande capacidade competitiva, que buscam consolidar e expandir sua liderança. São sistemas produtivos com investimentos significativos de longo prazo e que contam com financiamento do setor público. Entre eles estão os complexos produtivos de petróleo, de bioetanol, de carnes, de mineração e aeronáutico. As medidas estabelecidas para estes programas buscam a consolidação e a realização de novos investimentos, com ênfase na inovação e na internacionalização de empresas.

Inovação tecnológica

O Governo Federal constatou, desde 2003, que a inovação tecnológica no segmento produtivo deveria ser induzida de uma maneira mais agressiva. Foram consideradas áreas prioritárias, entre outras, a biotecnologia, a nanotecnologia, a tecnologia da informação e comunicação e a inteligência competitiva. Com vistas à criação de um ambiente de negócios favorável à inovação tecnológica, foram estimuladas a normalização e regulamentação técnica e a proteção à propriedade intelectual.

Várias iniciativas favoreceram a inovação na indústria brasileira. A criação dos Fóruns de Competitividade possibilitou o debate de políticas setoriais e serviu como instrumento importante de apoio à tomada de decisão, articulando as necessidades do setor produtivo, da academia, da sociedade civil e do poder público. O Portal da Inovação ajudou a aproximar diferentes setores, um espaço de interação e cooperação tecnológica. As ações de desenvolvimento do sistema de propriedade intelectual e dos programas de metrologia e de avaliação de conformidade melhoraram o ambiente institucional e o aperfeiçoamento dos padrões técnicos.



Para incentivar a inserção de micro, pequenas e médias empresas na economia da informação e do conhecimento, estimulando a inovação, foram instalados 1,2 mil Telecentros de Informação e Negócios em todo o país. São espaços que reúnem vários computadores em rede, ligados à internet, onde são oferecidos cursos aos empresários e aos seus empregados sobre o uso da informática nos negócios. Os telecentros prestam também serviços aos empreendedores.

O sistema de propriedade intelectual foi aprimorado. O exame de patentes e marcas ficou mais rápido. Entre 2003 e 2009, foram recebidos 167 mil pedidos de depósitos de patentes e processados 110 mil, o equivalente a 66% dos pedidos. As concessões de patentes somaram 20,6 mil. Quanto aos depósitos de registros de marcas, deram entrada no mesmo período 721 mil, sendo decididos 714 mil, o que representa 99%. Foram concedidas 326 mil marcas de 2003 a 2009. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) foi autorizado e capacitado para atuar como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar de Patentes, no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes. Entre os avanços do período está também a inclusão, no portal do Inpi, de uma “Base de Patentes em Aniversário”, com as tecnologias que caíram em domínio público, e de uma “Base de Patentes Concedidas”, que representa um importante banco de dados para as decisões de investimento e as estratégias de inovação no País.

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) aperfeiçoou os mecanismos de verificação do cumprimento dos regulamentos técnicos, para prover confiança à sociedade nas medições e nos produtos e serviços, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade, promovendo a harmonização das relações de consumo, inovação e competitividade do País.

Atuou fortemente nas áreas da metrologia eletroquímica, orgânica, inorgânica, de gases e motores, combustíveis e lubrificantes, produzindo Material de Referência Certificado (MRC).

Além disso, implantou laboratórios que prestam serviços de ensaio a empresas e universidades, destacando-se: o de Metrologia de Materiais (com ensaios em implantes ortopédicos, dispositivos orgânicos emissores de luz – OLEDs, materiais nanoestruturados e laboratório de nanometrologia, com o microscópio eletrônico de varredura e transmissão Titan, único da América Latina); o de Velocidade de Fluidos e Vazão de Líquidos (garantindo maior confiabilidade aos sistemas de calibração de medidores de vazão de líquidos e gás, no abastecimento doméstico, produção de bebidas e fármacos, estudos oceânicos e plataformas de petróleo do Pré-Sal); o Móvel de Telecomunicações e TV digital (para medir sinal de TV e rádio digitais e sistemas de acesso à internet banda larga); e o de Biotecnologia (que apoiará o Centro Brasileiro de Material Biológico, em parceria com o Inpi).





Primeiro navio do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), o petroleiro João Cândido é lançado ao mar no porto de Suape (PE), em maio de 2010

Comércio exterior

O Governo Federal implantou medidas em várias frentes para melhorar o desempenho do Brasil no comércio exterior. Entre os objetivos estavam o aumento da competitividade comercial, a ampliação do número de empresas exportadoras, a agregação de valor às exportações e a ampliação do acesso aos mercados externos. As iniciativas incluíram promoção comercial, missões empresariais ao exterior, aplicação de instrumentos de defesa comercial e fomento à internacionalização de empresas brasileiras.

Para promover a competitividade dos produtos e serviços brasileiros, foram adotadas políticas de financiamento e garantia de crédito às operações de longo prazo, bem como medidas de desoneração tributária das exportações, desoneração do Imposto de Renda

para promoção comercial e restituição de metade dos créditos tributários acumulados na exportação.

Um dos principais mecanismos tributários utilizados pelo Governo para incentivar as exportações foi o drawback, que prevê a suspensão, a restituição ou a isenção dos tributos incidentes na importação ou na aquisição no mercado interno de mercadoria utilizada na produção de bens exportáveis. Ao desonrar os insumos, o produto nacional se torna mais competitivo em mercados externos. Em 2009, dos R\$ 152 bilhões exportados pelo Brasil, cerca de R\$ 37 bilhões (24%) tiveram amparo no regime de drawback.

As micro, pequenas e médias empresas passaram a receber financiamento do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), a taxas de juros mais competitivas, e foi criado o Proex Financiamento

Operações do BNDES no setor exportador (2002-2010)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até jun)	Total
Desembolso (R\$ bilhão)	11.8	11.9	11.1	14	13.9	8	12.8	15.6	5.1	104.2
Desembolso (US\$ bilhão)	3.9	4.0	3.9	5.9	6.3	4.2	6.6	8.3	2.9	46.0
Número de Operações	1,027	896	582	681	667	408	648	902	274	6,085

Fonte: BNDES



à Produção Exportável, para suprir a demanda por recursos para custear a produção de bens e serviços destinados a mercados no exterior.

Tradicionalmente um grande financiador do setor exportador, o BNDES teve um papel anticíclico na recuperação do comércio exterior brasileiro depois da pior fase da crise financeira global, além de dar continuidade a seu papel perene de apoiador da exportação a partir de uma grande carteira de operações nos setores de bens de capital, aeronaves e serviços de engenharia e construção. Durante a crise, o fundo garantiu recursos para empresas de porte como a Embraer (US\$ 3 bilhões) e a construtoras brasileiras com investimentos na África e em países latino-americanos, além de garantir crédito para operações de micro e pequenas empresas com prazos inferiores a dois anos. Em apoio ao comércio exterior, foram realizadas cerca de 5 mil operações pelo BNDES entre 2003 e junho de 2010, com desembolso total de R\$ 112 bilhões.

Para ampliar o mercado externo aos produtos e serviços brasileiros, o Governo Federal negociou com uma grande diversidade de parceiros comerciais, como União Europeia, Conselho de Cooperação do Golfo, As-



O sistema de propriedade intelectual processou 110 mil pedidos de patentes e concedeu 20 mil, entre 2003 e 2009



Porto de Rio Grande (RS), cuja dragagem faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)



sociação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), Comunidade Econômica do Caribe (Caricom), Estados Unidos, Japão, Rússia, Coreia do Sul, Canadá, México, Marrocos, Turquia, Jordânia, Palestina, Paquistão e Austrália. Entraram em vigor vários acordos de complementação econômica na América Latina (México, Guiana, Peru, Suriname, Colômbia, Equador, Venezuela e Cuba). Foram fechados acordos com a Índia, Israel e Egito.

Um instrumento importante para mobilizar a classe empresarial foram os Encontros de Comércio Exterior (Encomex), que tiveram o objetivo de aumentar a pauta de produtos exportados e a base exportadora, buscando maior participação das empresas, especialmente das micro e pequenas, no comércio internacional. Entre 2003 e 2010, foram realizados 87 encontros, com 62 mil participantes.

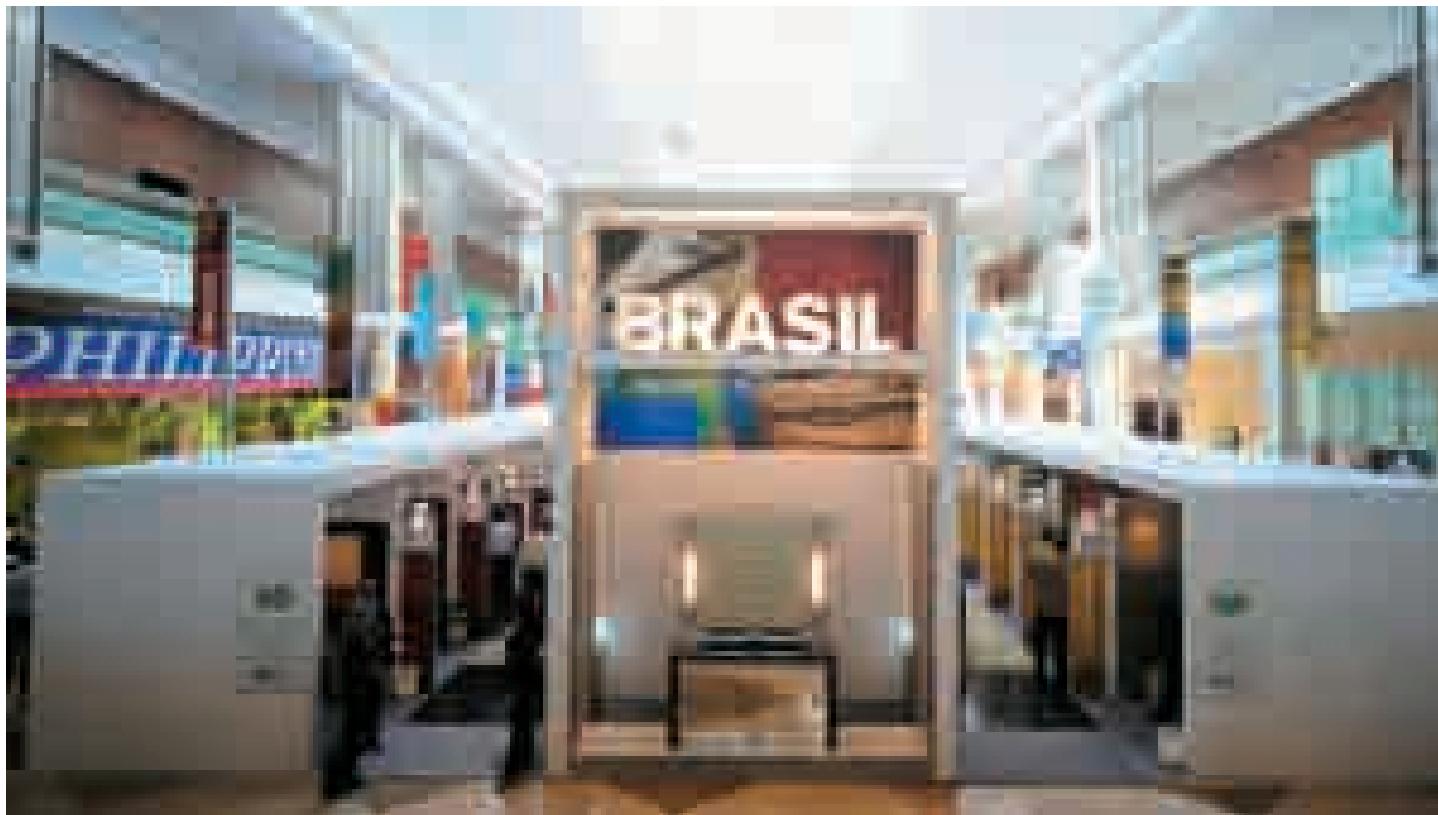
Também no esforço para mobilizar as micro e pequenas empresas e expandir a cultura exportadora, a Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior (Redeagentes) promoveu, entre outras iniciativas, cursos e treinamentos para agentes de comércio exterior, empresários e funcionários de empresas de pequeno porte. De 2003 até outubro de 2010, foram realizados 608 cursos e treinamentos em todos os Estados brasileiros para cerca de 16 mil pessoas. Hoje, entre as

empresas exportadoras, 75% correspondem a micro, pequenas e médias empresas.

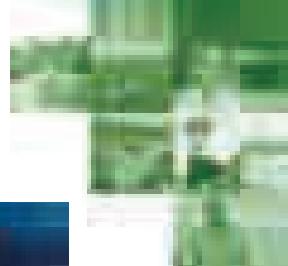
Com o objetivo de simplificar, harmonizar, racionalizar e modernizar normas e procedimentos de comércio, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) criou o Grupo Técnico de Facilitação de Comércio (GTFAC), que desenvolveu trabalhos com propostas para facilitar o comércio em áreas como controles e gestão dos processos, redução de barreiras e custos de transação relativos ao comércio internacional.

O Governo brasileiro intensificou as ações de defesa comercial do País. Como a aplicação dos instrumentos de defesa comercial deve observar compromissos assumidos pelo Brasil no plano internacional, foram adotadas medidas para aumentar a capacitação técnica e operacional brasileira na aplicação da legislação antidumping, de subsídios, de medidas compensatórias e de salvaguardas. Em 2010, foi criada a Coordenação-Geral de Defesa da Indústria (CGDI), ligada ao Departamento de Defesa Comercial (Decom), para servir de canal de atendimento aos produtores brasileiros.

De janeiro de 2003 a outubro de 2010, foram iniciados 165 procedimentos de defesa comercial e encerrados 145 casos, dos quais 103 com a aplicação



A Apex ampliou a participação brasileira em eventos internacionais, como a Big 5 Show 2008, feira de construção realizada em Dubai



A biotecnologia foi uma das prioridades do Governo, que fomentou 110 projetos na área e induziu a realização de 24 parcerias entre universidades e empresas

de medidas. Ao final de outubro de 2010, pelo menos 69 medidas estavam em vigor no País. Além de restabelecer as justas condições de concorrência, protegendo a produção nacional dos efeitos adversos das práticas desleais de comércio, a aplicação dessas medidas resultou em receitas, pelo recolhimento de direitos antidumping e direitos compensatórios, de R\$ 232 milhões em 2009 e R\$ 214 milhões até outubro de 2010.

O Brasil contestou na Organização Mundial do Comércio (OMC), entre 2002 e 2010, diversos tipos de subsídios norte-americanos ao setor agrícola, que totalizaram US\$ 12,9 bilhões entre 1999 e 2002. A OMC, em quatro oportunidades, declarou ilegais os subsídios à exportação e apontou os efeitos adversos ao Brasil. Em 2009, frente ao descumprimento das decisões da OMC pelos Estados Unidos, o Brasil obteve da organização o direito de adotar contramedidas, também chamadas de “retaliação”, pelo tempo em que aquele país continuar a descumprir a decisão.

O Brasil ganhou o direito a retaliar não só sobre bens, mas também na área de propriedade intelectual (patentes e direitos autorais). O valor autorizado para 2010 alcançou US\$ 829 milhões, a segunda maior re-

taliação autorizada da história da OMC. Em face da determinação do Brasil de exercer seu direito de levar adiante a retaliação e dos riscos que essa postura representaria para indústrias norte-americanas, os dois países assinaram, em 2010, um acordo que suspende a retaliação até o final de 2012, em troca do pagamento de US\$ 147 milhões anuais pelos EUA aos agricultores brasileiros prejudicados pelos subsídios.

Para promover as exportações, fortalecer a imagem do País no exterior e elevar o número de empresas exportadoras, a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex) promoveu exposições de produtos brasileiros em mais de 60 países. Entre projetos e eventos, foram atendidos 74 setores da economia brasileira e mais de 11 mil empresas, responsáveis pela exportação de US\$ 25,7 bilhões em 2009, o que representou 16,8% do total exportado pelo Brasil. A meta do valor exportado pelas empresas apoiadas pelos projetos de promoção comercial para o ano de 2009 foi superada em 105% e a meta de participação dessas empresas no total exportado pelo País foi superada em 97,8%.

O Brasil realizou diversas missões comerciais ao exterior entre 2003 e 2010, com intensa participação



A Zona Franca de Manaus é um dos mais modernos complexos industriais da América Latina, com cerca de 600 empresas

de pequenos, médios e grandes empresários de vários setores. As missões específicas e multissetoriais envolveram tradicionais parceiros do Brasil – como os Estados Unidos, a China e a Rússia –, mas se concentraram nos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantinha baixo intercâmbio comercial, na América Central, África, Ásia, Europa Oriental e Oriente Médio. Somente entre 2008 e 2010, foram realizadas 103 missões empresariais, a maior parte acompanhando o presidente da República em visitas oficiais.

Comércio e Serviços

Tendo em vista a importante participação do setor terciário no Produto Interno Bruto (PIB), nos Investimentos Estrangeiros Diretos e na geração de empregos formais no Brasil, desenvolveram-se iniciativas orientadas a fortalecer o setor de comércio e servi-

ços, entre as quais se destacam a criação da Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), em 2005.

Assim, registra-se como ação relevante o desenvolvimento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio (SISCOSEV), que vem a ser um sistema estruturador para as operações de serviços, e a elaboração da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio (NBS).

Micro, pequenas e médias empresas

Ao longo dos últimos oito anos, foram fortalecidas as políticas específicas para as micro, pequenas e médias empresas, segmento que é um dos principais motores para o desenvolvimento econômico e que responde por grande parte da geração de empregos. No período de 2003 a junho de 2010, foram constituídas 3,9 milhões de micro, pequenas e médias empresas no País.

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criado pela Lei Complementar nº 123/2006 e aperfeiçoado pela Lei Complementar nº 128/2008, instituiu tratamento diferenciado a essas empresas. Significou um avanço nas questões de acesso a mercados, crédito e capitalização, inovação, simplificação das relações de trabalho, cadastro unificado e desburocratização na abertura e fechamento de empresas, estratégias de incentivo ao associativismo e regras de acesso diferenciado à Justiça.

Marco na política regulatória para o setor, o Estatuto definiu o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte como a instância federal para tratar dos aspectos não tributários relacionados ao tratamento favorecido e simplificado a ser dispensado a essas empresas. A Lei Complementar que o aperfeiçoou possibilitou incluir novas atividades no Simples Nacional e trouxe regras mais ágeis para constituir microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs). Instituiu ainda a figura do Microempreendedor

Apoio do BNDES às micros, pequenas e médias empresas (2002-2010)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até jun)	Total
Desembolso (R\$ milhões)	7.635	9.554	11.777	11.579	10.972	15.665	20.599	24.285	20.833	125.265
Investimento alavancado (R\$ milhões)	11.014	13.308	16.646	16.234	14.478	18.702	22.792	26.576	22.594	151.330
Número de operações (milhares)	118	96	128	109	110	186	180	367	252	1.539

Fonte: BNDES



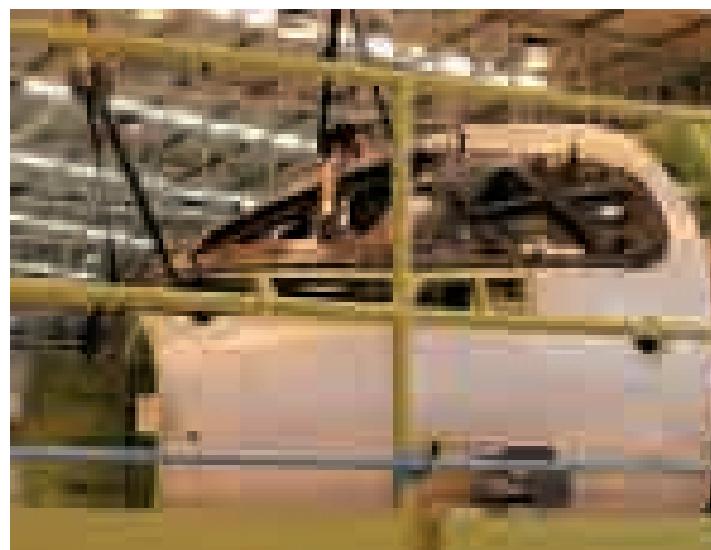
Individual (MEI) e da Sociedade de Propósito Específico para microempresas e empresas de pequeno porte.

Em dezembro de 2007, foi criada a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). É um sistema integrado que permitirá a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas do Brasil, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. Integrará todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, inscrições, licenciamentos, autorizações e baixa das empresas, por meio de uma única entrada de dados e de documentos, acessada pela internet. Em relação ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas, foi duplicado o limite de crédito no Cartão BNDES e realizadas 429 mil operações com esse tipo de cartão, totalizando investimentos da ordem de R\$ 6,3 bilhões.

Outra preocupação do Governo foi o aperfeiçoamento do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), que visa consolidar a atividade como setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades. O PAB atua na elaboração de políticas públicas envolvendo órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além de entidades privadas, priorizando a geração de ocupação e renda e a elevação do nível cultural, profissional, social e econômico do artesão brasileiro. Entre 2004 e 2009, foram alocados R\$ 827 mil para capacitação de artesãos e multiplicadores, tendo sido capacitados 5,2 mil coordenadores e técnicos artesãos.

Desenvolvimento regional

O Governo Federal assumiu o compromisso de reduzir o



Durante a crise global, o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) repassou US\$ 3 bilhões para a Embraer

desequilíbrio federativo, no qual as regiões Sul e Sudeste exibem níveis de desenvolvimento e indicadores sociais muito superiores às demais regiões. Outro desequilíbrio combatido foi o da concentração industrial nas capitais brasileiras, em detrimento das regiões do interior do País.

Para enfrentar essa situação, foi dado apoio ao desenvolvimento dos polos produtivos regionais, entre os quais estão a Zona Franca de Manaus, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Esses polos têm a função de fomentar o potencial econômico regional, especialmente em locais socioeconomicamente deprimidos, como parte de uma estratégia geopolítica de desenvolvimento.

A Zona Franca de Manaus compreende um dos mais modernos e pujantes polos industriais da América Latina. Reúne em torno de 600 empresas, com grande faturamento, produção e geração de emprego e renda, indústrias nacionais e multinacionais que atendem às demandas dos mercados interno e externo.

Os APLs são agrupamentos de empreendimentos e indivíduos em torno de uma atividade produtiva predominante em determinado território – como a produção de sapatos em Franca (SP), por exemplo – que compartilham formas de cooperação. Podem incluir micro, pequenas, médias e grandes empresas. Foram identificados no País 957 Arranjos Produtivos Locais, que contam com o apoio, no nível federal, do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, composto por 33 instituições, e no nível estadual, de 27 Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs, que envolvem a participação de mais de 200 instituições governamentais e não governamentais.

As ZPEs são áreas de livre comércio, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializadas com o exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. Criadas em 1988, passaram por uma reformulação, por meio da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007. Em 2010, foram criadas ZPEs em Jaboatão dos Guararapes (PE), Assú (RN), Macaíba (RN), São Gonçalo do Amarante (CE), Boa Vista (RR), Aracruz (ES), Bataguassu (MS), Fernandópolis (SP), Senador Guiomard (AC) e Parnaíba (PI).

O esforço para promover o desenvolvimento industrial em todos os Estados da federação, articulado com a política de Desenvolvimento Produtivo, resultou também na criação, em 2006, da Rede Nacional de Política Industrial (Renapi). O seu objetivo é difundir e incentivar o acesso aos instrumentos da política industrial nos Estados e municípios, contribuindo para estabelecer e fortalecer a estrutura produtiva regional. Existem hoje 19 núcleos estaduais Renapi de apoio à execução da Política de Desenvolvimento Produtivo.



5. Pesquisa e desenvolvimento tecnológico

As iniciativas governamentais no período 2003-2010 buscaram expandir a base científica e tecnológica nacional, criar um ambiente empresarial favorável à inovação, incentivar a produção de conhecimento em áreas estratégicas e usar a ciência como instrumento de inclusão social. O Governo orientou sua atuação pela visão de que pesquisa e desenvolvimento tecnológico são elementos estratégicos para o desenvolvimento entendido como a prosperidade social e econômica do País.

Os investimentos totais no setor, que somaram R\$ 2,6 bilhões em 2003, atingiram R\$ 8,3 bilhões em 2010, um crescimento nominal de 214%. Os recursos aplicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em pesquisa científica, no desenvolvimento de tecnologias e em ações concretas para inovação industrial saltaram de R\$ 0,6 bilhão, em 2003, para R\$ 3,2 bilhões, em 2010, crescimento nominal de 402%.

O esforço empreendido em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil pode ser avaliado pela evolução dos investimentos totais como proporção do PIB. Enquanto em 2003 os dispêndios em P&D representavam 0,96% do PIB, este percentual atingiu 1,13% em 2008, com estimativa de 1,25% em 2010. Também se verificou aumento dos investimentos em P&D realizados pelo setor empresarial no PIB, que passaram de 0,44% em 2003 para 0,54% em 2008, com estimativa de alcançar 0,59% em 2010.

As agências de fomento ampliaram a concessão de bolsas. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que haviam concedido 84 mil bolsas em 2002, liberaram 149 mil em 2009, com a estimativa de alcançar 160 mil bolsas em 2010. O custo desse apoio passou, no mesmo período, de R\$ 813 milhões para mais de R\$ 2,5 bilhões em 2010. Foram concedidos 38,8 mil títulos de mestrado em 2009, contra 24,4 mil sete anos antes. Os títulos de doutorado passaram de 6,9 mil para 11,4 mil, no mesmo período.

A expansão dos investimentos provocou o crescimento da participação do Brasil na produção científica mundial. O País respondeu por 2,69% dos artigos científicos indexados em 2009, contra 1,62% em 2002.

Um avanço importante no marco regulatório foi o lançamento, em 2007, do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (Pacti), que estabeleceu metas até 2010 a partir de conversas com governos estaduais e municipais. Outras iniciativas, como a criação de incentivos fiscais para a inovação nas empresas, criaram um ambiente favorável à integração de pesquisadores e empresários, ampliando a participação da iniciativa privada no esforço nacional de geração de conhecimento.

Expansão do sistema de ciência, tecnologia e inovação

O Pacti concretizou a expansão das iniciativas governamentais. Ele recomendou aumento dos investimentos em recursos humanos, a partir da constatação de que, apesar de o Brasil apresentar um avanço significativo em pesquisa acadêmica e científica, precisava dar um passo à frente em desenvolvimento tecnológico. Em setembro de 2010, verificou-se o número de 82.430 bolsas de pesquisa científico-tecnológicas, um crescimento de 70% sobre as 48.561 dadas em 2003. Do total, 21.015 foram de formação (mestrado e doutorado), 33.382 de iniciação científica, 16.194 de estímulo à pesquisa e 11.839 tecnológicas.

A distribuição dos recursos para formação e qualificação de pesquisadores priorizou o crescimento nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Em outubro de 2010, o Nordeste recebeu R\$ 202 milhões em bolsas de pesquisa, um aumento de 182% sobre o valor obtido em 2003. O Norte obteve R\$ 59 milhões, 237% a mais. O Centro-Oeste ficou com R\$ 100 milhões, elevação de 162%. Apesar de o Sudeste (R\$ 649 milhões) e o Sul (R\$ 208 milhões) ficarem com as maiores fatias em valores absolu-



tos, o crescimento do volume investido nas duas regiões foi menor: 95% e 105%, respectivamente.

Os investimentos em recursos humanos priorizaram também os setores estratégicos, as tecnologias portadoras de futuro e as engenharias. Por isso, na distribuição das bolsas, as chamadas ciências da vida (agrárias/ambientais, biológicas e da saúde) receberam R\$ 542 milhões (valores acumulados do ano, até outubro de 2010), um crescimento de 140% sobre o volume investido em 2003. As ciências exatas, engenharia e computação ficaram com R\$ 418 milhões – crescimento de 96% no mesmo período. As ciências humanas e sociais obtiveram R\$ 195 milhões no mesmo período, aumento de 68%.

Houve avanços expressivos na infraestrutura de pesquisa desde 2003. Foram criados 122 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) – antes chamados “Institutos do Milênio”. Em 2003, eram apenas 17, com orçamento de R\$ 83 milhões. Em 2009, foram destinados R\$ 609 milhões.

As Unidades de Pesquisa (UPs) e as Organizações Sociais (OSs) foram fortalecidas e intensificaram a colaboração com instituições acadêmicas e empresariais. As UPs e as OSs são centros de referência em suas áreas, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Observatório Nacional (ON).

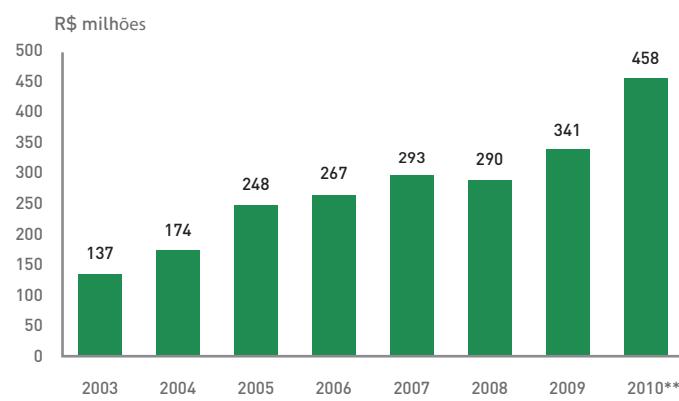


Os orçamentos dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia passaram de R\$ 83 milhões (2003) para R\$ 609 milhões (2009)



O Governo Federal aumentou em 334% os investimentos nas Unidades de Pesquisa entre 2003 e 2010, elevando-os de R\$ 137 milhões para R\$ 458 milhões. Foram gastos, no período, R\$ 110 milhões na recuperação de instalações e na construção de 57 edificações. Em 2004, duas Unidades de Pesquisa foram criadas no Nordeste: o Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), em Campina Grande (PB), e o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetenel), em Recife (PE).

Total de investimentos em Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais* (2003-2010)



Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia

* Custo e capital

** Estimativa

A expansão do sistema de ciência, tecnologia e inovação foi reforçada com a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que prevê atuação integrada dos fundos setoriais, mecanismo inovador de estímulo à área. O objetivo foi garantir a ampliação e estabilidade do financiamento por meio de um modelo de gestão baseado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo e na definição de prioridades, com foco em resultados.

O fomento à pesquisa foi acelerado em várias frentes. Os seis principais programas de apoio à pesquisa do CNPq (Pronex, INCTs, Jovens Pesquisadores, Casadinho, Primeiros Projetos e Edital Universal) receberam R\$ 736 milhões em 2009, contra R\$ 112 milhões para os dois únicos programas (Pronex e Edital Universal) existentes em 2003. No mesmo período, o investimento anual em infraestrutura de pesquisa nas universidades públicas cresceu de R\$ 53 milhões para R\$ 390 milhões.

Os Estados tiveram papel fundamental na expansão da pesquisa tecnológica. Foram sancionadas Leis

de Inovação em 14 unidades da Federação. A infraestrutura para pesquisa avançou com o Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que estendeu o alcance da antiga rede e passou a integrar, em conexões de alta velocidade, cerca de 600 organizações federais e estaduais de educação e pesquisa em todo o País. As conexões de rede de alta velocidade e desempenho contribuíram diretamente para a formação de professores pelo método de ensino à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil, e para geração e uso de conteúdos digitais na pós-graduação e na educação tecnológica. Até 2010, a RNP já havia integrado 288 campi de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) e Unidades de Pesquisa (UPs) localizados no interior do País.

Cooperação internacional

A política de cooperação internacional em ciência e tecnologia foi reformulada e gradualmente adequada às mudanças ocorridas no cenário nacional e internacional no período de 2003 a 2010. A cooperação Sul-Sul e as relações com os países em desenvolvimento foram intensificadas, ampliando-se o aporte de recursos para projetos colaborativos em pesquisa e desenvolvimento com esses países.

A cooperação com os países latino-americanos aprofundou-se – respeitados os respectivos sistemas de ciência e tecnologia de informação (CT&I) – por meio de programas e iniciativas bilaterais e multilaterais destinados a reduzir, de modo efetivo, os desníveis e assimetrias historicamente existentes no plano científico e tecnológico, bem como a aumentar a competitividade das economias latino-americanas no cenário de uma economia globalizada.

O Brasil se aproximou ainda mais do continente africano, buscando reforçar a capacidade científica, tecnológica e de inovação de seus países e melhorar as condições para participação dos mesmos nos mercados mundiais. O Governo Federal procurou também parcerias estratégicas com os países desenvolvidos da Europa, Ásia e América do Norte de forma mais equilibrada e sustentável, investindo recursos em bases equitativas, de igual montante. O foco desse esforço passou a ser concentrado na obtenção de resultados em sintonia com as metas do Pacti.

A presença brasileira no cenário da pesquisa científica internacional levou à participação de pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) nos experimentos do Grande Colisor de Hadrôns (LHC, da sigla em inglês), o maior acelerador

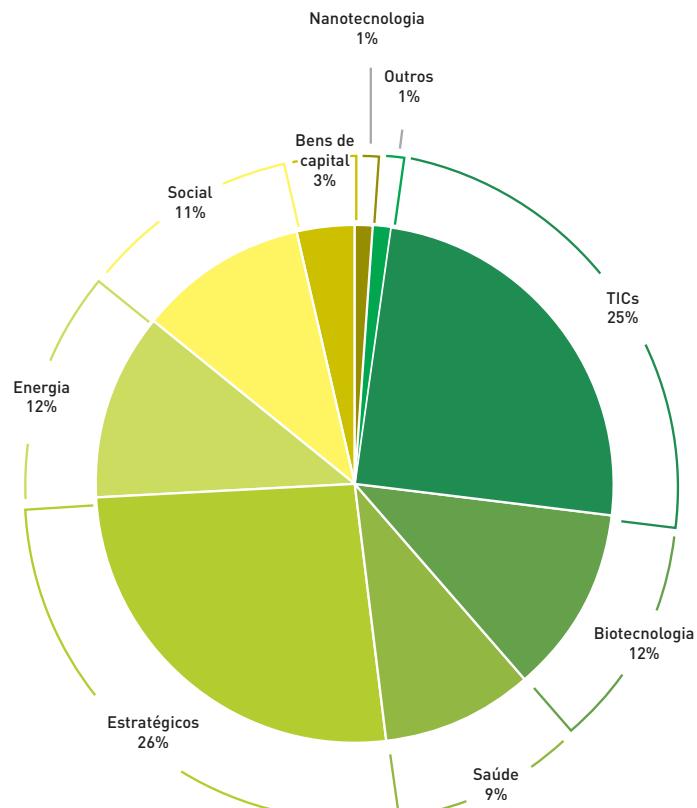


de partículas do mundo. Os pesquisadores brasileiros estão integrados aos cientistas dos países associados ao Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (Cern) por meio da rede de computadores que processa dados do projeto.

Inovação tecnológica nas empresas

A inovação tecnológica opera como elemento fundamental para o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas brasileiras, no cenário nacional e internacional. Neste sentido, o Governo brasileiro criou uma série de mecanismos para fomentar pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à inovação, com apoio financeiro expressivo para atividades de pesquisa e desenvolvimento das empresas brasileiras. Um dos mecanismos usados foi o Programa de Subvenção Econômica, criado para promover a inovação por meio da aplicação de recursos públicos não reembolsáveis em programas de pesquisa. De 2006 a 2009, a subvenção econômica beneficiou 825 projetos com R\$ 1,57 bilhão. A maioria dos projetos faz parte de áreas consideradas estratégicas pelo Pacti (27%). Em seguida, estão tecnologias de comunicação e informação (24%), de energia (12%) e de biotecnologia (12%). Em 2010, foi lançado o edital com previsão de apoio até R\$ 500 milhões.

Subvenção econômica, por áreas (2006 e '2009)



Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia



Em parceria com os Estados, o Governo concedeu, ainda, R\$ 150 milhões no mesmo período para as micro e pequenas empresas. Já a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras obtiveram um total de R\$ 230 milhões. Os incentivos fiscais às empresas atingiram cifras elevadas. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento resultantes dos incentivos fiscais da Lei do Bem alcançaram R\$ 23,8 bilhões e a renúncia fiscal atingiu R\$ 4,04 bilhões. Foram concedidos, finalmente, empréstimos reembolsáveis no valor de R\$ 5,7 bilhões, até agosto de 2010.

A subvenção econômica só foi possível graças à aprovação da chamada Lei da Inovação (Lei 10.973/2004), concebida a partir da constatação de que o conhecimento, especialmente quando transformado em inovação, é o elemento central das novas estruturas econômicas, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das sociedades. A Lei da Inovação criou mecanismos para a transferência da tecnologia gerada nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e para a incubação de empresas em instituições públicas.

Outro marco legal importante para as empresas foi o aperfeiçoamento da Lei de Informática (2004). Graças à legislação, o Governo Federal concedeu incentivos fiscais para empresas de bens e serviços de informática

e automação que investiam em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas tecnologias da informação. Foram privilegiadas as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no intuito de reduzir as desigualdades regionais e favorecer o equilíbrio no desenvolvimento nacional. Mais de 500 empresas receberam incentivos previstos na Lei de Informática. Em contrapartida, aplicaram em pesquisa e desenvolvimento R\$ 880 milhões em 2009.

Achamada Lei do Bem (Lei 11.196/2005) surgiu também para apoiar iniciativas inovadoras. Trata-se de um conjunto de incentivos fiscais usufruídos de forma automática pelas empresas mediante a aplicação de recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Entre os benefícios, instituiu-se a redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) devido na compra de máquinas, equipamentos ou instrumentos destinados à pesquisa. Incluiu-se ainda crédito de 10% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) retido na fonte, incidentes sobre valores remetidos ao exterior para pagamento de *royalties*, de assistência técnica ou para serviços especializados usados em pesquisa e desenvolvimento. Por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Governo apoiou desde 2003 cerca de 800 projetos de cooperação entre empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) para o desenvolvimento de produtos ou processos, num total de R\$ 660 milhões.





Com o objetivo de aumentar o número de pesquisadores, mestres e doutores nas empresas, criou-se o programa RHAE – Pesquisador na Empresa, uma reformulação do antigo Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE). A apresentação de um projeto de pesquisa tecnológica e inovação – sempre alinhado com áreas estratégicas para o País – permite à empresa receber bolsas de fomento tecnológico para a composição de uma equipe que realizará o trabalho. Em 2008, 131 empresas foram contempladas, possibilitando a inserção de 195 mestres e doutores, além de 180 técnicos na composição das equipes. Com o acréscimo dos recursos no programa, o número cresceu para 172 empresas, que absorveram 312 mestres e doutores e 378 técnicos. Já o Programa Capacitação Empresarial para Empresas de Pequeno Porte realizou cursos de capacitação para empresários e gerentes, com disciplinas de gestão em inovação e tecnologia do conhecimento para aprofundar competências na criação de novas tecnologias e processos produtivos.

A partir de 2009, as empresas nascentes de alto valor agregado ganharam um instrumento importante para consolidar a fase inicial de seus empreendimentos: o programa Primeira Empresa Inovadora (Prime). Com financiamento do Finep, o Prime pode apoiar empresas na fase crítica de nascimento, incentivando os empreendedores a se dedicarem integralmente ao desenvolvimento de produtos e processos inovadores e à construção de uma estratégia de inserção no mercado. Na implantação do programa, ainda em 2008, foram firmados convênios com 17 incubadoras, chamadas no processo de “agentes operacionais”, que contrataram 1.380 empresas com R\$ 165 milhões em recursos não reembolsáveis, a serem destinados à implantação e estruturação da gestão dos novos empreendimentos.

Também para impulsionar a criação de produtos e serviços inovadores no País, o Governo passou a usar seu poder de compra, por meio dos ministérios e empresas públicas, para assegurar mercado para as empresas brasileiras que desenvolviam tecnologias em setores industriais e de serviços. O mecanismo foi estabelecido pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e pelo Pacti. Várias empresas, muitas na área de saúde, foram beneficiadas por esse instrumento de compras governamentais.

Pesquisa em áreas estratégicas

As ações de apoio governamental se estenderam às pesquisas em áreas estratégicas para o desenvolvimento do País, como nanotecnologia, biotecnologia, tecnologias da informação e saúde. Grandes programas, como o espacial e o nuclear, receberam atenção

especial das políticas oficiais, assim como setores de interesse para o desenvolvimento sustentável, como a biodiversidade, mudanças climáticas e energia.

Em nanotecnologia, houve investimento intenso na infraestrutura de pesquisa, com a construção de seis laboratórios. Em 2010, já havia mais de 2 mil alunos de pós-graduação dedicados ao tema, apoiados por bolsas do CNPq e da Capes. Já tinham sido criadas dez redes temáticas de pesquisa básica e aplicada, e apoiados 430 projetos pelas redes de fomento; além disso, mais de cem empresas já disponibilizavam produtos ou serviços nanotecnológicos no Brasil.

A biotecnologia contou com a criação da Rede Integrada de Estudos Genômicos e Proteômicos (Genoprot), que financiou 53 projetos de pesquisa e 20 cursos em técnicas fundamentais de proteômica – a ciência que estuda o conjunto de proteínas de uma célula –, o que resultou na capacitação de 230 pessoas. O Governo também apoiou o Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB), financiando 133 cursos para formação de 1.730 alunos. A criação da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio) foi outro advento de importância para o setor. A Renorbio, sediada em Fortaleza (CE), financiou 509 projetos de pesquisa e 425 bolsistas de doutorado.

Para impulsionar o segmento da informação e comunicação, instituiu-se o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), o que representou investimento de R\$ 324 milhões. Essa empresa pública resultou da avaliação de que, para dispor de uma base industrial diversificada e sofisticada, o Brasil precisava de uma indústria nacional de semicondutores capaz de superar a dependência tecnológica e industrial de fornecedores externos de circuitos integrados. Ainda nessa área, o Governo Federal buscou elevar a competitividade de softwares e serviços de tecnologia da informação de acordo com as prioridades estabelecidas pela Política de Desenvolvimento Produtivo. Os resultados foram expressivos: as exportações de software e serviços de TI passaram de US\$ 100 milhões em 2002 para US\$ 4 bilhões em 2010. O faturamento das empresas do setor subiu de R\$ 30 bilhões para R\$ 50 bilhões em oito anos. O pessoal ocupado na indústria passou de 265 mil para 550 mil.

A área da saúde esteve também entre as prioridades da administração federal. A pesquisa em medicamentos foi intensificada, uma necessidade no País que está entre os dez maiores mercados farmacêuticos do mundo, com movimento de US\$ 8,5 bilhões por ano. Foram criados laboratórios de toxicologia farmacêutica, para dar suporte à análise toxicológica de fármacos, de desenvolvimento de medicamentos e execução de testes



de triagem. Os incentivos estenderam-se às pesquisas sobre várias doenças, como câncer, malária, tuberculose e hipertensão arterial; ao desenvolvimento de produtos médicos e hospitalares e à produção nacional de vacinas.

Para o setor de energia, foi criado o Programa de Desenvolvimento Tecnológico do Biodiesel, que contribuiu para a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira. O resultado dos testes em motores foi um dos fatores que levaram o Governo Federal a antecipar para 2010 a autorização da mistura de 5% de biodiesel no óleo diesel comercial, antes prevista para 2013.

Os esforços de pesquisa e desenvolvimento da cadeia produtiva do bioetanol foram ampliados, com o objetivo de manter a liderança do Brasil no mercado global de biocombustíveis. Uma decisão importante foi a criação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), cuja construção recebeu R\$ 69 milhões. Cerca de R\$ 21 milhões foram destinados à Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro (Ridesal), para o desenvolvimento e identificação de variedades de cana-de-açúcar. Outros R\$ 21 milhões foram alocados para a formação de recursos humanos no âmbito do incremento à competitividade do setor sucroalcooleiro. As pesquisas sobre outras energias renováveis, como eólica, solar e hidráulica, também receberam forte apoio oficial.

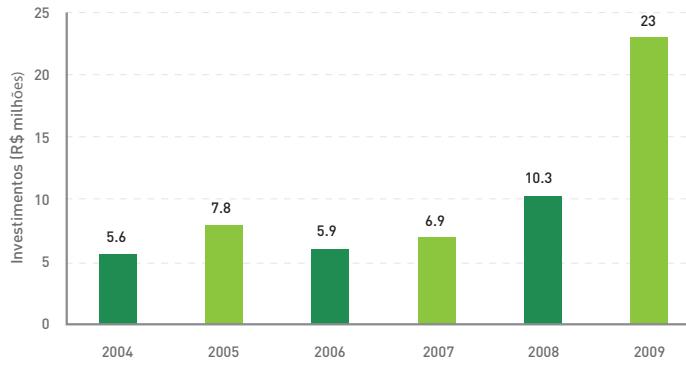
A Petrobras investiu montantes de vulto em pesquisa e desenvolvimento. Entre 2007 e 2009, R\$ 5,8 bilhões foram para P&D, o que inclui R\$ 1,37 bilhão na ampliação da infraestrutura de instituições de ensino e pesquisa nacionais. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram construídos o Laboratório de Desenvolvimento Veicular e o Laboratório de Ensaios Não Destrutivos e Corrosão (LNDC). A Universidade de Uberlândia ganhou o Laboratório para Ensaios de Corrosão. Esses laboratórios, pioneiros no Brasil, permitirão a realização dos ensaios necessários à seleção de materiais para os campos de petróleo da camada do Pré-Sal. A empresa investiu ainda R\$ 1,05 bilhão na ampliação do Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes), para transformá-lo em um dos principais complexos de pesquisa aplicada do mundo nas áreas de petróleo, gás natural, energia, meio ambiente e sustentabilidade.

Também aumentaram expressivamente as pesquisas sobre os recursos naturais do Brasil. Foram expandidos os estudos da biodiversidade na Amazônia, no Semiárido e na Mata Atlântica. Realização relevante foi a criação da Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado), que passou a dar apoio a 11 instituições de pesquisa sobre o tema. Foram estruturadas outras duas redes de pesquisas regionais, a Rede de Biodiver-

sidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Rede Bionorte), integrando os nove Estados da Amazônia Legal, e a Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro-Oeste), integrando os três Estados da região e o Distrito Federal. Foi implantada ainda uma unidade de pesquisa para o desenvolvimento de conhecimento e tecnologia voltados para as condições específicas do bioma pantaneiro, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP).

O Programa de Ciências do Mar, por sua vez, surgiu para implementar pesquisas marinhas em âmbito nacional, agregando e apoiando instituições de ensino e pesquisa nos variados ramos desse campo do conhecimento. Em 2007, o Governo adquiriu o navio laboratório Cruzeiro do Sul, para atividades e projetos de pesquisa da comunidade acadêmico-científica. Em 2009, foi realizada a I Comissão Oceanográfica Transatlântica, com embarque de 28 pesquisadores, que completaram dois perfis transoceânicos de coleta de dados oceanográficos para a identificação e o monitoramento das principais feições oceânicas e a obtenção de informações sobre a bacia do Atlântico Sul. Esta pesquisa tem aplicação direta em estudos climáticos. Em 2010, foram apoiados cinco projetos ao longo de toda a costa do Brasil.

Investimentos oficiais em Ciências do Mar (2004-2009)



Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia

O Programa Antártico Brasileiro foi reforçado com a aplicação de R\$ 20 milhões no financiamento de mais de uma centena de projetos de pesquisa. Aprovou-se ainda a criação de dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia focados na região, o da Criosfera e o de Pesquisa Ambiental na Antártica. As pesquisas ganharam grande impulso a partir da aquisição do primeiro navio polar brasileiro, o Almirante Maximiano.

Criado em 2007, o Programa Nacional de Mudanças Climáticas visou o aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno, identificando os impactos no território brasileiro e subsidiando políticas públicas de enfrenta-



A infraestrutura de pesquisa avançou com a criação de 122 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia em todo o País

mento do problema. Um dos resultados do programa foi a aprovação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), em 2009. O Brasil é hoje um dos países mais avançados na implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Até 2010, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima aprovou 243 projetos, 7% do total no mundo. A criação da Rede Clima, instituída pela Portaria MCT nº 728, de 3 de dezembro de 2007, visa a expansão da capacidade de P&D do Brasil em Mudanças Climáticas Globais, para identificar impactos e subsidiar políticas públicas de adaptação e mitigação. Implantada a partir de 2009, com investimentos iniciais de R\$ 10 milhões e foco na formação de 10 sub-redes temáticas: biodiversidade, recursos hídricos, agricultura, saúde, zonas costeiras, energias renováveis, cidades, economia, desenvolvimento regional e modelagem climática. Esta rede envolve 136 grupos de pesquisa de 76 instituições de todo o País.

Houve grandes avanços no setor nuclear brasileiro. No segmento do ciclo do combustível, foram assinados com o setor privado contratos para exploração conjunta da jazida de Santa Quitéria, no Ceará, empreendimento que viabilizará a ampliação da capacidade de produção nacional de concentrado de urânio. Iniciou-se também a exploração subterrânea na jazida de Caetité, na Bahia. Os dois empreendimentos garantem o suprimento de combustível para a operação contínua das usinas de Angra 1, 2, e 3. Nesse âmbito inaugurou-se ainda a 1ª Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento

de Urânio em Resende (RJ), marco importante para o início da produção em escala industrial de combustíveis para usinas nucleares. Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito ao tratamento dos rejeitos radioativos oriundos das atividades nucleares desenvolvidas no país. Em 2010, houve continuidade das ações para projetar e construir um repositório nacional de rejeitos, tendo sido realizadas prospecções de locais adequados para abrigá-lo, além de missões técnicas ao exterior visando a cooperação técnica junto a outros países.

O programa espacial foi outra preocupação estratégica do Governo. Investimentos na reconstrução da torre de lançamento do veículo lançador de satélites (VLS) e em obras complementares de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara foram planejados para assegurar o futuro lançamento do foguete ucraniano Cyclone 4, parte do tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia. Para 2010, além do início da fabricação e integração do modelo de voo do satélite Amazônia-1, estava prevista a conclusão da nova torre do VLS, assim como a maquete elétrica de Integração de Redes Elétricas do VLS. Isso possibilitará a retomada da programação dos voos de lançamento desse veículo. Destaca-se também, no campo das aplicações espaciais e satélites, a consolidação dos produtos CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) na América Latina, África e Ásia, com aproximadamente 1 milhão de imagens distribuídas de média e alta resolução e a ampliação da rede internacional para sua distribuição.



Inovação para o desenvolvimento social

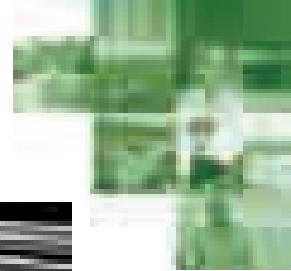
De forma definitiva, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) tem investido em um conjunto substantivo de ações para a área social, uma das vertentes mais importantes das atuais políticas do governo federal. Sob esses aspectos, o Plano de Ação 2007-2010 do MCT definiu a Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social como um dos eixos prioritários de ação. Desse modo, o MCT procurou promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social. Além do Plano de Ação, o ministério buscou parcerias com outros ministérios e órgãos governamentais para se aproximar, de modo efetivo, das políticas sociais em curso. Assim, o MCT, em atuação no Programa Territórios da Cidadade

nia, elegeu três ações para serem integradas ao Plano de Execução desse Programa: apoio à pesquisa e inovação em Arranjos Produtivos Locais (APLs), inclusão digital e implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs). No ano de 2009, nos Territórios, chegou-se ao montante de R\$ 51 milhões em investimentos. Ao MCT, incorporou-se também o Casa Brasil e o Cidades Digitais

O Governo Federal direcionou investimentos para a popularização da ciência, a melhoria da educação científica e a difusão de conhecimentos e tecnologias com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, especialmente das comunidades pobres. Para tanto, inaugurou ações como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, a Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, os Centros Vocacionais Tecnológicos e os Telecentros. Na Olimpíada



Os investimentos totais em pesquisa e desenvolvimento tecnológico atingiram R\$ 8,3 bilhões em 2010, um crescimento nominal de 214% em relação a 2003



de Matemática, criada em 2005 para estimular o interesse por essa área do conhecimento, o número de participantes foi aumentando gradualmente a cada ano. Em 2010, inscreveram-se 19,7 milhões de alunos de 44.717 escolas públicas de 99,2% dos municípios brasileiros. Todos os anos são distribuídas 3 mil medalhas (300 de ouro, 900 de prata, 1,8 mil de bronze) e premiados professores, escolas e municípios. Os estudantes medalhistas recebem bolsas de iniciação científica júnior por um ano. Os professores premiados ganham cursos de formação e aperfeiçoamento no Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelou que a olimpíada começou a influenciar positivamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no País. Segundo o instituto, o impacto foi registrado nas primeiras séries do ensino fundamental, cujo índice subiu de 3,8 em 2005 para 4,2 em 2007.

Evolução das inscrições na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (2005-2010)

Ano	Escolas inscritas	% dos Municípios inscritos	Total de alunos
2005	31.030	93,5	10.520.830
2006	32.655	94,5	14.181.705
2007	38.450	98,1	17.341.732
2008	40.397	98,7	18.326.029
2009	43.854	99,1	19.198.710
2010	44.717	99,4	19.665.615

Fonte: MCT

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, cujo tema em 2010 foi “Ciência para o Desenvolvimento Sustentável”, contabilizou 14 mil atividades cadastradas entre 400 cidades brasileiras e 741 instituições ligadas à ciência e tecnologia. O princípio da Semana é buscar a promoção de atividades diversas de divulgação científica, a difusão dos conhecimentos e o debate científico, sempre de forma conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas da população.

Entre 2003 e 2010, foram implantados e modernizados 471 Centros Vocacionais Tecnológicos, com investimentos próximos a R\$ 300 milhões. O programa, estabelecido em escala nacional, foi inspirado em outro já existente no Ceará. São unidades de ensino e profissionalização dotadas de laboratórios, oficinas e salas de aula voltadas para a difusão de conhecimentos básicos, técnicos e tecnológicos. Entre as áreas abrangidas pelos CVTs estão: agricultura, pesca e pecuária; confecções, artesanato e cerâmica; tecnologias da in-



As pesquisas nas Indústrias Nucleares do Brasil ajudam a reduzir a dependência externa do Brasil em relação ao fornecimento de urânio enriquecido

formação; divulgação científica; turismo; moveleira e metal-mecânica. Os centros estão espalhados praticamente por todos os Estados brasileiros.

O Governo também incrementou o desenvolvimento regional e local ao apoiar iniciativas de inovação nos Arranjos Produtivos Locais. Parcerias entre institutos de pesquisa e desenvolvimento, universidades e produtores promoveram 179 projetos com apporte de R\$ 75 milhões entre 2003 e 2009. Na região de Franca (SP), por exemplo, foram beneficiados os APLs de couro, calçados, confecções e alimentos. Em Limoeiro do Norte (CE), a parceria do APL metalmeccânico com o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Ceará contribuiu para consolidar e expandir a industrialização da região. Em Santana do Ipanema (AL) foi construída uma fábrica especificamente para instalação de APL em beneficiamento da castanha e da polpa de caju.

O MCT, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, passou a adotar o conceito de convergência social na implantação das políticas públicas mais recentes. Na prática, as ações procuram o alinhamento de APLs, CVTs e Centros de Inclusão Digital. A ideia é que haja fornecimento de mão de obra qualificada que compartilhe com os centros de Inclusão Digital a mesma infraestrutura de redes de comunicação de dados, informações e conteúdos para capacitação continuada. A Convergência Social e Tecnológica permite a popularização do conhecimento, o aperfeiçoamento do ensino especializado e a difusão de práticas inovadoras.



6. Agricultura empresarial

O novo modelo de desenvolvimento rural implantado teve como meta ampliar a produção de alimentos do Brasil para garantir a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros. As políticas públicas para o setor foram criadas considerando o tripé formado pela Agricultura Familiar, a Agricultura Empresarial e a Reforma Agrária.

O cenário apresentado no início de 2003 pelo agro-negócio era de produtores rurais endividados, juros elevados, preços mínimos defasados, insumos sobre-valorizados. No mercado internacional, as principais *commodities* tinham preços declinantes, o que gerava redução da safra de grãos.

O crescimento da produção de alimentos alcançado no início do milênio implicou no aumento da demanda pelos mais diversos insumos: tecnologia, fertilizantes, agrotóxicos, rações e melhoria genética animal e vegetal. A ampliação da produção agropecuária tinha ainda por objetivo gerar excedentes de exportação, que correspondiam a 40% do total exportado pelo País.

Para alterar esse quadro, o Governo Federal optou pelo incentivo à agroindústria, inclusive por seu papel estratégico na obtenção de superávits, estimulando a produção de commodities agrícolas voltadas para o mercado internacional, com privilégio para as negociações multilaterais, e fomentando a agregação de valor. Tratou de dar apoio mais incisivo ao médio produtor, à agricultura sustentável e ao cooperativismo. Adotou um conjunto de políticas públicas garantidoras de crédito e seguro rural, sustentação de preços, fortalecimento dos serviços de defesa agropecuária, fomento à produção, geração e difusão de tecnologias.

Nesse sentido, a defesa agropecuária precisou criar estratégias para assegurar a qualidade e segurança dos insumos agropecuários, reduzir o impacto das doenças dos animais e das pragas vegetais e certificar a sanidade e fitossanidade dos produtos.

A partir da adoção dessas medidas, fortaleceu-se o lugar da agricultura empresarial na trajetória do expressivo desenvolvimento agrário brasileiro no perío-

do 2003-2010. Em 2003, a produção de grãos nacional foi de apenas 123 milhões de ton; ao final do período, tinha aumentado 52%, sem ampliar significativamente a área plantada (25%). A produtividade em grãos subiu de 2,2 ton / ha para 3,1 ton / ha, representando um efeito poupa-terra de cerca de 5,2 milhões de ha.

Em 2010, o praticamente Brasil atingiu a autosuficiência na produção de alimentos, gerando excedentes exportáveis e elevando-se ao segundo lugar no ranking dos países exportadores de produtos agrícolas e agroindustriais. O PIB da agropecuária cresceu 32% em termos reais, passando de R\$ 124 bilhões para R\$ 164 bilhões. A produção de carnes passou de 18 milhões de ton em 2003 para 23,4 milhões em 2009, o que representou um salto de 29,6%. A de cana-de-açúcar acumulou aumento de 76,2%, passando de 396 milhões de ton para 697,8 milhões.

Crédito rural e apoio à comercialização

O crédito agrícola de baixo custo e o fortalecimento e integração dos diversos elos das cadeias produtivas agropecuárias foram cruciais para se chegar a esse resultado. A concessão de crédito beneficiou as diversas etapas da produção (investimentos, custeio e comercialização). Ao longo dos últimos oito anos, o total de recursos aportados neste âmbito foi da ordem de R\$ 409 bilhões, representando um acréscimo de mais de 200%, sendo R\$ 244,2 bilhões aplicados a juros controlados.

O Governo Federal garantiu a renegociação da dívida dos produtores rurais – calculada em R\$ 30 bilhões em 2003 –, permitindo novas condições para o refinanciamento e alongamento de prazos. Os preços mínimos e as regras das aquisições e empréstimos (Aquisição do Governo Federal/AGF e Empréstimo do Governo Federal/EGF) para as culturas regionais e das regiões Norte e Nordeste foram anunciados junto com o Plano Safra para o Centro-Sul, dando ao produtor mais tempo para a tomada de decisões.



Em relação ao café, por exemplo, em 2002, os preços médios de exportação brasileira de café verde tinham declinado de US\$ 189,60 por saca de 60 kg para US\$ 46,23 em um espaço de três anos. Para assegurar a sobrevivência do setor, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) atuou fortemente no apoio aos cafeicultores, com a concessão de financiamentos para custeio, colheita, estocagem e aquisição. Em uma comparação com o ano de 2002, quando o valor de recursos liberados pelo Funcafé foi de apenas R\$ 679 milhões, somente no ano de 2008 foram liberados R\$ 2,1 bilhões em financiamentos, chegando-se a um total de R\$ 11,3 bilhões em aportes entre 2002 e 2010.

Com o aprimoramento da política de crédito, diversas linhas de ação foram condensadas em grupos de programas, com o objetivo de facilitar a eficiência operacional. Nessa direção, criou-se em 2003 o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), com o objetivo de aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização. Em 2003, os recursos do programa foram ampliados em 80% com relação ao exercício anterior, mantida a taxa de juro fixa anual em 10,75%, com prazo de pagamento de até 12 anos. Em 2010, um total de R\$ 4,1 bilhões já tinham sido repassados pelo programa.

Na mesma linha de apoio à sustentabilidade e ao crédito, o BNDES operacionalizou o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa), o Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro) e o Programa de Crédito Especial Rural (Procer). O Produsa, criado em 2008 para estimular a recuperação de áreas degradadas, reinserirem-nas no processo produtivo e fomentar a adoção de sistemas sustentáveis, repassou R\$ 636,2 milhões entre 2008 e 2010. O Procap-Agro, por sua vez, nasceu em 2009 para apoiar a recuperação, a reestruturação patrimonial e o saneamento financeiro das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. Até junho de 2010, o programa já tinha realizado 174 operações, resultando em desembolso de R\$ 698 milhões.

Convertido a partir do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), que existia desde 2003, surgiu em 2010 o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), para suprir uma lacuna na oferta de política pública voltada especificamente para o médio produtor rural, aquele que não se encontrava adequadamente contemplado nos programas destinados ao produtor rural familiar ou à agricultura empresarial, facilitando a transição entre esses dois segmentos. Juntos, Proger Rural

e Pronamp totalizaram uma aplicação de R\$ 9,9 bilhões, entre 2003 e 2010.

Em 2006, além dos problemas climáticos, registrou-se um cenário de custos e preços adversos para a atividade agropecuária, em especial para os grãos. Os preços externos das principais *commodities* declinavam, e as taxas efetivas de juros situavam-se em patamar bastante elevado. Na colheita, o produtor deparou-se com produção menor do que a esperada e preços inferiores aos projetados, cenário agravado pela elevação das taxas de juros e pela valorização do Real, afetando a rentabilidade, a capacidade de investimento e a liquidez dos produtores rurais e de suas cooperativas.

O Governo Federal atuou com presteza, apresentando no Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006 instrumentos de auxílio no processo de recuperação da agricultura, mantendo as metas quanto aos resultados pretendidos e às políticas definidas. As projeções eram de R\$ 110 bilhões em capital de giro necessários para financiar 100% da produção vegetal e animal. Os recursos mobilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural para custeio e comercialização (R\$ 33,2 bilhões) correspondiam a cerca de 30% daquele total. Diante disso, o Governo desenvolveu mecanismos de política agrícola que permitiram maximizar o impacto dos recursos oficiais empregados, criando novos títulos voltados ao agronegócio e atraindo aportes financeiros privados ao financiamento da atividade.

O setor rural, em 2008, apresentava-se em situação crítica em decorrência do alto endividamento que estava afetando o agronegócio brasileiro. O Governo Federal uniu esforços de diferentes ministérios e setores buscando medidas que permitissem o alongamento das dívidas e estimulasse a liquidação e/ou regularização de dívidas originárias de crédito rural e fundiário, bem como aperfeiçoassem a concessão de financiamentos para atividades agropecuárias e agroindustriais.

Após as tratativas, a Presidência da República editou a Medida Provisória nº 432, de 27 de maio de 2008, convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 11.775, de 17/09/2008, que permitiu o saneamento financeiro do setor, com a renegociação de débitos da ordem de R\$ 75 bilhões, beneficiando aproximadamente 2,8 milhões de detentores de contratos de financiamento, representando aproximadamente 39% das dívidas contraídas a valores de agosto de 2007.

A estabilidade de renda dos agricultores foi uma preocupação constante da pasta durante o período 2003-2010. Nesse sentido, ampliaram-se as políticas de garantia de preços e de comercialização agríco-



la, e aumentaram-se os estoques públicos, possibilitando o pagamento de subvenção a produtores e agroindústrias. No Plano Agrícola e Pecuário, lançando anualmente, definiram-se as linhas de crédito a serem liberadas para a safra, bem como as formas de apoio à comercialização, com a quantificação dos valores a serem aplicados nos diversos instrumentos de equalização de preços, de aquisição direta aos produtores, além da oferta de contratos públicos e privados de opção de venda.

Outra forma de apoio à comercialização foi a fixação de preços mínimos para determinados produtos, por região, garantindo aos produtores preços ajustados aos custos variáveis das culturas. Dentre as formas de intervenção do Governo para apoio à comercialização, destacou-se a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com instrumentos como a Aquisição do Governo Federal (AGF), o Empréstimo do Governo Federal (EGF), a Linha Especial de Crédito à Comercialização (LEC), entre outras. Os investimentos disponibilizados por meio dos instrumentos da PGPM no período 2003-2010 foram de R\$ 13,6 bilhões para comercialização de 77,9 milhões de ton.

Gastos da PGPM por instrumento (2003-2010)

	Em reais	Em milhões de toneladas
Aquisição do Governo Federal (AGF)	2,1 bilhões	6,8
Prêmio Escoamento de Produto (PEP)	3,0 bilhões	33,5
Contratos Privados de Opção de Venda e Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop):	676 milhões	7,1
Opção Pública	4,8 bilhões	11,4
Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (Pepro)	3,0 bilhões	19,1

Obs.: Os instrumentos Empréstimo do Governo Federal (EGF) e Linha Especial de Crédito à Comercialização (LEC) são financiamentos dos bancos privados, portanto, não se incluem na alocação do apoio direto do Tesouro Nacional.

Apoio ao cooperativismo e ao desenvolvimento comunitário

Foram grandes os avanços do cooperativismo no período 2003-2010, em intensa articulação com as lideranças da sociedade, do empresariado e de diversos órgãos de Governo. As políticas públicas voltadas ao fortalecimento da organização da base social e ao empreendedorismo por meio do cooperativismo e do associativismo rural foram reformuladas. O setor ganhou força com programas como o Coopergênero e

Cooperjovem, de ações de qualificação, requalificação e capacitação de jovens e mulheres na doutrina e filosofia cooperativista. O Coopergênero investiu em 23 estados brasileiros recursos da ordem de mais de R\$ 2,5 milhões, por meio de repasses para a realização de seminários, oficinas, cursos, convênios, fóruns e palestras sobre cooperativismo beneficiando cerca 30,9 mil mulheres e homens diretamente e 65 mil indiretamente. O Cooperjovem formou 7,9 mil jovens para atuarem como multiplicadores em educação cooperativista.

Outras ações de incentivo relevantes abrangiam o Programa de Profissionalização da Gestão Cooperativa e Formação de Redes de Cooperação (Proficoop), o Programa Nacional Permanente de Desenvolvimento da Agroindustrialização de Cooperativas (Interagro) o Programa de Cooperação Internacional e Internacionalização de Cooperativas (Intercoop) e o Programa de Integração Regional Cooperativa no Mercosul (Coopersul). O Proficoop capacitou técnicos integrantes de cerca de 190 entidades em todo o Brasil. Entre 2009 e 2010, o Intercoop contribuiu para o crescimento em 14% das exportações do setor cooperativo, com a promoção de missões internacionais comerciais e técnicas ao exterior. O Coopersul teve atuação importante no Mercosul, integrando a comissão de aprovação do Estatuto de Cooperativas do Mercosul, em 2009, participando da realização de intercâmbios sobre gestão na Argentina, no Paraguai e Uruguai, e organizando o encontro de cooperativas do Mercosul no Brasil (2010).

A segurança alimentar, a sustentabilidade e as questões ambientais ganharam atenção e esforços do cooperativismo agrícola nos últimos oito anos. Em 2003, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico) para divulgar essa nova visão do setor, promovendo o aumento da produção e do mercado interno de produtos orgânicos com ações desenvolvendo-se em todo o País. Para estabelecer mecanismos de controle de garantia de qualidade orgânica foram criados o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e o Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos.

O setor cooperativista venceu o desafio de dar ao setor agropecuário um perfil técnico, sustentável e que atendesse às exigências de qualidade e certificação com o Programa Agricultura Conservacionista. Essa nova forma de produzir viabilizou ganhos ambientais significativos, ao proporcionar a incorporação de matéria orgânica no solo, com a consequente mitigação de gases de efeito estufa. De acordo com a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, o Brasil aumentou de 12 milhões (2003) para cerca de 27 milhões de ha (2010) a área em que se adota esse sistema.



Ações de infraestrutura agropecuária foram ampliadas para a melhoria da qualidade de vida e renda do pequeno e médio produtor rural, por meio de fomento à aquisição de implementos agrícolas, máquinas de beneficiamento de produtos agropecuários e demais equipamentos. Entre 2003 e 2010, foram aplicados R\$ 1,78 bilhão, beneficiando aproximadamente 8,6 mil projetos.

Outro destaque da atuação do setor de cooperativas agropecuárias foi o programa de Promoção da Tecnologia. Foram realizadas duas edições do Curso à Distância sobre Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio, com a participação de 2,4 mil servidores, pesquisadores, profissionais e outros agentes do agronegócio. Na área de biotecnologia e biossegurança foram capacitados 280 servidores.

Gerenciamento de riscos climáticos

A gestão de riscos climáticos foi fortalecida com instrumentos mais adequados no período de 2003-2010. O Governo Federal desenvolveu em 2004 vários programas para diminuir os riscos provenientes de ad-

versidades climáticas que afetam diretamente os produtores rurais. Dentre eles, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Os estudos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático foram ampliados para novas culturas e Unidades da Federação, passando a alcançar 40 culturas, apresentando o expressivo aumento de 444% e beneficiando 24 Unidades da Federação. O Mapa deu prioridade à divulgação de zoneamentos para culturas com potencial para produção de biocombustíveis, como de óleo de palma (dendê), girassol e mamona, em consonância com o Plano Nacional de Agroenergia, além de dedicar especial atenção às culturas de interesse regional, como por exemplo, açaí, cacau, coco, milheto e pupunha.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi criado em 2003 para subsidiar o Prêmio do Seguro Rural, em parâmetros estabelecidos em regulamento próprio, e favorecer a obtenção de crédito junto à rede bancária. Na modalidade agrícola o benefício varia de 40% e 70%, limitado a R\$ 96 mil por





ano para cada produtor. Nas demais modalidades, a subvenção é de 30% do valor do prêmio, limitada a R\$ 32 mil por ano, por produtor. O Programa permitiu ampliar a oferta de seguro rural para todas as regiões produtoras. No período de vigência do Programa, foram investidos R\$ 757,8 milhões, garantindo capitais da ordem de R\$ 31,7 bilhões, o que representa uma subvenção média produtor/ano de R\$ 3.821,55.

Defesa agropecuária

O destaque que a agricultura brasileira ganhou nos últimos oito anos gerou a necessidade de maior controle das questões sanitárias, face ao aumento do nível de exigência do consumidor interno e estrangeiro, e à frequente imposição de barreiras sanitárias (não tarifárias) aos produtos do Brasil. O incremento das ações de sanidade agropecuária foi fundamental para garantir e ampliar as exportações do setor. O país avançou no combate às doenças e pragas dos animais e vegetais e na fiscalização da qualidade de produtos destinados à alimentação humana e animal e dos insumos agropecuários. Evoluiu também na ampliação e no aperfeiçoamento da rede laboratorial de apoio às ações sanitárias e fitossanitárias.

O Governo obteve resultados importantes na defesa agropecuária, como a contenção da mosca-dacarambola no Amapá, a supressão populacional da lagarta da maçã no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a do cancro cítrico em São Paulo. Quanto à febre aftosa, os esforços levaram o País à ampliação da zona livre da doença com vacinação e ao reconhecimento internacional de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação. O Governo investiu no combate aos focos dessa doença, restabelecendo a condição sanitária original das áreas envolvidas. Não



há registro da ocorrência da febre aftosa no País desde maio de 2006.

Ao mesmo tempo, houve ampliação da zona livre de peste suína clássica e o País manteve-se livre da doença de Newcastle e da influenza aviária. No que se refere à encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca), o Brasil foi classificado pela Organização Mundial de Saúde Animal como: "País de risco controlado".

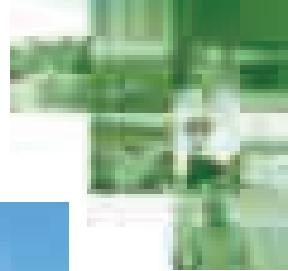
Febre aftosa – situação por Unidade da Federação (novembro de 2009)

Situação sanitária	Unidade da Federação (UF)	Data do último registro	Nota
Zona livre de febre aftosa SEM vacinação	Santa Catarina	Dezembro 1993	Todo o território
Zona livre de febre aftosa COM vacinação	Acre	Junho 1999	Todo o território
	Amazonas	Setembro 2004	Municípios de Boca do Acre e Guajará
	Bahia	Maio 1997	Todo o território (*)
	Distrito Federal	Maio 1993	Todo o território
	Espírito Santo	Abril 1996	Todo o território
	Goiás	Agosto 1995	Todo o território
	Mato Grosso	Janeiro 1996	Todo o território
	Mato Grosso do Sul	Abril 2006	Todo o território
	Rio Grande do Sul	Maio 1996	Todo o território
	Pará	Junho 2004	Região centro-sul
	Paraná	Fevereiro 2006	Todo o território
	Rio de Janeiro	Março 1997	Todo o território
	Rio Grande do Sul	Maio 2001	Todo o território
	Rondônia	Fevereiro 1999	Todo o território (*)
	São Paulo	Março 1996	Todo o território
	Sergipe	Setembro 1995	Todo o território
	Tocantins	Maio 1997	Todo o território (*)
	Alagoas	Setembro 1999	Todo o território

(*) Exceto zona tampão.

Obs.: Situação sanitária reconhecida pela OIE – Resolução XVIII, de 27 de maio de 2008

Fonte: IN nº 53, de 23/11/2007 – DOU de 26/11/2007.



O Governo investiu no combate aos focos de febre aftosa. Não há registro da ocorrência dessa doença no País desde maio de 2006

Situação sanitária	Unidade da Federação (UF)	Data do último registro	Nota
UFs que ainda não reúnem as condições necessárias para serem incluídas em uma das situações anteriores	Amapá	Outubro 1999	Todo o território
	Amazonas	Setembro de 2004	Exceto Municípios de Boca do Acre e Guajará
	Ceará	Abri 1997	Todo o território
	Maranhão	Agosto 2001	Todo o território
	Pará	Junho 2004	Região norte
	Paraíba	Outubro 2000	Todo o território
	Pernambuco	Fevereiro 1998	Todo o território
	Piauí	Fevereiro 1997	Todo o território
	Rio Grande do Norte	Agosto 2000	Todo o território
	Roraima	Junho 2001	Todo o território

(*) Exceto zona tampão.

Fonte: Mapa

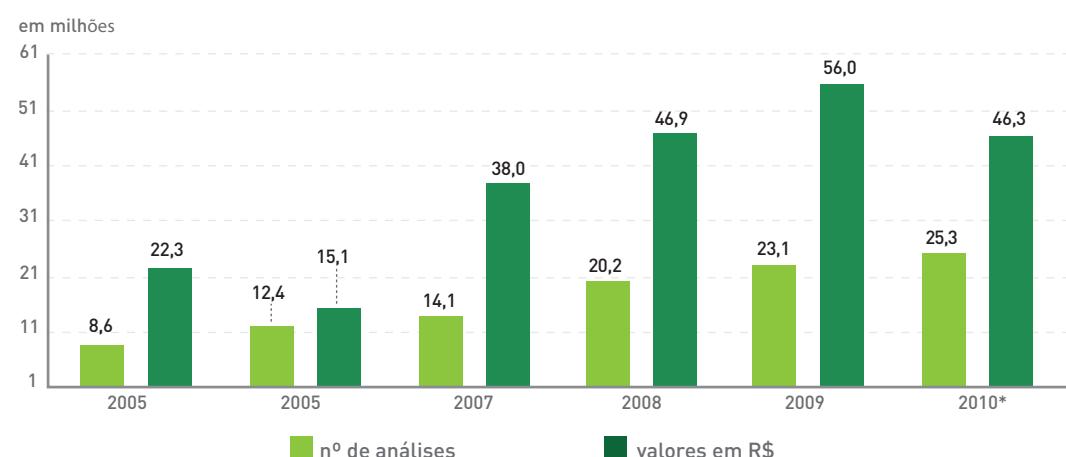
Outros resultados relevantes foram obtidos no período, como o estabelecimento de procedimentos para registro de agrotóxicos por equivalência ("genéricos" - Decreto 5.981/2006). Procedeu-se ao registro de 246 produtos técnicos e produtos formulados. O Ministério também definiu a implantação do monitoramento de resíduos em produtos de origem vegetal, por meio do

Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal).

A implementação do PNCRC/Vegetal garantiu a segurança dos alimentos consumidos no mercado interno e a consolidação das exportações de produtos agropecuários brasileiros. Em 2005, a coordenação e os Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros – Laboratórios oficiais do Ministério) foram unificados. Os laboratórios ganharam investimento para aumento de capacidade e modernização, propiciando maior precisão nos resultados. Houve ainda ampliação do escopo analítico, que passou a incluir, por exemplo, a realização de análises de resíduos de agrotóxicos em frutas e hortaliças, incorporada à rede laboratorial em 2006, bem como análises de metais pesados em fertilizantes, que passaram a ser feitas a partir de 2005.

O sistema de defesa agropecuária foi impulsionado pela modernização contínua entre 2003 e 2010, o que demandou pesquisa aplicada. Nesse sentido, o Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia foi criado para apoiar atividades que ampliassem a competência científica, tecnológica e de gestão do setor agropecuário. Gerido pelo CNPq e pelo Ministério da Agricultura, desenvolveu 374 projetos vinculados com a demanda

Rede Nacional de Laboratórios – análises X recursos (2005-2010)



Fonte: Mapa



da defesa agropecuária. O aporte no setor foi de R\$ 68,8 milhões para os projetos selecionados no âmbito do edital, sendo que até 2011, quando se finaliza o programa, serão repassados mais R\$ 36,7 milhões.

Negociações internacionais e promoção comercial do agronegócio

A promoção da agricultura brasileira no mercado internacional também se destacou no período 2003-2010. A partir de 2005, as negociações internacionais e a promoção do agronegócio no exterior foram estruturadas, no âmbito do Mapa, a partir da criação do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio.

O foco passou a ser o desenvolvimento de ações institucionais, técnicas e comerciais em mercados estratégicos, de forma a ampliar a participação brasileira em mercados já abertos às exportações de produtos agrícolas. As ações internas contemplaram a ampliação da base exportadora, a diversificação da pauta e a agregação de valor aos produtos agropecuários para o mercado externo. As exportações do agronegócio contribuíram para o equilíbrio das contas externas do país, gerando um superávit acumulado de US\$ 306 bilhões entre 2003 e 2009.

Nas negociações internacionais, destacaram-se os painéis vitoriosos do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os Estados Unidos, na questão dos subsídios ao algodão, e contra a União Europeia nos subsídios ao açúcar e nas modificações tarifárias de frango salgado. O Governo Federal empenhou-se intensamente também na negociação dos acordos comerciais do Mercosul com a Comunidade Andina, o Peru, a Índia, a União Aduaneira da África Austral (Sacu), Israel e Egito. O mesmo ocorreu em relação ao aprofundamento dos acordos de complementação econômica com o Chile, a Bolívia, o México e Peru. Resultados importantes na ampliação da lista de produtos agrícolas para mercados estrangeiros foram obtidos com o início das negociações para a superação de restrições de natureza sanitária e fitossanitária à exportação de produtos brasileiros como carnes e frutas.

O Governo concentrou esforços na busca de apoio ao setor na prospecção de oportunidades de negócios em missões comerciais ao exterior. Foram organizadas missões comerciais para visita a feiras e negociações com importadores em vários países.

O valor das exportações do agronegócio brasileiro triplicou passando de US\$ 24,8 bilhões, em 2002, para uma estimativa de US\$ 73 bilhões em 2010.



Com ampliação de recursos, a pesquisa agropecuária respondeu aos desafios impostos pelo processo de desenvolvimento agrícola

Desempenho anual das exportações do agronegócio

2002	US\$ 24,8 bilhões
2003	US\$ 30,6 bilhões
2004	US\$ 39,0 bilhões
2005	US\$ 43,6 bilhões
2006	US\$ 49,5 bilhões
2007	US\$ 58,4 bilhões
2008	US\$ 71,8 bilhões
2009	US\$ 64,8 bilhões
2010	US\$ 73,0 bilhões*

*estimativa

Fonte: Mapa



Balança comercial do agronegócio (2009-2010)

Setores	Janeiro-Setembro/2009			Janeiro-Setembro/2010			Var. %	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
Produtos de Origem Animal	11.030.650	1.087.652	9.942.998	13.564.735	1.349.556	12.215.179	23	24,1
Carne	8.549.868	180.720	8.369.148	10.163.678	205.024	9.958.655	18,9	13,4
Couro, Produtos de couro e Peleteria	1.445.458	112.637	1.332.822	1.990.903	138.990	1.851.914	37,7	23,4
Demais produtos de origem animal	376.829	82.883	293.946	574.581	104.901	469.680	52,5	26,6
Animais vivos (exceto pescados)	328.751	23.277	305.474	522.578	6.885	515.692	59,0	-70,4
Pescados	143.579	482.565	-338.986	149.199	676.845	-527.646	3,9	40,3
Lácteos	130.049	205.558	-75.509	117.881	216.889	-99.007	-9,4	5,5
Produtos Afícolas	56.116	12	56.104	45.892	22	45.892	-18,2	83,6
Produtos de origem vegetal	38.385	5.896.277	32.488.965	43.426.598	8.197.478	35.229.120	13,1	39,0
Complexo Soja	15.654.277	24.446	15.629.830	14.848.397	63.059	14.785.338	-5,1	157,9
Complexo Sucoalcoolero	6.596.419	772	6.595.647	9.587.395	28.255	9.559.140	45,3	3.558,0
Produtos Florestais	5.190.897	1.222.205	3.968.692	6.832.751	2.067.783	4.746.968	31,6	69,2
Café	3.068.359	12.112	3.056.247	3.795.499	16.982	3.778.517	23,7	40,2
Fumo e seus produtos	2.366.043	52.452	2.313.591	2.126.085	60.902	2.065.183	-10,1	16,1
Cereais, farinhas e preparações	1.221.031	1.889.4788	668.447	1.420.509	2.101.446	-680.937	16,3	11,2
Suco de frutas	1.275.685	8.855	1.266.829	1.368.694	20.226	1.348.468	7,3	128,4
Fibras e produtos têxteis	843.250	546.067	297.183	957.650	910.102	39.548	13,6	68,1
Demais produtos vegetais	461.142	307.025	154.117	604.190	368.510	235.680	31,0	20,0
Frutas (incluso nozes e castanhas)	542.413	294.540	247.873	584.318	405.677	178.641	7,7	37,7
Produtos alimentícios diversos	304.624	180.423	124.202	336.794	212.309	124.486	10,6	17,7
Cacau e seus produtos	250.167	191.383	58.784	307.328	178.804	128.524	22,8	-6,6
Bebidas	170.139	225.087	-54.948	195.649	297.526	-101.878	15,0	32,2
Chá, mate e especiarias	119.804	23.781	96.023	131.555	26.763	104.791	9,8	12,5
Produtos oleaginosos (exclui soja)	115.579	386.232	-270.652	107.953	527.140	-419.197	-6,6	36,5
Rações para animais	70.510	106.786	-36.277	103.651	138.069	-34.418	47,0	29,3
Produtos Hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculo	108.054	409.462	-301.409	92.268	747.608	-655.341	-14,6	82,6
Plantas vivas e produtos de floricultura	26.850	15.170	11.679	25.912	18.315	7.597	-3,5	36,7
TOTAL	49.415.892	6.983.929	42.431.963	56.991.333	9.547.034	47.444.299	15,3	36,7

Fonte: Mapa

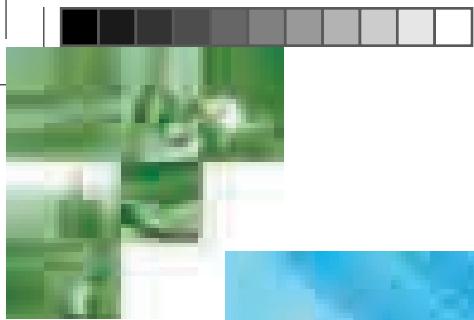
Pesquisa agropecuária

A adoção de tecnologias desenvolvidas pela pesquisa agropecuária foi a base da construção do cenário de desenvolvimento do agronegócio brasileiro. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) teve participação preponderante em todo esse processo por meio da geração e transferência de novas tecnologias. O fortalecimento da Embrapa durante os anos de 2003 a 2010 contribuiu significativamente para que o órgão pudesse responder aos desafios impostos pelo processo de desenvolvimento da agricultura.

O aumento no volume de recursos (de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,8 bilhão entre 2003 e 2010) e o cresci-

mento do quadro de pesquisadores tiveram reflexos nos resultados alcançados. O quadro de pessoal cresceu de um total de 8,6 mil funcionários em 2007 para 9,8 mil servidores em 2010. Os projetos de pesquisa passaram de 700 para 1.242 no período, cobrindo as áreas científica, tecnológica e institucional.

O processo de fortalecimento da Embrapa propiciou a articulação do Programa Nacional de Pesquisa em Agronergia com outras organizações oficiais e privadas e a construção do Centro Nacional de Pesquisa em Agronergia em Brasília. Foram implantados centros de pesquisa em regiões de expansão da fronteira agrícola, incluindo os estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Na mesma linha de ampliação,



O Brasil alcançou autossuficiência e elevou-se ao segundo lugar no ranking dos países exportadores de produtos agrícolas e agroindustriais

foi criado o Centro de Estudos Estratégicos e de Capacitação em Agricultura Tropical.

As iniciativas de troca de experiências com outros países também ganharam impulso. Além das unidades de cooperação técnica que já existiam nos Estados Unidos e Europa, foram criadas outras na Coreia do Sul, África e nas Américas Central e do Sul.

A necessidade do alinhamento da gestão de projetos às mudanças no processo de desenvolvimento científico e tecnológico deu origem ao bem-sucedido programa Grandes Desafios Nacionais, com foco na busca por avanços tecnológicos no âmbito da pesquisa em mudanças climáticas e dos progressos da biologia e suas interações com a biossegurança, com a tecnologia da informação (bioinformática) e a nanotecnologia. A carteira do programa conta com 33 projetos de pesquisa e desenvolvimento implementados durante os anos de 2003 a 2010.

Grandes Desafios Nacionais (2003-2010)

ANO	Projetos Sistema Embrapa de Gestão (SEG)	Custo (em milhões de reais)
2003	9	157,8
2004	12	173,2
2005	13	195,5
2006	16	244,7
2007	21	329,9
2008	16	302,4
2009	22	470,2
2010	21	476,2

Fonte: Mapa

Agroenergia

A agroenergia tornou-se um dos principais componentes da matriz energética brasileira, responsável por 32% da oferta primária de energia do País, como demonstrou o Balanço Energético Nacional de 2009, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A expressiva participação do setor foi resultado do esforço conjunto do Governo e do setor privado na exploração do potencial de cadeias produtivas estratégicas.

Nos últimos oito anos, a indústria sucroalcooleira superou o setor hidrelétrico e se consolidou como principal fonte de energia renovável. A participação da cana-de-açúcar nesse cenário saltou de 12,6% em 2002 para 18,1% em 2009, ao passo que a participação das hidrelétricas subiu de 13,96% para 15,29%. O pe-



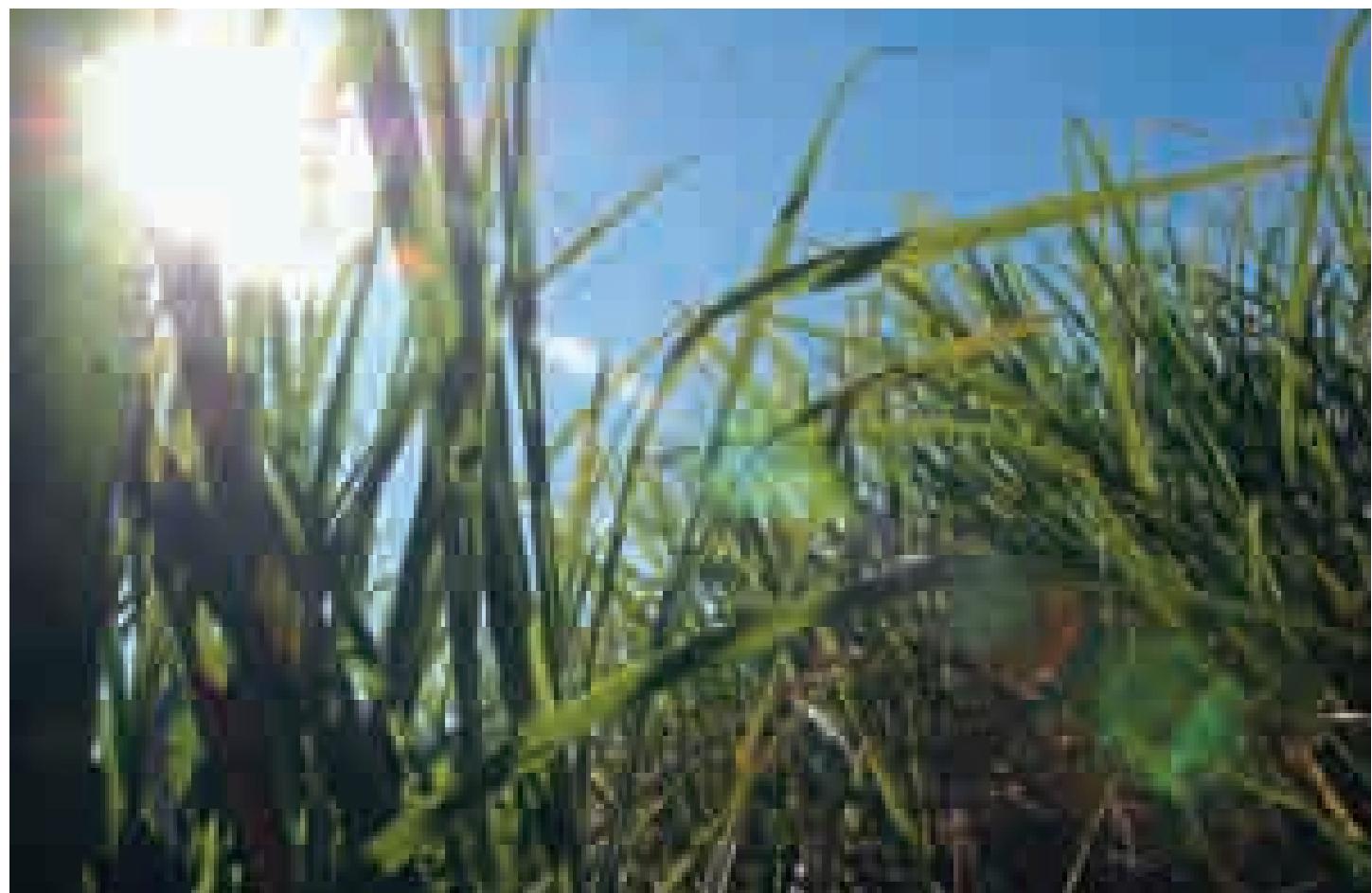
tróleo continua em primeiro lugar, embora sua participação tenha caído de 42,96% para 37,76% no mesmo período. O Governo também estruturou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e desenvolveu linhas de crédito específicas para apoiar o plantio das florestas energéticas.

A criação do Plano Nacional de Agroenergia (2005), que estabeleceu as diretrizes para a pesquisa e inovação tecnológica em agroenergia, foi fator importante para que o setor alcançasse esse bom nível de desenvolvimento. A Embrapa Agroenergia – Centro Nacional de Pesquisa de Agroenergia (CNPAE), criada no ano seguinte, foi o centro responsável por coordenar a plataforma de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I) em agroenergia e executar ações de pesquisa nessa área. Outra ação que contribuiu para os resultados do segmento foi a criação, em 2008, do Programa Desenvolvimento da Agroenergia e sua inclusão no Plano Plurianual 2008-2011 como instrumento para promover a integração dos esforços das diferentes áreas de Governo ligadas ao tema.

Para garantir a sustentabilidade da expansão das cadeias produtivas agroenergéticas, foram re-

alizados o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar e da Palma (dendê) e o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para diversas culturas oleaginosas, bem como para o eucalipto, principal alternativa de produção de carvão vegetal e lenha. Iniciativa fundamental para o mercado internacional foi a articulação do Mapa com o Ministério das Relações Exteriores para a promoção da experiência brasileira em programas de produção e uso dos biocombustíveis em outros países em desenvolvimento.

Os frutos do Programa Desenvolvimento da Agroenergia apareceram rapidamente. O Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, publicado em setembro de 2009, um ano após a sua criação, identificou mais de 63 milhões de ha com aptidão para a expansão do cultivo. No que diz respeito ao óleo de palma, a área identificada com aptidão para essa cultura era de mais de 26 milhões de ha, predominantemente na região Norte. Também foram identificadas áreas de aptidão no norte do Mato Grosso e na faixa litorânea que se estende de Pernambuco ao Rio de Janeiro. Para tanto, só foram analisadas áreas já antrópizadas, não devendo ser autorizado o plantio em áreas que requeiram desmatamentos.



A agroenergia tornou-se um dos principais componentes da matriz energética brasileira. A participação da cana-de-açúcar nesse setor saltou de 12,6% em 2002 para 18,1% em 2009



Evolução da oferta interna de energia (2002-2009)

Unidade: mil Tep											
Oferta Ano	Petróleo	Gás Natural	Carvão Mineral	Urânio U308	Energia Hidráulica	Carvão e Lenha	Produtos Da Cana	Outras Fontes Renováveis	Energia Primária Total	Biomassa	
2002	85.373	14.803	13.005	3.698	27.738	23.636	25.431	5.050	198.734	49.067	
2003	81.069	15.512	13.527	3.621	29.477	25.973	27.093	5.663	201.935	53.066	
2004	83.648	19.061	14.225	3.170	30.804	28.203	28.775	5.860	213.746	56.978	
2005	84.553	20.526	13.721	2.549	32.379	28.468	30.147	6.320	218.663	58.615	
2006	85.545	21.716	13.537	3.667	33.537	28.589	32.999	6.754	226.344	61.588	
2007	89.239	22.199	14.356	3.309	35.505	28.628	37.847	7.440	238.523	66.475	
2008	92.410	25.934	14.562	3.709	35.412	29.227	42.866	8.475	252.595	72.093	
2009	92.100	21.300	11.750	3.450	37.300	24.600	44.100	9.300	243.900	68.700	

Fonte: Balanço Energético Nacional (BEN) 2010

Componentes da matriz energética (%)

Produção ano	Petróleo	Gás Natural	Carvão Mineral	Urânio U308	Energia Hidráulica	Carvão e Lenha	Produtos Da Cana	Outras Renováveis	Total	Biomassa	Outras
2002	42,966%	7,45%	6,54%	1,86%	13,96%	11,89%	12,80%	2,54%	100%	27,23%	72,77%
2003	40,15%	7,68%	6,70%	1,79%	14,60%	12,86%	13,42%	2,80%	100%	29,08%	70,92%
2004	39,13%	8,92%	6,66%	1,48%	14,41%	13,19%	13,46%	2,74%	100%	29,40%	70,60%
2005	38,67%	9,39%	6,27%	1,17%	14,81%	13,02%	13,79%	2,89%	100%	29,70%	70,30%
2006	37,79%	9,59%	5,98%	1,62%	14,82%	12,63%	14,58%	2,98%	100%	30,19%	69,81%
2007	37,41%	9,31%	6,02%	1,39%	14,89%	12,00%	15,87%	3,12%	100%	30,99%	69,01%
2008	36,58%	10,27%	5,76%	1,47%	14,02%	11,57%	16,97%	3,36%	100%	31,90%	68,10%
2009	37,76%	8,73%	4,82%	1,41%	15,29%	10,09%	18,08%	3,81%	100%	31,98%	68,02%

Fonte: Balanço Energético Nacional (BEN) 2010



7. Agricultura familiar

A criação e consolidação de um conjunto de políticas permanentes no âmbito da agricultura familiar, voltadas para a promoção econômica e de acesso a direitos pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, constituem-se em um dos principais avanços dos últimos oito anos. O reconhecimento público da importância econômica e social da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais para a segurança alimentar e para o desenvolvimento do País, aliado à incorporação de seus interesses na política internacional do governo brasileiro, expressa as conquistas desse setor. Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total, a agricultura familiar, em 2006, já era responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP), gerando R\$ 54 bilhões anuais, e ocupando 12,3 milhões de pessoas (74,4% do pessoal ocupado na área rural). O Censo Agropecuário realizado em 2006 mostrou que a agricultura familiar respondia por boa parte da produção de alimentos básicos para a população brasileira.

O Governo Federal empenhou-se em corrigir um erro histórico da sociedade brasileira: o de enxergar o universo rural partido em dois. De um lado, a agricultura patronal ou industrial, a agricultura de

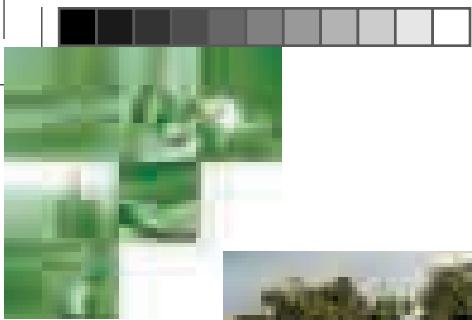
escala, que seria o lugar do progresso, da riqueza, do desenvolvimento tecnológico e da produção; do outro, a agricultura familiar, o lugar do atraso, da pobreza, da miséria e da improdutividade. Esse conceito conduzira o País a grandes enganos na gestão das políticas públicas. Para o período 2003-2010, o desafio colocado era mostrar que um grande contingente de agricultores familiares e assentados de reforma agrária poderia transformar-se num setor econômico relevante para a economia. Havia então 4,2 milhões de famílias com pouca terra (até quatro módulos fiscais), vítimas da concentração fundiária, empobrecidas, plantando apenas para sua subsistência e dependendo de políticas sociais.

O novo governo tinha convicção de que aqueles agricultores, estimulados por crédito e uma rede de políticas públicas, responderiam de forma rápida e eficiente com produção. Criou-se a partir de então uma agenda democrática para o desenvolvimento rural. Já em julho de 2003, foi lançado o Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004, que se constituiu no mais forte conjunto de ações já destinado ao setor, permitindo acesso ao crédito, à assistência técnica e extensão rural, apoio à comercialização e garantia de renda aos agricultores familiares. Medidas estratégicas foram tomadas ainda em relação à garantia do direito a terra, ao seguro contra adversidades climáticas e de oscilação de preço, ao acesso à energia elétrica e à promoção de igualdade de gênero no campo. Construídas coletivamente com movimentos sociais, sindicatos e entidades do meio rural, essas iniciativas reafirmavam o compromisso governamental com a produção rural familiar e consolidavam o protagonismo dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas, numa relação mais transparente com a sociedade civil.

O Plano Safra, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), contou naquele ano com R\$ 5,4 bilhões, volume recorde de crédito para uma única safra, 25% superior ao disponibilizado na safra anterior. Além de lançar, pela primeira vez, planos de safra exclusivos para as regiões



Governo Federal somou esforços na tarefa de promover recursos para assistência técnica no campo



A agricultor conseguiu descontos para a compra de máquinas e equipamentos com o Pronaf Mais Alimentos, linha de crédito que registrou os menores índices de inadimplência do País

Nordeste e Norte, o governo antecipava também a liberação dos recursos de acordo com o calendário agrícola de cada região, ao contrário do que se fazia antes, quando o dinheiro era repassado tarde. Foram tomadas medidas para desburocratizar o acesso aos financiamentos, como o Cartão Pronaf, instituído pelo Banco do Brasil em parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o que permitiu a contratação do crédito de maneira rápida e simples.

O ano de 2006 marcou um momento importante para a agricultura familiar, com a aprovação e início da vigência da Lei 11.326/2006, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Com o apoio dessa Lei e dos dados resultantes do Censo Agropecuário de 2006, foi possível planejar melhor as políticas e dotar o País de informações oficiais sobre o setor. Os resultados de todas essas iniciativas logo se fizeram sentir. Entre 2003 e 2008, o êxodo rural foi invertido e a agricultura familiar ganhou 412 mil novos estabelecimentos. O emprego assalariado no campo contemplou 577 mil novas famílias e mais de 4,8 milhões de pessoas que viviam em áreas rurais saíram da pobreza. A renda média da agricultura familiar cresceu 30% em termos reais no período (a renda média brasileira cresceu 11%). Por consequência, melhorou a qualidade de vida dos agricultores, que conseguiram acesso a vários bens. Entre 2004 e 2009, o número de domicílios rurais que tinham geladeiras aumentou de 4,9 para 6,8 milhões; com aparelhos de TV, de 5,5 para 7,4 milhões; com rádio, de 6,5 para 7,2

milhões; e, com telefone, de 2 para 4,8 milhões. Nesse mesmo período, o número de casas no meio rural com iluminação elétrica saltou de 6,5 para 8,2 milhões.

O plano de ação desenvolvido para a Agricultura familiar, em uma segunda etapa, resultou em eixos importantes na redução da pobreza e das desigualdades, além de alavancar o desenvolvimento regional em todo o País. O segmento mostrou a sua força atuando na minimização dos impactos da crise internacional e da alta dos preços dos alimentos ocorrida no final de 2008 e início de 2009, garantindo a segurança e soberania alimentares.

Percentual de alimentos produzidos pela Agricultura familiar

Produto	%
Mandioca	87
Feijão	70
Milho	46
Café	38
Arroz	34
Trigo	21
Soja	16
Leite	58
Aves	50
Suínos	59
Bovinos	30

Fonte: Censo Agropecuário 2009 – IBGE



A agenda brasileira para a agricultura familiar no período 2003-2010 foi além das fronteiras do País e fortaleceu a integração regional no âmbito do Mercosul, onde se instituiu a Reunião Especializada da Agricultura Familiar no Mercosul, com o objetivo de buscar ações de cooperação e integração regional, com a participação da sociedade civil e de representantes de governo. A partir dessa agenda, em 2009 foi criado o Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF).

Crédito rural

O volume de crédito disponibilizado aos agricultores familiares ao longo dos últimos oito anos passou de R\$ 4,5 bilhões na safra 2003/2004 para R\$ 16 bilhões em 2010/2011. O número de contratos firmados cresceu de 953 mil para aproximadamente 1,6 milhões ao ano, e o total de municípios atendidos chegou a 5.394. O valor médio desses contratos evoluiu de R\$ 2,4 mil para R\$ 7,4 mil. Entre 2002 e 2009 foram assinados 10,6 milhões de contratos. Nesse período, foram liberados R\$ 48,9 bilhões para agricultores familiares, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais e aquicultores, extrativistas, silvicultores, ribeirinhos e indígenas. Na safra 2002/2003, o Pronaf financiou R\$ 2,4 bilhões. Na safra 2008/2009, a liberação de financiamentos foi de R\$ 10,7 bilhões.

No âmbito do Pronaf foram financiados projetos individuais e coletivos geradores de renda às mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. Os resultados apresentados registraram os menores índices de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Até 2002, esse instrumento de crédito restringia-se a poucas atividades e a uma parcela de agricultores da região Centro-Sul. Foi necessária uma ampliação em

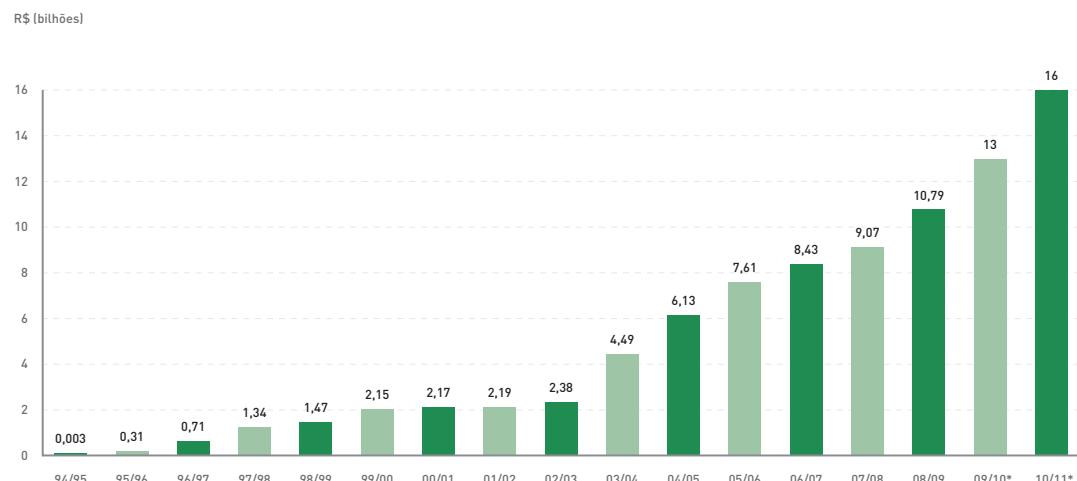
seu volume de recursos, buscando a universalização, simplificação de procedimentos, redução de juros e alongamento de prazos. As mudanças incluíram também o atendimento a públicos específicos como mulheres, jovens e comunidades da floresta.

Até 2006, foram instituídos o Pronaf Agroindústria, Semiárido, Floresta, Mulher, Jovem, Custo de Agroindústrias Familiares, Comercialização da Agricultura Familiar, Cotas-Partes e Agroecologia. A criação dessas novas linhas de financiamento efetivou um ciclo estruturante das políticas públicas voltadas à valorização de gênero e ao desenvolvimento sustentável, contemplando os agricultores que desenvolvem atividades produtivas ecologicamente corretas. Em 2006, foi criado o Pronaf "A", para recuperar a capacidade produtiva de agricultores assentados antes de 2002. Em 2007, o Pronaf passou a integrar também os agricultores familiares de maior renda que não eram atendidos pelo crédito rural convencional.

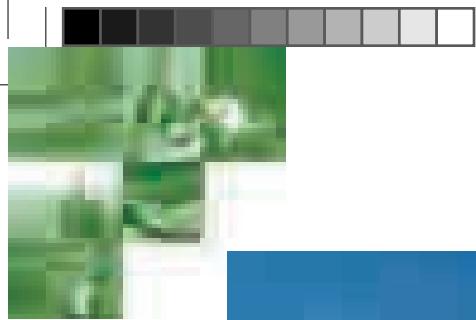


O volume de crédito disponibilizado aos agricultores familiares passou de R\$ 4,5 bilhões na safra 2003/2004 para R\$ 16 bilhões em 2010/2011

Pronaf - recursos aplicados



*Recursos disponibilizados



Aquisições de mamona da agricultura familiar por empresas de biodiesel passou de R\$ 5,1 milhões (2008) para R\$ 26,7 milhões em 2009

Contratos PRONAF

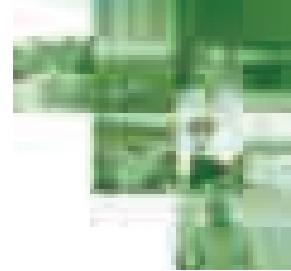
Ano Safra	Contratos Firmados	Valor (em bilhões de reais)
2004/2005	1.635.036	6,1
2005/2006	1.912.858	7,6
2006/2007	1.691.919	8,4
2007/2008	1.648.924	9,0
2008/2009	1.443.218	10,7
2009/2010	1.558.930	13,0*

* Valor disponibilizado

Fonte: Bacen

Em 2008, o Pronaf foi simplificado e os agricultores familiares que operavam com risco bancário passaram a compor um grupo único. Ao mesmo tempo, os limites de financiamento da grande maioria das linhas especiais de financiamento foram harmonizados com o crédito de investimento das normas gerais do Pronaf.

Em julho de 2008, frente a uma crise de preços de alimentos de proporção internacional, foi criado o Pronaf Mais Alimentos para financiar a infraestrutura e aumento de produtividade. Essa linha de crédito conferia descontos para a compra de tratores, veículos de transporte, máquinas e equipamentos, em parceria com indústrias fornecedoras. Na safra



2008/2009, o Mais Alimentos passou a financiar também preparo e conservação de solos, armazenagem e transporte de produtos. Entre 2008 e fevereiro de 2010, o programa financiou a compra de 29 mil tratores e motocultivadores.

Produtos e atividades financiadas pelo Mais Alimentos

Açafrão	Mandioca	Apicultura	Caprinocultura
Arroz	Milho	Aquicultura	Fruticultura
Café	Sorgo	Avicultura	Olericultura
Centeio	Trigo	Bovinocultura de corte	Ovinocultura
Feijão	Erva-mate	Bovinocultura de leite	Pesca e suinocultura
Pronaf Mais Alimentos		<p>Acima de R\$ 10 mil e até R\$ 130 mil, para projetos individuais de investimento destinados à produção das culturais listadas acima. Juros: 2% a.a. do limite previsto</p> <p>Até R\$ 500 mil para projetos coletivos, exclusivamente para financiamento de máquinas e implementos agrícolas de uso comum, respeitado o limite individual, devendo o valor contratado das operações “em ser” nesta modalidade ser descontado do limite previsto para contratação individual. Juros: 2% a.a. limite previsto</p>	

Fonte: MDA

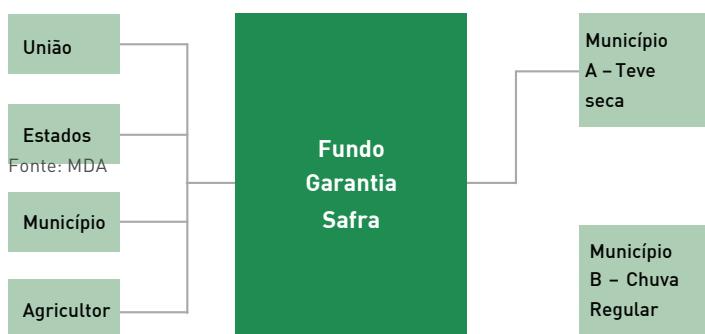
Seguro

Até 2003, uma reivindicação histórica dos agricultores familiares ainda não havia recebido atenção: não existia nenhum instrumento que ou conjunto de mecanismos que cobrisse problemas advindos das oscilações de preços e adversidades climáticas. Para atender essa necessidade, o governo implementou e ampliou o Garantia Safra, e criou o Seguro Agricultura Familiar (SEAF) e o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF).

O Garantia-Safra foi uma ação dos governos municipais, estaduais e federal, coordenado pelo MDA, para agricultores familiares que tivessem renda mensal de até 1,5 salário mínimo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Sudene. O Fundo foi criado com o objetivo de envolver os agricultores familiares e os entes federativos de forma solidária, através de contribuições de recursos financeiros que possibilitassem o funcionamento e operacionalização do Programa.

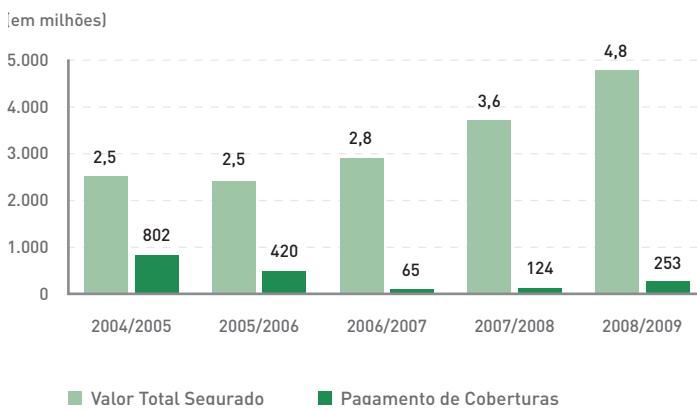
Iniciado na safra 2002/2003 com 333 municípios, em 2010 o Garantia-Safra atingiu 859 cidades. O número de segurados passou de 200,2 mil para 661,8 mil. Entre 2003 e 2010, foram feitas 3,14 milhões de adesões e o programa atendeu 1,8 milhão de agricultores que tiveram perda comprovada.

Garantia Safra



O Seguro Agricultura Familiar (SEAF), em seu primeiro ano de operação (safra 2004/2005), amparou mais de 554 mil empreendimentos, com um valor segurado total de mais de R\$ 2,5 bilhões. A partir de 2006, o SEAF se consolidou como o maior programa de seguro para agricultura familiar no continente americano, com um valor total segurado de mais de R\$ 4,5 bilhões.

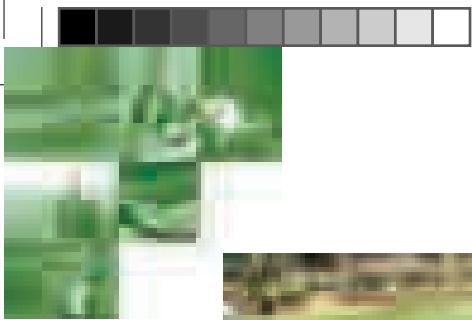
Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) Valor do seguro e indenizações



Fonte: MDA

O Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar ajudou o pequeno agricultor a conseguir garantia de preços para seus produtos, reduzindo custos em função de oscilações ou sazonais. O PGPAF foi criado em 2006 para assegurar a remuneração dos custos de produção financiados pelo Pronaf, abrangendo 41 culturas e cobrindo 95% dos contratos efetivados. O limite de proteção por agricultor passou de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil em 2009.

Com a extinção da Embrater e do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), durante a década de 1990, esses serviços ficaram sob



O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) recebeu investimentos da ordem de R\$ 3,5 bilhões e garantiu mercado para os agricultores

responsabilidade exclusiva dos governos estaduais e sem coordenação nacional. Em 2003, iniciaram-se amplas mudanças nessa área, transferindo ao MDA a responsabilidade de gerir e distribuir recursos destinados à ATER.

O Ministério lançou então o documento contendo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que representou um marco histórico importante para a retomada dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. O movimento teve a participação de representantes das esferas federal e estadual, de organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, organizações de agricultores, entre outros setores. As instituições estaduais de ATER foram reequipadas e novos técnicos foram contratados. A articulação das entidades passou a acontecer em redes para garantir a melhor cobertura dos serviços no País. Em 2003, 196 mil

agricultores foram assistidos com serviços de ATER. O crescimento do público se deu em função da variação positiva dos orçamentos anuais da ação. Os recursos orçamentários saíram de R\$ 21 milhões em 2003 para R\$ 264 milhões em 2010. Foi aprimorado o sistema de acompanhamento e monitoramento dos serviços contratados, iniciativa que contribuiu para o seu aperfeiçoamento e a evolução dos instrumentos de convênio e cooperação. Em 2010 havia 20 mil técnicos trabalhando no campo.

Outro avanço em relação ao enfrentamento da opressão e exclusão vividas pelas mulheres rurais. Nesse sentido, implementou-se a Política Especializada de Ater para Mulheres. Entre 2004 e 2009 foram investidos nesse programa mais de R\$ 11,3 milhões, beneficiando 45,5 mil agricultoras familiares. A iniciativa ATER Indígena, por sua vez, levou assistência técnica e extensão rural às comunidades indígenas brasileiras.



Em 2009, foram disponibilizados R\$ 2,5 milhões, por meio de 17 projetos aprovados, em diversas atividades agrícolas de povos indígenas.

O Governo Federal também somou esforços na tarefa de promover a inclusão social e econômica das comunidades quilombolas, inclusive no que se referia a recursos para assistência técnica. No período 2004-2009, mais de R\$ 6 milhões foram liberados, beneficiando 2,8 mil comunidades em todo o país. O apoio às atividades produtivas potencializou as ocupações nessas comunidades, promoveu a autonomia e contribuiu para o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento dos espaços coletivos democráticos.

Com o intuito de desenvolver e demonstrar estratégias de diversificação produtiva aos fumicultores, criou-se em 2005 o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, em parceria das organizações governamentais com a sociedade civil. Foram apoiados 60 projetos de assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa para 25 mil agricultores familiares que trabalham com esse cultivo na região Sul e nos estados de Alagoas,

Sergipe, Bahia e Paraíba. Naquele mesmo ano, o Brasil tornou-se signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Apoio à comercialização

Com relação ao apoio à comercialização para a Agricultura Familiar, foram criados vários instrumentos e alcançados avanços importantes. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), criado em 2003 no âmbito do Programa Fome Zero, representou uma garantia de mercado para os agricultores e simbolizou preocupação fundamental do Governo Federal em promover a inclusão social no meio rural por meio do fortalecimento de seu principal segmento produtivo.

De 2003 a 2010, foram aplicados mais de R\$ 3,5 bilhões em aquisição de alimentos da agricultura familiar. Esse montante representou, em termos de quantidade, o volume de 3,2 milhões de toneladas, beneficiando, em valores médios, 164 mil agricultores familiares em suas diferentes modalidades de operação.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Modalidades

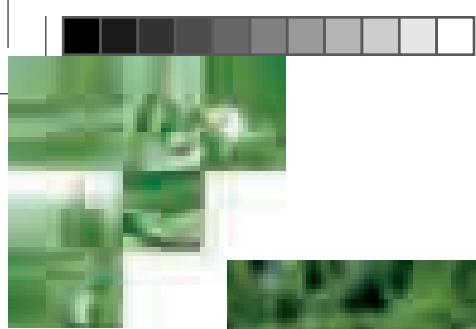
Modalidade	Ação	Limite/Ano	Recursos
Compra direta da agricultura familiar	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condições de insegurança alimentar	R\$ 8 mil	MDA
Formação de estoques pela agricultura familiar	Disponibiliza recursos para que organizações de agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização	R\$ 8 mil	MDA
Compra com doação simultânea	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional	R\$ 4,5 mil	MDS
PAA Leite	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste	R\$ 4 mil por semestre	MDS

Fonte: MDA

Outra iniciativa de sucesso foi a vinculação de até 30% dos recursos aplicados no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para compra da Agricultura Familiar, a partir de 2009. Por meio de parcerias com diversas entidades, principalmente nas grandes cidades que concentram maior número de estudantes, 20% dos municípios compraram a merenda escolar dos agricultores familiares. Em termos numéricos, 2 mil municípios já haviam adotado o procedimento em 2010.

Em 2008, foi implementado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiver-

sidade, para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades desses ecossistemas. Em 2009, realizaram-se pagamentos no valor de mais R\$ 1,06 bilhão, relativos às subvenções para amêndoas de babaçu, borracha natural e castanha-do-brasil. Foram subvencionadas 490 mil toneladas, contemplando 3,5 mil famílias. A Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que começou com apenas 7 produtos, aumentou para 14 produtos beneficiados nos biomas da Amazônia, do Cerrado e Caatinga, no final de 2010.



Agricultura familiar foi responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP), gerou R\$ 54 bilhões anuais e ocupou 12,3 milhões de pessoas, em 2006

Para qualificar a comercialização dos produtos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), um modo de indicar os produtos que tinham participação majoritária desse setor, gerando visibili-

dade a empresas e empreendimentos, e inclusão econômica e social dos agricultores. Até 2010, foram concedidas 72 permissões de uso do SIPAF, para um total aproximado de 481 produtos, beneficiando direta ou indiretamente mais de 55 mil agricultores familiares.



Geração de renda e agregação de valor

O Pronaf Agroindústria, lançado em 2004, permitiu ao agricultor ampliar seu capital de giro e buscar oportunidades de comercialização mais adequadas a sua produção, agregando valor à mesma. Juntamente com as outras linhas especiais do Pronaf, esse instrumento pôde financiar as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização dos produtos. O montante de crédito rural aplicado desde a criação desse programa foi de R\$ 900 milhões, atendendo 24 mil agroindústrias e 166 mil famílias. Em 2010, o Pronaf Agroindústria teve ampliação do limite de financiamento individual de R\$ 18 mil para até R\$ 20 mil. O programa capacitou técnicos multiplicadores para desenvolver ações junto aos produtores dos parceiros da rede oficial de ATER e de ONGs: 900 técnicos em Boas Práticas de Fabricação; 300 técnicos em Concepção de Projetos Agroindustrial e 50 e Técnicos em Gestão de Agroindústrias.

Como demonstração de reconhecimento e incentivo das práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros, a política do Governo Federal para este segmento privilegiou a construção de programas que contribuíssem para a inserção da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos de plantas medicinais, insumos e fitoterápicos. Programas como o Política de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), do Sistema Único de Saúde (SUS), e Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos fortaleceram o setor.

Em 2008, foi instituído o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, para promover a autonomia econômica e o protagonismo das trabalhadoras rurais. Foram identificados 9,4 mil grupos produtivos de mulheres articulados às Redes e Movimentos Sociais integrantes do Comitê Gestor do Programa, dos quais 3,1 mil oriundos do Programa Territórios da Cidadania. As ações de capacitação envolveram 3,5 mil mulheres de 86 Territórios da Cidadania.

Somadas, as ações Organização Produtiva de Mulheres e ATER para Mulheres Rurais disponibilizaram R\$ 23 milhões em 148 projetos financiados, atendendo mais de 79 mil mulheres e suas organizações produtivas, redes e articulações.

Ainda no âmbito da geração de renda e agregação de valor, destacou-se o Plano Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), que propunha a produção e o uso do Biodiesel de forma sustentável, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional.

Nesse sentido foi lançado em 2004 o Selo Combustível Social, a ser concedido a produtores de biodiesel que promovessem a inclusão social da agricultura familiar. Ao MDA coube a responsabilidade de operacionalizar a estratégia social do Programa, criando formas de promover a inserção qualificada de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel. Para tanto, o ministério executou o planejamento e a implementação da metodologia de organização da base produtiva denominada de Projeto Pólos de Biodiesel, com o objetivo de articular a agricultura familiar fornecedora de matéria prima para a produção de biodiesel e os diversos atores estaduais e territoriais envolvidos na temática. Em 2009, mais de 51 mil famílias participaram do programa, originando matéria-prima para as empresas produtoras de biodiesel. Em 2010, esse número foi de mais de 100 mil agricultores. A renda média familiar anual proporcionada pelo PNPB passou de R\$ 1,69 mil anuais por família em 2006 para R\$ 13,27 mil anuais por família em 2009. Apesar de apresentar a menor renda média na comparação brasileira, a Região Nordeste apresentou o maior crescimento entre 2008 e 2009, com um aumento da renda média por família, passando dos R\$ 270 por família/ano para R\$ 1,5 mil por família/ano.

Em 2005, o número de famílias que venderam para as empresas de biodiesel foi de 16,3 mil. Em 2009 já eram 51 mil as famílias que haviam originado matéria-prima para as empresas produtoras de biodiesel, e 100 mil em 2010. As aquisições da agricultura familiar realizadas por empresas detentoras do Selo Combustível Social cresceram de R\$ 68,5 milhões em 2006 para a expressiva marca de R\$ 677,3 milhões em 2009. Em 2010, a estimativa era de que as essas aquisições atingiriam a marca de R\$ 1,2 bilhão. Analisando os valores de aquisições por matéria prima, apesar de ainda haver grande participação da soja de agricultores familiares do Sul e do Centro Oeste, constatou-se significativa evolução das aquisições de mamona no Nordeste, que passaram de R\$ 5,1 milhões em 2008 para R\$ 26,7 milhões em 2009.

O cooperativismo e o associativismo no segmento da agricultura familiar também ganharam atenção especial do Governo Federal nos últimos oito anos. No período 2007-2010, foram apoiados diretamente 628 empreendimentos da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária, com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 78,7 milhões.

Uma parceria com a Rede Internacional de Comercialização Cooperativas Sem Fronteiras para a inserção de 12 cooperativas brasileiras criou um novo canal de comercialização dos produtos, que passaram a ser exportados para França, Canadá e



Japão, beneficiando 4 mil famílias da agricultura familiar. Desde 2006, o Brasil participa da Feira Internacional de Produtos Orgânicos/BioFach, na Alemanha. Em 2010, a participação brasileira contou com 15 empreendimentos e redes da agricultura familiar, resultando em negócios e contatos comerciais com 53 países e 263 empresas no valor de aproximadamente US\$ 9 milhões.

O apoio do Governo Federal às negociações entre cooperativas de crédito e os agentes financeiros facilitou o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural e ao microcrédito, o que contribuiu para a ampliação da aplicação de crédito no setor, que passou de R\$ 240 milhões na safra 2005/2006, para R\$ 1,155 bilhão na safra 2009/2010.

Direitos e cidadania

A promoção dos direitos e da cidadania no meio rural envolveu várias ações dirigidas de forma combinada com o fortalecimento econômico da agricultura familiar. A ação mais relevante nesse sentido foi a

criação do inovador Programa Territórios da Cidadania, de coordenação e integração de políticas de combate à pobreza rural. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios foram fundamentais para a construção dessa estratégia.

O Programa tratou de agregar ações do Plano Plurianual (PPA) de um conjunto de 22 órgãos e entidades do Governo Federal. Englobando diferentes políticas públicas setoriais já existentes tais como Bolsa Família, Pronaf, Construção de Escolas no Campo, Programa Luz para Todos, Programa Saúde da Família, o Territórios inovou no desenho de implementação das mesmas ao utilizar-se de uma estratégia de planejamento baseado em territórios que apresentavam identidades econômicas, ambientais e coesão social e cultural das populações nos municípios participantes. Os 60 Territórios da Cidadania criados em 2008 foram ampliados para 120 em 2009. A mobilização de 22 órgãos da administração pública federal em prol da redução da pobreza no meio rural resultou na elaboração de matrizes anuais de ações.

Evolução do Programa Territórios da Cidadania

Ano	No. De territórios / Ações	Investimento realizado (R\$)	Execução orçamentária
2008	60 Territórios/ 180 ações	R\$ 9,9 bilhões	77,9 %
2009	120 Territórios / 203 ações	R\$ 21,2 bilhões	85%
2010	120 Territórios / 183 ações	R\$ 23 bilhões *	

*baseado na execução de 85% de 2009

Fonte: MDA

Para garantir o acesso à educação no campo, houve uma expressiva ampliação do Programa de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e do apoio à educação profissional em regime de alternância. O Programa foi desenvolvido por meio de parcerias entre universidades e instituições de ensino públicas ou privadas federais, estaduais e municipais, oferecendo cursos superiores e técnicos, entre os quais: agroecologia, agroecologia, pedagogia, história, ciências sociais, magistério, direito, geografia, letras, espe-

cialização em educação no campo e técnico em agropecuária em saúde comunitária. Entre 2003 e 2010, o Pronera promoveu a escolarização e a formação profissional de 301 mil jovens.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004, envolveu diversos órgãos federais, estaduais e municipais, com a participação dos movimentos e das entidades de mulheres rurais. O Programa assegura o acesso



gratuito, e na proximidade dos locais de moradia, à documentação civil e trabalhista para trabalhadoras rurais, acampadas e assentadas da reforma agrária, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas e pescadoras. No período de 2004 a julho de 2010, foram realizados 2.481 mutirões itinerantes em 2.695 municípios, com a emissão de 1.363.884 documentos para mais de 621 mil mulheres.

O Programa de Bibliotecas Rurais – Arca das Letras foi outra ação importante de promoção de cidadania rural, criado para incentivar o acesso à leitura, à educação, cultura e ao entretenimento nas comunidades rurais, estimulando sua participação na definição do acervo, na gestão do equipamento e nas atividades organizadas pelos agentes de leitura. Foram montadas 7,8 mil bibliotecas em 2.841 municípios desde o lançamento do Programa, em 2003, para as quais foram capacitados 16 mil agentes de leitura. A ação incluiu a distribuição de mais de dois milhões de livros em comunidades rurais, beneficiando mais de 900 mil famílias. A Arca das Letras também foi implantada em diversas comunidades de remanescentes de quilombos.

Ao longo do período 2003-2010, o Governo Federal dedicou atenção redobrada aos conflitos agrários, criando, para isso, o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, um conjunto de medidas de prevenção, combate e redução das diversas formas de violência praticadas contra trabalhadores rurais, proprietários rurais, remanescentes de quilombos, indí-



Arca das Letras promoveu o acesso à leitura e entretenimento nas comunidades rurais



A Política Especializada de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres beneficiou 45 mil agricultoras entre 2004 e 2009

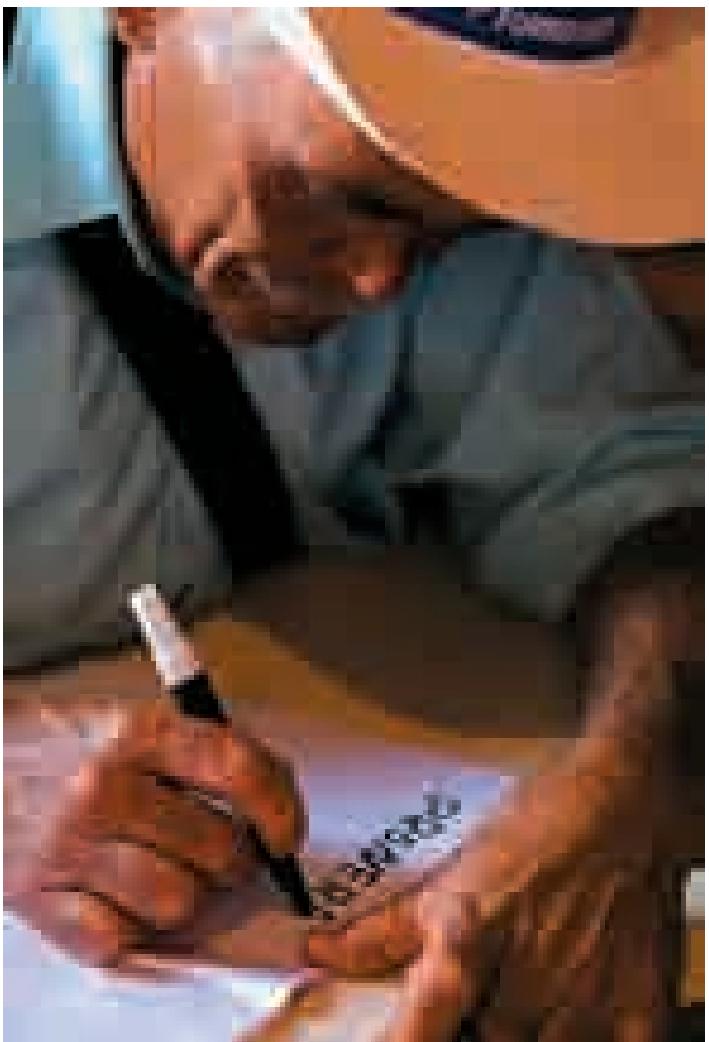
genas, extrativistas, ribeirinhos e atingidos por baragens. O Plano deu ênfase à criação e consolidação de estruturas especializadas de órgãos do executivo (ouvidorias, delegacias especializadas) e do judiciário (varas agrárias, promotorias agrárias) e à mediação visando à resolução pacífica e democrática dos conflitos. O Plano foi elaborado pela Comissão Especial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criada em 2003 e presidida pelo Ouvidor Agrário Nacional.

No que tange ao trabalho escravo, o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (2003), elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), acionou medidas a serem implementadas por diversos órgãos do Executivo (incluindo o MDA), do Legislativo e Judiciário. O Plano tratou de combater o trabalho escravo via fiscalização trabalhista de imóveis rurais e urbanos, liberação de trabalhadores submetidos às formas ilícitas de trabalho, garantia de seus direitos às verbas trabalhistas e sancionamento social, administrativo, civil e penal dos responsáveis. Coube ao MDA e ao Incra o fomento de atividades nas regiões de origem e aliciamento dos escravizados e fiscalização de imóveis rurais flagrados com formas ilícitas ou abusivas de trabalho, com finalidade de cancelar registros, se irregulares, ou desapropriá-los, se descumpridores da função social.



8. Reforma agrária e regularização fundiária

A partir de 2003, a aceleração da reforma agrária e a recuperação dos assentamentos já instalados contribuíram com as políticas governamentais de criação de empregos na agricultura e garantia da segurança alimentar dos trabalhadores e suas famílias. A ampliação das políticas no âmbito da reforma agrária e da regularização fundiária integraram-se à construção do novo modelo de desenvolvimento econômico do País, que compatibiliza crescimento com distribuição de renda.



Expansão do Programa de Educação na Reforma Agrária garantiu a alfabetização de adultos no campo

No primeiro mandato, a prioridade foi a criação de novos assentamentos e a estruturação de políticas de crédito, seguro e comercialização. No segundo, a ênfase foi dada à construção de programas integrados de regularização fundiária (Terra Legal na Amazônia), de aumento da produção e produtividade da agricultura familiar (Mais Alimentos) e de combate à pobreza (Territórios da Cidadania).

A Reforma Agrária em números

	Famílias Assentadas	Hectares incorporados	Número de Projetos de Assentamento
2003-2010*	586.000	47,1 milhões	3.456
Total	906.878	84,3 milhões	8.599

* Até outubro

Fonte: Secom

O compromisso da agenda de aprofundamento da democracia brasileira a partir da reforma agrária foi concretizado no 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Elaborado por meio do diálogo com os setores sociais envolvidos na questão, o documento foi apresentado em novembro de 2003 na Conferência da Terra. Para implementação do disposto no 2º PNRA, os recursos destinados à obtenção de terras foram ampliados significativamente, totalizando R\$ 7,45 bilhões nos últimos oito anos.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sucateado durante os anos 1990, foi fortalecido e assumiu novas atribuições, como a regularização e titulação de comunidades quilombolas. Seu orçamento passou de R\$ 1,4 bilhão em 2002 para R\$ 3,9 bilhões em 2010. Incorporou, por meio de concursos, 1.800 novos servidores e criou uma nova superintendência regional. Inaugurou ações de cooperação internacional com países da América Latina e da África e participou da agenda da integração regional do Mercosul.

Reestruturado e fortalecido, o Incra garantiu as condições de assentamento nas regiões de conflito.



O Luz Para Todos levou eletricidade para 217,2 mil famílias assentadas

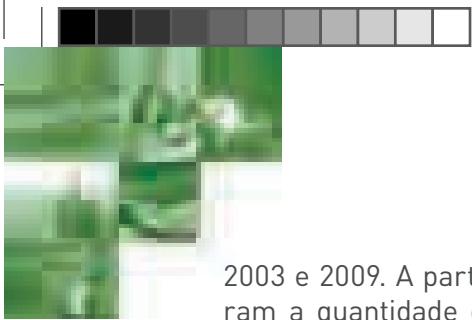
Ações do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, coordenado pela Ouvidoria Agrária Nacional, contribuíram para a diminuição dos confrontos.

As ações afirmativas de promoção da igualdade das mulheres na reforma agrária resultaram na ampliação do número de mulheres beneficiadas pelo programa, que passaram de 13% para 25,6% neste período. Ou seja, atualmente mais de 1/4 dos titulares beneficiários da reforma agrária são mulheres.

Os números comprovam a eficácia das políticas de reforma agrária adotadas durante o período de

2003 a 2010. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a taxa de pobreza no campo caiu de 48,6% em 2002 para 32% em 2008, indicando que mais de 4 milhões de pessoas saíram da pobreza no meio rural. Os dados do Ipea apontaram também a redução da taxa da pobreza extrema de 19,9% para 11,7% no mesmo período. O índice de Gini, por sua vez, caiu de 0,527 em 2002 para 0,499 em 2008, confirmando a redução na desigualdade rural.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também captou sensível melhora nas áreas rurais entre



2003 e 2009. A participação das famílias que declararam a quantidade de alimentos como sendo sempre suficiente aumentou de 43% para 54,4% no período.

O maior acesso a bens duráveis é outro indicador de que a qualidade de vida no meio rural mudou. Entre 2004 e 2009, o número de domicílios rurais que tinham geladeiras aumentou de 4,9 milhões para 6,8 milhões. O número dos que tinham TV passou de 5,5 milhões para 7,4 milhões e, dos que tinham rádio, de 6,5 milhões para 7,2 milhões. Em 2009, 4,8 milhões de domicílios rurais tinham telefone, contra 2 milhões anteriormente. No mesmo intervalo de tempo, o número de casas com iluminação elétrica saltou de 6,5 milhões para 8,2 milhões.

Evolução do número e da renda média dos domicílios rurais.

Ano	Domicílios rurais sem Norte ¹ (milhares)	Domicílios rurais com Norte ² (milhares)	Renda Média (R\$ Set/09 ³)
2001	6.993	-	808
2002	6.958	-	817
2003	7.156	-	853
2004	7.215	7.996	896
2005	7.429	8.219	911
2006	7.533	8.306	965
2007	7.718	8.489	1.038
2008	7.884	8.674	1.057
2009	7.953	8.764	1.101
Taxa 02/09	14%		35%

1 - sem considerar as áreas rurais do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

2 - incluindo as áreas rurais do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

3 - valores corrigidos pelo IPCA. Fonte: PNAD-IBGE.

Fonte: MDA

Assentamentos e incorporação de terras à Reforma Agrária

O número de famílias assentadas ao longo dos últimos oito anos – 586 mil – representa 64% das 906 mil que viviam nos assentamentos no final de 2010. O crescimento no número de assentados só se tornou possível porque foram vistoriados mais de 31 milhões de hectares com fins de fiscalização da função social da propriedade; porque foram criados 3.456 novos projetos de assentamento e incorporados ao processo de reforma agrária 47,1 milhões de hectares.

Aos assentamentos ambientalmente diferenciados – aqueles que baseiam sua exploração no extrativismo e servem principalmente às comunida-

des tradicionais – foram destinados 38,2 milhões de hectares. A inclusão da variável ambiental no âmbito das ações indica mudança significativa na forma de atuação do Incra, passando a incorporar o respeito às diversidades ambientais, a promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental dos assentamentos.

Com a participação dos assentados e suas organizações, o Governo Federal articulou diferentes programas que contribuíram para a qualidade de vida dessa população. As melhorias nos assentamentos incluíram a recuperação e construção de 47.304 km de estradas rurais e a implantação de sistemas de abastecimento de água (individuais e coletivos) para 131,7 mil famílias. O Programa Luz Para Todos, do Ministério de Minas e Energia, levou eletricidade para 217,2 mil famílias assentadas. Houve elevação do montante de recursos por família destinados à construção e recuperação de casas, muitas vezes possibilitando a adição de banheiros, dormitórios e varanda. Parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) garantiu a captação e distribuição de água para consumo humano em várias unidades da Federação.

O Programa Terra Sol (2004), de incentivo a projetos de associações ou cooperativas de assentados, beneficiou mais de 170 mil famílias por meio do financiamento de equipamento e obras – da aquisição de resfriadores de leite à construção de casas de farinha e abatedouros de frango. Ajudou ainda na realização de pesquisas de mercado e no desenvolvimento de embalagens. O Terra do Sol tinha como objetivo final fortalecer a renda dos assentamentos por meio do beneficiamento da matéria-prima e do apoio à comercialização de produtos.

Outro passo importante foi o acesso dos assentados a novas linhas de crédito, como o Pronaf A – Recuperação, o Pronaf Mais Alimentos e as demais políticas de apoio à comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

Para garantir o acesso à educação no campo, houve expressiva ampliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Desenvolvido por meio de parcerias com universidades e instituições de ensino públicas ou privadas federais, estaduais e municipais, em 12 anos o Pronera promoveu a escolarização e a formação profissional de mais de 400 mil jovens (301 mil entre 2003 e 2010).

Atendendo à reivindicação histórica do movimento sindical dos trabalhadores rurais, o Governo Federal implementou em 2003 o Programa Nacional de Crédito



O Incra garantiu as condições de assentamento nas regiões de conflito com as ações do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo

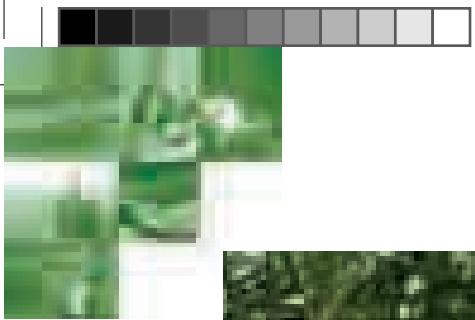
Fundiário (PNCF), instrumento importante na política de ampliação do acesso a terra. Mais de 79 mil famílias de trabalhadores rurais conquistaram a propriedade da terra, com abastecimento de água, energia elétrica e assistência técnica, por meio do PNCF.

Os investimentos alcançaram R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$ 800 milhões beneficiaram ações de combate à pobreza rural e mais de R\$ 400 milhões foram aplicados em bolsões de pobreza como recursos não reembolsáveis. Avaliações realizadas sobre o PNCF demonstram que a renda das famílias elevou-se em 145% entre os anos de 2003 e 2005. No mesmo período, o número de famílias que tiveram acesso à assistência técnica subiu do patamar de 30% para 66%. Em 2005, 99,5% das moradias erguidas nas áreas adquiridas através do programa tiveram como principal material de construção a alvenaria, contra um índice que era de 48% em 2003.

Regularização fundiária

A ausência de informações públicas e de um cadastro consistente sobre a situação da propriedade da terra no Brasil sempre impediu que o Estado se assenhorasse da questão no território nacional como um todo. Em 2003, quando da elaboração do 2º PNRA, os dados, obtidos do cadastro do Incra, indicavam que apenas 50,86% da área total do país estavam na condição de cadastrada, caracterizando uma situação de instabilidade social e jurídica.

Tamanha fragilidade transformou-se em obstáculo ao acesso às políticas creditícias e de fomento e também em insegurança e aumento da violência no campo. Para reverter esse quadro, a política de regularização fundiária do Governo Federal priorizou as pequenas posses de boa fé, a destinação para o assentamento de trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, unidades de conservação e a retomada de terras públicas irre-



O uso sustentável da biodiversidade local foi garantido às famílias que viviam do extrativismo

gularmente ocupadas. A ação conjunta do MDA, do Incra e de governos estaduais assegurou a titulação de mais de 180 mil famílias de agricultores posseiros, garantindo aos mesmos a definitiva segurança jurídica de seus imóveis.

A implantação do Programa de Regularização Fundiária nas terras federais ficou a cargo da ação direta do Incra ou do Programa Terra Legal. Nas terras estaduais, firmaram-se os Convênios e Termos de Cooperação Técnica entre o Incra e governos estaduais, e através do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, abarcando iniciativas de alterações de marcos legais, implantação do cadastro de terras, arrecadação das terras públicas, georreferenciamento e consequente regularização das posses.

Programa Amazônia Terra Legal

Criado para resgatar uma dívida histórica com os trabalhadores rurais que vivem na região, o programa visa promover a regularização fundiária de ocupações legítimas, contribuindo para o ordenamento territorial e combate ao desmatamento na Amazônia Legal. No campo e nas cidades.

O marco legal foi adequado à realidade da região. A criação da Lei 11.952 de 25 de junho de 2009 acelerou o processo de regularização fundiária para pequenos e médios posseiros (até 1,5 mil hectares) e definiu critérios específicos para transferência de núcleos urbanos consolidados e em expansão para municípios da região.



O Programa Amazônia Terra Legal foi lançado em 2009, em conjunto com a Operação Arco Verde Terra Legal. Coordenado pela Casa Civil, o trabalho ocorreu em 43 municípios, em terras públicas federais listadas pelo Ministério do Meio Ambiente como prioritários no combate ao desmatamento. Durante quatro meses, caravanas percorreram esses municípios desenvolvendo ações de regularização fundiária e ambiental e de cidadania.

Após o término dos mutirões do Arco Verde, o Terra Legal seguiu para mais 357 municípios. Até o final de setembro de 2010, havia cadastrado 79 mil ocupações em 9 milhões de hectares, iniciado o georreferenciamento de 85,5 mil imóveis e doado aos municípios da região 43 áreas de núcleos urbanos.

Regularização fundiária de Territórios Quilombolas

O fortalecimento do Incra permitiu ao órgão assumir novas atribuições, como a regularização e titulação de co-

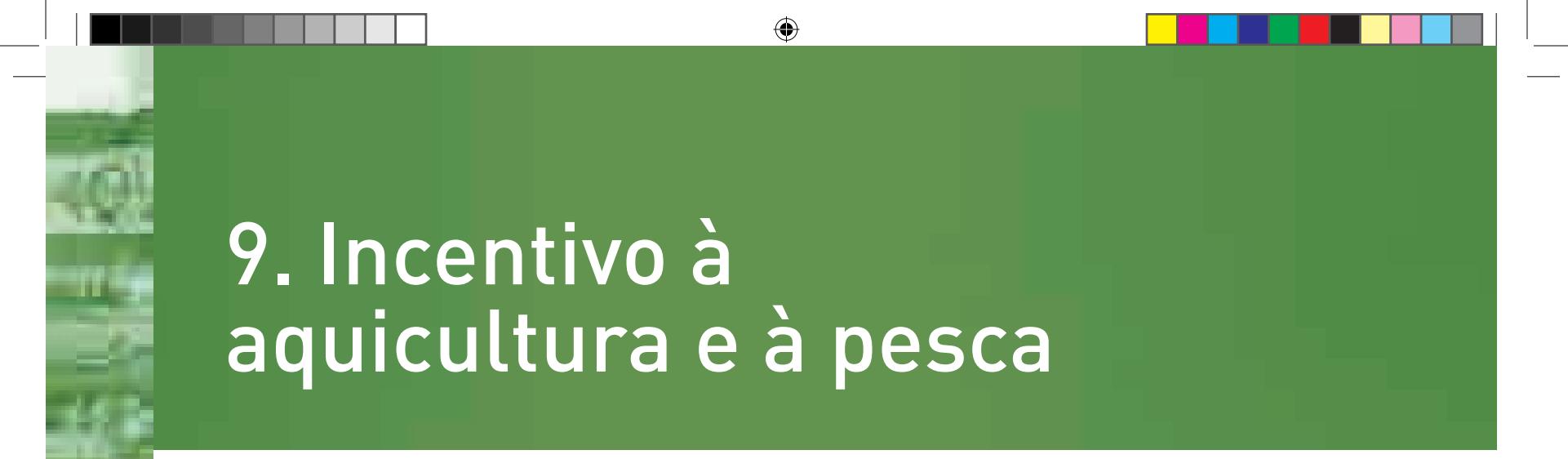
munidades quilombolas. Em 2004, a criação do Programa Brasil Quilombola, juntamente com a institucionalização da política de regularização das áreas remanescentes de quilombo, a cargo do MDA e do Incra, possibilitou que o governo identificasse, demarcasse e emitisse o título que garantia a posse coletiva de terras. Desde então, foram emitidos 64 títulos, regularizando 188,2 mil hectares, onde estão localizadas 88 comunidades.

Até o ano de 2010, já haviam sido publicados 117 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, publicadas 53 portarias de reconhecimento de territórios quilombolas e assinados 31 decretos desapropriatórios, beneficiando 3.980 famílias quilombolas em uma área de 358,7 mil hectares.

Além desses avanços, o Programa Brasil Quilombola criou um conjunto de políticas de etnodesenvolvimento. Com essa iniciativa, o Governo Federal buscou melhorar as condições de vida e fortalecer a organização dessas comunidades, com o acesso a terra e a promoção da cidadania e valorização das suas experiências históricas e culturais.



Entre 2004 e 2009, o número de domicílios rurais que tinham geladeiras aumentou de 4,9 milhões para 6,8 milhões



9. Incentivo à aquicultura e à pesca

A implantação gradual de um plano de fortalecimento para a aquicultura e a pesca foi um compromisso assumido e praticado pelo Governo Federal desde o início de 2003. A iniciativa reconheceu a importância dessa atividade para o desenvolvimento do país.

Na época, não havia políticas integradoras para o setor, que também não dispunha de um órgão específico para gerir suas ações. A produção nacional de pescados não chegava a um milhão de toneladas/ano e a aquicultura representava menos de 30% do total dessa produção. Nesse cenário, o Brasil não conseguia competir com outros países na exploração da pesca oceânica no Atlântico Sul.

No âmbito social, a pesca era vista como atividade marginal. O pescador tinha poucas perspectivas de melhoria de suas condições de trabalho e inexistiam políticas de desenvolvimento social para a pesca artesanal. Os baixos níveis de escolaridade dificultavam o processo de capacitação e o acesso às tecnologias pesqueiras.

O Estado brasileiro estava ausente dos processos de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras e não elaborava políticas estratégicas para a sustentabilidade da pesca e da aquicultura. O cenário era agravado pelo fato de a gestão da atividade estar dividida entre vários ministérios, principalmente Agricultura e Meio Ambiente.

As cadeias produtivas da pesca e da aquicultura enfrentavam escassez de infraestrutura, o que acarretava perdas e desperdícios da produção nacional, fatores impeditivos à geração de produtos suficientes para atender à demanda interna e para exportação a outros mercados, relegando o país a uma condição periférica nos debates sobre esse tema.

Em janeiro de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), que em 2009 tornou-se o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). A promulgação da Lei da Pesca, em 2009, a realização de três conferências nacionais e a criação da Embrapa Aquicultura e Pesca foram, também, marcos importantes na estruturação

do segmento. Outro avanço foi a aprovação da lei que reduziu o período de comprovação de registro de pescador, de três anos para um ano, em relação à concessão do seguro-defeso, benefício de um salário mínimo pago mensalmente durante o período em que a pesca é proibida.

O principal resultado alcançado por essas iniciativas foi o aumento de mais de 20% na produção de pescados, que chegou a 1,2 milhão de toneladas em 2009, sendo 66,5% resultado de pesca extrativa e 33,5% da aquicultura. O Brasil foi um dos poucos países a prosperar no segmento pesqueiro durante a década.

No mesmo período, a produção da aquicultura passou de 278 mil para 415 mil toneladas. A piscicultura de água doce foi a atividade que mais contribuiu para esse crescimento – nos últimos dois anos, teve um acréscimo de mais de 60%. Entre 2007 e 2009, frente às principais fontes de proteína animal, o pescado apresentou o maior crescimento relativo, com 15,7%. Evoluiu mais que as aves (12,9%), os suínos (9,2%) e a carne bovina (decréscimo de -8,6%).

Outro indicador importante foi o aumento no consumo per capita de pescado: passou de 6,8 kg/ano por brasileiro em 2003 para 9 kg/ano em 2009, sendo que 96% da produção nacional foi comercializada no mercado interno, contra apenas 4% destinados ao mercado externo.

Produção da pesca e aquicultura (2003-2009)



Fonte: MPA



Infraestrutura

O fortalecimento da pesca e da aquicultura incluiu a implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização do pescado – 19 Terminais Pesqueiros Públicos e 14 Centros Integrados da Pesca Artesanal. A estrutura da cadeia produtiva ganhou também mais de uma centena de fábricas de gelo, unidades de beneficiamento de pescado e caminhões frigoríficos. Desde 2006, essas iniciativas beneficiaram 42 mil pescadores artesanais em 161 municípios de todos os estados da Federação, com recursos aplicados de R\$ 52,4 milhões.

A criação do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira), visando fomentar a construção de embarcações voltadas para a pesca oceânica de atum, representou grande impulso para o setor. Criado em 2003, iniciou as atividades em 2005, como subsídio à taxa de juros dos financiamentos para aquisição, construção, conversão, modernização, adapta-

ção e equipagem de embarcações pesqueiras, com o objetivo de proporcionar mais eficiência e sustentabilidade à frota costeira e continental, máximo aproveitamento das capturas e aumento da produção. O programa repassou em 2010 um montante de R\$ 35 milhões.

No cenário da pesca internacional, o Brasil destacou-se nos últimos anos nas discussões que abordam a gestão da atividade, em especial na Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico (CCAT), na qual exerce a função de presidência, bem como nas discussões que envolvem subsídios a atividades de pesca, realizadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Financiamento e pesquisa

A carência de linhas de crédito voltadas às necessidades do setor representava outro gargalo do setor em 2003. A partir disso, foram instituídos e adaptados diversos instrumentos de financiamento para pescadores e aquicultores, contribuindo para o bom andamento das ativi-

As políticas criadas para o setor pesqueiro estimularam o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das comunidades





Investimentos na infraestrutura chegaram a R\$ 52,4 milhões, beneficiando 42 mil pescadores artesanais em 161 municípios



dades de produção. Entre 2003 e 2010, as operações de crédito ao setor somaram mais de R\$ 1,2 bilhão.

A habilitação dos pescadores ao Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações de Pesca foi outra iniciativa de destaque. Em 2007, o percentual da subvenção atingiu 25% do preço de faturamento do óleo diesel. A subvenção consiste na isenção integral do ICMS por parte dos estados no momento da aquisição do óleo diesel. Além disso, determina o resarcimento de até 25%, proporcionado pelo Governo Federal, da diferença no preço pago pelo óleo diesel para equiparar aos níveis internacionais, após análise de requerimento e adimplência do beneficiário. Foram subsidiados 686,7 milhões de litros do combustível de 2003 a 2010, com um investimento total de R\$ 117,1 milhões. No mesmo período, foi registrado um aumento de 30% no número de embarcações beneficiadas.

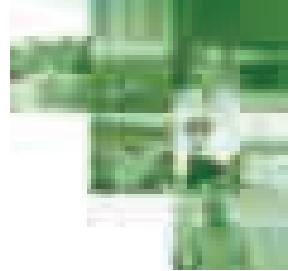
Com o objetivo de incrementar a tecnologia do setor pesqueiro, diferentes órgãos de fomento a pesquisa e desenvolvimento foram acionados. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) propiciaram a realização de 157 programas

de pesquisa ligados às várias atividades pesqueiras e aquícolas. Foram aprovados 36 projetos com descentralização de créditos e 160 convênios. Além disso, a ação possibilitou a participação da pesca e aquicultura no Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (Pacti) 2007/2010.

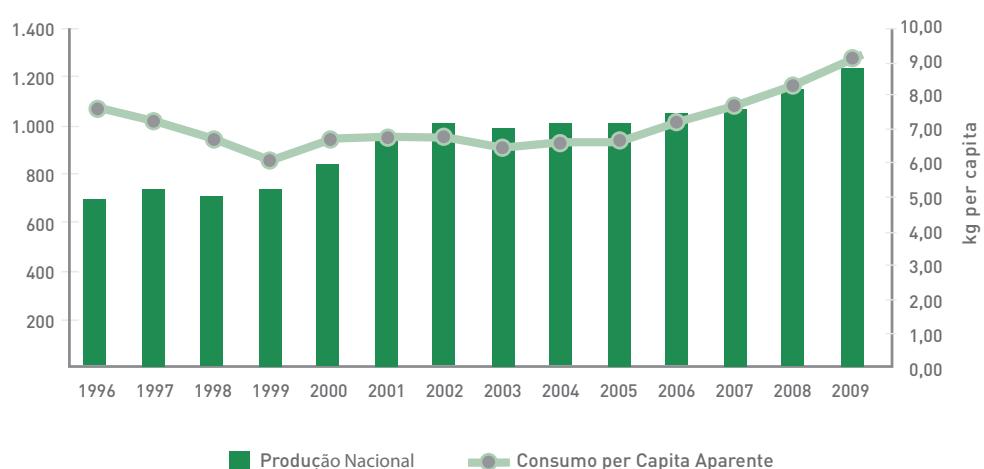
Os esforços dirigidos à aquicultura (maricultura e piscicultura) levaram ao crescimento de 49,4% entre os anos de 2003 e 2009. Tiveram como focos principais o apoio à cadeia produtiva da aquicultura familiar e à estruturação da cadeia produtiva do pescado, além da regulamentação do uso das águas da União para aquicultura – um instrumento de inclusão social que possibilitou às comunidades tradicionais o acesso gratuito a uma porção de água para produção, por 20 anos.

Incentivo ao consumo de pescados

Para alcançar a meta do aumento significativo do consumo interno de pescado, estabelecida desde 2003, o Governo Federal concentrou esforços em um amplo leque de iniciativas, que abarcaram desde a captura dos peixes até seu beneficiamento e comercialização produtos de maior valor agregado.



Consumo per capita aparente X produção de pescado (1996-2009)



Fonte: MPA

Em apoio à comercialização, foram realizadas sete edições da Semana do Peixe e mil módulos da Feira do Peixe, atividades resultantes de parcerias entre o MPA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e associações privadas para incentivar o consumo. A Feira do Peixe foi concebida como programa de apoio a pescadores artesanais e aquicultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo era alavancar a comercialização dos produtos minimizando a ação de intermediários e diminuindo custos tanto para o pescador quanto para o consumidor. Além disso, o pescado foi incluído na alimentação escolar, resultado de uma parceria do MPA com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Todas essas iniciativas levaram a resultados notáveis: o volume total de pescados consumido pela população brasileira foi de 1,7 milhão de toneladas em 2009. No período de 2006 a 2009, houve uma estabilidade na proporção entre o consumo de produtos nacionais e importados com participação de cada um, respectivamente, de 70% e 30%, demonstrando que a produção nacional seguia crescendo e mantendo a proporção na participação do consumo no país.

Ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira

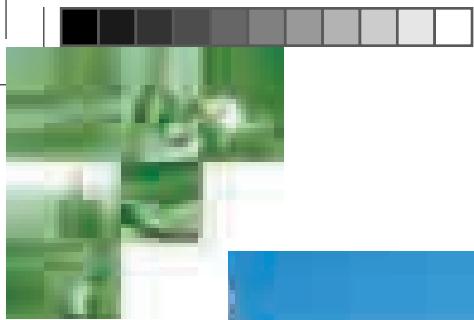
Em relação ao monitoramento e controle do setor, as ações focaram o recadastramento da frota pesqueira nacional e a atualização do Registro Geral

da Atividade Pesqueira. O primeiro Censo Aquícola Nacional, iniciado em 2008 e realizado com apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), começou a traçar um retrato fidedigno da atividade no país. Com o Censo, o Brasil teria pela primeira vez um sistema de monitoramento da aquicultura, com informações detalhadas e georreferenciadas dos produtores aquícolas ativos. Até o final de 2010, 70% do território nacional já havia sido recenseado.

Desde 2006, o controle da atividade de pesca é realizado principalmente com base no Programa Na-



O brasileiro consumiu muito mais peixe entre 2003 e 2009. O consumo per capita de pescado saltou de 6,8 kg/ano em 2003 para 9 kg/ano



Profrota deu mais eficiência à frota costeira e continental. O programa repassou em 2010 um montante de R\$ 35 milhões

cional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (Preps). Os esforços de monitoramento da atividade contaram ainda com o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (Sinpesc), organizado em módulos, o SisMapa de Bordo, sistema responsável pela entrada de informações contidas no registro administrativo Mapas de Bordo, e o SisPreps, sistema de monitoramento e controle de embarcações pesqueiras por satélite.

A partir de 2003, o Governo passou a dar especial atenção ao ordenamento da pesca, regulando o acesso à atividade. Com esse objetivo, foi editado o decreto 6.981/2009, que regulamentou a atuação conjunta do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente em relação ao uso dos recursos pesqueiros e criou o Sistema de Gestão Compartilhada.

O Programa de Ordenamento Pesqueiro (2003) fixou normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos. Além de restabelecer o papel do estado no planejamento e na regulamentação, criou um novo modelo de ordenamento, envolvendo o usuário no processo de gestão, da tomada de decisão à aplicação das medidas. O programa garantiu o uso sustentável dos recursos pesqueiros, minimizando os conflitos intersetoriais e formalizando a repartição dos benefícios sociais e econômicos da pesca.

Inclusão e organização social

A inclusão e a organização social constituíram-se na espinha dorsal da política do Governo Federal para a Pesca e Aquicultura no período 2003-2008. A organização social das comunidades pesqueiras e o processo de ensino formal e profissionalizante estiveram entre as prioridades da agenda para o segmento. Nesse cenário, destacaram-se os projetos de capacitação, alfabetização, elevação da escolaridade e inclusão digital dos pescadores, bem como as ações de distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional.

Em 2004, um levantamento feito a partir da concessão do seguro-defeso constatou que 79% dos pescadores brasileiros só sabiam assinar o nome. No intuito de modificar esse quadro, foi criado o programa Pescando Letras, que beneficiou mais de 120 mil pescadores entre 2003 e 2009, atendidos por professores escolhidos nas próprias comunidades pesqueiras, em horários de aulas fixados a partir da disponibilidade de tempo dos pescadores, de acordo com os fatores que influenciam a rotina da pesca, como a maré e o período de defeso, por exemplo.

O Programa de Inclusão Digital Telecentros da Pesca Maré beneficiou, desde 2004, 145 mil pescadores em 116 municípios e continua em expansão. Em 2008, foram distribuídos novos equipamentos – computadores, impressoras, projetores, telas de projeção e câmeras fotográficas – para revitalizar os Telecentros Maré já implantados e para a conclusão de outros. O programa Arca das Letras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e as minibibliotecas da Embrapa passaram a ser oferecidos nos telecentros.



O programa Pescando Letras alfabetizou mais de 120 mil pessoas, entre pescadores e seus familiares, em todo o país entre 2003 e 2009



10. Turismo

A criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, antiga reivindicação do setor no Brasil, e a elaboração do Plano Nacional do Turismo com ampla participação da sociedade, foram sinais claros de que o setor se tornara prioridade para o Governo Federal. A iniciativa assinalou o reconhecimento do potencial do turismo para geração de emprego, distribuição de renda e como importante ator no crescimento econômico brasileiro.

O Brasil, por suas potencialidades e vocações, ocupava até então um lugar muito aquém do que merecia no mercado interno e no cenário turístico mundial. A falta de articulação sistemática entre setores governamentais e privados geravam políticas desencontradas, com desperdício de recursos em ações não alinhadas. Para reverter esse quadro, foi fundamental a formulação do Plano Nacional do Turismo (PNT).

O Governo Federal criou uma estrutura apta a conduzir o segmento. Ampliou-se a participação do setor nas macroestratégias de governo, promovendo a integração efetiva com ações dos demais ministérios. O Conselho Nacional de Turismo, cuja composição foi ampliada quando da criação do MTur, consolidou-se como espaço de discussão dos interesses do turismo, reforçando as relações institucionais entre os poderes públicos, setor produtivo, associações, ONGs, universidades e entidades de classe.

O reconhecimento do turismo foi retratado também com o aumento do orçamento do Governo Federal disponibilizado: em 2004, o turismo teve orçamento de R\$ 374,5 milhões. Em 2009, alcançou o valor de R\$ 2,5 bilhões.

Infraestrutura e financiamento

Como ferramenta de fomento a obras de infraestrutura, foram criados os macroprogramas Infraestrutura Pública e Fomento à Iniciativa Privada e Logística de Transportes do Plano Nacional de Turismo, para prover os destinos turísticos de condições básicas ao desenvolvimento e usufruto dos lugares pelos turistas (acesso, saneamento, iluminação, comunicação, informação), e

dar apoio ao setor privado na ampliação da oferta e qualificação dos serviços turísticos (meios de hospedagem, restaurantes, transportadores e atrativos).

Dos 6.582 projetos apoiados no período 2003-2010, foram finalizadas 4.770 obras de implantação, ampliação ou recuperação de infraestrutura urbanística; de construção ou reforma de estradas, aeroportos, heliportos, portos e terminais marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários; de restauração de conjuntos ou centros históricos e culturais; de preparação dos sítios arqueológicos e geológicos públicos; e de urbanização ou revitalização de orla marítima e fluvial em áreas turísticas.

O Programa de Atração de Investimentos, criado em abril de 2003 no contexto da primeira edição do PNT, coordenou os trabalhos de prospecção e divulgação de oportunidades de investimentos no País. Suas ações refletiram-se no volume de recursos investidos em equipamentos hoteleiros. Entre 2003 e 2010, concluíram-se 92 projetos da hotelaria nacional, com investimentos de R\$ 1,8 bilhão, que propiciaram a criação de 14,6 mil unidades habitacionais, com a geração de 7 mil postos de trabalho no setor. Novas linhas de crédito especificamente voltadas para as atividades turísticas foram criadas nos últimos oito anos.



Programas de qualificação profissional em ampla escala agregaram valor aos destinos turísticos



Em relação às ações em torno do crédito de fomento às atividades turísticas, os bancos públicos federais, parceiros do MTur na execução de linhas de crédito para o setor, destinaram, entre 2003 a 2010, cerca de R\$ 22 bilhões para os projetos turísticos da iniciativa privada, em operações de investimento e capital de giro. O volume de crédito direcionado ao setor constitui um expressivo indicador de expansão do turismo

Quanto às ações voltadas para ampliação e modernização dos meios de hospedagem, no contexto dos preparativos para a Copa de 2014 e Olimpíadas 2016, foi criado o ProCopa Turismo, com recursos do BNDES. O programa contou com aporte de R\$ 1 bilhão e ofereceu condições especiais de financiamento para empreendimentos hoteleiros que obtivessem certificações de sustentabilidade ou de eficiência energética.

Em 2007, deu-se início à preparação do Programa de Desenvolvimento Regional do Turismo Nacional (Prodetur Nacional), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros organismos, incluindo ações nos âmbitos regional, estadual e municipal. Até 2010, o Prodetur Nacional contava com a adesão de 20 estados e 12 municípios,

totalizando mais de US\$ 931 milhões em propostas de financiamento aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) e outros US\$ 723 milhões aguardando aprovação.

Gestão e qualificação do turismo

Um amplo conjunto de ações foi voltado para a estruturação e qualificação do turismo. Nesse âmbito, figuraram os macroprogramas Planejamento e Gestão, Informação e Estudos Turísticos, Regionalização do Turismo e Qualificação Profissional, no escopo do PNT. Estudos e pesquisas relativas à competitividade, oferta e demanda nacional e internacional possibilitaram avanços significativos no que se refere ao planejamento da atividade e aos processos de acompanhamento e avaliação.

O modelo de gestão descentralizada tem como estratégia a democratização da gestão pública por meio da estruturação, qualificação e fortalecimento da base organizacional pública e privada do turismo brasileiro e busca a participação das diversas instituições relacionadas ao turismo. A região turística passou a ser a base para o planejamento e ordenamento da oferta turística.



Obras de infraestrutura e capacitação melhoraram a qualidade dos serviços oferecidos em hotéis e restaurantes



A qualificação profissional foi um grande desafio para o desenvolvimento do turismo e para agregação de valor aos destinos turísticos. Foram desenvolvidas diversas ações de capacitação em turismo de aventura, alimentos seguros e em níveis gerencial e operacional. Dentre essas iniciativas destaca-se o Programa Bem Receber Copa. O programa abrange 65 destinos turísticos identificados e priorizados, que incluem as doze cidades-sede escolhidas para a realização da Copa do Mundo. A meta do programa contempla 306 mil profissionais qualificados até 2013, de diferentes segmentos integrantes da chamada “linha de frente”, de contato direto com os turistas.

No que diz respeito à regionalização do turismo, o Programa de Incentivo à Promoção da Produção Associada ao Turismo, iniciado em 2004, teve por objetivo divulgar os destinos turísticos por meio dos seus produtos associados. Desde então, foram realizadas 250 feiras e produzidas 50 publicações com para promoção de destinos turísticos e seus produtos associados. Nesse âmbito se inseriu o programa Turismo de Base Comunitária, forma singular de estruturação e organização de roteiros turísticos em regiões em que se compatibilizava a oferta de produtos e serviços turísticos diferenciados, promovendo a melhoria na qualidade de vida das comunidades locais, gerando emprego e renda.

Expansão do turismo interno

A emergência de uma nova classe média, o aumento da renda média e do consumo das famílias no Brasil foi uma grande oportunidade de fortalecimento do mercado de turismo. A promoção do turismo interno funcionou como importante catalisador de geração de renda e emprego, além de vetor de incremento de receita.

Um dos grandes destaques na promoção do turismo refere-se à realização do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, que propõe a apresentação, promoção e comercialização dos novos produtos e roteiros turísticos desenvolvidos de acordo com as diretrizes políticas estabelecidas no Plano Nacional do Turismo (PNT). Foram realizadas cinco edições do Salão do Turismo, que atraíram mais de 512 mil visitantes.

Com foco nas ações de apoio à comercialização nacional, o MTur realizou diversas parcerias e projetos como o Viaja Mais Melhor Idade. Essa campanha estimulou brasileiros acima de 60 anos a viajarem pelo País em período de baixa ocupação, beneficiando-se de pacotes de viagem com preços especiais e 50% de desconto em hospedagem na rede cadastrada. O programa FAT Turismo Sênior, de 2007, facilitou a compra de pacotes turísticos por aposentados e pensionistas do INSS.

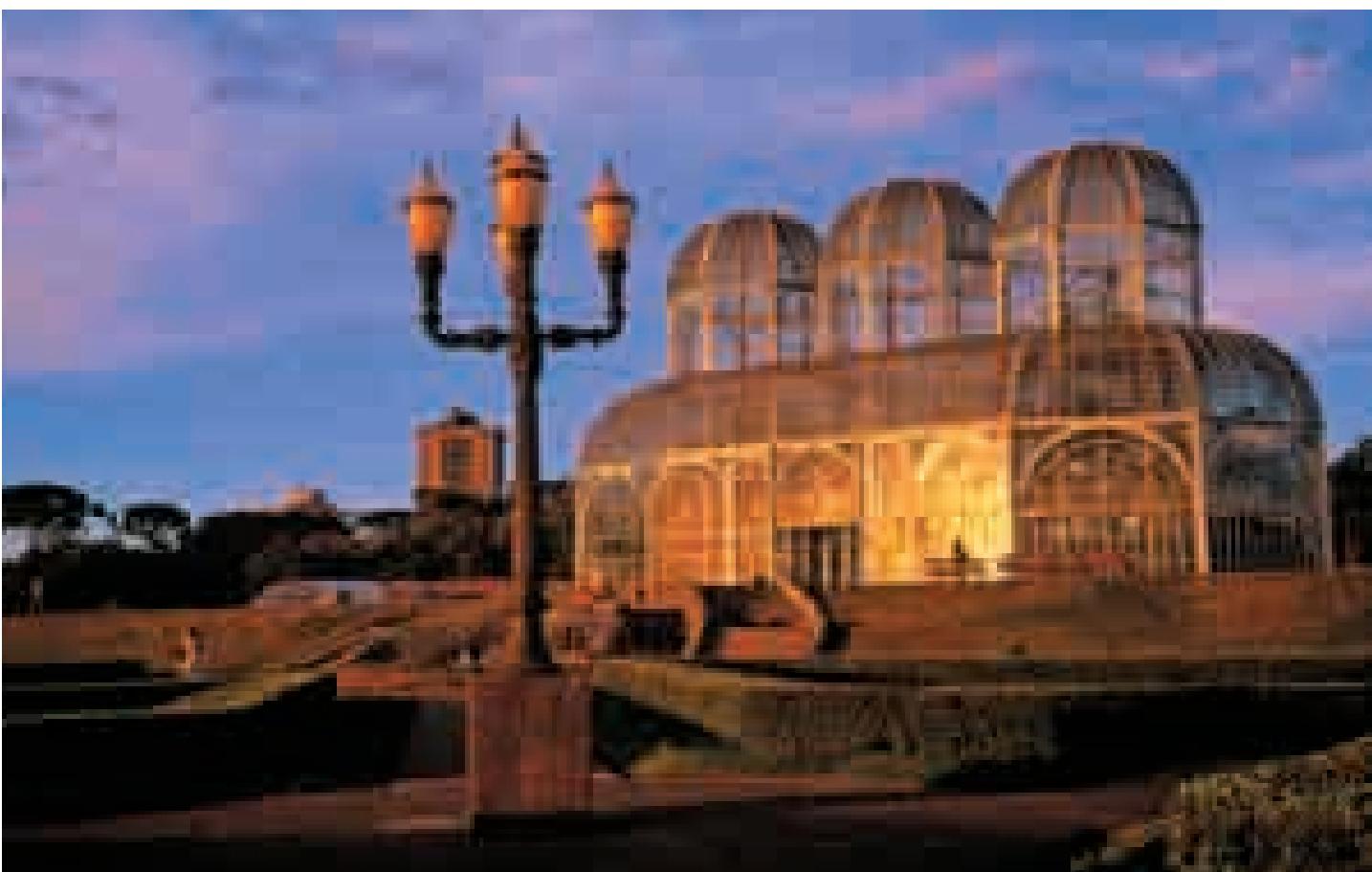
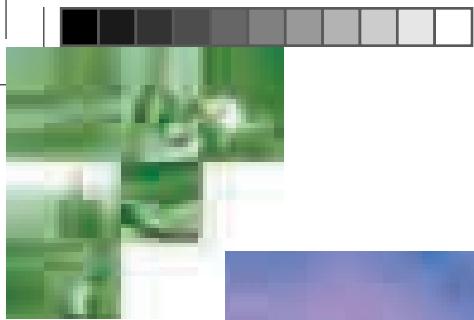


Programa Produção Associada ao Turismo contribuiu para a inclusão social por meio da geração de emprego e renda

Combate ao turismo sexual

Em 2004, o Governo Federal estabeleceu como ação prioritária o enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do turismo. No final daquele ano, o MTur lançou o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI). Pela primeira vez, o Brasil tinha uma estratégia de prevenção à exploração sexual para o setor. Em 2005, no primeiro ano de execução, o orçamento do programa foi de R\$ 200 mil. Em 2010, esse montante saltou para R\$ 8,3 milhões, prova da importância e do compromisso do governo com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Os resultados do TSI mostraram-se expressivos. Foram 62 convênios aprovados e cerca de R\$ 19 milhões investidos de 2006 a 2010. Em seus cinco anos de



A entrada de divisas proveniente do turismo internacional aumentou 114% de 2003 a 2009, segundo dados do Banco Central

execução, o programa realizou 163 seminários de sensibilização junto à cadeia produtiva do turismo. As ações de enfrentamento mobilizaram mais de 110 mil pessoas em todo o País. O projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional, que ofereceu cursos profissionalizantes e ligados ao turismo a jovens em situação de vulnerabilidade social, foi destaque entre as ações do TSI.

Outra prova do êxito do combate ao turismo sexual foi a eficácia do Disque 100, ferramenta de denúncia, via telefone, de suspeitas de caso de exploração de crianças e jovens. Desde a criação do Programa em 2003, a média diária de denúncias passou de 12 em 2007, para 418 em 2010. O programa já foi apresentado na Alemanha, Inglaterra e em Moçambique. Em parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e entidades internacionais do setor, o mercado turístico mobilizou países emissores de turistas para o Brasil, com o intuito de coibir e prevenir os casos de violência.

Promoção internacional

As iniciativas de promoção internacional do turismo brasileiro levaram o País a alcançar um resultado 82,1% superior ao do mundo em relação à entrada de divisas provenientes do turismo internacional, entre

2003 e 2009. Nesse período, o Brasil registrou um crescimento de 114% no setor, segundo dados do Banco Central. No mundo, tendo como base dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), o crescimento do mercado internacional de turismo foi de 62,6%.

Desde 2003, a Embratur reestruturada foi a responsável pelas ações de promoção, marketing e apoio à comercialização dos serviços, destinos e produtos turísticos do Brasil no exterior. A agenda da empresa foi orientada pelo Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional. A Embratur criou a Marca Brasil em 2005, que passou a ser usada por mais de 1.850 instituições públicas e privadas, em mais de 50 países, sendo reconhecida de forma espontânea por 20% dos turistas internacionais que visitaram o Brasil, segundo pesquisa realizada em junho de 2009.

Em 2010, havia Escritórios Brasileiros de Turismo em 10 países, funcionando como importantes unidades de promoção da imagem do País no exterior. O primeiro foi aberto em 2005, em Lisboa. O calendário de feiras internacionais de que o Brasil participou passou de um total de 26 eventos em 2003 para 43 em 2010. As empresas públicas e privadas que acompanharam os eventos passaram de 379 para 600 instituições no mesmo período.



11. Desenvolvimento territorial e regional

Um país como o Brasil, que possui importantes assimetrias econômicas e sociais entre as regiões e mesmo dentro das regiões, demanda uma atuação forte do Estado para a construção de uma sociedade menos desigual. Precisa, também, contemplar em suas políticas públicas as especificidades e vocações de cada território.

Nas duas últimas décadas do século XX, no entanto, as políticas voltadas para o desenvolvimento territorial e o planejamento territorial perderam fôlego, o que ficou mais evidente com a extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Essas políticas começaram a ser retomadas na primeira década do século XXI. Entre 2003 e 2006, a estratégia de desenvolvimento do Plano Plurianual (PPA), baseada na ampliação do consumo de massa, teve um impacto importante na redução das assimetrias regionais, causado especialmente pelos programas de transferência de renda, pela política de valorização do salário mínimo e pela ampliação da oferta de crédito. No segundo mandato, além da continuidade da estratégia de ampliação do consumo de massa, as agendas prioritárias, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Agenda Social e Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), também tiveram impactos significativos para a redução das disparidades entre as regiões e mesmo intra regiões. Além disso, foram retomadas, reestruturadas e fortalecidas algumas políticas específicas e iniciadas outras.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), criada em 2003, inaugurou uma estratégia de enfrentamento das desigualdades brasileiras a partir da movimentação das economias das regiões, respeitando suas diferenças e fortalecendo sua base social.

As propostas dessa política foram reafirmadas e aprimoradas ao longo do período 2003-2010, com maior integração de ações e englobando ações nas três esferas governamentais e em segmentos da sociedade civil. As principais propostas da Política Na-

cional de Desenvolvimento Regional dividiam-se em seis pontos básicos: 1) redução sistemática das desigualdades regionais; 2) investimento em eficiência e competitividade; 3) enfrentamento das tendências à fragmentação; 4) combate à disputa predatória entre estados e municípios; 5) desconcentração das bases produtivas e 6) criação de um Conselho Nacional de Políticas Regionais. Os Fundos Constitucionais de Financiamento, os Fundos Fiscais de Investimentos, os Fundos de Desenvolvimento Regional e os gastos diretos realizados pelo Ministério da Integração Nacional e por outras unidades de governo sustentaram a aplicação da PNDR.

Debatida em inúmeros fóruns e referendada em diferentes instâncias da sociedade e da administração pública, a PNDR foi institucionalizada pelo Decreto 6.047/2007. Entre 2003 e 2006, o foco da PNDR foram as iniciativas regionalizadas na Amazônia e no Nordeste. A primeira, pela importância estratégica e, a segunda, pelo acentuado déficit social. Uma importante medida tomada no período foi a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste



A ferrovia Norte-Sul foi projetada para promover a integração nacional, minimizando custos de transporte de longa distância



(Sudeco). A reestruturação das Superintendências Regionais do Norte e do Nordeste fortaleceu a promoção do desenvolvimento incluente e sustentável, bem como a integração competitiva da base produtiva das respectivas regiões. Dentre os instrumentos de atuação, destacam-se os planos regionais de desenvolvimento articulados com os planos federais, estaduais e locais, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO), os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste (FDA, FDNE e FDCO) e os programas de incentivo e benefícios fiscais e financeiros.

Em 2006, o governo aperfeiçoou a execução da PNDR ao reconhecer as diferenças intrarregionais e interregionais, nas diversas escalas de desagregação, com atuação específica nas regiões do Nordeste e da Amazônia. Em 2010, a Política passou por mais uma revisão para se adequar às transformações socioeconômicas e político-institucionais vividas pelo País. O apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi primordial. Do “conjunto das operações” do banco, incluindo as destacadas acima na Política de Dinamização Regional e no Fundo Amazônia, observa-se um aumento no número de operações nas regiões Norte e Nordeste, crescendo de cerca de 9,7 mil, em 2003, para 50,4 mil, em 2009. Os investimentos alavancados, a preços de jun/10 (atualizados pelo IPCA) cresceram de R\$ 7 bilhões para R\$ 65 bilhões, enquanto o desembolso do banco foi ampliado de R\$ 6 bilhões para R\$ 36 bilhões

no mesmo período. A participação das duas regiões no total desembolsado evoluiu de 11,4%, em 2003, para 24,4%, em 2009.

No período 2003-2010, as operações financeiras de apoio aos setores produtivos envolveram recursos da ordem de R\$ 64 bilhões dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Já os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), contrataram, no período 2006-2009, respectivamente, R\$ 1,06 bilhão e R\$ 3,25 bilhões.

As obras de revitalização e integração das bacias do Rio São Francisco e do Nordeste Setentrional fomentaram o desenvolvimento sustentável nas regiões semiáridas, beneficiando 12 milhões de pessoas. A PNDR permitiu também a modelagem jurídico financeira para viabilizar a malha ferroviária do Nordeste, que tem como principal obra a Ferrovia Transnordestina.

Foram realizados 12 Fóruns de Desenvolvimento Mesorregionais (espaços geográficos com características socioeconômicas comuns e baixo índice de desenvolvimento) e executados os Planos de Ação do Alto Solimões, do Bico do Papagaio, do Seridó, do Araripe, do Xingó, de Mangabeiras, de Itabapoana, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, das Águas Emendadas, do Vale do Ribeira, da Grande Fronteira do Mercosul e da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Evolução das operações realizadas com os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento – FCO, FNE e FNO (2003-2010)

Fundo	2003		2004		2005		2006	
	Operações contratadas	R\$ Mil						
FCO	26.388	919.815	55.925	1.172.084	47.319	1.468.081	51.970	1.444.350
FNO	23.787	1.075.125	38.364	1.321.092	22.605	976.323	29.078	986.257
FNE	24.899	1.019.173	173.486	3.208.940	531.557	4.173.934	619.404	4.588.182
Total	75.074	3.014.113	267.775	5.702.116	601.481	6.618.338	700.452	7.018.789

Fundo	2007		2008		2009		2010 (*)	
	Operações contratadas	R\$ Mil	Operações contratadas	R\$ Mil	Operações contratadas	R\$ Mil	Operações contratadas	R\$ Mil
FCO	59.613	1.973.840	71.441	3.470.064	64.569	3.183.419	29.561	1.742.606
FNO	39.995	1.109.951	46.259	2.053.566	49.248	2.440.489	21.917	977.879
FNE	371.316	4.246.501	329.272	7.668.595	380.421	9.134.109	183.542	4.101.292
Total	470.924	7.330.292	446.972	13.192.225	494.238	14.758.017	235.020	6.821.777

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais dos Fundos Constitucionais de Financiamento: 2003 a 2010.

Contratações em valores nominais. (*): 1º Semestre



A aceleração e o aperfeiçoamento do Plano Amazônia Sustentável (PAS) foram prioridades da política de desenvolvimento. Na foto: construção do sistema de abastecimento de água em Manaus

Nos espaços prioritários da PNDR, foram implantados 180 Arranjos Produtivos Locais (APL), por meio dos quais foram alavancados processos de desenvolvimento endógeno, priorizando a participação social. Exemplo disso foram os APLs de madeira e móveis no Alto Solimões e na Grande Fronteira do Mercosul, além dos APLs de artesanato e turismo na Mesorregião de Mangabeiras e do Geopark Araripe, na mesorregião de mesmo nome, com atividades complementares de ecoturismo, geologia e arqueologia.

Desenvolvimento sustentável de territórios rurais

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) teve início em 2003 e seu foco de atuação é a integração dos territórios rurais no processo de desenvolvimento nacional. O programa foi executado em quatro eixos temáticos: fomento à gestão social; dinamização econômica dos territórios; fortalecimento das redes sociais e de cooperação; e articulação de políticas públicas. Foram implantados 164 Territórios Rurais entre 2009 e 2010, abrangendo 2.500 municípios, com uma população de 52,2 milhões de pessoas (28,51 % do total da população brasileira) e correspondendo a uma área de 5,04 milhões de km² (58,49 % da área total do país). O programa capacitou mais de 173 mil agentes de desenvolvimento e apoiou 628 empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar.

O Projeto Dom Hélder Câmara, desenvolvido no semiárido nordestino, foi uma das experiências mais exitosas no âmbito do Pronat. Esse projeto, que consiste na liberação de empréstimos para a agricultura familiar – parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário (Fida) – beneficiou mais de 15 mil famílias anualmente com assessoria técnica permanente. Por meio dessa iniciativa, foram desenvolvidas ações estruturantes de fortalecimento da Reforma Agrária, por meio de articulação e organização dos espaços de participação social.

O Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, foi concebido para universalizar medidas básicas de cidadania no escopo do Pronat. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios foram fundamentais para a construção dessa estratégia. O Territórios da Cidadania combinou financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação de assistência técnica para os produtores familiares. O Programa Luz para Todos, que no início de 2010 já tinha tirado dois milhões de brasileiros da escuridão, foi ampliado para assentamentos da reforma agrária. O Programa Bolsa Família foi complementado com os Programas Saúde da Família, Farmácia Popular, Brasil Soridente e Atenção Integral à Família.



Investimentos no programa Territórios da Cidadania (2008-2010)

Tema	Nº de ações por tema	Investimentos realizados	(R\$ mil)	
			2008	2009
Ações Fundiárias	12	178,7		297,8
Apoio à Gestão Territorial	7	18,3		9,6
Direitos e Desenvolvimento Social	13	4.974,8		9.568,9
Educação e Cultura	32	503,4		1.032,8
Infra-estrutura	12	1.094,9		2.168,0
Organização Sustentável da Produção	76	1.657,6		5.771,1
Saúde, saneamento e Acesso à Água	28	1.628,7		3.122,3
Total	180	10.056,4	21.970,5	23.502,4

*Previsão de investimento a ser realizada em 2010 com base nos índices de execução dos anos anteriores

Foram criados 60 Territórios da Cidadania em 2008. Esse número ampliou-se para 120 em 2009, atingindo 1.852 municípios e 42,4 milhões de habitantes (23% do total do país). O Programa abrangeu, desde sua criação, 46% da população rural brasileira, 1,9 milhão de famílias agricultoras, 525,1 mil famílias de assentados da reforma agrária, 3,9 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 810 comunidades

quilombolas e 317 indígenas e 210,5 mil famílias de pescadores.

Desenvolvimento sustentável regional

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) foi criado em 2008 para estabelecer diretrizes de crescimento sustentável da Amazônia. A gestão do PAS coube à Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável (CGPAS), sob coordenação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). O planejamento foi realizado em reuniões preparatórias do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan) e em reuniões abertas e assembleias no âmbito do Fórum de Governadores da Amazônia Legal (FGAL). A sociedade civil organizada também foi consultada em diversos municípios da Amazônia Legal.

As ações do PAS foram implementadas mediante planos operacionais sub-regionais, como o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém); o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Os principais objetivos do Plano são a viabilização das atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais e o uso sustentável dos recursos naturais com manutenção do equilíbrio ecológico.



Caravanas do Programa Território da Cidadania levam ações de cidadania para população, como acesso à documentação básica



O Programa Terra Legal – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais na Amazônia Legal, desenvolvido pelo Incra em parceria com os governos estaduais, cumpriu, por sua vez, papel importante ao reconhecer as posses e promover a segurança jurídica dos milhares de agricultores posseiros que ocupavam terras públicas. O título da terra possibilitou aos beneficiários acesso aos inúmeros programas governamentais de apoio ao desenvolvimento, como o Pronaf, por exemplo.

Lançado em 2009, o Terra Legal resgatou uma dívida histórica com os trabalhadores rurais da região ao promover a regularização fundiária de ocupações legítimas e contribuir para o ordenamento territorial e combate ao desmatamento na Amazônia Legal, no campo e nas cidades. Dos posseiros cadastrados no Terra Legal, 25% eram mulheres e 45% nascidos na Amazônia. Dos imóveis requeridos, 47% estavam em Rondônia, 42% no Pará, 4% no Maranhão, 4% no Tocantins e 3% em Mato Grosso. Desde sua criação, o Terra Legal cadastrou 77.397 ocupantes, realizou o georreferenciamento de 27.520 ocupações e emitiu 3.688 títulos de posse.

Outra iniciativa, a Operação Arco Verde Terra Legal, iniciou seus trabalhos em 33 municípios de terras públicas federais, de 43 apontados pelo Ministério do Meio Ambiente como prioritários no combate ao desmatamento. Durante quatro meses, caravanas percorreram esses municípios levando ações de cidadania e regularização fundiária e ambiental. Terminados os mutirões do Arco Verde, o Terra Legal ainda atuou

em mais 357 municípios, cadastrando, até 2010, 79 mil ocupações em nove milhões de hectares e contratando o georreferenciamento de 85,5 mil imóveis em parceria com estados e municípios.

O Programa de Regularização Fundiária de Núcleos Urbanos na Amazônia Legal identificou 172 municípios com suas sedes localizadas em terras da União. Essa situação dificultava ou, em diversos casos, impedia qualquer tipo de ação de ordenamento fundiário por parte das prefeituras e a instalação de equipamentos públicos como escolas e postos de saúde. Até setembro de 2010, foram doadas, pela União, 27 áreas aos municípios.

Na região do Arco Verde, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) realizou curso de Capacitação em Produção Sustentável e Políticas Públicas para fortalecer o corpo técnico municipal e propor a atuação de agentes multiplicadores. A iniciativa deu aos agricultores familiares acesso ao Pronaf, especialmente, para financiamento da chamada “linha verde”, que busca promover o uso sustentável dos recursos naturais.

As terras indígenas também foram incluídas na estratégia de ordenamento territorial e gestão ambiental do Programa de Regularização Fundiária. A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi fortalecida, assim como as organizações comunitárias indígenas. Foram implementados planos de gestão territorial dessas áreas, incentivando o protagonismo das comunidades a partir



A integração das bacias do Rio São Francisco vai assegurar a oferta de água a mais de nove milhões de brasileiros do semiárido nordestino



Investimentos expressivos foram destinados ao conjunto de ações de desenvolvimento. Grandes obras de infraestrutura impactaram o crescimento regional. Na foto: Eclusa de Tucuruí, no Pará

da valorização da cultura local e da conservação dos recursos naturais para a melhoria da qualidade de vida. Em 2006 foram identificadas pela Funai 69 referências de grupos de índios isolados, localizados nos estados da Amazônia Legal. Dessas referências, 25 têm presença confirmada de índios isolados; 5 são grupos étnicos recém-contatados e 39 são referências de índios isolados em variados estágios de pesquisa para confirmação do território de ocupação.

Em 2010, o Incra regularizou a transferência de áreas situadas em unidades de conservação federal para a alçada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse esforço interministerial teve origem no Plano de Ação Prioritário 2009-2010, elaborado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. As áreas transferidas ao ICMBio puderam ser utilizadas como compensação da Reserva Legal dos assentamentos que não possuíam quantitativo suficiente para este fim, permitindo a regularização ambiental destes projetos. Somente no estado de Rondônia foram regularizados 21 assentamentos, com área total de 182 mil hectares.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), que liga o Mato Grosso ao Pará, foi uma experiência de implantação das diretrizes do PAS que contou com a participação dos governos estaduais e municipais e de diversos segmentos da sociedade civil. O plano surgiu de desdobramentos do PAS, como o Plano para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia

[PPCDAM] e planos sub-regionais. Está prevista a pavimentação de 1.800 km, o que vai tirar grandes áreas do isolamento, gerando oportunidades de emprego e garantindo a oferta de serviços essenciais como saúde, educação e comunicação. Em 2010, o trecho entre Cuiabá e Guarantã do Norte, de 744 quilômetros, já havia sido pavimentado. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) executou, até 2010, 21 programas nas obras da BR-163 com o objetivo de controlar os impactos negativos gerados pelo empreendimento. As ações foram definidas nas licenças ambientais aprovadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e outros órgãos estaduais.

O Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver) foi iniciado em 2004 para reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas das populações localizadas em áreas com maior incidência de secas. Foram incorporadas ao programa todas as ações do Proáqua Semiárido, programa de desenvolvimento regional criado em 2003 para fomentar a convergência e a integração no acesso à água.

A implantação de infraestrutura social e produtiva no semiárido envolveu centros de múltiplos usos da água, obras de pavimentação e drenagem, mercados municipais, terminais rodoviários, praças públicas, motoniveladoras, casas de farinha, unidades de beneficiamento de leite. Foram estruturados e dinamizados APLs de apoio à cadeia produtiva do leite (aquisição de tanques de resfriamento, equipamentos para montagem de laboratório de qualidade); ao beneficiamento de frutos da caatinga; à ovinocaprinocultura e à mineração.



No âmbito do Programa Acesso à Alimentação (PAA) foram construídas 300 mil cisternas, em sistema de mutirão, e capacitados 13 mil pedreiros para a realização das obras, bem como as famílias que ficaram encarregadas da manutenção, do tratamento e manejo da água nas cisternas.

Prevenção e Reparação de Desastres

Por meio do Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres, iniciado em 2004, foram criadas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec) para desenvolver estudos e avaliações dos riscos de desastres e elaborar mapas de desastres prevalentes, dando sustentação à articulação e à atuação complementar entre estados, municípios e União. As informações serviram de subsídio à formulação dos Planos Diretores e Planos de Contingência. O Programa contemplou a capacitação de agentes de defesa civil (voluntários, técnicos, especialistas e representantes das comunidades) por meio de cursos, seminários, simulados e ensino à distância.

Desde 2004, o leque de atuação desse segmento abrangeu prevenção e atendimento a situações de emergência radiológica ou nuclear; resposta aos desastres e reconstrução; serviço de proteção em situações de calamidade pública e emergência; previsão de tempo e clima. Foram realizados 531 cursos de defesa civil em todos os estados brasileiros. Mais de 32 mil agentes foram capacitados em planejamento e administração para redução de desastres, operações de defesa civil, avaliação de danos, preparação para emergências químicas e formação de núcleos comunitários de defesa civil.

Ainda no que se refere à prevenção, foram executadas 504 obras de engenharia em locais de risco de inundações, deslizamentos, desabamentos, entre outros desastres. A Defesa Civil implantou 190 núcleos em todas as regiões do Brasil, com apoio da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec). Cresceu de 3.343 (2004) para 4.299 (2010) o número de municípios com Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Também em 2010 foi realizada a I Conferência Nacional de Defesa Civil. Além de avaliar a situação da Defesa Civil no País, o evento traçou diretrizes de atuação e de fortalecimento da participação social na área de prevenção e reparação de desastres.



O Programa Cisternas permitiu o acesso à água para cerca de 300 mil famílias do semiárido brasileiro



12. Meio ambiente para o desenvolvimento sustentável

A política ambiental do Governo Federal, de 2003 a 2010, mostrou um importante reposicionamento da ação do Estado em relação à conservação e ao uso sustentável do conjunto de recursos naturais do Brasil. Fortaleceu-se a gestão do setor, foi ampliada a integração do planejamento e das ações federais, estaduais e municipais; e os programas passaram a ser orientados pela ótica da sustentabilidade articulada com o desenvolvimento econômico e social.

Os órgãos diretamente responsáveis pelo meio ambiente foram fortalecidos. Dentre as mudanças institucionais havidas desde 2003, destacaram-se a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, adicionando à estrutura de governo maior capacidade operacional e condições de formulação de políticas públicas na questão ambiental.

Ao mesmo tempo, a transversalidade foi assumida como diretriz permanente. Assim, a formulação e a execução dos programas oficiais passaram a contar com a colaboração de toda a administração. A participação de Estados, municípios e sociedade civil também assumiu papel fundamental no debate e no compartilhamento das iniciativas ambientais. O novo modelo de gestão ajudou a reduzir o desmatamento na Amazônia. Em 2010, pelo segundo ano consecutivo, houve um recorde na queda da taxa do desmatamento. De acordo com o Inpe, entre agosto de 2009 e julho de 2010 foram desmatados 6,4 km², valor 77% abaixo do registrado em 2004 (27 mil km²).

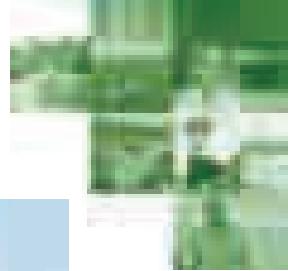
A melhoria no sistema de fiscalização e o monitoramento da floresta também tiveram papel importante na queda do desmatamento. E sob inspiração dos resultados positivos alcançados na Amazônia, expandiu-se a ação governamental para os demais biomas. A começar pelo Cerrado, que passou a contar com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado).

Biomass brasileiros



Outro importante avanço no período foi a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). De 2003 a 2010, foram destinados 26,7 milhões de ha para Unidades de Conservação (UCs) federais em todo o Brasil, enquanto nos oito anos anteriores foram 20,5 milhões de ha.

Para acompanhar o novo ciclo de crescimento econômico do País, marcado pela construção de grandes obras de infraestrutura, o processo de concessão de licenças ambientais foi fortalecido e ficou mais ágil. O Brasil ganhou proeminência no debate internacional sobre as mudanças climáticas. Na 15^a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudança do Clima, anunciou compromissos voluntários e ambiciosos de redução de gases de efeitos estufa.



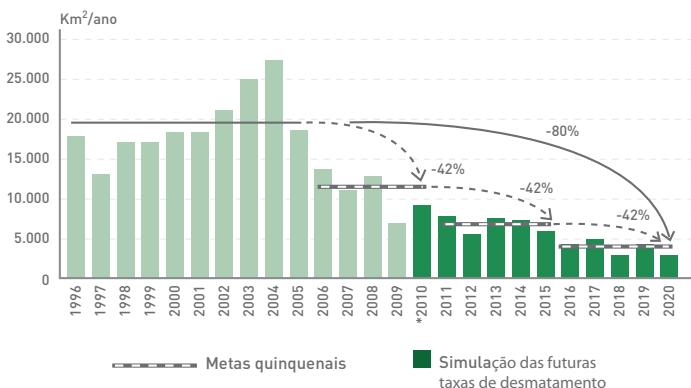
O desmatamento da floresta amazônica foi reduzido em 77% entre 2004 e 2010 graças à ação integrada de 13 ministérios

Florestas brasileiras

No início da década, a Amazônia passava por um acelerado processo de destruição. Em 2002, o desmatamento havia crescido 40%. No período de 1995-2002, a cada ano foram desmatados, em média, 19,1 mil km². Em face da gravidade da situação, o Governo Federal lançou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), resultado da articulação de 13 ministérios. Os resultados foram expressivos. Em 2004, o corte raso levou abaixo 27,7 mil km² de florestas. Em 2005, primeiro ano de execução do PPCDAm, a taxa caiu para 19 mil km². Em 2006, houve nova queda: 14,3 mil km². Em 2007, o índice foi reduzido a 11,6 mil km². Desse ano para 2008, o desmatamento ensaiou uma retomada do crescimento e o governo tomou várias medidas para freá-la, como a restrição do crédito e o embargo das áreas ilegalmente desmatadas. Essas ações tiveram efeito, pois, embora tenha havido aumento, foi menor do que o que se anunciar: 12,9 mil km². Em 2009, nova redução: 7,4 mil km², redução de 43% em relação a 2008. E em 2010, uma queda de 14% em relação ao baixo patamar do ano anterior. Entre 2004 e 2010, o desmatamento na Amazônia caiu 76%. Os 6,4 mil km² destruídos no penúltimo ano da administração foram o melhor resultado desde que o Inpe começou a fazer o monitoramento na Amazônia, em 1988.

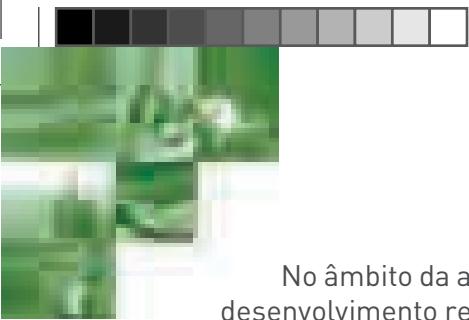
Hoje, existem condições de se manter a redução da intensidade de perda da cobertura vegetal nos biomas nacionais, com as ações de combate à derrubada ilegal da floresta e com os programas voltados para compensações econômicas pela manutenção da floresta em pé (Programa Nacional para o Pagamento de Serviços Ambientais). Os resultados obtidos e as projeções futuras de redução do desmatamento na Amazônia são apresentados no gráfico a seguir.

Desmatamento na Amazônia. Resultados e projeções (1996-2020)



Fonte: Inpe (Prodes)

* O Inpe já anunciou que, entre agosto/2009 e julho/2010, foram desmatados 6.450 km²



No âmbito da articulação da política ambiental e o desenvolvimento regional, o Programa Amazônia Sustentável (PAS) apresentou uma abrangente proposta para a região amazônica, com estratégias para o desenvolvimento das áreas florestais e áreas não florestais. A ele somou-se a Operação Arco Verde, que vem promovendo a parceria entre o Governo Federal, os Estados da região e as prefeituras dos 43 municípios que registram os maiores valores de desmatamento. Foram realizados 7,5 mil cadastros para regularização fundiária e emitidos 300 títulos definitivos de terras. Houve também incentivo a alternativas produtivas sustentáveis. Os mutirões da Operação Arco Verde beneficiaram mais de 200 mil moradores da região.

Assim como o plano de controle do desmatamento na Amazônia, a pavimentação da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), foi precedida de intensa participação da sociedade, por meio da realização de audiências públicas promovidas pelo Governo Federal para debater o modelo de concessão e os impactos das obras sobre a floresta.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (BR-163 Sustentável) foi elaborado por um grupo interministerial composto por 20 órgãos federais, sob a coordenação da Casa Civil, com a parceria dos governos do Mato Grosso, Pará e Amazonas, de organizações da sociedade civil e do setor privado. Concebido a partir das diretrizes do PAS, passou por 17 rodadas de consultas públicas, em duas etapas, que envolveram mais de 5 mil pessoas.

Lançado em junho de 2006, com um orçamento de R\$ 640 milhões, o BR-163 Sustentável incluiu iniciativas governamentais em toda a região de influência da rodovia, como ordenamento do território, infraestrutura, fomento a atividades econômicas sustentáveis, melhoria dos serviços públicos e outras ações voltadas à inclusão social e fortalecimento da cidadania. A criação do Distrito Florestal da BR-163 viabilizou o desenvolvimento de ações de manejo e monitoramento ambiental, com uma produção florestal que compreende quatro polos produtivos, 15 localidades de produção e 205 empresas florestais. Essas atividades geram 18 mil empregos diretos, uma produção de 1,5 milhão de m³ (toras) e renda bruta de US\$ 185 milhões.

Outra iniciativa importante foi a restrição de crédito público a empreendimentos ligados ao desmatamento ilegal. Resolução do Banco Central passou a exigir documentação comprobatória de regularidade ambiental e fundiária para fins de financiamento agropecuário na Amazônia. Houve 649 operações de fiscalização em áreas prioritárias, que resultaram em R\$ 7,2 bilhões em

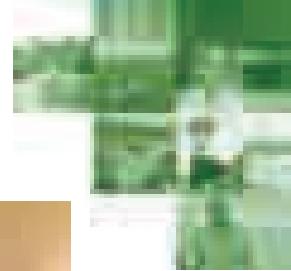
multas, 864 mil metros cúbicos de madeira apreendidos e 600 mil ha de áreas embargadas. Foram presas mais de 600 pessoas que praticaram crimes contra o meio ambiente e a ordem pública. Entre eles, empresários, servidores públicos, madeireiros e grileiros. A fiscalização do Ibama contou sempre com o reforço da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército e do Ministério do Trabalho e Emprego. O programa Amazônia Sem Fogo ajudou a preservar a floresta. Com o apoio do governo italiano, o projeto capacitou mais de 400 funcionários de instituições estaduais e municipais e 800 famílias e lideranças comunitárias em práticas alternativas ao uso do fogo na agricultura.

O sistema de monitoramento da Amazônia foi aprimorado, aumentando a eficiência da fiscalização. O Inpe criou dois novos sistemas de detecção de desmatamento, além do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), que existe desde 1988 e é utilizado para o planejamento de ações de longo prazo. Em 2004, o instituto começou a repassar para o Ibama, a cada 15 dias, dados do sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), que capta a destruição da floresta com muita rapidez, agilizando a fiscalização. Em 2007, começou a funcionar um terceiro sistema, o Detecção da Exploração Florestal (Detex), para avaliar o impacto dos planos de manejo florestal em algumas regiões do bioma.

Com a redução do desmatamento na Amazônia, o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI), criado para propor medidas e coordenar ações na região, teve sua competência ampliada para os outros cinco biomas brasileiros: primeiro para o Cerrado e, depois, para a Caatinga, o Pantanal, o Pampa e a Mata Atlântica. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, o PPCerrado, prevê, além de medidas de repressão, ações de ordenamento territorial, criação de Unidades de Conservação (UCs), apoio a atividades econômicas sustentáveis e implementação de planos de bacias.



As queimadas foram reduzidas com a capacitação de servidores municipais e estaduais e de lideranças comunitárias



Unidades de Conservação

Na perspectiva do uso sustentável de seus recursos naturais, a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) representou uma importante conquista no período. No início de 2010, o País contava com 304 UCs, das quais 131 de proteção integral e 173 de uso sustentável. Existem ainda cerca de 600 unidades de conservação na esfera estadual e 2.700 na esfera municipal. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) ultrapassam 800, em todas as regiões brasileiras. Calcula-se que as UCs cubram cerca de 1,4 milhão de km², correspondentes a 16,7% da área continental nacional e 1,5% das águas jurisdicionais brasileiras, cobertas por UCs marinhas. A maior parte das UCs está localizada na Amazônia Legal, abrangendo 26% da área desse bioma, equivalentes a 13% do território nacional.

Histórico de criação de Unidades de Conservação federais (2002-2009)

Ano de criação e/ou ampliação	Área (Km ²)	Nº de UC criada	Nº de UC ampliada
Até 2002	500.392	235	8
2003	535	3	0
2004	29.416	8	2
2005	61.876	20	1
2006	112.758	22	3
2007	1.257	5	2
2008	58.565	7	2
2009	3.688	4	0
Total	768.488	304	18

Fonte: MCT

A criação de novas Unidades de Conservação e o fortalecimento das que já existiam foi um mecanismo fundamental na defesa das florestas brasileiras. Em oito anos, foram constituídas 70 novas UCs federais. O País passou a ter 304 unidades, parte em regime de proteção integral e parte com a possibilidade de uso sustentável. A ampliação alcançou 26,7 milhões de ha, dos quais 96% estão localizados na Amazônia.

A expansão das áreas protegidas levou o Governo Federal a criar, em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com objetivo de gerir as UCs e propor novas unidades. O ICMBio dá apoio também para as 500 reservas particulares, das quais 134 criadas entre 2003 e 2010.

Na Amazônia, a ampliação no número de Unidades de Conservação foi intensificada com o projeto Áreas



O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aperfeiçoou os sistemas de monitoramento dos biomas brasileiros

Protegidas da Amazônia (Arpa), resultado de uma parceria entre Governo Federal, Estados da Amazônia Legal, o governo da Alemanha, instituições técnicas e financeiras nacionais e internacionais, organizações privadas e a sociedade civil. O objetivo do Arpa é apoiar a proteção de pelo menos 60 milhões de ha da floresta amazônica entre 2003-2017, por meio do suporte à consolidação de unidades já existentes e à criação, implantação e consolidação de novas unidades.

A pesquisa, atividade importante nas Unidades de Conservação, se modernizou com a implantação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio). Por meio do preenchimento online de formulários, pesquisadores podem solicitar autorizações para atividades científicas ou didáticas, como a coleta de material biológico, a marcação de animais silvestres e a manutenção temporária de espécimes da fauna silvestre em cativeiro com objetivos científicos. Já o site do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação disponibiliza informações sobre a gestão das UCs, o que possibilita o controle social sobre as ações governamentais de proteção da biodiversidade.



Uma iniciativa importante contra o desmatamento das florestas foram os pactos setoriais, que têm por finalidade a adoção de medidas contra o avanço de atividades predatórias, envolvendo o Governo Federal, Estados, empresas, bancos públicos e privados e organizações da sociedade civil. Em 2009, foi firmado o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). De acordo com o documento, empreendimentos que precisem de financiamento bancário para suas atividades terão de comprovar que estão empenhados em desenvolver políticas socioambientais, o que inclui preservação da biodiversidade e respeito aos direitos trabalhistas, entre outros pontos. O Protocolo Verde, como também é conhecido, estimula os bancos a oferecerem "linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida da população e o uso sustentável do meio ambiente" e a promoverem o consumo consciente dos recursos naturais.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06) significou um avanço para a gestão da cobertura vegetal brasileira. Sua criação obedeceu à necessidade de o Estado dispor de um instrumento legal para ordenar o uso e a conservação das florestas públicas em longo prazo. A manutenção da floresta, sobretudo em áreas não destinadas à proteção integral, exige uma gestão que concilie a conservação ambiental com a promoção de oportuni-

dades de desenvolvimento socioeconômico para as populações que vivem tradicionalmente e, ao mesmo tempo, dos recursos naturais.

Com esse objetivo, o Governo Federal criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) em 2006, que passou a ser o órgão gestor das florestas públicas da União, introduzindo as concessões florestais como forma de gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais por meio do uso sustentável dos recursos naturais. O manejo florestal para a produção de bens e serviços é o modelo adotado pelo SFB. Em 2010 iniciou-se a primeira concessão em um lote com três unidades de manejo florestal, que somam 96 mil ha, na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. As concessões seguintes foram nas florestas nacionais Saracá-Taquera, de Amaná e do Crepori, todas no Pará, e na Flona de Jacundá, em Rondônia, que totalizaram mais de um milhão de ha sob concessão florestal. As concessões florestais estão mudando o paradigma de uma produção de madeira ilegal para uma de base sustentável. Além disso, em 2010, houve a consolidação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, do Sistema Nacional de Informações Florestais e do Inventário Florestal Nacional.

Houve avanços na gestão ambiental no meio rural por meio do Programa Federal de Regularização Am-



Mais de 600 pessoas foram presas na Amazônia por crimes contra o meio ambiente e a ordem pública, entre elas empresários, madeireiros e servidores públicos



As operações conjuntas do Ibama e da Polícia Federal resultaram na apreensão de 864 mil metros cúbicos de madeira na floresta amazônica

biental das Propriedades Rurais, criado pelo Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009. Seu objetivo é realizar ações integradas para a recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal no âmbito das propriedades rurais. Trata-se de uma iniciativa que integra ações dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Conta também com a participação da Embrapa, dos governos estaduais e dos agricultores. O programa pretende apoiar a regularização de cerca de 4,8 milhões de propriedades rurais em todo o País.

Liderança em biodiversidade

A defesa dos biomas brasileiros faz parte do esforço nacional de preservação da biodiversidade, entendida como conjunto das espécies, das paisagens onde vivem e de seus recursos genéticos, de acordo com definição feita pela Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Rio-92. O Brasil tem um papel de liderança na implantação da convenção. Em outubro de 2010, esteve à frente da coalizão de países que conseguiu aprovar, em Nagoya (Japão), acordo internacional que resguarda a soberania nacional sobre a biodiversidade e garante a repartição dos benefícios comerciais derivados da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados, combatendo a biopirataria.

A preocupação do Governo Federal com a biodiversidade fez com que investisse, entre 2003 e 2010, R\$ 99 milhões em atividades de desenvolvimento sustentável para povos indígenas e comunidades tradicionais, com a inclusão de mais de 55 mil famílias em programas governamentais. O marco legal necessário para possibilitar essa ajuda foi o Decreto nº 6.040, de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Apesar das iniciativas governamentais, muitas espécies brasileiras estão em risco de extinção, principalmente devido à exploração desenfreada da natureza nas últimas décadas. Nos oito anos da administração, espécies que não haviam sido consideradas anteriormente como ameaçadas tiveram suas condições de sobrevivência revistas, por conta do aumento do conhecimento científico e do número de grupos biológicos avaliados. Em 2002, haviam sido identificadas 326 espécies da fauna terrestre e da flora brasileira ameaçadas de extinção. Em 2010, esse número subiu para 1.099 espécies. Até 2009, foram elaborados nove planos de ação, contemplando 29 espécies da fauna terrestre ameaçadas de extinção (4,6%). Em julho de 2010, mais 14 planos de ação foram publicados pelo ICMBio, incluindo outras 77 espécies da fauna (16,5% das espécies) e 28 espécies da flora sob ameaça.



Os riscos à biodiversidade marinha são também intensos. Até 2010, foram catalogadas 57 espécies de mamíferos, das quais seis ameaçadas de extinção, e cinco espécies de tartarugas, todas ameaçadas. Das 23 espécies de corais, duas estão ameaçadas. Duas espécies de moluscos, das 46 existentes no Brasil, estão sob risco. Das 1.209 espécies de peixes marinhos e de estuários, 19 estão ameaçadas de extinção. Das cem espécies de aves marinhas, 17 correm o risco de extinção.

Modernização da gestão ambiental

A criação de um novo modelo de desenvolvimento pelo Governo Federal, baseado na distribuição de renda e no respeito ao meio ambiente, exigiu a modernização dos licenciamentos ambientais de competência federal. O País entrou em um novo ciclo de crescimento econômico, com fortes investimentos em infraestrutura, logística e energia, previstos em boa parte no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A crescente complexidade dos projetos de petróleo e gás, hidrelétricas, portos, rodovias e ferrovias exigiu mudanças no processo de licenciamento feito pelo Ibama, com o desenvolvimento de procedimentos que cumprissem a avaliação da viabilidade socioambiental das obras e, ao mesmo tempo, respondessem de forma rápida e eficiente às demandas de desenvolvimento brasileiro.

A gestão do licenciamento avançou com a criação de uma diretoria específica no Ibama, a Diretoria de Licenciamento Ambiental. Foram realizados concursos públicos para reforçar o corpo técnico do instituto, já

que o licenciamento era realizado basicamente por consultores de programas de cooperação internacional. O número de funcionários dedicados à função passou de seis, em 2002, para 131, em 2008. Foi implantado o Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental (Sislic) e o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental.

O Ministério do Meio Ambiente realizou uma reforma administrativa e modernizou outras áreas da gestão ambiental. Em 2002, havia 383 técnicos no ministério, dos quais apenas 101 eram servidores efetivos. Em 2010, o quadro funcional já ultrapassava 1.200 profissionais, dos quais mais de 600 eram servidores concursados. As comissões tripartites tornaram-se espaços para promoção da gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os órgãos ambientais do governo federal, de Estados e de municípios. Ao mesmo tempo, foi fortalecido o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), que passou a contar com sistemas de informação que modernizaram sua gestão para estabelecer um conjunto articulado de ações para a gestão ambiental nos três níveis de governo. O Programa Nacional de Gestores Ambientais também contribuiu na consolidação do Sisnama. Em 2004, foi instituído o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos, definindo a estratégia para aperfeiçoar a estrutura de atendimento às emergências ambientais.

Foram elaborados regulamentos e diretrizes para a gestão dos poluentes orgânicos persisten-

Licenças ambientais do Ibama (2002-2010)*

Tipos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010**
Licença Prévias	26	7	23	24	17	20	35	39	37
Licença de Instalação	48	17	49	46	61	63	82	92	51
Licença de Operação	61	43	37	69	64	104	93	89	52
Licença Prévias de produção de pesquisa	1		1	1	2				
Licença Prévias para Perfuração	5	6	11	5	9	6	7	9	3
Licença de Operação para Pesquisa	3	1					2		
Licença de Operação - Regularização	2	8	2						
Licença de Pesquisa Sísmica			2	6	12	10	10	10	6
Licença de Operação para Área de Pesquisa			1	4	3				
Total	146	83	129	154	165	203	229	239	149

* Estão contabilizadas apenas as novas licenças

** Os dados de 2010 estão atualizados até setembro

Fonte: Ibama



tes (POPs), substâncias que incluem os pesticidas e seus sistemas de controle. Houve treinamentos sobre legislação para os agentes ambientais estaduais e federais, indústrias e prestadores de serviços. Com tecnologias mais avançadas, melhorou o tratamento de resíduos de POPs e de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs). O País conseguiu eliminar 3,2 mil toneladas de clorofluorcarboneto (CFC), substância usada em sistemas de refrigeração que destrói a camada de ozônio, entre 2003 a 2010. Também foram eliminadas 218 toneladas de brometo de metila, utilizado em pesticidas, no mesmo período. O Brasil zerou o consumo de brometo de metila para fins agrícolas em 2007, antecipando-se aos prazos estipulados pelo Protocolo de Montreal, acordo firmado por boa parte dos países para extinguir gradualmente a produção de substâncias que prejudicam a camada de ozônio. Restou apenas o uso do brometo para tratamentos quarentenários e de pré-embarque. Também foi zerado o consumo de CFCs em 2010, cumprindo-se plenamente a meta do Protocolo de Montreal.

Nos últimos anos, foram ampliadas as áreas do território nacional com projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que é um instrumento importante de planejamento e gestão ambiental para a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. O ZEE possibilita o balizamento das decisões dos agentes públicos e privados e contribui para orientar os investimentos públicos. O Governo Federal priorizou a realização do ZEE em regiões e áreas que apresentam maior incidência de conflitos e problemas socioambientais, como a bacia do rio São Francisco, os núcleos de desertificação do Semiárido e a Amazônia Legal. Em dezembro de 2010, após um



As ações de cidadania promovidas pelo Mutirão Arco Verde beneficiaram mais de 200 mil moradores da região

amplo processo de construção que envolveu 15 ministérios, os Estados da região e a sociedade civil, foi aprovado por decreto presidencial o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. O macrozoneamento estabeleceu as estratégias de produção e gestão ambiental capazes de promoverem a transição para uma economia de base florestal, integrada às demais potencialidades produtivas dos diversificados ecossistemas amazônicos.

Zoneamento costeiro

No âmbito do gerenciamento costeiro, em 2010 foi consolidado um acordo de cooperação técnica, com transferência de tecnologia, entre os governos brasileiro e espanhol, envolvendo órgãos do Executivo e universidades dos dois países. Assim, está em curso a adaptação para as particularidades do litoral brasileiro de um sistema de modelagem costeira desenvolvido pela Espanha, o que representará para o Brasil um salto no ferramental e na capacidade técnica para gestão costeira, em especial para adoção de medidas de adaptação aos efeitos das mudanças do clima.

O Projeto Orla fortaleceu e expandiu sua base de atuação, cobrindo hoje cerca de 25% dos municípios costeiros e com 15 Comissões Técnicas Estaduais institucionalizadas ou em processo de formalização. Expandiu ainda sua base temática, estando em curso a adaptação da metodologia para as orlas fluviais e estuarinas. Em articulação direta com os Estados costeiros foram estabelecidas diretrizes iniciais para elaboração de zoneamentos estaduais e para a integração destes com as macrodiretrizes de ocupação.



O Mutirão Arco Verde realizou ações de regularização fundiária nos 43 municípios da Amazônia que mais desmatam



ção da costa, a serem elaboradas em 2011, no escopo do projeto MacroZEE Brasil. Como prioridades para 2011 destacam-se os temas de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, de enfrentamento à erosão costeira, de novos arranjos institucionais capazes de responder à expansão do Projeto Orla e de monitoramento e disponibilização de informações sobre a qualidade ambiental da zona costeira.

Recursos hídricos e saneamento ambiental

Apesar de contar com a maior disponibilidade hídrica do mundo (12%), o Brasil enfrenta problemas de escassez e de qualidade de água. O lançamento de esgotos domésticos sem tratamento é a maior causa da poluição dos mananciais. Apenas 55% dos municípios têm rede coletora de esgoto e somente 18% dos esgotos recebem algum tratamento. A distribuição de água é desequilibrada. As áreas com maior produção hídrica, como as bacias do Amazonas e do Tocantins-Araguaia, têm uma baixíssima densidade demográfica, enquanto regiões com grande concentração de população são as mais poluídas do território brasileiro, como a bacia do Paraná.

A política de gestão de recursos hídricos implementada pelo Governo Federal, descentralizada e participativa, se tornou referência para vários países do mundo. Governo, sociedade civil e usuários atuam conjuntamente na Política Nacional de Recursos Hídricos e no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Entre 2003 e 2010, a democratização da gestão de águas no País levou ao aumento de 3 para 11 Comitês Federais de Bacias Hidrográficas e de 25 para 150 Comitês Estaduais de Bacias Hidrográficas.

A Agência Nacional de Águas (ANA) ampliou sua articulação com usuários de recursos hídricos, comitês de rios de domínio da União e agências de água, o que contribuiu para a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos nas principais bacias hidrográficas federais. A cobrança pelo uso da água, prevista na Lei nº 9.433/1997, representa um avanço para a conservação desses recursos naturais. Segundo a premissa da legislação, a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, razão pela qual a cobrança pela sua utilização não constitui imposto, mas um preço público, fixado a partir de um pacto entre usuários de água, sociedade civil e Poder Público. Os recursos financeiros da cobrança são aplicados na própria bacia em que foram arrecadados, com base em critérios técnicos aprovados pelo comitê da respectiva bacia, também conhecido como “Parlamento das Águas”.

A cobrança pelo uso da água na bacia do rio São Francisco começou em 2010. A decisão, tomada pelo Comitê da bacia, durante plenária realizada na cidade de Três Marias (MG), engloba os usuários que captam mais de quatro litros por segundo (14,4 m³ por hora), como empresas de saneamento das cidades ribeirinhas, indústrias e fazendas.

Em 2003, foi instituído o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, com prazo de execução de 30 anos. O objetivo é recuperar, preservar e conservar as bacias hidrográficas por meio de ações integradas e permanentes que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade de água, com qualidade. A prioridade é a bacia do rio São Francisco e ações na região do Semiárido, como o Programa Água Doce, que, por meio de sistemas de dessalinização, beneficiou 60 mil pessoas em 65 localidades.

Estudos realizados com recursos do PAC-Revitalização identificaram, em sete regiões dos cinco Estados da bacia do rio São Francisco, os principais problemas de processos erosivos e apontaram soluções com base em ações de tecnologias sociais para beneficiar diretamente 36 mil famílias.

O Governo Federal assumiu também o desafio de revitalizar as áreas degradadas das grandes cidades. O rápido processo de urbanização nas últimas décadas gerou aglomerações urbanas com infraestrutura precária e ocupação inapropriada de áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, estuários e territórios de proteção da biodiversidade.

A transversalidade entre os diversos órgãos da administração marcou as iniciativas urbanas do Governo Federal, com a articulação entre medidas ambientais e



O Programa Água Doce beneficiou, por meio de sistemas de dessalinização, 60 mil pessoas em 63 municípios da região do Semiárido



O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas recuperou regiões degradadas por meio do uso sustentável dos recursos naturais

investimentos em infraestrutura. A prioridade foi o saneamento ambiental, com destaque para a aprovação e sanção presidencial da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A lei determina o fim dos lixões e o estabelecimento de um plano de coleta seletiva por parte de Estados e municípios. Outra novidade é a responsabilização de fabricantes, distribuidores e comerciantes pelo recolhimento de produtos descartáveis – a chamada “logística reversa”.

Mudanças climáticas

O Brasil apresentou avanços significativos, reconhecidos internacionalmente, em relação às mudanças climáticas. Em 2004, foi lançada a Primeira Comunicação Nacional para a Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês). Foi incluído no documento o inventário das emissões antrópicas dos gases de efeito estufa entre 1990 e 1994 e a descrição geral das providências tomadas ou previstas na implementação das medidas recomendadas pela Convenção.

Em 2007, foi criada no Ministério do Meio Ambiente uma secretaria específica para tratar do tema, a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, estabelecida a partir da reestruturação da antiga Secretaria de Qualidade Ambiental. A nova secretaria coordenou a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Publicado em dezembro de 2008, o plano relacionou entre seus objetivos o aumento da eficiência da economia, a manutenção da participação elevada da energia renovável na matriz elétrica, o crescimento da participação dos biocombustíveis produzidos de forma sustentável na matriz de transportes, a redução das vulnerabilidades das populações e a identificação dos impactos ambientais decorrentes da mudança do clima.

Uma das principais metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima é o fim do desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, sendo que na Amazônia foi estabelecida a meta de reduzir o desmatamento em 70% até 2017. O Plano Clima, como é chamado, previu também a eliminação da perda líquida de área de cobertura florestal no Brasil até 2015, dobrando a área de florestas plantadas de 5,5 milhões de ha para 11 milhões de ha até 2020, dos quais 2 milhões de ha com espécies nativas.

Na 15ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP-15), realizada em dezembro de 2009, em Copenhague, o Brasil se destacou pela divulgação do compromisso de redução voluntária de emissões de gases de efeito estufa. A redução ficará entre 36,1% e 38,9% das emissões previstas de CO₂ até 2020. As ações de mitigação propostas, que giram em torno de 1 bilhão de toneladas de CO₂, prevêem a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado e ações nos setores de agropecuária, energia e siderurgia. O Brasil foi o primeiro grande país em desenvolvimento a apresentar metas voluntárias e ambiciosas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima foi sancionada em 29 de dezembro de 2009. A Lei nº 12.187, que a instituiu, incorporou os compromissos assumidos em Copenhague e determinou a elaboração de planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas consolidando uma economia de baixo carbono. Os planos setoriais têm o objetivo de reduzir as emissões quantificáveis, a partir das especificidades de cada setor, focando em medidas que estimulem o desenvolvimento sustentável. Os cinco primeiros planos setoriais a ficarem prontos foram da Amazônia, do Cerrado, de Energia, da Agropecuária e de Siderurgia.

Houve avanços expressivos na implantação da agenda de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), destacando-se a seleção do Brasil como um dos países piloto do Forest Investment Program (FIP), programa do Banco Mundial que tornou o País elegível a receber recursos de US\$ 70 milhões para implantação de sua estratégia de REDD.



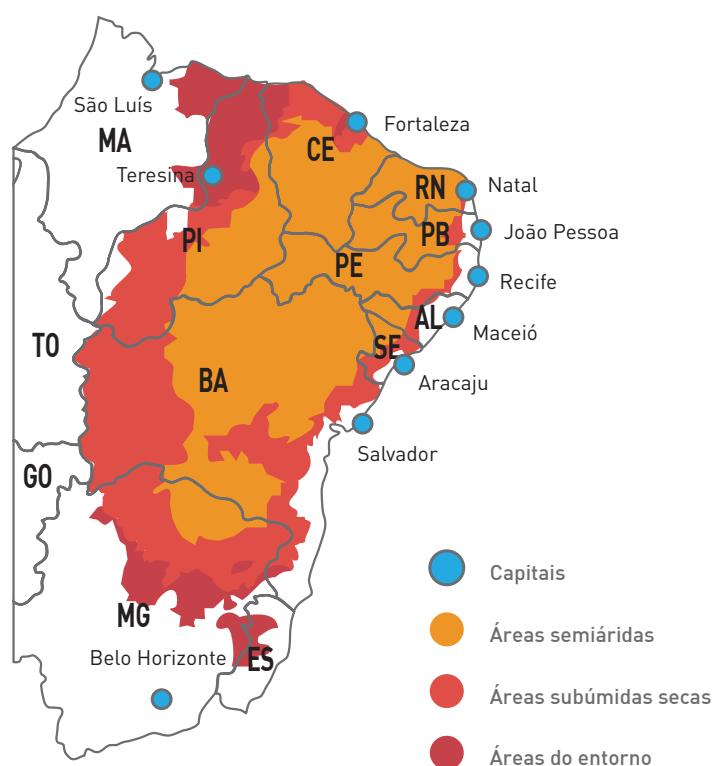
Também importantes foram a indicação do Brasil como um dos coordenadores da REDD+Partnership, uma iniciativa multilateral de cooperação, e o lançamento de portal na internet com informações sobre todos os projetos em implantação. O Fundo Clima, criado pela Lei 12.114/2009, é um instrumento importante para o País enfrentar as mudanças climáticas em todas as suas dimensões, incluindo ações de mitigação e de adaptação dentro de uma concepção de desenvolvimento estratégico de baixo carbono. Os recursos para o fundo virão da participação nos lucros da cadeia produtiva do petróleo e poderão apoiar várias atividades, como ações de combate à desertificação, projetos de educação e capacitação, programas de REDD+, desenvolvimento e difusão de tecnologias, formulação de políticas públicas, apoio a cadeias produtivas sustentáveis e pagamento de serviços ambientais.

Na redução dos efeitos advindos das mudanças do clima, são importantes as iniciativas desenvolvidas pelo Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil), já que as áreas suscetíveis à desertificação são as mais vulneráveis. As ações do PAN-Brasil integram iniciativas federais e estaduais em 11 Estados, direcionadas a frear e reverter processos de desertificação. Uma política respaldada por compromissos internacionais, pois o Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

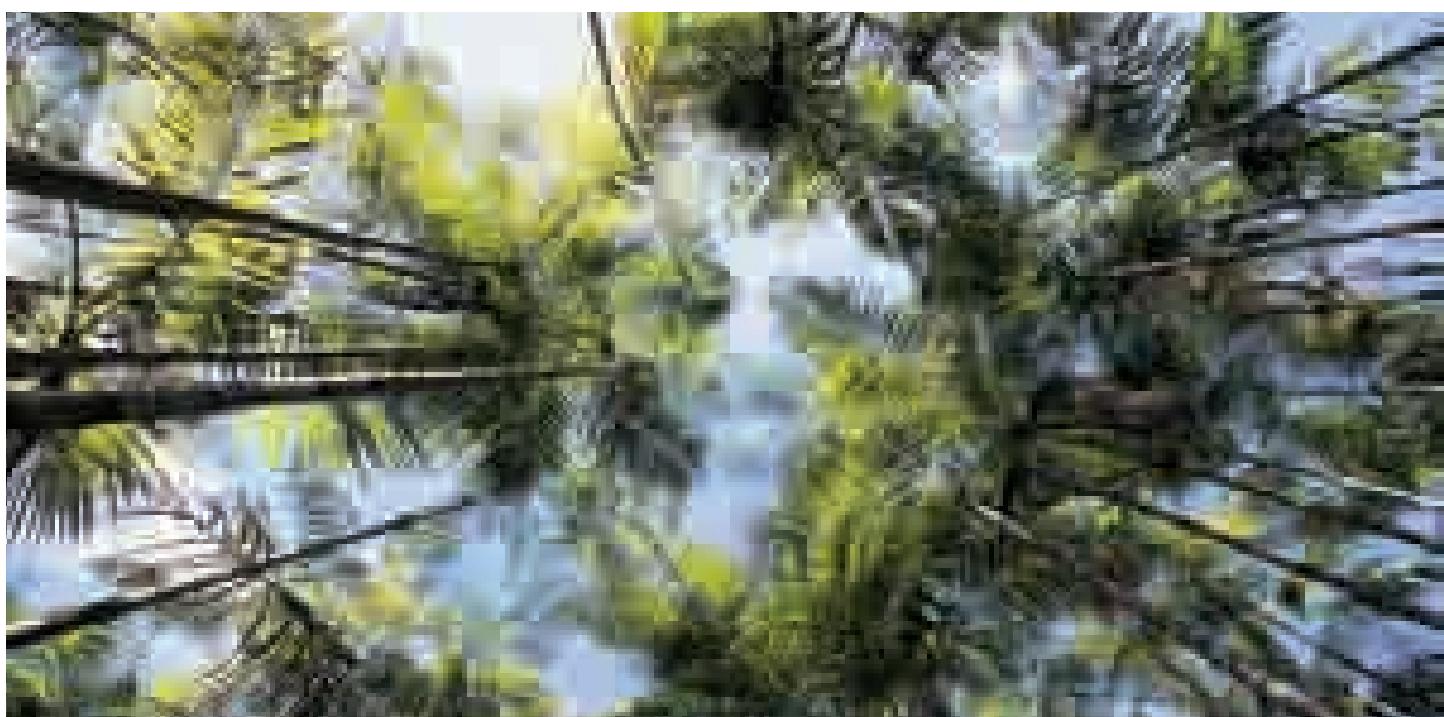
Outro avanço é a ferramenta Sistema de Alerta Precoce, desenvolvida em parceria entre o Ministério

do Meio Ambiente e o Inpe, que ajuda a prever eventos extremos de secas e desertificação. Foi criada ainda a Rede de Pesquisadores em Combate à Desertificação, iniciativa de órgãos do governo junto com a Universidade Federal de Campina Grande.

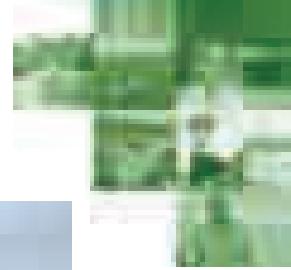
Áreas suscetíveis à desertificação



Fonte: MMA



As Unidades de Conservação, que abrangem 26% da Amazônia, foram um instrumento fundamental para a redução do desmatamento



A restrição de crédito público a empreendimentos ligados ao desmatamento ajudou na preservação da floresta amazônica

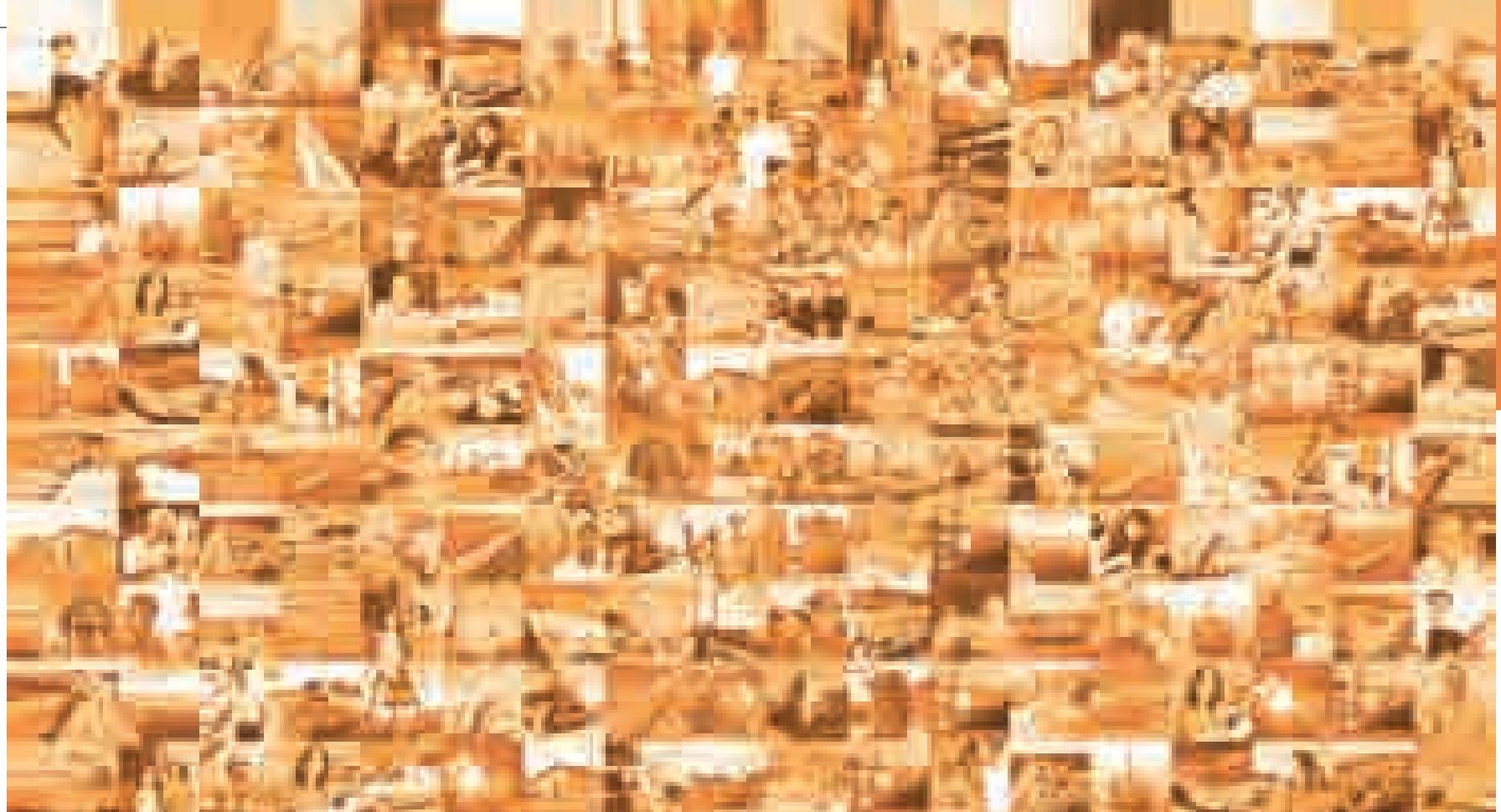
Desenvolvimento limpo

O Brasil avançou em número de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Criado pelo Protocolo de Quioto, o MDL é um instrumento pelo qual os países em desenvolvimento podem vender no mercado global os resultados de redução da emissão de CO₂ ou de captura de carbono, transformados em Reduções Certificadas de Emissões (RCEs). Os compradores das RCEs são os países ricos, que têm metas de redução de gases de efeito estufa a serem cumpridas e que podem usar os papéis para auxiliar na obtenção de suas metas.

Em 2009, 5.533 projetos encontravam-se em alguma fase do ciclo de projetos do MDL, sendo 1.882 já registrados pelo Conselho Executivo desse mecanismo. O Brasil é um dos países líderes desse mercado, ocupando atualmente o 3º lugar em número de atividades de projeto, contando 420 projetos nacionais (8% do total mundial). Em termos de reduções

de emissões projetadas de gases de efeito estufa, o Brasil também está entre os três líderes, sendo responsável pela redução potencial de 368 milhões de toneladas de CO₂, o que corresponde a 6% do total mundial no primeiro período de obtenção de créditos, que pode ser de 7 ou 10 anos.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo já constitui uma fonte de financiamento importante para a redução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, principalmente no setor energético. Dos projetos brasileiros, 49% estão na área de energia renovável, contando com 3.557 MW de potência instalada. Há outros exemplos relevantes, como a redução de emissões alcançada pelos 30 projetos brasileiros relativos a aterros sanitários já registrados no Conselho Executivo, correspondendo a 50% das emissões nacionais de aterro sanitário, em 1994. Da mesma maneira, apenas cinco projetos brasileiros de redução de óxido nitroso (N₂O) no setor industrial praticamente zeraram as emissões nacionais desse setor.



CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL





1. Combate à exclusão, pobreza e desigualdade

A Carta Magna brasileira, no contexto da redemocratização do País, inaugurou e consolidou relevantes direitos sociais. A década 1990, entretanto, sob a influência da economia internacional e da valorização dos princípios do Estado Mínimo, caracterizou-se por modelos de desenvolvimento que colocaram as políticas sociais em plano secundário. Assim, houve uma descontinuidade de políticas públicas, inclusive de seguridade social, sendo a prestação de serviços no âmbito da assistência social parcialmente transferida para instituições privadas.

O combate à pobreza extrema recebia uma atenção focada por parte das políticas governamentais, que traduziam uma visão em que a responsabilidade em relação a elas deveria ser compartilhada com a sociedade, sob a perspectiva de solidariedade e filantropia.

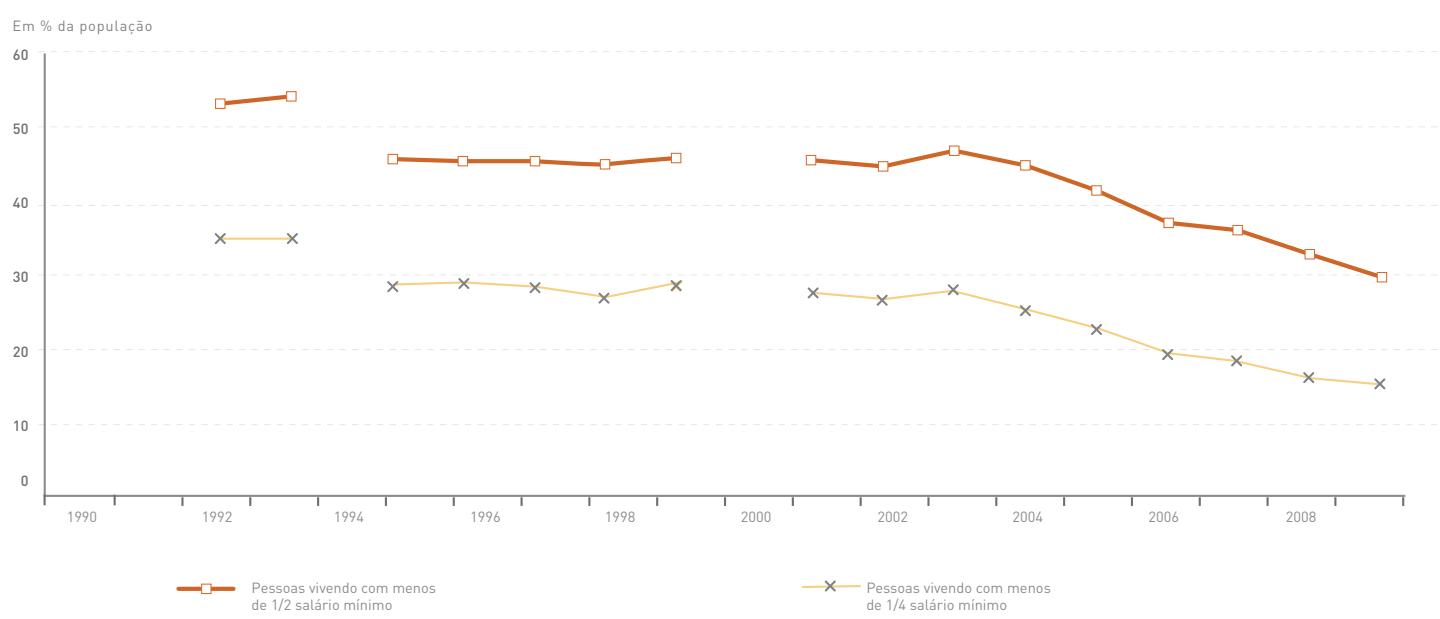
Os indicadores de 2002 revelavam uma situação bastante grave: havia um total de 55 milhões de brasileiros na pobreza, vivendo com o valor mensal de meio salário mínimo por pessoa, dos quais 24 milhões com menos de 1/4 de salário mínimo, na condição de



O Bolsa Família melhorou a condição de vida das famílias, contribuiu para a redução da evasão escolar e a diminuição do trabalho infantil ao vincular a renda recebida à frequência das crianças na escola



Evolução da pobreza no Brasil



Fonte: Ipea e FGV

extrema pobreza. O Brasil era a décima economia do mundo, mas também um dos países com pior distribuição de renda. O coeficiente de Gini, índice que avalia a desigualdade na distribuição de renda, era o terceiro mais alto entre 110 países.

A reversão desse quadro tornou-se prioridade para o Governo Federal, a partir de 2003, tendo estabelecido um novo contrato social com metas claras de erradicação da fome, redução da pobreza e crescimento com distribuição de renda. A atuação do Governo na área social deixou de ser emergencial para se tornar estruturante de uma grande transformação no País.

O primeiro passo foi o lançamento do programa Fome Zero, estratégia abrangente para promover a segurança alimentar e nutricional e assegurar o direito à alimentação adequada às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Formado por um conjunto de programas de diversos ministérios, o Fome Zero tinha em sua agenda apoio à agricultura familiar; direito à Previdência Social; complementação de renda para formação educacional adequada das crianças de famílias pobres; ampliação da merenda escolar, atingindo todas as crianças de escolas públicas, inclusive creches; apoio aos programas de combate à fome criados por governos estaduais, municipais e pela sociedade civil.

O segundo passo foi a estruturação de uma ação unificada de transferência de renda: o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003. O Bolsa Família unificou quatro programas desse tipo existentes: Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e

Cartão Alimentação. O PBF representou uma ruptura com o paradigma de proteção social vigente até então, pois unificou o público-alvo, os critérios de elegibilidade e a estrutura de gestão. O modelo de gestão intersectorial, descentralizada e com controle social inovou ao viabilizar por meio de mecanismos eficientes o acompanhamento da frequência escolar e do cumprimento da agenda de saúde básica pelas famílias beneficiárias.

A agenda social que começou a ser implantada em 2003 conciliava as dimensões econômica e social na condução das políticas públicas. O conjunto de ações, somado a outros fatores como o crescimento da economia, a política do salário mínimo e a geração de empregos possibilitou eliminar pela metade a proporção da população pobre no país em 2005. A criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) e do Ministério da Assistência Social (MAS), em 2003, já foram indicativos da concretização do compromisso assumido. Para racionalizar e integrar ainda mais as políticas de proteção e promoção social, ambos os ministérios se juntaram em um único em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que também congregou a Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família. O desafio de construir outro modelo de desenvolvimento, a partir de políticas públicas de inclusão social, deu origem à Política Nacional de Assistência Social, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, contendo as bases do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).



Outras iniciativas importantes neste âmbito foram: articulação com o setor público e a iniciativa privada para gerenciar as ofertas e demandas sociais; parcerias com a sociedade civil e o setor empresarial; implantação de ações de geração de trabalho e renda para o público beneficiário dos programas sociais e para comunidades tradicionais e específicas; articulação para inclusão produtiva implementada no âmbito do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social; geração de renda com sustentabilidade e aperfeiçoamento e o uso compartilhado pelas três esferas de governo do Cadastro Único para Programas Sociais.

O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 definia iniciativas integradas visando à inclusão social e à redução da desigualdade, ao crescimento ambientalmente sustentável, redutor das desigualdades regionais, com geração de emprego e renda, à promoção e expansão da cidadania e ao fortalecimento da democracia.

A nova agenda social brasileira não só conseguiu cortar pela metade a proporção da população pobre no país, conforme se comprometera a fazer, como também cumpriu a meta assumida em 2005 de reduzir essa proporção para um quarto da população. Mais do que isso, a fome e a desnutrição em crianças de zero a 4 anos foram estatisticamente eliminadas já em 2009.

A partir do Sistema Único da Assistência Social (Suas), o Governo Federal passou a oferecer um conjunto de serviços e benefícios à população mais pobre de todos os municípios brasileiros, por meio de unidades responsáveis pela procura e acesso das pessoas ao Sistema. No final de 2010, 6.981 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) estavam distribuídos em 96,2% dos municípios do País. Os recursos foram ampliados em mais de 100 %, passando de R\$ 1,2 bilhão, em 2002, a R\$ 3,2 bilhões em 2010.



O reconhecimento da importância estratégica da alimentação pelo Governo Federal foi além da visão quantitativa da alimentação, incluindo o aspecto nutricional ao promover o consumo de alimentos saudáveis



Programa de construção de cisternas levou água para famílias de baixa renda no interior tornando-se um instrumento fundamental no combate à fome e à pobreza

Para garantir a segurança alimentar, foram fortalecidos programas de crédito popular como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que teve seu orçamento triplicado, e criados novos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em média 164 mil agricultores familiares por ano foram beneficiados pelo PAA, de 2003 a 2010, com recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões e 3,2 milhão ton de alimentos. Na compra direta da agricultura familiar com o fornecimento de leite para entidades sociais e famílias, mais de 700 mil famílias foram beneficiadas.

O Brasil tornou-se gradualmente referência mundial no combate à fome. Quase R\$ 40 bilhões foram destinados por ano diretamente ao combate à pobreza e à fome no período 2003-2010. O índice de Gini caiu de 0,589 em 2002 para 0,543 em 2009, menor valor desde que o índice começou a ser medido, em 1992, quando 26,9 milhões de brasileiros superaram a pobreza (relativo a renda per capita abaixo de meio salário mínimo) e 35,7 milhões passaram a integrar as classes A/B/C.

Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei 10.836/2004, principal programa social do Governo Federal, articulou transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda foi o instrumento encontrado para alívio imediato da pobreza. As condicionalidades incentivaram a demanda e a oferta de serviços de saúde, educação e assistência social. O PBF definiu como uma de suas condições que crianças de seis a 15 anos de idade, das famílias beneficiárias, tivessem frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal. Posteriormente, o programa passou a acompanhar também a frequência de adolescentes de 15 a 17 anos, que implicava cumprimento de 75% da carga horária mensal.

Na área da saúde, estabeleceu-se que os beneficiários do programa precisavam cumprir a uma agenda básica de saúde. Aos municípios participantes do PBF



coube a tarefa de acompanhar o cumprimento do calendário de vacinas pelas famílias beneficiárias, monitorar o crescimento e desenvolvimento das crianças, realizar o atendimento pré-natal e o do período puerperal das mulheres e fazer a vigilância nutricional.

Os programas complementares criaram oportunidades de desenvolvimento para as famílias beneficiárias, colaborando para a superação da situação de vulnerabilidade em que viviam. Ao concentrar no seu escopo programas anteriores dispersos, o Bolsa Família diminuiu os custos gerenciais do Governo Federal, melhorou a eficiência administrativa, reduziu as duplicidades de pagamentos, permitiu que os benefícios fossem mais bem distribuídos entre as famílias, conferiu maior eficiência aos critérios de elegibilidade dos beneficiários e elevou o valor médio do benefício pago.

Os benefícios financeiros em 2010 chegavam a 12,7 milhões de famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 140. Dependendo da renda familiar, do número de filhos e da idade dos mesmos, esses benefícios variavam entre R\$ 22 e R\$ 200. O valor dos benefícios e da renda familiar por pessoa, critério para ingresso no programa, foi atualizado periodicamente para preservar o poder aquisitivo da população atendida e garantir o impacto do PBF sobre a pobreza e a desigualdade.

Em 2004, primeiro ano completo do programa, R\$ 3,8 bilhões foram empregados no pagamento de benefícios. Esse valor subiu para R\$ 7,5 bilhões em 2006; R\$ 10,6 bilhões em 2008 e ultrapassou R\$ 13 bilhões em 2010. O esforço para garantir que os mais necessitados recebessem mais benefícios, de forma a diminuir o desequilíbrio na apropriação da renda, contribuiu também para a redução da desigualdade regional. Das cerca de 50 milhões de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família em 2010, 50% viviam na Região Nordeste.

O modelo de gestão descentralizada do PBF permitiu que União, estados, Distrito Federal e municípios compartilhassem decisões e responsabilidades. Os municípios que aderiram formalmente ao programa precisaram criar uma Instância de Controle Social (ICS) para permitir a participação da sociedade civil em seu planejamento, execução, avaliação e fiscalização. Instrumentos como o Índice de Gestão Descentralizada estadual e municipal, que verifica o cumprimento de obrigações assumidas por estados e municípios, possibilitaram a transferência de recursos federais, fortalecendo a gestão local do PBF.

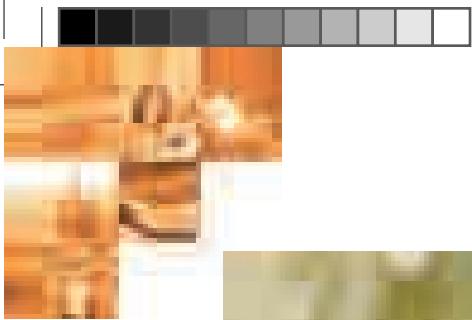
Para combater a evasão escolar e estimular a permanência na escola, criou-se o Sistema Presença

de Acompanhamento da Frequência Escolar dos estudantes beneficiários do Bolsa Família. O acompanhamento de cada aluno individualmente tornou possível conhecer as causas da evasão, combatê-las e estimular a progressão escolar, com vistas a garantir a conclusão do Ensino Fundamental e a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Entre novembro de 2006 e novembro de 2009, o número de crianças entre 6 e 15 anos com acompanhamento de frequência à escola saltou de 9,6 para 14 milhões. O número de adolescentes entre 16 e 17 anos com acompanhamento chegou a 1,7 milhão em 2009.

Como resultado do Bolsa Família, a frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias foi 4,4 pontos percentuais maior do que a de crianças das famílias não beneficiárias. Só na região Nordeste essa diferença foi de 11,7 pontos percentuais a favor das crianças das famílias beneficiárias. A progressão de série escolar para crianças de 6 a 17 anos de famílias beneficiárias foi 6 pontos percentuais a mais, em comparação com famílias não beneficiárias. O impacto é especialmente grande entre meninas de 15 e 17 anos, grupos em que a diferença chega a 19 e 28 pontos percentuais, respectivamente.



Um cartão magnético dá a mais de 12 milhões de famílias o acesso aos benefícios do Bolsa Família em quase 20 mil pontos de pagamento



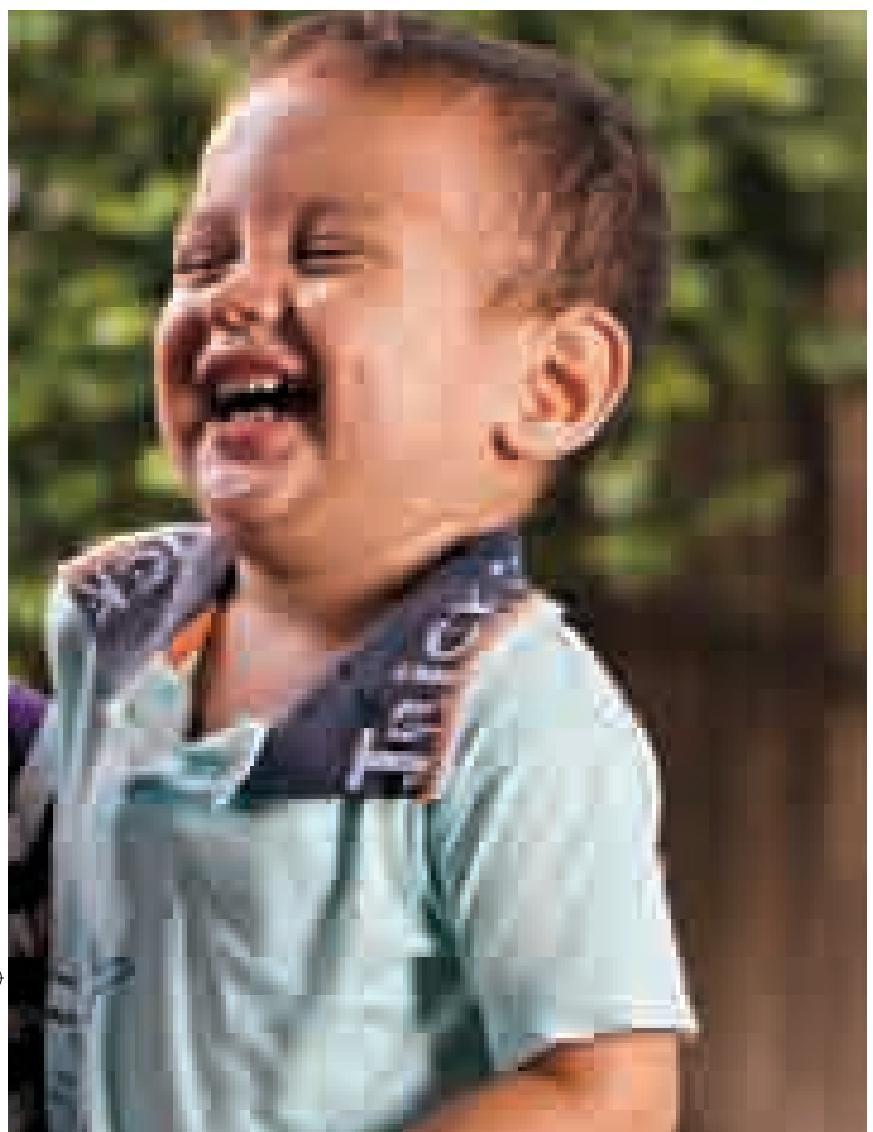
Nas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 92% das crianças e 82% dos adultos faziam três refeições por dia ao final de 2010

O acompanhamento das condicionalidades em saúde chegou a mais de 6 milhões de famílias em 2010. O impacto do programa em importantes indicadores de saúde pública relacionados à agenda básica de saúde é revelador. Graças ao atendimento do período puerperal e à vigilância alimentar, 62% das crianças de zero a um ano de idade de famílias beneficiárias do programa receberam leite materno como único alimento até os seis meses de vida, contra 54% das crianças de famílias não beneficiárias. Além de aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional, foi constatado que dentre as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, 93% das crianças e 82% dos adultos fazem três ou mais refeições diárias.

A participação no PBF teve impacto positivo também nas gestações, diminuindo o número de partos prematuros entre as famílias beneficiárias. A quantidade de crianças nascidas no tempo normal de gestação foi 14,1 pontos percentuais maior nas famílias

beneficiárias, do que nas demais. A proporção de crianças beneficiárias consideradas nutritas segundo o Índice de Massa Corporal (IMC), que estabelece uma relação entre o peso e a altura das crianças, foi 39,4 pontos percentuais mais alta em comparação com crianças não beneficiárias.

A condicionalidade em educação do Bolsa Família teve impacto fundamental na queda da taxa de trabalho infantil no País. Para melhor cobertura e capacidade de gestão, em 2005 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) foi integrado ao Bolsa Família, com o objetivo de retirar e proteger crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, resguardado o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos. No âmbito da Assistência Social, o programa articulou a transferência de renda com serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes



resgatados da situação de trabalho. Em 2004, havia um contingente de 5,3 milhões de trabalhadores com idade entre 15 e 17 anos. Em 2009, esse contingente diminuía para 4,3 milhões. Mais de 838 mil crianças e adolescentes eram atendidos pelos serviços ligados ao Peti em 3.520 municípios ao término de 2010.

Outros serviços nesse contexto foram reformulados e ampliados, como o ProJovem Adolescente (2008), dentro da Política Nacional de Juventude, como modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), lançado em 2005 (Lei 11.129/2005). O ProJovem Adolescente foi criado para atender jovens entre 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do PBF, como complemento à proteção social básica à família. O serviço fortaleceu a convivência familiar e comunitária e promoveu a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Já no ano de sua implantação, o ProJovem Adolescente quadruplicou o

número de jovens atendidos em relação ao ano anterior. Em julho de 2010, já estavam inseridos no programa 656,8 mil jovens em 3.634 municípios.

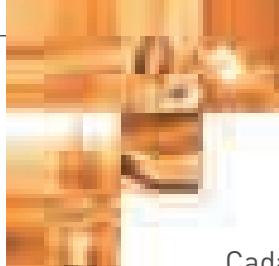
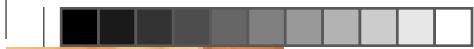
Cadastro Único para Programas Sociais

As 12,7 milhões de famílias beneficiárias do PBF em 2010 conseguiam sacar com cartões magnéticos os valores referentes aos benefícios de transferência de renda em quase 20 mil pontos de pagamento distribuídos entre agências de bancos públicos, casas lotéricas, correspondentes bancários e terminais de caixas eletrônicos. A gigantesca operação que tornou possível esse sistema se baseia no Cadastro Único para Programas Sociais. Formado a partir de diferentes bancos de dados, o Cadastro Único permite saber quem são, onde estão e quais são as necessidades das mais de 20 milhões de famílias vulneráveis do País. Ali se encontram nome, endereço e renda dos cidadãos em situação de risco. A operação e o acompanhamento dos programas voltados aos segmentos populacionais de menor renda tomam por base esse cadastro.

Criado em 2001, o Cadastro Único para Programas Sociais, precisou ser aprimorado para permitir o novo modelo de política social implantado a partir de 2003. Um programa como o Bolsa Família por si só tornava necessário ampliar a base de dados e qualificar as informações sobre a situação socioeconômica das famílias pobres. Entre 2004 e 2005, realizou-se o processo de modernização do cadastro, viabilizando sua gestão compartilhada com estados e municípios.

O critério de inserção de uma família no Cadastro Único considerava renda de meio salário mínimo por pessoa ou três salários-mínimos de renda familiar total. O cadastro incluía o registro da situação socioeconômica das famílias em todos os municípios brasileiros, bem como informações sobre o núcleo familiar, as características do domicílio e as formas de acesso a serviços públicos essenciais. Às Instâncias de Controle Social (ICS) do programa cabia a tarefa de acompanhar o cadastramento das famílias. Com a reformulação do Cadastro, a gestão foi dividida entre Governo Federal, estados e municípios.

A gestão compartilhada e os novos critérios e métodos empregados na elaboração do Cadastro Único geraram crescimento significativo no número de famílias incluídas. Em 2003, havia cerca de 8 milhões de famílias cadastradas, número que chegou, em junho de 2010, a 20,1 milhões. A magnitude desse conjunto de informações constituiu instrumento de diagnóstico e orientação de políticas públicas para o País.



A partir da utilização de informações geradas pelo Cadastro Único, tornou-se possível articular e integrar políticas e programas de forma a beneficiar segmentos específicos. Exemplos disso são os programas como o Tarifa Social de Energia Elétrica, Carteira do Idoso e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

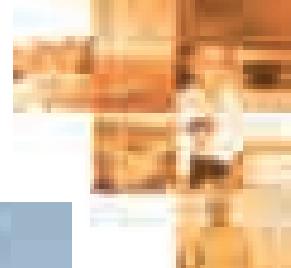
Sistema Único de Assistência Social

Para cumprir o desafio da construção de uma nova geração de políticas públicas de inclusão social, foi fundamental o fortalecimento da rede de proteção e promoção social através da criação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A implantação do Suas alterou a ló-

gica do financiamento da área e inaugurou uma nova relação entre Estado e sociedade. O programa adotou como foco a família a ser beneficiada e o território em que essa ação se desenvolvia. A assistência organizou-se por dois níveis de complexidade de proteção social devida: proteção básica e especial. A proteção básica destinava-se à população em situação de vulnerabilidade por pobreza, privações ou fragilização de vínculos afetivos. O Estado atuou desenvolvendo potencialidades e estimulando o fortalecimento vínculos familiares e comunitários. A proteção especial, por sua vez, destinou-se à orientação e ao acompanhamento de famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça, risco social ou violação de direitos.



As políticas de segurança alimentar e nutricional ampliaram o acesso a alimentos adequados, saudáveis e seguros



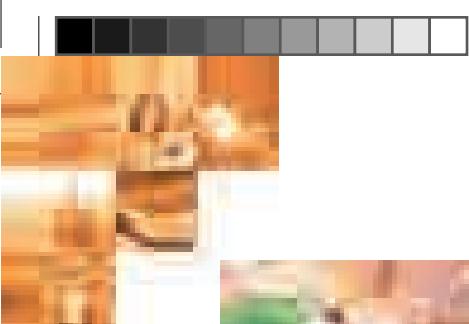
No que se refere à produção, o volume do crédito voltado para a agricultura familiar passou de R\$ 2,1 bilhões na safra 2002/2003 para R\$ 18 bilhões na safra 2010/2011

Considerando o caráter inovador do Suas e as imensas diferenças de capacidade institucional no interior dos municípios e estados, o Governo Federal providenciou orientação e apoio ao processo de implantação do Sistema. Em nove programas de capacitação realizados, formaram-se 57,3 mil operadores do Suas, entre técnicos, gestores e conselheiros municipais, estaduais e nacionais. Da implantação do Suas, em 2005, até o fim de 2010, 99,4% dos municípios brasileiros haviam aderido ao Sistema.

Nesse contexto, os Centros de Referência de Assistência Social foram a principal porta de entrada no Suas, e coube a eles a organização e oferta de serviços de proteção social básica. O Censo Cras 2009 registrou a existência de 5.798 Cras, distribuídos em 4.329 municípios. Nos Cras era oferecido o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), serviço continuado de oferta de serviços aos beneficiários dos programas de transferência de renda nos territórios de vulnerabilidade social. Além do Paif, os Cras ofereciam serviços de

convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos, além do serviço de proteção social básica no domicílio, para pessoas com deficiência e idosos. Em agosto de 2009, 1,7 milhão de famílias estavam em acompanhamento pelo Paif. Os dados fornecidos pelos municípios informaram que, em média, os Cras realizavam 41 mil atividades coletivas por semana, das quais participavam mais de 800 mil pessoas.

No âmbito do Suas foram criados também os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), unidades de serviços da proteção social especial. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) foi uma das ações dos Creas, com o objetivo de orientar e acompanhar famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. A ideia era fortalecer a função protetora das famílias e contribuir para a superação dos padrões de violação de direitos que as deixavam vulneráveis. Coube aos Creas executar o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de



Ações de microcrédito orientado favoreceram beneficiários do Bolsa Família, uma vez que boa parte deles exerce alguma atividade produtiva autônoma

Medidas Socioeducativas. Esse serviço foi instituído pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) no âmbito da municipalização das medidas em meio aberto, isto é, a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Abordagem Social do Creas atuou na identificação em seu território de situações de violação de direitos, promovendo a inserção das famílias e dos indivíduos nas redes de serviços socioassistenciais, nas demais políticas públicas e no sistema de garantia de direitos. Também no escopo dos Creas destaca-se o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Governo Federal financiou, em parceria com estados e municípios, os serviços de 2.028 Creas, de um total de 2.036 existentes, distribuídos em 1.811 municípios por todas as unidades da federação. No final de 2010, esses Centros ofereciam atendimento especializado a cerca de 120 mil famílias e indivíduos. Aproximadamente 900 destas unidades ofereciam atendimento a cerca de 70 mil adolescentes e jovens com idades entre 12 e 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Além dos serviços básicos oferecidos pelos Creas e os de média complexidade sob responsabilidade dos Creas, o Suas, desde sua criação, contemplou também serviços de alta complexidade, atendendo indivíduos e famílias que se encontravam sem referência ou em situação de ameaça. Respeitando as características de cada segmento da população de idosos, adolescentes, mulheres vítimas de violência, o atendimento procurava refazer o convívio familiar, fortalecer a autonomia das pes-

soas atendidas e só acolhê-las em instituições provisoriamente. A oferta desses serviços organizou-se nas modalidades de Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Residências Inclusivas, Repúblicas e Famílias Acolhedoras. Nesses locais de acolhimento, garantiu-se proteção integral, moradia, alimentação, higiene e trabalho para famílias e indivíduos que, em situação de ameaça, precisavam ser retirados do núcleo familiar ou comunitário.

Outra importante iniciativa no âmbito do Suas foi o início do cofinanciamento para serviços de acolhimento destinado à população em situação de rua. O repasse de recursos federais tornou-se regular e automático para os fundos municipais das cidades de grande porte, metrópoles e capitais. Ao final de 2010 esses serviços ofereciam 13.900 vagas em 94 municípios brasileiros.

Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), programa de transferência de renda, foi criado para proporcionar pagamento de um salário mínimo aos idosos com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência que não apresentassem condições de prover a própria manutenção ou pertencessem a famílias com renda por pessoa inferior a um quarto do salário mínimo. O benefício não se vinculava à contribuição prévia do beneficiário ou à inserção anterior dele no mercado de trabalho. O BPC pressupôs o reconhecimento pelo Estado de que o mercado é incapaz de absorver os cidadãos que não dispõem de condições para o trabalho e, portanto, não podem contribuir para o sistema previdenciário. Dessa forma, o programa preencheu uma lacuna no Sistema de Proteção Social Brasileiro, incluindo nas políticas públicas uma parcela da população anteriormente desprovida de cobertura.

A partir de 2003 houve um aumento significativo do número de beneficiários do BPC em função da aprovação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que reduziu a idade de acesso ao benefício de 67 para 65 anos. A ampliação do conhecimento sobre o direito ao BPC, por meio da realização de campanhas publicitárias e da distribuição de três milhões de cartilhas enviadas ao domicílio dos beneficiários também teve papel importante nesse processo. A ampliação do acesso ao benefício para pessoas com deficiência, com a implantação do Modelo de Avaliação da Deficiência e do Grau de Incapacidade baseado na Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial da Saúde, expandiu ainda mais a cobertura.



De 2002 a 2010, o número de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC cresceu 75,6% e o de beneficiários idosos, 171,6%. Em 2010, R\$ 20,1 bilhões foram investidos no pagamento do benefício, sendo R\$ 10,4 bilhões destinados a pessoas com deficiência e R\$ 9,7 bilhões aos idosos, atendendo a 1,8 milhão de pessoas com deficiência e 1,6 milhão de idosos.

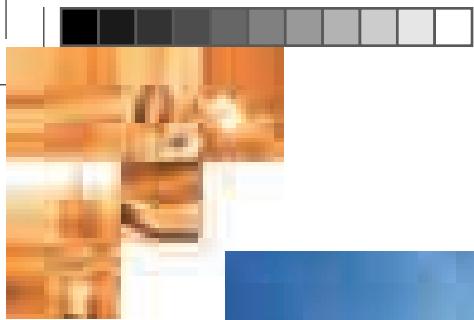
Pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstraram que o BPC contribuiu em 12% da redução observada na desigualdade de renda das famílias, 5% na redução da pobreza e mais de 7% na redução da pobreza extrema no País, no período compreendido entre 2003 e 2008. O impacto do BPC na reversão do quadro de pobreza e desigualdade de renda das famílias revelou-se alto em razão do alto índice de focalização do benefício.

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

No intuito de alcançar a meta prioritária do Governo Federal de erradicar a fome, criou-se em 2006 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com o objetivo de promover o direito à alimentação adequada em todo o território nacional. Trata-se de um sistema público, de gestão intersetorial e participativa, que possibilitou a articulação entre os três níveis de governo. O Sisan abrange um conjunto de ações que vão desde a produção de alimentos até o consumo. Com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar, responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos no País, a atuação do sistema implementou uma política de abastecimento alimentar baseada na promoção do consumo de alimentos adequados, saudáveis e seguros.



No intuito de alcançar a meta prioritária do Governo Federal de erradicar a fome, criou-se em 2006 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com ações que incentivam desde a produção até o consumo



A agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos do país, teve prioridade no fornecimento de alimentos aos programas do Governo

No que se refere à produção, o volume do crédito voltado para a agricultura familiar passou de R\$ 2,1 bilhões na safra 2002/2003 para R\$ 18 bilhões na safra 2010/2011. Na compra da produção, por sua vez, teve grande impacto a política da universalização da alimentação escolar para todos os alunos matriculados na Rede Pública de educação básica no País, o que levou a um aumento de 370% no repasse financeiro por pessoa, estabelecendo-se que ao menos 30% dos alimentos destinados às escolas fossem adquiridos diretamente da agricultura familiar.

A Rede Nacional de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (Redesan) foi implantada como estrutura operacional do Sisan. A rede foi composta por Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos, visando ampliar a oferta de refeições saudáveis a preços acessíveis, contribuir para

a diminuição do desperdício e a melhoria no aproveitamento dos alimentos. Os Restaurantes Populares foram direcionados para municípios com mais de 100 mil habitantes, por meio de cooperação entre o Governo Federal e os governos locais. Em 2010, cerca de 122 mil refeições diárias eram servidas nos 89 Restaurantes Populares em funcionamento, distribuídos em 73 municípios brasileiros. Até o final de 2009 foram apoiadas 642 unidades de Cozinhas Comunitárias equipamentos públicos instalados nas periferias das grandes cidades, e dos pequenos e médios municípios.

As técnicas de orientação e melhor aproveitamento de alimentos, para diminuição do desperdício e aplicação de boas práticas ambientais, foram operationalizadas pelos Bancos de Alimentos. Arrecadando alimentos impróprios para o comércio, mas adequados ao consumo humano, os Bancos de Alimentos



passaram a abastecer as entidades que compunham as redes municipais de promoção e proteção social. Ao final de 2010, 102 unidades de Bancos de Alimentos em 100 municípios de 19 Estados estavam sendo apoiadas pelo Governo Federal, beneficiando em torno de 2.600 entidades assistenciais.

Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Para atender à demanda das famílias pobres e recompor os estoques de estratégicos do Governo Federal instituiu-se pela Lei 10.696/2003 o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O Governo Federal passou a adquirir alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com dispensa de licita-



Técnicas para melhor aproveitamento de alimentos foram operacionalizadas pelos Bancos de Alimentos



Os programas de aquisição de alimentos fortaleceram a segurança alimentar e a agricultura familiar

ção, desde que os preços não fossem superiores aos dos mercados regionais. Isso garantiu renda às famílias dos agricultores com o limite de compra de até R\$ 3,5 mil/ano. Os alimentos eram destinados às entidades da rede socioassistencial. O programa foi criado com o duplo propósito de promover segurança alimentar e nutricional de famílias pobres e ampliar os mecanismos de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, possibilitando acesso dos agricultores aos mercados institucionais. Antes dele, a participação da agricultura familiar nas compras governamentais era bastante reduzida. Por meio do PAA, entre 2003 e 2010 foram adquiridos e distribuídos 3,2 milhões ton de alimentos e pagos mais de R\$ 3,5 bilhões a cerca de 164 mil agricultores familiares. Mais de 15 milhões de pessoas foram atendidas com o abastecimento da rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição em restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. O programa contribuiu também para a conformação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos, como indígenas, quilombolas, acampados, entre outros.

Essa distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos foi uma ação de caráter emergencial e complementar que beneficiou famílias em estado de insegurança alimentar em comunidades indígenas, quilombolas e de terreiros; famílias atingidas pela construção de barragens; pescadores artesanais; trabalhadores rurais acampados que aguardavam assentamento pelo programa de reforma agrária; famílias em municípios em estado de emergência e calamidade pública. Cerca de 365 mil famílias por ano foram atendidas.

Além de distribuir alimentos, o Governo Federal empreendeu esforços para diminuir a vulnerabilidade dessas comunidades. Foram destinados mais de R\$ 70 milhões para atender 100 mil famílias desses grupos, com implementação de projetos de produção de alimento para autoconsumo, recuperação ambiental das terras indígenas, construção de cozinhas comunitárias em quilombos, construção de banco de sementes, distribuição de minibibliotecas sobre práticas agrícolas sustentáveis e capacitação de representantes dos povos e comunidades tradicionais na elaboração de projetos de segurança alimentar.

Programa Educação Alimentar e Nutricional

O reconhecimento da importância estratégica da alimentação pelo Governo Federal foi além da visão quantitativa da alimentação e não se restringiu ao aspecto puramente nutricional. Assim, criou-se



Programa de Educação Alimentar e Nutricional distribuiu cartilhas em todo o País, considerando além do valor nutricional, os aspectos históricos, sociais e afetivos da alimentação

o Programa Educação Alimentar e Nutricional, para fornecer informações sobre alimentação saudável e segura. As informações das cartilhas informativas distribuídas pelo programa consideraram os aspectos culturais, regionais, históricos, sociais, econômicos, biológicos e afetivos da alimentação. Essas cartilhas foram enviadas a todas as escolas de ensino fundamental públicas do Brasil.

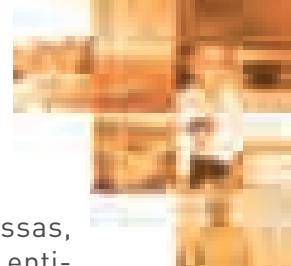
Geração de oportunidades aos mais pobres

Ao retomar a iniciativa desenvolvimentista, com investimento e financiamento de bancos públicos e projetos privados, o governo abriu novas possibilidades para a inclusão produtiva. O crescimento econômico do País permitiu o investimento federal em progra-

mas como o Bolsa Família, mas também que se criasse condições propícias para a superação da própria necessidade da transferência de renda.

No intuito de contribuir para que as famílias atendidas pelo Bolsa Família ou inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais começassem a deixar a condição de atendimento por transferência de renda, promoveram-se parcerias visando preparar os beneficiários para acessar o mercado de trabalho. Nesse contexto, foram criados os programas Próximo Passo e curso preparatório do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), voltados à qualificação profissional dos cadastrados.

Como ação complementar ao PBF, o Próximo Passo, no âmbito do Plano Setorial de Qualificação



Profissional foi pensado para qualificar e inserir beneficiários no mercado de trabalho da construção civil e do turismo. Criado em 2008, constitui-se em uma ação para gerar oportunidades de inserção profissional nos setores da economia que mais apresentavam crescimento. Em 2009 e 2010 foram oferecidos cursos nos setores da construção civil, impulsionada pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, e do turismo, aquecido em função dos investimentos realizados para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. No setor de turismo foram atendidos beneficiários de 22 capitais brasileiras. Foram firmados convênios de qualificação profissional com entidades sem fins lucrativos e com estados e municípios. Até 2010,

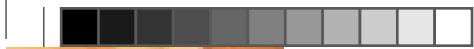
152.994 mil vagas tinham sido oferecidas. Desses, 97 mil por meio dos convênios firmados com entidades.

Outros Planos Setoriais de Qualificação começaram a articular ações vinculadas a demandas efetivas de mão de obra nos setores portuário, de papel e celulose, de tecnologia da informação, têxtil, sucroalcooleiro, de microcrédito, farmacêutico, de gemas e joias, de saúde, de petróleo e de gás natural.

Ainda com o objetivo de gerar oportunidades, o governo, realizou ações de microcrédito produtivo orientado, contribuindo para a emancipação dos beneficiários e empreendedores. Essa iniciativa decorreu da identificação da demanda por microcrédito



Programas de qualificação no setor de turismo atenderam beneficiários do Bolsa Família em 22 capitais brasileiras através de convênios com entidades, estados e municípios



dentre os beneficiários do Bolsa Família, uma vez que boa parte deles exerciam alguma atividade produtiva.

Foram desenvolvidos ainda arranjos de políticas como assistência técnica, apoio à institucionalização (organização social, agrupamentos, associativismo e cooperativismo) infraestrutura e logística de produção e comercialização. As instituições de ensino, especialmente as Universidades Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), passaram a apoiar a implementação de estratégias de inclusão socioprodutiva do público-alvo das políticas sociais, abrindo uma nova etapa na extensão universitária no Brasil e integrando-se ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, que se constitui em compromisso firmado entre o Governo Federal e governos estaduais com o objetivo de promover e apoiar projetos direcionados à inclusão produtiva. Apesar do reconhecimento oficial da ocupação de Catadores de Material Reciclável em 2002, incluída no Código Brasileiro de

Ocupações, o Governo Federal entendeu que, dado o desamparo social desses trabalhadores e sua pouca inserção nos programas de coleta seletiva, era preciso garantir o acesso a direitos como escola, programas de saúde e nutrição, lazer, informação e proteção integral. Para isso, instituiu uma instância de discussão e proposição de políticas públicas com ações que permitissem a estruturação dos grupos de catadores e sua inclusão socioeconômica: o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo (CIISC). Esse colegiado, integrado por 12 instituições públicas e federais integrou e coordenou ações intergovernamentais para inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis. O Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) passou a ter assento permanente no comitê. O CIISC viabilizou o aporte de recursos para atender às necessidades das associações e cooperativas nas áreas de estruturação, capacitação e infraestrutura, o que implicou sensível melhoria dos processos de trabalho.



O Próximo Passo, ação complementar ao Bolsa Família, qualificou trabalhadores para a construção civil, setor aquecido pelo PAC e pelo programa Minha Casa Minha Vida



2. Educação

A Constituição de 1988 consolidou a educação como um direito universal de todos os brasileiros. Na década seguinte, o País começou a superar a histórica exclusão de uma grande parcela da população do sistema educacional. O Ensino Fundamental caminhou para a universalização e o Ensino Médio iniciou uma ampla expansão. Entretanto, o contexto em 2003 ainda era de exclusão e incapacidade de atender a demanda por mais vagas e por qualidade na educação.

O Governo Federal, nos últimos oito anos, confrontou as causas estruturais da exclusão por meio de políticas redistributivas e afirmativas, tendo como alvo prioritário os grupos sociais mais vulneráveis. Considerou-se a educação, a partir de então, instrumento de promoção da cidadania, fundamental para reduzir desigualdades e consolidar o desenvolvimento social e econômico do País.

A fim de democratizar o acesso e garantir o desenvolvimento e permanência das crianças e adolescentes nas escolas, as ações desenvolvidas pelo Governo Federal buscaram fortalecer um sistema educacional articulado, integrado e gerido em colaboração entre União, estados e municípios, com recursos progressivos e que conferiu prioridade a todas as etapas da educação – da Creche à Pós-Graduação. Para promover a viabilidade e a sustentabilidade deste compromisso, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo foi responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como coautora no processo de educação.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de 2007, estabeleceu 28 diretrizes e um conjunto de metas a serem atingidas por cada escola, cada município e cada estado, pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes. É a conjugação dos esforços da União, estados, Distrito Federal e municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da Educação Básica. Todos os entes federados aderiram ao

Plano de Metas. A partir da adesão do ente federado ao Plano de Metas, os convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos Planos de Ações Articuladas (PAR), de caráter plurianual. As transferências voluntárias e assistência técnica aos entes federados estão vinculadas à adesão ao Plano de Metas e à elaboração do PAR.

Financiamento

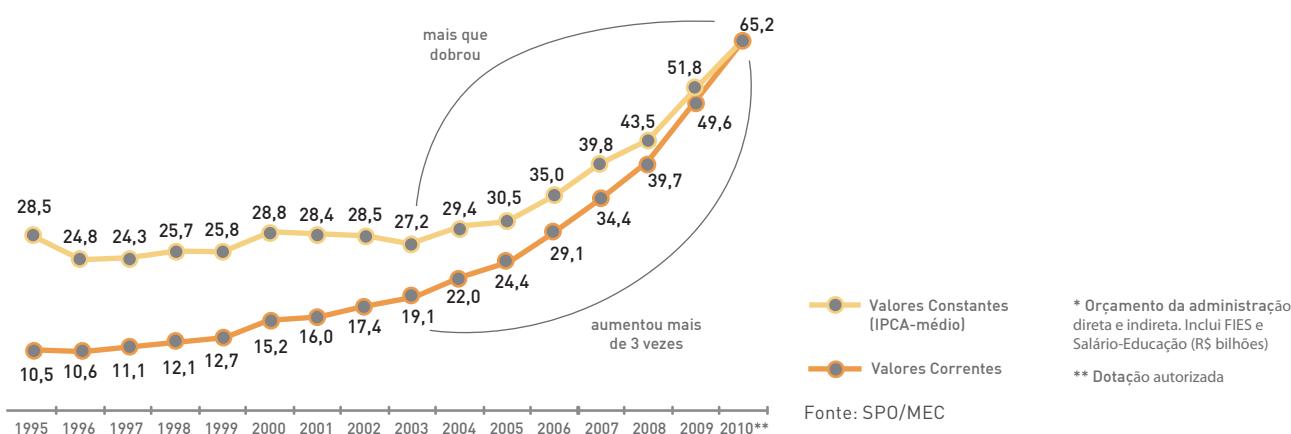
Desde o início de 2003, a distribuição orçamentária da Educação passou por grandes mudanças, para fazer frente às novas demandas. Os recursos mais que triplicaram. O investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que era de 3,9% em 2000, chegou a 5% em 2009, e o esforço governamental tem sido para alcançar os 7%. O orçamento do Ministério da Educação (MEC) aumentou mais de duas vezes em termos reais, indo de R\$ 27,2 bilhões em 2003 para R\$ 65,2 bilhões em 2010.



O Programa Universidade para Todos (ProUni) permitiu a 748 mil estudantes o acesso à universidade



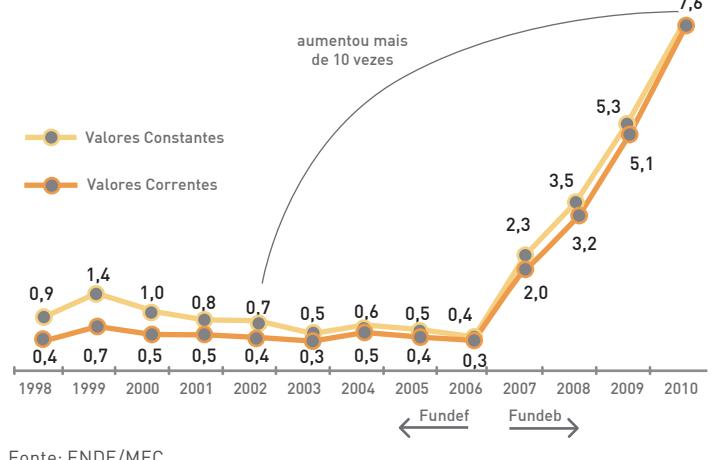
Orçamento do Ministério da Educação*



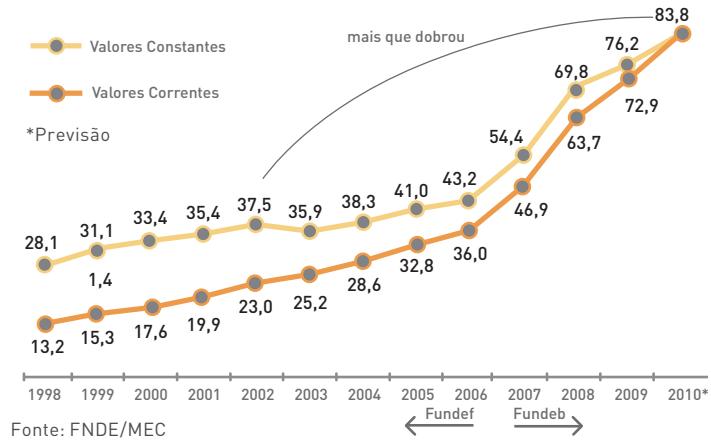
Dentre as principais ações voltadas para o financiamento da Educação Básica, destacou-se a institucionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O Fundeb ampliou a complementação de recursos da União para equalizar o investimento por aluno nos diferentes estados do Brasil, incluindo as matrículas da Educação Infantil, Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, estimulando também a ampliação do tempo escolar, fortalecendo a política de expansão da educação em tempo integral e Educação Especial, ao estabelecer percentuais diferenciados a este tipo de atendimento. O aporte de recursos financeiros da União aumentou cerca de dez vezes em relação ao Fundef, passando de R\$ 700 milhões, em 2002, para cerca de R\$ 7,6 bilhões em 2010.

O total de recursos do Fundeb mais que dobrou de 2002 para 2010 – passou de R\$ 37,5 bilhões para R\$ 83,8 bilhões. O Fundeb assegura mecanismos de financiamento com o objetivo de promover a inclusão socioeducacional no âmbito da Educação Básica, beneficiando alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio, e da Educação de Jovens e Adultos. Em 2009, foram beneficiados 45,3 milhões de estudantes, ano em que o total de recursos foi de R\$ 76,2 bilhões.

FUNDEB Complementação da União (R\$ bilhões)



FUNDEB Totais de Recursos do Fundeb (R\$ bilhões)



Ainda com relação ao financiamento da Educação Básica, cabe ressaltar a aprovação da Emenda Constitucional 59, de 2009, que determinou que, para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) cairia de 20% para 12,5% no exercício de 2009, 5% no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011. Com essas mudanças, estimam-se recursos adicionais para a Educação da ordem de R\$ 7,4 bilhões em 2010 e R\$ 12,5 bilhões em 2011. Em 2009 esse ganho correspondeu a R\$ 3,3 bilhões.

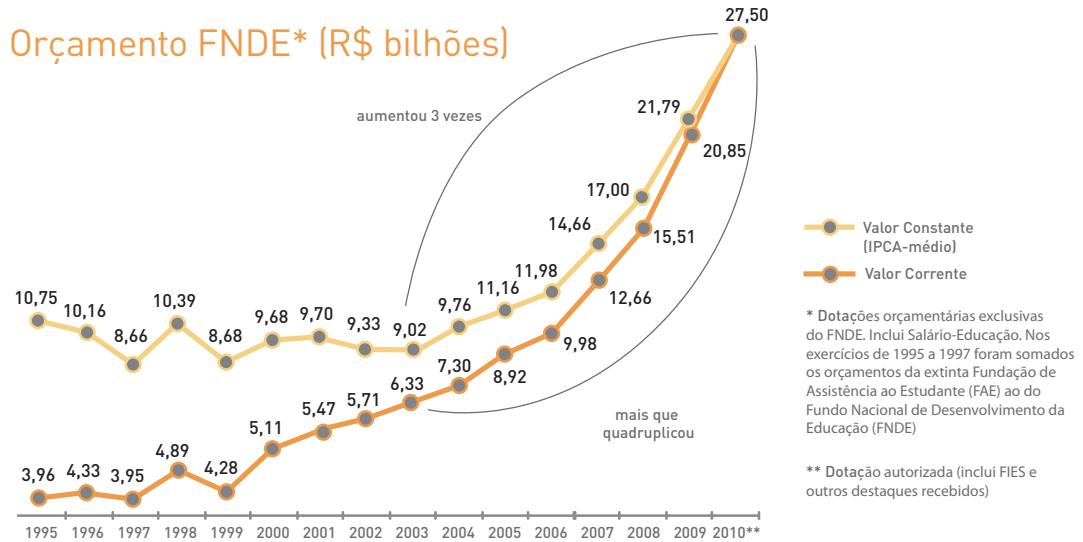


A criação do Programa de Expansão e do REUNI resultou na implantação de 14 novas universidades federais e 124 novos campi. Na foto, Universidade Federal da Bahia (Salvador)

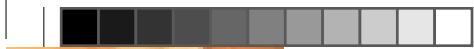
A partir de 2006, os recursos da contribuição social do Salário-Educação, antes destinados apenas ao Ensino Fundamental, passaram a financiar toda a Educação Básica, da Creche ao Ensino Médio. Em dezembro de 2003 (Lei no 10.832/2003), a forma de repasse do Salário-Educação foi modificada, o que permitiu que os municípios recebessem diretamente parte do montante de recursos que anteriormente era destinada somente aos estados.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, cuja missão é prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação, visando garantir ensino de qualidade a todos os brasileiros, triplicou o seu orçamento, que passou de R\$ 9,02 bilhões em 2003 para R\$ 27,5 bilhões em 2010 em termos reais. A proposta orçamentária para 2011 é de R\$ 29,7 bilhões.

Orçamento FNDE* (R\$ bilhões)



Fonte: SIAR/CGPLO/FNDE/MEC



Formação do professor e valorização do magistério

Em relação à valorização dos professores, era necessário o desenvolvimento de ações que garantissem salários compatíveis com a responsabilidade dos docentes da escola pública de Educação Básica: não havia piso salarial nacional para a carreira; a formação continuada era oferecida de forma não estruturada, a partir de diagnósticos deficientes e distanciada das instâncias legítimas de formação, que são as Instituições de Ensino Superior (IES).

Nesse contexto, a formação de docentes e a valorização do magistério tornaram-se prioridade para o Governo Federal. Daí a importância da aprovação da Emenda Constitucional 53, de 2006, que além de instituir o Fundeb e a extensão do Salário-Educação, instituiu também o Piso Salarial Nacional para o Magistério da rede pública, o que significou um avanço significativo na profissionalização da carreira docente.

Para enfrentar os desafios no âmbito da formação, foi constituída pelo MEC a partir de 2003, uma rede nacional de formação continuada, estruturada a

partir de Instituições de Ensino Superior, que já atuavam na formação inicial de professores por meio de seus cursos de licenciatura. O Piso Salarial Nacional foi definido em lei e implantado. Em 2009, o professor da Educação Básica teve um piso de R\$ 950. Com o reajuste em 2010, o piso passou para R\$ 1.024,67 em todo o País.

Desde 2003, o MEC vem fortalecendo os sistemas de ensino mediante um programa de formação de profissionais não docentes e da comunidade escolar, que contempla secretários municipais de Educação, diretores, equipes técnicas e funcionários das escolas. Como consequência, houve um impacto positivo na qualidade da educação, que pode ser verificado nos resultados da prova Brasil e do Ideb.

Em 2007, a formação de docentes para a Educação Básica foi incorporada às atribuições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Desde então, foram executados programas presenciais e a distância, no âmbito do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), sendo a modalidade a distância oferecida por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).





A Universidade Aberta do Brasil (UAB) reuniu universidades públicas em um sistema integrado que oferece cursos de nível Superior a distância para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária. Como a maior parte dos cursos ofertados na UAB é de graduação com duração de quatro anos e os cursos iniciaram em 2007, as primeiras turmas estão em fase de conclusão. No final de 2010, a UAB contava com mais de 143 mil matrículas ativas, com 591 polos em funcionamento e 92 instituições participantes.

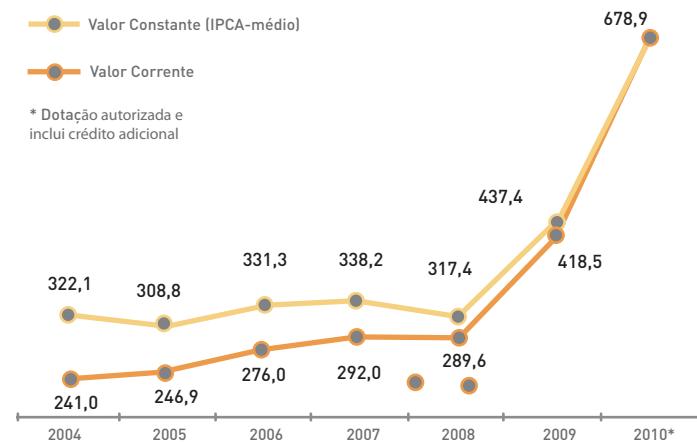
O incentivo à docência também alcança o professor em formação. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) foi criado com a finalidade de apoiar estudantes de licenciatura plena, das instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e comunitárias sem fins econômicos, de Educação Superior. Instituído em 2007, o programa já aprovou 16.714 bolsas, sendo 13.649 para licencian-
dos, 981 para coordenadores institucionais e de área e 2.084 para supervisores (professores da Educação Básica que atuam no programa); há 124 IES participantes e 1.267 escolas beneficiadas pela ação dos bol-
sististas. O Pibid contribuiu para a diminuição da evasão e o aumento da procura pelos cursos de licenciatura.

Assistência ao aluno e à escola

Por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Governo Federal presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da Educação Básica das redes estaduais, municipais, do Distrito Federal e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O PDDE engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da Educação Básica. Com seus benefícios ampliados para as escolas públicas da Educação Infantil e do Ensino Médio, foram aplicados, por meio do PDDE, em 2009, R\$ 1,2 bilhão. Em 2010, os recursos devem atingir R\$ 1,4 bilhão.

O Programa de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) também foram ampliados para toda a Educação Básica. O Pnae viabiliza o fornecimento alimentação escolar para os alunos de toda Educação Básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. O Pnate, criado em 2004, custeia despesas com manutenção, reforma, combustível, seguro, licenciamento, impostos e taxas dos veículos ou embarcações utilizadas no transporte escolar de alunos da Educação Básica pú-
blica residentes em áreas rurais.

PNATE Recursos investidos (R\$ milhões)



Fonte: FNDE/MEC

Também voltado para o transporte escolar, foi criado em 2007 o Programa Caminho da Escola, vi-
sando renovar a frota de veículos escolares desti-
nados ao transporte de estudantes matriculados na
educação básica da zona rural das redes estaduais e
municipais. Em 2008 e 2009 foram adquiridos 5.866
veículos e a previsão para 2010 é de mais 5.146, totali-
zando mais de 11 mil novos veículos.

Dentre as políticas ampliadas destacaram-se o Programa do Livro Didático e das Bibliotecas Escolares para toda a educação básica. Em busca da universaliza-
ção do atendimento, o Governo Federal incluiu obras de outros componentes curriculares, e contemplou
alunos com deficiência com livros acessíveis em braile e digitais em Libras, além de atender às necessidades da Educação de Jovens e Adultos. Ao final de 2010, che-
garão às escolas os primeiros acervos de uma coleção especial, destinada ao professor, formada por obras de natureza pedagógica, desenhadas para melhorar a
prática de ensino de cada área temática.

Pesquisa e Avaliação

O Governo Federal melhorou a qualidade das informa-
ções que orientam sua política de apoio aos estados e
municípios na área de Educação com a expansão do
Censo da Educação Básica, que passou a coletar infor-
mações por aluno, permitindo maior precisão dos da-
dos coletados. Em relação aos sistemas de avaliação,
destacaram-se diversas iniciativas, tais como a apli-
cação da Prova Brasil para estudantes das redes públicas
da 4^a a 8^a séries (ou do 5^º ao 9^º anos) do Ensino Funda-
mental; a implantação da Provinha Brasil (instrumento
de avaliação da alfabetização nos anos iniciais do Ensino
Fundamental) e a reformulação do Exame Nacional
do Ensino Médio (Enem), que permitiu a alteração da



matriz de conteúdos para servir como base ao currículo do Ensino Médio e seu uso para seleção de vagas em universidades, no Financiamento Estudantil (Fies) e na concessão de bolsas de estudo. Destacou-se, ainda, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb) e o estabelecimento de metas por escola, por município, por estado e para o Brasil. Com isso, a avaliação do desempenho dos alunos passou a apresentar um diagnóstico mais preciso para a elaboração das políticas públicas.

Em relação à eficiência e rendimento escolar, a evolução de um conjunto de indicadores é apresentada a seguir:

Eficiência e rendimento escolar. Brasil, 2003/2009

Indicador	2003	2009
Taxa de aprovação no Ensino Fundamental	79,6%	85,2%
Taxa de abandono no Ensino Fundamental	8,3%	3,7%
Taxa de aprovação no Ensino Médio	75,2%	75,9%
Taxa de abandono no Ensino Médio	14,7%	11,5%

Fonte: Inep /MEC

Criada em 2005, a Prova Brasil avalia, a cada dois anos, os alunos da 4^a e 8^a séries (5^º e 9^º anos) do Ensino Fundamental da rede pública, por meio da aplicação de provas de língua portuguesa e matemática. São avaliadas todas as escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos na série e parte das escolas rurais. Em 2005, 3,3 milhões de alunos realizaram a prova. Esse número seguiu crescente e atingiu os 4,5 milhões em 2009.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb), criado em 2007, é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) com informações de rendimento escolar (aprovação). Varia entre uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Atualmente o país se encontra em 4,6 e a meta é atingir índice 6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2021.

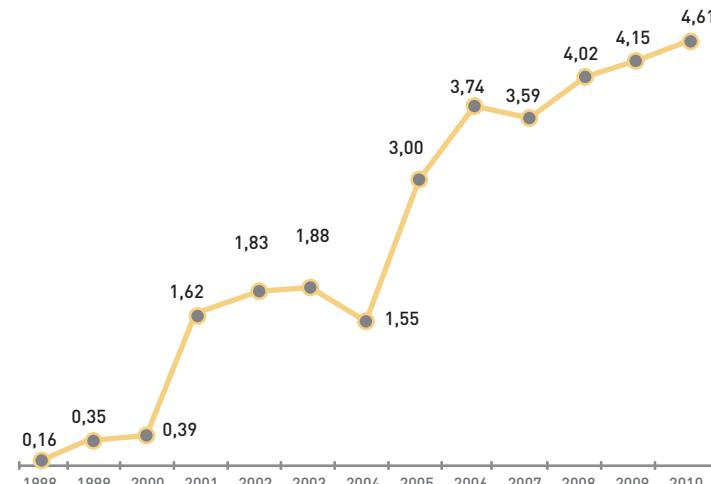
O Educacenso, criado em 2007, é uma radiografia detalhada do Sistema Educacional Brasileiro (SEB). A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. Todo o levantamento é feito pela internet. A partir dos dados do Educacenso é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb)

e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos, entre outros.

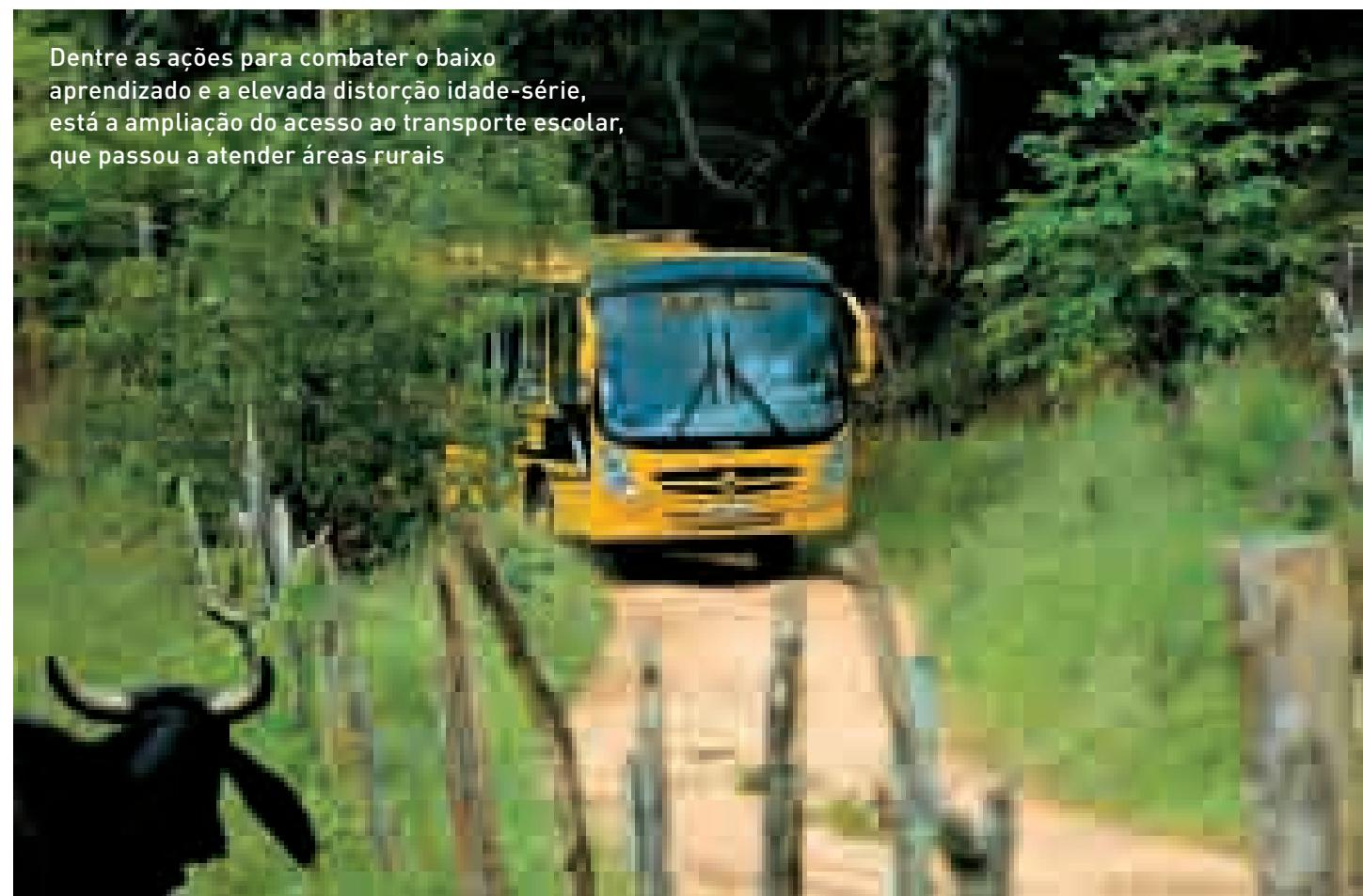
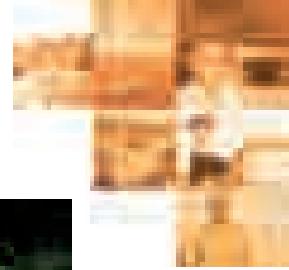
Para avaliar o nível de alfabetização dos alunos/turma nos anos iniciais do Ensino Fundamental criou-se a Provinha Brasil, diagnóstico do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano das escolas públicas. Em 2008, foi aplicada a primeira edição dessa avaliação, que chegou a 4.681 municípios. Em 2009, os instrumentos de avaliação foram distribuídos para a totalidade dos estados e municípios brasileiros. Em 2010, até outubro, já estava disponível a versão digital da primeira edição da Provinha Brasil.

A avaliação do Ensino Médio é realizada por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que avalia o desempenho de alunos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. O Enem tornou-se ferramenta imprescindível no planejamento de políticas para os Ensinos Médio e Superior e passou a ser utilizado como critério de seleção para os estudantes de escolas públicas que concorrem a bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2010, 500 universidades já usavam também o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior. Em 2009, o Enem passou a ser elaborado com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI). Uma das vantagens do uso dessa teoria é permitir que alunos que realizam provas diferentes possam ter seus resultados comparados, possibilitando o acompanhamento do desempenho ao longo dos anos.

ENEM Inscritos no ENEM (milhões)



Fonte: Inep/MEC



Dentre as ações para combater o baixo aprendizado e a elevada distorção idade-série, está a ampliação do acesso ao transporte escolar, que passou a atender áreas rurais

No que se refere à avaliação do Ensino Superior, estabeleceu-se uma visão integrada, contemplando avaliação institucional externa, autoavaliação realizada pela instituição, desempenho dos estudantes e avaliação dos cursos de graduação, além do desenvolvimento de indicadores, como o Conceito Preliminar de Curso e o Índice Geral de cursos. Nesse âmbito, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que considera resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), revisão do antigo Provão, realizado por todos os ingressantes e concluintes. Para melhor subsidiar as políticas de Educação Superior, o Censo foi reformulado, coletando hoje informações de cada aluno e dos docentes vinculados a cada curso de graduação.

Educação Básica

No período 2003-2010, o ciclo da Educação Básica brasileira foi redesenhado, ganhando nova configuração. Na definição adotada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), a educação brasileira divide-se em dois níveis, Educação Básica e Educação Superior. A Básica passou a compreender três estágios: Educação Infantil, subdividida em Creche (0 a 3 anos) e Pré-Escola (4 a 5 anos); Ensino

Fundamental (6 a 14 anos) e Ensino Médio (15 a 17 anos); além de três modalidades – Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissional. Originalmente, era obrigatório apenas o Ensino Fundamental de 7 a 14 anos, que foi ampliado para nove anos (Lei 11.274/2006), iniciando-se a partir dos seis anos (Lei 11.114/2005). Pela Emenda Constitucional 59/2009, a educação tornou-se obrigatória dos quatro aos 17 anos, abrangendo, portanto, a Educação Pré-Escolar, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Ao longo dos últimos oito anos, diversas ações foram implantadas com o objetivo de combater o principal problema da Educação Básica brasileira no início do século 21: baixo aprendizado e elevada distorção idade-série. As medidas adotadas centraram-se na busca pela qualidade e incluíram várias frentes de atuação: reformulação de currículos, assistência ao aluno (como alimentação e transporte), melhoria de instalações e equipamentos escolares (como livros didáticos, acervo bibliográfico, laboratórios de informática com conexão em banda larga), além de atividades de reforço escolar e atendimento em turno integral. No que se refere à Educação Especial, as iniciativas abrangeram desde a capacitação de docentes e adequação de infraestrutura ao fornecimento de material pedagógico e de acessibilidade.



Os principais avanços na Educação Infantil foram: a expansão da oferta, principalmente nos municípios onde o atendimento era realizado em escolas de Ensino Fundamental; o aumento dos recursos vinculados à matrícula na Educação Infantil, através do Fundeb; a melhoria da qualidade do atendimento, proporcionado pelos investimentos na formação inicial e continuada de professores; disseminação de orientações e apoio aos sistemas de ensino na implementação da política de Educação Infantil. Faz-se necessário mencionar ainda a assistência financeira da União aos municípios e Distrito Federal para a aquisição e construção de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas, por meio do Programa Pro-Infância, criado em 2007, e que já realizou convênio para a construção de mais de 2 mil unidades de Educação Infantil. No ano inaugural, os recursos conveniados chegaram a R\$ 371,6 mil, enquanto em 2010 a previsão do valor acumulado é de R\$ 2.315,4 milhões.

Um dos indicadores relevantes relacionados ao acesso à Educação Básica é a Taxa de frequência à escola por faixa etária. Desde 2002, houve evolução deste indicador em todas as faixas etárias analisadas, como mostra a tabela a seguir:

Taxa de frequência à escola por faixa etária. Brasil, 2002/2009

Faixa etária (anos)	2002	2009
0 a 3	11,7 %	18,4%
4 a 5	56,7 %	74,8%
6 a 14	95,8 %	97,6%
15 a 17	81,5 %	85,2%

Fonte: Pnad /IBGE

Foi praticamente atingido o objetivo de colocar todas as crianças de 7 a 14 anos na escola. Sendo assim, a grande preocupação ficou centrada na qualidade da educação, o que deu origem a iniciativas da Política Nacional do Ensino Fundamental como: a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração; a correção das distorções idade/ciclo/série, ou seja, as repetências e as evasões; a reorganização dos tempos e espaços escolares; a avaliação de desempenho dos alunos (Prova Brasil e Provinha Brasil); e a definição de novas orientações curriculares para o Ensino Fundamental.

A partir da aprovação do Fundeb, que estabeleceu uma fonte de recursos estável e significativa para o segmento, a Política Nacional do Ensino Médio



A fim de incluir a educação infantil na agenda educacional do País, o Governo Federal investiu, só em 2010, R\$ 2,3 milhões na compra de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas



vem investindo em ações estruturantes. Destaca-se a ampliação dos programas anteriormente destinados apenas ao Ensino Fundamental como o Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional de Bibliotecas Escolares, Transporte Escolar e Alimentação Escolar. No seu conjunto, essas políticas vem contribuindo para considerável aumento do número de matrículas da melhoria da qualidade da educação.

Criado em 2007, o programa Mais Educação promove a educação integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, com vistas à ampliação do tempo e do espaço educativo das redes de ensino públicas. Em 2008, 375.581 alunos foram beneficiados pelo programa, em 2009 o número aumentou para 1.181.040, enquanto em 2010 a previsão é de que alcance 2.251.723 de estudantes, passando a atender 10.042 escolas no Brasil.

Inclusão da diversidade

A atuação governamental no enfrentamento das desigualdades educacionais especialmente deu-se por intermédio de duas estratégias. A primeira abrangeu o atendimento de públicos específicos – jovens e adultos; povos indígenas; populações do campo; quilombolas; e pessoas com deficiência – contemplados em suas particularidades na formulação e implantação dos programas. A segunda buscou garantir a inserção dos temas da diversidade (direitos humanos, relações étnico-raciais, sustentabilidade, diversidade de gênero e orientação sexual). Destacam-se ações efetivas de expansão do quadro de professores, formação profissional adequada e formação continuada, considerando os projetos pedagógicos específicos de estímulo à permanência de profissionais qualificados em sala de aula nessas comunidades.

Entre 2007 e 2010, foram firmadas, no âmbito do PAR, ações relativas à educação escolar indígena com 24 secretarias estaduais de Educação, para apoiar técnica e financeiramente os executores dessa modalidade da educação. Cabe destaque também para a criação dos Territórios Etnoeducacionais, políticas públicas de educação organizadas a partir da territorialidade dos povos indígenas.

No contexto da formação de professores, os maiores desafios estavam na educação do campo e indígena, em especial para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Os programas Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind) e Licenciatura para a Educação do Campo (Procampo) iniciaram suas atividades respectivamente em 2005 e 2007 e atenderam a mais de 3 mil docentes. Para 2011,

estabeleceram-se metas para atender a 2 mil professores nas licenciaturas do campo e 2 mil professores na licenciatura intercultural indígena.

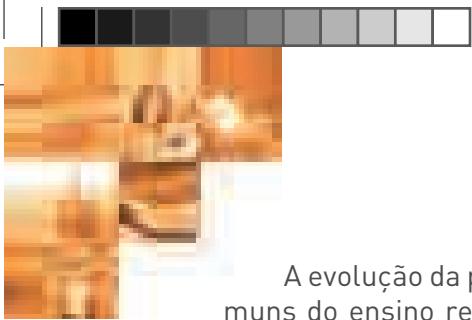
No âmbito da educação do campo, outro programa de sucesso foi o Escola Ativa, cujo objetivo é melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas do campo. Até 2010, o projeto foi implantado em 3.106 municípios, abarcando 39 mil escolas, 66 mil turmas e 1,3 milhão de alunos.

A Rede Educação para a Diversidade é uma iniciativa para formação de professores da Educação Básica com vistas ao reconhecimento e valorização das diversas dimensões da diversidade brasileira. A Rede oferece cursos, em parceria com instituições de Educação Superior, de distintas durações, da extensão à especialização, tratando de temas como os relativos à cultura afro-brasileira e indígena, questões de gênero e diversidade nas escolas; educação ambiental; educação para os direitos humanos; educação, e ambiente escolar.

Educação especial

Diante do desafio de construir um sistema educacional inclusivo no país, foram implantadas ações voltadas à inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse processo começou em 2003, com o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que abriu amplo debate para a elaboração de uma nova política de Educação Especial. Em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Por meio do Decreto 6.571/2008, foi instituído, no âmbito do Fundeb, o financiamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

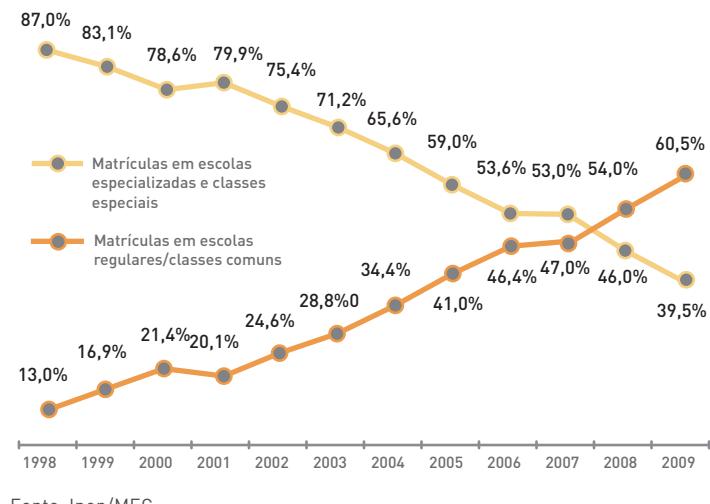
Dentre as diversas ações empreendidas para fortalecer a Educação Especial Inclusiva, destaca-se o programa Escola Acessível e o Salas de Recursos Multifuncionais, que promoveram a adaptação e adequação de prédios e salas escolares para atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de disponibilizar um conjunto de mobiliário adequado aos alunos público-alvo da Educação Especial no ensino regular. Entre 2008 e 2009, 11.205 escolas implementaram ações de acessibilidade. Até o final de 2010, mais 3.845 escolas serão atendidas. No período de 2005 a 2010, foram disponibilizadas 24.301 salas de recursos multifuncionais. O Programa do Livro Didático e das Bibliotecas Escolares estendeu-se para a Educação Especial, contemplando alunos com deficiência com livros acessíveis em Braille e digitais em Libras.



A evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular pode ser representada pela taxa de matrícula de alunos especiais em classes comuns. Em 2002, 24,6% das matrículas de alunos especiais ocorriam em escolas comuns, contra 75,4% em escolas especializadas e classes especiais. A partir de 2008, registrou-se uma inversão no quadro. Em 2009, a taxa de matrícula de alunos especiais em classes comuns representava 60,5% do total, com 387.031 matrículas. O contexto da inclusão favorece o acesso dos alunos às escolas da sua comunidade. Em 2003, havia 19.540 escolas comuns de Educação Básica da rede pública com matrícula. Em 2009, esse número subiu para 59.816 escolas.

Inclusão

Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular



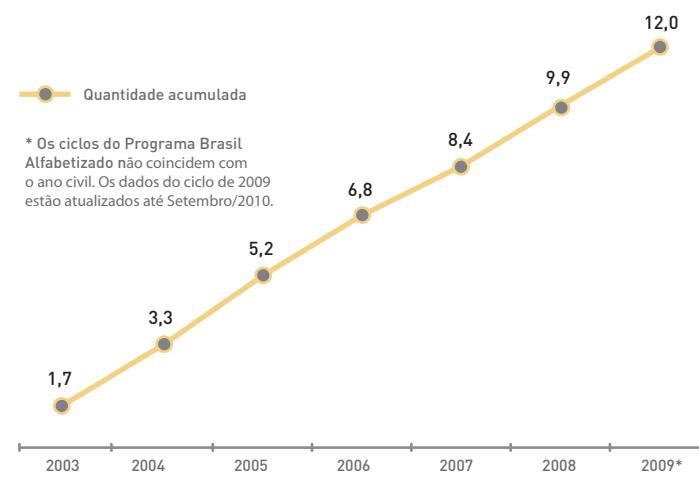
Brasil Alfabetizado

O Governo Federal promoveu um realinhamento das ações federais no campo da alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos, visando assegurar maior eficiência, relevância e efetividade, bem como maior integração com os sistemas estaduais e municipais de ensino. Essa estratégia visava, de um lado, ganhos de eficiência ao promover uma coordenação entre os repasses de recursos para alfabetização e a assistência financeira aos sistemas de ensino para ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de Educação Profissional. Do outro lado, buscava criar incentivos financeiros para que os sistemas de ensino garantissem aos alfabetizandos oportunidades para a continuidade dos estudos. Dentro dessa nova concepção, a alfabetização passou a ser vista como uma porta de entrada para o processo de escolarização e educação continuada e não como linha de chegada.

Como os sistemas estaduais e municipais de ensino são os principais responsáveis pela oferta de programas de EJA, o Governo ampliou a participação dos estados e municípios na distribuição dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais, atribuindo papel complementar aos demais parceiros: instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil. A transferência automática de recursos financeiros foi fundamental para assegurar a execução descentralizada das ações.

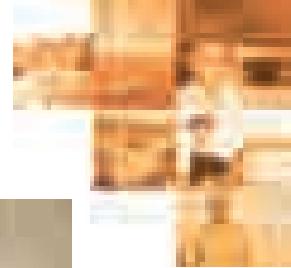
O PBA atendeu 14.218.075 alfabetizandos entre 2003 a 2010, em 4.000 municípios, incluindo os 1.928 municípios prioritários (com taxa de analfabetismo igual ou maior a 25%), nos quais foram realizadas assessorias locais para melhoria dos processos de alfabetização e garantia de continuidade dos jovens, adultos e idosos em turmas de Educação para Jovens e Adultos. No eixo de alfabetização e Educação Continuada de Jovens e Adultos, destaca-se a redução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, de 11,1% em 2005 para 9,7% em 2009.

Brasil Alfabetizado Número de jovens e adultos beneficiados (em milhões)



Fonte: Secad/MEC

Com o objetivo de fortalecer as ações de EJA nos estados e garantir a intersetorialidade das ações, foram implementadas Agendas Estaduais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. A Agenda Territorial passou a ser o instrumento de consolidação das estratégias para articulação territorial das ações de Alfabetização e de EJA, valendo-se de aná-



O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) destacou-se pela ampliação do ensino fundamental para 9 anos e pela instituição do piso salarial para o magistério



lise diagnóstica e da definição de objetivos e metas que subsidiem a implementação e gestão.

Entre 2006 e 2010, a modalidade EJA foi contemplada em todos os mecanismos de financiamento vigentes para a Educação Básica. A EJA ganhou força também com a definição de uma política específica para o setor no âmbito da Política de Formação de Professores da Educação Básica: a Política de Formação da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos, para atender professores e educadores no trabalho direto com jovens e adultos que estejam fora da escola ou em processo de alfabetização, escolarização e escolarização integrada à qualificação profissional. A instituição do Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) também significou avanços para a modalidade EJA.

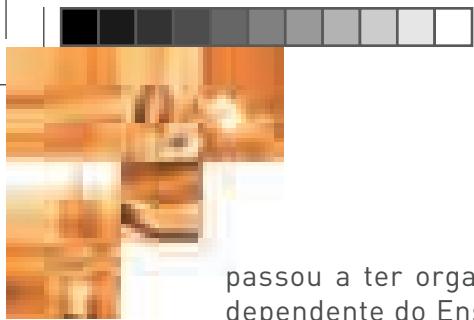
O Brasil exerceu papel estratégico em relação à Educação de Jovens e Adultos junto a outros países em desenvolvimento, o que reforçou a política brasileira de cooperação sul-sul, notadamente por ocasião da realização da Conferência Internacional de Educação de Adultos VI (Confintea VI), em 2009, em Belém (PA). O resultado prático desse encontro

traduziu-se no Marco de Belém, plano de ação para a área nos próximos anos, com definição clara de metas e procedimentos que fortalecem a aprendizagem e a Educação de Jovens e Adultos e ressaltam o poder potencial que tais ações detêm para um futuro viável.

O Brasil tem como meta reduzir em 50% o analfabetismo de jovens e adultos até 2015, conforme estabelecido nas Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A alfabetização de jovens e adultos no período 2003-2010 priorizou regiões mais pobres, como o Nordeste e o Norte, com taxa de analfabetismo acima da média nacional em 2009: 18,7% no Nordeste; e 10,6% no Norte. As duas regiões concentraram 80% das turmas do Brasil Alfabetizado.

Educação profissional e tecnológica

A educação profissional e tecnológica encontrava-se fortemente influenciada pela Reforma da Educação Profissional, iniciada em 1997, que estabeleceu a desvinculação entre a oferta do Ensino Médio e a da Educação Profissional de nível Técnico, que



passou a ter organização curricular própria e independente do Ensino Médio. Tal segregação objetivou conferir à Educação Profissional maior liberdade e flexibilidade para adaptar-se às demandas do mercado de trabalho. No entanto, a mesma diretriz levou as instituições de ensino a conferirem à formação profissional um caráter estritamente mercadológico, em detrimento de uma formação mais abrangente e comprometida com a elevação de escolaridade do jovem e do adulto trabalhador.

A Rede Federal de Educação Profissional apresentava sinais de sucateamento de suas instituições, seja no plano da infraestrutura física, seja no da composição de quadros de pessoal. A Lei nº 9.649/98 proibia a criação e manutenção pela União de novas escolas técnicas. Diante disso, foi necessário desenvolver uma política nacional de Educação Profissional voltada à geração de emprego e renda e à elevação do nível de escolaridade de jovens e adultos, à Educação Profissional propriamente dita e ao progresso socioeconômico local.

Dentre as principais realizações, cita-se a criação dos institutos federais e uma nova organização da oferta da Educação Profissional que consolida em uma única institucionalidade, a verticalização do

ensino, ou seja, a oferta de formação inicial e continuada, cursos técnicos, tecnólogos e licenciatura até a pós-graduação, na perspectiva da construção de um itinerário formativo.

No espaço de quase um século (de 1909 a 2002), foram implantadas no Brasil 140 escolas técnicas federais, ao passo que nos últimos oito anos foram entregues 214 unidades. A oferta de matrícula na rede federal, incluindo Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, Educação Profissional de nível técnico, Projeja e graduação, aumentou de 113,6 mil em 2003 para 227 mil em 2009, segundo dados preliminares do Censo. A Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007), divulgada em 2009, constatou que, dos alunos de nível médio que estudaram em escolas técnicas federais entre 2003 e 2007, 72% estavam empregados. Desses, 65% trabalhavam em sua área de formação ou em áreas correlatas. Os dados foram pesquisados junto a 153 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para acompanhar esse incremento de oferta, foi autorizado provimento de novos docentes e técnicos administrativos, que passaram de 16.403 em 2002 para 34.049 em 2010.



As políticas de cotas para estudantes negros e indígenas significaram um importante passo na democratização do acesso ao ensino superior no País



Para subsidiar diagnósticos e possibilitar a consolidação de indicadores, foi criado o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), que disponibiliza informações sobre cursos técnicos de nível médio, escolas e alunos das redes públicas e privada. As redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica foram beneficiadas por meio do repasse de recursos para ampliação, reforma e construção de escolas, além de recursos pedagógicos, com o advento do programa Brasil Profissionalizado. O montante conveniado foi de R\$ 1,5 bilhão entre 2008 e 2010, contemplando a construção de 183 novas escolas e a reforma e ampliação de outras 543.

Ressalta-se também a criação do E-TEC Brasil, que possibilitou a oferta de vagas em Ensino Profissional na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos e tecnológicos de nível superior. A E-TEC Brasil contava, em 2010, com 28.744 alunos matriculados 38 cursos.

Iniciativa importante foi a celebração de acordo com o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senar e Senac), em 2008, com vistas a ampliar o número de vagas gratuitas oferecidas por suas redes de escolas. Esse processo foi pioneiro, assegurando-se destinação pública dos recursos repassados para esse sistema, na oferta de cursos técnicos gratuitos para jovens de baixa renda. Em 2009, foram 266,6 mil matrículas gratuitas.

Ensino Superior

No âmbito do Ensino Superior, houve ênfase na expansão da educação de qualidade, democratização do acesso em instituições públicas e privadas, reformulação da avaliação e das ferramentas de coleta de dados, bem como ampliação da pós-graduação.

O papel decisivo da Educação Superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico levou o governo a implementar programas de ampliação da oferta de vagas e que viabilizassem a permanência dos estudantes. Considerando a necessidade de inclusão de grande percentual da população nesse nível de ensino, as medidas foram adotadas tanto no âmbito do ensino público, quanto nas instituições privadas, tendo sempre como balizador da expansão a qualidade no ensino oferecido.

Ainda em 2003, foi criado o Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior e, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Tais iniciativas resultaram na implantação de 14 novas universidades federais e 126 novos campus universitários distribuídos nas cinco regiões brasileiras. O número de vagas anuais oferecidas nos processos seletivos de ingresso às universidades era de 109,2 mil em 2003. Subiu para 222,4 mil em 2010, segundo dados preliminares. Para atender à demanda gerada pela ampliação da oferta de vagas para discentes, foram criadas 28 mil vagas na carreira docente e 38,5 mil vagas para técnicos administrativos.

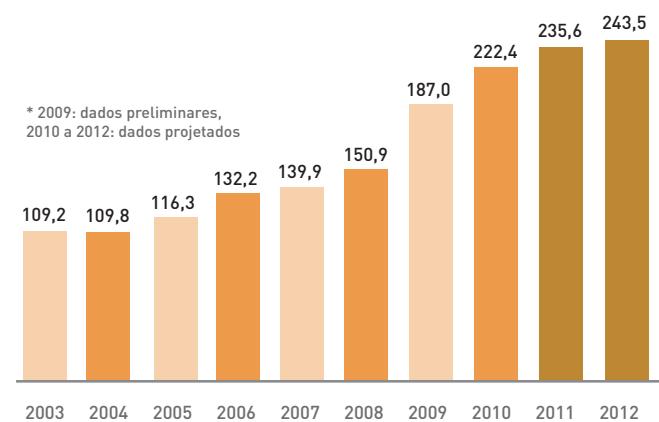
Expansão da Rede Federal de Educação Superior/Reuni

	2003	Outubro de 2010	2011
Universidades	45	58 funcionando 1 em implantação (Unilab)	59 (14 novas)
Campus e unidades	148	126 novos funcionando Total: 274 funcionando	282 (134 novas)
Municípios atendidos*	114	230 municípios atendidos por campus em funcionamento	237

* Municípios atendidos por mais de um campus foram contados somente uma vez

Fonte: Sesu/MEC

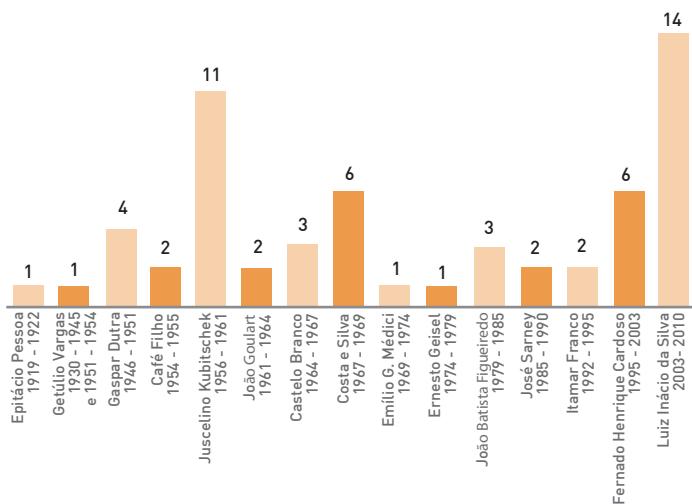
Vagas em graduação presencial em universidades federais (em milhares)*



Fonte: Inep e Sesu/MEC

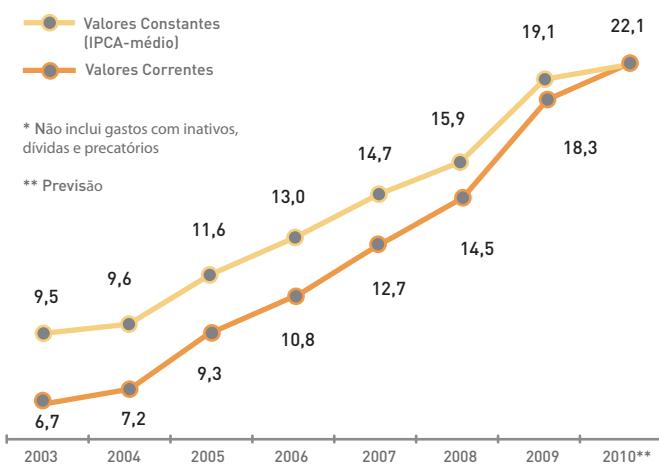


Linha do tempo da criação das universidades



Fonte: Sesu/MEC

Recursos do MEC para educação superior* (sem FIES) (em R\$ bilhões)



Fonte: SPO/SE/MEC

A partir de 2007, com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), alunos de baixa renda passaram a contar com assistência nos cursos de graduação presencial das instituições federais de Ensino Superior em aspectos como: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Os indicadores demonstram os resultados obtidos no âmbito desse esforço. Em relação ao acesso e à participação destaca-se a taxa de escolarização bruta na faixa etária de 18 a 24 anos na Educação Superior, que passou de 16,6% em 2002 para 26,7% em 2009.

No que se refere à avaliação do Ensino Superior, estabeleceu-se uma visão integrada, contemplando avaliação institucional externa, autoavaliação realizada

pela instituição, desempenho dos estudantes e avaliação dos cursos de graduação, além do desenvolvimento de indicadores, como o Conceito Preliminar de Curso e o Índice Geral de cursos. Neste âmbito, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que considera resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), o qual constitui uma reformulação do antigo provão, realizado por todos os ingressantes e concluintes. Para melhor subsidiar as políticas de Educação Superior, o Censo foi reformulado coletando informações de cada aluno e dos docentes vinculados a cada curso de graduação.

No âmbito da pós-graduação, ressaltam-se como marcos inovadores as ações indutivas ao desenvolvimento de projetos para a formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o País. A concessão de bolsas de mestrado e doutorado foi ampliada em mais de duas vezes, com aumento nos seus valores, que estavam congelados há mais de dez anos.

Outro indicador de destaque na Educação Superior é o índice de doutores e mestres titulados no País por 100 mil habitantes, que identifica o aumento na oferta de recursos humanos altamente qualificados. O índice de doutores titulados passou de 3,91 em 2002 para 5,94 em 2009. Já em relação ao mestrado acadêmico e profissional, o índice de mestres titulados passou de 13,86 em 2002 para 20,26 em 2009. Acompanhando o crescimento de bolsas, cresceu o número de cursos em 64,6%, fruto de uma política de expansão definida no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), instrumento balizador das ações de governo na área. O Portal de Periódicos, iniciado em 2001, e quase extinto em 2003, foi expandido, tornando-se ferramenta de importância estratégica para o País ao disponibilizar para a comunidade científica brasileira acesso livre à produção científica e tecnológica mundial.

Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)



* Previsão

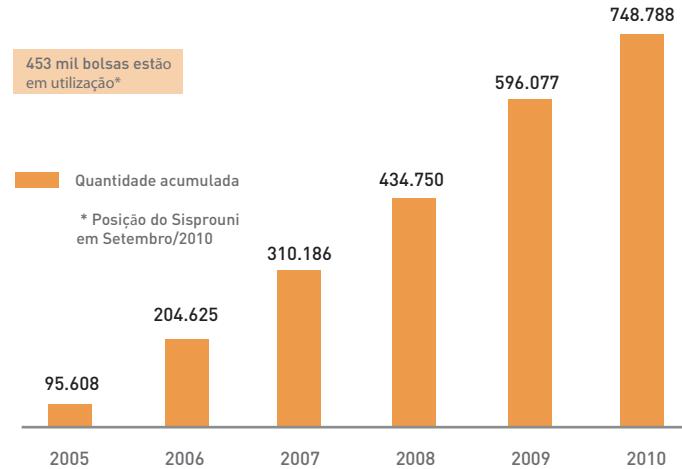
Até Agosto/2010, foram 454,7 mil benefícios

Fonte: Sesu/MEC



Em relação à ampliação de ingresso e permanência nas instituições privadas, foram adotadas duas vertentes principais: a concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), e a concessão de financiamento estudantil reformulado, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). No período de 2005 a 2010, foram beneficiados 748 mil estudantes com bolsas do ProUni, e 5.194 estudantes receberam bolsa permanência. No que se refere ao FIES, foi ampliada para dezoito meses e o prazo para pagamento dilatado para três vezes o tempo de utilização do financiamento. Os juros para todos os contratos passaram para 3,4% e foi ainda facultado aos estudantes dos cursos de medicina e licenciaturas resarcirem o financiamento com trabalho nas redes públicas de educação e saúde, amortizando 1% da dívida consolidada por mês de trabalho. Em 2010, até outubro, mais de 60 mil contratos foram firmados, no valor global superior a R\$ 2 bilhões.

PROUNI Bolsas ocupadas



Fonte: Sesu/MEC

Os indicadores demonstram os resultados obtidos no âmbito desse esforço. Em relação ao acesso e à participação destaca-se a taxa de escolarização bruta na faixa etária de 18 a 24 anos na Educação Superior, que passou de 16,6% em 2002 para 26,7% em 2009.

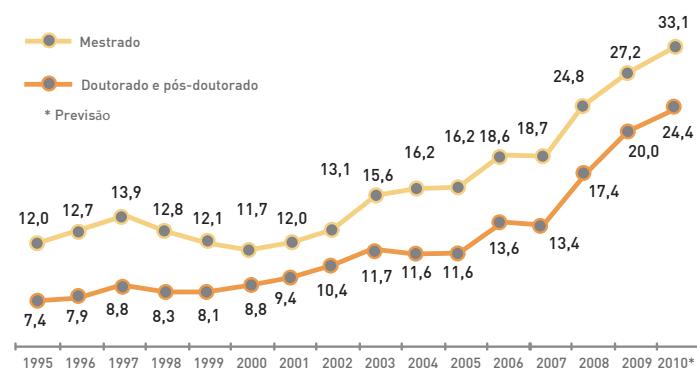
No que se refere à avaliação do Ensino Superior, estabeleceu-se uma visão integrada, contemplando avaliação institucional externa, autoavaliação realizada pela instituição, desempenho dos estudantes e avaliação dos cursos de graduação, além do desenvolvimento de indicadores, como o Conceito Prelimi-

nar de Curso e o Índice Geral de cursos. Neste âmbito, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que considera resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), o qual constitui uma reformulação do antigo provão, realizado por todos os ingressantes e concluintes. Para melhor subsidiar as políticas de Educação Superior, o Censo foi reformulado coletando informações de cada aluno e dos docentes vinculados a cada curso de graduação.

No âmbito da pós-graduação, ressaltam-se como marcos inovadores as ações indutivas ao desenvolvimento de projetos para a formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o País. A concessão de bolsas de mestrado e doutorado foi ampliada em mais de duas vezes, com aumento nos seus valores, que estavam congelados há mais de dez anos.

Outro indicador de destaque na Educação Superior é o índice de doutores e mestres titulados no País por 100 mil habitantes, que identifica o aumento na oferta de recursos humanos altamente qualificados. O índice de doutores titulados passou de 3,91 em 2002 para 5,94 em 2009. Já em relação ao mestrado acadêmico e profissional, o índice de mestres titulados passou de 13,86 em 2002 para 20,26 em 2009. Acompanhando o crescimento de bolsas, cresceu o número de cursos em 64,6%, fruto de uma política de expansão definida no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), instrumento balizador das ações de governo na área. O Portal de Periódicos, iniciado em 2001, e quase extinto em 2003, foi expandido, tornando-se ferramenta de importância estratégica para o País ao disponibilizar para a comunidade científica brasileira acesso livre à produção científica e tecnológica mundial.

Bolsas de estudo de pós-graduação Número de bolsas no País (em milhares)



Fonte: Capes/MEC



3. Saúde

O Brasil de 2003 herdou grandes desafios na área de Saúde. Pouco menos de 15 anos após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) fundamentado nos princípios de universalidade, equidade e integralidade do atendimento ao cidadão, muito se havia avançado. Permaneciam, no entanto, graves obstáculos à plena concretização do direito à saúde.

As precariedades técnicas, financeiras e políticas de estados e municípios dificultavam a efetivação da gestão descentralizada do sistema em âmbito nacional. Era frágil a articulação entre Governo Federal, estados e municípios – cogestores e financeiros do SUS – como também havia dificuldade de integração da assistência básica com o atendimento de média e alta complexidade.

Diante desse cenário, o Governo Federal assumiu como objetivo consolidar e obter avanços significativos na cobertura e na qualidade das ações de atenção à saúde. Ao mesmo tempo, propôs-se a estruturar e organizar de fato o sistema nacional de saúde, integrando as ações de prevenção e promoção à saúde aos serviços de maior complexidade. Tratava-se de fortalecer no território nacional a rede descentralizada, seguindo as atribuições definidas para os diferentes níveis da federação nos marcos legais do SUS, de modo que a execução ficasse a cargo dos estados e, principalmente, dos municípios.

A estruturação desse arranjo foi considerada um pressuposto para a consolidação das ações necessárias de vigilância em saúde, que pudessem atacar com ênfase as doenças transmissíveis reemergentes – como a dengue, a tuberculose e a febre amarela –, bem como preparar o País para reagir com eficácia às eventuais emergências. Paralelamente, estava colocada a necessidade de obter melhorias na regulação do segmento de saúde suplementar, envolvendo as operadoras de planos e seguros de saúde, tendo em vista garantir a articulação técnica e financeira com o SUS e aumentar a eficiência do sistema, assim como a abrangência e a qualidade da atenção.



O Samu conta com pelo menos 1,9 mil ambulâncias pelo País prontas para atendimento 24 horas por dia

Diante da perspectiva de universalização, os recursos mostraram-se limitados. Entretanto, o Governo enfrentou problemas estruturais de gestão e registrou-se, entre 2003 e 2010, um expressivo crescimento das ações em Saúde nas diferentes áreas de intervenção, desde ações inovadoras em promoção à Saúde até a ampliação significativa do atendimento em diversas áreas de atenção, sobretudo na atenção básica, e também nos serviços de alta complexidade, na vigilância em Saúde e na imunização. Avançou-se também na regulação sanitária e no segmento suplementar de Saúde. Permanece como desafio a busca de financiamento estável na magnitude requerida para cumprir o pacto político-social constitucional de universalização da saúde.



Um novo olhar, por fim, se estabeleceu sobre o setor da Saúde no Brasil, a partir de 2003. A Saúde foi tratada no contexto das políticas sociais e dos direitos de cidadania, e também passou a ser considerada no âmbito do projeto de desenvolvimento nacional, compreendendo as dimensões social, econômica e tecnológica do setor. Assim, reconheceu-se o caráter estratégico do chamado Complexo Industrial da Saúde (CIS), que envolve todas as atividades produtivas em saúde, abarcando tanto o setor industrial quanto o de serviços. Em decorrência, o Programa Mais Saúde (PAC da Saúde), lançado em dezembro de 2007, definiu o CIS como um dos eixos estratégicos para a política de Saúde, incorporando a questão do desenvolvimento da base produtiva e da inovação; e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008, situou o CIS como uma das seis áreas estratégicas portadoras de futuro.

Atenção básica

O Saúde da Família – que passou a ser definido como uma estratégia, uma ação de estado, e não mais como um programa de governo – por seu impacto e por se contrapor à excessiva hospitalização do atendimento, teve papel destacado na melhoria dos indicadores de saúde no Brasil, no período 2003-2010. A cobertura aumentou 65% e o número de equipes cresceu de 19 mil para 31,5 mil (até novembro de 2010). A cada ano, 5,8 milhões de pessoas passaram a ser atendidas pelo PSF. Em março de 2010, o Programa já estava presente em 5,26 mil municípios de todas as regiões (94,6% do total), totalizando cerca de 100 milhões de brasileiros com acesso e encaminhamento a consultas e exames, acompanhamento e orientação sobre prevenção de doenças e promoção de



O programa de saúde bucal Brasil Soridente atingiu 91,3 milhões de pessoas em 85,3% dos municípios brasileiros, através dos 853 Centros de Especialidades Odontológicas

Evolução da cobertura Estratégia Saúde da Família. Brasil, 2003 a 2010

2003



Fevereiro 2010



□ 0% □ 0 a 25% □ 25 a 50%

■ 50 a 75% ■ 75 a 100%



saúde. O maior avanço, entre 2003 e 2009, ocorreu no Nordeste: a Estratégia Saúde da Família atua em 99,4% dos municípios e beneficia 71,6% da população (cerca de 38 milhões de pessoas). No final de 2010, o PSF mobilizava diretamente cerca de 240 mil profissionais. Sua disseminação municipal implicou importante efeito positivo na equidade em saúde.

Em direção análoga, o programa de saúde bucal Brasil Soridente já atinge 91,3 milhões de pessoas em 85,3% dos municípios brasileiros, tendo como estrutura física 853 Centros de Especialidades Odontológicas, número atingido em novembro de 2010. O programa recebeu, entre 2003 e 2006, investimentos de mais de R\$ 1,2 bilhão. Em 2007, mais de R\$ 600 milhões (dez vezes mais que em 2002). Entre 2007 e 2010 o investimento chegou a mais de R\$ 2,7 bilhões.

Entre 2003 e 2010, o SUS dedicou especial atenção à disseminação de informação e à conscientização para as boas práticas alimentares. Destacam-se o Programa Saúde na Escola, o Manual para Promoção da Alimentação Saudável nas escolas e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Eletrônico (Sisvan).

Entre 1996 e 2006, a prevalência de déficit de peso diminuiu em 57% (de 4,2% para 1,8%) e o de altura foi reduzido em quase 50% (de 13,5% para 6,8%) entre crianças menores de 5 anos. A redução é atribuída ao aumento da escolaridade materna, ao crescimento do poder aquisitivo das famílias, à expansão da atenção à saúde e à melhoria do saneamento. A redução da desnutrição infantil em crianças menores de 2 anos, segundo o Sistema de Informações da Atenção Básica, entre 2000 e 2008, foi ainda maior (81%) nas áreas cobertas pelo Saúde da Família.

As ações de estímulo à alimentação saudável resultaram em 11 milhões de registros de estado nutricional no Sisvan, com 8% de crianças e 30% de gestantes suplementadas com ferro, 50% de crianças de 6 a 11 meses, 37% de crianças de 12 a 59 meses e 44% de puérperas suplementadas com vitamina A. Apoiou-se o Programa Saúde na Escola (PSE); aprovou-se a Estratégia Mercosul de Nutrição para a Saúde e Segurança Alimentar Nutricional e ampliou-se o repasse para ações de alimentação e nutrição em municípios com mais de 150 mil habitantes.

A Agenda de Compromissos com a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil definiu, em 2005, a meta de reduzir a mortalidade e priorizar grupos de risco, ampliando e qualificando a assistência para mais de 32,6 milhões de crianças de 0 a 9 anos. Foram distribuídas gratuitamente, por ano, cerca de 2,9

milhões de Cadernetas de Saúde da Criança, para todos os recém-nascidos. Cerca de 4,6 mil profissionais foram capacitados no Método Canguru, que promove o contato pele a pele entre a mãe e recém-nascido de baixo peso, em substituição às incubadoras.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu 192 foi criado em setembro de 2003 para reduzir as mortes por acidentes, os períodos de internação e as sequelas por falta de socorro, com equipes treinadas para atendimento 24 horas, que atendem urgências traumáticas, clínicas, pediátricas, neonatais, cirúrgicas, obstétricas e saúde mental. Uma vez acionado pelo telefone 192, o profissional de saúde, com base nas informações de seu interlocutor, faz o diagnóstico da situação e define o atendimento necessário. Em março de 2010 já havia 1,9 mil ambulâncias do Samu em circulação em 1,2 mil municípios de todo o Brasil. Há também o suporte de 400 motolâncias, sete ambulâncias e quatro helicópteros, em sete estados.

Dentro desse modelo, as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, unidades de complexidade intermediária, consolidam a integração da assistência de urgência e emergência. Funcionam de modo articulado com o Saúde da Família, a atenção básica, o Samu e as unidades hospitalares. Os pacientes são avaliados de acordo com uma classificação de risco, podendo ser liberados ou permanecer em observação por até 24 horas e, se necessário, removidos para um hospital.

Onde está em funcionamento, a UPA consegue dar solução a mais de 97% dos casos, sendo os demais encaminhados a hospitais. Até setembro de 2010, R\$ 771,2 milhões foram destinados à compra de equipamentos e construção de 489 UPAs em 372 municípios. A meta é encerrar 2010 com cursos liberados para 500 UPAs.

O aleitamento materno ganhou ênfase nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Para tanto, foi criada a Rede Amamenta Brasil, com 1,1 mil tutores atuando em 700 UBS e 12,5 mil profissionais capacitados em todo o País. Foram implantados 200 bancos de leite humano, além de 85 postos de coleta.

A redução da mortalidade infantil se acentuou a partir de 2003, como consequência de diversas iniciativas governamentais: aumento da cobertura vacinal, introdução de novas vacinas, utilização da terapia de rehidratação oral, aumento da cobertura de pré-natal e ampliação dos serviços de saúde. Outros fatores também contribuíram para esses resultados, entre os quais: a redução da fecundidade, a melhoria ambiental e nutricional, o aumento da escolaridade das mães e o maior aleitamento materno.

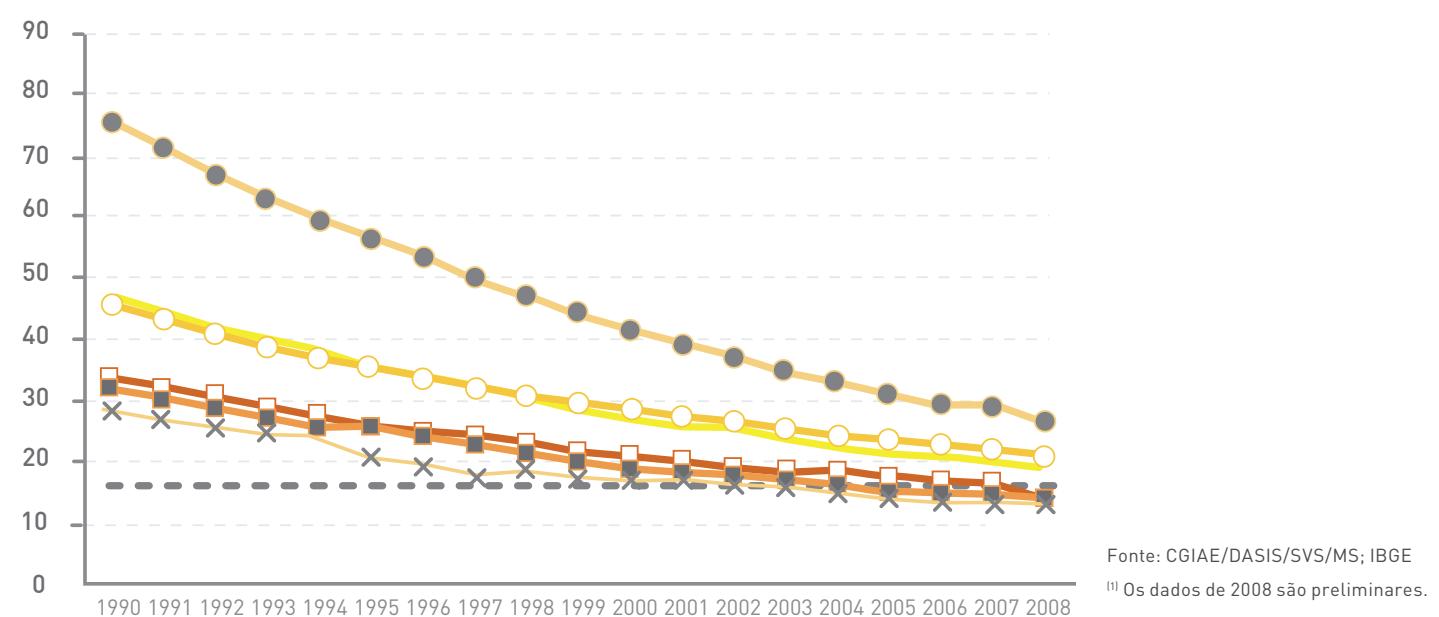


Para dar ênfase à importância do aleitamento materno, foi criada a Rede Amamenta Brasil, com 722 tutores atuando em 343 unidades em todo o País

Evolução da taxa de mortalidade infantil

(por mil nascidos vivos)

Brasil e regiões, (1990-2008) ⁽¹⁾



	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	47,1	44,6	42,3	40,2	38,2	35,7	33,7	31,9	30,4	28,4	27,4	26,3	24,9	23,9	22,6	21,4	20,7	20,0	19,0
Norte	45,9	43,6	41,3	39,2	37,2	35,6	33,7	32,2	31,1	29,8	28,6	27,7	26,6	25,6	24,5	23,6	22,7	22,1	21,1
Nordeste	75,8	71,4	67,1	63,0	59,1	56,4	53,3	50,4	47,1	44,3	41,6	39,3	36,9	34,8	32,7	31,2	29,8	28,7	26,7
Sudeste	32,6	30,7	29,0	27,4	25,9	25,9	24,4	23,1	21,6	20,0	19,2	18,3	17,3	17,0	16,3	15,4	15,0	14,6	14,1
Sul	28,3	26,9	25,7	24,5	23,5	20,5	19,2	17,5	18,7	17,2	17,0	16,4	16,0	15,8	15,0	13,8	13,3	12,9	12,8
Centro Oeste	34,3	32,6	31,0	29,5	28,1	25,7	24,3	24,4	23,3	21,9	20,9	20,7	19,3	18,7	18,5	17,7	17,1	16,5	15,8



Em 2004, foi lançada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, consolidando avanços e incorporando novas diretrizes, como a prevenção e o tratamento das DST, a atenção às mulheres com HIV/Aids e às portadoras de doenças crônico-degenerativas e câncer ginecológico. Ampliaram-se as ações para grupos excluídos, tais como trabalhadoras rurais, negras, mulheres na menopausa e na terceira idade, com transtornos mentais, com deficiência, lésbicas, indígenas e presidiárias, e ampliada em 350% a rede de atenção a mulheres e adolescentes nessa condição, com expansão dos serviços de referência em municípios prioritários, de 138 em 2007, para 442 em 2010, chegando a 600 até 2011. Destes, 60 realizam atendimento de casos de aborto previsto em lei.

Entre 1996 a 2007, a porcentagem de mulheres grávidas que não havia realizado nenhuma consulta de pré-natal caiu de 6,3% para 1,9%. Aumentou de 60% para 89% o número de gestantes com pelo menos quatro consultas de pré-natal. De acordo com a

Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde 2006, 98% dos partos realizados foram hospitalares, 76% deles realizados pelo SUS. E 90% dos nascimentos ocorreram no primeiro serviço procurado, com destaque para a região Sul, onde a porcentagem foi de 96%.

Criado em 2000, o programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais foi fortalecido e chega a 2010 tendo qualificado 1,75 mil parteiras e 1,3 mil profissionais de saúde e gestores.

Entre 2003 e 2010, houve aumento de 500% no quantitativo de métodos anticoncepcionais adquiridos para distribuição, atingindo-se 100% das mulheres em idade fértil usuárias do SUS (entre 15 e 49 anos) utilizando métodos contraceptivos modernos. O investimento aumentou 770%, passando de R\$ 10,2 milhões em 2003 para 88 milhões em 2010.

A inclusão da pílula anticoncepcional no rol dos medicamentos das 13 mil drogarias do Aqui Tem Farmácia Popular e das mais de 500 unidades próprias do Farmá-





cia Popular (administradas pelo Governo Federal), com desconto de 90% em relação ao preço de mercado, ampliou o acesso das mulheres a métodos contraceptivos. Procedimentos diagnósticos e terapêuticos para os cânceres de colo do útero e mama foram ampliados.

A Política Nacional do Idoso, regulamentada em 1996, foi revigorada em 2006 pelo Pacto pela Vida, que objetivou promover o envelhecimento ativo e saudável, a atenção integral à saúde da pessoa idosa e ações intersetoriais de fortalecimento da participação popular e de educação permanente. Desde 2007, foram distribuídas 13 milhões de cadernetas de saúde da Pessoa Idosa e 80 mil exemplares do Guia prático do cuidador envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Na atenção básica, os idosos tiveram acesso a 6,1 milhões de consultas oftalmológicas e 3 milhões de óculos bifocais e monofocais.

Em 2009, um amplo diagnóstico identificou como principais problemas de saúde do sexo masculino: causas externas, doenças do coração e dos aparelhos geniturinário, digestivo e respiratório. Para a inserção desses problemas entre as questões prioritárias do SUS, foi lançada a Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem. Em 2010, já cobre 27% da população-alvo, em 80 municípios, aproximando-se de 15,4 milhões de homens com idade entre 20 e 59 anos. A expectativa é de que, no mínimo, 5% dos homens nesta faixa etária procurem o serviço ao menos uma vez por ano. Isso significa que 2,5 milhões de homens devem buscar atendimento médico.

O Censo de 2000 identificou 24,6 milhões de pessoas (14,5% da população) com alguma deficiência. Considerando apenas limitações mais severas, o percentual foi de 2,5%, ou seja, 4,3 milhões. Do total de 24,6 milhões, as deficiências estavam assim distribuídas: 48% visual, 23% motora, 17% auditiva, 8% intelectual e 4% física. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência estabeleceu diretrizes para a atenção à saúde, organizadas por áreas de deficiência: auditiva, visual, física e intelectual.

Assim, as redes estaduais de reabilitação são compostas por unidades de saúde com equipes multiprofissionais que diagnosticam e avaliam a concessão de órteses e próteses, como também de meios auxiliares de locomoção. A reabilitação deve promover o máximo de independência e participação e inclusão social das pessoas com deficiência. Desde 2002, a frequência de procedimentos de reabilitação no SUS (física, auditiva, visual, estomia e deficiência intelectual) foi ampliada em 518%. Em valores, o crescimento foi de 315%, mostrando um ganho de eficiência na utilização

dos recursos. Em 2008 e 2009, foram atendidas 553,3 mil pessoas a um custo aproximado de R\$ 593 milhões.

O Programa Farmácia Popular do Brasil teve como objetivo disponibilizar medicamentos a preço de custo. Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontava que a terceira maior despesa das famílias de baixa renda era com medicamentos. O estudo mostrava que cerca de 13% das pessoas tiveram dificuldades de acesso a medicamentos, sendo que 55% não tiveram como pagar.

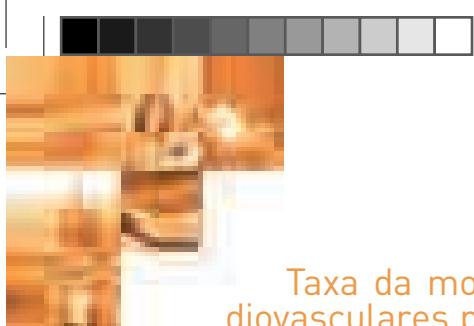
No final de 2010, eram 547 farmácias populares em funcionamento em 422 municípios. Elas atendem, em média, um milhão de pessoas por mês. Até setembro de 2010 foram realizados 50 milhões de atendimentos. São 108 medicamentos disponíveis no programa, que já ofereceu mais de 290 milhões de unidades à população.

A expansão do programa, a partir de 2006, deu-se mediante credenciamento da rede privada de farmácias e drogarias. Foi instituído o Aqui Tem Farmácia Popular, com 24 medicamentos em 831 apresentações, além de fraldas geriátricas, vendidos com desconto de 90% em relação aos preços praticados pelo mercado. Atualmente, são 13,1 mil estabelecimentos credenciados em mais de 2,3 mil municípios, beneficiando mais de 130 milhões de habitantes, em uma média de 1,2 milhão de atendimentos por mês.

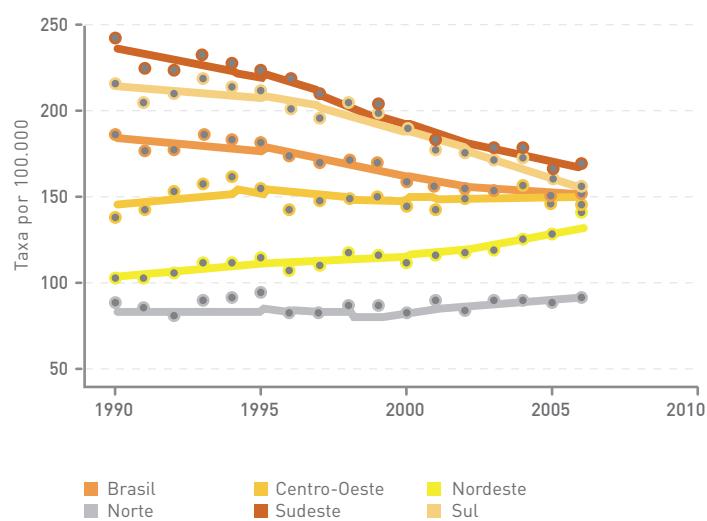
Atenção especializada de média e alta complexidade

As doenças cardiovasculares constituem a mais importante causa de morbimortalidade no País. As causas são multifatoriais e têm origem em determinantes sociais e econômicas, além de fatores comportamentais. Destacam-se como fatores de risco o tabagismo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a obesidade, as dislipidemias, a ingestão insuficiente de frutas e hortaliças, a inatividade física, entre outros.

A queda da mortalidade por doenças cardiovasculares vem se acentuando a partir do ano 2000, passando de 284 óbitos por 100 mil habitantes, em 1996, para 209 em 2007. A Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade estabeleceu, a partir de 2004, Redes de Atenção Cardiovascular com a finalidade de prestar assistência aos portadores de doenças do sistema cardiovascular. Até 2009, a rede contabilizava um total de 237 estabelecimentos de saúde. Destes, 196 são de assistência cardiovascular de alta complexidade e 41 são centros de referência.



Taxa da mortalidade por doenças cardiovasculares por regiões e total Brasil, no período de 1996 a 2007.



A alta mortalidade por câncer, segunda causa de morte no País, requer seu enfrentamento como grave problema de saúde pública. Daí a necessidade de políticas, a estruturação da rede de serviços e a garantia de acesso da população à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento, o que tem sido um dos maiores desafios do Sistema Único de Saúde.

Em 2005, foi instituída a Política Nacional de Atenção Oncológica, que visa aumentar o acesso aos usuários do SUS. A Rede de Atenção Oncológica é composta por dois tipos de estabelecimentos: Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon) e Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon). O primeiro trata cânceres mais prevalentes (mama, próstata, colo do útero, estômago, cólon e reto). O câncer de pele não-melanoma pode ser tratado em serviços não-especializados. Os Cacons tratam todos os tipos, em todas as modalidades assistenciais, inclusive de pulmão. Ambos oferecem assistência integral – diagnóstico, cirurgia, radioterapia, quimioterapia, medidas de suporte, reabilitação e cuidados paliativos.

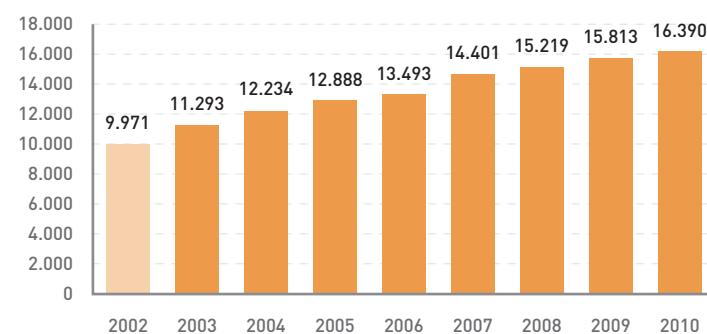
Na prevenção, as ações do Programa de Controle do Tabagismo fazem com que um número cada vez maior de fumantes queira deixar de fumar. Importante resultado do programa foi a ratificação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco, primeira política internacional de saúde, em outubro de 2005. Outro, de grande impacto, foi a inserção de advertências com imagens nos maços de cigarro. Em 2010, houve aumento de 266% na oferta de tra-

tamento ao fumante em relação a 2009. Para atingir o jovem, foi desenvolvida uma ação específica: o Saber Saúde. Até 2009, 14,4 mil escolas, 122 mil professores e 2,4 milhões de alunos foram beneficiados. Pesquisas apontam que a prevalência do tabagismo no Brasil caiu de 34% para 18% nos últimos 20 anos.

A expansão da oferta de leitos de terapia intensiva foi significativa, a partir de 2003, com o credenciamento de 6.293 leitos de UTI. O investimento foi de R\$ 414,4 milhões até março de 2010. Mais 471 leitos serão credenciados no SUS, com investimento de R\$ 270 milhões pelo Governo Federal.

A ampliação da rede se dá em várias frentes. Por exemplo, serão destinados 6,1 mil equipamentos – respiradores, monitores e oxímetros – como parte do enfrentamento da gripe H1N1. Com os equipamentos, os municípios poderão implantar até 1,8 mil leitos de UTI. Outra frente é o Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil na região Nordeste e na Amazônia Legal. Para reduzir a mortalidade em 5% ao ano, prevê-se a ampliação de 775 leitos de UTI neonatal e 1.446 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) neonatal.

Evolução do número de leitos de UTI no SUS (2002 a 2010*)



* Dados referentes à março de 2010

Fonte: SAS/MS

A Política Nacional de Transplantes de Órgãos e Tecidos busca ampliar o número de doadores e transplantes, reduzir a lista de espera, zelar pelo cumprimento do princípio da lista única, controlar a atividade no País, autorizar serviços e equipes para a realização dos procedimentos, financiar a atividade de procura de órgãos e tecidos, bem como acompanhar o paciente transplantado por toda a vida, fornecendo, inclusive, a medicação imunossupressora.



De 2003 a 2009, o número de transplantes de órgãos, tecidos e células aumentou quase 60%, passando de 12,7 mil para 20,2 mil. Pessoas abaixo de 18 anos começaram a ter prioridade para receber órgãos de doadores da mesma faixa etária; crianças e adolescentes passaram a ter direito a se inscrever na lista para transplante de rim antes de entrar em fase terminal da doença renal e de ter indicação para diálise; a doação intervivos de doador não aparentado passou a precisar também de autorização de uma comissão de ética formada por funcionários dos hospitais; proibiram-se transplantes a estrangeiros não-residentes no Brasil; foram regulamentados os transplantes de células-tronco hematopoéticas e os bancos de tecidos (córneas, sangue de cordão umbilical e placentário, valvas, ossos e pele), entre outras ações.

O programa Segurança Tranfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados foi criado em 2004 para qualificar os serviços de hematologia e hemoterapia, garantir a segurança transfusional e a cobertura hemoterápica dos leitos do SUS, ampliar o acesso à atenção dos portadores de doenças hematológicas, além de promover a excelência dos serviços e fomentar a inovação do parque tecnoló-

gico e a adequação de áreas físicas. Prevê, ainda, ações para garantir a disponibilidade de medicamentos pró-coagulantes e a atenção aos portadores de coagulopatias. Com a criação do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH) foi possível aperfeiçoar os serviços e qualificar os produtos, e dessa forma, apresentar resultados positivos no perfil de doadores de sangue.

Desenvolvimento e inovação no Complexo Industrial da Saúde

O Plano de Governo para a área de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos em Saúde amplia recursos, reorganiza prioridades, fortalece o controle e a transparência sobre o uso dos recursos e combate a dependência externa. No que se refere ao Complexo Industrial da Saúde, mecanismos de salvaguarda e defesa da concorrência e a utilização do poder de compra público foram estabelecidos como prioridade para o estímulo à produção nacional. O plano aponta a necessidade de consolidar e ampliar o financiamento via Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma)/BNDES e buscar linhas de crédito em instituições multilaterais de fomento.

No fomento à pesquisa e produção científica, o Governo Federal investiu em projetos estratégicos para o Complexo Industrial da Saúde Brasileiro





O fortalecimento do setor produtivo nacional contribui para a ampliação do acesso da população a medicamentos e outros produtos para a saúde. Além disso, dá novo impulso à inovação tecnológica nacional, com a transferência de conhecimento de ponta às empresas brasileiras. Em 2010, indústrias brasileiras passaram a fabricar 22 medicamentos. Isso foi possível graças a 17 parcerias entre empresas públicas e privadas incentivadas pelo governo federal. Os acordos foram assinados em 2009 e início de 2010. Com a produção nacional, o Brasil deverá economizar R\$ 170 milhões por ano na compra desses 22 produtos.

Com relação à Assistência Farmacêutica, entre 2003 a 2010, os gastos subiram de 5,8% do orçamento do Ministério da Saúde para 10%, qual seja, passou de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 6,7 bilhões. Tal medida garantiu a ampliação da lista de medicamentos de compra centralizada (também conhecidos como “medicamentos do componente especializado”), o aumento de repasse para assistência farmacêutica básica (de R\$ 1 em 1999 para R\$ 5,10 em 2010), a ampliação do elenco de medicamentos dos programas estratégicos. E viabilizou a implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Outra iniciativa foi a criação do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis), que busca um marco regulatório para articular as políticas federais de Saúde, de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2011.

Quanto ao fomento à produção de conhecimentos científicos, destaca-se a crescente participação das fundações estaduais de amparo à pesquisa, como também do Ministério da Ciência e Tecnologia, na gestão e no financiamento do Programa Pesquisa para o SUS, implantado em todos os Estados. De 2003 a 2009, foram aprovados mais de 3,6 mil projetos com investimento de R\$ 700 milhões, sendo 60% com recursos do Governo Federal e o restante de instituições parceiras.

Com a Rede Nacional de Terapia Celular, criada em 2008, o país se tornou o quinto a desenvolver a primeira linhagem de células-tronco embrionárias, ao lado de Japão, Estados Unidos, Alemanha e China. Além disso, os avanços na área possibilitam a criação de modelos inéditos para estudos sobre Parkinson, esquizofrenia e Síndrome de Down, entre outras doenças.

Dois projetos estratégicos para o Complexo Industrial da Saúde têm previsão de conclusão até 2012: o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), que dará ao País capacidade de produzir bens e insumos de saúde de natureza biotecnológica; e o Centro Integrado de Protótipos,

Biofármacos e Reagentes Diagnósticos (CIPBR), que viabilizará a produção de lotes experimentais para realização de ensaios clínicos e validação dos produtos. Em 2010 a Fiocruz anunciou avanços na vacina contra a esquistossomose.

Prevenção e controle de doenças e agravos

Ao longo das últimas duas décadas, vitórias no campo da saúde coletiva vêm sendo colecionadas, tais como a erradicação da poliomielite, a interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo e a transmissão vetorial da doença de Chagas. Há perspectivas de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por cães; e tendência declinante de casos de difteria, coqueluche e tétano acidental. Importantes medidas foram tomadas, por exemplo, para o controle da pandemia de Influenza A (H1N1).





O aumento da cobertura vacinal contribuiu para a redução da mortalidade infantil, em queda acentuada a partir de 2003

Em sentido contrário, surgiram novos desafios no controle das chamadas “doenças da modernidade ou do comportamento”, como diabetes, hipertensão e obesidade – diretamente relacionadas à falta de hábitos alimentares saudáveis e de atividade física.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) responde pelo êxito na prevenção e controle de doenças imunopreveníveis. Até outubro de 2009, foram distribuídas cerca de 211 milhões de doses de vacinas e soro, e administrados mais de 115 milhões. Repetindo o sucesso dos anos anteriores, a campanha de vacinação contra a poliomielite em menores de cinco anos imunizou, em cada uma das duas etapas, mais de 15,5 milhões de crianças, coberturas superiores a 95%.

Quanto à vacinação contra gripe, foram imunizados – até junho de 2010 – mais de 80 milhões de brasileiros, sendo 16 milhões só de idosos, o que representa uma cobertura superior a 82% entre esta faixa etária. Desde 2006 encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas e Respostas em Vigilância em Saúde (CIEVS), que funciona ininterruptamente e monitorou, até dezembro de 2009, cerca de 700 eventos que poderiam representar emergência de relevância nacional.

A implantação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids) foi um destaque importante da ação governamental, que possibilita a cerca de 200 mil pessoas que vivem com



o HIV/Aids o acesso aos medicamentos antirretrovirais fornecidos na rede pública. Em 2009, foram distribuídos 465,2 milhões de unidades de preservativos masculinos, quantidade três vezes maior que em 2007. Em 2008, foram produzidos na fábrica estatal em Xapuri (AC) cerca de 40 milhões de unidades, também destinadas à distribuição pública. No ano de 2010, foram adquiridos de 1,2 bilhão de unidades a serem entregues na rede pública e pelas organizações da sociedade civil.

O controle da tuberculose é prioritário desde 2003. Os esforços resultaram na redução de mais de 25% na incidência entre 2001 e 2009, fruto da expansão do tratamento supervisionado, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e de um novo esquema de tratamento. O controle da doença tem reduzido internações e mortes. Em 2003, foram registrados 78,6 mil casos de tuberculose no País. Já em 2009, essa quantidade caiu para 70,9 mil. O percentual de redução da taxa de mortalidade pela doença foi ainda mais expressivo: em 2002, o índice era de 2,96 (por 100 mil habitantes). Em 2007, baixou para 2,38. Sendo a tuberculose a principal causa de morte de portadores do HIV/Aids, estratégias conjuntas vêm sendo implementadas.

Entre 2007 e 2009, foi atualizado o manejo clínico e terapêutico da hepatite C, concluída a fase de campo do Inquérito Nacional de Soroprevalência nas regiões Sul, Sudeste e Norte, fundamental para estabelecer estratégias e tomar decisões com vistas ao controle

da doença. Em 2009, foi publicado o protocolo que amplia as opções de tratamento para a Hepatite B, incluindo novos medicamentos.

A malária concentra 99,8% de sua transmissão na região amazônica. Em 2009, foram 308,4 mil casos, contra 553 mil em 2006, o que representa um decréscimo de 44%. Entre janeiro e outubro de 2005, foram internadas 10 mil pessoas, contra as 3,3 mil em 2009 no mesmo período, ou seja, uma redução de 67,2%. Importante ainda salientar o número de óbitos caiu quase pela metade entre 2003 e 2009, diminuindo de 103 para 58.

A hanseníase tem apresentado redução significativa do número de casos na última década, especialmente entre a faixa etária de zero a 14 anos. Por conta da ampliação das ações de controle, o número de casos novos diminuiu 30% passando de 51.900, em 2003, para 36.718, em 2009. A mobilização social e o comprometimento de gestores e profissionais de saúde resultaram em 9,4 mil unidades de saúde com pessoas em tratamento da hanseníase em 2009, ampliando as redes de cuidado e de apoio e promovendo a diminuição do preconceito.

Classificadas pela OMS como negligenciadas, doenças como a esquistossomose obtiveram resultados satisfatórios quanto à diminuição das internações hospitalares e redução da mortalidade. Foi realizado cerca de 1 milhão de exames de identificação

A Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade estabeleceu, a partir de 2004, Redes de Atenção Cardiovascular, que até 2009 contabilizaram um total de 237 estabelecimentos de saúde





Para suprir carências de infraestrutura, o programa de investimentos no SUS ampliou os equipamentos em Unidades de Saúde

precoce de pessoas infectadas e também oferecido o devido tratamento. Isso resultou na queda significativa das internações, entre 2003 e 2008, pela doença: a quantidade reduziu de 1.017 para 415.

Para a eliminação do tracoma, que causa cegueira, foram intensificadas ações de diagnóstico, com cerca de 300 mil exames realizados e tratamento das comunidades afetadas.

Avanços na gestão, na qualificação e na regulação

A partir de 2007, o Ministério da Saúde promoveu diagnósticos institucionais que permitiram priorizar as intervenções na estrutura, nos processos e na força de trabalho para a geração de maiores resultados contratualizados na Agenda Estratégica Mais Saúde.

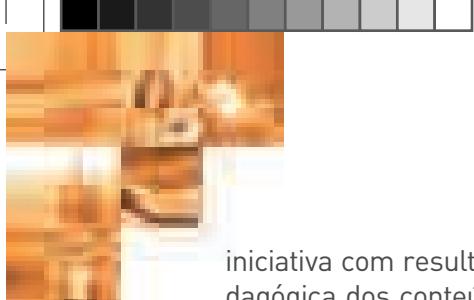
Esse esforço resultou, por exemplo, em um maior equilíbrio entre a oferta e demanda de profissionais no SUS, bem como na melhor distribuição do quadro pelo território nacional e na maior fixação de mão de obra em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

A contratualização dos resultados, a sistemática de monitoramento e avaliação e os diagnósticos institucionais permitiram uma visão clara do perfil gerencial do Ministério da Saúde e a identificação de entraves com potencial de dificultar a execução do Mais Saúde.

A melhoria da qualidade da informação sobre mortalidade e nascimentos permitiu o cálculo direto de indicadores e a elaboração de diagnóstico e análise da situação de saúde. Os óbitos com causa mal definida reduziram-se de 12,4%, em 2004, para 7,4%, em 2008, sendo que a queda mais significante deu-se na região Nordeste (de 23,7% para 8,6%) e na região Norte (de 20,8% para 12,7%).

O Governo Federal qualificou a força de trabalho e investiu na educação em saúde como fator essencial para a evolução da qualidade dos serviços no SUS. Nesse âmbito, promoveu a integração entre o ensino e a realidade da execução dos serviços e da gestão.

Foram implantados 900 pontos de educação à distância, que propiciaram a capacitação de cerca de 5,9 mil equipes em todo o território nacional. O resultado tem potencial para beneficiar 11 milhões de usuários. Outra



iniciativa com resultados concretos foi a construção pedagógica dos conteúdos para o manejo de casos de Influenza A (H1N1) em 2009. A iniciativa capacitou 480 profissionais para a supervisão e multiplicação das técnicas.

A formação de recursos humanos tem-se expandido e consolidado a Fiocruz como principal instituição não universitária de qualificação em saúde no País. Entre 2004 e 2009 foram mais de 100 mil egressos de seus diversos cursos. Mais de 5 mil em 2010. Desde 1976, com a criação do primeiro programa, até 2001, a Fiocruz implantou nove programas e nestes últimos oito anos, 10 novos programas *stricto sensu*.



Na produção de conhecimentos científicos, foram aprovados mais de 3,7 mil projetos e disponibilizados R\$ 650 milhões, 60% dos quais em recursos próprios e o restante de instituições parceiras, de 2003 a 2009



O maior avanço do Programa Saúde da Família, entre 2003 e 2009, ocorreu no Nordeste: passou a atuar em 99,4% dos municípios com cobertura de 72,9% da população (cerca de 38 milhões de pessoas)

As ações estratégicas de aprimoramento do SUS concentram-se na qualificação da atenção à saúde e da gestão e na consolidação de infraestrutura. A primeira enfoca a melhoria da eficiência e eficácia do Sistema, com a finalidade de consolidar a universalização e a humanização do atendimento. Destacam-se os Projetos de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (QualiSUS-Rede), o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), o Sistema de Apoio à Organização e Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SomaSUS), os projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais e os Projetos de Investimentos em Equipamentos e Obras de Unidades de Saúde.

A qualificação da gestão descentralizada é prioridade no Programa Mais Saúde; afinal, a relação cooperativa entre gestores sempre esteve na pauta do SUS. Foram implantados 410 Colegiados de Gestão Regional (CGR) em 23 Estados, envolvendo 5,2 mil municípios. Merece destaque o índice de 100% de adesão estadual e 66% (3,6 mil) de adesão municipal ao Pacto pela Saúde (2006), que tem três dimensões: “Pacto pela Vida”, “Pacto em Defesa do SUS” e “Pacto de Gestão”. O processo de pactuação de prioridades, objetivos, metas e indicadores dos Pactos pela Vida e de Gestão alcançou 100% de adesão estadual e municipal. As diversas formas de repasse de recursos federais foram reorganizadas em blocos de financiamento, de modo a respeitar a autonomia dos gestores na alocação, conforme planejamento local e garantido as pactuações do SUS.

A partir de 2003, foram fortalecidos os fóruns de discussão em diversas instâncias do Ministério da Saúde, legitimando as políticas junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). O Conselho, por sua vez, com investimento de R\$ 438 mil em 2003, passou a



contar R\$ 9 milhões em 2010, em uma demonstração da importância do CNS para a aprovação e o acompanhamento das políticas de saúde.

Entre as ações destacam-se a organização de Conferências Nacionais de Saúde, o apoio a caravanas estaduais em defesa do SUS e da Caravana Nacional, ações para o fortalecimento dos conselhos de saúde, envolvendo em torno de 100 mil conselheiros estaduais e municipais e a coordenação da Conferência Mundial sobre Sistemas Universais de Seguridade Social. Medidas foram tomadas para dotar os conselhos da infraestrutura necessária para exercer o controle social: aquisição de equipamentos de informática e comunicação para todos os 5,5 mil conselhos municipais e 27 estaduais e *laptops* a todos os conselheiros do CNS.

O principal canal de interlocução do SUS com a população é a Ouvidoria, que dissemina mais de 17 milhões de informações em saúde, por ano, pelos canais de acolhimento de demandas. Outra missão importante foi o apoio à implantação de ouvidorias em 153 entes federados, até junho de 2010. Também deve-se destacar a criação do Fórum Nacional de Ouvidorias do SUS, cujo objetivo é construir diretrizes para o Sistema e consolidar processos de trabalho.

Nos últimos anos, o trabalho regulatório, de normatização e fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avançou a ponto de obter amplo reconhecimento internacional. A agência obteve certificação da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) como parte do processo de pré-qualificação

Entre 2003 e 2010, houve aumento de 500% no quantitativo de métodos anticoncepcionais adquiridos para distribuição, atingindo-se 100% das mulheres em idade fértil usuárias do SUS (entre 15 e 49 anos)





Uma vez acionado pelo telefone, o profissional de saúde do Samu, com base nas informações de seu interlocutor, faz o diagnóstico da situação e define o recurso necessário

para o reconhecimento oficial da Anvisa como Autoridade Reguladora Brasileira. A agência recebeu o maior nível de qualificação em todos os critérios avaliados. A pré-qualificação permite à Anvisa participar de processos licitatórios do Fundo Estratégico da OMS, que assegura um fluxo constante de medicamentos e insumos a custo reduzido para os programas prioritários de saúde pública dos países associados. Com o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação, para o aprimoramento do sistema regulatório, garantiu-se maior qualidade e efetividade da regulação sanitária.

Destaca-se, ainda, a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nas atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização no segmento da assistência suplementar à saúde. Entre as ações de destaque estão a portabilidade de carências, regulamentada em 2009, que permite que o paciente mude de plano de saúde levando con-

sigo os períodos de carência já cumpridos. Foi também nesta gestão que mais se investiu no processo de resarcimento ao SUS, uma obrigação legal que consiste na restituição por operadoras de planos de saúde de despesas feitas por seus beneficiários em estabelecimentos do SUS. Em 2009, a Agência lançou um sistema eletrônico para aprimorar este processo, que exige um fluxo de informações complexo. A estimativa é de que o sistema arrecade entre R\$ 120 milhões e R\$ 140 milhões por ano. Outra importante ação, colocada em prática em 2010, foi a inclusão de 70 novos procedimentos na cobertura mínima obrigatória que os planos de saúde devem oferecer aos beneficiários. Foram incluídos, por exemplo, diversas cirurgias torácicas realizadas por vídeo; novas tecnologias, como implante de marcapasso multissítio e pet-scan oncológico para determinadas indicações; e ampliou-se o número de sessões de fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia e nutricionista, entre outros.



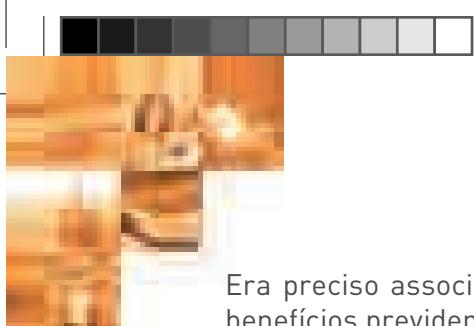
4. Previdência social

No início de 2003, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentava diversos problemas: baixo índice de cobertura previdenciária (atingia 62,9% da população ocupada de 16 a 59 anos), desequilíbrio entre despesas com benefícios previdenciários e receitas correntes, estrutura de fiscalização trabalhista e previdenciária inadequada, concessão de aposentadorias por tempo de contribuição em idades precoces, elevada renúncia de contribuições previdenciárias, em face do tratamento diferenciado dado a diversos segmentos econômicos, entre outros.

No plano administrativo, era clara a necessidade de reestruturação organizativa, com a criação de infraestrutura mais ampla, com adequação da quantidade de servidores e o incremento de recursos tecnológicos para recuperar a capacidade de gestão e atendimento. Havia carência de articulação entre os diversos processos de arrecadação e ineficiência no reconhecimento de direitos previdenciários. O sistema de atendimento, também ineficiente, tornava recurrentes as enormes filas nas Agências da Previdência Social (APS), amplamente exploradas pela mídia.



Foi adotada a meta de expandir a rede e aumentar sua cobertura e capacidade de atendimento com acréscimo de mais 720 novas unidades



Era preciso associar o volume de requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais à capacidade de atendimento das agências.

Relativamente à previdência no serviço público havia muito o que fazer. Era preciso garantir aos futuros governantes a estabilidade do sistema. Sómente com despesa de inativos, descontada a contribuição dos servidores ativos, a União, os estados e os municípios gastavam, em 2003, recursos superiores a R\$ 49 bilhões por ano.

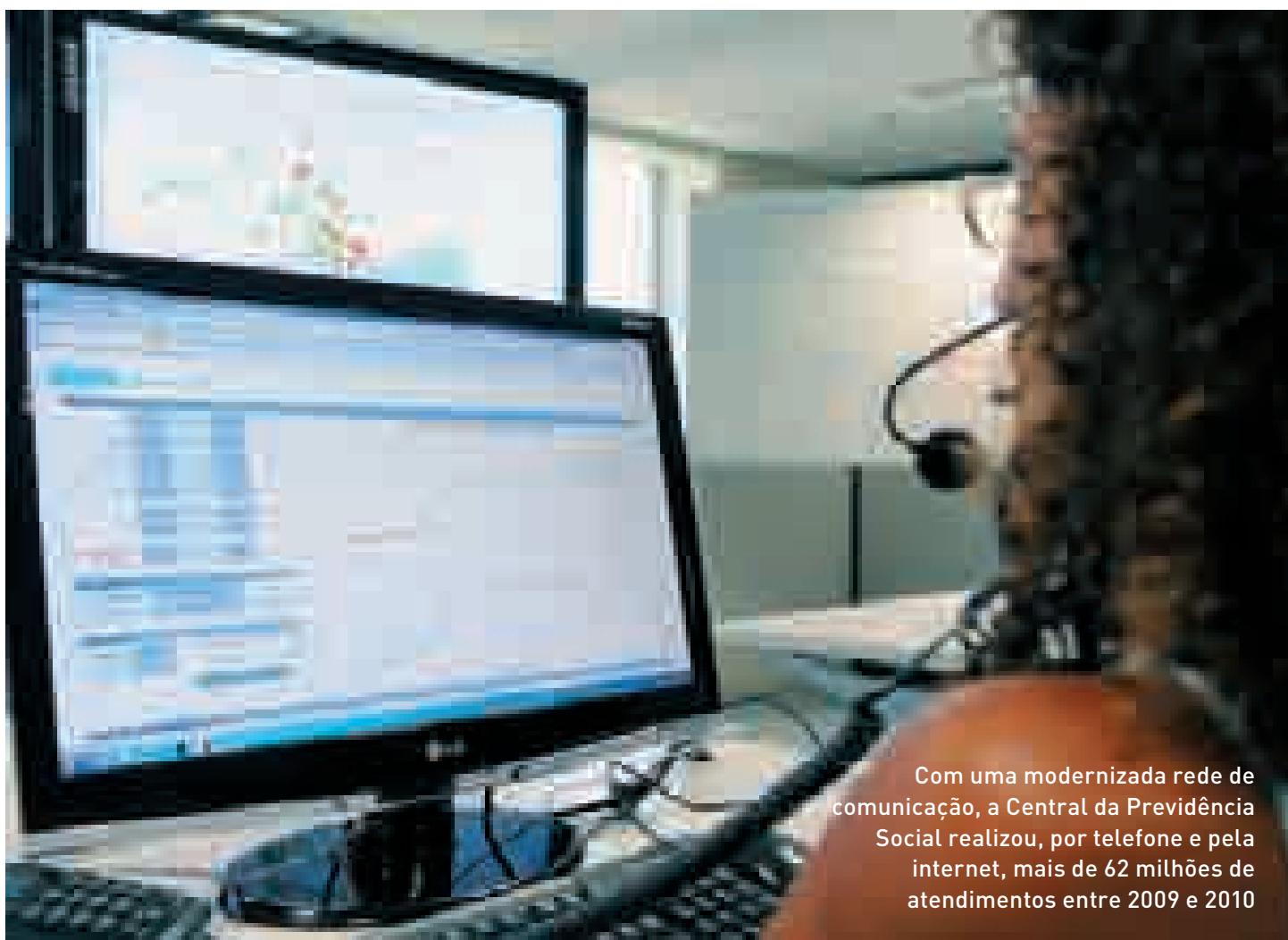
Expansão e sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social

Entre as ações de incentivo à inscrição no sistema previdenciário, aponte-se a retenção para o contribuinte individual, implantada em 2003, que ampliou a cobertura dos contribuintes individuais (autônomos) que prestam serviços a empresas sem vínculo de emprego. A partir de então as empresas passaram a reter 11% da remuneração paga ao contribuinte indi-

vidual e ficar responsáveis pelo seu juntamente com a sua cota. Em 2007, foi implantado o plano simplificado, que ampliou a cobertura previdenciária entre os contribuintes de baixa renda, ao reduzir a alíquota de 20% para 11%.

Uma medida de estímulo à formalização do trabalho doméstico implantada em 2006 foi a concessão ao empregador doméstico, da possibilidade de abater no Imposto de Renda da Pessoa Física a parte patronal da contribuição previdenciária (12%) sobre um empregado e um salário mínimo.

A mais importante medida visando a formalização e a inclusão de segurados na Previdência Social foi a criação da figura do Micro Empreendedor Individual (MEI), em 2009. O MEI tornou possível, de forma simplificada, a formalização de pequenos empresários que trabalham na informalidade (a exemplo de camelôs, feirantes, vendedores autônomos e pequenos empresários), bem como do empregado por ele contratado. Para se enquadrarem na nova categoria, os pequenos empresários



Com uma modernizada rede de comunicação, a Central da Previdência Social realizou, por telefone e pela internet, mais de 62 milhões de atendimentos entre 2009 e 2010



devem ter receita bruta anual de até R\$ 36 mil, apenas um estabelecimento e apenas um empregado contratado. Não podem também participar de outra empresa.

A reforma previdenciária de 2003 estabeleceu que também os inativos e pensionistas participassem no custeio do regime. Em termos da economia de recursos despendidos com benefícios previdenciários de servidores públicos da União, a economia até o momento é da ordem de R\$ 26 bilhões.

Foram promovidas diversas alterações nos benefícios previdenciários, com destaque para a alteração do cálculo do benefício de aposentadoria, que deixou de corresponder à última remuneração e passou a considerar a média das remunerações que serviram de base para a contribuição do servidor. Foi instituída ainda a previsão de um redutor no valor das pensões, de 30% (trinta por cento) sobre o valor da remuneração do servidor ativo falecido ou do provento do inativo, aplicado sobre a parcela recebida em montante superior ao teto dos benefícios do RGPS. E mudou-se a forma de reajuste de benefícios de aposentadorias e pensões, antes revistos pela paridade com a remuneração do servidor ativo, e que passaram a ter garantia de manutenção do valor real nos mesmos moldes do RGPS.

Além dessas alterações, passou a incidir contribuição sobre proventos e pensões pagos pelo regime próprio acima do teto estabelecido para o RGPS; instituiu-se o abono de permanência, equivalente ao valor da contribuição, para o servidor ainda em atividade após cumprir todos os requisitos para a obtenção de aposentadoria; a vedação à instituição de mais de um regime próprio e de mais de uma unidade gestora desse regime, em cada ente federativo; a dispensa de exigência de lei complementar para disciplinar normas gerais de previdência complementar do servidor – essas normas poderão ser reguladas em lei de iniciativa de cada Poder Executivo.

Para 2010, a expectativa é que haja aumento da taxa de proteção da população acima de 60 anos para 77%, aumentando, portanto, a cobertura previdenciária. Também a taxa de solução de demandas deve aumentar e alcançar o patamar de 76% de atendimento aos cidadãos-usuários. A taxa de retorno de segurados reabilitados para o mercado de trabalho estimase, será da ordem de 69% para os que passaram pelos serviços de reabilitação profissional da Previdência Social. A taxa de solução dos processos em estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social – deve alcançar 80%, índice que aponta melhoria expressiva em relação a 2006.

Previdência Social – cenário 2009/2010	Valores anuais
Aposentadorias rurais	R\$ 34.170.437.445,00;
Aposentadoria urbana – 9.079.669 segurados	R\$ 105.231.219,744,00.
Aposentadoria especial – 381.105 segurados	R\$ 6.714.773.880,00.
Pagamento e auxílio doença, auxílio doença acidentário e auxílio reclusão – urbana, 381.105 segurados	R\$ 15.733.704.088,00;
Pagamento e auxílio doença, auxílio doença acidentário e auxílio reclusão – rural, 381.105 segurados	R\$ 910.122.075,00.
Rede de Atendimento – 1.498 unidades	em %

Taxa de Proteção Previdenciária



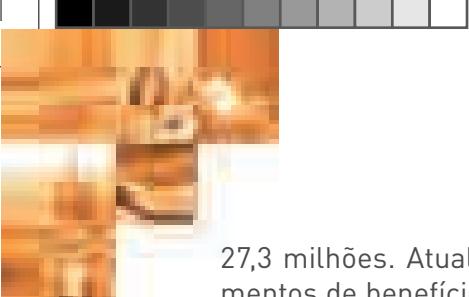
Fonte: SIGPLAN

Melhoria da qualidade dos serviços previdenciários

As ações abrangem várias frentes: tecnologia da informação, reestruturação de processos, política de pessoal, controle interno e redução custos operacionais. Tratou-se de tornar ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos relacionados às atividades finalísticas.

Para reduzir as enormes filas nas APS, foram implantadas ações conjugadas, sendo as principais a ampliação do horário de atendimento; a implantação do atendimento agendado, com a inauguração, em 2006, da Central de Teleatendimento da Previdência Social (135); e o monitoramento sistemático das agendas, acompanhando de perto todo o movimento de requerimento.

O agendamento pela Central telefônica 135 ou pela internet facilitou a vida do segurado e favoreceu a organização do atendimento. Em 2009, foram mais de 35 milhões de atendimentos. Até setembro de 2010,



27,3 milhões. Atualmente, cerca de 240 mil requerimentos de benefícios/mês são organizados em agendas, facilitando a identificação prévia do segurado e otimizando o tempo de atendimento.

As medidas reduziram o tempo médio de espera para o atendimento agendado. Em dezembro de 2007 era de 56 dias, em 2008 passou a 23 dias e hoje é de 16 dias. A espera nas APS foi reduzida de 36 minutos, em 2008, para 27 minutos, em agosto de 2010. O tempo médio de concessão estava em 28 dias em 2004 e agora foi reduzido para 24 dias.

Outro projeto de grande relevância para a interiorização e modernização da previdência, iniciado em 2009, expande a rede de atendimento e aumenta cobertura e capacidade de atendimento, com acréscimo de mais 720 novas unidades nos próximos três anos. A Previdência estará presente em todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, passando de 1.136 para 1.841 agências. Cuidar da rede existente também é meta institucional.

Em 2009 foi modernizada a rede de comunicação do INSS, com adoção de tecnologia de transmissão de dados, voz e imagens. Com a mudança viabiliza-se a operação de 106 salas de videoconferência e a comunicação pela rede interna (voz sobre IP) em 96 localidades. Houve avanço também nos equipamentos e foi iniciada a instalação do parque de digitalização de documentos.

Desde junho de 2009, trabalhadores que atendam os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade recebem carta em casa informando sobre a possibilidade de requerimento do benefício. Desde janeiro de 2009, foi implantado o reconhecimento automático de direitos no INSS. Além de desonerar os segurados da apresentação de documentos e de reduzir para até 30 minutos o tempo médio de atendimento para os benefícios de aposentadoria e salário-maternidade urbanos, a administração das informações do CNIS vem garantindo a construção de uma base de dados consistente, que permite maior controle e transparência das informações sociais e mais segurança aos servidores na decisão dos processos.

Desde 2003, a lei atribui a integrantes da carreira de perito médico da Previdência Social, em caráter privativo, a realização de perícias para a concessão de benefícios pelo INSS. Para substituição dos contratados, o INSS abriu concurso público, e nomeou de mais de 1,2 mil médicos. O esforço equacionou uma demanda que representa 42% dos requerimentos mensais de benefícios.

Em janeiro de 2008, após diagnóstico das condições da área dedicada à reabilitação profissional, foi reforçado o trabalho de integração com outros órgãos e instituições. Ampliou-se o quadro de servidores e incrementou-se sua capacitação, por meio de parcerias com universidades, Sistema "S", escolas, prefeituras e convênios de cooperação técnica. O projeto-piloto da ação foi realizado em São Paulo (SP).

O mais forte instrumento de política pública para promoção de saúde e segurança dos trabalhadores brasileiros é o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), cuja essência é estimular a cultura da prevenção de acidentes de trabalho entre as empresas nacionais, para que implantem políticas efetivas de saúde e segurança e reduzam a accidentalidade.

Promover a inclusão dos trabalhadores no Sistema Previdenciário, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania são compromisso do Programa de Educação Previdenciária (PEP). Seu público-alvo são aos empregados sem carteira assinada e todos aqueles que podem ser inscritos na Previdência como contribuintes individuais ou facultativos. O PEP vem desenvolvendo ações de sensibilização, conscientização e disseminação, para atrair mais trabalhadores à formalização e permanência no RGPS.

O Programa Social Básica tem como objetivo garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios aos segurados e dependentes do RGPS. O programa inclui ações de redução de custos, combate a vulnerabilidades, fraudes e pagamentos indevidos, importantes para enfrentar o grande desafio do RGPS: garantir justiça social e sustentabilidade.

De 2002 a agosto de 2010, foram ofertadas 88,4 mil oportunidades de capacitação em Reconhecimento Inicial de Direitos, decididos 3,9 mil casos de Compensação Previdenciária, produzidas 4,5 milhões de peças processuais de defesa judicial da Previdência Social Básica, julgados 2,3 milhões de recursos pelo Conselho de Recursos, processadas 12,5 milhões de informações na gestão de cadastrados, atendidos 3 milhões de usuários na orientação do reconhecimento de direitos, beneficiados 20,3 mil segurados com pagamento de abono de permanência em serviço, realizadas 64 milhões de perícias médicas, com crescimento expressivo do número de segurados reabilitados.



Regimes Próprios de Previdência Social

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) atesta o cumprimento das regras de organização e funcionamento dos regimes próprios em cada ente federativo. No período de 2003 a 2010 foram realizadas cerca de 2,4 mil auditorias diretas, para exercer a função de supervisão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no País.

Os investimentos dos regimes próprios aumentaram 110,77%, passando de R\$ 19,1 bilhões em 2004 para R\$ 40,3 bilhões em 2009. Em 2007 o crescimento superou a 31%. A significativa evolução dos recursos dos municípios, que passaram de R\$ 7 bilhões para R\$ 21,8 bilhões – crescimento superior a 211% – significa que os investimentos dos municípios triplicaram no período de quatro anos e demonstra o potencial de crescimento do segmento.

O desenvolvimento, a partir de 2007, de aplicação visando manter um cadastro único de informa-

ções previdenciárias dos servidores públicos civis e militares da União, dos estados e municípios e do Distrito Federal está concluído. Seu objetivo é prover a administração de uma base de dados confiável contendo informações precisas e atualizadas do sistema previdenciário dos referidos regimes próprios de previdência e possibilitar que cada um dos aproximadamente 1,8 mil entes federativos com regime próprio o alimente por conta própria.

O Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep II) foi previsto para ser executado entre 2008 e 2011 e está implementando o recadastramento de servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes, de todos os poderes, com foco principal nos poderes judiciários e legislativos; ministérios públicos e tribunais de contas estaduais, relativamente a 19 unidades da federação. Das 27 unidades federativas, 25 aderiram ao Programa Parsep II.

O Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência (PrevMun), executado entre 2004 e 2009, foi instituído com a finalidade de forta-



A ampliação do horário de atendimento, o atendimento agendado, a inauguração da Central de Teleatendimento e o monitoramento das ações foram os fatores preponderantes para a redução das filas



A modernização da previdência contribuiu para o crescimento do contingente de trabalhadores com carteira assinada

lecer a capacidade institucional dos municípios e do Ministério da Previdência para implementação de políticas previdenciárias.

Previdência Complementar

Em virtude do descontrole administrativo verificado dos fundos de pensão existentes no País, responsáveis pelo gerenciamento de ativos superiores a R\$ 215 bilhões, em 2003 iniciou-se a implantação de um conjunto de medidas para favorecer o desenvolvimento sólido do segmento e fortalecer a estrutura estatal de supervisão da Previdência Complementar. Assim, promoveu-se a transição da atividade de fiscalização

para um modelo de supervisão baseado em risco, alinhada às melhores práticas difundidas. Esse modelo conjuga a recepção e tratamento de dados contábeis, atuariais e de investimentos (fiscalização indireta), com a presença ostensiva de auditores nos fundos de pensão. Tudo é feito mediante utilização intensa de tecnologia da informação e de relatórios produzidos por analistas, abrangendo o universo de planos de benefícios operados pelas EFPC. Sublinha-se o aumento do quadro de auditores fiscais, que salta de 27 em 2002 para 98 em 2009. Destaca-se ainda a eliminação do estoque de processos de fiscalização pendentes, o aperfeiçoamento da regulamentação da legislação e, em 2008, a organização de Conferência sobre Previdência Complementar, co-organizada com a Organi-



zação para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em de dezembro de 2009 o sistema foi reorganizado de forma a separar as atividades de fiscalização, de formulação e acompanhamento de políticas, de regulação, e de instância recursal do Regime de Previdência Complementar (RPC). Foram criadas, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e a Câmara de Recurso de Previdência Complementar (CRPC). A mudança é resultado de uma política governamental de incentivo à previdência complementar e atendeu determinação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de 2006, contando ainda com amplo apoio do sistema de previdência privada, do mercado financeiro e de capitais.

O sistema contava, em 31 de dezembro de 2009, com 370 Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), 1.037 planos previdenciários, 2.712 patrocinadores/instituidores, 2,53 milhões de participantes e assistidos e R\$ 501,7 bilhões de ativos totais, equivalentes a 16% do PIB brasileiro, sendo o oitavo sistema no ranking mundial.

A Previdência Complementar oferece um mecanismo adicional de proteção social aos trabalhadores, contribuindo para o aumento do poder aquisitivo das famílias. As dotadas de renda adicional fornecida pela previdência complementar dependem menos de auxílio do Estado, permitindo que recursos públicos sejam direcionados para setores mais carentes. Desde 2003, de 29 EFPC que administraram 49 planos de benefícios, integrados por 447 instituidores e cerca de 100 mil participantes, acumulando patrimônio de R\$ 0,9 bilhão.

Por meio de cooperação técnica com organismos internacionais, buscam-se instrumentos mais eficazes para a ação, de modo a proporcionar maior estabilidade e credibilidade à previdência complementar fechada. A implantação de novas normas e a disseminação de informações contribuem para o desenvolvimento do setor. O Governo Federal garantiu a montagem e funcionamento dos novos colegiados do Regime de Previdência Complementar (CRPC e CNPC) e promoveu o Acordo de Metas de Gestão e Desempenho, obrigatório para o funcionamento da Previc, autarquia criada em janeiro de 2010, com a missão de supervisionar os fundos de pensão e assegurar higidez e confiabilidade ao sistema. Como responsável pela supervisão, suas atividades finalísticas são direcionadas para o licenciamento e fiscalização dos fundos de pensão.

O estímulo à educação previdenciária é uma das principais linhas de atuação da Previc, desenvolvida desde 2008 pela SPC. O órgão atua na promoção de medidas educativas, participa ainda como membro titular da Rede Internacional de Educação Financeira (Infe), da OCDE. A Infe é uma plataforma de discussões que conta com 55 países, incluindo o FMI, Banco Mundial e Comunidade Européia, 122 organizações governamentais e 254 especialistas do setor público.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), aprovada em junho de 2009, já elaborou material didático para alunos do 2º grau e implementou projeto-piloto em escolas de 2º grau de cinco unidades da Federação (DF, TO, RJ, SP e CE), com avaliação de impacto em andamento.

Modelo de gestão

A gestão da previdência procura estabelecer o caráter democrático e descentralizado da administração. Adota a gestão quadripartite, com representantes de trabalhadores, aposentados, empresas e governo. O acompanhamento, monitoramento, controle e fiscalização da execução das políticas e o controle social da Previdência Social é feito pelo Portal de Transparência e pela Ouvidoria na internet (www.portaltransparencia.gov.br e <http://ouvidoria.previdencia.gov.br/>).

Para acompanhar e avaliar os objetivos setoriais da Previdência Social dos programas e ações governamentais, o cidadão pode acessar o Sigplan (<http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>). E ainda o Caderno Setorial, relatório de avaliação anual dos programas e ações do PPA, publicado pelo Ministério Público da União (www.mpu.gov.br); o Boletim eletrônico de análise trimestral da execução orçamentária e financeira dos programas e ações do PPA, e o Painel Estratégico: acompanhamento da execução das iniciativas estratégicas do Plano de Ação Integrado da Previdência Social.

Regimes próprios de Previdência Social

A tabela a seguir demonstra que no início de 2003 a necessidade de financiamento do regime próprio da União era de 8,9%, o que comprometia de forma significativa a receita corrente líquida da União. Com a aprovação da Emenda Constitucional 41/2003 e sua regulamentação, a taxa começou a decrescer, chegando a 5,4% em 2007, o que representou decréscimo de 40%.



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Resultado Previdenciário	-1,3%	-1,3%	-1,2%	-1,1%	-0,9%	-0,8%	-0,8%	-0,8%	-0,9%
Contribuições Previdenciárias	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%
Contribuições Patronais	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%
Contribuições Civis	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2 %	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Ativos	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Inativos e Pensionistas	nd	nd	nd	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Despesas com Inativos e Pensionistas	1,5%	1,6%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,3%	1,3%	1,5%
Civis	1,5%	1,6%	1,4%	1,4%	1,4%	1,4%	1,3%	1,3%	1,5%

Tais resultados demonstram o impacto positivo da reforma nas contas da Previdência Social. Outro dado importante: no período de 2005 a 2009 houve crescimento dos ativos totais dos RPPS de 138,36% e do PIB de 44,37%, registrando assim, maior crescimento dos ativos dos RPPS em relação ao PIB, da ordem de 93,9 pontos percentuais.

Até setembro de 2010 foram deflagradas 54

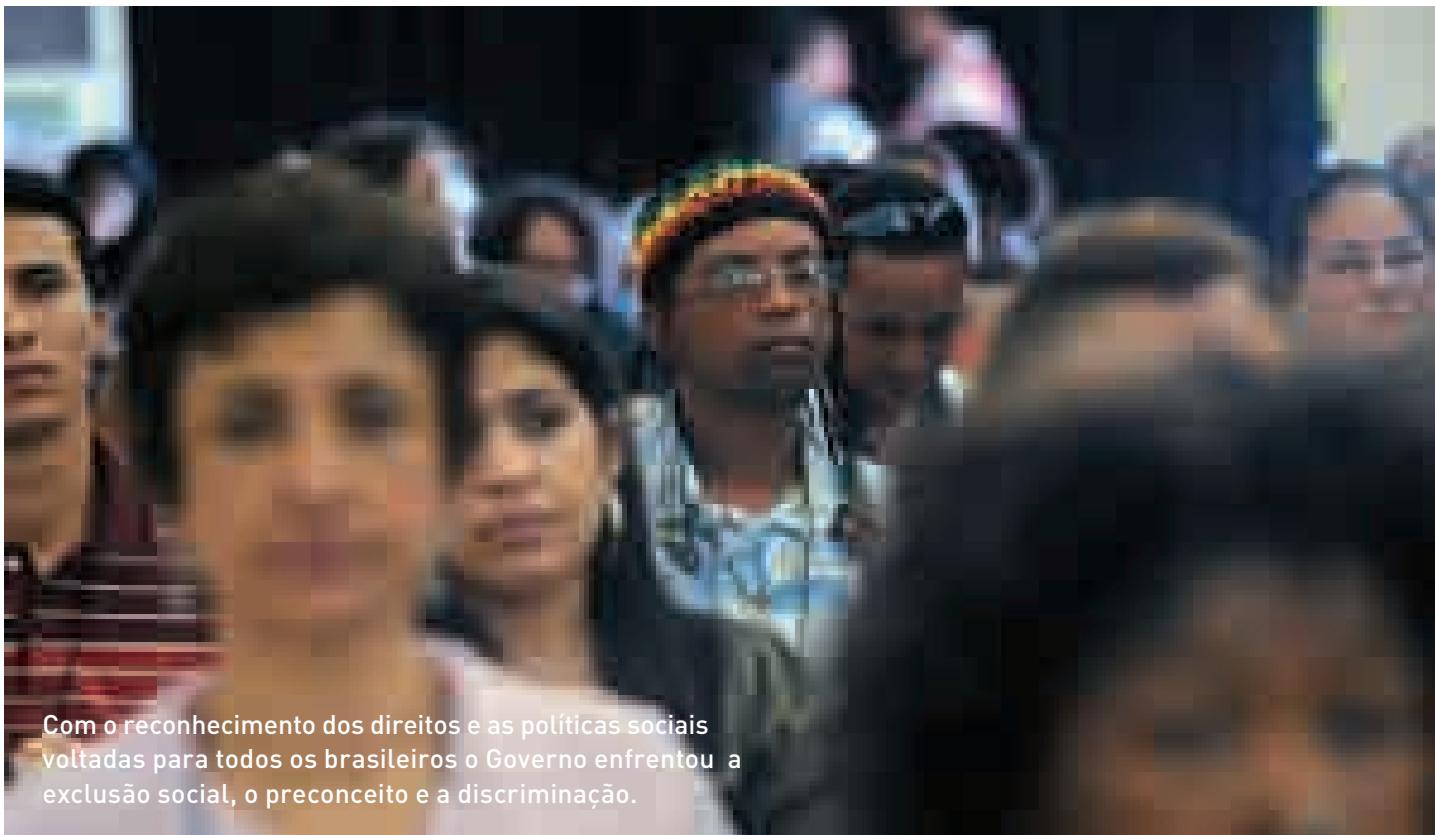
ações pela força-tarefa previdenciária, que resultaram em 208 mandados de busca e apreensão, 148 mandados de prisão e prejuízos estimados alcançaram quase R\$ 50 milhões. De 2003 a setembro de 2010, realizaram-se 302 ações, expediram-se 2,4 mil mandados de busca e apreensão e cumpriram-se 1,7 mil mandados de prisão, perfazendo um prejuízo estimado de R\$ 3,94 bilhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Ano	Ações Conjuntas MPS/MPF/ DPF	Mandados de Busca e Apreensão	Prisões	Indiciamentos	Condução Coercitiva	Prejuízo Estimado (R\$)
2003		10	219	87		406.200,00
2004		22	233	162		546.251.854,08
2005		28	202	192		1.015.450.000,00
2006		46	305	238		14.708.194,00
2007		41	248	216		29.883.945,00
2008		43	541	321	11	2.143.434.000,00
2009		58	436	323	211	139.288.319,53
2010		54	208	148		49.836.491,27
Total	302	2.392	1.687	222	116	3.939.259.003,88





5. Cidadania e Direitos Humanos



Com o reconhecimento dos direitos e as políticas sociais voltadas para todos os brasileiros o Governo enfrentou a exclusão social, o preconceito e a discriminação.

O Governo Federal inaugurou, a partir de 2003, um novo paradigma na condução das políticas públicas, que demonstrou-se capaz de aperfeiçoar, integrar e ampliar o atendimento aos diferentes segmentos de brasileiros historicamente excluídos do pleno acesso ao exercício da cidadania.

O reconhecimento dos direitos de grupos sociais como mulheres, negros, crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, povos indígenas, população de rua e povos e comunidades tradicionais foi uma das mais importantes conquistas democráticas da Constituição de 1988. Políticas voltadas para esses grupos tiveram avanços nos anos seguintes. Os compromissos de respeito aos direitos humanos firmados internacionalmente também impulsionaram o atendimento a demandas desses segmentos. A transversalidade dos direitos huma-

nos foi uma diretriz governamental a exemplo do PNDH-3, assinado por 31 ministérios e com mais de 500 ações programáticas, 80% das quais são de caráter continuado e constante do Plano Pluriannual.

Entretanto, também estavam presentes, em 2003, os desafios para superar a desigualdade, ampliar a escala para atender a todos esses grupos em todo o País e consolidar políticas públicas e instrumentos legais que levassem ao efetivo enfrentamento da exclusão social, do preconceito e da discriminação. Foi preciso articular ações abrangendo desenvolvimento social, saúde, educação, inclusão produtiva e infraestrutura para essas populações. Foi preciso, também, ampliar fortemente a atuação do Estado voltada para esses segmentos e tratar de questões como diversidade sexual, população de rua e juventude.



Para elevar os patamares de justiça social, a agenda governamental reuniu um conjunto de iniciativas voltadas à ampliação e consolidação dos direitos de cidadania. O empenho do Governo brasileiro, no período 2003-2010, em diminuir a desigualdade social foi reconhecido internacionalmente. Pela primeira vez desde 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a calcular a qualidade de vida nas nações, o Brasil passou a integrar o grupo de países considerados de alto desenvolvimento humano, expressando o êxito das políticas de inclusão social.

Igualdade racial

Nos últimos oito anos, a população negra brasileira foi beneficiada com políticas públicas fundamentais para estruturar a igualdade de oportunidades entre negros e brancos. A constante mobilização da sociedade, em várias frentes de luta contra o racismo, contribuiu para a formulação das iniciativas e o aprimoramento de mecanismos garantidores da execução das políticas de inclusão do negro e de superação das desigualdades de corte étnicorracial.

O Governo Federal atuou nesta questão compreendendo a relação entre o racismo e a escravidão, bem como entre o racismo e o lugar que a cor da pele destina aos cidadãos na estrutura social. Para tanto, criou-se em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a quem coube a responsabilidade de elaborar ações para o segmento. Instituiu-se também a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e o processo de identificação, demarcação e titulação das terras quilombolas, possibilitando que fossem titulados 234.701 ha, em favor de 126 comunidades quilombolas, de 2002 a 2010. Também em 2003 foi criado o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), com participação da sociedade civil, e sancionada a Lei que determinou a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afrobrasileira” nas escolas públicas e privadas.

Em 2004, foi criado o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), ferramenta de descentralização da política de igualdade racial, aprofundando a transversalidade com estados, municípios e demais órgãos governamentais. Em 2010, o FIPIR contava com a adesão de 626 municípios, além das 27 unidades da federação. Ainda em 2004 foi lançado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), com o objetivo de garantir políticas públicas às comunidades remanescentes de quilombos. Duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (2005 e

2009) reuniram delegados de todos os estados, entre ciganos, quilombolas, indígenas, comunidades de terreiros, jovens, mulheres e negros. Em 2010, foi sancionado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10).

No que diz respeito às iniciativas na área de educação, o governo apoiou programas de formação e qualificação de professores em história da África e cultura afrobrasileira, bem como de diminuição da evasão escolar entre a população negra em todos os níveis, e da formulação de materiais didáticos que valorizassem a contribuição dos negros na cultura nacional. No âmbito do ensino superior, tecnológico e técnico, criou medidas de incentivo à instituição de cotas raciais no ensino público. De 2005 a 2010, 83 Instituições Federais de Ensino passaram a adotar algum sistema de cotas. Nesse período, 42 universidades federais e estaduais já possuíam sistema próprio de cotas para a inclusão de negros. O Programa Universidade para Todos (ProUni), concedeu entre 2005 e 2006, mais de 200 mil bolsas, sendo 81.287 para negros e indígenas. Em 2010, das cerca de 700 mil bolsas do ProUni, metade foi destinada a estudantes negros e indígenas.

A saúde da população negra tornou-se importante área de atuação para o governo, com o reconhecimento de que o racismo é determinante da exclusão ao atendimento. A implantação do Programa Saúde da População Negra trouxe incrementos significativos, principalmente via pactuação, com estados e municípios, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra, que criou campanhas de combate às doenças prevalentes neste grupo populacional.

Na área da Cultura, foram criados projetos de valorização da cultura negra, de sua organização social e campanhas de afirmação da identidade e inserção na mídia, como os projetos A Cor da Cultura e Personalidades Negras, de edição e divulgação de livros e biografias de autores afrobrasileiros.

Na área de Segurança Pública e Juventude Negra, o Projeto Farol - Oportunidade em Ação firmou parcerias com estados e municípios (CE, ES, MG, PE, RJ, RS e SP) para ressocialização estimada de 4.200 jovens afro-brasileiros em situação de vulnerabilidade social egressos do sistema prisional e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas.

Entre 2003 e 2009, o Programa Brasil Quilombola (PBQ) concedeu às comunidades de remanescentes de quilombos 60 títulos de propriedade de terra, regulamentando 174,5 mil hectares e beneficiando 4.217 famílias. Os títulos, concedidos às associações quilombolas, foram entregues após amplos estudos



A Lei Maria da Penha instituiu mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

e avaliações para certificação de reconhecimento da origem dos grupos de remanescentes, e com a condição de que a propriedade não poderia ser vendida nem penhorada, uma forma de garantir às futuras gerações o direito à área.

O PBQ foi além da titulação das terras. O programa promoveu ações de saúde, educação, habitação, eletrificação, recuperação ambiental e incentivo à produção nas comunidades quilombolas. O programa Luz para Todos garantiu a chegada da eletricidade a mais de 20 mil domicílios quilombolas. Foram criadas redes de abastecimento de água e melhorias sanitárias. Em 2004, sete comunidades contavam com abastecimento de água, número que passou para 348 em 2010, beneficiando 34.996 famílias.

Em 2010, foi sancionado pelo Presidente da República o Estatuto da Igualdade Racial. O Estatuto (Lei 12.288, de 20 de julho de 2010) disciplina políticas afirmativas para a promoção da igualdade nos âmbitos do trabalho, da educação, da saúde, da cultura, da religiosidade, acesso à terra, moradia, do esporte e lazer, do empreendedorismo e dos meios de comunicação.

Igualdade de gênero

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, e a instituição do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004, foram marcos das políticas públicas direcionadas às mulheres e à promoção da igualdade de gênero, desdobrando-se em ações para as mulheres em todos os ministérios e órgãos do Governo Federal. Entre 2004 e 2007, foi implantado o I PNPM, contendo 199 ações, distribuídas nos seguintes eixos de atuação: autonomia e igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento da violência contra as mulheres; e gestão e monitoramento do Plano.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em 2008, avançou na incorporação de seis novos eixos de atuação, a saber: participação nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social; enfrentamento das desigualdades geracionais; e enfrentamento do racismo, sexism e lesbofobia. Neste novo conjunto de onze eixos de atuação,



o II PNPM avançou na definição de um conjunto de 388 ações para o período 2008-2011, com recursos da ordem de R\$ 17,2 bilhões em investimentos. A construção dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres orientou-se pelos resultados das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, realizadas em 2004 e 2007.

Nesse contexto, foi criado o Programa de Combate à Violência contra as Mulheres, em 2004, e promulgada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), instituindo mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O programa desenvolveu ações voltadas à prevenção e combate à violência e deu suporte a mulheres em situação de risco, sendo aprofundado no Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, lançado em 2007. Com a instituição do Pacto, as ações voltadas ao enfrentamento da violência ganharam em organicidade, articulação e densidade, tendo havido um aumento significativo dos recursos que, apenas entre 2007 e 2010, se ampliaram em 81,5%.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres centrou esforços na consolidação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, composta por serviços especializados – como casas-abrigo, delegacias e centros de referência – e serviços não-especializados, mas devidamente capacitados para lidar com a questão, como os postos de saúde e centros de referência da assistência social. Ao longo dos últimos três anos, foram apoiados 928 serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência, o que possibilitou aumento de 87% no número de delegacias especializadas, de 67% no de Casas Abrigo e de 358% no número de centros de referência, em comparação a 2003. Em

2010, havia em todo o país 464 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 165 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 72 Casas Abrigo, além de 58 Defensorias Públicas da Mulher e 89 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas. Além disso, mais de 570 mil profissionais da rede foram capacitados por todos os órgãos parceiros.

Como parte da estratégia de tratar das questões específicas de gênero como um direito das mulheres, consolidou-se a Política Integral de Saúde da Mulher. Por meio da Política Nacional de Planejamento Familiar; da Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos; do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, o Governo Federal articulou-se com as áreas de saúde de estados e municípios para equipar e capacitar o sistema de saúde, tornando-o apto a tratar da questão da saúde da mulher.

A constituição deste cenário favorável possibilitou a ampliação da oferta de serviços de saúde e de mecanismos que favorecem a autonomia das mulheres sobre seu corpo. Especial atenção foi dada também a doenças específicas como câncer de colo de útero e de mama, as doenças resultantes do trabalho e ao atendimento das mulheres nos serviços de saúde decorrentes de situações de violência doméstica e sexual. Neste ponto específico, cabe destacar a implantação da notificação compulsória dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher em 893 municípios do país.

O lançamento do II PNPM trouxe novas questões para a agenda política do país. Assim, a parti-



O Governo apoiou programas de formação e qualificação de professores em história da África e cultura afrobrasileira



pação das mulheres nos espaços de poder e decisão se tornou um compromisso e um grande desafio do Governo Federal. Entendendo a organização social como importante forma de participação política das mulheres, o governo investiu recursos para o fortalecimento institucional das organizações urbanas e rurais de mulheres. No entanto, a participação feminina em postos importantes da política institucional e das organizações públicas e privadas também mereceu atenção especial do governo, uma vez que, historicamente, a presença de mulheres em cargos dirigentes no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário foi sempre muito baixa. Para reverter esse cenário foi lançada a campanha permanente “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso” e foram realizadas ações para formação política de mulheres e para fortalecimento da participação feminina nos partidos políticos. Conquista importante foi a promulgação da Lei nº 12.034/2009, que garantiu a criação e aperfeiçoamento de mecanismos de incentivo à participação política feminina nos partidos políticos e nas eleições, estando previstas na nova legislação a obrigatoriedade do cumprimento das cotas por sexo, da obrigatoriedade de investir ao menos 5% dos recursos do Fundo Partidário para a formação política das mulheres e ao menos 10% do tempo da propaganda partidária para o mesmo fim. Programas como o Pró-equidade de Gênero estimularam organizações públicas e privadas a desenvolverem novas concepções de gestão de pessoas para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho. O programa concedeu o Selo Pró-equidade às empresas que desenvolveram iniciativas para reverter as diferentes formas de discriminação no acesso, na ascensão e na permanência no emprego, bem como na remuneração, contribuindo para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Outra importante linha de atuação no campo do trabalho é o incentivo ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, por meio da implemen-

tação dos programas Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, e Mulheres Construindo a Autonomia. Esses programas atenderam prioritariamente mulheres pobres e negras, promovendo direitos e o ingresso no mundo do trabalho.

No meio rural, apoiaram-se projetos de acesso das mulheres à documentação civil e trabalhista e à titularidade das habitações e da terra, com direito a infraestrutura e assistência técnica. Os Programas de Organização Produtiva de Mulheres rurais (POPMR), de Documentação da Trabalhadora Rural, Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher), entre outros, foram instituídos com esse intuito ao longo do período 2003-2010.

Políticas para a juventude

Segundo dados da PNAD, o Brasil possui 50,2 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, faixa etária em que se encontra a parcela da população brasileira mais atingida pelos índices de desemprego, evasão escolar, mortes por homicídio e envolvimento com a criminalidade. Para enfrentar esse cenário, o Governo Federal instituiu, em 2004, o Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. O Grupo, composto por 19 ministérios e secretarias, analisou todos os programas voltados para o segmento e apontou a necessidade de integrar as iniciativas desenvolvidas pelos órgãos governamentais que atuam com a pauta juvenil.

Em fevereiro de 2005, a Política Nacional de Juventude foi instituída. Ao mesmo tempo, foram criadas a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Essas iniciativas tiveram como referência a transversalidade, uma das



principais características da política juvenil, que envolve os mais diversos temas e, consequentemente, um conjunto de ações e programas desenvolvido por várias áreas do governo federal.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em 2008, mobilizou mais de 400 mil pessoas em todo o Brasil e resultou em um conjunto de 22 prioridades e 70 resoluções que desde então vêm orientando as políticas juvenis em nível federal, estadual e municipal. O trabalho do Conjuve foi fundamental para multiplicar os espaços institucionais de juventude em todo o Brasil. Hoje o país conta com 25 gestores estaduais e cerca de mil gestores municipais de juventude, além dos Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude, que vieram fortalecer ainda mais a agenda juvenil.

Nesse período, foi fundamental o esforço para a constituição de um marco legal, imprescindível para que a política de juventude se transforme em uma política de Estado. Em julho de 2010, foi aprovada e promulgada a PEC 042/2008, transformada na Emenda Constitucional 65, que inseriu o termo jovem no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, a exemplo do que já ocorria com a criança, o adolescente e o idoso.

O Plano Nacional de Juventude, em tramitação no Congresso Nacional, estabelece um conjunto de metas que os governos das três esferas – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à política juvenil em um período de dez anos. O Estatuto da Juventude, aguardando votação na Câmara dos Deputados, propõe a criação de um sistema de juventude, estabelecendo a responsabilidade das três esferas governamentais na adoção das políticas juvenis.

A inclusão é, sem dúvida, a mais complexa dimensão da política juvenil. Para vencer esse desafio, o governo criou programas específicos, a exemplo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que oferece elevação de escolaridade, capacitação profissional e inclusão digital, além do auxílio financeiro mensal de R\$ 100 a jovens entre 15 e 29 anos.

O Projovem Integrado surgiu da junção de outros seis programas de juventude – Agente Jovem, Projovem Original, Saberes da Terra, Consórcio da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Com a unificação, o Programa passou a atuar nas modalidades Projovem Urbano (Secretaria Nacional de Juventude); Projovem Campo (Ministério da Educação); Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). Juntas, as quatro

modalidades beneficiaram 2 milhões de jovens em todo o Brasil, entre os anos de 2007 e 2010.

A política de juventude inclui diversos outros programas, como o Prouni, que possibilita o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior em universidades particulares, a ampliação dos investimentos no ensino técnico, e o Benefício Variável Jovem, que estende os benefícios do Bolsa Família às famílias que possuem adolescentes com idade entre 16 e 17 anos. Por meio do Programa Soldado Cidadão, anualmente 21 mil jovens receberam formação profissional durante o serviço militar, graças à parceria entre órgãos do governo e associações privadas. Cerca de 70% dos jovens que participaram da iniciativa ingressaram no mercado de trabalho ou conseguiram gerar renda graças à capacitação recebida. Diversas outras iniciativas foram implantadas no âmbito da Política Nacional de Juventude, entre as quais os Pontos de Cultura, o Programa Segundo Tempo, o Pronaf Jovem e a reestruturação do Projeto Rondon.

Pessoas com deficiência

As pessoas com deficiência representam 14,5% da população brasileira. No entanto, as políticas e programas voltados a essa parcela significativa dos brasileiros ainda careciam de uma abordagem própria de direitos humanos. Predominava o apoio as associações de atendimento. Eram incipientes as ações de garantia de direitos e de construção de autonomia da pessoa com deficiência para sua inclusão social. Foi esse tipo de ação que passou para o centro das políticas públicas do Governo Federal.

Até 2003, a Política Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência vinha sendo executada de forma segmentada por vários órgãos. Eram claras as dificuldades de coordenação e articulação das ações. Muitos ministérios nem incluíam as pessoas com deficiência em seus programas.

A melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência foi transformada em meta do Governo Federal em ações como a criação de centros de reabilitação, e o estímulo a iniciativas comunitárias de habilitação e reabilitação. A promulgação e o cumprimento do Decreto da Acessibilidade, por meio do apoio à implantação de programas municipais de acessibilidade universal foi uma prioridade. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi a primeira ratificação de um tratado de direito internacional com status de emenda constitucional, conforme previsto na EC-45.



A melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência foi transformada em meta do Governo Federal em ações como a criação de centros de reabilitação, e o estímulo a iniciativas comunitárias de habilitação e reabilitação.

Diversificaram-se as fontes de financiamento para a implementação de acessibilidade, de eliminação de barreiras arquitetônicas e de medidas para incorporar as necessidades das pessoas com deficiência aos projetos de habitação de interesse social como o Minha Casa Minha Vida. A promulgação da Lei nº 11.126, de 2005, que assegura o direito de a pessoa com deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia, também foi importante marco para garantir a acessibilidade.

A diminuição das diferenças regionais no que se refere a recursos para pessoas com deficiência também foi abordada pelo Governo Federal. Seis convênios para instalação de oficinas de órteses e próteses em diferentes regiões do país foram celebrados, acabando com a necessidade de busca dessas oficinas exclusivamente nos grandes centros do país.

Mais de 12 mil escolas foram adaptadas para garantir o acesso a pessoas com deficiência. Além disso, foram implantadas 15 mil salas de recursos pedagógicos para essa população, totalizando mais de 10 mil escolas adaptadas e 10 mil salas multifuncionais instaladas no país. Para garantir a entrada e a permanência de pessoas com deficiência nas escolas, o Benefício de Prestação Contínua na Escola, voltado especialmente para pessoas de baixa renda com deficiência, atingiu mais de 350 mil beneficiários com idade entre zero e 18 anos.

As políticas de acesso e integração das pessoas com deficiência na educação tiveram resultados ex-

pressivos. O Censo Escolar INEP/MEC mostrou que, em 2002, os alunos com necessidades especiais matriculados em classes comuns do ensino regular representavam apenas 24,6% do total. Em 2009 eles já eram 60,5%. Consideradas só as escolas públicas, essa taxa era de 71%.

Com relação a políticas voltadas para trabalho e renda, os compromissos firmados garantiram melhor inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, ampliaram as ações de combate à discriminação no meio profissional e a fiscalização do cumprimento das políticas de cotas. Estimulou-se ainda a contratação de pessoas com deficiência por empresas e ampliou-se a empregabilidade de pessoas com deficiência no serviço público. A ação fiscalizadora do Governo Federal levou à contratação de mais de 60 mil pessoas com deficiência pelas empresas privadas e órgãos das várias esferas de governo.

Um dos momentos mais significativos de reconhecimento pelo Estado dos direitos das pessoas com deficiência foram os encontros ocorridos, em junho de 2008 e em agosto de 2010, entre o Presidente da República e pessoas atingidas pela hanseníase, no Palácio do Planalto.

Essas visitas foram parte do processo de indenizações às pessoas atingidas pela hanseníase submetidas no passado a isolamento compulsório em hospitais-colônia. O reconhecimento pelo Estado brasileiro das violações de direitos humanos que as políticas pú-



Agenda Social Criança e Adolescente envolveu 47 ações e foi o maior plano intersetorial de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes desde a criação do ECA. Na foto, crianças e adolescentes na campanha do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Brasília.

blicas causaram a essas pessoas ao longo da história foi resultado direto de compromisso entre o Governo Federal e o Movimento Nacional de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase. Até o fim de 2010, 5,6 mil pensões especiais, de caráter indenizatório, foram concedidas.

Crianças e Adolescentes

A partir de 2003, o Governo Federal passou a dar prioridade à transversalidade da política de direitos humanos de crianças e adolescentes, e à articulação com as três esferas de governo e sociedade civil. Destacam-se as iniciativas de constituição de comissões intersetoriais, o fomento às ações de fóruns e redes temáticas, a criação de centros estaduais de formação continuada e de portais de ensino à distância com a oferta de mais de 200 mil vagas em cursos de capacitação para operadores do Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, foram realizadas quatro Conferenciais Nacionais dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

A assinatura do Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, elaborado por uma rede de entidades com base no documento “Um Mundo para as Crianças” e nas decisões da Cúpula do Milênio da ONU, deu base a mais de 200 iniciativas e um orçamento de R\$ 56 bilhões para esse setor durante a gestão 2003-2006.

Em 2007, o lançamento da Agenda Social Criança e Adolescente envolveu 47 ações e 14 ministérios. Foi o maior plano intersetorial de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes desde a vigência do ECA. Os investimentos de R\$ 2,9 bilhões feitos na Agenda permitiram a otimização dos recursos no âmbito do governo federal triplicando o orçamento voltado ao atendimento de crianças e adolescentes. Nesse contexto, foi criado o Observatório Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (www.obscriancaeadolescente.gov.br).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para adolescentes em conflito com a lei, e o Plano Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes



à Convivência Familiar e Comunitária, foram aprovados em 2006 pelo Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes – Conanda e com propostas legislativas específicas. No sistema socioeducativo, as medidas em meio aberto foram grandemente incentivadas, como o financiamento a programas municipais. O apoio para 72 obras em unidades de internação priorizou a regionalização do sistema. Foi criada uma rede nacional de defesa e constituído um fórum de representantes dos Tribunais de Justiça. Graças a essas medidas, a taxa de crescimento do número de internações de adolescentes em conflito com a lei caiu de 102% entre 1996-1999 para 9% no período 2006-2009.

Por outro lado, grandes abrigos foram reordenados para o acolhimento de crianças e adolescentes com direitos violados, bem como foram adotadas alternativas, como famílias acolhedoras e incentivo à adoção. Além disso, a violência física entrou para a agenda pública, com o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de lei que proíbe castigos corporais.

A ação governamental, a partir de 2003, deu-se de forma integrada e com ampla mobilização social. O Brasil sediou o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a maior edição, que reuniu delegações de 160 países, com 3500 participantes, incluindo mais de 282 adolescentes dos cinco continentes. O Disque 100, canal de comunicação entre a população e o Governo Federal para casos de violência contra crianças e adolescentes, realizou, desde 2003, mais de 2,5 milhões de atendimentos, e encaminhou mais de 130 mil denúncias provenientes de 4,8 mil municípios, ou 87% das cidades brasileiras, nas 27 unidades federativas do país. Ainda no que tange à violência, as situações de violação dos direitos de crianças e adolescentes na Internet levaram à constituição de parcerias com ONGs, Polícia Federal e Interpol para receber e investigar denúncias.

A criação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte é uma iniciativa inédita no cenário internacional e mudou o cenário do enfrentamento da violência letal entre crianças e adolescentes. O Programa, implantado em onze regiões metropolitanas com as maiores taxas de violência letal, foi centrado no atendimento direto às crianças e aos adolescentes ameaçados e suas famílias, afastando-os da ameaça e instalando-os em novos locais de moradia e convivência, com a oferta de novas oportunidades por meio da inserção escolar e em projetos culturais e de profissionalização.

Ressalte-se ainda que, em 2010, foi aprovado pelo Conanda o Plano Decenal dos Direitos Humanos

de Crianças e Adolescentes, o primeiro desde a vigência do Estatuto e que deverá balizar as ações do Governo Federal para as próximas três gestões.

Idosos

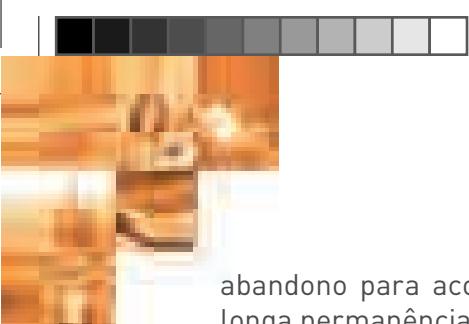
Até 2003, as ações desenvolvidas pelo Governo Federal em atenção à população idosa eram basicamente voltadas às áreas da saúde e previdência social. Não se considerava a perspectiva de garantia de direitos dessa parcela da população.

Com o aumento da expectativa de vida da população no Brasil e no mundo, desde o fim do século passado, o tema do envelhecimento passou a ter maior destaque na agenda política nacional e internacional. O número de idosos cresceu, assim como sua representatividade frente à população total e a importância de suas demandas na sociedade. Nesse cenário, o desafio inicial do Governo Federal foi centrar o foco das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa na garantia plena de seus direitos.

Assim, os principais compromissos assumidos pelo governo enfatizaram a criação de estrutura articuladora das diversas políticas para a pessoa idosa, a ampliação dos serviços de proteção aos idosos, especialmente para os de baixa renda, e o investimento na qualificação da prestação dos serviços, adequando-a às demandas e necessidades do idoso, com maior humanização e melhoria do atendimento, principalmente em Instituições de Longa Permanência para Idosos. Estruturou-se um conjunto de serviços diversificados conforme a necessidade dos idosos em situação de



O número de idosos cresceu, assim como sua representatividade frente à população total



abandono para acolhida em abrigos, instituições de longa permanência, repúblicas e casas-lar.

O apoio aos programas de envelhecimento ativo e saudável, autônomo e independente, visando à prevenção e redução de males e à qualidade de vida pautou transversalmente as ações do Governo Federal especialmente nas áreas de saúde e assistência social.

Os Centros Integrados de Atenção e Prevenção da Violência contra Pessoas Idosas (CIAPVI) foram estabelecidos para prestar atendimento especializado aos idosos quanto a seus direitos humanos e de cidadania. Os Centros desenvolveram ações de atenção, prevenção e promoção de cidadania jurídica, psicológica e social dessa parte da população. Sua principal tarefa é identificar desrespeito a direitos dos idosos, especialmente maus tratos. Os CIAPVIs atuam articulados a uma rede de instituições formada por Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, serviços de saúde, delegacias, instituições de longa permanência, instituições de assistência social etc.

Por meio da organização de grupos de convivência, os CIAPVIs promovem atendimento domiciliar e oferecem serviços de mediação de conflito como instrumento para a melhoria da qualidade de vida das partes envolvidas. O Manual do Cuidador da Pessoa Idosa, elaborado por profissionais de Geriatria e Gerontologia, auxiliou no atendimento especializado às pessoas idosas e na identificação de índices de que o idoso pode estar sofrendo violência. E o Disque Direitos Humanos (Disque 100) que, desde dezembro de 2010, passou a ter um módulo específico para a pessoa idosa.

Povos indígenas

Presente em todos os estados da federação, estima-se a população indígena no Brasil em aproximadamente 750 mil, sendo que a estimativa para população indígena aldeada é de 500 mil indivíduos, pertencentes a cerca de 220 povos, cuja diversidade linguística ultrapassa o número 180 línguas identificadas. Além disso, existem outros grupos requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto à Funai, inclusive indivíduos que vivem nas áreas urbanas. Aproximadamente 50% dos povos indígenas são constituídos por menos de 500 indivíduos e apenas três povos são formados por mais de 20.000 pessoas. Calcula-se que residam na Amazônia Legal aproximadamente 60% da população indígena, compreendendo 77% do conjunto aproximado do número de povos indígenas do Brasil em alguns casos vivendo em mais de um país, como é



Os povos indígenas no Brasil têm cerca de 750 mil indivíduos, 500 mil em aldeias, e somam cerca de 220 povos e 180 línguas

o caso do povo indígena Yanomami (Brasil e Venezuela), Tukano (Brasil e Colômbia), Tikuna (Brasil e Peru) e os povos indígenas do Oiapoque, Galibi Marworno, Galibi Kalina, Galibi, Karipuna e Palikur (Brasil e Guiana Francesa). A região concentra também a maior parte das terras indígenas: são 416 áreas, com uma superfície total de aproximadamente 107 milhões de hectares, que equivalem a 20,7% da Amazônia Legal e 98,6% das terras indígenas no país, 127 do conjunto das 180 terras indígenas situadas na faixa de fronteira do Brasil estão presentes na região, além de 69 referências de índios isolados.

Com a Constituição Federal inaugurou-se um novo marco da relação entre o Estado Brasileiro e os povos indígenas. Substituíram-se as noções de tutela e de assistencialismo pela afirmação da pluralidade étnica como direito. Ao Estado foi dada a tarefa de protetor e promotor de direitos dos povos indígenas brasileiros. Além disso, estabeleceu o prazo de cinco anos para que todas as terras indígenas do país fossem demarcadas.

Em 2003, passados 15 anos da promulgação da Constituição de 1988, essas decisões normativas ainda não tinham tido impacto concreto sobre a realidade indígena. Persistiam situações de conflito que aumentavam a vulnerabilidade dos povos indígenas, como a não-homologação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol e as invasões de terras indígenas por madeireiros, mineradoras e garimpeiros.



O Governo Federal estabeleceu, a partir de 2003, relações democráticas, humanistas e não-tutelares com os povos indígenas. A proteção e a promoção dos direitos desses povos passou a ser a base de atuação do Estado, os esforços centraram-se na superação de paradigmas conceituais de tutela e assistencialismo que historicamente referenciaram as ações do Estado Brasileiro com os povos indígenas. Com esse propósito um conjunto de políticas e ações foi desenvolvido com destaque para o Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas componente do Plano Plurianual 2008-2011 coordenado pela Funai cujo objetivo é “garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral”. Em 2007, com o lançamento da agenda social dos povos indígenas, o Governo Federal buscou garantir direitos, proteção das terras e promoção social dos índios, por meio de ações estruturadas em programas desenvolvidos por inúmeros órgãos sob a coordenação da Funai.

Houve avanços significativos no reconhecimento de terras indígenas. Estudos antropológicos resultaram na delimitação de 84 novas terras indígenas,

representando uma área superior a 10 milhões de hectares. Foram declaradas 78 terras para a posse e a ocupação de grupos indígenas, com superfície de cerca de 13 milhões de hectares. Foram homologadas 81 terras por decreto presidencial, totalizando uma área de 18,6 milhões de hectares e 92 terras indígenas foram registradas nos cartórios e no patrimônio da união, correspondendo a cerca de 22 milhões de hectares. Ao final de 2010 havia no país 674 terras indígenas em diversos estágios de regularização fundiária. Em março de 2009, a decisão do Supremo Tribunal Federal aceitando a demarcação integral da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol pôs fim a uma das mais tensas situações vividas pelas comunidades indígenas. Os índios da Raposa-Serra do Sol vinham tendo suas terras invadidas por plantadores de arroz que questionavam na Justiça a legalidade da demarcação. Os povos indígenas Tupiniquim e Guarani, também puderam comemorar a homologação dos 18 mil hectares de seu território tradicional, em novembro de 2010, após trinta anos de conflitos.

A manutenção do modo de vida dos índios depende da garantia da sustentabilidade ambiental de suas terras. O Governo Federal empenhou grande esforço para atacar essa questão em duas frentes.





Por um lado, no planejamento e operação de um sistema de manejo sustentável das terras indígenas. Por outro, na diminuição do impacto de grandes obras de infraestrutura sobre as terras e as comunidades indígenas. Desde 2003, foram apoiados e promovidos pela Funai, com a participação dos povos indígenas e em articulação com organizações não-governamentais, cerca de 110 projetos de gestão ambiental. Ao lado disso, a Funai desenvolveu um conjunto de normas para proteger os direitos indígenas coordenando o componente indígena, que integra os estudos de impacto ambiental em processos de licenciamentos ambientais de empreendimentos como hidrelétricas, linhas de transmissão e distribuição, rodovias etc.

Os Povos Indígenas Isolados ou de Recente Contato tiveram ampliadas de cinco para doze as Frentes de Proteção Etnoambientais. Nessas frentes, equipes multidisciplinares vistoriam e vigiam vastas áreas de floresta onde há referências da presença de índios isolados. Diagnóstico coordenado pela Funai, em 2006, resultou na identificação da existência de 69 referências de grupos de índios isolados, que estão localizados, na maioria, nos estados da Amazônia Legal. Desses referências, 25 tem presença confirmada de índios isolados; 5 grupos étnicos recém-contatados e 39 referências de índios isolados, em variados estágios de pesquisa para a confirmação do território de ocupação. O avanço das fronteiras econômicas sobre essas regiões tornou necessário acelerar os levantamentos para alcançar e proteger os índios e seu habitat antes do impacto causado pela chegada de madeireiros, garimpeiros, grileiros, caçadores, pescadores etc. Desde 2003 foram demarcadas e homologadas sete terras indígenas com presença de índios isolados ou recém-contatados. Tiveram o uso restringido outras cinco terras indígenas.

Na atenção à saúde dos povos indígenas, a estruturação do subsistema de Saúde Indígena gerou de impactos positivos crescentes na saúde dos povos indígenas; entre eles, a constituição de serviços contínuos e equipes profissionais nas terras indígenas, o início da organização de um sistema regular de informação demográfica e de agravos, a inserção crescente de indígenas nas equipes de saúde de atenção primária, a constituição de formas participativas protagonizadas pelos usuários e trabalhadores indígenas e a inclusão dos povos indígenas ao processo de universalização do SUS. Vale ressaltar a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, em setembro de 2010, e a melhoria da gestão do sistema e garantia a autonomia dos 34 Distritos Especiais Indígenas.

No processo de construção da educação diferenciada a Funai em articulação com o MEC estabeleceu parcerias com as secretarias de educação dos estados, ONGs e Universidades que possibilitaram a implantação de cursos de formação de professores e de licenciaturas interculturais destinadas a professores indígenas. Por outro lado, em respeito às territorialidades dos povos indígenas, um novo desenho do regime de colaboração entre os entes federados para o atendimento às suas demandas e necessidades educacionais vem sendo implementado pelo MEC em parceria com a Funai, em um amplo processo de discussão com forte protagonismo indígena, a partir da implantação dos territórios etnoeducacionais.

Nas terras indígenas foi instaurado um conjunto de ações de Promoção e Proteção Social dos Povos Indígenas coordenado pela Funai em articulação com demais setores do Governo Federal. Considerando-se as especificidades e diversidade sócio-cultural dos povos indígenas as ações visaram facilitar o acesso dos índios a direitos básicos garantidos ao resto da população brasileira como direito à documentação, à eletrificação rural, ao Programa Bolsa Família, ao acesso dos indígenas à segurança especial e ao combate à desnutrição. Por outro lado, na reformulação da política de segurança alimentar e geração de renda, diversos órgãos do governo federal (Funai, MDA/SAF/DATER, MMA, MDS, MS) desenvolveram programas e ações específicas junto às comunidades indígenas sob o enfoque da sustentabilidade (social, econômica e ambiental) norteada pelo conceito do etnodesenvolvimento e pelo princípio da autonomia indígena.

Além das garantias aos direitos sociais dos povos indígenas, o Governo Federal investiu num grande trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural. Um Programa de Documentação dedicou-se a registrar e preservar cerca de vinte línguas e culturas indígenas brasileiras ameaçadas de desaparecimento. Das cerca de 180 línguas indígenas do Brasil, pouco mais de 30 têm documentação ou descrição satisfatória. Das demais, 114 tem algum tipo de descrição de aspectos de sua fonologia ou da sintaxe. As outras 36 continuam sem nenhum tipo de registro. Ultrapassando as iniciativas dispersas de registro e documentação, o projeto de documentação de culturas e línguas indígenas já cobriu 76 povos e 13 línguas indígenas. Diversas oficinas foram realizadas para treinar os próprios indígenas em métodos e técnicas de documentação linguística e de registro audiovisual de aspectos de suas culturas, e no processamento e qualificação das informações contidas nos acervos preservados no Museu do Índio. Desse modo foram



Um total de 22 mil ribeirinhos da Amazônia tiveram o uso de suas terras regularizado

gravadas e estudadas 10 línguas indígenas. Além de gravações de diferentes gêneros de fala e eventos verbais, o material contém cantos, narrativas, música instrumental, fotos e filmes.

De 2007 a 2010 o Governo Federal deu início a uma ampla reformulação na política indigenista com a reestruturação da Funai e criação da Comissão Nacional de Política Indigenista. A Funai ampliou seu quadro de servidores e passou a ter atuação regionalizada, respeitando-se as territorialidades indígenas e os contextos regionais com gestão participativa, por meio de comitês de gestão paritária, nas 36 coordenações regionais. Nacionalmente a CNPI, constitui-se no mais relevante espaço de articulação e concertação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas, envolvendo diversos órgãos do governo federal e representantes indígenas de todas as regiões do país.

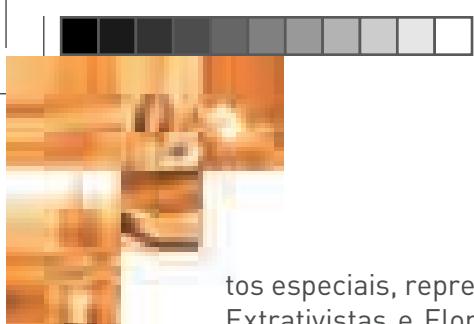
Povos e comunidades tradicionais

O Governo Federal deu novo sentido ao conceito de comunidades tradicionais ao incorporar às políticas públicas os direitos específicos de comunidades extrativistas, ribeirinhos, faxinais, comunidades de terreiro, ciganos, pomeranos, entre outros. O esta-

belecimento de uma política para esses grupos começou em 2005, com a realização do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais. Teve início então a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais que guia a ação do Governo Federal segundo dois grandes desafios: fortalecer a cidadania dos integrantes dessas comunidades tradicionais, com a garantia de seus direitos; e melhorar a gestão e a qualidade ambiental possibilitando a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Parte dessas comunidades tem seu território inscrito nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável. São Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável ou Projetos de Assentamentos Especiais do INCRA. As comunidades tradicionais que ocupam esses territórios de uso sustentável congregam 210 mil famílias que ocupam 33,5 milhões de hectares de florestas públicas. O apoio à sua preservação e à de seu modo de vida é parte importante das estratégias do Governo Federal tanto para a segurança alimentar quanto para o combate ao desmatamento e na promoção do uso sustentável da biodiversidade brasileira.

Entre 2003-2010 o Programa Nacional de Reforma Agrária incluiu como beneficiários 49 assentamen-



tos especiais, representando 83% do total de Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais. Assim, as comunidades desses assentamentos passaram a ter direito a benefícios sociais como moradia, saneamento, Luz para Todos, previdência social e de incentivo à produção sustentável. Além disso, foram criadas 29 Reservas Extrativistas e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Também se realizaram 15 concessões de direito real de uso a associações de comunidades extrativistas. Cerca de 60 mil ribeirinhos agroextrativistas em toda a Amazônia foram cadastrados. Desses, 22 mil receberam Termo de Autorização de Uso de terras. Foi a primeira experiência na regularização fundiária de áreas de várzea, e seu sucesso indicou que o modelo pode ser expandido para outros estados do País.

A atividade extrativista tem grande importância para a população brasileira. Dados do censo agropecuário de 2006 mostram que mais de 120 mil unidades da agricultura familiar declararam obter sua renda principal da produção extrativista. Para valorizar essa produção, estruturar e organizar suas cadeias produtivas foi lançado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Nele, o governo intensificou as compras do mercado institucional em programas

como o Programa de Aquisição de Alimentação Escolar e inscreveu 10 produtos extrativistas na política de garantias de preços mínimos. O Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar ampliou a sustentabilidade da atividade extrativista concentrando seus esforços na elaboração de planos de manejo de uso múltiplo, na assistência técnica e no levantamento de inventários florestais, principalmente nas áreas de Assentamentos do Incra.

No que se refere às comunidades de terreiro, cabe destacar o projeto de salvaguarda para os terreiros tombados pelo Iphan, por meio da capacitação de lideranças e ações de fortalecimento institucional, e o mapeamento de comunidades de terreiro nas cidades de: Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Belém (PA), Brasília (DF), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ). As ações de segurança alimentar para esse segmento incorporaram a distribuição de cestas alimentares em 1.196 casas religiosas e para 14.704 famílias em situação de risco nutricional.

Com relação às comunidades ciganas, foi construído o Centro Calon de Desenvolvimento Integral (CCDI), no Município de Souza (PB), para garantir acesso à justiça e à cidadania. Foi desenvolvido,



O Programa Brasil Sem Homofobia criou um espaço permanente para o diálogo entre o Movimento LGBT e o Estado.



também, o Prêmio Nacional da Cultura Cigana, no valor de R\$ 10.000,00 por prêmio, de modo a buscar maior visibilidade para a cultura cigana.

LGBT

O ano de 2003 foi um marco na luta pela afirmação dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais. Foi naquele ano que representantes do movimento LGBT passaram a integrar o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC), criado em 2001. A partir da entrada dos representantes LGBT, o CNDC passou a receber e acompanhar denúncias de violações de direitos humanos com base na orientação sexual.

Em 2004, surgiu o Programa Brasil Sem Homofobia, que estabeleceu um espaço institucional permanente para o diálogo entre o Movimento LGBT e o Estado. Após quatro anos de criação do Programa, foi realizada em Brasília a 1ª Conferência Nacional LGBT, a primeira reunião nacional sobre o tema convocada por um Chefe de Estado de que se tem registro no mundo.

A realização da Conferência subsidiou o primeiro Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, lançado em 2009, do qual são resultados o reconhecimento de casais homossexuais para efeito da declaração conjunta do Imposto de Renda da Pessoa Física; o reconhecimento, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, de companheiro do mesmo sexo de beneficiário titular de plano privado de assistência à saúde; a autorização, pelo MPOG, de utilização do nome social de servidores públicos federais transexuais ou travestis; a concessão, pelo MRE, de passaportes diplomáticos ou oficiais para companheiros do mesmo sexo de servidores que trabalham nas representações do Brasil no exterior.

As demandas da população LGBT foram incorporadas na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. A partir dessas ações o Governo Federal decidiu instituir os Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia. Cada centro de referência é um local onde a população encontra informações, orientações e apoio jurídico e psicossocial em casos de violência e discriminação homofóbica. Os Centros de Referência também são responsáveis por realizar projetos de capacitação e desenvolvimento de profissionais com o objetivo de fortalecer as organizações de LGBT, apoiar ações governamentais no combate à homofobia e propagar o conhecimento

sobre os direitos LGBT. Com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre esses direitos e sobre as violações a eles, o Governo Federal deu apoio, na forma de bolsas de estudo, à pesquisa sobre violência e discriminação baseadas em orientação sexual. Cabe destaque também o módulo LGBT criado no âmbito do Disque Direitos Humanos (Disque 100), canal de denúncias de violações e importante instrumento de política pública.

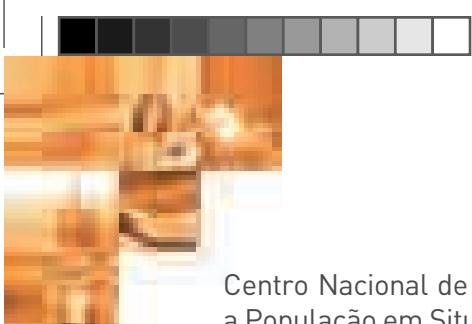
População de rua

As políticas públicas do Governo Federal concebidas especificamente para população de rua tiveram como marco inicial o ano de 2004. Para além de gestos simbólicos de grande importância, como os encontros de Natal, nos quais o Presidente da República se reuniu com pessoas em situação de rua para um almoço festivo, a Política Nacional para a População em Situação de Rua foi consolidada em dezembro de 2009, tendo como diretriz a promoção dos direitos da população de rua.

Pesquisa realizada em 2007 identificou 31,9 mil adultos vivendo nas ruas. A maior parte (82%) era de homens. Do total, apenas 15,7% das pessoas pediam dinheiro como principal meio de sobrevivência. A pesquisa ainda mostrou que os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua eram alcoolismo/consumo de drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com a família (29,1%). Essa pesquisa permitiu quantificar a população de rua e identificar suas características socioeconômicas, o que possibilitou a elaboração e implementação de políticas públicas específicas.

Um levantamento semelhante foi feito em 2010 tendo como objeto, desta vez identificar crianças e adolescentes. Em 75 cidades do país, 23,9 mil crianças e adolescentes estavam nas ruas, somando as que dormiam nas ruas, as que trabalhavam nas ruas, mas moravam na casa da família, e as que estavam temporariamente em instituições de abrigo. Identificou-se que, também entre essa população, a maioria era masculina (71,8%). Embora a maior parte estivesse matriculada em alguma escola, 79,1% delas não tinha concluído o primeiro grau. As principais razões alegadas para ir para a rua eram brigas verbais com pais e irmãos (32,2%), violência doméstica (30,6%), alcoolismo/uso de drogas (30,4%) e o desejo de liberdade (22,8%).

Em diálogo constante com representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Rede, Fórum e Pastoral do Povo de Rua foram definidas quatro prioridades para a ação do Governo Federal voltada a essa população: instituir junto ao IBGE um sistema para aferição da População em Situação de Rua; instalar o



Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua; criar um Programa de Habitação para a População em Situação de Rua; e dar apoio técnico-administrativo ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua.

Ainda em 2010 foi criado o módulo para População de Rua no Disque Direitos Humanos (Disque 100), antiga reivindicação desse segmento social, bem como foi transferida para a SDH a Política Nacional temática, um demonstrativo de que o foco da ação governamental na questão deve se pautar pela promoção e defesa dos direitos humanos.

Garantia, proteção e defesa de direitos

Instrumento essencial de cidadania e de garantia de direitos, a Certidão de Nascimento ainda não alcançava todos os brasileiros em 2002: o índice de sub-registro do IBGE indicava que 20,9% das crianças nascidas naquele ano não tinham sido registradas. O sistema privado de registro de nascimento era arcaico e não conseguia atender grande parcela da população, especialmente as comunidades que viviam mais longe das sedes dos cartórios.

Para garantir a expansão do registro civil, porta de entrada para a cidadania, o Governo Federal estabeleceu a Agenda Social Registro Civil de Nascimento e os Compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela Cidadania que priorizaram as duas regiões com os piores índices de sub-registro de nascimento. A taxa de sub-registro baixou de 18,9% das crianças em 2003 para 8,2% em 2009, desenhando um cenário realista de erradicação próxima do problema. O IBGE ressaltou que os registros extemporâneos diminuíram o que indica um estoque cada vez menor de populações sem registro de nascimento. Exemplo disso é que o índice de 2008 que era de 8,9% baixou para 6% com a inclusão das crianças nascidas naquele ano e registradas em 2010.

O sucesso da agenda deveu-se à intervenção do Estado no sistema de registro civil para garantir a primeira via gratuita, assim como a segunda via para famílias comprovadamente pobres, além de implantar um padrão único da certidão de nascimento em todo país e realizar diversos mutirões para emissão do documento, entre outras ações. Além disso, a instalação de Unidades Interligadas (UI's) nos estabelecimentos que realizam parto com os cartórios de registro civil permite que as crianças sejam registradas logo após

o parto o que contribuiu para a queda acentuada do sub-registro. Por fim, a criação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) que irá interligar a base de dados de todos os cartórios do país foi mais um passo importante para garantir que o sub-registro seja erradicado. Com o SIRC será possível: identificar crianças que nascem e não são registradas; cruzar dados entre as principais bases de dados do Governo Federal; auxiliar o desenho de políticas públicas; obter maior segurança das informações de registro civil; e facilitar a obtenção de segundas vias das certidões.

A proteção do direito à vida de pessoas ameaçadas é um importante instrumento de combate à impunidade. O Brasil contava, em 2002, com 13 programas de Proteção a Testemunhas e Assistência a Vítimas desse gênero, sendo 12 estaduais e um federal. Juntos, eles haviam protegido cerca de 3 mil pessoas desde sua criação, em 1996. Não existiam iniciativas específicas para a proteção de crianças e adolescentes e de defensores de Direitos Humanos ameaçados de morte.

A criação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, em 2008, composto pelos Programas de Assistência e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e pelo Programa a Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, padronizou procedimentos para os programas estaduais de proteção e desenvolveu a capacitação dos agentes operadores. Estão integrados ao sistema 19 estados. Em 2009, foi criada a Equipe Técnica Federal, incumbida do atendimento dos Estados que não possuem o Programa. O ganho em número de atendidos é significativo. Desde 2003, mais de 4.500 pessoas foram protegidas.

O Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas apresentou um crescimento semelhante em número de atendidos. De 133, em 2002, passou-se a 191 em 2009. O crescimento mostra que, apesar das dificuldades das testemunhas para se adaptar às regras rígidas de segurança, o programa tem tido sua eficácia reconhecida.

A defesa dos Direitos Humanos dos cidadãos ganhou decidido apoio com a expansão dos Centros de Referência em Direitos Humanos. Chamados de Balcões de Direito, essas estruturas apoiadas pelos estados, município e organizações sem fins lucrativos eram cinco em 2003 e chegaram a 16 no fim de 2010. Nos balcões, uma equipe formada por advogado, psicólogo e assistente social, recebe e encaminha denúncias de violações de direitos, e orienta a população sobre acesso à justiça e à documentação civil básica.



A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos foi reestruturada para se tornar um canal de comunicação entre o Poder Público e o cidadão para denúncias, reclamações, sugestões e informações sobre Direitos Humanos. Como parte dessa reestruturação, expandiu-se o Disque Direitos Humanos, criado em 2004, para receber denúncias de violações especialmente contra grupos sociais vulneráveis.

A longa história de desrespeito aos Direitos Humanos do Brasil tornou essencial uma estratégia forte de educação em direitos humanos. Com esse fim, o Governo Federal lançou, em 2003, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que organizou e orientou a atuação nessa área. Merece destaque a realização, desde 2006, da Semana dos Direitos Humanos. Em torno da comemoração do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, realizaram-se ações voltadas para públicos estratégicos – como população LGBT, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes – e em presídios, quartéis militares, escolas, asilos etc.

Vale destacar a publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em 2006, que traz orientações para o desenvolvimento de ações políticas na área da educação em Direitos Humanos, composto por objetivos, linhas de ação, concepções e princípios voltados à Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança e Educação e Mídia. Merecem destaque as articulações feitas com a OAB-Federal para que 15% das questões dos Exames da Ordem, a partir de 2011, sejam sobre a temática dos direitos humanos. Articulação similar foi feita junto ao Conselho Nacional de Educação – CNE visando a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos para o próximo ano, materializando mais um norte para solidificação do Eixo Educação Básica do PNEDH.

Também foi realizada a capacitação de mais de 250.000 mil profissionais, entre os anos de 2005 a 2010 e a implementação de 22 Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios com objetivo de consolidar espaços de participação e controle social das ações e políticas de educação em Direitos Humanos. Como ação estratégica na divulgação de ações de relevância da área dos Direitos Humanos, destaca-se a realização do Prêmio Direitos Humanos, que em sua 16ª Edição, já contemplou 252 pessoas e/ou instituições.

No âmbito da segurança pública, a promoção dos Direitos Humanos dos agentes policiais ganhou papel central. A idéia é que, para formar policiais garantido-

res e promotores de Direitos Humanos, é preciso que eles sejam treinados e trabalhem em um ambiente em que seus próprios direitos são respeitados. Criou-se o projeto de capacitação em direitos humanos, em que se abordam temas como o uso legítimo da força e guarda comunitária.

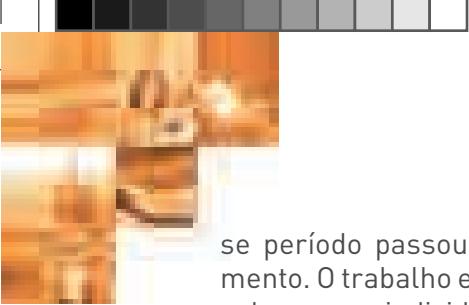
No combate ao trabalho escravo cabe ressaltar o cumprimento de 68% das metas do 1º PNTE, com destaque para a chamada “Lista Suja” (Portaria MTE nº 540, de 2004) – que relaciona nomes de empregadores, que tenham sido condenados no nível administrativo pelo uso de mão de obra escrava e passam a ter restrição de créditos junto a bancos oficiais – e o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (Lei nº 12.064, de 2009). Desse trabalho culminou a elaboração e o lançamento da segunda versão do PNTE, após esforço de avaliação, revisão e atualização realizado pela Conatrae.

No campo de combate à tortura, destaca-se a atuação do Comitê Nacional para a Prevenção e Combate à Tortura no Brasil (CNPCT), órgão colegiado, com composição plural de representantes do Governo, da academia e da sociedade civil. Esteve sob responsabilidade do CNPCT a formulação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), compromisso internacional assumido e reafirmado pelo Estado brasileiro com a ratificação do Protocolo Facultativo de Prevenção e Combate à Tortura, em 2007.

Quanto ao aspecto da liberdade de crença e culto, houve um grande avanço com a sanção da Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007 que institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 21 de janeiro, bem como com a implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos para a Diversidade Religiosa que busca garantir o exercício dos direitos humanos fundamentais nos segmentos religiosos, quanto a liberdade religiosa, o respeito à livre expressão de culto e crença, e do diálogo inter-religioso resguardando a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, a toda a população dos segmentos religiosos, independente de sua raça, etnia, idade, orientação sexual, gênero, situação econômica e nacionalidade.

Direito à memória e à verdade

O direito que a população brasileira tem de saber a verdade sobre o que ocorreu com os desaparecidos políticos durante o regime militar (1964-1985), para preservar sua memória e de ver o Estado assumir a responsabilidade pelos mortos e desaparecidos des-



se período passou por um processo de amadurecimento. O trabalho essencial de busca por informações sobre casos individuais de desaparecidos pedidos pelas famílias passou a outro patamar com a divulgação ampla dos resultados e do reconhecimento oficial da responsabilidade do Estado, por meio da publicação do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, em 2007. O lançamento, em cerimônia presidida pelo Presidente da República, foi um dos principais marcos desta gestão.

O livro relata minuciosamente todos os processos de reparação de 476 brasileiros mortos ou desaparecidos durante o regime ditatorial brasileiro analisados pela CEMDP (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos). Em 2009, foram lançados dois outros livros, um relativo a afrodescendentes que participaram da resistência à ditadura, o outro, sobre crianças e adolescentes vítimas do regime militar. Em 2010, as mulheres tiveram suas histórias contadas no livro Luta, Substantivo Feminino. Todos os livros tiveram, juntos, uma triagem de 20.000 exemplares, além de estarem e estão disponíveis na íntegra no site da Presidência da República na internet.

Ainda como ferramenta de educação acerca do período de exceção, neste governo foi criado o projeto de promoção do Direito à Memória e à Verdade, promovendo exposições e instalando memoriais. A exposição “A Ditadura no Brasil 1964/1985” esteve em 32 cidades do Brasil, em Coimbra (Portugal) e Buenos Aires (Argentina). Dezoito painéis de fotos e texto contaram a um público estimado em 2 milhões de pessoas a história dos abusos cometidos pelo regime militar.

Os memoriais “Pessoas Imprescindíveis” homenageiam pessoas que perderam sua vida na luta pela volta da democracia no Brasil. Em geral, são monumentos ou placas em praças públicas, locais de estudo ou trabalho dos homenageados. Mais de 20 memoriais foram erguidos em 13 cidades brasileiras, homenageando 51 pessoas. Lançados pelo presidente da República, dois marcos afetos ao tema são o envio do projeto de lei reformulando a norma sobre acesso à informação pública, e o portal “Memórias Reveladas”, projeto que, sob coordenação do Arquivo Nacional, reúne em rede integrada os arquivos públicos dos estados da Federação.

O trabalho de busca e identificação de restos mortais de desaparecidos políticos ganhou um poderoso instrumento em 2006. O Governo Federal criou o Banco de DNA dos familiares de desaparecidos políticos. Até 2010 o Banco reuniu 142 amostras de sangue de familiares de 108 desaparecidos políticos, e já permitiu a identificação dos restos mortais de quatro desaparecidos: Flávio Molina, Miguel Sabat Nuet, Bérgson Gurjão Farias e Luiz

José da Cunha. Outros restos mortais encontrados nas expedições de busca sendo realizadas por todo o país poderão ser identificados com a assistência do banco de DNA.

Atuação Internacional

A atuação brasileira na temática dos direitos humanos é reconhecida internacionalmente, seja nas articulações bilaterais, seja nos fóruns do Sistema ONU e OEA. O Brasil é referência mundial nas políticas de promoção dos direitos humanos, na elaboração de relatórios temáticos aos organismos internacionais, estamos entre os primeiros países a aderirem às convenções e tratados internacionais na área dos direitos humanos (restando apenas a Convenção sobre migrantes cuja adesão é iminente). Essas conquistas institucionais conferem ao país uma inserção de destaque no concerto das nações.

Apresentação no Conselho de Direitos Humanos da ONU do Relatório ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal (Universal Periodic Review – UPR), em abril de 2008. A respeito da produção desse relatório, deve ser ressaltado que a metodologia adotada pelo Brasil foi considerada referência, o que tem levado diversos países a solicitarem informações sobre como foi construída para que eles também possam adotá-la. Ademais, com a intenção de fortalecer a eficiência da cooperação com o Sistema das Nações Unidas e com vistas a melhorar suas políticas nacionais, o Brasil reiterou seu compromisso de criar novos mecanismos para o monitoramento interno dos direitos humanos. Isto incluiria um sistema nacional de indicadores em direitos humanos e a elaboração de relatórios anuais sobre a situação dos direitos humanos, levando em consideração, entre outros aspectos, uma revisão do exercício do UPR.

No âmbito do Mercosul, o Brasil é visto como país de vanguarda e tem atuado de forma propositiva no âmbito da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul – RAADH.



6. Cultura

Os anos 2003-2010 marcaram a consolidação de um novo papel do Estado brasileiro no enfrentamento da exclusão cultural de grande parte da população. O Governo Federal adotou uma nova compreensão da vida cultural e artística do País: como dimensão simbólica da Nação, como setor da economia e como direito de cidadania. Buscou efetivar a inserção da cultura no novo modelo de desenvolvimento em construção, no qual o crescimento econômico articulava-se com o usufruto pelos brasileiros dos direitos sociais e culturais previstos na Constituição de 1988. Realizou-se assim uma mudança de fundo em relação à cultura, que passou a ser tratada como direito básico e universal.

Historicamente, a cultura foi tratada sem a devida importância, objeto de programas fragmentados, voltados ao atendimento de interesses pontuais do

mercado. Faltava ao Estado uma melhor compreensão de seu papel em relação ao mundo cultural e à produção simbólica. A transferência dessa responsabilidade para a área privada gerava grandes lacunas: de um lado, porque os projetos não abrangiam a dimensão continental do País; de outro, porque não aproveitavam a riqueza da diversidade cultural brasileira, uma das maiores do mundo.

A partir de 2003, o Governo Federal estabeleceu para si a responsabilidade de incluir a cultura na agenda estratégica do País. Para tanto, refundou o Marco Legal do setor e criou metas e programas que ampliaram o público consumidor de cultura – especialmente entre a maioria apartada da fruição de bens culturais – e a participação da sociedade na formulação e gestão das políticas públicas.

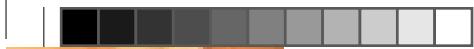
O elevado grau de exclusão cultural da população ficou demonstrado em levantamento realizado pelo Ministério da Cultura (MinC), em parceria com o IBGE. Os números apontaram, por exemplo, que, no início do século 21, apenas 8% dos brasileiros haviam entrado alguma vez em um museu, só 14% tinham ido ao cinema e apenas 17% compravam livros.

A situação da cultura, em 2003, era de fragilidade institucional. O investimento do Governo Federal no setor tinha como mecanismo predominante a renúncia fiscal, que alocava recursos públicos sob o gerenciamento de patrocinadores privados. Os recursos, a maior parte advinda da Lei Rouanet, concentravam-se no Sudeste, em 3% dos produtores culturais brasileiros, e, na maioria, em apenas duas cidades do País. O MinC não realizou qualquer concurso desde sua criação, em 1985, quando teve seu quadro formado por servidores de outras esferas e carreiras. O Iphan – autarquia criada em 1937 – realizou em 2006 o primeiro concurso de sua história.

Esse cenário foi profundamente alterado durante o período 2003-2010. O orçamento da cultura foi fortalecido: os aportes de recursos cresceram progres-

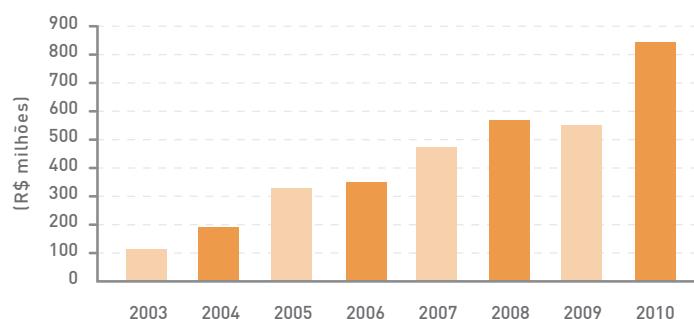


O Governo definiu a diversidade cultural e regional como eixo central das políticas para a cultura



sivamente ao longo dos oito anos, de forma tal a atingir, em 2010, um patamar superior a 1% do Orçamento Federal. O aumento de recursos investidos em políticas culturais elevou o investimento de R\$ 373 milhões em 2003 para R\$ 2,239 bilhões em 2010, ao passo que os investimentos culturais oriundos dos mecanismos de renúncia fiscal passaram de R\$ 359,1 milhões para R\$ 885,3 milhões. Esta evolução histórica é apresentada no gráfico a seguir.

Evolução dos investimentos em arte e cultura (renúncia fiscal)

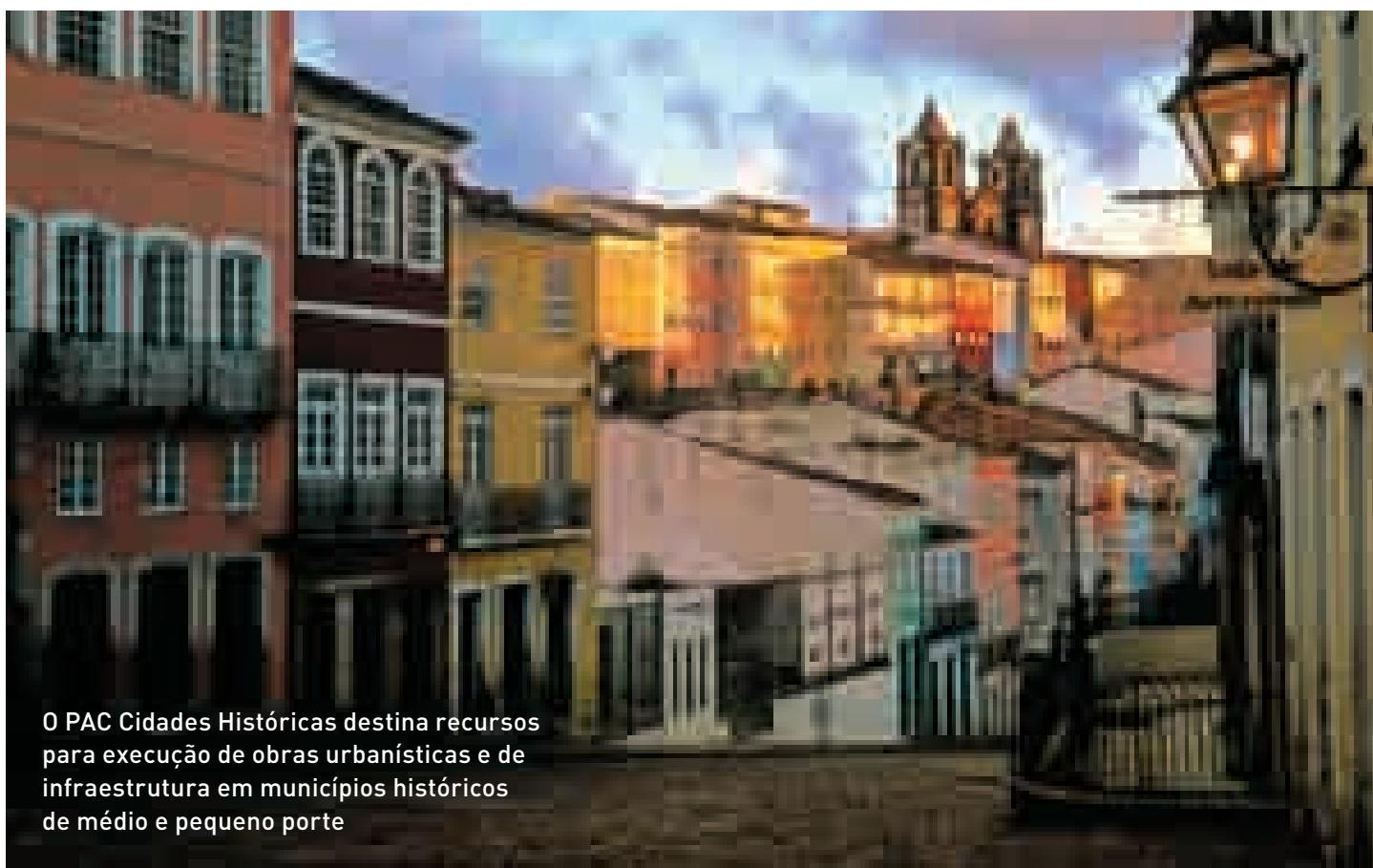


Fonte: SIAFI Gerencial, Sistema de Acompanhamento da Execução (SAE/MinC) e Sistema Integrado de Monitoramento de Ações da Cultura (SIMC).

Marco legal

A consolidação do Marco Legal da Cultura reestruturou o novo modelo público de fomento e de relação do Estado com a sociedade. Foram criados instrumentos legais para uma política cultural de Estado de longo prazo, por meio do debate e formulação do Plano Nacional de Cultura (PNC), que definiu as diretrizes para as políticas públicas pelos próximos dez anos. O PNC, aprovado no final de 2010, foi o primeiro planejamento de Estado no campo cultural da história do Brasil. Foi resultado de amplo debate com a sociedade na Conferência Nacional de Cultura I e II (2005 e 2010). As prioridades e os conceitos trazidos pelo PNC constituem um referencial de compartilhamento de recursos coletivos e de estabelecimento de metas para nortear as políticas públicas da área.

O Plano Nacional de Cultura definiu 13 princípios de atuação: liberdade de expressão, criação e fruição; diversidade cultural; respeito aos direitos humanos; direito de todos à arte e à cultura; direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; direito à memória e às tradições; responsabilidade socioambiental; valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; democratização das instâncias de formulação das políticas culturais; responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;





colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura; participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais. As metas para atingir esses objetivos serão medidas pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), implantado no MinC ao longo dos últimos anos.

Ainda no âmbito das propostas de inovação do Marco Legal da Cultura, em dezembro de 2010, estavam em tramitação no Congresso Nacional o projeto do Fundo Social do Pré-Sal, que inclui a cultura como destinatária de parte dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo do Pré-Sal, e a Proposta de Emenda Constitucional 150/2003, que estabelece um piso mínimo de 2% do orçamento federal, 1,5% do orçamento estadual e 1% do orçamento municipal para a Cultura.

Economia da cultura

O novo modelo de relação do Estado com a cultura reforçou seu tratamento como eixo de desenvolvimento da economia. Disso resultaram parcerias com o BNDES para linhas de financiamento e estímulo empresarial e a desoneração do Simples da Cultura (Lei 133/2009), que reduziu a carga tributária para produções cinematográficas e artísticas em diversas áreas. O Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Pró-Cultural) veio atualizar e corrigir as distorções da Lei Rouanet, buscando superar o modelo exclusivo de renúncia fiscal. As principais alterações foram a desburocratização do Fundo Nacional de Cultura, que ganhou imunidade de contingenciamento na LDO 2011, e o estímulo para investimentos do setor privado.

Ocorreram avanços significativos no desenvolvimento da economia da cultura e de seu potencial de geração de emprego e renda, bem como do fortalecimento do direito autoral como fundamento dessa economia. A modernização da Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/1998) promoveu o equilíbrio entre o direito de quem cria, o direito de quem investe e o direito de toda a sociedade de ter acesso à cultura, à informação e ao conhecimento, estimulando a formação de novos públicos e novos modelos de negócio, favorecendo a circulação de cultura na internet e nos novos meios.

Em 2010, foi iniciada a elaboração de estudos para criar um modelo brasileiro de análise da economia da cultura. Levantamentos feitos pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) indicam que cerca de 7% do PIB mundial são oriundos da economia da cultura. Índice semelhante se verifica no Brasil. Segundo dados do MinC, essa economia no País não conseguia incorporar, em 2010, nem

20% dos consumidores, com exceção da TV aberta. Avalia-se que é possível dobrar essa participação nos próximos cinco anos, a partir da correta incorporação de novos empreendedores e consumidores.

Todas estas iniciativas levaram ao crescimento na aplicação de recursos orçamentários ou captados e permitiram o investimento de R\$ 8,9 bilhões em projetos culturais pelo MinC no período de oito anos. Esse é o melhor desempenho desde a sua criação, paralelamente a melhorias progressivas na execução orçamentária e financeira e na relação entre os dispêndios das áreas finalísticas comparativamente às atividades-meio do Ministério. Os recursos destinados ao Norte e ao Nordeste se multiplicaram por seis e por cinco. Ao todo, R\$ 660 milhões foram investidos por meio de 251 editais públicos.

Com a definição da diversidade cultural e regional como elemento central das políticas para a cultura, passou-se a apoiar projetos de comunidades, grupos e artistas que nunca tinham sido foco de estímulo do Governo Federal: comunidades quilombolas, povos indígenas, setores como a produção independente para a TV, entre outros. Os investimentos em cultura foram executados como instrumento de inclusão social das populações carentes e daquelas mais afastadas dos grandes centros urbanos, de modo a compensar as enormes desigualdades regionais de renda e acesso.

Nessa direção, as políticas para a cultura voltaram-se para a valorização das matrizes e influências culturais que participaram da formação da nação brasileira: tratou-se de revitalizar a concepção de patrimônio – incluindo o imaterial – e reconhecer as mais de duas centenas de culturas indígenas, afrobrasileiras, ciganas e tradicionais.

Os eixos que nortearam as políticas de ampliação do consumo cultural e a promoção da diversidade definiram-se em: valorização da língua portuguesa e realização de um amplo mapeamento cultural do Brasil; barateamento do preço do livro e promoção de política para o livro e a leitura; preservação da memória e do patrimônio cultural; promoção da cultura digital e fortalecimento do Brasil como grande produtor de cinema e audiovisual no século XXI.

Para atingir esses objetivos, foi estabelecido um diálogo permanente com os artistas e segmentos da cultura, criando instâncias de participação nas decisões estratégicas do ministério e de aplicação do orçamento, e implementando programas como o Cultura Viva (2004), o Mais Cultura (2007) e o Vale-Cultura (2009).



Cultura Viva

O Programa Cultura Viva nasceu para estimular uma rede de criação e gestão cultural em todo o País, tendo como base projetos selecionados por meio de editais públicos e desenvolvidos em espaços chamados Pontos de Cultura. O público-alvo dos Pontos de Cultura são as populações com baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural ou com necessidade de reconhecimento de sua identidade cultural, além das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Os projetos são iniciativas das próprias comunidades, envolvendo atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária. Uma vez selecionadas, as organizações comunitárias recebem R\$ 185 mil do Governo Federal (em dados de abril/2010), em cinco parcelas semestrais, para desenvolver suas ações. O eixo integrador de todas as ações do Governo na Cultura pode ser compreendido no conceito de Ponto de Cultura, síntese de traços culturais de territórios e comunidades, em uma construção social em que o Poder Público buscou a compreensão e difusão dos saberes e fazeres locais, aportando recursos de apoio ao desenvolvimento da cultura em comunidades com

identidade própria. Em abril de 2010 havia quase quatro mil Pontos de Cultura em 1.122 municípios de todo o Brasil. Segundo projeção do MinC, a partir de levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no primeiro semestre de 2010 os Pontos de Cultura alcançaram 8,4 milhões de pessoas no País, entre participantes diretos e indiretos das atividades.

Mais Cultura

A implantação do Programa Mais Cultura inaugurou a construção de espaços físicos da cultura em áreas carentes. Reconheceu-se a urgência de atuar por meio de políticas públicas na função cultural das cidades. Para contemplar áreas de maior vulnerabilidade social, foi estabelecida uma territorialização a partir do mapa dos Territórios da Cidadania – com foco nas áreas rurais – e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que atua em regiões metropolitanas com forte índice de violência.

Dividiu-se a estrutura do Programa em três dimensões, articuladas entre si: Cultura e Cidadania (responsável pela execução do Programa Cultura Viva), Cultura e Cidades e Cultura e Economia. Entre



as principais ações desenvolvida destacam-se: Espaços e Bibliotecas Mais Cultura, Cine Mais Cultura, Microprojetos Mais Cultura e Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (PromoArt).

No projeto Espaços e Bibliotecas Mais Cultura, e no intuito de estimular o hábito da leitura nas próximas gerações, o Governo investiu na instalação e modernização de bibliotecas públicas em todo o País (Programa Livro Aberto e Programa Nacional de Incentivo à Leitura). Em conjunto com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a ação promoveu construções e reformas de equipamentos, envolvendo ainda sua gestão, comunicação, aquisição de mobiliários e capacitação de recursos humanos. O Mais Cultura foi responsável pela implantação de 1.610 Bibliotecas Municipais (outras 1.762 estaduais e municipais foram modernizadas), de cerca de 850 Cines, de 1.461 Pontos de Leitura e de mais 2.500 Pontos de Cultura.

O Programa Mais Cultura também concentrou recursos no financiamento de microprojetos de produção artística e cultural em regiões culturalmente ricas, mas com baixo IDH, como o Semiárido.

Vale-Cultura

O Programa Vale-Cultura foi a primeira iniciativa de política pública governamental voltada diretamente para o consumo cultural. O programa foi concebido como mecanismo de estímulo aos trabalhadores para a aquisição de ingressos de cinema, teatro, museus, shows, livros, CDs e DVDs, entre outros produtos culturais. Inspirado no vale-refeição e no vale-transporte, o vale-cultura foi desenhado no formato de um cartão magnético, com saldo de até R\$ 50 por mês, por trabalhador, a ser utilizado no consumo de bens e serviços culturais. As empresas com declaração de Imposto de Renda com base no lucro real podem aderir ao Vale-Cultura e deduzir até 1% do imposto devido. Os trabalhadores com renda de até cinco salários-mínimos respondem com, no máximo, 10% do valor (R\$ 5). A abrangência do benefício foi estendida a servidores públicos federais, estagiários e aposentados, sendo que para estes o valor é de R\$ 30. Em novembro de 2010 a regulamentação legal do Vale-Cultura encontrava-se em tramitação no Congresso Nacional.



O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi instituído para abrigar projetos de modernização e criação de museus em todo o País, contribuindo para a preservação da memória e do patrimônio histórico nacional



O Governo Federal buscou valorizar as matrizes culturais que participaram da formação do Brasil

Preservação da Memória e do Patrimônio

As iniciativas voltadas para a preservação da memória e do patrimônio cultural brasileiros tiveram como objetivo atualizar e valorizar a percepção histórica e artística da diversidade étnica e social do País, bem como seus documentos. A restauração do patrimônio passou a ser diretamente associada ao desenvolvimento das cidades. As políticas abrangeram compra e reforma de equipamentos, digitalização e restauro de acervos, qualificação de profissionais, entre outras frentes.

Os eixos de atuação neste campo priorizaram: 1) a requalificação urbanística, com a criação do PAC Cidades Históricas, que daria nova escala a ações estruturantes, promotoras do desenvolvimento econômico e social; 2) o avanço institucional, com o advento dos Sistemas Nacionais de Museus e de Patrimônio Cultural, que possibilitaram a coordenação de agentes públicos e privados; 3) a memória das artes, com tratamento, preservação, digitalização e difusão de acervo de mais de um milhão de itens; 4) o patrimônio arqueológico, com a criação do Centro Nacional de Arqueologia; e 5) a política de tombamentos e registros, baseada no reconhecimento oficial de valor da diversidade nacional. Desde os anos 1960, o Brasil

não promovia tão ampla política de reconhecimento do patrimônio cultural.

A ausência de uma política pública transversal no campo do Patrimônio Cultural levou o Governo Federal a criar o PAC Cidades Históricas, iniciativa intergovernamental, articulada com a sociedade, que investiu R\$ 142 milhões, em 2009, e aportou mais de R\$ 750 milhões para os três anos seguintes, em 173 cidades históricas, para a execução de obras urbanísticas, inclusive de infraestrutura. Em 2010, o valor de recursos aprovado pelo Iphan foi de R\$ 164,8 bilhões. Os investimentos foram aplicados em todos os Estados da Federação e em 166 municípios brasileiros, fortalecendo as cidades históricas, muitas delas pequenas e médias, na preservação e valorização da cultura e identidade nacionais.

Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2009, o Governo concedeu destaque especial à preservação da memória e do patrimônio histórico brasileiro nos seus aspectos museológicos. Além da modernização dos museus existentes, a meta de longo prazo consistia na criação de novos museus de pequeno porte em todo o território nacional, inclusive em comunidades caracterizadas pelo alto índice de violência, mediante fomento de projetos transversais integrados com a área de segurança pública e cidadania. Desde seu início, em 2004, o programa foi res-



ponsável por alocar mais de R\$ 10,7 milhões em 185 projetos de modernização de unidades museológicas.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial efetivou a política de tombamentos e registros de bens culturais e promoveu a valorização de populações detentoras de conhecimentos tradicionais e expressões brasileiras, em constante diálogo com uma rede de instituições nacionais e internacionais, agentes, grupos culturais, comunidades e indivíduos. Até 2003, haviam sido realizados dois registros de patrimônios imateriais no Brasil. Em 2010, havia 19 bens registrados e mais de 60 em processo de registro. Exemplo disso são a arte Kusiwa e o Samba do Recôncavo, registrados em 2002 e 2004, respectivamente, e que também foram consagrados pela Unesco como obras-primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade, e, mais recentemente, incorporados à Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Ainda no campo da preservação da memória e do patrimônio cultural do País, o Governo desenvolveu, no âmbito do Programa Brasil Patrimônio Cultural, a ação Preservação de Acervos Culturais, compreendendo as atividades de conservação preventiva, restauração, e divulgação de acervos, especialmente aqueles sob responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional e da Funarte.

Diversidade cultural

Na ótica da valorização da diversidade cultural criou-se o Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural para apoio direto aos povos indígenas, ciganos, afrodescendentes, à população LGBT, a crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento psíquico, comunidades tradicionais e mestres de culturas populares. Mais de 1.740 iniciativas foram contempladas. Neste escopo, teve destaque o Programa Cultura Afrobrasileira, política criada para associar estratégias de promoção de oportunidades para a população negra a ações de conservação e proteção do patrimônio cultural afrobrasileiro, especialmente nas comunidades quilombolas e tradicionais. Em 2003, a situação das comunidades rurais e urbanas de tradição africana era de dificuldade de acesso aos bens e serviços sociais, infraestrutura escassa, baixa escolaridade, desemprego, déficit de moradia, baixa renda, mortalidade infantil acentuada, insalubridade dos mais velhos, desconhecimento dos seus direitos e dos instrumentos legais de defesa. A maioria das comunidades quilombolas, cerca de 96% de um total de 743 identificadas em 2007, ainda não possuía a titulação e o registro de propriedade das terras. As comunidades religiosas, por sua vez, ainda eram vítimas do estigma da intolerância.



Com o intuito de estimular o hábito da leitura, o Governo investiu na instalação e modernização de bibliotecas públicas em todo o País, inclusive em municípios onde esse equipamento cultural não existia



Por meio dos Pontos de Cultura, que abrigam projetos desenvolvidos pelas próprias comunidades, o Governo incentiva os saberes e fazeres locais. O Programa Mais Cultura implantou 1.461 Pontos de Cultura em todo o País

A cultura afrobrasileira obteve com as ações da Fundação Cultural Palmares (FCP) um avanço em estrutura e linhas estratégicas e foi integrada à política cultural do Governo. A FCP firmou parcerias com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com o Ministério Público, com os Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho, da Educação, do Meio Ambiente, dentre outros.

Política para o audiovisual

A política para o audiovisual deu forte impulso ao cinema nacional. De uma média de 30 filmes lançados/ano no biênio 2002/03 chegou-se à média de 80 filmes no biênio 2008/09. Dentre as ações de fomento a projetos, merecem destaque os incentivos fiscais destinados à produção do cinema nacional em 2009. Os filmes produzidos com aportes de recursos públicos contribuíram para um crescimento de 16,5% na participação do cinema nacional no mercado cinematográfico em relação ao ano anterior. Os resultados deveram-se em grande parte ao apoio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), importante mecanismo de fomento. O FSA atuou de forma bastante ampla, abrangendo os segmentos de produção cinematográfica de longa-metragem, produção independente para TV, aquisição de direitos de distribuição e comercialização.

Outra linha de atuação dos órgãos gestores do FSA, inaugurada em 2009, foi o Programa Cinema Perto de Você, que estimulou a criação de salas de cinema em regiões onde a população não tem acesso a esse bem cultural, em cidades de porte médio e em bairros populares das grandes cidades. A primeira iniciativa nesse sentido foi o Projeto Cinema da Cidade, iniciado em 2010, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e parcerias com prefeituras, voltado para a instalação de salas de cinema e equipamentos correlatos. O Programa Cinema Perto de Você é uma ação coordenada pelo MinC e pela Ancine, em parceria com o BNDES e o Ministério da Fazenda. As ações foram planejadas para o período 2010-2014.

Os investimentos na produção audiovisual foram regionalizados com o Programa Olhar Brasil, que estimulou o desenvolvimento desse ramo nas diversas regiões do País, por meio de Núcleos de Produção Digital (NPDs), espaços aptos a promoverem atividades de formação profissional.

Os segmentos das artes cênicas, artes visuais não cinematográficas e música também foram incentivados com expressivos aportes orçamentários. Esses investimentos se destinaram ao fomento de projetos e eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais e outros.



7. Esporte

As ações do Governo Federal no âmbito do Esporte, entre 2003 e 2010, foram pautadas pelos compromissos de inclusão social, democratização do acesso com ampliação da escala de atendimento, planejamento e preparação das bases para transformar o Brasil numa potência esportiva mundial. Desde 2003, com a criação do Ministério do Esporte, o País incorporou uma nova concepção de gestão pública para esporte e lazer. Ao considerar a atuação do Ministério um importante meio para efetivar direitos sociais, afirmados na Constituição Federal, o Governo Federal mudou o rumo do tratamento que se deu tradicionalmente a esta área.

No centro da concepção posta em prática nesses oito anos está a convicção de que a democratização e a ampliação do acesso ao esporte e ao lazer contribuem para a promoção da saúde, a elevação da qualidade

de vida da população e o desenvolvimento humano, com efeitos positivos na redução das desigualdades e na segurança pública, além de aumentar o potencial de geração de trabalho e renda. Essa nova concepção resultou em avanços no orçamento, na legislação, no atendimento, no desenvolvimento técnico e científico, na participação e controle social, na *expertise* de gestão pública adquirida e nos desafios assumidos.

Foram conquistas notáveis para o esporte nacional os êxitos das candidaturas do Brasil à Copa Fifa 2014 e às Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016. Esses dois desafios, somados ao sucesso na realização dos XV Jogos Panamericanos e III Jogos Parapanamericanos Rio 2007, inseriram o Brasil no circuito internacional de grandes eventos, consolidaram o esporte brasileiro como plataforma de promoção do País no exterior e abriram um leque de oportunidades na agenda do desenvolvimento, com investimentos em infraestrutura urbana, em serviços e na modernização das arenas esportivas.

O desafio de desenvolver uma política nacional do esporte como mecanismo de promoção social deparou-se com o obstáculo inicial da ausência de dados oficiais sobre a infraestrutura esportiva nos municípios brasileiros. Para superar esta dificuldade, o então recém criado Ministério do Esporte realizou, em conjunto com o IBGE, uma pesquisa de informações básicas municipais – o Suplemento de Esporte –, que confirmou o déficit de infraestrutura esportiva no País. O enfrentamento do problema exigiu do novo governo um conjunto de ações direcionadas à alocação de recursos em grande volume no setor, à renovação da infraestrutura, ao investimento na capacitação profissional e na formação e treinamento de atletas e equipes, à melhoria na gestão e à atualização das legislações e normas.

A evolução dos investimentos públicos culminou com a incorporação de obras do esporte no PAC. O orçamento do Ministério do Esporte cresceu nos últimos oito anos mais de 500%, passando de R\$ 371 milhões, em 2003, para R\$ 2,12 bilhões, em 2010. No esforço de ampliar e diversificar o financiamento além do Orça-



O Bolsa-Atleta garante apoio financeiro e manutenção mínima a esportistas de alto rendimento



mento da União foram intensificadas parcerias entre o setor público e privado, partilhando responsabilidades.

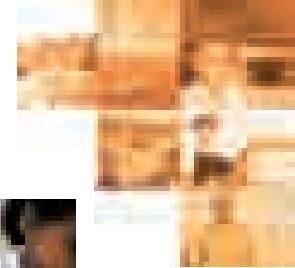
Marco Legal do Esporte

No que se refere ao Marco Legal estruturante, o Governo se empenhou na aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006 e Lei 11.472/2007), trazendo para o setor benefícios já concedidos a outros segmentos, tornando possível financiar desportistas e para-desportistas por meio de incentivo fiscal. Empresas tributadas com base no lucro real passaram a deduzir até 1% do imposto de renda devido ao apoiar projetos chancelados pelo ME. Assim, em 2009, foram avaliados 586 projetos, aprovados 354, e captados mais de R\$ 100 milhões. Salienta-se também a criação do Projeto Torcida Legal, que consistiu no reforço de medidas de segurança pública para grandes eventos esportivos,

com o objetivo de diminuir a violência nos estádios, e que propunha alterações no Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003 e Lei 12.299/2010). Neste âmbito, foi celebrado Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, Ministério do Esporte, Ministério da Justiça, Confederação Brasileira de Futebol e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. O Termo conjugou esforços para a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, e o cumprimento das garantias de segurança apresentadas pelo Governo para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo 2014. Nessa iniciativa de modernizar e adequar a regulamentação destacam-se também a instituição da Bolsa Atleta (Lei 10.891/2004), que trata da garantia a manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio e que apresentam bons resultados esportivos; e o Ato Olímpico (Lei



Em 2010, 2/3 do orçamento do Ministério estavam sendo aplicados na construção de equipamentos públicos esportivos para garantir infraestrutura para Copa 2014. Na foto, estádio Engenhão no Rio de Janeiro (RJ)



12.035/2009) que ajudou a criar condições para a vitória da candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Para efetivar os compromissos de inclusão social foram criados programas voltados à prática de esporte nas escolas e pela sociedade em geral. Programas como Segundo Tempo (PST) e Esporte e Lazer da Cidade (PELC) tiveram forte impacto de humanização e elevação da qualidade de vida da população no que tange à formação cidadã de crianças e adolescentes, propiciando a ocupação do tempo da juventude, promovendo a saúde, em especial da terceira idade, e atuando com políticas inter-setoriais na prevenção à violência. Somadas às demais políticas sociais, repercutiram positivamente nos resultados de reversão das condições de vulnerabilidade social. Como em todas as esferas do Governo, essas iniciativas buscaram a participação social na elaboração e no controle das ações. Para tanto, foram realizadas três edições da Conferência Nacional do Esporte (2004/2006/2010), estimulou o funcionamento dos conselhos e reestruturou o Conselho Nacional do Esporte em 2009.

O Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional Segundo Tempo (PST) democratizou o acesso ao esporte educacional de qualidade aos alunos de escolas públicas da educação básica das redes municipal e estadual, ao oferecer, no contraturno escolar, atividades esportivas sob orientação de professores e monitores de Educação Física e Esporte, bem como reforço alimentar e atividades complementares, prolongando a jornada oficial, contribuindo para a elevação do rendimento em sala de aula e a redução da evasão. O PST foi desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Programa Mais Educação, iniciando com as escolas que participavam desta ação do MEC. O Programa descentralizou a execução orçamentária e financeira para governos estaduais, municipais, organizações não-governamentais e entidades nacionais públicas ou privadas sem fins lucrativos, com os quais celebrou 888 convênios. Desde sua criação em 2003, foram 3,8 milhões de atendimentos a crianças orientadas por 66.630 professores e monitores, em 21.277 Núcleos de Esporte Educacional, distribuídos em 2.387 municípios de todas as regiões e Unidades Federativas do País, representando um investimento de R\$ 679.691.633,00. Em 2009, o Governo estendeu aos beneficiados do PST atividades lúdicas, artísticas, culturais, sociais e turísticas no período de férias escolares de janeiro, por meio do Projeto Segundo Tempo/Recreio nas Férias, que atendeu a 213.900 crianças, adolescentes e jovens, em aproximadamente 200 municípios de 19 Unidades Federativas.



Atividades que estimulam o uso da lógica e do raciocínio foram implantadas nas escolas públicas de Educação Básica

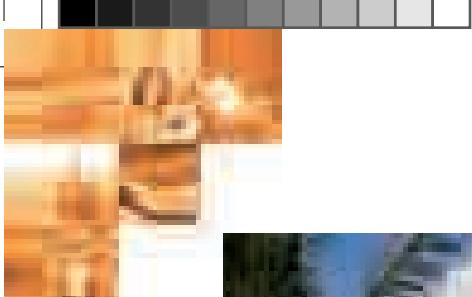
O Programa Segundo Tempo foi reconhecido pelas Nações Unidas como um modelo para promoção da educação, saúde e desenvolvimento social através do esporte e por sua total aderência aos Objetivos do Milênio, particularmente à proposta internacional de Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, coordenado pelo Grupo de Trabalho Internacional vinculado ao Escritório da ONU do Esporte para o Desenvolvimento e a Paz (UNOSDP - United Nations Office on Sport for Development and Peace), no qual o Brasil, por meio do Ministério do Esporte, representa o continente Americano.

Esporte e Lazer da Cidade

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) criou ações para envolver pessoas de todas as idades em 1,2 mil municípios, aliando a democratização de práticas de esporte recreativo e de lazer com a disseminação e a produção de conhecimentos, formação continuada de gestores e seus participantes. Foi desenvolvido em duas linhas de ações principais: Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e Rede CEDES. Desde 2003, atingiu 2.372 núcleos, que possibilitaram formar 20,1 mil gestores com 2 milhões de atendimentos, por meio de 130 convênios firmados.

As iniciativas contemplaram também a criação dos núcleos do PELC Vida Saudável, para adultos acima de 45 anos e idosos, e do PRONASCI/PELC, voltado a jovens de 15 a 24 anos, diretamente envolvidos com situações de violência, e suas comunidades, em parceria com o Ministério da Justiça.

A Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer), foi uma parceria com instituições de Ensino Superior e centros de pesquisa, que somavam 59 núcleos em 2010, envolvendo noventa grupos



O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) criou ações para envolver pessoas de todas as idades

de pesquisa e estudos cadastrados no CNPq, e que produziram 145 pesquisas na área de Ciências Sociais para qualificar as políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

O Programa Inclusão Social pelo Esporte contribuiu para a inserção social de detentos do sistema prisional, adolescentes em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, em 2009 registraram-se 3,1 milhões de atendimentos a pessoas, a maioria jovens de 18 a 25 anos. O Programa se desenvolveu em duas linhas principais: 1) Ação Pintando a Liberdade, que propiciou a geração de emprego direto para 13.000 internos do Sistema Prisional Brasileiro, em 73 unidades de produção de material esportivo em caráter de atividade continuada. 2) A Ação Pintando a Cidadania, que absorveu a mão-de-obra de 2.499 pessoas de comunidades carentes, proporcionando-lhes uma renda mensal a partir da produção de materiais esportivos, também em caráter de atividade continuada. No período de 2003-2010 foram produzidos 8,6 milhões de itens de material esportivo que possibilitaram cerca de 40 milhões de atendimentos as pessoas envolvidas em programas esportivos sociais.

Atenção ao atleta

Outro foco importante na área de esporte para o Governo Federal nos últimos oito anos foi o esporte de alto rendimento. O compromisso com a elevação do desempenho dos atletas e dos times traduziu-se na superação da relação de atendimento a necessidades pontuais – desde 2003, a execução de iniciativas passaram a ser planejadas e articuladas em políticas públicas para essa dimensão esportiva. A ação envolveu governo e sociedade e, de forma destacada, entidades nacionais de administração e prática esportiva, tais como, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Para possibilitar condições de acesso ao esporte de alto rendimento, foi criada uma linha de ações interligadas. No âmbito do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, destacou-se a concessão de bolsas a atletas de várias categorias e esportes diferentes, garantindo apoio financeiro à manutenção pessoal mínima e condições de dedicação a treinamento esportivo e competições. O Bolsa-Atleta se consolidou como um dos maiores programas públicos do mundo de assistência direta ao atleta.

A demanda de inscrições aumentou 9 vezes em relação ao primeiro ano (2005), enquanto as bolsas concedidas triplicaram, em mais de 80 modalidades esportivas. Até 2009, o programa já havia concedido bolsas a 10.209 atletas, perfazendo o total de R\$ 131,7 milhões investidos. Ainda no campo do esporte de alto rendimento, implementaram-se as seguintes ações: Descoberta de Talentos Esportivos, na qual foram avaliados, com base científica, mais de 150 mil crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos em todo o País e descobertos mais de sete mil talentos para o esporte; Núcleos de Esporte de Base, para especialização do treinamento de formação esportiva; e Centros Regionais de Treinamento, descentralizando o aprimoramento de atletas de alto nível.

Desenvolvimento técnico e científico e infraestrutura

A realização dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos Rio 2007 credenciou o Brasil a receber outros grandes eventos. A experiência adquirida, o apoio dos três níveis de governo e um projeto técnico eficiente foram decisivos para o sucesso do País. O Parapan 2007 foi marco de igualdade nas Américas. Pela primeira vez, um país realizou na mesma cidade e datas subseqüentes, os dois maiores eventos mul-



tiesportivos das Américas. Também em 2007, o Brasil foi escolhido para sediar os 5º Jogos Mundiais Militares – Jogos da Paz – a serem realizados em 2011, na cidade do Rio de Janeiro. O evento reunirá 6 mil atletas de mais de cem países.

No período 2003-2010, o Governo Federal realizou ações que permitiram avanços na ciência e na tecnologia para melhoria da formação e do rendimento dos atletas. Ampliou-se a Rede Cenesp (Centros de Excelência Esportiva), com 14 instituições de Ensino Superior parceiras e 93 produções aplicadas à melhoria do desempenho de 3,3 mil atletas brasileiros. Consolidou-se ainda o Centro de Documentação Esportiva do Ministério do Esporte (Cedime), solidificando iniciativas inéditas para garantir a produção e a circulação do conhecimento no setor.

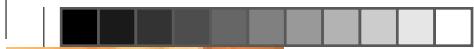
Em termos de infraestrutura, houve investimento significativo de R\$ 2,9 bilhões em mais de 12,5 mil obras de construção. A criação de políticas de inclusão social e de atenção ao atleta, bem como a preparação para as Olimpíadas de 2016 e a Copa de 2014

tornaram primordial adequar a infraestrutura a condições operacionais satisfatórias. No intuito de reverter o déficit de equipamentos esportivos, o Governo desenvolveu estratégias para melhorar a execução e diminuir o tempo de construção das obras. Entre elas, reuniões técnicas regionais para orientação dos gestores estaduais e municipais quanto aos procedimentos para execução dos projetos aprovados.

O Governo mobilizou recursos adicionais para reforço de dotação orçamentária. Em 2010, 2/3 do orçamento do ME estavam sendo aplicados na construção de equipamentos públicos esportivos. Na ocasião, o orçamento do Ministério totalizou R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 1 bilhão foi destinado à implantação e modernização de infraestrutura esportiva. O conjunto de obras contratadas englobava a construção de quadras, ginásios, piscinas, pistas de atletismo, laboratórios, centros de treinamento, Praças da Juventude, equipamentos em escolas do Ensino Fundamental e Médio, em instituições de Ensino Superior, bem como a implantação de estruturas para a realização de competições e grandes eventos nacionais e interna-



O Governo se empenhou na aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte, o que trouxe ao setor benefícios já concedidos a outros segmentos, como o financiamento de desportistas e paradesportistas



cionais. Destes equipamentos destacam-se: a construção de Quadras de esporte (5.220 obras), Ginásios (1.307 obras), Estádio (836 obras), Vilas Olímpicas (33), Complexos Esportivos (384), Campos de Futebol (683), Pistas de Atletismo (72), Praças da Juventude (192) entre outros.

Para acelerar o conjunto das obras, o Ministério do Esporte firmou convênio com a Caixa Econômica Federal, responsável pelo acompanhamento das obras e a liberação dos recursos financeiros, realizando a gestão dos contratos de repasse. Todos os Estados e o Distrito Federal foram beneficiados com obras esportivas. Das obras que receberam ordem de início, 4.134 foram concluídas e 1.851 estava em andamento em 2010, totalizando 5.985 contratos com obras concluídas ou em execução. Em 2007, foi desenvolvido o Projeto Praça da Juventude, com o objetivo de levar equipamentos esportivos (públicos e qualificados) para a população. A iniciativa ajudou a direcionar as emendas parlamentares para um projeto estruturante, capaz de gerar uma marca para o Governo. Entre 2008 e 2010, foram conveniadas 192 Praças. Em 2010, o ME, em parceria interministerial, ajudou a elaborar o Projeto Praças do PAC, que passou a integrar os Programas sociais do PAC 2.



Os alunos contam com reforço alimentar para manter a energia nas atividades extras





8. Justiça e segurança pública

Diante da baixa capacidade de investimento de estados e municípios e da fragilidade dos órgãos de segurança, o Governo Federal decidiu, no início de 2003, tomar iniciativas para integrar, reestruturar e modernizar as instituições de segurança pública e defesa civil em todas as unidades da Federação, consolidando sua Política Nacional de Segurança Pública.

Para dar um tratamento sistêmico à segurança, visando abordar os múltiplos fatores e componentes da criminalidade e da violência, criou-se o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). A aplicação dos recursos do FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública), criado em 2001, foi completamente reorientada. Definiram-se áreas prioritárias para os investimentos federais, valorizando os projetos de reequipamento, treinamento e qualificação das polícias Civil e Militar, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais. Respeitando os princípios do federalismo democrático, as ações foram desenvolvidas em cooperação, efetivada pela criação dos GGIs (Gabinetes de Gestão Integrada) em todas as unidades da Federação e pela criação dos Consórcios Intermunicipais de Segurança Pública.

Com base na concepção de que um efetivo combate ao crime e à impunidade depende de informação e conhecimento, foi dado novo foco ao desenvolvimento de sistemas de inteligência, de investigação e de estatísticas policiais, para controle eficaz e articulação das ações policiais. A Polícia Técnica e Científica foi estruturada e modernizada.

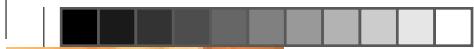
A nova visão trazida pelo Governo Federal para a área de segurança implicou uma ênfase maior à prevenção do que à repressão do delito. Por isso, investiu-se em programas de Polícia Comunitária. Novos critérios para a utilização dos recursos federais foram adotados com o objetivo de induzir estados e municípios a instituir Planos de Segurança Pública locais alinhados com as novas diretrizes federais: integração das ações dos diversos órgãos de segurança pública; qualificação dos trabalhadores do setor; redução da corrupção e violência policiais.

O reaparelhamento dos órgãos de segurança pública estaduais, mantido como prioridade do Susp, mudou, porém, de enfoque. Privilegiou-se a aquisição de armas mais precisas e de menor calibre, além de armamento não letal o que, aliado à nova formação dos profissionais, reduziu a violência policial. Foram realizados repasses da ordem de R\$ 635 milhões para estados e municípios entre 2003 e 2009 para aquisição de todo tipo de equipamento.

Em vez de investir quase que exclusivamente em viaturas e armamentos, o Governo Federal passou a pensar, prioritariamente, no profissional, transformando-o em um agente transformador da realidade social brasileira. A profissionalização da gestão da política de segurança pública, segundo os princípios dos direitos humanos e da cidadania, desenvolveu-se segundo quatro eixos fundamentais: formação, concessão de bolsas, programas de habitação e de saúde.



A nova formação do profissional de segurança fez dele um agente transformador da realidade social brasileira



Com o intuito de levar a formação a um novo patamar no país, foi criada a Renaesp (Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública) que integra os profissionais de segurança pública ao ambiente acadêmico. Trata-se de um projeto de educação permanente a partir da parceria de IEEs (Instituições de Ensino Superior) que promovem pós-graduação na área de Segurança Pública. A Rede conta com 66 IEEs credenciadas em todo o território nacional. A Renaesp foi responsável por 120 edições de cursos realizados nos últimos cinco anos em 24 estados e no Distrito Federal. Mais de 5 mil profissionais de segurança pública foram qualificados.

Para alcançar os servidores da área de Segurança Pública, independentemente das limitações sociais e geográficas, criou-se a Rede Nacional de Educação a Distância com a instalação de 270 telecentros, cobrindo as 27 unidades da Federação. A rede teve 390 mil matriculados de todos os estados e do Distrito Fe-

deral em 2008. Esse número saltou para 524 mil em 2009 e ficou na casa dos 400 mil em 2010.

Um programa que combina complementação salarial com capacitação, a Bolsa-Formação, criado no âmbito do Pronasci, (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), representou um novo e importante incentivo para os profissionais de segurança pública buscarem melhor formação, garantindo melhores condições de trabalho e melhoria dos serviços prestados à sociedade. Mais de 360 mil servidores policiais e guardas municipais foram beneficiados entre 2008 e 2010, totalizando investimento de cerca de R\$ 1,41 bilhão.

Além de promover a formação dos profissionais de segurança pública, a Renaesp induziu a criação de uma nova área de conhecimento acadêmico: os estudos multidisciplinares ligados às questões de segurança pública. Também contribuiu para a abertura de novos Centros de Pesquisa e Estudos e fez crescer o





intercâmbio, a articulação e a integração entre profissionais de segurança pública e a sociedade civil. Isso levou o debate de temas como violência de gênero, liberdade de orientação sexual, igualdade racial e direitos etários no âmbito da segurança pública a um novo nível de rigor científico e acadêmico.

Foi, assim, desenvolvida a MCN (Matriz Curricular Nacional) para formação dos profissionais da área de segurança pública, referencial pedagógico adotado, respeitando-se a autonomia dos entes federados, nas 27 unidades da Federação. Essas iniciativas induzem a uma clara mudança na forma de gerir a segurança pública.

Não bastava, porém, qualificar os profissionais de segurança para conseguir mudar o quadro, historicamente caracterizado pela baixa valorização desses trabalhadores. Foi criado, então, o Programa Nacional de Atenção à Saúde dos Servidores de Segurança Pública e Guardas Municipais e o Plano Habitacional para profissionais de segurança pública e agentes penitenciários, responsável pela contratação de mais de 10 mil financiamentos para compra de moradias.

A informação é a principal ferramenta da ação policial centrada na prevenção ao crime e à violência. Três sistemas de gestão do conhecimento foram aperfeiçoados e modernizados para atender às necessidades impostas pelo novo modelo de segurança pública: o SINESPJC (Sistema Nacional de Estatística e Segurança Pública e Justiça Criminal), o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do Sistema Único de Segurança Pública. Os sistemas permitem reunir e monitorar constantemente as informações de segurança pública e justiça criminal das unidades da Federação e compará-las em nível nacional.

O SINESPJC e o Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do Susp viabilizaram a avaliação e divulgação de resultados para a sociedade, atendendo a um dos objetivos do Governo Federal: o crescente envolvimento da sociedade na discussão e estabelecimento de políticas públicas de segurança. Fruto desse processo de envolvimento da sociedade foi a 1ª Conseg (Conferência Nacional de Segurança Pública), realizada em 2009. Para envolver a sociedade no debate, o Governo Federal reformulou, por meio do Decreto 6950 de agosto de 2009, o Conasp (Conselho Nacional de Segurança Pública), inativo havia anos. Reestruturado, passou a incluir em sua composição 40% de representantes da sociedade civil e 30% dos trabalhadores da área.

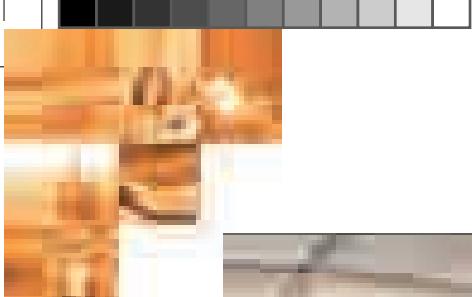
Força Nacional de Segurança Pública

A maior articulação federativa na promoção da segurança ganhou um instrumento importante com a criação, em 2004, da FNSP (Força Nacional de Segurança Pública). Baseada no modelo das Forças de Paz da ONU, a FNSP é formada por policiais e bombeiros cedidos temporariamente pelos estados. Eles podem ser empregados como força suplementar das forças estaduais no gerenciamento de crises na segurança pública. Depois de passar por uma rigorosa rotina de exercícios e cursos, os integrantes da Força Nacional estão aptos a atuar, sempre mediante solicitação direta do Chefe do Poder Executivo dos estados, ou, excepcionalmente, em operações de apoio à Polícia Federal. Reintegrados a suas funções nos estados de origem, depois do treinamento ou da atuação, os policiais e bombeiros da FNSP tornam-se multiplicadores dos conhecimentos adquiridos. Desde que foi criada, mais de 13 mil profissionais passaram pelo treinamento para integrar a FNSP.

O Bepe (Batalhão Escola de Pronto-Emprego) sediado em Luziânia (GO), com efetivo de 540 profissionais sediados em Luziânia-GO, está capacitado para agir imediatamente em casos de desastres, ações emergenciais de polícia ostensiva e ações de preservação do meio ambiente. Além do Bepe, a Força Nacional de Segurança conta com 7.082 policiais capacitados, que continuam desempenhando suas funções em seus estados, e podem ser mobilizados pela FNSP. Desde 2004, a Força Nacional já atuou em 15 estados, empregando mais de 2.500 profissionais. Segundo os dados das instituições de segurança estaduais, a FNSP foi responsável por uma diminuição de até 43% nos índices de crimes contra a pessoa em alguns estados. Em todas as ações, o índice de letalidade da FNSP é próximo do zero.

Em 2007, um importante passo foi dado na implantação de uma abordagem sistêmica para o problema de segurança. Indo além da integração das várias esferas governamentais promovida pelo Susp, foi criado o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) destinado a atuar nas raízes socioculturais da criminalidade, articulando ações de segurança pública e políticas sociais.

Os homicídios, maior causa de morte não natural entre os homens e a segunda entre as mulheres, se concentram nas áreas pobres das regiões metropolitanas. Um dos fatores do aumento da criminalidade nas últimas duas décadas foi o surgimento de organizações criminosas articuladas a partir do tráfico



Inauguração do Território de Paz de Recife (PE) marca o novo modelo de segurança com cidadania

de drogas. É nos territórios urbanos marcados pela desigualdade social e pela urbanização desordenada, dotados de precária infraestrutura urbana, que as organizações criminosas impõem seu domínio territorial e social, recrutando em escala crescente crianças e adolescentes para o crime organizado.

Articulando as diversas forças de segurança – polícias civil e militar, bombeiros, guardas municipais, Secretaria de Segurança Pública – e representantes da sociedade com apoio de equipes multidisciplinares de assistentes sociais, psicólogos, educadores, comunicadores e sociólogos, o Pronasci lançou um novo olhar sobre esses territórios urbanos deflagrados onde o estado esteve historicamente pouco presente. Os projetos de caráter local do Pronasci visam reintegrar esses territórios, onde vivem vítimas de violação de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, devolvendo-lhes a paz, a integração dos jovens e das famílias e a segurança e a convivência pacífica.

O Pronasci implantou 26 Territórios de Paz em 19 municípios de 11 estados e do Distrito Federal. Nessas Territórios de Paz combinam-se políticas de segurança com ações sociais voltadas para a prevenção e eliminação das causas que levam à violência

Na ótica de envolver a comunidade na solução de seus próprios problemas de segurança, foi feita a

inserção de 13.479 beneficiárias no projeto Mulheres da Paz. Mediante um auxílio mensal de R\$ 190, essas mulheres atuam na prevenção de conflitos locais e no recrutamento de jovens em situação de risco para participação em projetos sociais do Governo Federal. Desses jovens, mais de 31 mil foram beneficiados no âmbito do Projeto para Jovens em Território Vulnerável (Protejo), em que são desenvolvidas atividades educacionais, culturais e esportivas. Os jovens participam do curso de formação cidadã e passam a atuar como multiplicadores da cultura de paz, recebendo pelo projeto, durante um ano, uma bolsa mensal de R\$ 100.

A outra vertente do Pronasci é a de projetos estruturantes com alcance nacional. Esses projetos visam colaborar na modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional, na melhoria das condições de trabalho dos profissionais da segurança, e no enfrentamento da corrupção policial. No que se refere à valorização dos direitos humanos no tratamento ao preso, o Pronasci estabeleceu um modelo de Penitenciárias Pronasci para jovens adultos de 18 a 24 anos. Com projeto arquitetônico diferenciado dotado de sala de aula, espaço de lazer e cultura, essas unidades oferecem o que há de melhor para a reinserção social do preso.

Política penitenciária

Em 2003, o Brasil assistia a um crescimento vertiginoso da população prisional. Uma grande parcela da população prisional era de reincidentes. Era necessário induzir e apoiar boas políticas de reintegração social e apoio ao egresso. Com vistas a promover a reintegração social do condenado, do internado e do egresso do sistema penitenciário e o atendimento a seus dependentes, o Governo Federal lançou o Programa de Aperfeiçoamento da Execução Penal.

A iniciativa de construir o sistema penitenciário federal mudou o conceito de gestão prisional no Brasil. Cumprindo uma determinação da Lei de Execução Penal de 1984, foram feitos importantes investimentos em presídios federais e na composição de um quadro de funcionários para operá-lo. O novo modelo de penitenciária isolou os líderes do crime organizado, o que resultou em uma queda de 80% de rebeliões e motins, antes frequentes nas prisões estaduais.

Apesar do investimento de mais de R\$ 1 bilhão na construção de 97 estabelecimentos penais, ampliação de 14 outros e a reforma de 23, em todo o Brasil, e da inauguração de quatro unidades prisionais do Sistema Penitenciário Federal com 208 vagas cada, em um in-



vestimento de mais de R\$ 235 milhões, a geração de vagas não foi o único componente das políticas penitenciárias do Governo Federal. Tão importante quanto aumentar a oferta era investir na diminuição das penas em regime fechado. Para isso, foi fundamental o fortalecimento do Programa Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas. Foi efetivado um conjunto de iniciativas de produção e disseminação de conhecimento acerca da execução das penas não privativas de liberdade e de identificação, avaliação e fomento de boas práticas nesse campo.

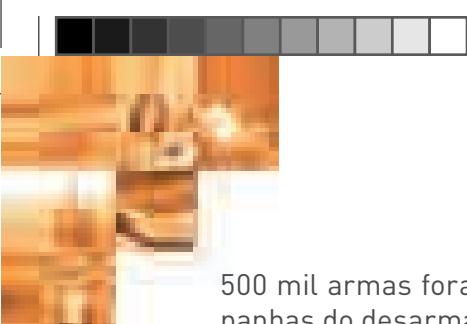
O Governo Federal deu apoio técnico e financeiro aos Judiciários e Executivos estaduais para que melhorassem seus sistemas de aplicação e fiscalização desse tipo de pena. A promulgação, em agosto de 2006, da Lei 11343 ampliou a possibilidade da substituição penal. Tudo isso mudou o cenário do país, fazendo com que o número de pessoas cumprindo pena alternativa ultrapassasse o de presos. Em 2009, havia 670 mil pessoas cumprindo penas alternativas para 470 mil presos.

Desarmamento

As armas de fogo são a principal causa de mortes entre jovens no Brasil. Em 2002, cerca de 65% dos homicídios no país eram cometidos com arma de fogo. Em 2005, estimava-se que havia no Brasil 17,5 milhões de armas de fogo, sendo que apenas 10% estavam em poder do Estado, ou seja, 15,75 milhões de armas estavam em poder de civis.

O Estatuto do Desarmamento, de 2003, deu início à Campanha do Desarmamento. Uma indenização foi oferecida às populações que, por sua própria vontade, entregassem as armas que possuíssem. A campanha também incentivou regularização de registro ou porte de armas junto à Polícia Federal. A partir da promulgação do Estatuto do Desarmamento foi centralizado na PF o controle de armas e munições, antes dividido com o Exército. A PF passou a controlar fabricantes, atacadistas, varejistas, importadores, exportadores e armeiros em atividade no país. Desde 2003, mais de





500 mil armas foram recolhidas no âmbito das campanhas do desarmamento.

Prevenção e combate à criminalidade

O Governo Federal desenvolveu o Plano Estratégico da Polícia Federal e estabeleceu a meta de fazer da PF uma referência mundial em Segurança Pública, até 2022.

Para tornar isso possível, foi realizado um esforço de recomposição do quadro funcional da Polícia Federal, o que permitiu, junto com o fortalecimento institucional da PF e investimentos importantes em aparelhamento e inteligência, intensificar consideravelmente o número de operações de combate ao crime organizado. O efetivo da Polícia Federal passou de 9.287 servidores em 2003 para mais de 14 mil, um aumento de mais de 50%.

O policiamento nas áreas de fronteira foi inteiramente reestruturado. Criou-se o Pefron (Policamento Especializado de Fronteira). Reafirmando a visão sistêmica dedicada aos problemas de segurança pelo Governo Federal, a Operação Sentinela uniu em um esforço conjunto a PF, a Força Nacional de Segurança Pública, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Polícias Civis e Militares dos estados de fronteira, o Ibama, as Forças Armadas e o Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) no combate aos crimes transnacionais.

Foi dado início ao projeto de fiscalização das fronteiras brasileiras com aviões Vant (Veículo Aéreo Não Tripulado), que agregou tecnologia de ponta no combate ao crime nessas regiões. A tecnologia Vant possibilita operações aéreas sem piloto a bordo – de pequenas aeronaves de poucas gramas e que cabem na palma da mão, até aviões com mais de 35 metros de envergadura e 12 toneladas de peso máximo. Além da vantagem de reduzir a zero o risco de acidentes com a tripulação, principalmente nas missões mais cansativas ou perigosas, seus custos de aquisição e de operação são, em geral, menores do que os das aeronaves tripuladas. A Polícia Federal será a primeira do mundo a contar com essa inovação tecnológica. Até 2014, estão previstas a compra de 14 unidades Vant, além da instalação de seis bases operacionais pelo País. O plano permitirá uma cobertura dos principais trechos da fronteira Oeste e Sul do Brasil.

O número de operações de combate ao crime organizado cresceu significativamente, conforme a reestruturação e os investimentos foram sendo realizados. Em 2003 e em 2004 houve 58 operações, número que passou para 67 em 2005, 167 em 2006, 188 em 2007, 235 em 2008, 288 em 2009. A maior ênfase

dessas operações foi no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado.

Estratégias de Cooperação Policial, prevendo várias ações conjuntas, visando ao fortalecimento institucional dos partícipes e à intensificação do intercâmbio de informações, com futuras deflagrações de ações conjuntas. Em agosto de 2009, foi finalizada a implantação do novo passaporte brasileiro. Dessa forma, todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte, com padrão internacional.

O Governo ampliou o quadro de atuação da Polícia Rodoviária Federal, o que foi viabilizado pela recomposição, qualificação e valorização do efetivo de policiais e pelos investimentos em aparelhamento das unidades. O efetivo passou de 7.309 servidores em 2003 para quase 10 mil. A implantação da Lei Seca, sob responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal, reduziu significativamente as mortes em rodovias federais. Desde o início da vigência da Lei, mais de 1,3 milhão de testes de alcoolemia já foram aplicados e cerca de 19 mil prisões realizadas.

Ampliação do acesso à Justiça

O Governo Federal encarou como sua responsabilidade urgente a democratização e ampliação do acesso à Justiça. Facilitar o acesso das populações carentes à Justiça significou dar cumprimento efetivo e concreto às determinações da Constituição de 1988, que garantem formalmente o direito de todos à prestação jurisdicional.

As Defensorias Públicas federal e estaduais não dispunham de alcance territorial, estruturas físicas e pessoal adequados, tanto na esfera federal quanto nos estados para cumprir a determinação constitucional. Um dos efeitos mais graves dessa situação era a carência de assistência jurídica a presos sem condições financeiras de contratar advogado. Além de violar o direito de acesso à Justiça desses cidadãos, isso contribuía para superlotação dos presídios brasileiros, mantendo na cadeia gente que já poderia estar solta.

Para mudar essa situação, o orçamento da Defensoria Pública da União e seu quadro de defensores foi aumentado. Isso possibilitou a criação de novas unidades de atuação, como as estruturas itinerantes, que chegam aos locais mais distantes. A demanda pelos serviços dos defensores públicos cresceu mais de 100% ao longo dos dois mandatos do Presidente da República, a partir de 2003. Só entre 2007 e 2010, cerca de 2,47 milhões de atendimentos gratuitos foram feitos nas unidades da Defensoria Pública da União em todo o país.



Segurança nacional contou também com aviões não tripulados para segurança nas fronteiras. Na foto, VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) Foz do Iguaçu/PR

Paralelamente, foi feito um grande esforço federal de incentivo às Defensorias Públicas dos estados. A Secretaria de Reforma do Judiciário repassou o valor de R\$ 13,4 milhões para as Defensorias Públicas de 16 estados, do Distrito Federal e para a Defensoria Pública da União. Esses recursos permitiram a estruturação de 19 Núcleos Especializados de Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares nos estados.

A outra frente em que o Governo atuou para ampliar o acesso foi a da implantação da Justiça Comunitária. O esforço começou em 2004 com o projeto-piloto “Justiça Comunitária”, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Após vencer o 2º Prêmio Innovare, em 2005, o projeto foi elevado ao status de política pública pelo Ministério da Justiça, recebendo, a partir de então, investimentos permanentes no âmbito do Pronasci.

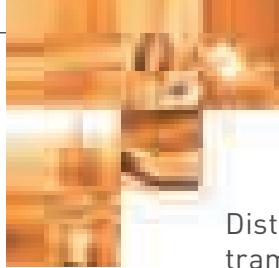
A partir de 2008, o Ministério da Justiça investiu em infraestrutura, apoio institucional e capacitação de agentes das comunidades para implantar Núcleos de Justiça Comunitária. Mais de R\$ 12 milhões financiaram 37 núcleos, superando a meta dos 20 núcleos previstos para o quadriênio 2008/2011. A ideia de Justiça comunitária é promover a cultura da paz e do diálogo por meio de técnicas de mediação comunitária de conflitos. Nos núcleos, os moradores das comuni-

dades recebem capacitação em técnicas de mediação de conflitos, e orientação sobre Direito e Cidadania.

O Projeto Pacificar, iniciado com a implantação do Pronasci em 2008, representou mais uma inovação ao implantar, fortalecer e divulgar a mediação e outros meios alternativos de solução de conflitos no âmbito das faculdades de Direito e centros de estudos. A intenção foi começar a mudar a cultura do profissional do Direito no Brasil, uma cultura de conflito, e não de paz e composição de interesses.

A efetivação da Lei Maria da Penha ampliou consideravelmente o acesso da população feminina pobre à Justiça, parcela da população historicamente privada de proteção efetiva do Estado. A lei, de 2007, disciplina o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Para atender à demanda gerada pela Lei, o Governo Federal, em parceria com o CNJ, fortaleceu a interlocução com os órgãos do Sistema de Justiça e os investimentos para ampliar os juizados especiais de violência doméstica contra a mulher, dos núcleos especializados de atendimento à mulher nas Defensorias Públicas estaduais e dos núcleos e promotorias especializadas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Ministério Público Estadual.

Dos 15 Juizados existentes em 2007, passou-se aos 46 implantados em 22 estados brasileiros e no



Distrito Federal ao final de 2010. Por esses juizados tramitaram quase 200 mil casos. Desses 46 Juizados, 27 receberam apoio financeiro e institucional do Ministério da Justiça.

Complementando a ampla regularização imigratória de estrangeiros em 2009, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei que visa substituir o atual Estatuto do Estrangeiro. Entre os seus diversos dispositivos, esse PL permite uma migração mais ordenada e que contemple as novas tendências mundiais sob a ótica dos direitos humanos. O texto final foi construído com a participação dos diversos órgãos governamentais, e representantes da sociedade civil.

Uma das grandes inovações na política de defesa do consumidor durante o período 2003-2010, foi a criação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec). Esse sistema instituiu uma base de dados nacional e estadual, já implantada em 24 Procons Estaduais e 94 Procons Municipais, que põe

à disposição, em tempo real, informações e gráficos, e estabeleceu a base tecnológica para a elaboração dos Cadastros Estaduais e Nacional de Reclamações Fundamentadas, cadastros esses previstos no Código de Defesa do Consumidor.

No âmbito da capacitação, foi implantada a ENDC (Escola Nacional de Defesa do Consumidor), que integra a Rede Nacional de Escolas de Governo. Havia um histórico de fragmentação e de precária sistematização da capacitação de técnicos dos órgãos do SNDC. A ENDC foi responsável pela capacitação de mais de 7 mil pessoas nas áreas de defesa do consumidor.

Combate à pirataria e lavagem de dinheiro

A criação, já em 2004, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria representou um passo importante para consolidar uma política nacional de enfrentamento do problema. O combate à pirataria era funda-



A reforma do Judiciário proporcionou drástica redução do número de processos à espera de decisão nos órgãos maiores do Judiciário.



mental na proposta do Governo Federal para enfrentar a violência e o crime organizado, proporcionando à sociedade um ambiente de paz social. Além de impor por si só prejuízos econômicos ao país, a pirataria está relacionada com o crime organizado.

Com a elaboração do Plano Nacional de Combate à Pirataria foram definidas as estratégias e as ações públicas para o tema. O programa capacitou 4,7 mil agentes públicos em combate à pirataria, o que permitiu o aprimoramento das ações de fiscalização e apreensão de produtos piratas e falsificados.

Foi diagnosticada a necessidade da mudança de percepção da sociedade a respeito dos malefícios do consumo de produtos piratas. Foram desenvolvidos, então, programas publicitários, como a criação da marca “Brasil Original – compre essa atitude”, para despertar nos cidadãos brasileiros a reflexão sobre as vantagens de se optar por produtos autênticos, fabricados e comercializados legalmente.

A coordenação das várias esferas do Governo envolvidas no combate à pirataria levaram as apreensões de material ilegal a um patamar qualitativamente superior ao que se praticava antes. O valor das apreensões de mercadorias piratas pela Receita Federal mais do que triplicou desde 2004. Foram R\$ 452 milhões em 2004, R\$ 601 milhões em 2005, R\$ 872 milhões em 2006, R\$ 1,05 bilhão em 2007, R\$ 1,04 bilhão em 2008 e R\$ 1,41 bilhão em 2009. O número de produtos piratas apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal saltou de aproximadamente 1,3 mil em 2004, para 16,3 mil em 2009.

O combate à lavagem de dinheiro, uma das atividades ilícitas mais importantes para o crime organizado, recebeu nova configuração no Brasil. Criada em 2003, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) foi concebida para suprir a falta de articulação e de atuação estratégica coordenada pelo Estado, à época percebida como a principal deficiência no Sistema Brasileiro de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Guiado pela nova estratégia foi criado o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro que, desde seu início em 2006, capacitou 6.630 agentes públicos em vários estados da Federação. Isso propiciou um aumento considerável no número de investigações, inquéritos instaurados e condenações por lavagem de dinheiro.

No âmbito da Enccla foi criado o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), resposta inovadora do Governo aos desafios impostos

pela crescente complexidade das ações criminosas e ao aumento exponencial do volume de dados para análise de casos de lavagem de dinheiro.

Reforma e modernização do Poder Judiciário

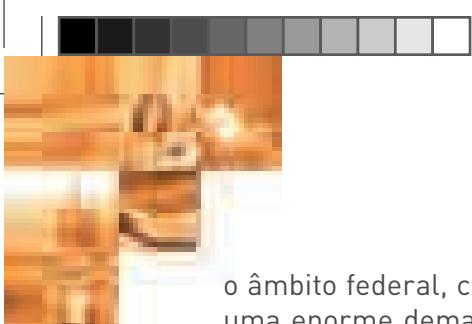
A reforma e modernização do sistema judicial foram prioridade do Governo Federal desde 2003. Estava posta a necessidade de tornar sistema de Justiça brasileiro menos lento nas decisões e por uma assistência judiciária efetivamente acessível.

Para tornar mais democrático, eficiente e transparente o sistema de Justiça no Brasil, já em 2003 foi criada a SRJ (Secretaria de Reforma do Judiciário) do MJ, e foi firmado, com o Legislativo e o Judiciário, o I Pacto de Estado por um Judiciário mais Rápido e Republicano. O Pacto permitiu a colaboração dos Três Poderes na aprovação de indispensáveis reformas processuais e atualização de normas legais diminuindo o número de recursos e medidas protelatórias possíveis. Para reafirmar e ampliar os compromissos, foi assinado pelos chefes dos Três Poderes o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo. O pacto tem como metas principais incrementar o acesso universal à Justiça; aprimorar a prestação jurisdicional, sobretudo quanto ao princípio constitucional da razoável duração do processo.

Ao mesmo tempo, foram criados mecanismos para garantir a participação da sociedade na reforma e para garantir o acesso à Justiça ao conjunto da população, entre os quais se destacou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O CNJ regulamenta, fiscaliza e pune, planeja e executa a administração da Justiça.

A regulamentação do processo eletrônico e informatização dos procedimentos judiciais ajudou a desafogar os tribunais em todo o país. Instituiu-se o Prêmio Innovare do Ministério da Justiça, para estimular gestões bem-sucedidas no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria e entre advogados. As seis edições do prêmio transformaram-no em uma importante ferramenta de difusão de boas práticas e incentivo à reforma do poder em todo o território brasileiro.

A reforma do Judiciário proporcionou drástica redução do número de processos à espera de decisão nos órgãos maiores do Judiciário. No Supremo Tribunal Federal, o número de processos distribuídos caiu de 112 mil, em 2007, para cerca de 42 mil, em 2009. No Superior Tribunal de Justiça, a queda foi de 313 mil, em 2007, para 277 mil, até novembro de 2009. A expansão dos juizados de pequenas causas, dos juizados especiais civis e juizados especiais criminais para



o âmbito federal, com eficiência comprovada, liberou uma enorme demanda reprimida. O número de processos julgados por esses tribunais, em 2008, alcançou a marca dos 5.442.773, um crescimento de quase 1000 % em relação a 2000.

Defesa da ordem econômica

Nos últimos oito anos, o Brasil tornou-se referência no combate a cartéis na América Latina. Essa condição foi fruto de avanços importantes no SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência). Até 2003, a política de defesa da ordem econômica e da concorrência no Brasil concentrava grande parte de seus recursos no controle de fusões e aquisições. A repressão a condutas anticoncorrenciais, sobretudo cartéis, era deixada de lado. A partir de então, foram adotadas medidas de racionalização da análise de fusões e aquisições.

A criação de um procedimento sumário para análise de atos de concentração de menos complexidade acelerou muito a aprovação das matérias submetidas ao



O conceito de segurança pública com cidadania levou programas educacionais e de lazer a jovens de territórios em conflito

Governo Federal. Assim mais recursos puderam ser redirecionados para a repressão de condutas anticoncorrenciais e à disseminação da cultura da concorrência.

Desenvolveu-se um curso a distância sobre combate aos cartéis para profissionais de segurança pública, oferecido na Rede de Ensino a Distância de Segurança Pública e treinamento de servidores das áreas de Compras Públicas para identificação de cartéis em licitações. Como resultado das mudanças, mais de 4 mil casos de fusões e aquisições foram analisados durante o período 2003-2010. Mais de 700 denúncias de conduta anticoncorrente foram analisadas.

Prevenção quanto ao uso de drogas

O Governo Federal adotou, desde 2003, uma perspectiva inovadora na abordagem do uso de álcool e drogas ilícitas. O objetivo de prevenir o uso indevido e promover a reinserção social de usuários e dependentes, reduzindo tanto a demanda quanto a oferta de drogas, passou a ser tratado de forma sistêmica como problema tanto de segurança pública quanto questão de saúde pública. De fato, a oferta de drogas lícitas e ilícitas tem impacto sobre toda a sociedade, envolvendo questões de segurança, saúde, trabalho, previdência social, bem-estar individual, família e até aspectos da soberania nacional.

A Política Nacional Antidrogas foi reformulada pela necessidade de dar tratamento multidimensional ao problema das drogas. Além disso, era preciso tornar a participação da sociedade mais efetiva, e integrar as políticas públicas setoriais. A descentralização das ações em nível municipal permitiu adaptar a política nacional às realidades locais, de modo a ampliar o alcance e aprimorar o emprego dos recursos públicos.

Definiram-se como eixos a prevenção, o tratamento, a recuperação e a reinserção social dos usuários, a redução dos danos sociais e à saúde causados pelas drogas, a redução da oferta e o aprimoramento dos estudos e pesquisas sobre o tema. A legislação aprovada à luz da nova abordagem implantada pelo Governo Federal consagrou a diferenciação clara entre usuário, dependente e traficante. Promoveu-se também o combate à discriminação do usuário de drogas e o dever de fornecer a ele o acesso ao tratamento de saúde adequado e sua reinserção social. Campanhas de esclarecimento ressaltaram a importância de não confundir estratégias de redução de danos com incentivo ao uso de drogas.



Policiais da Força Nacional de Segurança Pública levam os equipamentos e o treinamento que fizeram de volta a seus estados

Assim, ampliou-se o acesso da população aos projetos do Governo, estreitaram-se os laços com a comunidade científica, e se fortaleceram as parcerias com a sociedade. Mais de 96 mil lideranças címmunitárias, dentre as quais educadores, conselheiros municipais, profissionais de saúde e lideranças religiosas e de segmentos afins, participaram dos programas implementados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). São multiplicadores que estão prontos a orientar, articular e conduzir ações em nível municipal, fortalecendo, dessa maneira, os preceitos de descentralização da Política Nacional sobre Drogas.

A Política Nacional sobre o Álcool também passou a preconizar o uso abusivo do álcool como problema de saúde pública. Ela prevê ações específicas para povos indígenas e para a população dos assentamentos de reforma agrária, a ampliação da oferta de tratamento na rede do SUS, a revisão dos conteúdos sobre o uso de álcool e trânsito nos cursos de formação de condutores e para a renovação da carteira de habilitação, a regulamentação, o monitoramento e a fiscalização da propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas. À luz dessa política, foi aprovada e promulgada a Lei Seca, que modificou o Código de Trânsito Brasileiro, proibindo o consumo superior a 0,1 mg de álcool por litro de ar expelido no teste do bafômetro e aumentou o rigor das punições.



9. Inclusão digital

O advento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) modificou o desenvolvimento da economia mundial. A utilização cada vez mais intensa das TIC e da internet criou novos paradigmas na educação e nos negócios. O relacionamento em redes expandiu-se vigorosamente.

No Brasil, entretanto, o desenvolvimento das TIC ocorreu de forma tardia e sua difusão foi lenta e desigual. Até o final do século 20, o acesso ao computador e à internet ainda era bastante restrito. Em 2002, apenas 14,2% do total de domicílios tinham computadores e somente 10,3% possuíam computadores com acesso à internet. O Brasil sofria com a ausência de políticas efetivas de inclusão digital.

A partir de 2003, houve uma forte mobilização governamental para combater a exclusão digital. Por considerá-la fator crítico de agravamento da exclusão social, o Governo Federal desenvolveu ações incisivas no âmbito do Programa Brasileiro de Inclusão Digital, com a meta de reduzir o hiato digital, diminuir o número de excluídos, promover a alfabetização digital e a capacitação de alunos e de comunidades, ampliar o acesso às tecnologias de informação e comunicação.

O Governo fortaleceu as políticas voltadas para o aprendizado, o acesso e a incorporação maciça das tecnologias de informação pela sociedade, investindo entre 2004 e 2010, R\$ 18,2 bilhões em serviços de Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Ra-

O Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) foi responsável pela instalação de laboratórios de informática em 64.629 escolas públicas (urbanas e rurais)





diodifusão. Além da preocupação com a inclusão digital de comunidades carentes nas políticas setoriais, passou-se a discutir mecanismos de massificação do acesso ao computador e à internet, com barateamento do computador.

O avanço das tecnologias e a convergência digital facilitaram o acesso a informações e serviços de governo pelos cidadãos, mostrando-se um importante instrumento de inclusão social, principalmente para os que vivem em áreas rurais e isoladas ou em situação de vulnerabilidade social, além de contribuir para as políticas públicas de Educação (presencial e a distância), Saúde e Previdência Social.

O Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) instalou laboratórios de informática em 64.629 escolas públicas (urbanas e rurais) com a instalação de 104.373 laboratórios. Já o Programa Banda Larga nas Escolas disponibilizou conexão à internet em banda larga para 46.826 estabelecimentos educacionais até agosto de 2010, beneficiando diretamente mais de 50 milhões de alunos.

Acesso às tecnologias de informação e comunicação

Lançado em junho de 2005, o programa Computador para Todos teve como objetivo contemplar a população de baixa renda com acesso à computação e à internet. O programa financiou a compra de computadores de mesa (desktops) e computadores portáteis (notebooks) novos do comércio varejista. Com isso, o investimento total de junho de 2005 a junho de 2010 foi de R\$ 348,6 milhões. Este programa colaborou para a redução do preço dos equipamentos nas lojas, popularizando as vendas e disseminando o uso do software livre. Em 2005, 18,6% dos domicílios possuíam computador, percentual que atingiu para 34,7% em 2009. Já o percentual de pessoas que utilizaram a internet cresceu de 20,9% em 2005 para 41,7% em 2009.

O projeto Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC) visou o atendimento de qualificação em produtos livres, já que o mercado nacional não tinha os meios para atender as demandas do estado brasileiro na utilização de produtos livres. Esse projeto se distinguiu dos demais por acabar com as necessidades formais de acordo e de licenciamentos. Foram produzidos mais de 300 títulos em formato de cursos ou notas técnicas. Mais 10 programas de computador em formato de módulos foram produzidos para agregar a certificação digital em 10 produtos distintos, tais como: Moodle, MediaWiki, WordPress, Joomla, Xoops, OSCommerce, CakePHP, E107.org, Ezpublish e PHP

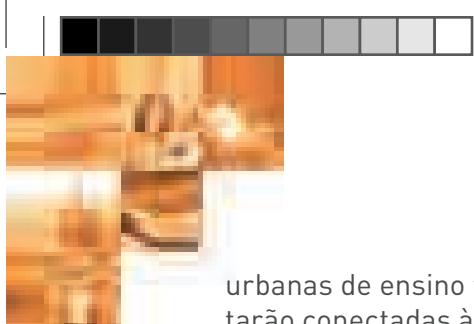
Nuke. Além desses produtos o projeto CDTC também implantou mais de 50 interações no Moodle, produziu programas como a Feira Virtual para o MDA, o Mapa do Conhecimento Livre e outros pequenos produtos que ainda se encontram em desenvolvimento. Mais de 75.522 pessoas utilizaram o CDTC para se qualificar. Foram mais de 369 mil vagas ofertadas aos milhares de servidores públicos e cidadãos brasileiros em geral.

O Programa Gesac (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), que teve como objetivo oferecer gratuitamente ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, recursos digitais e capacitação em todo o país, levou a internet, por meio de conexão terrestre ou via satélite, a todos os municípios brasileiros, com prioridade a localidades remotas e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Desse modo, contemplou populações variadas: comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, aldeias indígenas, zonas rurais, periferias urbanas, escolas públicas, telecentros comunitários e pontos remotos de fronteira, entre outros. A rede Gesac chegou a aproximadamente 10.800 pontos instalados, atendendo a 5.564 municípios. Esses pontos têm velocidades que variam de 256 kbps a 8 Mbps. Além disso, oferece ferramentas de tecnologia da informação e comunicação e recursos digitais, baseadas em domínio próprio na internet.

O Gesac teve papel crucial na meta de conectar todas as escolas públicas do país, presente no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Pelo cronograma do Programa Banda Larga nas Escolas, iniciado em abril de 2008 e com término previsto para dezembro de 2010, 100% das 55 mil escolas públicas



O Programa Gesac levou internet para povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros grupos excluídos



urbanas de ensino fundamental e médio do Brasil estarão conectadas à internet em banda larga.

Telecentros comunitários

Criados para a capacitação para uso dos recursos digitais e tecnológicos disponíveis, os Telecentros Comunitários têm cumprido papel fundamental na inclusão digital dos brasileiros. Só em 2008, atingiram 5.400 municípios, correspondendo a 97,05% de cobertura territorial brasileira. Tal número representou um passo relevante para a universalização da política pública de Inclusão Digital, disponibilizando às comunidades o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC). Em particular, destaca-se o atendimento a localidades distantes dos grandes centros, a exemplo dos municípios das regiões Norte e Centro-Oeste, que contam com pelo menos um telecentro já instalado.

A infraestrutura de acesso às TIC é disponibilizada de forma gratuita e representa relevante contribuição para a eliminação da exclusão digital no Brasil. No âmbito dessa iniciativa foram capacitados todos os monitores e coordenadores dos Telecentros Comunitários implantados, o que proporcionou ao usuário garantia de apropriação do conhecimento no uso dessas tecnologias.

O Projeto Computadores para Inclusão, iniciado em 2006, consistiu numa rede nacional de reaproveitamento de equipamentos de informática, recuperados e doados a telecentros comunitários, escolas públicas e bibliotecas. Seus resultados consistiram na implantação e funcionamento de sete centros de recondicionamento de computadores, distribuídos pelas cinco regiões do país, nos quais mais de 1,8 mil jovens de baixa renda foram formados no processo de recuperação de equipamentos usados, doados pela

administração pública federal e parceiros privados, para posterior doação a escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outros projetos de inclusão digital. Desde 2006 até agosto de 2010, os CRCs receberam 62.595 computadores usados em doação que, depois reprocessados, tornaram possível a doação de 10.128 equipamentos completos, em plenas condições de funcionamento, a 779 projetos beneficiários.

A criação do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) foi uma iniciativa do Governo Federal em conjunto com a sociedade civil organizada que atuou na coleta, sistematização e disponibilização de informações para o acompanhamento e avaliação das ações de inclusão digital no Brasil. Permitiu a consolidação de dados de mais de 10 mil telecentros públicos e comunitários, apoiados ou não pelo Governo Federal, publicizados por meio de portal na internet (<http://onid.org.br>) e base de dados para a política pública de apoio aos espaços. Além da manutenção do portal Inclusão Digital, com média de 2,05 mil visitantes por dia, totalizando 752 mil por ano.

No gráfico a seguir pode-se ver a evolução da penetração dos equipamentos de Tecnologias da Informação e Comunicação nos domicílios, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destacam-se os itens Microcomputador, que estava presente em 12,6% dos domicílios em 2001 e passou para 34,7% dos domicílios em 2009, e acesso à internet, que passou de 8,6% para 27,4% no mesmo período. Em 2005, 30% dos entrevistados haviam utilizado computador nos últimos três meses e 24% haviam acessado a internet. Em 2009, o percentual de uso de computador havia saltado para 47% e o de internet para 43%.

Dentre as principais ações voltadas para a inclusão digital das crianças e adolescentes durante o pro-

Meios de telecomunicações por total de domicílios e por ano (2001 a 2009)

Meios de Telecomunicações	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rádio	88,0%	87,9%	87,8%	87,8%	88,0%	87,9%	88,1%	88,9%	87,9%
Televisão	89,0%	90,0%	90,1%	90,3%	91,4%	93,0%	94,5%	95,1%	95,7%
Telefone (Fixo ou Celular)	58,9%	61,7%	62,0%	65,4%	71,6%	74,5%	77,0%	82,1%	84,3%
Microcomputador	12,6%	14,2%	15,3%	16,3%	18,6%	22,1%	26,6%	31,2%	34,7%
Microcomputador com acesso à Internet	8,60%	10,3%	11,5%	12,2%	13,7%	16,9%	20,2%	23,8%	27,4%
Total de Domicílios	46.507	48.036	49.712	51.753	53.053	54.610	56.344	57.557	58.577

* Até 2003, não inclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: CGPID 2010



Os telecentros comunitários cumprem papel fundamental para o fim da exclusão digital

cesso de aprendizagem está o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), que instalou laboratórios de informática nas escolas públicas de educação básica e Polos UAB (Universidade Aberta do Brasil) de todo o país. Com ele foram beneficiados 64.629 estabelecimentos educacionais (urbanos e rurais). Em 2004, havia apenas 562 laboratórios adquiridos, enquanto em 2010 o número alcançou a marca de 104.373.

Uma das maiores bibliotecas virtuais do Brasil, o Portal Domínio Público possui mais de 171 mil obras catalogadas e disponibilizadas pela internet; recebeu 27 milhões de acessos desde 2004, num ambiente totalmente desenvolvido em software livre.

O Programa Banda Larga nas Escolas, resultado de acordo do Governo Federal com as operadoras, disponibilizou conexão à internet em banda larga para 46.826 estabelecimentos educacionais até agosto de 2010, beneficiando diretamente mais de 50 milhões de alunos. Voltado para apoiar as ações dos professores da Rede Pública Educacional, o Portal do Professor reuniu 197 mil professores cadastrados e 29 milhões de acessos desde 2008.

O Programa Um Computador por Aluno (Prouca), que distribui laptops para alunos de escolas públicas, realizou em 2010 um pregão para o fornecimento de 150 mil laptops educacionais a aproximadamente 300 escolas públicas já selecionadas nos estados e municípios. Cada escola receberá os laptops para alunos e professores, infraestrutura para acesso à internet, capacitação de gestores e professores no uso da tecnologia. Seis municípios serão atendidos como UCA Total, onde todas as escolas serão atendidas pelo projeto e será implantada rede wi-fi na cidade.

Em continuidade ao Projeto Cidadão Conectado – Um Computador para Todos, foi desenvolvido o projeto Computador Portátil para Professores, dirigido aos professores do ensino continuado das instituições credenciadas no MEC, com vistas a facilitar a aquisição de computadores portáteis de baixo custo.

Massificação da banda larga

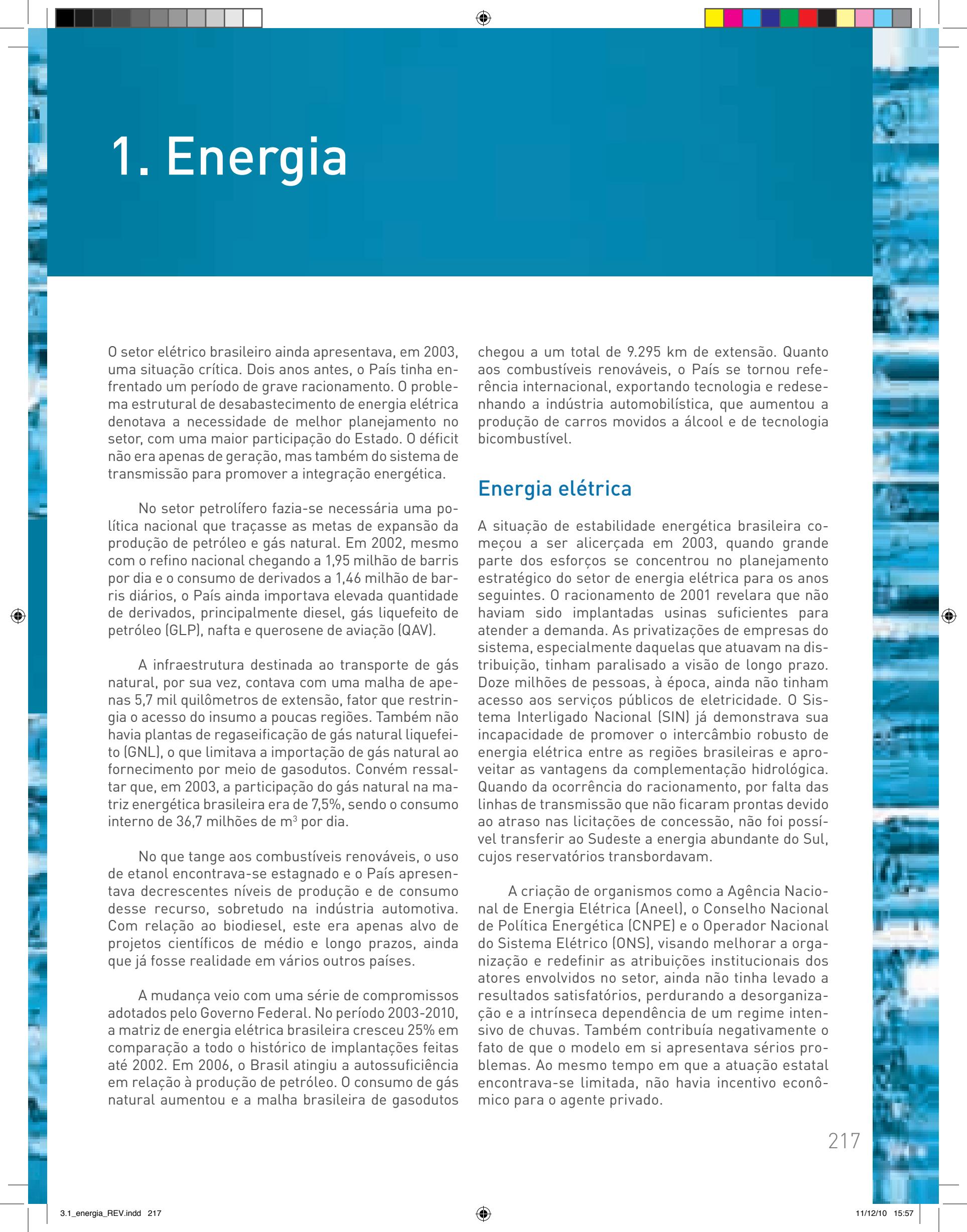
O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar o acesso à internet em banda larga no país a partir da premissa de que esse tipo de acesso é uma importante ferramenta de inclusão, que contribui para reduzir as desigualdades e proporciona desenvolvimento econômico e social. Para a população, o acesso à internet em banda larga significa mais educação, qualificação profissional, geração de empregos, lazer e cultura. Para os governos, possibilita aprimorar a eficiência da gestão pública e ampliar os canais de comunicação com a sociedade, facilitando a criação de serviços de governo eletrônico. Para as empresas, a banda larga está diretamente relacionada ao aumento da produtividade, à redução dos custos e à inserção no mercado internacional.

A implantação do PNBL teve início em maio de 2010. As ações adotadas visaram o aumento da competitividade no setor, a expansão da oferta do serviço, o incentivo do empreendedorismo e de ações inovadoras, a diminuição dos preços ao usuário final e o aumento da disponibilidade de infraestrutura de banda larga. O PNBL também deu início a um processo de revitalização da Telebrás, que fará uso das fibras ópticas sob domínio da União para melhorar a infraestrutura para banda larga no Brasil e disseminar a oferta do serviço, prevendo atingir 4.278 municípios até 2014. O PNBL articulou-se com o Programa Brasil Conectado, criado para ampliar o acesso à internet em banda larga, desenvolvendo a indústria nacional de equipamentos de telecomunicações que produz tecnologia no país.



INFRAESTRUTURA





1. Energia

O setor elétrico brasileiro ainda apresentava, em 2003, uma situação crítica. Dois anos antes, o País tinha enfrentado um período de grave racionamento. O problema estrutural de desabastecimento de energia elétrica denotava a necessidade de melhor planejamento no setor, com uma maior participação do Estado. O déficit não era apenas de geração, mas também do sistema de transmissão para promover a integração energética.

No setor petrolífero fazia-se necessária uma política nacional que traçasse as metas de expansão da produção de petróleo e gás natural. Em 2002, mesmo com o refino nacional chegando a 1,95 milhão de barris por dia e o consumo de derivados a 1,46 milhão de barris diários, o País ainda importava elevada quantidade de derivados, principalmente diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), nafta e querosene de aviação (QAV).

A infraestrutura destinada ao transporte de gás natural, por sua vez, contava com uma malha de apenas 5,7 mil quilômetros de extensão, fator que restringia o acesso do insumo a poucas regiões. Também não havia plantas de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), o que limitava a importação de gás natural ao fornecimento por meio de gasodutos. Convém ressaltar que, em 2003, a participação do gás natural na matriz energética brasileira era de 7,5%, sendo o consumo interno de 36,7 milhões de m³ por dia.

No que tange aos combustíveis renováveis, o uso de etanol encontrava-se estagnado e o País apresentava decrescentes níveis de produção e de consumo desse recurso, sobretudo na indústria automotiva. Com relação ao biodiesel, este era apenas alvo de projetos científicos de médio e longo prazos, ainda que já fosse realidade em vários outros países.

A mudança veio com uma série de compromissos adotados pelo Governo Federal. No período 2003-2010, a matriz de energia elétrica brasileira cresceu 25% em comparação a todo o histórico de implantações feitas até 2002. Em 2006, o Brasil atingiu a autossuficiência em relação à produção de petróleo. O consumo de gás natural aumentou e a malha brasileira de gasodutos

chegou a um total de 9.295 km de extensão. Quanto aos combustíveis renováveis, o País se tornou referência internacional, exportando tecnologia e redesenhando a indústria automobilística, que aumentou a produção de carros movidos a álcool e de tecnologia bicompostível.

Energia elétrica

A situação de estabilidade energética brasileira começou a ser alicerçada em 2003, quando grande parte dos esforços se concentraram no planejamento estratégico do setor de energia elétrica para os anos seguintes. O racionamento de 2001 revelara que não haviam sido implantadas usinas suficientes para atender a demanda. As privatizações de empresas do sistema, especialmente daquelas que atuavam na distribuição, tinham paralisado a visão de longo prazo. Doze milhões de pessoas, à época, ainda não tinham acesso aos serviços públicos de eletricidade. O Sistema Interligado Nacional (SIN) já demonstrava sua incapacidade de promover o intercâmbio robusto de energia elétrica entre as regiões brasileiras e aproveitar as vantagens da complementação hidrológica. Quando da ocorrência do racionamento, por falta das linhas de transmissão que não ficaram prontas devido ao atraso nas licitações de concessão, não foi possível transferir ao Sudeste a energia abundante do Sul, cujos reservatórios transbordavam.

A criação de organismos como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), visando melhorar a organização e redefinir as atribuições institucionais dos atores envolvidos no setor, ainda não tinha levado a resultados satisfatórios, perdurando a desorganização e a intrínseca dependência de um regime intenso de chuvas. Também contribuía negativamente o fato de que o modelo em si apresentava sérios problemas. Ao mesmo tempo em que a atuação estatal encontrava-se limitada, não havia incentivo econômico para o agente privado.



De 2003 a 2010, foram construídos 21,8 mil km de linhas de transmissão, para distribuir a energia gerada

Na época, a Eletrobrás possuía 80% da rede básica brasileira e mais de 60% da geração, mas ficou impossibilitada de atuar devido a uma série de projetos e obras paralisados por razões que iam da falta de licenciamento ambiental até a dificuldade de viabilizar financeiramente os empreendimentos. Com isso, os investidores privados também pararam de aplicar dinheiro no segmento. Evidenciava-se que o sistema elétrico brasileiro não possuía as condições necessárias para garantir a segurança energética do País.

Era imperativo que o Estado se organizasse para encontrar uma solução, o que começou pela reestruturação do Ministério de Minas e Energia. O passo seguinte foi restabelecer a capacidade institucional de planejar, coordenar e implementar as políticas públicas, de modo a propiciar o crescimento sustentável da oferta de energia e evidenciar os papéis institucionais dos agentes do setor. Cabe salientar a criação da Empresa de Planejamento Energético (EPE), que tem tido participação relevante no planejamento e na preparação dos estudos necessários à expansão do sistema.

Com a promulgação das Leis 10.848/2004 e 10.847/2004, o Governo criou um novo modelo para o setor, alicerçado nos pilares da segurança energética, da modicidade tarifária e da universalização do acesso à energia elétrica. Ou seja, além da garantia de energia suficiente para acompanhar o crescimento dos anos seguintes, era fundamental que a matriz energética se baseasse em fontes renováveis e limpas e que todos os brasileiros passassem a ter acesso à eletricidade por um preço justo.

Em 2004, foi instituído pelo Decreto Nº 5.175, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, o Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE), que tem o objetivo de acompanhar a expansão da oferta de geração e transmissão do sistema elétrico brasileiro, bem como garantir a segurança energética do País. Desde então, o Comitê realiza reuniões mensais para identificar pontos de estrangulamentos e avaliar a expansão do parque gerador de energia elétrica para acompanhar o crescimento do mercado e diversificar a matriz energética nacional.



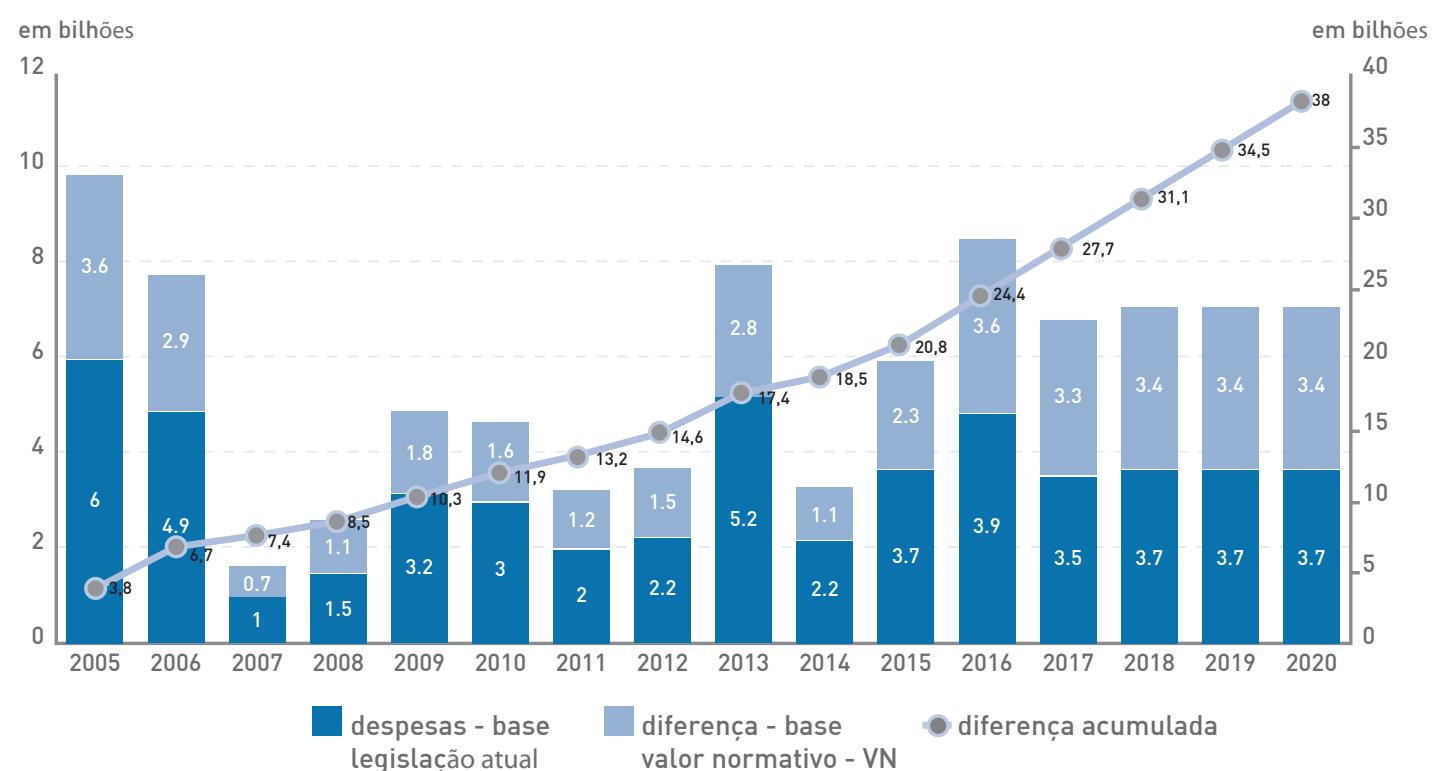
Quanto à segurança do abastecimento, alguns mecanismos merecem destaque. É o caso da exigência, por parte das distribuidoras, da contratação integral da energia que será vendida dentro de cinco anos; do cálculo preciso dos lastros de geração de energia; da contratação de hidrelétricas e térmicas em proporções que assegurem o equilíbrio entre a garantia e o custo; e do monitoramento permanente da segurança de suprimento, a fim de detectar desequilíbrios conjunturais entre a oferta e a demanda e estabelecer medidas preventivas capazes de restaurar a garantia de abastecimento ao menor custo para o consumidor.

Com a reestruturação do setor, os contratos de compra e venda de energia passaram a ser de longo prazo (15 a 30 anos) e a estabelecer preços e quantidades a serem praticados no período. Visando reduzir a exposição do investidor ao risco de não conclusão do empreendimento por questões ambientais, passou-se a exigir a licença prévia para que os novos empreendimentos participassem dos leilões de energia. Como resultado das novas exigências, o equilíbrio entre a

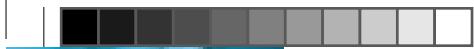
oferta e a demanda de energia foi retomado e o acompanhamento contínuo da segurança do sistema, por intermédio do CMSE, possibilitou que eventuais problemas fossem rapidamente detectados e sanados.

Em relação à modicidade tarifária, as regras setoriais de 2004 tornaram obrigatória a aquisição da energia elétrica para atender aos mercados das distribuidoras mediante leilões públicos. As diretrizes passaram a ser estabelecidas por portarias específicas para cada licitação, de modo a estimular a competição entre os vendedores e favorecer o menor preço para as tarifas. Os diversos leilões para contratação de energia elétrica proveniente de novos e antigos empreendimentos, bem como o estímulo às fontes alternativas e à eletricidade de reserva, acirraram a competição e aumentaram a atratividade do segmento. O mercado sólido, seguro e com crescimento sustentável levou à obtenção de tarifas finais mais justas e à viabilização dos investimentos necessários para a expansão da geração, da transmissão e da distribuição e, consequentemente, do consumo de energia no Brasil.

Despesa evitada com leilões de energia elétrica (2005-2020)



Fonte: MME



A geração hidrelétrica, vocação natural do país, tendo em vista seu grande potencial hídrico, constitui-se em fonte energética renovável e de alta competitividade econômica. Por essa razão, a questão ambiental foi tratada de forma prioritária na política de expansão dessa modalidade energética. Em 2007, a revisão do Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas contemplou a integração dos aspectos técnico, econômico e ambiental aos estudos, que incorporaram também o conceito de Avaliação Ambiental Integrada de Bacia (AAI). Outro aspecto importante foi a consideração dos usos múltiplos da água, conforme o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Graças à retomada do planejamento estruturado e calcado em uma lógica sustentável, 11 usinas hidrelétricas estavam em construção no final de 2010, totalizando 8.796 MW, entre elas, os projetos das usinas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia. Também vale ressaltar a viabilização da Usina Belo Monte, cujo contrato de concessão foi assinado em 26 de agosto de 2010, com capacidade de

11.233 MW e investimentos de 19 bilhões de reais, e a retomada das obras da Usina Termonuclear de Angra 3, cuja contribuição agregará 1.405 MW, com investimentos de R\$ 9,9 bilhões.

A diversificação da matriz elétrica brasileira e a valorização das características regionais e locais foram aspectos também levados em conta pelo Governo Federal, que estimulou a participação das fontes eólicas, de pequenas centrais hidrelétricas e de térmicas à biomassa. Nesse sentido, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) contribuiu para consolidar a participação delas no planejamento energético nacional. Entre outras coisas, o programa incentivou o desenvolvimento tecnológico e a sua aplicação, contribuindo para a redução dos custos de produção, a maior competitividade no mercado e a segurança energética.

Entre 2003 e 2010, mais de 2.297 MW entraram em operação graças a pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas térmicas de biomassa,



11 usinas hidrelétricas estavam em construção no final de 2010, com previsão de fornecer 8.796 MW de energia.
Foto: Usina de Santo Antônio, em Rondônia





com investimentos de R\$ 11 bilhões e geração de 150 mil empregos, diretos e indiretos. Aliás, os parques eólicos são realidade nessa política de diversificação da matriz, tendo sido realizados leilões em 2009 e 2010 que comercializaram mais de 2 mil MW dessa fonte.

Entretanto, a geração foi só uma parte do desafio de garantir energia elétrica aos cidadãos. Também se fez necessário investir na expansão e no monitoramento das linhas de transmissão, contribuindo para a segurança do sistema e evitando gargalos e imprevistos na distribuição. No período 2003-2010, o Governo Federal construiu 21,8 mil quilômetros de novas linhas de transmissão, perfazendo uma ampliação de 30% em relação ao existente em 2002.

Igualmente de grande relevância foi a interligação dos sistemas da região Norte, até então isolados, ao Sistema Interligado Nacional. Em 2009, foram conectados os sistemas elétricos do Acre e de Rondônia; em 2008, foi licitada a linha de transmissão que conectará Tucuruí ao Amazonas e ao Amapá, com cerca de 2 mil quilômetros de extensão, e finalizados os estudos técnicos, econômicos e ambientais da Interligação Boa Vista (RR) – Manaus (AM).

Além da utilização mais racional e eficiente dos recursos naturais disponíveis, da transferência de grandes blocos de energia para atendimento dos grandes centros de consumo e dos abastecimentos regional e local, outro importante benefício ambiental e econômico foi a redução na queima de combustíveis derivados de petróleo, usados para gerar energia na região Norte.

Outra meta estabelecida pelo Governo Federal foi aumentar a eficiência energética do País. Para isso, contou com o Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel), cujo objetivo foi reduzir o consumo de energia na iluminação pública, em prédios do Governo e em plantas industriais e incentivar os setores que pudessem contribuir para o melhor aproveitamento da energia gerada. Entre os produtos e serviços resultantes do Procel, destacou-se a parceria com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), que criou a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia de Edifícios Públicos, Comerciais e de Serviços.

Na frente de conscientização, entre 2003 e 2010, o subprograma Procel Educação atendeu 10.314 escolas e capacitou 70,1 mil professores sobre o tema da conservação de energia, promovendo a sensibilização de mais de 9,1 milhões de alunos do Ensino Fundamental. Já o Procel Reluz trabalhou com projetos de melhoria dos sistemas de



iluminação pública e semafórica. Desde sua criação, já substituiu aproximadamente dois milhões de pontos de iluminação em todo o Brasil, gerando uma economia de 681,6 GWh ao ano. Além disso, o Selo Procel, que orienta o consumidor a respeito dos produtos que apresentam os melhores níveis de eficiência energética dentro de 28 categorias, foi outorgado a 3.054 modelos de equipamentos, de 160 fabricantes. Os resultados totalizaram 4,3 TWh ao ano de economia.

Os programas convergiram para a implementação do Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEF), em 2010. Este visou a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030, segundo o qual 10% do consumo de energia elétrica à época será suprido por programas de eficiência energética. Todas essas ações estiveram fortemente vinculadas ao trabalho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável por definir regras técnicas e econômicas para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Também lhe coube fiscalizar o cumprimento destas sob as óticas técnica, comercial e econômico-financeira, promover a mediação de conflitos e operacionalizar as decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica. Entre 2003 e 2010, a Agência promoveu a realização dos leilões de geração e transmissão de energia, com vistas ao suprimento programado pelo Plano Decenal de Energia Elétrica. No âmbito da Ouvidoria, foram mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores, que chegaram a atender dois milhões de solicitações por ano.



Fontes renováveis e limpas representam quase 90% da matriz de energia elétrica nacional. Na foto: usina Foz do Chapecó, SC/RS

Ao final do período 2003-2010, é possível afirmar que as ações realizadas pelo Governo Federal foram bem-sucedidas e colocaram o setor elétrico brasileiro em um rumo que efetivamente oferece o suporte necessário ao crescimento do País nas próximas décadas. De acordo com as estatísticas de monitoramento do período, foram acrescidos ao parque gerador brasileiro 27,9 mil MW, cerca de 35% de tudo que existia no Brasil até 2002 (80.315 MW). Sendo assim, elevou-se a capacidade energética instalada no País para 110 mil MW, com um aumento médio de 3,5 mil MW por ano.

A matriz de energia elétrica mantém-se fundamentada em fontes renováveis e limpas. Ao final de 2002, elas respondiam por 86,9% da matriz de oferta interna de energia elétrica, passando a representar 89,8% ao final de 2009 (incluindo importações e autoproduções). A hidroeletricidade continua dominante, aumentando sua participação de 74,8% para 77,1% no período. Destaca-se também o crescimento de 162% da participação do bagaço da cana-de-açúcar para a geração de eletricidade, que

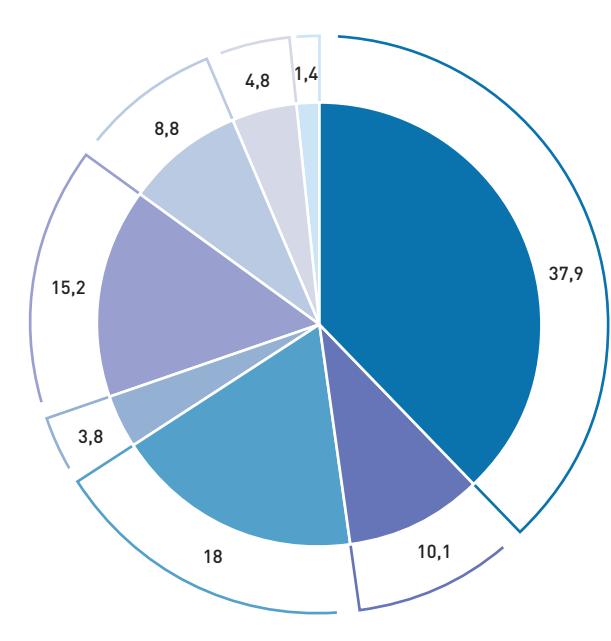
alcançou os 14,05 mil GWh em 2009. Da mesma forma, a energia eólica despontou como uma alternativa competitiva, saindo do patamar de 61 GWh para 1.238 GWh em apenas sete anos.

Para dar continuidade ao desenvolvimento energético, foram criados o Plano para a Matriz Energética Nacional 2030, o Plano Nacional de Energia e quatro Planos Decenais de Expansão de Energia (2006-2015, 2007-2016, 2008-2017 e 2010-2019). Eles foram concebidos de forma flexível e adaptáveis a diferentes cenários, de acordo com a revisão anual da demanda prevista, evitando que o País tenha novos problemas de racionamento de energia.

Com o conjunto de medidas tomadas ao longo dos últimos oito anos, a matriz energética brasileira manteve-se como uma das mais limpas do mundo, com cerca de 46% de fontes renováveis em 2009. Com relação à matriz de energia elétrica, a proporção de fontes renováveis é ainda mais relevante, alcançando aproximadamente 90% da geração, em 2009, como pode ser observado nos gráficos a seguir.



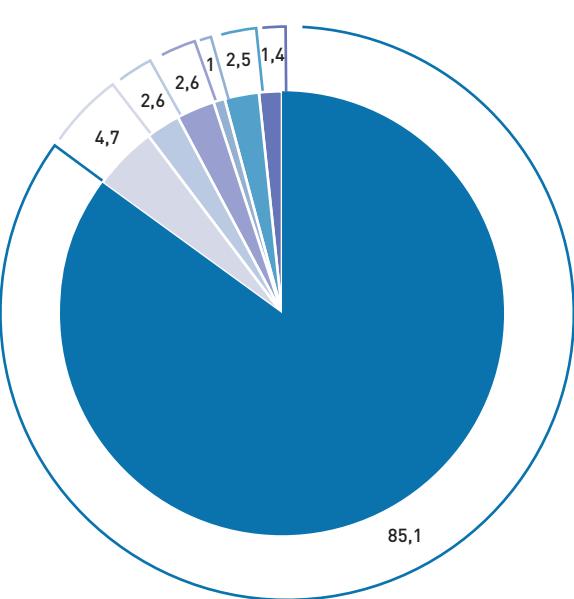
Matriz energética (2009)



■ Gás Natural ■ Lenha e Carvão Vegetal
■ Petróleo e Derivados ■ Hidráulica e eletricidade
■ Outras renováveis ■ Urânia
■ Carvão Mineral e derivados ■ Derivados da cana-de-açúcar

Fonte: MME

Matriz de energia elétrica (2009)



■ Hidro* ■ Carvão Mineral
■ Biomassa ■ Derivados do petróleo
■ Nuclear ■ Outros
■ Gás Natural

Fonte: MME



Petróleo

A partir de 2003, estabeleceu-se como política nacional a expansão da produção de petróleo e do gás natural. O objetivo foi atingir e manter a autossuficiência do País, assim como aumentar os volumes de reservas existentes e intensificar a atividade exploratória associada ao desenvolvimento da indústria nacional.

Para tanto, uma das primeiras providências foi cancelar a contratação das plataformas P-51 e P-52 que a Petrobras faria no exterior, tendo a empresa refeito os editais para que elas passassem a ser construídas no País. Tratou-se de um esforço para valorizar as ofertas com maior ênfase na utilização de bens e serviços adquiridos no Brasil para a produção de petróleo nacional e significou o renascimento da indústria naval brasileira.



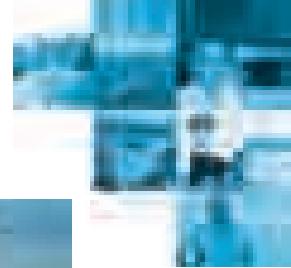
As licitações foram organizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que delimitou blocos de acordo com os princípios e os objetivos da Política Energética Nacional, emanados do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O Ministério de Minas e Energia (MME) estabeleceu as diretrizes da exploração e da produção de petróleo e gás natural e a ANP realizou as rodadas de licitações de blocos exploratórios e de áreas com acumulações marginais desses energéticos. Em cinco rodadas, foram concedidos 677 blocos, e arrecadados mais de R\$ 5 bilhões. Entre os resultados que mais se destacaram no período, estão as reservas provadas de petróleo e gás natural, que cresceram respectivamente 21,7% e 49,8% e alcançaram volumes de 12,9 bilhões de barris e 366,50 bilhões de m³. A produção de petróleo ultrapassou a marca de 2,1 milhões de barris por dia, a autossuficiência de petróleo foi conquistada em 2006 e a província petrolífera do Pré-Sal foi descoberta em 2007.

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) permitiu o fortalecimento do setor petrolífero, e impulsou a cadeia de fornecimento de bens e serviços. Os resultados do programa levaram em conta o crescimento da participação da indústria nacional no setor, o que representou um expressivo valor adicional de US\$ 21,5 bilhões de bens e serviços contratados no mercado brasileiro e a geração de 875 mil novos postos de trabalho.

Ao longo do período 2003-2010, o Programa Nacional de Qualificação Profissional capacitou 78 mil funcionários do setor de petróleo e gás natural, em 80 instituições de ensino de 17 estados do Brasil. Os investimentos chegaram à casa dos R\$ 260 milhões. A execução do Plano de Negócios da Petrobrás para o período 2009-2013 irá demandar a qualificação de mais profissionais, o que contabilizará, até o final do período, um total de 207 mil pessoas qualificadas, com investimento de aproximadamente R\$ 554 milhões.

Autossuficiência de petróleo foi conquistada em 2006, com a marca de 2,1 milhões de barris por dia





**Com a descoberta do Pré-Sal,
Brasil está entre os dez países
com maiores reservas de
petróleo do mundo**



Tal montante já foi aprovado pela diretoria executiva da empresa pública e está condicionado à aprovação prévia da ANP.

Outro grande fato que marcou o setor de Petróleo e Gás no período foi a descoberta, em 2007, da província petrolífera do Pré-Sal, fruto de anos de pesquisa e de uma intensa política de pesquisas exploratórias. As primeiras avaliações permitiram afirmar que o Brasil terá reservas entre 22 a 33 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). Somando-as às reservas atuais, de 15,2 bilhões de boe até o final de 2009, o País se posicionaria entre os dez países com maiores reservas no mundo.

Nesses termos, foram encaminhados ao Congresso, em setembro de 2009, quatro Projetos de Lei que definiram as novas regras de exploração e de produção do petróleo, de modo a permitir uma gestão adequada desses recursos. Além do projeto que estabeleceu o regime de partilha para o Pré-Sal, foi proposta a criação de uma empresa pública para representar os interesses da União nesses tipos de contrato e na comercialização da recém-encontrada província petrolífera. Também importante foi a criação de um Fundo Social para ser o depositário dos resultados da atividade de exploração e produção, cujos recursos serão destinados

ao desenvolvimento econômico, social e regional, na forma de programas e projetos.

Por fim, de modo a fortalecer a Petrobrás, que deverá operar todas as áreas a serem contratadas na região do Pré-Sal, a União cedeu-lhe o direito de produzir o volume de até cinco bilhões de barris no Pré-Sal. Essa operação permitiu a capitalização da empresa pública e o aumento do percentual de participação do Estado no capital da companhia.

No que tange ao gás natural, o Governo assumiu o compromisso de aumentar a participação do insumo na matriz energética nacional, como forma de conferir maior diversidade na oferta de energia e de utilizar um combustível mais limpo e econômico para a geração térmica. Para isso, priorizou o incremento da infraestrutura disponível para transporte de gás natural, o aumento da produção e da oferta e a regulamentação do setor.

Os investimentos proporcionaram uma expansão de 62% na malha de gasodutos, que chegou a um total de 9,29 mil quilômetros de extensão. Já as plantas de regaseificação possibilitaram a oferta de até 21 milhões de m³ de gás natural por dia na malha de transporte, dando flexibilidade ao fornecimento desse insumo.



A Lei do Gás Natural representou um avanço para a atração dos investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria do gás natural no Brasil. O novo marco regulatório fortaleceu o papel do Ministério de Minas e Energia enquanto formulador de políticas públicas, visando à construção ou ampliação de gasodutos por iniciativa própria ou de terceiros.

Ao mesmo tempo, a lei reforçou o papel da ANP como órgão regulador e fiscalizador do setor, garantindo maior estabilidade aos investidores. Coube à agência também declarar de utilidade pública as áreas necessárias à construção de gasodutos, manter o registro de todos os contratos de comercialização de gás, promover as chamadas públicas para alocação de capacidade, realizar a licitação e a elaboração dos editais, desenvolver os contratos de concessão, determinar as tarifas de transporte e regular o exercício da atividade de estocagem e acondicionamento de gás natural.

O marco legal traçou ainda as bases para uma nova fase de expansão do mercado brasileiro. Introduziu o regime de concessão como regra geral para os novos gasodutos, o que garantiu mais investimentos e maior competitividade no segmento de transporte, dada a estabilidade no contrato com a União para a exploração dessa atividade. A licitação para a construção de gasodutos imprimiu transparência ao processo e promoveu a isonomia entre os agentes, resultando em menores valores para as tarifas de transporte.

A Lei determinou, ainda, que o Ministério de Minas e Energia definisse um período de exclusividade, tornando o empreendimento mais atraente aos investidores. O acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, garantido no novo instrumento legal, só poderá ocorrer após o fim do período de exclusividade. O intuito foi induzir a competição na oferta de gás natural de modo a otimizar a operação do sistema de transporte e gerar maior modicidade tarifária, sem desestimular a expansão da malha.

Biocombustíveis

O enfoque governamental em relação aos biocombustíveis mudou radicalmente a partir de 2003. Quando o Presidente da República assumiu o Governo, os números do setor sucroalcooleiro demonstravam que o etanol estava praticamente deixando de ser uma alternativa ao uso de derivados de petróleo. Os níveis de consumo de etanol hidratado caíam ano a ano e a participação do etanol anidro estava estagnada, à mercê do comportamento do mercado de gasolina.

Em 2003, a frota de veículos movidos a etanol hidratado encontrava-se bastante reduzida quando comparada ao pico registrado em 1989, quando a participação de veículos movidos a etanol atingiu o patamar de 40%. O parque circulante que demandava o produto estava sucateado e não havia perspectivas para a retomada do crescimento. Aquele ano registrou os menores volumes de produção e de consumo de etanol hidratado em duas décadas.

O governo criou condições extremamente positivas para que a economia do etanol pudesse atingir um nível recorde de produção e produtividade. O Brasil reassumiu a posição de destaque mundial na fabricação, utilização e exportação de biocombustíveis em larga escala. No final de 2010, era o segundo maior produtor mundial e o maior exportador de etanol.

Além disso, a tecnologia desenvolvida pelo setor fez do etanol, sem subsídios de qualquer espécie, um combustível tão competitivo quanto a gasolina. A partir de 2003, com o lançamento dos veículos de tecnologia bicompostível (*flex-fuel*) na frota veicular brasileira, a cadeia produtiva fortaleceu-se de forma expressiva. O



Produção de biodiesel brasileira chegou a 4,6 bilhões de litros por ano em 2010



consumo de etanol hidratado inverteu sua tendência de queda e entrou em franca expansão. Em 2008, o consumo interno desse biocombustível ultrapassou o da gasolina e passou a ser o principal combustível utilizado por veículos leves no País. Dois anos depois, a frota de veículos bicomposto (flex-fuel) atingiu a marca de 11 milhões de carros, sendo que nove em cada dez automóveis novos eram fabricados com essa tecnologia.

Com relação à capacidade produtiva, mais de 100 usinas de etanol entraram em operação entre 2003 e 2010. No segundo semestre de 2010, o País contava com 432 usinas, das quais 162 eram produtoras de etanol, 19 de açúcar e 251 mistas. Aportes de recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para financiamento da estocagem do combustível também contribuíram para a normalização do abastecimento ao consumidor e a estabilização do mercado de etanol.

Com o objetivo de orientar o crescimento do etanol no País, foi elaborado o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (ZAE Cana). Tratou-se de um criterioso estudo do clima e do solo das regiões brasileiras, a fim de orientar a expansão sustentável da produção de cana-de-açúcar e os investimentos no setor sucroenergético, excluindo áreas com vegetação nativa; áreas para cultivo nos biomas como a Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai; áreas

com potencial agrícola de irrigação plena e áreas com declividade superior a 12%.

O ZAE Cana priorizou a produção em regiões degradadas ou de pastagem e definiu que a expansão sustentável da produção de açúcar e biocombustíveis deveria observar a proteção do meio ambiente, a conservação da biodiversidade, a utilização racional dos recursos naturais, a função social da propriedade, a promoção do desenvolvimento, a valorização da cana-de-açúcar como um recurso energético e o respeito à segurança alimentar e à nutrição adequada como direitos fundamentais do ser humano.

Lançado oficialmente em 2009, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar visa garantir novos direitos e melhor qualidade de vida para os trabalhadores da lavoura canavieira. O Compromisso Nacional é resultado de negociação tripartite entre empresários, trabalhadores e Governo Federal para enfrentar o desafio do trabalho decente no conjunto do setor sucroalcooleiro. O Compromisso Nacional envolve a valorização de um conjunto de boas práticas empresariais, novas ou já existentes em unidades produtivas, que devem ser difundidas na atividade sucroalcooleira, e a promoção pelo Governo de um conjunto de programas e políticas públicas destinadas aos trabalhadores dessa atividade.



O Zoneamento da Cana priorizou a produção em regiões degradadas e definiu que a expansão sustentável da produção de açúcar e biocombustíveis deveria observar a proteção do meio ambiente



Produção de biocombustíveis cresceu considerando a proteção ao meio ambiente

Em 2003, iniciaram-se os primeiros estudos concretos para uma política do biodiesel. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) introduziu o combustível na matriz energética brasileira, tendo seu lançamento oficial pelo presidente da República ocorrido em dezembro de 2004. Dessa forma, o PNPB institucionalizou a base normativa para a produção e comercialização do biodiesel no País, envolvendo a definição do modelo tributário para este novo combustível e o desenvolvimento de mecanismos para inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, consubstanciado no Selo Combustível Social. As empresas que desejem usufruir dos benefícios tributários e participar da negociação de parte do volume dos leilões de biodiesel devem celebrar, previamente, contratos com todos os agricultores familiares ou com as cooperativas agropecuárias de quem adquirir matérias-primas, além de prestar serviços de acompanhamento técnico e de formação dos agricultores. Houve a inclusão de 27.858 famílias em 2008, 51.047 famílias em 2009 e cerca de 109 mil em 2010, gerando emprego e renda para agricultores familiares.

A criação do PNPB foi pautada em diretrizes bastante claras de política de inclusão social; aproveitamento das oleaginosas de acordo com as diversidades regionais; segurança de abastecimento para o novo combustível, garantia de qualidade para o consumidor e busca da competitividade frente ao diesel de petró-

leo. Antes do início do PNPB, o biodiesel era apenas foco de projetos de pesquisa científica de médio e longo prazos, ainda que já fosse realidade na Alemanha, Áustria e outros países europeus. Em apenas seis anos, o Brasil tornou-se o terceiro maior consumidor mundial, atrás somente da Alemanha e França, ultrapassando países como os Estados Unidos e a Argentina.

No segundo semestre de 2010, o País já contava com 50 usinas e capacidade produtiva de 4,6 bilhões de litros por ano. Com o aumento da capacidade produtiva, garantia de abastecimento e amadurecimento do mercado, as metas de mistura do biodiesel com o diesel comum puderam ser antecipadas em três anos. Desde 2010, todo o diesel comercializado no Brasil possui necessariamente 5% de biodiesel.

Também foram empreendidos esforços no sentido de consolidar um mercado internacional de biocombustíveis. Para tanto, o Governo Federal participou de diversas discussões multilaterais sobre tecnologias, políticas públicas e ações de sustentabilidade; lançou iniciativas em parcerias com os principais países produtores e consumidores; negocou acordos de fornecimento de etanol para diversos países; patrocinou estudos de viabilidade em países em desenvolvimento; e assinou Memorandos de Entendimentos (MOU) com diversos países com o fim de cooperação em biocombustíveis.



2. Logística de transportes

Ao longo das últimas décadas, a infraestrutura de transporte careceu de investimento público. Nos anos 1970, o investimento foi de aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos anos 1980, caiu para 1,5% do PIB e, na década seguinte, passou a apenas 0,7%. Esse comportamento provocou o encolhimento do setor, que deveria ser um dos eixos de sustentação do crescimento econômico de longo prazo do País, levando em consideração tanto a necessidade dos cidadãos de se locomover pelo território nacional quanto a importância do escoamento adequado da produção de bens e alimentos.

A deterioração da infraestrutura gerou reflexos negativos sobre a eficiência do sistema de transportes, comprometendo a competitividade do setor produtivo, notadamente no complexo exportador. Entre os desafios que tiveram de ser enfrentados, destacavam-se a degradação e a saturação da malha rodoviária federal; a necessidade de investimentos em ferrovias e hidrovias; a inexpressividade das navegações de cabotagem e interior; a falta de adequação dos portos públicos para a movimentação de cargas; e a pouca competitividade do setor aéreo, fruto de um frágil aparato regulatório no setor.

Esses fatores produziam um quadro de ineficiência que prejudicava a competitividade da economia em função dos custos de transporte implicarem um maior custo final ao consumidor, menores vendas, menor produção, menos empregos e redução no crescimento do PIB. O transporte de cargas, adicionalmente, se dava principalmente pelo modal rodoviário, em detrimento das ferrovias e da navegação, que são alternativas de frete com valor inferior. As rodovias, entretanto, estavam em más condições, segundo a avaliação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). No início de 2003, um total de 47% das rodovias federais estavam em mau estado e outros 35%, em estado regular. No aspecto da segurança operacional, existiam somente três balanças para controle de peso em veículos comerciais e não havia programas para fiscalização da velocidade e sinalização rodoviária. No que diz respeito às concessões, as políticas de



Plano Nacional de Logística e Transportes retomou o planejamento de médio e longo prazos

regulação eram deficientes e a prática de tarifas elevadas era recorrente, fruto das concessões praticadas no período anterior.

Quase 2 mil km da rede pavimentada federal apresentavam altos níveis de congestionamento e acidentes devido ao mau estado ocasionado pelos poucos recursos destinados ao setor. Ademais, o tráfego intenso acarretava custos adicionais, que podiam chegar a 40% no transporte de cargas e passageiros, com acréscimo de até 60% no consumo de combustíveis. A busca por solução era uma demanda imperativa, especialmente em se tratando do modal que transportava mais de 60% das cargas e de 95% dos passageiros ao longo de todo o território nacional.

No setor ferroviário, a política executada a partir de 1996 privilegiou a concessão da exploração do serviço de praticamente toda a malha ferroviária operada pela Rede Ferroviária Federal S/A. Essa política, entretanto, não resolveu importantes gargalos do setor. Entre as dificuldades encontradas, estavam: pouca eficiência, sistemas operacionais ultrapassados, baixa velocidade de transporte de cargas e altos índices de acidentes. Os investimentos na expansão da rede eram escassos, limitando-se aos



Para enfrentar o desafio de remover os gargalos da malha ferroviária foi elaborado o Plano de Revitalização de Ferrovias. Na foto, ferrovia Norte-Sul (Tocantins)

trechos de maior retorno aos investidores. Além disso, a malha ferroviária não integrava as diferentes regiões do País nem conectava as áreas produtivas aos grandes portos, o que dificultava o escoamento da produção nacional.

Os baixos níveis de investimento também impediam o desenvolvimento do setor portuário. Entre os principais problemas, destacam-se o acesso aos portos via rodovias e ferrovias, as restrições de profundidade dos canais de acesso, que impediam a vinda de navios de maior porte, as deficiências de sinalização e balizamento e as limitações à navegação pela impossibilidade de transposição de barramentos.

Os portos públicos refletiam, ainda, a falta de recursos para modernizar os equipamentos e os procedimentos operacionais e um modelo institucional inadequado. A maioria deles operava com instrumentos obsoletos e sistemas de movimentação de cargas defasados, resultando em baixa eficiência e custos elevados. Já a Lei dos Portos, em vigor desde 1993, precisava de regulamentação para estabelecer os pa-

péis dos Governos Federal, Estadual e Municipal e da iniciativa privada. O modelo antigo era complexo e não estabelecia uma divisão clara de tarefas e responsabilidades entre o setor público e o privado.

Também o setor hidroviário, que compreende a navegação por rios e a construção de embarcações, encontrava-se praticamente sem investimentos, com obras paralisadas e necessidade de melhoria da infraestrutura e revisão do modelo de gestão. O parque da indústria naval do País encontrava-se em processo de sucateamento, com a construção de apenas 30 embarcações de pequeno porte, para navegação interior e apoio portuário, e um total de 6,5 mil empregados diretos.

Na aviação civil, o mercado de transporte aéreo brasileiro foi marcado por um período de forte regulação econômica entre a segunda metade da década de 1970 e o final dos anos 1980, tendo iniciado um período de maior flexibilização na década seguinte. No entanto, tal flexibilização era tímida, de forma que, no início de 2003, a aviação civil exigia um ambiente de maior abertura econômica e estímulo à competitividade.





Naquele momento, inexistia no País um regime de liberdade dos preços de passagens aéreas, o que limitava significativamente o acesso das classes sociais de menor poder aquisitivo a esse tipo de transporte. As companhias aéreas, por sua vez, não exploravam as rotas em toda a sua capacidade. Os principais aeroportos apresentavam dificuldades para comportar mais passageiros e aviões, não conseguindo se antecipar ao crescimento de movimentação dos períodos seguintes.

Retomada dos investimentos

A partir de 2003, o Governo Federal voltou a investir na recuperação da estrutura física do sistema nacional de transportes e equipar os ministérios e órgãos reguladores, visando à formulação de políticas públicas para o setor e melhorando a decisão sobre os gastos a curto, médio e longo prazos, conforme as necessidades do País. Assim, retomaram-se os investimentos no setor e formularam-se programas governamentais de crescimento da infraestrutura, de forma a propiciar desenvolvimento econômico, vascularização e articulação racional entre os diferentes tipos de transporte.

Com a elaboração, em 2006, do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), foi retomada a atividade de planejamento da infraestrutura. Desenvolvido pelo Ministério dos Transportes em cooperação com o Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (Centran), o PNLT criou instrumentos de análise, sob a ótica logística, para avaliar as políticas públicas de infraestrutura e a organização dos transportes, a fim de que o setor pudesse contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Um dos diferenciais do Plano foi considerar a questão da territorialidade e dos impactos da infraestrutura no desenvolvimento das diversas regiões do País. Assim, além da simples relação de custo e benefício, que tende a concentrar investimentos em regiões mais desenvolvidas, foram considerados projetos que propiciassem a redução das desigualdades regionais, a integração da América do Sul, a ocupação do território e a defesa da faixa de fronteira.

A instituição do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes (Conit), em 2003, foi outra medida adotada para orientar o setor. O órgão de assessoramento ficou diretamente vinculado à Presidência da República, com a atribuição de propor políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens.

O Conselho formulou diretrizes para a integração física e dos objetivos dos sistemas viários e das

operações de transporte sob jurisdição da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. As políticas públicas definidas pelo Conit visaram aumentar a competitividade, reduzir custos, tarifas e fretes e descentralizar o setor de transportes para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Finalmente, foram estabelecidos desafios e programas específicos para cada uma das áreas do setor: rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária, fomento à indústria naval, aviação civil e infraestrutura aeroportuária.

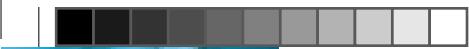
Transporte rodoviário

No transporte rodoviário, os desafios concentraram-se na execução de programas que garantissem a recuperação e a manutenção contínua da malha rodoviária federal; a retomada dos investimentos na sinalização; o aumento de segurança das rodovias federais; a duplicação de rodovias em eixos consolidados; a construção e a pavimentação de rodovias em áreas de desenvolvimento; e a disseminação do novo modelo de concessões rodoviárias, que assegurasse tarifas baixas e garantia de serviço e investimentos pelas concessionárias. Adicionalmente, foi preciso aprimorar setores específicos, como os resultantes das políticas de regulação dos transportes rodoviário de cargas, interestadual e internacional de passageiros.

Para efetivar os eixos estratégicos na visão do Governo, buscou-se reduzir gargalos e facilitar o acesso a portos, além de aumentar a velocidade e a segurança do fluxo de pessoas e mercadorias. Foram executadas ações que resultaram na conclusão de 1.843 km de obras de adequação de rodovias, entre as quais se des-



Ações em rodovias primaram pela recuperação, manutenção e segurança contínua da malha federal



tacou a duplicação da BR-101, no trecho do Nordeste, que possibilitou a abertura de novas oportunidades produtivas e de turismo; a duplicação da BR-050/MG, na região do Triângulo Mineiro, foi fundamental por se tratar de um corredor de tráfego de uma das regiões mais pujantes do País. Destacou-se, ainda, a adequação da BR-101, no trecho da Região Sul, cuja duplicação de 337,5 km possibilitou o reforço da economia regional por meio da produção agropecuária e industrial, tornando melhor a ligação com os demais Estados e com os países do Mercosul.

Em relação à pavimentação da malha rodoviária federal, os investimentos realizados permitiram o incremento de 3.422 km. Destacam-se as regiões estratégicas em áreas de desenvolvimento com a pavimentação da BR-163/PA, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), constituindo-se em uma opção de escoamento da safra de grãos do norte do estado do Mato Grosso em direção ao porto de Santarém, e as obras na BR-364/MT, que conectou Limeira (SP) a Rodrigues Alves (AC), facilitando o acesso do Norte do País aos portos do Sudeste, resultando em melhoria na oferta de produtos acompanhada da redução do frete e do tempo de espera para embarque.

Em relação à manutenção das rodovias federais, o Governo investiu cerca de R\$ 2 bilhões por ano na manutenção rodoviária e fechou contratos de manutenção para 98% da malha pavimentada sob gestão do DNIT. Desse total, 50% estão incluídos nos programas Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais (Crema), que asseguram as boas condições da rodovia por um prazo de dois ou cinco anos, dependendo do trecho. Segundo esses programas, no primeiro ano de contrato, as empresas devem realizar intervenções no pavimento da pista e acostamentos, além da recuperação da sinalização horizontal. Como resultado de tal política, em 2010, quase 60% das rodovias estavam em ótimo ou bom estado e 30%, em estado regular.

Para alcançar essas metas, o programa teve como pilares controlar o excesso de velocidade, sinalizar adequadamente segmentos críticos e criar ações de controle de excesso de peso com a implantação de 235 postos de pesagem nas rodovias federais, com balanças fixas ou móveis. Destacam-se a execução de 66.261 km de sinalização, a entrada em operação de 65 postos de pesagem e a construção do Contorno Norte de Maringá (PR), Contorno Norte de Curitiba (PR), Via Expressa Portuária de Salvador (BA), das travessias urbanas de Sorriso (MT), Sinop (MT), Unaí (MG), Porto Velho (RO), Uberaba (MG), do Rodoanel de São Paulo (SP) e do Arco Metropolitano Rodoviário do Rio de Janeiro (RJ).

Em 2007, foi finalizado o leilão da segunda etapa de concessões de rodovias federais, por meio do qual foram concedidos 2,6 mil km de rodovias aos investi-



Foram executadas ações que resultaram na conclusão de 1.843 km de obras de adequação de rodovias, entre as quais se destacou a duplicação da BR-101

tidores privados, com uma tarifa básica de pedágio, em média, 51% inferior àquelas cobradas na etapa de concessões finalizada em 1998. A concessão das rodovias BR-324/116 BA (que ligam Salvador a Feira de Santana e à divisa de Minas Gerais), realizada em 2009, introduziu uma modificação adicional ao prever a antecipação dos investimentos a serem realizados pelos concessionários caso fosse observado um volume de tráfego maior que o originalmente esperado.

Finalmente o Governo Federal solicitou, por meio de Termo de Cooperação firmado entre o Exército Brasileiro e o DNIT, os serviços dos Batalhões de Engenharia de Construção (BEC) para a realização de obras. Vale destacar que o Exército também atuou no planejamento estratégico na área de transportes, por meio do Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (Centran). Entre as políticas de regulação do transporte rodoviário de carga, merece realce a edição da Resolução 1.737/2006, que tratou da certificação do transportador rodoviário de carga e que regularizou o exercício dessa atividade.



Transporte ferroviário

Em relação ao transporte ferroviário, o Governo Federal reconheceu como desafio a necessidade de remover os gargalos na malha ferroviária que limitavam as possibilidades de expansão econômica. A privatização, que ocorreu mediante licitação, entre 1996 e 1998, e o arrendamento por 30 anos dos ativos operacionais da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) não expandiu a malha ferroviária do País. Sendo assim, foi elaborado o Plano de Revitalização de Ferrovias, posteriormente ampliado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A iniciativa consolidou políticas públicas destinadas ao redesenho do setor, como os investimentos para ampliar a malha ferroviária nacional de bitola larga; a negociação com concessionárias, criando condições favoráveis para os investimentos privados; o desenvolvimento dos estudos e das modelagens para a instituição do transporte ferroviário de passageiros em alta velocidade (Trem de Alta Velocidade, com rota entre as cidades paulistas de Campinas e São Paulo e a capital do Rio de Janeiro); e investimentos na recuperação e readequação da malha ferroviária de bitola

estreita - contornos ferroviários de Araraquara (SP) e Barra Mansa (RJ).

As ferrovias de bitola larga ganharam prioridade, pois o sistema permite trens com maior velocidade de deslocamento, capacidade superior de carga por vagão, mais estabilidade e segurança de tráfego, resultando em menores fretes e conferindo maior competitividade às ferrovias. Entre 1998 até 2003 foram construídos 215 km em ferrovias de bitola larga.

Assim, o Governo planejou e licitou a construção das ferrovias Norte-Sul, de 2.029 km, interligando Araci (BA) a Rio Branco (AC); a Ferrovia de Integração Oeste Leste, de 1.022 km, interligando Ilhéus (BA) a Barreiras (BA); a Ferrovia Nova Transnordestina, com 1.728 km; e a Extensão da Feronorte, obra de 260 km, interligando Alto Araguaia (MT) a Rondonópolis (MT). Até 2010, foram concluídos 1.359 km das obras aprovadas pelo Governo Federal.

Em relação à malha ferroviária de bitola estreita, cuja construção remonta ao século 19, foi priorizada a solução de problemas associados ao crescimento e adensamento das regiões metropolitanas ao redor



As ferrovias de bitola larga ganharam prioridade na estratégia dessa modalidade de transporte, com a construção de 1.359 km até 2010



das linhas férreas. Nesse caso, as intervenções foram feitas para deslocar essas linhas por meio da construção de contornos e novos pátios ferroviários, reduzindo o número de acidentes e ampliando a velocidade de transporte de cargas. Paralelamente, promoveu-se a recuperação da faixa de domínio e a reconstrução de trechos abandonados. Foram concluídas as obras do contorno de Campo Grande (MS) e Campo Belo (MG) e iniciadas as obras nos contornos de Araraquara (SP), Joinville (SC), São Francisco do Sul (SC), Barra Mansa (RJ) e Maringá (PR).

Como subsídio à escolha dos investimentos no sistema de bitola estreita, merece destaque a elaboração do Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer), o qual possibilitou a realização de estudos e levantamentos da necessidade de obras de sinalização, viadutos, pontes, contornos ferroviários e melhorias nas atuais condições de segurança em faixas de domínio e travessias urbanas.

O Programa de Segurança Rodoviária (Prosefer) contribuiu para elevar os níveis de segurança e de conforto dos usuários nas vias, além melhorar o tráfego em trechos próximos das áreas urbanas mais povoadas. O objetivo foi reduzir os impactos resultantes de interferências mútuas entre ferrovias e equipamentos urbanos e rurais por meio de

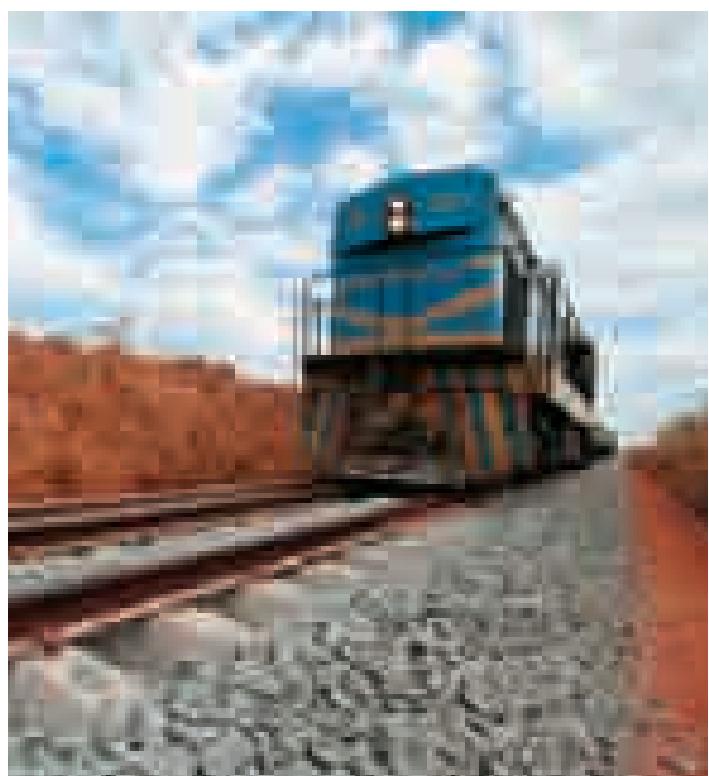
estudos e levantamentos da necessidade de obras, como sinalização, viadutos, pontes e contornos ferroviários, bem como promover melhorias nas atuais condições de segurança em faixas de domínio e travessias, principalmente onde se encontram passagens de nível e ocupação da faixa de domínio em áreas urbanas.

Por sua vez, o investimento privado em ferrovias foi retomado graças ao diálogo e ao estabelecimento de incentivos econômicos às concessionárias, como financiamento público, incentivos fiscais ou a combinação de ambos. Este último foi o caso da Ferrovia Nova Transnordestina, sob responsabilidade da Transnordestina Logística S.A e cuja construção foi viabilizada por meio de financiamento à concessionária, no valor total de R\$ 3,9 bilhões.

As políticas executadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com destaque para o estabelecimento de marcos regulatórios, também resolveram entraves e abriram caminho para novos investimentos nas ferrovias nacionais. Com isso, os investimentos das concessionárias no setor cresceram de R\$ 1,07 bilhão, em 2003, para R\$ 2,77 bilhões, em 2009, com um aumento de 160%.

Para reverter o quadro do transporte ferroviário de passageiros, que era de apenas 1,2 milhão de pessoas em 2009, o Governo Federal optou pela construção de um Trem de Alta Velocidade (TAV) que transportará passageiros entre as cidades de Campinas (SP), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). O TAV vai representar, nos próximos anos, uma alternativa de transporte mais ágil, que não sofre com as interferências climáticas, como os aeroportos, ou com congestionamentos, como as rodovias, e mais ecológico, com a menor emissão de dióxido de carbono (CO₂). O TAV emite 4 kg de CO₂ a cada 100 passageiros, contra 14 kg de CO₂/100 passageiros dos automóveis e 17 kg de CO₂/100 passageiros dos aviões. O projeto ainda se destacou por fortalecer o desenvolvimento da indústria nacional, por meio da absorção de tecnologia e da geração de empregos na sua construção e posterior funcionamento.

Por fim, para elevar os investimentos na malha ferroviária e aumentar a sua eficiência e competitividade, entrou em pauta um novo modelo de exploração. A proposta em discussão consistiu em separar o gestor da infraestrutura ferroviária, ou seja, apartar a empresa que vai explorar só a via permanente daquela que vai fazer o transporte das cargas, permitindo assim a existência de uma companhia que vai gerir a infraestrutura e várias outras transportadoras que vão utilizar as linhas férreas, pagando pelo direito de passagem.



Ferrovia Transnordestina interliga os pólos de produção agrícola, mineral e industrial dos nove Estados do Nordeste, desde o Maranhão até a Bahia



Conclusão das eclusas de Tucuruí, no Pará, restabeleceu a navegabilidade do Rio Tocantins entre Marabá e sua foz

Transporte hidroviário

Os principais desafios do transporte hidroviário foram garantir aporte constante de investimentos no setor e assegurar à população das localidades ribeirinhas da Amazônia, onde o transporte terrestre é mais precário ou inexistente, o tráfego hidroviário de qualidade. No PAC, foram assumidos os compromissos de construção de 40 terminais hidroviários na região amazônica e de dragagem e derrocagem da Hidrovia Paraná-Paraguai, bem como da Eclusa de Tucuruí.

De 2003 a 2010, foram executadas obras de manutenção hidroviária nos principais rios federais, compostas por manutenção da profundidade no canal de navegação, sinalização hidroviária, destocamento e retirada de obstáculos. Destaca-se também o programa de implantação de terminais hidroviários, distribuídos nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão, dotando a região amazônica de infraestrutura portuária condizente com as necessidades da população local.

Outro destaque foi a conclusão das eclusas de Tucuruí, no Pará, em novembro de 2010, que possibilitou a navegação comercial no Rio Tocantins, entre Marabá (PA) e Belém (PA). A obra restabeleceu a navegabilidade no Rio Tocantins, entre Marabá e sua foz, interrompida há mais de 20 anos, por causa da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Após a conclusão desta obra, será possível navegar comercialmente uma extensão de 505 km, garantindo ao sudeste do Pará e à porção nordeste da região Centro-Oeste uma alternativa eficiente de escoamento de sua produção e de chegada de mercadorias, auxiliando o processo de desenvolvimento do interior do Brasil.

Infraestrutura portuária

Nas políticas governamentais direcionadas à infraestrutura portuária havia a necessidade de aumentar a capacidade, segurança e eficiência nos principais portos brasileiros, responsáveis por movimentar a maioria das cargas do País. Outros desafios eram o desenvolvimento



Obras portuárias recuperaram e ampliaram as instalações existentes e criaram novas infraestruturas para aumentar a capacidade de movimentação de cargas

de um novo modelo de gestão, com foco na avaliação de desempenho dos portos e a retomada do planejamento portuário estratégico de longo prazo, para aumentar a integração regional, nacional e sulamericana.

Com a finalidade de vencer esses desafios, foram tomadas iniciativas para preservar o patrimônio público de transportes, atender às demandas do crescimento do mercado interno e do comércio exterior, estruturar corredores estratégicos de transportes para o escoamento da produção e estimular maior participação do transporte hidroviário.

Como consequência da prioridade dispensada pelo Governo ao segmento portuário, foi criada, em 2007, a Secretaria de Portos, vinculada à Presidência da República, que desde então tem trabalhado na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor de portos marítimos, por meio da promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos.

Foram identificados três aspectos que precisa-

vam ser trabalhados para melhorar a eficiência do setor: infraestrutura portuária, melhoria dos acessos aquaviários e inteligência logística portuária. Desses, o objetivo mais urgente era melhorar a infraestrutura portuária. Dado o longo período sem os investimentos adequados, os portos não acompanharam o desenvolvimento da economia nacional nem o crescimento da frota mercantil, tornando-se um dos gargalos à expansão das exportações e constituindo-se em fator negativo na composição dos custos da logística.

Para reverter esse quadro, foram elaborados estudos e executadas obras de engenharia portuária, com vistas à recuperação e ampliação das instalações operacionais e administrativas existentes, bem como a construção de novas infraestruturas, aumentando a oferta das instalações de acostagem e, consequentemente, da capacidade da movimentação de cargas, tornando mais eficiente o atendimento aos navios que demandam os portos brasileiros, proporcionando redução dos custos portuários e aumento da competitividade do setor.

Os resultados do trabalho podem ser identificados na maioria dos portos públicos do país. Fo-



ram realizadas obras de infraestrutura aquaviária de proteção e abrigo nos Portos de Itajaí (SC), Imbituba (SC), Laguna (SC) e Rio Grande (RS). Os principais investimentos em obras de infraestrutura e superestrutura terrestre foram ampliação, recuperação e construção de instalações de acondicionamento tais como cais, píeres, berços de atracação e pontes de acesso, nos portos de Vila do Conde (PA), Itaqui (MA), Luis Correia (PI), Fortaleza (CE), Cabedelo (PB), Areia Branca (RN), Recife (PE), Suape (PE), Maceió (AL), Ilhéus (BA), Vitória (ES), São Francisco do Sul (SC) e Itajaí (SC).

Também foram executadas obras para a recuperação e construção de superestruturas terrestres tais como construção de retroárea e aterro hidráulico no Porto de Itaqui (MA); melhoramento da infraestrutura terrestre no Porto de Recife (PE); construção do acesso rodoviário e duplicação de via de acesso no Porto de Suape (PE); recuperação da estrada de acesso ao Cais de Capuaba (ES); recuperação do acesso rodoviário e outros acessos internos do Porto do Rio de Janeiro (RJ); Avenida Perimetral e projetos para melhoria dos acessos terrestres no Porto de Santos (SP); e reconstrução emergencial do Porto de Itajaí (SC).

Já por parte da iniciativa privada, após 2007 destacou-se o investimento em modernização portuária, com a introdução de novas tecnologias, e o surgimento de terminais privativos de grande porte, nas regiões de Suape, Salvador, Rio de Janeiro, Itaguaí, Santos, São Francisco do Sul e Rio Grande.

Para melhorar os acessos aquaviários, foi instituído, em 2007, o Plano Nacional de Dragagem (PND), composto por um conjunto de intervenções visando o aprofundamento, alargamento e derrocagem dos canais de acesso dos principais portos públicos do País: Santos, Rio Grande, Rio de Janeiro, Itaguaí, Vitória, Paranaguá, Suape, Recife, Itajaí, São Francisco do Sul, Fortaleza, Angra dos Reis, Natal, Aratu, Salvador e Cabedelo.

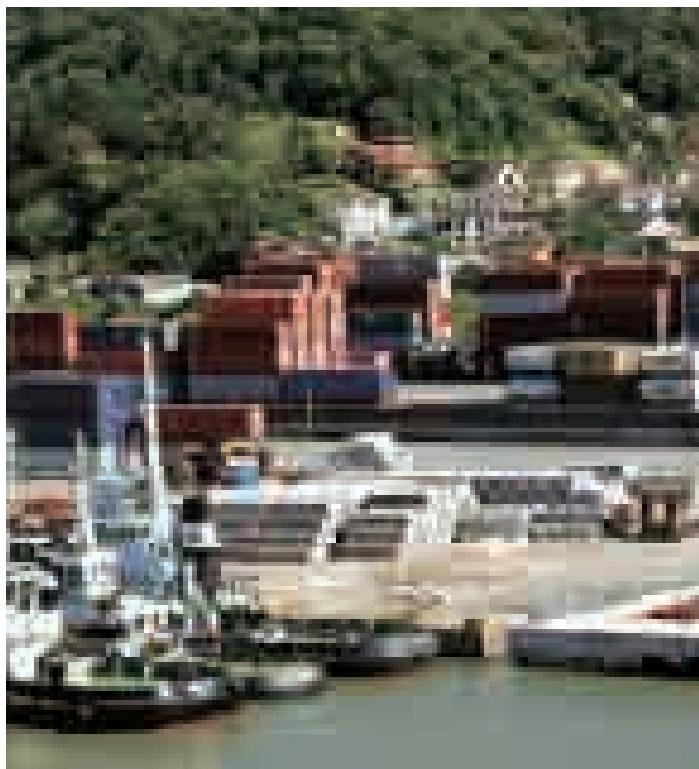
No aspecto da navegabilidade, a dragagem propiciou a limpeza dos canais de navegação, com a retirada de material assoreado proveniente do uso e ocupação do solo na bacia de contribuição. A dragagem também melhora a eficiência de transporte e diminui o consumo de energia de embarcações que trafegam no canal e aumenta a segurança de navegação e minimiza a possibilidade de acidentes.

Do ponto de vista comercial, o PND reduziu os custos portuários, com o incremento do fluxo de navios, redução dos tempos de espera para atracação, utilização de navios de maior porte nas rotas brasileiras e

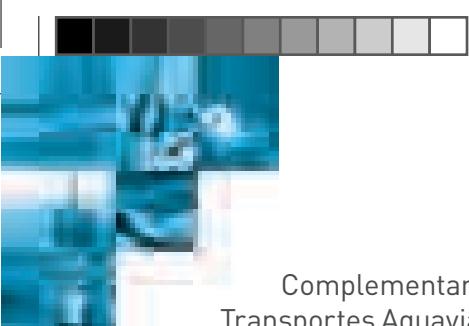
melhora no desempenho das exportações brasileiras.

Indiretamente, o PND criou benefícios sociais indiretos e de longa duração ao ampliar a movimentação de cargas nos portos brasileiros. Os empregos gerados pela melhoria da infraestrutura portuária podem ser exemplificados com dados do Banco Mundial: a cada 1.000 contêineres movimentados por ano, são gerados três empregos no porto, sete na cidade e 50 na cadeia produtiva até a fábrica.

Visando melhorar a inteligência logística portuária, foram adotadas ações de gestão e planejamento portuário, prevendo melhorar a eficiência do setor sem a necessidade de fortes investimentos em obras de infraestrutura. Fazem parte desse segmento os programas Porto sem Papel, criado para rastrear veículos e cargas nos portos com transparência dos processos de fiscalização, e o Plano Nacional de Logística Portuária, com o planejamento sistêmico das ações nos portos para aumento da capacidade, melhoria da gestão e organização institucional para os próximos 20 anos. A melhoria da segurança portuária foi abordada com a implantação do ISPS-Code, sistema de combate ao terrorismo, enquanto a eficiência da área fiscal foi aumentada com os de Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) e o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).



Plano Nacional de Logística Portuária imprimiu planejamento sistêmico, com vistas aos próximos 20 anos



Complementarmente, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou diversas atividades com o objetivo de aprimorar e viabilizar maiores investimentos no setor portuário, visando assegurar um crescimento sustentado da oferta de infraestrutura portuária com o engajamento da iniciativa privada.

Uma dessas atividades correspondeu à elaboração do Plano Geral de Outorgas (PGO) para a concessão de novos portos organizados e autorização de terminais de uso privativo. O plano relacionou oportunidades de negócios para ampliação da oferta de infraestrutura portuária pela iniciativa privada, a partir da indicação de áreas com perfil apropriado para a expansão de novas instalações portuárias.

Vale destacar os estudos de viabilidade técnico-econômica, em formato informatizado, para o arrendamento, pelo setor privado, de áreas e instalações nos portos públicos existentes, que possibilita remuneração para o Poder Público, sem comprometer os níveis de atratividade dos interessados.

Por fim, ressalta-se o programa de segurança da navegação aquaviária realizada pela Marinha do Brasil em áreas marítimas e fluviais, com o objetivo de prover a segurança da navegação em Águas Jurisdicionais Brasileiras, englobando a manutenção de vias navegáveis, o fornecimento de previsões meteorológicas e oceanográficas, e o acompanhamento de tráfego marítimo.

Fomento à indústria naval

Complementando a estratégia de investimentos em portos e no transporte hidroviário, fazia-se necessário incentivar o desenvolvimento da indústria naval. Era preciso rever a legislação de fomento a esse setor da indústria, criando incentivos para os armadores encomendarem novas embarcações aos estaleiros brasileiros, modernizando a frota mercante.

A revitalização da indústria foi feita por meio de financiamentos do Fundo de Marinha Mercante (FMM) às empresas brasileiras, que usaram os recursos para a construção de embarcações e estaleiros, aumentando a participação dos componentes nacionais nos empreendimentos. Assim, o setor de construção naval vivenciou um crescimento substancial nos últimos oito anos. A quantidade e o valor dos investimentos realizados aumentaram significativamente, assim como os empregos diretos gerados pelo setor. No período de 2003 a 2010, foram contratados 406 projetos, com valor total de R\$ 19,33 bilhões, tendo sido já concluídos 209 com um desembolso total de R\$ 8,8

bilhões. O emprego direto gerado pela indústria naval, por sua vez, elevou-se em aproximadamente 715% saltando de 6,5 mil para 46,5 mil postos diretos.

Fase	Tipo de embarcação/Estaleiro	Quantidade
Concluída	47 de apoio à navegação 65 de apoio à plataforma 89 de carga 4 de pesca 3 de passageiros 0 de estaleiros 1 de terminal	209
Em construção	22 de apoio à navegação 24 de apoio à plataforma 49 de carga 0 de pesca 1 de passageiros 3 de estaleiros 0 de terminal	99
Contratada	46 de apoio à navegação 17 de apoio à plataforma 32 de carga 0 de pesca 1 de passageiros 2 de estaleiros 0 de terminal	98
Subtotal		406
Priorizada (projetos aprovados pelo Conselho/aguardando contratação)	90 de apoio à navegação 17 de apoio à plataforma 51 de carga 8 de pesca 0 de passageiros 16 de estaleiros 0 de terminal	182
Total		588

Fonte: Ministério dos Transportes

O Sistema Eletrônico de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (Mercante), criado em 2002, e os instrumentos legais para seu funcionamento, foram aperfeiçoados e implantados no período de 2003 a 2010, e levaram à ampliação, à modernização e à racionalização do processo de arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). O aperfeiçoamento do sistema possibilitou a simplificação de processos, a melhoria da fiscalização, a diminuição da evasão e, aliado ao crescimento da atividade comercial no país, o aumento do valor total arrecadado.



Com recursos disponíveis, a retomada do investimento no setor aconteceu de forma rápida, impulsionada pelos investimentos do setor de petróleo, que também se encontrou em franca expansão nos últimos oito anos. A demanda por recursos do fundo aumentou significativamente, assim como a quantidade de projetos contratados e concluídos. Também foram apoiados programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico dos setores de transporte aquaviário e de construção naval. Além disso, foram estendidas e melhor regulamentadas algumas formas de isenção do AFRMM, especialmente no sentido de fomentar a atividade econômica e o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste.

Aviação Civil e infraestrutura aeroportuária

Por fim, o Governo Federal atuou no sentido de desenvolver e modernizar o setor de aviação civil, um compromisso assumido pelo Presidente da República ainda em mandato iniciado em 2003. Para levar a cabo esse compromisso, foi preciso agir para formular uma política específica para o transporte aéreo, dotando o Ministério da Defesa de uma estrutura adequada, com a criação da Secretaria de Aviação Civil e a implantação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O crescimento da economia e o aumento da demanda por transporte aéreo exigiu do Governo Federal ações com vistas à expansão da infraestrutura aeroportuária, dotando os aeroportos brasileiros de maior capacidade, segurança e eficiência no que se refere ao transporte de carga e passageiros. Ao longo dos dois mandatos, houve o crescimento do setor da aviação civil, com o transporte aéreo mais competitivo e eficiente. Para atingir níveis mais elevados de produtividade, as operações passaram a se basear na utilização intensiva das aeronaves, na concentração em poucos aeroportos *hubs* (que concentram e distribuem voos para outros aeroportos) e em rotas mais rentáveis entre ligações mais prósperas. Esses fatores acarretaram declínios no preço médio do bilhete, alta indução do tráfego aéreo e maior acessibilidade de novos segmentos consumidores.

Com o aumento da demanda, o Governo, por intermédio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), pautou seus investimentos nos aeroportos buscando a manutenção da qualidade, da segurança, do conforto e da eficiência operacional da rede. Foram realizadas mais de 40 obras de reforma e adequação de terminais de passageiros nos aeroportos federais, bem como obras de reforma e ampliação de pistas de pouso e decolagem.



Obras de reforma e adequação de terminais de passageiros em aeroportos federais, bem como de ampliação de pistas, totalizaram 40 intervenções. Na foto, aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP)



Crescimento do tráfego aéreo exigiu novo planejamento, com mais equipamentos e pessoal especializado

Da mesma forma, o crescimento do tráfego aéreo no País exigiu um novo planejamento para o espaço aéreo nacional, que demandou mais equipamentos e a formação e contratação de pessoal especializado. Foram comprados novos aparelhos para garantir a infraestrutura do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Nacional Brasileiro (Sisceab), entre eles equipamentos e serviços de manutenção dos sistemas de proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo, apoiado por um conjunto de equipamentos aeronáuticos, como equipamentos para as Estações Meteorológicas de Altitude (EMA).

Foi implantado o Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA), que tem a missão de gerenciar o fluxo do tráfego aéreo nacional em tempo real, com o trabalho cooperativo e ininterrupto de Oficiais da Aeronáutica, integrantes da Anac, da Infraero e representantes das Empresas Aéreas.

Essas medidas não teriam surtido efeito sem o treinamento adequado de pessoal. A capacitação de controladores do espaço aéreo teve por objetivo atualizar os integrantes do Sisceab para exercerem suas atividades de maneira eficaz e segura nas diversas áreas de sua atuação, principalmente em função dos equipamentos que são constantemente atualizados, familiarizando-se com as tecnologias disponíveis e atendendo exigências estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional, como por exemplo, o uso da língua inglesa nas comunicações.

No campo institucional, com a criação da Anac, a aviação civil passou a ser regulada por uma entidade civil, vinculada ao Ministério da Defesa, com a finalidade de fiscalizar as atividades do setor bem como de garantir os direitos dos usuários do transporte aéreo. Posteriormente, a Secretaria de Aviação Civil (SAC) do Ministério da Defesa consolidou o processo de reestruturação do setor, na coordenação e supervisão das atividades dos diversos segmentos que compõem o transporte aéreo. Essas modificações foram importantes, pois deixaram clara a distinção entre a formulação da política pública voltada para o setor aéreo, atribuída à SAC, e a regulação das companhias que atuam na aviação civil, atribuída à Anac.

A nova gestão coordenada contribuiu para o crescimento do setor, o que pode ser observado pelo aumento da concorrência, da oferta e demanda do transporte aéreo. Com o novo modelo institucional, a Infraero viu a demanda dos seus 67 terminais passar de 71,2 milhões de passageiros por ano, em 2003, para 128,1 milhões, em 2009 – aumento de 79,9% no período. Considerando-se os dados de janeiro a agosto de 2010 em relação ao mesmo período no ano anterior, houve crescimento de 22,7%, o que aponta para uma projeção de mais de 150 milhões de passageiros por ano nos aeroportos da empresa.

Para dar continuidade ao crescimento do setor, foi instituída em 2009 a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC). O programa corresponde ao conjunto de diretrizes e estratégias que nortearão o planejamento das instituições responsáveis pelo desenvolvimento da aviação civil brasileira, estabelecendo objetivos e ações estratégicas para esse setor, e integrando-se ao contexto das políticas nacionais brasileiras. O principal propósito da PNAC é assegurar, para os próximos anos, o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial.



3. Infraestrutura hídrica

No Brasil de 2003, o Nordeste sofria intensamente os efeitos da crônica escassez de água, enquanto outras regiões registravam inundações ou secas sazonais, agravadas pelo uso desordenado e pela degradação ambiental.

Frente a esse quadro, o Governo Federal deu início à constituição de uma infraestrutura hídrica eficiente e integradora do território nacional, capaz de promover o acesso à água a partir de soluções planejadas e definitivas, alcançando todo o Brasil.

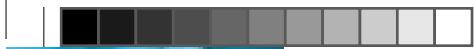
Foi nessa perspectiva que o Governo Federal estabeleceu como prioridade a interligação e revitaliza-

ção das bacias hidrográficas do País, definindo como diretriz inicial a conclusão das obras já em andamento. A interligação possibilitará a disponibilização de água de forma contínua e segura à população de regiões com escassez de recursos hídricos, especialmente a região semiárida, bem como viabilizará uma maior eficiência na operação de reservatórios já construídos, com melhor aproveitamento da infraestrutura e gestão mais eficaz da água.

Os projetos de macrodrenagem urbana, por sua vez, foram incluídos no âmbito das obras de infraestrutura hídrica de forma a reduzir a ocorrência de inundações e alagamentos e seus consequentes impactos.



Projetos de infraestrutura hídrica geraram mais de 9 mil empregos, principalmente para moradores da região do semiárido



Oferta de água

As ações realizadas para o aumento da oferta de água à população brasileira consistiram em diversas obras de infraestrutura hídrica, as quais propiciaram o aumento das vazões disponíveis e o transporte de água entre as fontes e os centros de consumo, tais como: barragens, canais, adutoras, poços. Destaca-se o abastecimento de água em regiões metropolitanas, com o fim do racionamento em Recife (PE) e Aracaju (SE).

Foram executadas obras de barragens e adutoras, salientando-se os seguintes projetos finalizados: a Barragem e Adutora Palmeira dos Índios (AL); as Barragens Poço do Magro e Gasparino (BA); o Sistema Ibaretama, as Barragens Taquara, Castanhão e os Trechos II e III do Eixo de Integração Castanhão (CE); a Barragem Córrego João Leite (GO); as Barragens Setúbal, Matrona e Peão (MG); as Adutoras Acauã e Capivara (PB); a Adutora Jucazinho, os Sistemas Gurjáu e Pirapama

(PE); a Barragem e Adutora Poço do Marruá e a Barragem Piaus (PI); a Barragem Umari (RN) e o Sistema Serra de Santana (RN); a Barragem São Bento (SC).

Além disso, foram realizadas recuperações das barragens de Zabumbão e Mirorós, na Bahia, e elaborados estudos para a implantação dos projetos Canal do Xingó (SE), Barragem do Rio Jequitaí (MG) e Adutora Guanambi (BA).

Encontram-se em execução as obras dos seguintes empreendimentos: Sistemas Cafarnaum, Jacobina e Pedro Alexandre (BA); Barragens Figueiredo, Missi, Riacho da Serra e Adutora de Santa Quitéria (CE); Adutora João Leite (GO); Sistema de Abastecimento no Norte de Minas Gerais; Adutoras do Oeste e do Pajeú (PE); Adutora Piaus (PI); Adutora Seridó e Sistema Alto Oeste (RN); Barragens Arvorezinha, Taquarembó e Jaguari (RS), Adutora São Francisco (SE) e Sistema Congo (PB) – 2^a Etapa.



Obras de integração de bacias
do semiárido garantirão água
a 12 milhões de habitantes



Integração de bacias do semiárido e do Vale do São Francisco

Os projetos de infraestrutura ganharam importantes avanços com a aprovação, em 2004, de um novo marco regulatório, que introduziu critérios técnicos para a celebração de convênios com a União para a construção de obras hídricas, permitindo significativa melhoria na qualidade dos projetos apresentados. A execução do projeto Integração de Bacias seguiu um planejamento que começou nos espaços sub-regionais e regionais.

A primeira ideia de transpor águas do Rio São Francisco para superar as secas críticas do Ceará data de 1848 e foi retomada várias vezes desde então. A evolução do Projeto nas últimas décadas foi marcadamente amadurecimento institucional, pelas mudanças dos marcos legais (legislação ambiental, Lei das Águas, Marco Regulatório do Saneamento), pela criação de fóruns de decisão participativa (como os Comitês de Bacia) e pelo próprio Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Evolução do Projeto de Integração do São Francisco (1985-2004)

1985	transposição de 300 m ³ /s para os açudes Castanhão (CE) e Armando Ribeiro Gonçalves (RN) e uso na irrigação;
1994	transposição de 150 m ³ /s para os açudes Castanhão (CE), Armando Ribeiro Gonçalves (RN) e Santa Cruz (RN);
2000	captação de 48 m ³ /s em dois canais;
2004	projeto atual com captação de 26,4 m ³ /s para abastecimento humano e dessedentação animal, integrando mais de 10 açudes e perenizando diversos rios.

Em 2003, a transposição do Rio São Francisco passou a ser tratada dentro dessa visão ampla de integração de bacias hidrográficas, incluindo ações de revitalização das bacias, transformando-se no atual Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

O PISF tem dois canais principais: o Eixo Norte, com 402 km de extensão e captação em Cabrobó (PE), passando pelos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; e o Eixo Leste, com 220 km de extensão e captação em Floresta (PE), distribuído entre os estados de Pernambuco e Paraíba. Além dos canais, serão implantados: 36 barragens, 17 aquedutos, 165 tomadas d'água de uso difuso, 7 túneis, 8 estações de bombeamento, 63 pontes, 35 passarelas e 626 bueiros.

O PISF foi concebido com o objetivo de assegurar o acesso à água a cerca de 12 milhões de habitantes dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio

Grande do Norte, reduzindo o contingente populacional exposto ao quadro crítico da seca naquela região.

Em 2005, concluiu-se o Plano Decenal de Recursos Hídricos para a Bacia do Rio São Francisco – aprovado pelo Comitê da Bacia –, refez-se o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de forma compatível com o Plano Decenal e elaborou-se o estudo de sustentabilidade hídrica do empreendimento, confirmando-se a sua viabilidade técnica, em face da utilização de apenas 1,4% da vazão firme do rio a jusante da Usina Hidrelétrica Sobradinho, o que não prejudicará a população da bacia doadora e trará grandes benefícios às populações das regiões pobres dos estados nordestinos.

O projeto foi aprovado em janeiro de 2005 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e teve a sua Licença Prévia expedida pelo IBAMA no mesmo ano, viabilizando o início de suas atividades em três vetores: elaboração e conclusão do cadastramento fundiário, início da elaboração dos programas ambientais e dos procedimentos licitatórios referentes à aquisição de motobombas e contratação da execução e supervisão de obras civis.

Concluídos os Estudos de Sustentabilidade Técnica, Administrativa, Financeira e Operacional do projeto, e depois da celebração do “Pacto de Sustentabilidade” do empreendimento – entre os ministérios e governos estaduais envolvidos –, foi obtida a outorga de direito de uso da água do Rio São Francisco para o PISF, com vazão de 26 m³/s, aprovada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

De 2007 a 2010, o Governo Federal investiu R\$ 2,1 bilhões no PISF. As obras do Eixo Leste e dos Trechos I e II do Eixo Norte encontram-se em execução, atingindo cerca de 80% em dezembro de 2010. Entre os benefícios obtidos durante a execução do projeto, ressalta-se a geração de 9.137 empregos diretos, sobretudo para trabalhadores da região.

O Plano Básico Ambiental (PBA) do PISF contempla 36 Programas Básicos Ambientais, nos quais se destacam a elaboração de 58 Planos Diretores de municípios, a regularização fundiária de 10 mil propriedades em 32 municípios e o apoio ao desenvolvimento das Comunidades Indígenas e Quilombolas, com a construção de 1.200 casas, cinco postos de saúde, escolas e centros culturais. Das 18 Vilas Produtivas Rurais previstas, para atender à realocação das 806 famílias atingidas com a implantação do projeto, foram concluídas as Vilas Produtivas Rurais Junco, Pilões, Uri, Negreiros e Captação, e outras cinco estão em construção (Fazenda Salão, Descanso, Vassouras, Queimada Grande e Malícia).



Revitalização de bacias hidrográficas

Com a nova concepção do PISF, a partir de 2005, o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas foi intensificado, incluindo ações voltadas ao reflorestamento de áreas críticas; à proteção e à recuperação de nascentes; ao tratamento de esgotos e resíduos sólidos das cidades e vilas localizadas na suas margens; ao combate à desertificação; à melhoria da calha navegável do Rio São Francisco, e à educação ambiental. No tocante às ações de revitalização das bacias dos rios São Francisco e do Parnaíba, beneficiando os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Tocantins, foram realizadas as seguintes intervenções:

No saneamento básico nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, foram concluídas 23 obras de esgotamento sanitário, e 123 encontram-se em execução. No âmbito do abastecimento de água, foram concluídos sistemas simplificados de abastecimento beneficiando 18 localidades rurais, estando ainda em execução sistemas para outras 362, com previsão de atender 105 localidades até dezembro de 2010. Também foram realizadas diversas obras visando o controle de processos erosivos. Cuidou-se também da melhoria da navegabilidade do Rio São Francisco.

Com o objetivo de aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando incrementar a oferta de alimentos, a geração de empregos e a distribuição da renda, o Governo Federal incorporou 37.758 ha ao processo produtivo, criando 133 mil empregos diretos e indiretos e beneficiando diretamente 220 mil pessoas. A base dessa estratégia foi a implantação de infraestruturas de irrigação de uso comum e de perímetros de irrigação, conclusão de etapas já iniciadas e sua ocupação.

O apoio à produção, os serviços de assistência técnica e a extensão rural foram gradualmente implantados junto a 19 mil produtores, além de ações voltadas à pós-colheita e comercialização, sendo atendidos 35 perímetros de irrigação. Apoiou-se também a pesquisa pela diversificação de culturas, em parceria com a Embrapa.

Com o objetivo de reduzir a ocorrência de inundações e alagamentos, foi criado o Programa Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial. As ações desse programa também incluíram o controle dos efeitos da dinâmica marítima na zona costeira. As obras de drenagem são realizadas em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas.



Aumento da área irrigada beneficiou, direta e indiretamente, 220 mil pessoas



4. Comunicações

O período 2003-2010 foi de grandes conquistas no que se refere à universalização das telecomunicações, em especial da telefonia. Ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos exigiram constantes pesquisas e iniciativas para adequar o setor às necessidades do país. A criação do Sistema Brasileiro de TV Digital foi um marco nesse sentido. Além disso, a progressiva reorientação da política brasileira de telecomunicações passou a priorizar a expansão do acesso à banda larga como eixo condutor da estratégia de universalização.

O panorama das telecomunicações no Brasil em 2003 decorria da profunda reforma estabelecida pela Lei Geral de Telecomunicações, de 1997, que promoveu a transferência da gestão a grupos empresariais privados. O modelo do setor visava estabelecer a concorrência na prestação dos servi-

ços, reservando ao estado a responsabilidade pela formulação das políticas setoriais, a definição das diretrizes e normas regulatórias e a fiscalização das atividades das empresas concessionárias. A implantação, entretanto, defrontou-se com duas grandes barreiras estruturais: a tendência monopolista do setor e a baixa renda de grande parte da população, implicando elevada inadimplência e baixa rentabilidade por usuário do serviço de telecomunicações. Diante desse cenário, o Governo Federal assumiu como meta aprimorar o modelo adotado, tornando-o economicamente viável, socialmente justo e propício ao desenvolvimento tecnológico.

Naquele momento, a política de universalização tinha como eixo principal a telefonia fixa. O primeiro Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMU II), aprovado em 1998 e vigente até 2005, teve como objetivo ampliar progressivamente a distribuição territorial da telefonia fixa, superando uma situação crítica de demanda e expansão reprimidas. Já a segunda versão do PGMU, aprovada em 2003 e vigente entre 2006 e 2010, estabeleceu novas metas, voltadas a efetivar o acesso à telefonia para as regiões e os segmentos da população até então dela excluídos.

Na primeira década do século 21, o setor de Comunicações foi positivamente impactado pelo fenômeno da convergência tecnológica, mudança de paradigma resultante de décadas de avanços na digitalização de sinais e na miniaturização de sistemas digitais em larga escala. A convergência tornou os diferentes sistemas capazes de transmitir indistintamente voz, imagem e dados, e aportou dinamismo à incorporação de inovações tecnológicas e novos equipamentos. As empresas puderam melhorar em eficiência, desempenho e qualidade dos serviços oferecidos aos usuários, ao mesmo tempo em que se beneficiaram da redução de custos relativos de investimento e de operação. Esses fatores somaram-se ao crescimento do mercado de consumo e proporcionaram grande expansão dos serviços de telecomunicações no Brasil, como mostra a tabela a seguir.



Em novembro de 2010, havia mais de 194 milhões de celulares no Brasil



Evolução dos serviços de telecomunicações (2003/2006/2009)

	2003	2006	2009
Telefone fixo de uso individual (milhões)	49,8	51,2	59,6
Densidade (telefones por 100 hab.)	28,2	27,3	31,0
Telefone móvel (milhões)	46,4	99,9	173,9
Densidade (telefones por 100 hab.)	26,2	53,2	90,5
Comunicação multimídia (milhões)	1,0	5,9	13,0
Densidade (acesso por 100 domicílios)	0,2	0,9	22,4
TV por assinatura (milhões)	3,6	4,6	7,5
Densidade (acesso por 100 domicílios)	7,6	8,9	12,9

Fonte: Anatel

A telefonia móvel apresentou vigorosa expansão. Em novembro de 2010, o Brasil chegou a 194,4 milhões de telefones celulares. Já no início do ano, a cobertura estava próxima de alcançar a totalidade dos municípios brasileiros. Essa obrigação de ampliação da cobertura foi assumida pelas operadoras junto ao Governo Federal quando conquistaram o direito de operar nas faixas de terceira geração (3G). Na ocasião, elas comprometeram-se com metas de expansão com a rede de segunda geração (2G), ao longo do primeiro semestre de 2010, e com metas a serem cumpridas até 2016 para a rede de 3G.



A oferta de conexão em banda larga também cresceu. O número de assinantes dos serviços de comunicação multimídia, que abrangem a banda larga por cabo telefônico ou de televisão, chegou a 13 milhões no final de 2009. Já a conexão móvel de banda larga abrangia 18,7 milhões de celulares ou modems 3G em outubro de 2010.

No serviço de TV por assinatura, com 9 milhões de assinantes em setembro de 2010, ocorreu uma

evolução de 110% em relação à base de usuários do final de 2002. Considerando o número médio de 3,3 pessoas por domicílio, a TV por assinatura estava disponível para cerca de 30 milhões de brasileiros em 2010, ante 11,7 milhões em 2002.

Em 2008, o Decreto nº 6.424 estipulou que as operadoras de telefonia passariam a ter como responsabilidade o incremento da infraestrutura de telecomunicações como um todo, prevendo, dentre outras obrigações, a expansão da infraestrutura de acesso à banda larga para localidades desprovidas de atendimento. Como consequência, até agosto de 2010, 80% dos municípios já contavam com essa infraestrutura, consolidando a perspectiva de que até o fim de 2010 todos os municípios brasileiros tivessem alguma infraestrutura de suporte à internet banda larga, facilitando o acesso aos serviços de governo eletrônico.

Com o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), em fevereiro de 2010, o Governo Federal assumiu o objetivo de massificar até 2014 a oferta de acessos, elevando-os em quantidade para 30 milhões de acessos fixos e 60 milhões de acessos móveis, e assegurando o serviço a 100% dos órgãos de governo, incluindo escolas, bibliotecas e unidades de saúde.





Sistema Brasileiro de TV Digital

A política de inclusão social no âmbito das comunicações norteou também outros projetos do Governo Federal. Entre suas ações mais importantes destacou-se a criação do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), no ar desde dezembro de 2007. A partir do sistema japonês Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (ISDB-T), o Brasil criou um sistema próprio, garantidor de melhor aproveitamento do espectro radioelétrico, e desenvolveu o middleware Ginga, aplicativo responsável pela interatividade dos telespectadores com o conteúdo digital, reconhecido pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) como padrão internacional para interatividade em TV Digital.

Além de tratar-se de uma questão de soberania nacional, a decisão de criar o SBTVD levou em conta a possibilidade de a TV Digital tornar-se um instrumento de inclusão dos brasileiros na sociedade da informação, promovendo a redução da dependência tecnológica do país neste segmento e o incentivo à pesquisa e ao emprego nas universidades e centros de desenvolvimento, além de contribuir para o crescimento do setor eletroeletrônico nacional.

Em setembro de 2010, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 87 milhões de brasileiros, em 412 municípios, já tinham acesso às transmissões digitais. Além disso, o trabalho diplomático de divulgar o SBTVD mundo a fora levou outros nove países a optarem por essa tecnologia como padrão de TV Digital. Dessa forma, o sistema brasileiro passou a alcançar mais 550 milhões de espectadores.

Além de criar o SBTVD e fomentar o investimento em tecnologias nacionais, o Governo Federal reforçou a atuação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). Com recursos desse fundo, provenientes de contribuições das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, foram investidos, entre 2001 e 2009, R\$ 820 milhões na modalidade não-reembolsável, em perto de 100 projetos nas áreas de comunicações sem fio, comunicações ópticas, redes de nova geração, software para telecomunicações, radiodifusão digital, entre outras tecnologias. No mesmo período, o Funttel emprestou R\$ 65 milhões para financiar, a custo reduzido de capital, projetos de interesse do setor de telecomunicações.

Essas iniciativas ajudaram a desenvolver a rede experimental de alta velocidade (Giga), equipamentos de multiplexação e gerência de redes ópticas,

equipamentos para comutação de redes de nova geração e sistemas de gerência e operação de serviços de telecomunicações.

A atuação governamental se deu de modo articulado com as ações de fiscalização de responsabilidade da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A Agência, que inicialmente direcionava seus esforços para a observância das obrigações das concessionárias no que dizia respeito à universalização, evoluiu para a exigência das obrigações relativas à qualidade dos serviços prestados e à garantia dos direitos dos usuários.

A Anatel lançou, em 2008, o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), contendo sua visão estratégica para a regulação do setor até 2018, a partir de diretrizes apresentadas pelo Ministério das Comunicações, conferindo transparência e previsibilidade ao marco regulatório.

Acesso aos serviços postais

O Governo Federal trabalhou na perspectiva de assegurar o acesso universal dos cidadãos aos serviços postais. Para isso, fez ampliar as áreas de atuação dos Correios, que não apenas chegaram a todos os municípios do país, como também puderam oferecer mais serviços à população, com destaque para o Banco Postal e a oferta de produtos pela internet.

Em 2003, mais de 30 milhões de brasileiros ainda não dispunham de agências em suas cidades. Até 2010, entretanto, os Correios alcançaram seu objetivo e estenderam sua presença para os 5.565 municípios brasileiros. Além disso, por meio das Agências de Correio Comunitárias (AGCs) levou-se a prestação de serviços básicos a 1.604 localidades até então desprovidas desse tipo de atendimento.

A presença física das 6.167 agências dos Correios possibilitou a expansão do Banco Postal, garantindo atendimento bancário àqueles que não dispunham de agências de instituições financeiras em suas localidades. O Banco Postal tornou possível a abertura de conta-corrente e poupança, realização de saques, pagamento de cheques, recebimento de benefícios do INSS entre outros serviços básicos.

Pela internet, os Correios captaram novos clientes, gerando receita na venda de produtos e serviços. Em 2009, a loja virtual recebeu mais de 3 milhões de acessos e enviou 200 mil cartas e telegramas. Em meados de 2010, uma nova versão do sítio deu destaque aos Correios Mobile, um aplicativo para celulares



e smartphones com os serviços mais acessados pelos internautas. Pelos aparelhos móveis, os clientes podem consultar CEPs, simular preços de envio de encomendas, rastrear objetos, consultar agências e contatar a instituição.

Expansão da Radiodifusão

Outro importante compromisso assumido pelo Governo Federal no âmbito das Comunicações foi levar os serviços de radiodifusão a pelo menos 80% dos municípios até o final de 2011. Em dezembro de 2002, apenas 46% deles dispunham de serviços de radiodifusão, em sua

maioria de caráter comercial. Até julho de 2010, 60% das cidades já possuíam a infraestrutura local instalada.

Para alcançar esse objetivo, foram publicados diversos Avisos de Habilitação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Em 2008, atingiu-se a marca de 99,86% dos municípios brasileiros contemplados com o Aviso de Habilitação. No final de 2010, 4.017 entidades já possuíam autorização para executar o serviço local e mais de 2.400 já tinham a licença definitiva. O maior crescimento registrou-se entre as rádios comunitárias, que evoluíram de 1.625 emissoras em 2002 para 3.397 emissoras no final de 2009, um acréscimo de 109%.



Infraestrutura de Internet por banda larga chegou a todo o país em 2010



5. Gestão das cidades

O reconhecimento e o início da efetivação do direito à moradia digna e do direito à cidade para todos os brasileiros foram os fundamentos de uma mudança histórica ocorrida no Brasil durante o período 2003-2010, quando o Governo Federal tornou a gestão das cidades um novo pilar do projeto nacional de desenvolvimento.

Em 2003, o cenário urbano era dominado por altas concentrações populacionais em assentamentos precários situados em áreas de risco ou nas periferias das grandes cidades. Irregularidades fundiárias, déficit de saneamento e habitacional, degradação ambiental e mobilidade reduzida devido ao trânsito caótico e a sistemas de transporte público insuficientes completavam o quadro.

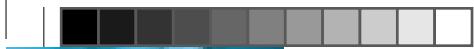
Era urgente uma intervenção nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, que até então careciam de instâncias democráticas para representá-los localmente e de pactos federativos orientados à obtenção de melhorias concretas. A situação refletia a ausência de uma política nacional de de-

senvolvimento que integrasse e financiasse os projetos setoriais de habitação, saneamento, mobilidade, transporte e gestão territorial.

O enfrentamento dos problemas começou exatamente por essa articulação, buscando resultados que se perpetuassem e que rendessem frutos também para as futuras gerações. Foi instituído, então, o Ministério das Cidades, com a missão de unificar as políticas setoriais, envolver a sociedade nos processos decisórios, implantar o Estatuto da Cidade e, sobretudo, apoiar os municípios no esforço de planejar e gerir o uso e a ocupação do solo.

Para tanto, realçou o papel institucional das prefeituras, com programas de capacitação e assistência técnica; promoveu a regularização fundiária, ampliando as alternativas de acesso à moradia e de urbanização dos assentamentos precários; aumentou, bem como tornou contínuos, os investimentos em infraestrutura, especialmente em termos de saneamento e transporte coletivo; e estimulou a parti-





cipação qualificada dos cidadãos na concepção e no monitoramento das ações.

Em 2006, uma iniciativa interministerial deu origem ao Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que ganhou reforço significativo com a criação do eixo de Infraestrutura Social e Urbana no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. Por meio dele, R\$ 51 bilhões foram destinados a ações integradas de habitação, saneamento e urbanização e, ainda, ao lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009.

Para enfrentar o déficit habitacional e as inadequações dos domicílios, os eixos de atuação abrangem: provisão habitacional a famílias de baixa renda; financiamento à pessoa física com recursos de fundos geridos pela União e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo; o Minha Casa Minha Vida, com volumes inéditos na destinação de recursos públicos para moradias voltadas à população pobre; a urbanização de assentamentos precários; e o desenvolvimento institucional de estados, municípios e Distrito Federal, associado à cooperação técnica.

Igualmente, condições ambientais e de saúde mais adequadas foram proporcionadas às populações de baixa renda graças à ampliação do abastecimento de água potável para 10,7 milhões de casas e à expansão do esgotamento sanitário para 9,7 milhões de famílias. Também satisfatório passou a ser o manejo de resíduos sólidos nas áreas urbanas, abrangendo 98,5% das residências em 2009.

Em termos de mobilidade urbana, o legado desse período foi a formulação de um novo conceito para o setor. Ao integrar as políticas de transporte às de trânsito, ganharam ênfase as ações voltadas aos meios coletivos e aos não motorizados (bicicleta e deslocamento a pé). No caso do transporte ferroviário urbano para passageiros, os investimentos federais propiciaram o aumento da capacidade de atendimento, passando de 126,2 milhões de usuários para 167 milhões em oito anos.

Simultaneamente, os esforços de planejamento e gestão territorial urbana beneficiaram mais de 276 mil famílias com a regularização fundiária promovida entre 2004 e 2009, bem como viabilizaram a execução de 18,2 mil projetos de infraestrutura.



O transporte ferroviário urbano para passageiros teve sua capacidade ampliada com investimentos do PAC. Acima, Trensurb em São Leopoldo (RS)



De 2003 a 2010, foram investidos R\$ 3,5 bilhões em obras de provisão habitacional. Na foto conjunto habitacional em Paraisópolis, São Paulo (SP)

Habitação

Há dez anos, o Brasil precisava de 7,2 milhões de novos domicílios para acomodar dignamente as parcelas mais carentes da população, o que significava aumentar em 16% o montante de residências da época. Ao mesmo tempo, 35,3% das casas urbanas eram inadequadas e exigiam medidas concretas para resolver questões ligadas à posse da terra, à ausência de banheiro, à carência de infraestrutura, ao adensamento excessivo ou à cobertura inadequada.

A solução demandava uma atenção especializada para levar a cabo uma nova política habitacional; entretanto, apenas 42% dos municípios possuíam órgão com essa finalidade, 14% tinham Conselho Municipal de Habitação e 8% mantinham o Fundo Municipal de Habitação (Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros Munic/IBGE 2004).

Em 2003, a criação do Ministério das Cidades instituiu um novo marco político-institucional para enfrentar o problema, por meio do qual a habitação de interesse social e o setor habitacional de mercado se tornaram eixos estruturantes da política de desenvolvimento urbano no País.

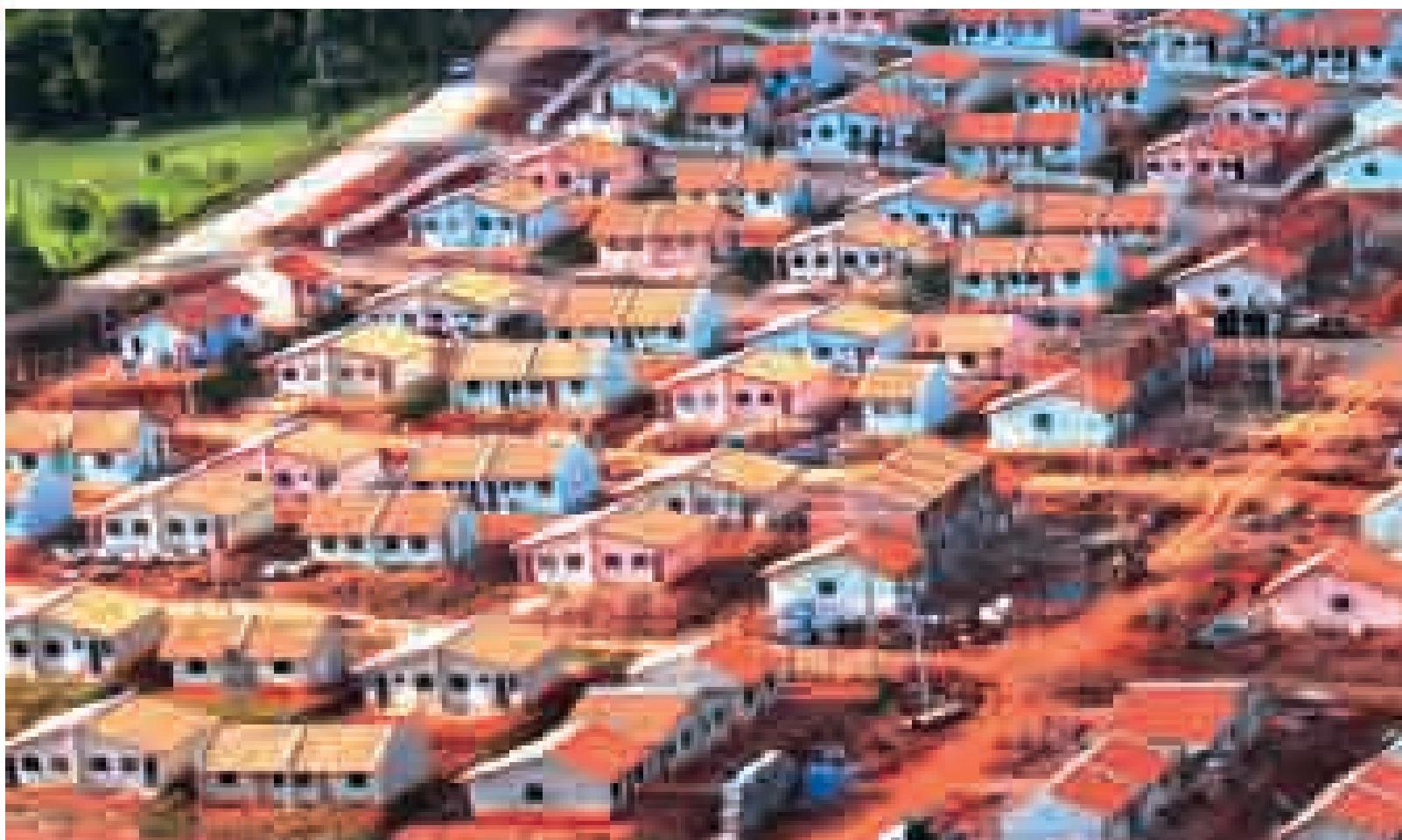
Por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação, o Ministério agiu em duas frentes: uma voltada à reestruturação institucional e legal do setor e outra, à revisão dos programas existentes e ao incre-

mento dos investimentos. Nesse contexto, foi prioritário o atendimento às famílias de mais baixa renda, em especial aquelas com até três salários mínimos mensais. Com recursos da ordem de R\$ 225 bilhões, oriundos de fontes públicas e privadas, mais de 5 milhões de núcleos familiares puderam ser assistidos.

Especificamente em obras de provisão habitacional com recursos do Orçamento Geral da União, foram investidos R\$ 3,5 bilhões ao longo dos últimos oito anos. Após um rigoroso processo de seleção pública dos projetos a serem realizados, a execução das intervenções foi descentralizada e ficou cargo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios ou de entidades privadas sem fins lucrativos. À Caixa Econômica Federal (CEF) coube o acompanhamento físico das construções e os desembolsos financeiros.

Tais esforços convergiram para a redução do déficit habitacional passando de 7,2 milhões para 5,6 milhões entre 2000 e 2008. Em 2007, uma nova metodologia associada ao cálculo em questão possibilitou diferenciar as famílias que, de fato, deveriam ser incorporadas ao déficit habitacional daquelas em que a coabitação era opcional. Sob essa perspectiva, o déficit absoluto passou de 6 milhões, em 2007, para 5,5 milhões em 2008.

Entre 2003 e julho de 2010, as obras em comunidades carentes receberam R\$ 14,9 bilhões em recursos onerosos e não onerosos, dos quais 88% provieram do PAC. Os investimentos proporciona-



ram condições adequadas de habitabilidade a mais de 1,3 milhão de famílias, incluindo ações integradas de construção e melhoria de habitações, saneamento, infraestrutura, equipamentos públicos, trabalho social, regularização fundiária e recuperação de área degradada.

Buscou-se, ainda, ampliar a participação do poder público e das organizações locais, como fundações, associações comunitárias e cooperativas habitacionais, além de novos agentes financeiros. Com o envolvimento destes últimos, foi possível olhar também para a classe média, para a qual um novo mercado imobiliário se abriu devido à ampliação de recursos disponíveis. A expansão do crédito à pessoa física, a estabilidade econômica, a melhoria de renda da população e o aperfeiçoamento das normas do setor também contribuíram para o acesso dessa parcela da população à moradia digna.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi a principal fonte dos financiamentos habitacionais concedidos com recursos de fundos geridos pela União, em especial, por meio das ações de “Carta de Crédito Individual” e de “Carta de Crédito Associativo”. A participação do setor público na gestão das linhas de crédito trouxe vantagens, sobretudo para as

operações coletivas, nas quais foi possível reduzir exigências construtivas, taxas ou emolumentos.

No caso do Programa de Arrendamento Residencial, cuja fonte de recursos foi o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Governo Federal foi quem identificou os locais para implantação dos projetos, indicou as famílias a serem beneficiadas e promoveu as ações facilitadoras e redutoras dos custos, como tributos e taxas. As empresas do ramo da construção civil, por sua vez, se apresentaram à CEF para realizar as obras de edificação, reforma ou recuperação de empreendimentos nas áreas contempladas. Além de operacionalizar o programa, a Caixa geriu o FAR, enquanto o Ministério das Cidades estabeleceu as diretrizes, regras e demais condições que regeram a aplicação dos recursos alocados.

Em suma, contando os recursos do FGTS, do FAR, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o segmento de habitação de interesse social contratou R\$ 57 bilhões desde 2003, beneficiando mais de 2 milhões de famílias em todo o País. Desse total, somente do FGTS, foram destinados mais de R\$ 50 bilhões em financiamentos, sendo R\$ 8,8 bilhões em subsídios.



Os investimentos do PAC proporcionaram condições adequadas de habitabilidade a mais de 1,3 milhão de famílias, incluindo ações integradas de construção e melhoria de habitações. Na foto, conjunto habitacional popular em Curitiba (PR)

No lançamento do PAC, estavam previstos R\$ 32,5 bilhões em financiamentos habitacionais para pessoas físicas com recursos do FGTS, FAR e FDS para o período 2007-2010. No entanto, até abril de 2010, as contratações já haviam excedido a previsão em 4%, confirmando o positivo desempenho do setor.

Merecem destaque, ainda, os patamares alcançados pelas contratações de financiamentos habitacionais à pessoa física com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, que superaram os R\$ 94 bilhões até abril de 2010. Entre outros fatores, eles foram fruto dos incentivos à oferta, associados a penalidades e melhorias das condições de capitalização das instituições financeiras, e à demanda de crédito, que ampliou os limites de financiamento do imóvel para até 90% do seu valor, com preço máximo de R\$ 500 mil.

Entretanto, esses resultados só foram possíveis graças à retomada do planejamento de longo prazo, que culminou com a elaboração da Política Nacional de Habitação, em 2004, na instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do respectivo FNHIS, em 2005, na concepção do Plano Nacional de Habitação, em 2008, e no desenvolvimento dos planos locais de estados e municípios. Todas essas medidas apoiaram-se na capacitação dos entes federados e na

contratação de pesquisas e estudos capazes de melhor dimensionar a situação habitacional do País.

A estruturação do setor, que já vinha acontecendo desde 2003, ganhou significativo reforço com a criação do eixo de Infraestrutura Social e Urbana no âmbito do PAC, em 2007. Por meio dele, R\$ 51 bilhões foram destinados à execução de ações integradas em habitação, saneamento e urbanização e, ainda, ao lançamento do programa Minha Casa Minha Vida. Este último foi instituído como resposta à crise financeira internacional observada em 2009, representando uma medida de estímulo à geração de emprego e renda por meio do incentivo à construção civil. No entanto, sua principal característica foi a combinação de um volume inédito de subvenções, com destaque para a concessão de subsídios quase integrais para as famílias com renda de até três salários mínimos, e um modelo mais célere de execução do que a contratação direta pelo setor público.

Desse modo, as construtoras pleiteantes dos empreendimentos e responsáveis pela execução e legalização das obras se aproximaram das demandas da população carente, a quem justamente corresponde a maior parcela do déficit habitacional. Até outubro de 2010, foram firmados contratos de 690 mil unidades habitacionais, representando investimentos de R\$ 39 bilhões.



Os investimentos em saneamento garantiram que mais 10,7 milhões de domicílios passassem a dispor de água potável com canalização até o final de 2009

Saneamento

Em relação ao saneamento, há oito anos, 10,7% dos domicílios urbanos ainda não tinham acesso ao abastecimento de água potável por rede geral com canalização interna e, aproximadamente, um a cada quatro lares não dispunha de redes coletoras de esgotos sanitários ou fossas sépticas. Igualmente, inexistia um marco legal que orientasse as ações do setor e não havia um fluxo constante de investimento.

Para superar esse quadro, foi empreendido um grande esforço de coordenação das iniciativas, fundado no planejamento conjunto e na definição clara das atribuições de cada um dos órgãos atuantes na área. Tal reordenamento institucional foi acompanhado da ampliação das verbas federais voltadas à melhoria das condições de saneamento da população. Em 2007, um

novo reforço veio com o PAC, que visou aos sistemas de abastecimento de água, ao esgotamento sanitário, ao saneamento integrado, à drenagem urbana e ao manejo de resíduos sólidos urbanos em todo o País.

Segundo apontou a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), entre 2002 e 2009, os serviços de abastecimento de água ampliaram-se na área urbana, cuja cobertura saltou de 89,3% para 92,6%. Na zona rural, o resultado foi ainda mais expressivo, passando de 18,3% para 28,9%. No montante final, 10,7 milhões de domicílios passaram a dispor de água potável com canalização interna. Em áreas indígenas, a Funasa registrou uma cobertura de 64,3%.

Ao todo, entre 2003 e julho de 2010, R\$ 12,8 bilhões foram destinados à implantação e à ampliação de sistemas de abastecimento de água em 681 municípios.

ANO	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por rede geral com canalização interna (2002-2009)					
	nº de domicílios urbanos e rurais atendidos (mil)	% de cobertura	nº de domicílios urbanos atendidos (mil)	% de cobertura	nº de domicílios rurais atendidos (mil)	% de cobertura
2002	37.975	79,0	36.704	89,3	1.272	18,3
2003	39.520	79,6	38.090	89,5	1.430	20,0
2004	41.039	79,5	39.407	90,3	1.632	20,5
2005	42.144	79,7	40.377	90,4	1.766	21,5
2006	43.890	81,0	42.044	91,5	1.847	22,3
2007	45.491	81,6	43.438	91,8	2.052	24,3
2008	47.377	82,3	45.063	92,1	2.313	26,7
2009	48.651	83,1	46.118	92,6	2.533	28,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)



No mesmo período, a cobertura da rede coletora de resíduos em esgotos e fossas sépticas cresceu de 76,6% para 80,4% na área urbana e, na rural, de 17,1% para 26,0%. Com isso, 9,7 milhões de casas em 573

municípios passaram a dispor de esgotamento sanitário e, consequentemente, de melhores condições ambientais e de saúde. O empreendimento contou com R\$ 13,2 bilhões em investimentos.

ANO	Domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (2002-2009)					
	nº de domicílios urbanos e rurais atendidos (mil)	% de cobertura	nº de domicílios urbanos atendidos (mil)	% de cobertura	nº de domicílios rurais atendidos (mil)	% de cobertura
2002	32.673	68,0	31.485	76,6	1.188	17,1
2003	34.167	68,8	32.862	77,3	1.306	18,3
2004	35.473	68,7	33.925	77,7	1.549	19,4
2005	36.716	69,4	35.106	78,6	1.611	19,6
2006	38.141	70,4	36.386	79,2	1.756	21,2
2007	40.932	73,4	38.854	82,1	2.078	24,6
2008	42.117	73,2	39.946	81,7	2.170	25,1
2009	42.352	72,3	40.076	80,4	2.275	26,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)

O quadro de melhorias foi reforçado com a ampliação de 11,3% no tratamento de esgotos, que é uma das mais principais iniciativas na área de saneamento básico. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o período de 2002 a 2008 registrou um incremento de 11,3% na cobertura do serviço.

Esgotos coletados e gerados (2002-2008)

ANO	% de tratamento de esgotos coletados	% de tratamento de esgotos gerados
2002	55,1	28,8
2003	58,2	29,2
2004	61,2	31,3
2005	61,7	31,7
2006	60,6	32,2
2007	62,1	32,5
2008	66,4	34,6

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

As políticas públicas do setor também alcançaram resultados satisfatórios no manejo de resíduos sólidos na área urbana, abrangendo 98,5% das residências em 2009. Ao considerar o total de domicílios que passaram a contar com os serviços, verifica-se a cobertura de 11,1 milhões de novos lares em sete anos.

Quanto ao destino do lixo coletado, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico revelou o decréscimo de 30% no envio dos resíduos para lixões entre os anos 2000 e 2008, embora ainda recebam mais da metade dos resíduos sólidos dos municípios. Por outro lado, registrou-se um grande avanço nos programas de coleta seletiva e reciclagem, passando de 451 municípios para 994, no período.

ANO	Domicílios com lixo coletado (direta ou indiretamente) (2002-2009)					
	nº de domicílios urbanos e rurais atendidos (mil)	% de cobertura	nº de domicílios urbanos atendidos (mil)	% de cobertura	nº de domicílios rurais atendidos (mil)	% de cobertura
2002	40.727	84,8	39.435	95,9	1.291	18,6
2003	42.501	85,6	41.038	96,5	1.463	20,5
2004	43.733	84,7	42.011	96,3	1.720	21,6
2005	45.292	85,7	43.330	97,0	1.962	23,9
2006	46.910	86,5	44.763	97,4	2.147	26,0
2007	48.708	87,3	46.302	97,9	2.405	28,4
2008	50.590	87,9	47.980	98,1	2.610	30,2
2009	51.918	88,6	49.057	98,5	2.861	32,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)



De 2003 até julho de 2010, foram contratados, com recursos geridos pelo Ministério das Cidades, R\$ 512 milhões em investimentos destinados ao aprimoramento dos serviços de coleta e tratamento dos resíduos sólidos em 143 municípios. Com o PAC, estão em construção 146 galpões de triagem para coleta seletiva.

Avanços relevantes também se deram na instituição de um marco legal para o setor. A Lei 11.445/07 estabeleceu as diretrizes nacionais e instituiu a política federal para o saneamento básico. Entre as principais inovações, destacam-se a extensão do conceito de saneamento básico aos serviços de manejo de águas pluviais e de resíduos sólidos urbanos e a obrigatoriedade do planejamento, da fiscalização e, principalmente, da regulação dos serviços.

De modo complementar, em 2010, foi sancionada a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu o ciclo de prioridades para a gestão desses resíduos, compreendendo a não geração, a redução, o reuso, a reciclagem, o tratamento e a destinação final. Foram previstos, ainda, a elaboração de planos de resíduos sólidos em várias esferas da Administração Pública e do setor privado; a estruturação de cadeias de logística reversa (a fim de retornar mercadorias e embalagens ao setor produtivo após o seu ciclo de vida, tal como hoje já ocorre com pilhas e pneus); a ampliação da cobertura por coleta seletiva; e a instalação de aterros sanitários em todos os municípios do Brasil.

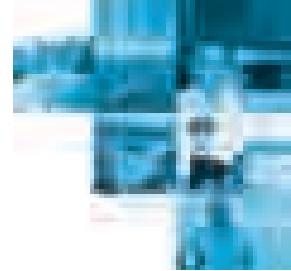
Regularização fundiária

Estima-se que a informalidade urbana no Brasil alcance 13 milhões de domicílios, o que alça a regularização fundiária à condição de importante instrumento para promover a segurança da posse em condições ambientais, sociais e de infraestrutura adequadas.

Em 2003, o Governo Federal criou o Programa Papel Passado, cujo objetivo foi transformar áreas precárias e informais já ocupadas em terrenos regularizados e passíveis de urbanização. Igualmente relevante foi o fortalecimento dos entes federados, das entidades civis e das comunidades em geral para enfrentar a informalidade urbana. No decorrer dos últimos oito anos, R\$ 51 milhões foram empenhados nessa missão. Dos 380 mil processos iniciados, 52,7 mil já se converteram em títulos de terra para famílias de baixa renda. No contexto específico do Programa Terra Legal, a doação de terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para 42 municípios possibilitou a tramitação de 56,7 mil lotes na Amazônia.

Paralelamente, procedeu-se à qualificação de agentes públicos e sociais como parte da estratégia geral de disseminar a necessidade e a importância da regularização fundiária como política pública permanente. Para tanto, foram promovidos treinamentos presenciais e a distância sobre o ordenamento jurídico-urbanístico, o parcelamento do solo urbano





e ações para Amazônia Legal. Também visando a instrumentalização dos parceiros da União para formular e implementar programas e ações que surtam efeitos nas diferentes realidades regionais, foram editadas sete publicações temáticas e duas cartilhas, implantados um banco de experiências e uma biblioteca virtual e criado um blog.

Além do Papel Passado, o Ministério das Cidades incluiu o componente da regularização fundiária em todos os seus programas de urbanização de assentamentos precários. Da mesma forma, as obras de urbanização inseridas no PAC também incorporaram a dimensão da formalidade.

Mobilidade urbana e trânsito

Também no âmbito da mobilidade urbana e do trânsito, as cidades careciam de uma política nacional que olhasse para as particularidades do transporte coletivo, que financiasse sistemas de grande capacidade e que propiciasse melhorias na circulação de pedestres e ciclistas. Além disso, o alto índice de acidentes e mortes por violência no trânsito, especialmente entre a população mais jovem, exigia soluções imediatas e duradouras.

Os sistemas federais de transporte ferroviário de passageiros, por sua vez, encontravam-se obsoletos, aquém da demanda, desintegrados dos demais meios de locomoção que vigoravam nos estados e nos municípios e apartados do planejamento urbano local.

O enfrentamento desses desafios passou pela formulação e difusão de um novo conceito para o setor, por meio do qual o transporte e o trânsito deixaram de ser tratados de forma isolada, enquanto o transporte coletivo e os meios não motorizados ganharam relevância. Para tanto, o Governo Federal estruturou quatro frentes de ação.

A primeira delas primou pela ampliação dos investimentos em sistemas de transporte público de alta capacidade, com recursos que totalizaram R\$ 5,2 bilhões.

Nesse contexto, receberam especial atenção os sistemas sobre trilhos operados por empresas federais, que registraram elevação crescente da demanda. Em 2002, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, que opera em Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Natal (RN), Maceió (AL) e João Pessoa (PB), e a Trensurb, de Porto Alegre (RS), atenderam 126,2 milhões de passageiros. Oito anos depois, o total estimado para o fim de 2010 chegou a 167 milhões de usuários, refletindo os esforços na ampliação e na melhoria desse meio de locomoção.

Passageiros transportados – CBTU e Trensurb (em milhões) (2002-2010)



Fonte: CBTU e Trensurb

* Estimativa para o fim de 2010

Em São Paulo, foi concluído o trecho Parque Dom Pedro II–Cidade Tiradentes, do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo, beneficiando diretamente 1,5 milhão de pessoas. Além disso, foi concedido financiamento de R\$ 1,5 bilhão para expandir a Linha 2 do Metrô e mais R\$ 270 milhões em recursos orçamentários federais para auxiliar nas intervenções. Ao Rio de Janeiro também foi propiciada a expansão da rede metroviária, tendo sido inaugurada a estação General Osório, em 2009.

Na segunda frente de ação, destacaram-se as diretrizes e o marco regulatório do setor propostos na Nova Política Nacional de Mobilidade Urbana (Projeto de Lei Consolidado - PLC 166/2010). Dela, constam importantes avanços, tais como a gestão democrática e o controle social do planejamento e avaliação da política; a integração dos planejamentos setoriais de habitação, saneamento básico e gestão do uso do solo à política de mobilidade; a articulação interinstitucional dos órgãos gestores, bem como a integração física, tarifária e operacional entre os diferentes modos; a normatização da regulação dos serviços, direitos dos usuários, atribuições dos entes federativos, planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade; a criação de um mecanismo de financiamento; entre outros pontos que contribuíram para a consolidação de um sistema nacional de mobilidade urbana.

De forma complementar ao aprimoramento do marco normativo, foram desenvolvidas ações de fortalecimento institucional e apoio à elaboração de Planos Diretores de Transporte e Mobilidade Urbana para áreas metropolitanas de interesse nacional.

Incentivando o uso do transporte não motorizado, o programa Bicicleta Brasil difundiu os benefícios do sistema ciclovíario, integrando-o ao conjunto de transportes coletivos do País.



Na terceira frente de ação, a Política Nacional de Trânsito (PNT), instituída em 2004, traçou as diretrizes para garantir a mobilidade de toda a população, com segurança e qualidade ambiental.

Com esse intuito, o Código de Trânsito Brasileiro também passou por evoluções. Destacam-se: a tolerância zero à ingestão de bebida alcoólica pelos condutores de veículos e a proibição de venda desse produto nas rodovias federais; a graduação para infração de excesso de velocidade; a obrigatoriedade do airbag no banco da frente e dos freios ABS (Anti-Blocker System) nos veículos novos; e a regulamentação sobre as atividades de motociclistas e motofretistas.

No que diz respeito à violência, o Programa Nacional de Paz no Trânsito alcançou resultados importantes ao reduzir o índice de acidentes e mortes por meio de campanhas educativas, financiamentos a ações temáticas, apoio aos entes federados no planejamento e na gestão das políticas públicas de mobilidade urbana e parceria na realização de obras correlatas.

Das 18,8 vítimas fatais a cada 100 mil habitantes em 2003, quando a população nacional era de 176,8 milhões, o indicador de acidentes passou a registrar 18,3 mortes em 2008, ano cuja população era de 189,6 milhões (fontes: Ministério da Saúde e Departamento Nacional de Trânsito). Por sua vez, o índice de acidentes de trânsito com vítimas a cada 10 mil veículos demonstrou uma redução de 13 pontos percentuais, passando de 91,1, em 2003, para 78,7, em 2008.

Na quarta frente de trabalho, os esforços voltaram-se à ampliação dos recursos destinados ao programa Pró-Transporte, criado em 2002. Nos últimos três anos, os investimentos saltaram de R\$ 1 bilhão para R\$ 8 bilhões, incentivados pela definição do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Até dezembro de 2010, 54 propostas já haviam sido selecionadas, sendo 37 efetivamente contratadas.

Planejamento e gestão

Ao longo da história do Brasil, a gestão urbana não favoreceu a equidade no desenvolvimento, nem a justiça social. Os investimentos públicos não foram empregados com racionalidade e os processos decisórios sempre estiveram dissociados de uma gestão democrática. Enquanto isso, as cidades cresceram em meio à deseconomia e à degradação ambiental.

Para superar esse quadro, o Ministério das Cidades estruturou uma política urbana integrada, re-

forçou a capacidade de gestão dos entes federados e investiu na infraestrutura necessária para suportar o crescimento e combater a exclusão social.

No ano de 2004 o Conselho das Cidades (ConCidades) foi estabelecido para propor as diretrizes da PNDU, cuja ênfase no planejamento e na gestão territorial fortaleceu ambas as práticas nas prefeituras brasileiras.

Entre 2004 e 2010, o Governo Federal chegou a investir R\$ 32,8 milhões na concepção de Planos Diretores municipais. O montante contemplou: a) formação de 30 mil agentes do setor público e da sociedade para lidar com os instrumentos de planejamento e gestão territorial urbana; b) apoio à elaboração ou revisão de mais de 570 Planos Diretores; b) a estruturação da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para implementação dos Planos Diretores Participativos, pela qual 526 foram avaliados; campanha “Plano Diretor Participativo - Cidade de Todos”, destinada a 21 mil participantes, em 1.350 municípios; e seminários e oficinas sobre prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC-IBGE), a porcentagem de municípios que tinham a obrigatoriedade de elaborar o Plano Diretor e que de fato o tinham aprovado evoluiu de 44% em 2005 para 84% em 2009.

Levadas a cabo, as ações do Governo Federal incidiram sobre questões urbanas transversais, como a revitalização de áreas centrais e a reabilitação de zonas desocupadas para otimizar a infraestrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e dinamizar a economia local.

Nessa empreitada, a Administração Pública Federal investiu R\$ 36 milhões, sendo R\$ 28 milhões destinados à elaboração de projetos de infraestrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais, gerando 165 projetos urbanísticos.

Os outros R\$ 8 milhões foram empregados em 31 planos de reabilitação, com vistas à habitação de interesse social. Parte desse valor contribuiu para a alienação de sete imóveis não operacionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do Programa de Arrendamento Residencial, em 2006. O restante foi empregado na compra de 27 imóveis não operacionais, também do INSS, para o programa Minha Casa Minha Vida, em 2009.

Cabe destacar também a prevenção a desastres socioambientais, com especial atenção à prevenção e erradicação de riscos em assentamentos precários, para as quais foram alocados R\$ 11 mi-



Por meio do ConCidades, representantes de diversos setores da sociedade e dos três poderes puderam sugerir propostas para o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

lhões. Do montante, R\$ 7 milhões destinaram-se à formulação de Planos Municipais de Redução de Riscos, R\$ 3 milhões para projetos básicos de engenharia de estabilização de encostas e R\$ 1,1 milhão ao desenvolvimento de técnicos. A partir de 2010, os programas municipais de gestão de risco passaram a subsidiar os projetos do PAC, que incorporou obras de contenção de encostas.

Em complementação à missão do Ministério das Cidades, parte substantiva de seus esforços dirigiu-se à qualificação dos atores sociais envolvidos na construção e no monitoramento das políticas urbanas locais e nacionais. Por meio do ConCidades, representantes dos movimentos populares, do empresariado, dos trabalhadores, de entidades profissionais, de universidades, de institutos de pesquisa e de organizações não governamentais e dos três poderes em nível municipal, estadual e federal puderam propor diretrizes para a formulação e a implementação do PNDU e acompanhar a sua execução.

Também envolveram a sociedade na gestão urbana: o Conselho Gestor do FNHIS, que aprovou os programas que se beneficiaram dessa verba; o Conselho Curador do

FGTS, por meio do qual seis representantes dos trabalhadores, seis dos empregadores e 12 do Governo Federal deliberaram sobre as aplicações dos recursos em habitação popular, saneamento ambiental e infraestrutura; o Conselho Curador do FDS, que definiu as diretrizes e estabeleceu os limites para a concessão de empréstimos e financiamentos; e o Conselho Nacional de Trânsito, com suas respectivas Câmaras Temáticas de Trânsito, o Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, a Câmara Interministerial de Trânsito e o Comitê de Assuntos Financeiros da Área de Trânsito.

Ampliando o espectro do controle social, as discussões participativas sobre as políticas de saneamento básico ganharam espaço de destaque na internet, por meio de uma consulta pública realizada em 2004. Dela resultou o Anteprojeto de Lei da Política de Saneamento, que culminou na Lei 11.445/2007.

A realização de três edições da Conferência Nacional das Cidades constituiu outro instrumento de gestão democrática do PNDU. Versaram, principalmente, sobre o planejamento de transformação das cidades brasileiras em espaços mais sustentáveis.



INSERÇÃO NO CENÁRIO MUNDIAL E SOBERANIA





1. Política externa

O balanço da política externa brasileira de 2003 a 2010 revela dois novos fatores que marcaram esse período: a forte presença do Brasil na cena mundial e o fato da política externa ter-se transformado em tema central do debate político no País.

Diversas razões explicam a projeção internacional que o Brasil alcançou nos últimos oito anos: da excelência de nossa diplomacia à persistência do Presidente da República no trato das questões internacionais. Para além dessas razões, o novo lugar que o Brasil passou a ocupar no mundo atual foi consequência da grande mudança realizada pela sociedade brasileira, retomando o crescimento, como resultado de um amplo processo de distribuição de renda e expansão do emprego. A redução da vulnerabilidade externa, o equilíbrio macroeconômico, a diversificação do comércio exterior e a formação de

um enorme mercado de bens de consumo, foram a muralha que protegeu a economia brasileira dos efeitos da grande crise financeira que se abateu sobre o mundo a partir de 2008.

A política externa do Brasil se transformou em tema central do debate nacional, na mídia, nas universidades e nos meios políticos. Isso decorreu de uma mudança de relação do Brasil com o mundo. A política externa brasileira não aceitou passivamente os efeitos da globalização, que produziram profundas mudanças na correlação de forças internacional. Passou a ser ativa e altiva. O Brasil deixou de conformar-se com um papel subalterno. Nossa diplomacia passou a colocar em prática sua vocação universalista, mas sempre considerando o interesse nacional e mostrando que ele exige uma presença forte no mundo sem arrogância e sem pretensões hegemônicas.



Líderes do BRIC, Rússia, Brasil, China e Índia (da esquerda para a direita), comemoram sucesso do grupo das maiores economias emergentes do mundo



A presença do Brasil passou a se caracterizar pela solidariedade com os países do Sul do mundo, especialmente aqueles da América do Sul, da América Latina e Caribe e da África, cujas populações tiveram papel decisivo na formação da nação brasileira. A ação diplomática do País não foi marcada por afinidades partidárias ou ideológicas. O Governo brasileiro construiu relações sólidas com a China e com os Estados Unidos, com a Colômbia e com a Venezuela, com a França e com a Rússia. No plano interno houve um grande fortalecimento do Itamaraty, que teve seu orçamento quadros ampliados. No final de 2010, os embaixadores brasileiros eram diplomatas de carreira.

Política externa ativa, ativa e solidária

O Brasil adotou postura atuante diante das mudanças, ameaças e oportunidades que surgiam no mundo. Em função disso, passou a ter um papel central nas negociações comerciais da Rodada de Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), foi convidado a participar das reuniões do G8 e integrou o G20-financeiro, recolhendo as demandas do Sul do mundo e colocando a necessidade de uma reforma radical do ordenamento econômico internacional e das instituições multilaterais criadas em Bretton Woods, especialmente o FMI e o Banco Mundial.

Em um mundo onde o multilateralismo ganha relevância e caminha em direção à multipolaridade, o Brasil defendeu a reforma das Nações Unidas, considerando que não é mais justificável que seu Conselho de Segurança continue a ter a mesma composição do fim da Segunda Guerra Mundial. A exposição do embate entre países ricos e pobres retornaria à pauta global em dezembro de 2009, na 15ª Reunião das Partes (COP15) sobre Mudanças Climáticas. Patrocinada pela ONU, a Conferência do Clima, como se tornou conhecida, reuniu delegações, presidentes e chefes de estado de 192 países. Esperava-se muito do Brasil, por sua responsabilidade na preservação da Amazônia. O País correspondeu à expectativa, anunciando a maior compromisso de redução de emissões gases de efeito estufa – de 36,1% a 38,9%, em dez anos, além de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% no mesmo período. Apesar das dificuldades para se chegar a um acordo global em Copenhague, o Brasil deixou a Conferência sem abalo de sua imagem.

Com a autoridade de quem tem consagrada na Constituição a proibição da fabricação e uso de armas atômicas, o País propugnou internacionalmente que a luta pela não-proliferação deve ser acompanhada por um esforço igual pelo desarmamento nuclear. Com esse propósito, o Brasil empenhou-se diplomaticamente, junto com a Turquia, para que o Irã aceite ple-

namente as determinações da Agência Internacional de Energia Nuclear. O Governo brasileiro reiterou que o recurso a sanções, antes de esgotados os canais diplomáticos, são contraproducentes e alertou que os países desenvolvidos não podem repetir a dolorosa aventura do Iraque.

A vocação universalista da diplomacia brasileira conduziu a uma presença mais ativa do País na crise do Oriente Médio, cuja duração e gravidade ameaçam a paz mundial. O Brasil foi considerado por todas as partes envolvidas no conflito como interlocutor qualificado. Especial atenção foi direcionada para as negociações de paz entre Israel e a Palestina, igualmente importantes para as comunidades de brasileiros descendentes de ambos os países. O País manteve sua defesa da criação de um Estado Palestino independente e o estímulo à moderação e à busca da paz, de acordo com os princípios da não-intervenção e da solução pacífica de controvérsias.

O respeito aos Direitos Humanos também foi tema central da atuação externa brasileira. Trata-se de questão complexa, pois envolve distintas tradições na cultura política dos povos e problemas relacionados com a soberania nacional. A diplomacia brasileira tem procurado, por meio de iniciativas discretas – muitas das quais exitosas – resolver situações difíceis. O reconhecimento dessa postura refletiu-se em expressivas votações recebidas pelo Brasil tanto para o Conselho dos Direitos Humanos, como para o posto de membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Governança econômica mundial

A nova postura diplomática brasileira foi apresentada internacionalmente pela primeira vez em agosto de 2003, durante a V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), de Cancún, no âmbito das negociações da Rodada de Doha. O Governo brasileiro tinha completado sete meses quando ministros de todos os países membros da OMC mais uma vez tentaram conferir renovado impulso às negociações lançadas em 2001. O maior obstáculo estava na diferença de tratamento apresentada pelos países ricos, que demandavam a abertura dos mercados dos países em desenvolvimento para produtos industriais e serviços, sem contrapartida para os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento. Esperava-se por uma posição mais flexível e transparente da Europa e dos Estados Unidos, mas pelo contrário, não havia garantia de que as barreiras seriam levantadas, nem data fixada para o fim da concessão de subsídios que distorcem o comércio agrícola internacional, em favor dos produtores europeus e estadunidenses. Os negociadores brasileiros firmaram



Líderes da América do Sul em reunião do Mercosul, principal destino das exportações brasileiras, que saltaram de US\$ 3 bi para US\$ 22 bi entre 2002 e 2008

posição, recusando os termos apresentados e, durante os cinco dias de tensas negociações, o País recebeu apoio de diversos países. Ao final da conferência, 20 países haviam aderido à posição brasileira. O acordo não saiu, mas o ganho brasileiro, entretanto, se deu pela definitiva articulação dos principais países em desenvolvimento em defesa de uma posição comum na OMC.

Ainda na esfera comercial, o Brasil obteve importantes vitórias em 2004 no Órgão de Solução de Controvérisas da OMC contra os subsídios concedidos aos produtores de açúcar da União Europeia e aos produtores de algodão dos Estados Unidos. Em ambos os casos, produtores de países pobres da América Latina e da África foram diretamente beneficiados pela atuação do Brasil.

Na esfera financeira, também se verificou fenômeno semelhante. O G-8, que reunia os sete países mais ricos do mundo, mas a Rússia, mostrou-se incapaz de fazer frente aos grandes desafios da primeira década do Século 21. Foi inevitável que os grandes países emergentes, como Brasil, China, Índia e África do Sul fossem incorporados à compartilhar das discussões sobre a governança econômica global. A tese brasileira de que os assuntos globais deveriam ser discutidos por um número maior de países venceu. O G-8 saiu de cena e, em seu lugar, entrou o G-20 financeiro. A primeira reunião do novo bloco ocorreu em 2008, em Washington, a convite dos Estados Unidos.

A importância do G-20 financeiro foi confirmada novamente no segundo semestre de 2010, na quinta reunião do grupo em pouco mais de dois anos. O G-20, que congrega 20 países – ricos e em desenvolvimento – reuniu-se para discutir possíveis medidas que interrompessem a chamada “guerra cambial” deflagrada pela China e pelos Estados Unidos e seus efeitos perniciosos nas demais economias do mundo.

América do Sul e integração regional

A escolha da América do Sul como prioridade do Governo brasileiro substituiu o comportamento até então tímido. O Mercosul ampliou suas discussões aduaneiras com o fortalecimento do Foro de Consulta e Coordenação Política do Mercosul. Os primeiros resultados surgiram já em 2003, com a aprovação de medidas que propiciaram maiores facilidades para a circulação de pessoas, o exercício profissional, a menor exigência de documentos, além de medidas de estímulos ao desenvolvimento das áreas fronteiriças.

Além das medidas voltadas diretamente à vida dos cidadãos dos países do bloco, procurou-se transformar o Mercosul em zona de convergência das políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais de cada um dos países. Tais ações estimularam a criação de instituições mais permanentes, facilitando a atuação coordenada no plano internacional que se consolidaria nos anos seguintes. Exemplos dessa união começaram



a surgir em 2004, com a inédita parceria dos países-membros do bloco na promoção conjunta de seus produtos nas feiras Food 2004, de Seul, e no Salão Internacional de Alimentação de Paris.

Ainda em 2004, o Mercosul criou o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), com o objetivo de neutralizar as assimetrias que, com frequência, geravam desentendimentos entre os países do bloco. Os recursos do Fundo destinam-se ao financiamento de programas de convergência estrutural entre os países-membros; programas de coesão social, particularmente nas economias menores e nas regiões menos desenvolvidas; e programas de desenvolvimento de competitividade. A reaproximação com os demais países do bloco privilegiou a aliança estratégica com a Argentina. Juntos, os dois países líderes do Mercosul passaram a ter maior representatividade, tanto para promover a integração com os demais países sul-americanos nos anos seguintes, quanto para criar novas possibilidades de coordenação política.

No plano comercial, os números mostram que a América do Sul passou a ser o principal destino das exportações brasileiras – 90% das quais manufaturados ou semimanufaturados. O Mercosul multiplicou suas importações do Brasil, saltando de pouco mais de US\$ 3 bilhões para quase US\$ 22 bilhões entre 2002 e 2008. Em 2010, o Brasil tinha a Argentina como principal parceiro comercial brasileiro na América Latina.

Quando em 2004, foi lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações, a CASA, poucos acreditavam que ela pudesse avançar com a rapidez que testemunhamos nos anos subsequentes. A CASA abriu caminho para que, em 2008, surgisse a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), congregando 12 países – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. A Unasul busca uma integração produtiva, energética, de infraestrutura e financeira dos países da região. Ela ganhou relevância em na política externa brasileira porque o País não quer apenas ser uma economia próspera em uma região marcada por estagnação e desigualdades. Por isso busca soluções coletivas e desenvolve programas bilaterais com vários países buscando fortalecer suas indústrias e agriculturas.

Para cumprir seus propósitos de uma integração solidária, a política externa brasileira incentiva a constituição de instituições que permitam uma relação igualitária entre os países. A Unasul, que se encontra nessa fase de institucionalização, já demonstrou sua importância quando, por consenso, contribuiu para a solução pacífica da grave crise que colocou a Bolívia à beira de uma guerra civil, em 2009, e na tentativa de

desestabilização no Equador, em 2010. Foi construído o Conselho de Defesa Sul-Americano e decidiu-se criar um Conselho de Luta ao Problema Mundial das Drogas no continente. Foi aprovada a criação do Banco do Sul, que ainda tem de ser implantado.

América Central e Caribe

O exemplo da Unasul frutificou. Permitiu que fosse realizada a histórica reunião de todos os países da América Latina e do Caribe. Apesar da proximidade cultural e geográfica, esses países não contavam com um organismo de diálogo político e de cooperação econômica que fosse plenamente autônomo. Em dezembro de 2008, os Chefes de Estado e de Governo de todos os 33 países latino-americanos se reuniram na I Cúpula da América Latina e do Caribe, realizada na Costa do Sauípe, Bahia. Em fevereiro de 2010, na Riviera Maya, no México, foi oficializada a criação da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribe (CELAC). Essa nova organização de países de países latino-americanos e caribenhos permitirá o desenvolvimento de relações entre seus membros sem inter干ências externas.

Haiti

A partir de 2004, o País confirmou seus propósitos humanitários e de solidariedade no comando da Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) – a missão de ajuda humanitária e de solidariedade mais visível dentre todas as empreendidas pelo Brasil. A decisão brasileira de ajudar na reconstrução do país mais pobre das Américas deu-se após a ONU considerar que o caos social e os níveis de violência praticados no país contra civis inocentes representavam uma ameaça à segurança e à paz internacionais. O Brasil que se prontificou a fornecer o maior contingente e recebeu o comando do componente militar da MINUSTAH. Desde então, o País mantém um contingente variável de cerca de 1.300 militares, auxiliado por tropas do Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru Chile e da Argentina, entre outros países. Definidos os termos da ajuda humanitária encabeçada pelo País, o Governo brasileiro promoveu a ação combinada dos ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, além de outras 14 pastas que participaram para o “projeto-país” a ser desenvolvido.

A missão de paz brasileira tem como objetivo garantir a segurança institucional e o desenvolvimento do Haiti – e não se limita às atividades de segurança pública. Um Batalhão de Engenharia do Exército, com 250 engenheiros militares, desde então trabalha na recuperação de infraestrutura do país – incluindo a construção de uma usina hidrelétrica, a abertura de



Franqueza e diálogo fortaleceram relações entre Brasil e Estados Unidos no período 2003-2010

poços artesianos e a reconstrução de pontes, estradas e escolas.

Para apoiar os esforços de produção de alimentos, foram aplicados no Haiti mecanismos beneficiando, ao mesmo tempo, a agricultura familiar e os beneficiados pela doação de alimentos. A estratégia inclui ainda a transmissão de conhecimentos e transferência de tecnologia agrícola, como, por exemplo, práticas mais eficientes no cultivo de sementes de produtos que fazem parte da dieta haitiana. Na primeira ação do programa no campo, com a participação de técnicos brasileiros, a produção de milho foi 10 vezes superior à média histórica do Haiti.

Outras ações de capacitação se estendem desde a fabricação de artigos desportivos, o desenvolvimento florestal e a recuperação de áreas degradadas. Na Saúde foram reconstruídos ou implantados novos postos de saúde, com tratamento integral para portadores de Aids. O Haiti é país mais infectado pelo vírus nas Américas. O bom desempenho das tropas e do comando militar brasileiro, aliado à cooperação técnica

foram os requisitos para que a ONU, em 2009, renovasse o mandato do Brasil na MINUSTAH.

Estados Unidos e Europa

O redirecionamento das relações históricas de amizade e cooperação com os países desenvolvidos, anunciado no início do primeiro mandato, não levou necessariamente à redução do diálogo com os Estados Unidos e países da União Europeia. Passaram, sim, a pautar-se pelo diálogo franco e maduro, com base no respeito mútuo e na defesa de valores comuns. Foi com esse nível de relacionamento que o Brasil atravessou as discussões sobre sua adesão à Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca), que se encontram suspensas desde 2004. O adiamento em nada alterou as consultas bilaterais políticas e de outras áreas.

A partir de 2005, importantes encontros se sucederam com presidentes dos Estados Unidos e da União Europeia, com a qual o Brasil deu prosseguimento às negociações para o acordo com o Mercosul. No âmbito da cooperação técnica multilateral tampouco houve



Brasil levou 1.300 militares a missão humanitária no Haiti.

retrocesso. Em 2005, Brasil e União Europeia compartilhavam 450 projetos nas mais diversas áreas, desde o combate à pobreza rural e urbana à administração pública e políticas voltadas ao meio ambiente.

No que se refere à Europa, o Brasil ampliou suas relações com praticamente todos os países do continente, tendo sido alcance à condição de parceiro estratégico da União Européia em 2007.

África

A partir de 2003, as relações com a África, em particular a África Austral e os países de língua portuguesa, passaram a ter importância capital para o Brasil, retomando contatos econômicos, comerciais e políticos. Em sua nova postura diplomática, o País passou a exigir que a África não fosse mais excluída das tratativas internacionais. Ao longo de seus dois mandatos, o presidente da República visitou 25 países da África, alguns deles mais de uma vez.

Além de reconhecer o papel que a África teve na formação do Brasil, que tem a segunda população afrodescendente do mundo, o Governo brasileiro foi sensível ao renascimento daquele continente, hoje em curso. Ao se reaproximar da África o Brasil visou também resgatar a dívida histórica da sociedade brasileira com os povos africanos.

Em 2004, foi concluída a negociação do acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), bloco que reúne África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Os resultados seriam imediatos: no mesmo ano, as exportações brasileiras para a África do Sul cresceram 36% – e seguiram crescendo. Em 2009, o comércio entre os dois países atingiu US\$ 1,7 bilhão.

Como consequência das visitas e dos encontros, foi possível avançar nos objetivos da política externa brasileira, tais como a promoção do comércio, turismo e investimento entre Brasil e África; a disseminação de informações sobre os bio-combustíveis; a cooperação técnica, educacional, esportiva e em ciência e tecnologia; e os contatos na área de defesa e para a promoção dos direitos humanos.

Dentre os Estados africanos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – as negociações e acordos patrocinados pelo Itamaraty alcançaram maior relevância em São Tomé e Príncipe, Angola e Portugal, além da perspectiva concreta de assinatura de um tratado de livre comércio entre o bloco e o Mercosul.



Angola, tradicional parceira comercial do Brasil no Continente Africano, retomou a via do crescimento econômico que havia sido interrompida com a guerra civil que se estendeu por 27 anos – a mais longa da história da África. A corrente de cooperação e negócios entre os dois países foi retomada, tendo à frente a Petrobras. A geração de negócios no período 2003-2010 estendeu-se desde a instalação de redes de varejo de marcas brasileiras até a recuperação da atividade de grandes empresas privadas nacionais que já se encontravam no país.

Em Moçambique, encontra-se um dos exemplos do potencial da cooperação Sul-Sul. Em outubro de 2008 foi inaugurado o Escritório da FIOCRUZ-África, sediado em Maputo, que deverá atuar como braço executivo da cooperação brasileira em matéria de saúde para toda a África.

Em 2010, duas obras resultantes da política de cooperação foram entregues ao país: a Universidade Pedagógica de Moçambique, primeira instituição estrangeira a se integrar à Universidade Aberta do Brasil, para a capacitação de professores por ensino à distância; e a Sociedade Moçambicana de Medicamento S/A, para a produção de medicamentos destinados ao tratamento da Aids. Moçambique está entre os países mais infectados, com cerca de 15% de sua população adulta atingida.

A realização de duas cúpulas América do Sul-África revelou o surgimento de novos e promissores mecanismos de relações internacionais. Movimento semelhante foi realizado em direção aos países árabes. Também com eles cresceram trocas comerciais e os investimentos brasileiros. Esse diálogo ganhou expressão política na realização de duas cúpulas América do Sul-Países Árabes, uma em Brasília e outra no Catar.

Grandes nações em desenvolvimento

A busca por alianças com grandes nações em desenvolvimento foi iniciada aos primeiros meses de 2003, com a convicção de que esses países se tornariam aliados do Brasil em diversas iniciativas planejadas – particularmente na almejada diversificação de mercados e na democratização das instâncias de decisão global. Dentre os países englobados por essa iniciativa, a China, atualmente o maior parceira comercial do Brasil, ocupou um dos principais papéis. O Governo brasileiro reafirmou junto às autoridades chinesas sua disposição de ampliar a cooperação científica e tecnológica no programa binacional de desenvolvimento de satélites.

Em maio de 2004, os chineses receberam a maior missão empresarial brasileira da história já enviada àquele país, com a presença de cerca de 450 empresários, passo inicial da ampliação comercial entre os dois países que se daria nos anos seguintes. A China também assinou com o Brasil importantes instrumentos bilaterais em áreas como energias renováveis, petróleo, ciência e tecnologia e petróleo, destacando-se como um dos maiores investidores estrangeiros na exploração das reservas do Pré-Sal.

Em março de 2009, a China se tornou o principal destino das exportações brasileiras, condição que seria confirmada em 2010. Ainda em 2009, o Brasil recebeu uma delegação chefiada pelo presidente chinês, em retribuição à visita do presidente do Brasil. Na ocasião, ambos os países aprovaram um Plano de Ação Conjunta para os próximos cinco anos, por meio do qual se pretende reorientar o relacionamento com a China em todas as suas dimensões.

A Índia também foi um importante parceiro das ações da diplomacia brasileira. A primeira delas, nascida nos dias que se seguiram à posse do Presidente da República em 2003, deu origem ao bloco IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), um dos principais instrumentos da cooperação e negociação Sul-Sul pretendida pelo Governo brasileiro. Para o País, além da união das três maiores democracias do Hemisfério Sul, representou a concretização do plano de selar parcerias com os países em desenvolvimento para, por meio de uma participação ativa e articulada nos foros internacionais de comércio, reduzir a histórica dependência criada pelas decisões tomadas em conjunto pela União Europeia e os Estados Unidos.

A realização, em abril de 2010, das cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do IBAS e do BRIC transformou Brasília em capital diplomática do mundo por 24 horas.

Novas responsabilidades

A postura de dinamismo da política externa exigiu uma adequação do Itamaraty e de todo o Governo às novas responsabilidades que o Brasil passou a ter no mundo. Foram criadas 37 novas embaixadas: 17 na África, 8 na América Latina e Caribe, 5 na Europa, 3 no Oriente Médio e 6 na Ásia. Foram inauguradas 6 representações e 1 escritório em Ramalá e abertos 20 novos consulados, para atender os milhões de brasileiros que se espalham pelo mundo. São ao todo 66 novos postos desde 2003. Esse movimento exigiu uma ampliação dos quadros do



A quinta reunião do G-20, em pouco mais de dois anos (2010), confirmou a importância do grupo, que congrega países ricos e em desenvolvimento

Itamaraty, que cresceram em quase 50%. O Instituto Rio Branco passou a admitir 100 alunos por ano a partir de 2006. Aplicou-se uma nova política salarial para nossos diplomatas. O orçamento do Ministério das Relações Exteriores quase que dobrou, em termos reais, nos últimos sete anos.

O Governo brasileiro não hesitou em ampliar o gasto público para dotar nossa política externa da eficácia exigida de um país como o Brasil, por considerar que a política externa não é apenas um instrumento de projeção do País no mundo, mas também um elemento estruturante do projeto nacional de desenvolvimento. O trabalho da diplomacia brasileira foi fortemente impulsionado pela atuação do Presidente da República à frente de quase todas as missões de alto nível coordenadas pelo Itamaraty. O reconhecimento ao empenho com que o mandatário brasileiro se dedicou ao principais temas da agenda internacional foi confirmado inúmeras vezes, durante o ano de 2009, com sua escolha para diferentes prêmios, entre eles o de "Estadista do Ano", do Instituto Real de Assuntos Estrangeiros da Grã-Bretanha, fundado em 1927, e o de "Estadista Global", do Fórum Econômico Mundial. Os ganhos para o País pelo desempenho de seus diplomatas, em muitos casos são intangíveis, mas perceptíveis. Eles se revelam principalmente na melhora da imagem internacional, que, por sua vez, se estende por toda a sociedade. No caso do Brasil, que conse-

guiu imprimir novo rumo às suas relações diplomáticas com franqueza, disposição para o diálogo e provas de sua capacidade humanitária e de cooperação, o reconhecimento premiou o brasileiro comum com a realização, no País, dos dois maiores eventos esportivos do mundo. O Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014 e a cidade do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016. Na Federação Internacional de Futebol (FIFA), todos os demais países retiraram suas candidaturas para que a Copa fosse realizada no Brasil. No Comitê Olímpico Internacional, a cidade do Rio de Janeiro venceu três das maiores cidades do mundo – Madri, Tóquio e Chicago. O Rio vai sediar as primeiras Olimpíadas a serem realizadas em uma cidade da América do Sul.



2. Soberania e defesa nacional

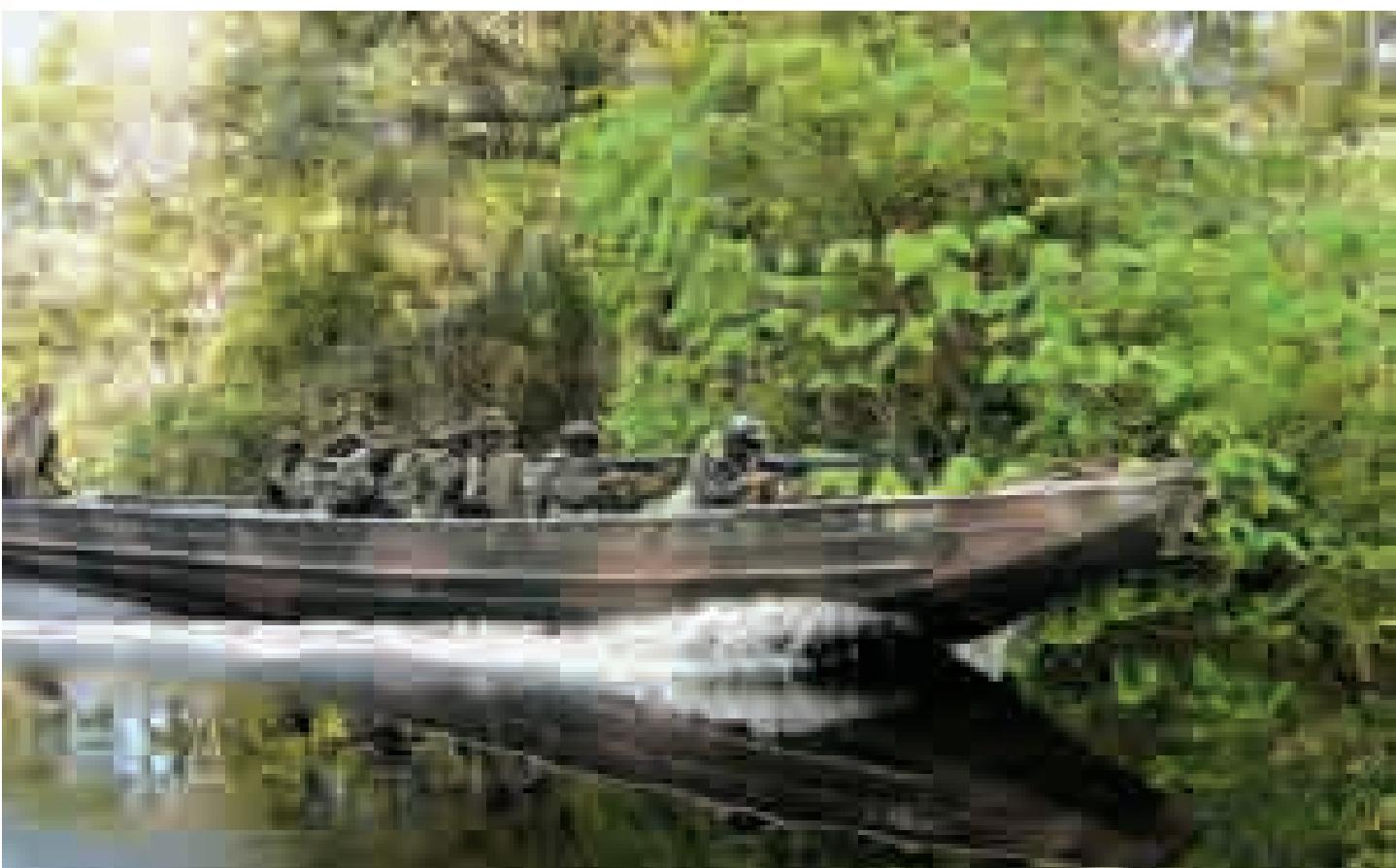
No início de 2003, o sistema de defesa do Brasil convivia com conjunto de limitações. A manutenção dos equipamentos militares havia sido reduzida, afetando a operacionalidade das Forças Armadas; o horário de expediente dos quartéis reduzido e cerca de 44 mil recrutas tinham sido dispensados, por falta de fundos para prover duas refeições por dia aos soldados; a parada militar do Sete de Setembro na Capital Federal foi restrita, com o cancelamento de atividades que dependiam de consumo de combustível; a indústria bélica nacional debatia-se em crise há anos, e uma das empresas estatais do setor voltara a atrasar o pagamento de salários. Em todos os casos, a razão era uma só: falta de recursos. As dificuldades do sistema de defesa levaram à adoção de seguidas medidas pontuais, de emergência financeira, em detrimento do planejamento e da aplicação planejada de políticas e estratégias visando maior proteção ao território nacional.

Os objetivos traçados pelo Governo Federal para a defesa, a partir de 2003, visaram principalmente a recuperação do setor e o cumprimento dos projetos que já se encontravam em andamento. A decisão veio acompanhada da racionalização dos gastos e investimentos, tendo sempre como base os princípios constitucionais da não intervenção e da solução pacífica dos conflitos. O Brasil cumpriria seu destino de grande nação, sem hegemonia ou dominação, mas reconhecendo a necessidade de estar preparado para se defender de eventuais agressões e ameaças externas.

Outra mudança de condução implantada pelo Governo foi a política de aproximação e identificação das Forças Armadas com os problemas de ordem social do País. A partir de então, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estariam mais presentes no auxílio a emergências internas, notadamente no



Tanques da Marinha apoiaram ação contra o narcotráfico na zona norte do Rio de Janeiro



Forças Armadas cumpriram todos os projetos traçados pela Política Nacional de Defesa

socorro a atingidos por tragédias climáticas, campanhas de vacinação e no fornecimento de apoio em ações de segurança pública.

As FFAA também guardaram eleições a pedido do Tribunal Superior Eleitoral, montou hospitais de campanha contra epidemias, e vigiou os portos e aeroportos contra vírus que já haviam vitimado outros países. Cumpriu-se, assim, em várias missões de Estado, a organização interministerial com a participação da defesa na investidura militar para a operação específica. Todas essas missões seguiram rigorosamente os preceitos constitucionais.

Um exemplo representativo da mudança ocorreu em novembro de 2010, com a decisiva participação das três armas na operação que pôs fim a 30 anos de domínio territorial pelo narcotráfico de uma grande região na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (RJ), que abrangia a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão e reunia um grande número de favelas. Agindo articuladamente com as polícias civil e militar do Estado, e com apoio da Polícia federal, a forte presença militar e sua demonstração de poder de fogo evitou a reação violenta dos narcotraficantes e contribuiu para o sucesso dessa investida histórica, em uma região com cerca de 400 mil habitantes.

Defesa das fronteiras

Ao mesmo tempo, as Forças Armadas não negligenciaram na defesa das fronteiras brasileiras, particularmente na Amazônia, onde todos os projetos traçados pela Política Nacional de Defesa, de novembro de 1996, foram rigorosamente cumpridos. Alguns, inclusive, foram concluídos antes do prazo previsto, como foi o caso do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Tendo iniciado sua operação em 2002, o Sivam tornou-se um instrumento essencial para garantir a soberania brasileira sobre a Amazônia. Esse recurso de segurança foi posteriormente estendido aos países vizinhos, por meio de acordos que passaram a garantir o controle do espaço aéreo na região. O Sistema trouxe ainda ganhos significativos na repressão aos delitos transnacionais. Concluído em julho de 2005, antes do término do prazo contratual, resultou em economia de cerca de US\$ 50 milhões sobre o valor financiado.

Desde então, foram intensificados os exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos meios militares brasileiros. Todas as operações foram direcionadas para as faixas prioritárias de combate aos delitos transnacionais. Para fortar-



lecer ainda mais a vigilância da fronteira amazônica, visando combater o narcotráfico, foi dado prosseguimento ao contrato de compra de aeronaves A-29 Super-Tucano, fabricadas pela Embraer, que equiparão três Unidades Aéreas estrategicamente sediadas nas cidades de Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Campo Grande (MS). O contrato prevê a entrega de 99 aeronaves.

Também foi mantido o calendário previsto na execução do Programa Calha Norte, destinado a fixar comunidades brasileiras – e fortalecer as já existentes – na fronteira da Amazônia Setentrional brasileira. O Programa tem entre seus objetivos a ocupação e o desenvolvimento ordenado em áreas vizinhas aos limites do Brasil, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente. O Programa Calha Norte cobre área equivalente a 32% do território nacional, onde vivem cerca de oito milhões de pessoas, dentre as quais 46% da população indígena do Brasil, e se estende ao longo de 10.938 quilômetros da faixa de fronteira, em seis estados da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Além da instalação de bases militares brasileiras, foi acelerada a incorporação de novos municípios da região para a introdução de diversos serviços públicos e a implantação de infraestrutura, em convênio entre municípios e União. Entre 2003 e 2009, o Governo duplicou para 194 o número de municípios que haviam aderido ao programa, garantindo investimentos em áreas como educação, saneamento básico e infraestrutura.

Em 2005, nova decisão do Governo viria a estreitar ainda mais os laços das Forças Armadas com a sociedade ao resgatar o Projeto Rondon, que havia sido extinto em 1989. Resultado de ação interministerial coordenada pelo Ministério da Defesa, a reedição do Projeto Rondon voltou a incorporar, de formaativa, a contribuição do estudante universitário para a redução das desigualdades sociais e regionais. Sua missão continuou sendo a de viabilizar a participação de estudantes e professores universitários em pesquisas e propostas de soluções para áreas carentes e isoladas do território brasileiro, além de prestar assistência a essas populações. A primeira missão da nova etapa levou cerca de 200 estudantes e professores, de 33 instituições de ensino, para a região de Tabatinga, no Amazonas. Ao final de 2010, a participação havia crescido para um total acumulado de cerca de 9.800 participantes, com prestação de diversos serviços para cerca de 650 municípios brasileiros de todas as regiões do País.

Outra ação relevante foi a implantação do Projeto Soldado-Cidadão, destinado a qualificar jovens convocados para o serviço militar. Com carga mínima de 160 horas-aula, formou, até o final de 2010, mais de 147 mil

novos profissionais aptos para o mercado de 12 segmentos econômicos diferentes – da indústria de telecomunicações e de informática, à de serviços de saúde, gastronomia e conservação e zeladoria de imóveis etc.

Presença no cenário internacional

Em proporção à importância crescente do Brasil no cenário internacional, as missões militares brasileiras enviadas ao exterior cresceram sensivelmente a partir de 2003. Quando o novo governo assumiu, as Missões de Paz das Nações Unidas contavam com a participação de 76 militares e 8 policiais militares brasileiros. Em setembro de 2010, esse número havia crescido para 2.245 militares e 17 policiais militares. Várias missões de socorro emergencial foram enviadas aos países vizinhos, além da presença de militares brasileiros como observadores em regiões de conflito da África, Ásia e Oceania.

A maior participação internacional das Forças Armadas brasileiras se deu a partir de 2004, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). A intervenção internacional no país mais pobre das Américas foi decidida pelo Conselho de Segurança da ONU, da qual o Brasil fazia parte no período, diante dos níveis extremos de miséria e violência que o Haiti havia atingido. O objetivo original da MINUSTAH era promover um ambiente seguro e estável no país, para que fosse possível seu desenvolvimento político autônomo. O Brasil prontificou-se a enviar o maior contingente militar para auxiliar na reconstrução do Haiti como país livre e soberano. Desde então, um general brasileiro comanda as tropas de paz compostas por militares de 17 países diferentes. Além de garantir a segurança institucional, os maiores recursos militares são dirigidos para a reconstrução da infraestrutura. O Exército brasileiro mantém um Batalhão de Engenharia no país apenas para a reconstrução de escolas, pontes, estradas etc. O trabalho realizado pelo comando brasileiro da missão foi duramente prejudicado por seguidos eventos naturais. O mais grave deles ocorreu no terremoto de janeiro de 2010, que causou a morte de mais de 220 mil pessoas e de cerca de 100 soldados das missões de paz. Ao final de 2010, nova ameaça – a epidemia de cólera no país – passou a exigir esforço ainda maior do comando brasileiro.

Na área de tecnologia nuclear, foram retomadas, em 2008, as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear, com previsão de conclusão de todo o programa para 2014. Convém salientar que o crescente aprimoramento do Programa Nuclear



Rotas aéreas foram redirecionadas para melhor distribuição do tráfego e diminuição do tempo de vôo

Brasileiro vem ampliando a importância estratégica do Programa Nuclear da Marinha para o País. Seus resultados irão beneficiar o desenvolvimento de novos sistemas e materiais e diversificar a matriz energética brasileira, além de representar importante acréscimo de poder dissuasório à defesa naval do País.

Ainda com referência a pesquisas e domínio de conhecimento, o Brasil, por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) vem se destacando com os ensaios, iniciados em 2007, do modelo em escala da aeronave hipersônica denominada 14 X, no maior túnel aerodinâmico hipersônico da América Latina. O DCTA concebeu e instalou a infraestrutura laboratorial para realizar, em 2009, o primeiro ensaio no mundo de um modelo de veículo hipersônico propulsado a laser. Com esse avanço, o Brasil é pioneiro na construção de tecnologia da propulsão a laser. O DCTA também desenvolveu o primeiro motor aeronáutico a pistão no mundo, que foi projetado e será certificado para operar tanto com gasolina de aviação quanto com etanol, ou com qualquer mistura desses dois combustíveis, para emprego em pequenas aeronaves da aviação geral.

No domínio das tecnologias estratégicas, o DCTA, em parceria com empresas do parque aeroespacial brasileiro, acionou em laboratório o primeiro turborreator aeronáutico brasileiro a querosene de aviação, inserindo o Brasil no seletivo grupo de países que detêm tal tecnologia. Realizou, também, o ensaio de queima em banco do motor S-43, o chamado

teste de bancada, que é um propulsor a propelente sólido usado nos 1º e 2º estágios do Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) brasileiro.

Controle do espaço aéreo

Com o intuito de aperfeiçoar a atuação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), sistema responsável pela prestação dos serviços de navegação aérea numa área de 22 milhões de km², foram qualificados, em 2009, 57 oficiais controladores de tráfego aéreo, formados 308 novos controladores militares, 58 controladores civis e 40 controladores para a Infraero. Cursos específicos qualificaram mais 230 controladores de tráfego aéreo para o exercício em órgãos de controle radar. Concomitantemente, deu-se continuidade ao projeto para a elevação do nível de proficiência em língua inglesa dos controladores de tráfego aéreo.

Durante o período novos radares foram implantados e outros modernizados, fato que aumentou significativamente a capacidade de vigilância do espaço aéreo nacional. Rotas aéreas foram redirecionadas para uma melhor distribuição do tráfego e diminuição do tempo de vôo das aeronaves e foi criado um Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA) para harmonizar e gerenciar o fluxo aéreo em todo o território nacional. O espaço aéreo brasileiro foi reorganizado visando o equilíbrio



do volume de tráfego entre regiões e o aumento da fluidez dos aviões nas rotas de maior movimento. Novos e modernos equipamentos de navegação aérea foram implantados, o que posiciona o Brasil na vanguarda mundial nesta área e prepara o País para ser um pioneiro em sua região na aplicação das novas tecnologias para uma navegação aérea globalizada. Todas estas realizações visaram incrementar a regularidade e a eficiência das operações aéreas, bem como a manutenção e elevação do nível de segurança da navegação aérea nacional.

Mantida a operacionalidade das Forças Armadas, o Governo Federal providenciou novo levantamento de informações para a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa, formulada a partir do mapeamento dos vetores positivos e negativos do sistema de defesa do Brasil. Entre os positivos, foram ressaltadas a identificação das Forças Armadas com a sociedade brasileira, com altos índices de confiabilidade; a adaptabilidade do brasileiro a situações novas e inusitadas, criando situação propícia a uma cultura militar pautada pelo conceito da flexibilidade; e a excelência do ensino nas Forças Armadas. Os vetores negativos identificaram o pouco envolvimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e a escassez de especialistas e instituições acadêmicas voltadas ao tema; a insuficiência e descontinuidade na alocação de recursos orçamentários; a obsolescência e dependência externa de equipamentos das Forças Armadas; a ausência de direção unificada para aquisições de produtos de defesa; a inadequada distribuição espacial das Forças Armadas no território nacional; a insuficiência de recursos e desarticulação governo-sociedade para pesquisa científica voltada ao desenvolvimento de material de emprego militar; a ausência de uma política industrial volta ao setor, e os deficientes sistemas nacionais de logística e de mobilização, dentre outros problemas.

Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa vincula, de um lado, a política de independência nacional e o papel das Forças Armadas no resguardo dessa independência. De outro, complementa a Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada em 2005, na qual o planejamento da defesa nacional estabelece que os objetivos e orientações para o aprimoramento das capacidades desenvolvidas deve envolver os setores militar e civil em todas as esferas do poder nacional.

Por meio de ações de médio e longo prazos, a Estratégia Nacional de Defesa estabelece formas de alcançar os objetivos projetados. Também orienta de

forma sistemática a reorganização e a reorientação das Forças Armadas, a reestruturação da indústria de produtos de defesa, para assegurar a autonomia operacional das três Forças e a redefinição do papel do Ministério da Defesa.

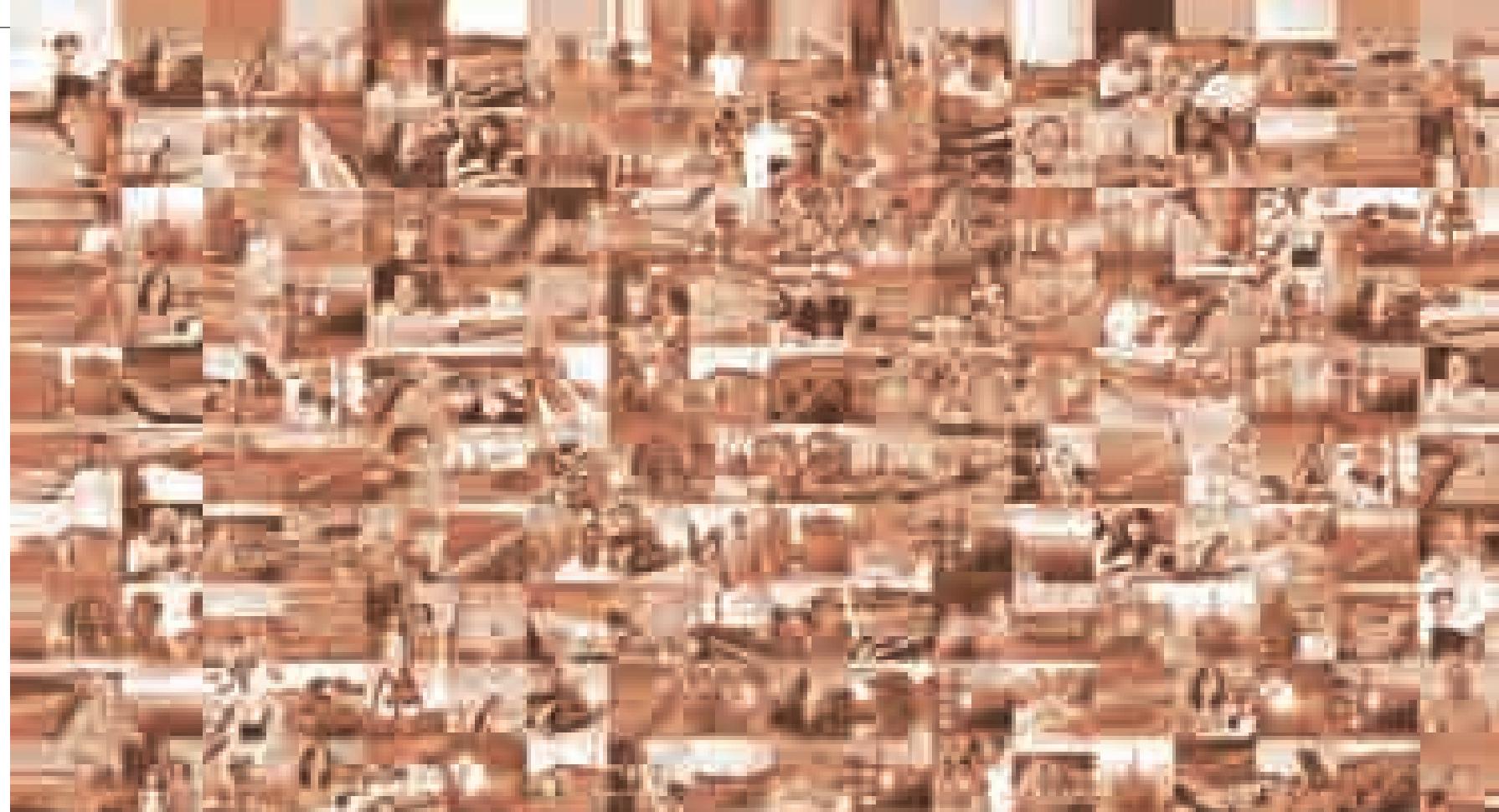
A Estratégia Nacional de Defesa parte do princípio de que a guerra, tal como se apresenta hoje, exige operações militares com o uso integrado de recursos navais, terrestres e aéreos. Sendo assim, torna-se imprescindível para o País prover os meios necessários para preparar e empregar as Forças Armadas em Operações em ações combinadas ou conjuntas – sem que se altere o preparo e o emprego singular de cada Força.

Outra conclusão apresentada pela Estratégia Nacional de Defesa que implicará em mudanças estruturais é a necessidade de revisão do atual posicionamento das Forças, cuja distribuição pelo território nacional não corresponde às maiores preocupações atuais, que se encontram concentradas nas regiões Norte, Oeste e no Atlântico Sul.

A Marinha, por exemplo, sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná – e não na cidade do Rio de Janeiro (RJ), onde hoje se concentra a esquadra nacional.

O mesmo acontece com o Exército, que deverá transportar suas reservas estratégicas para a região central do País, de onde poderão se deslocar em qualquer direção, dando pronta resposta em crises ou em eventuais conflitos armados. Hoje, as principais unidades do Exército concentram-se nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Em relação às instalações tecnológicas da Força Aérea quase todas estão localizadas em São José dos Campos (SP).

Desde sua instituição, pelo Decreto 6.703 de dezembro de 2008, a Estratégia Nacional de Defesa passou a orientar todos os programas do setor e seus respectivos objetivos. O foco passou a ser a formulação de um plano estratégico que integra as três armas e fornece condições para que o aparato defensivo responda às necessidades do País. Para isso, decidiu-se também que a indústria brasileira de material de defesa deve ser reestruturada, com a criação de um regime jurídico especial, que leve em conta a segurança nacional. Para viabilizar o estabelecimento de uma indústria forte para o setor, serão incentivadas as participações da sociedade civil nos projetos de desenvolvimento e pesquisa.



DEMOCRACIA E DIÁLOGO





1. Participação social

O Brasil, entre 2003 e 2010, conseguiu articular crescimento econômico, inflação baixa e redução das desigualdades com uma vigorosa e inovadora participação social na implementação das políticas públicas. Durante esse período foi construída uma nova relação entre o Estado e a sociedade, conferindo plena efetividade aos princípios da democracia participativa, previstos na Constituição Federal de 1988.

Na primeira Mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 2003, o Presidente da República anunciou a participação social como método de governo. Em 1º de janeiro de 2003, ele redefiniu as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República, que passou a ser responsável pelo diálogo do Governo com a sociedade civil. Coube à Secretaria-Geral coordenar a constituição de espaços e instrumentos participativos, bem como a formulação de conceitos e procedimentos que passaram a orientar os órgãos de Governo em sua interação com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil.

Iniciou-se, então, uma mudança completa no modo de elaborar as políticas públicas e, consequentemente, na forma de implementá-las e avaliá-las. A partir de 2003, elas passaram a ser debatidas em conjunto com a sociedade civil nas conferências nacionais, nos conselhos, fóruns, mesas de diálogo e ouvidorias. As conferências adquiriram um caráter inovador, com a realização de etapas municipais e estaduais, culminando em uma etapa nacional, e permitiram aos mais variados segmentos da sociedade civil expressarem suas demandas e propostas.

As 73 conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2010 mobilizaram diretamente mais de cinco milhões de pessoas em inúmeros municípios brasileiros. Diversas políticas públicas foram objeto de debate, tais como: desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, direitos das mulheres, igualdade racial, reforma agrária, juventude, direitos humanos, ciência e tecnologia, comunicação, diversidade sexual, democratização da cultura, reforma urbana e segurança pública, entre muitas outras.

Os conselhos nacionais de políticas públicas garantiram a participação da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas.

Nestes oito anos, diversos conselhos foram criados, tais como: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Conselho das Cidades, Conselho Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, entre outros. Muitos foram inteiramente reformulados e democratizados, por exemplo: Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional de Recursos Hídricos, entre outros.

Mesas de negociação garantiram a ampla discussão de temas estratégicos para o desenvolvimento nacional. A Mesa de Negociação com as Centrais Sindicais resultou em uma política de valorização perma-



Atento as vozes da sociedade, o Governo implantou 165 ouvidorias em oito anos, com média anual de 3 milhões de manifestações.



nente do salário mínimo, que beneficiou mais de 45 milhões de trabalhadores ativos e aposentados, e na correção da tabela do imposto de renda. Importantes avanços também foram gerados a partir da Mesa de Negociação com os Servidores Públicos, da Mesa de Negociação com os Atingidos por Barragens e da Mesa de Negociação para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

O Governo estimulou a cultura de participação social em seu interior e ampliou as relações de diversos segmentos sociais com a Administração Federal, inclusive em decisões estratégicas da vida nacional. Muitas políticas públicas inovadoras surgiram desse ambiente institucional interativo e participativo.

A agenda de trabalho do Presidente da República reflete seu compromisso com a participação social e é uma síntese do novo modo de governar, pautado pelo diálogo e pela inserção dos atores sociais na rotina de gestão do Estado. Sua agenda segue critérios que favorecem a interação entre o chefe do Estado e a sociedade civil e, sobretudo, os movimentos sociais. Assim, desde 2003, atividades com representantes de entidades sociais passaram a ocupar a grade diária de compromissos presidenciais.

Nos últimos oito anos, foram realizadas 840 viagens no território nacional, nas quais o Presidente manteve contato com entidades e lideranças. Esses momentos possibilitaram o diálogo e a interlocução direta com integrantes da sociedade civil. Além disso, favorecem o exercício da transparência pública e do direito à informação e proporcionam a coleta de informações e subsídios fundamentais para a elaboração ou aprimoramento de políticas públicas.

Assim, o Presidente passou a fazer agendas externas de diálogo popular, foi a lugares inusitados para um chefe de Estado, dando atenção a setores sociais marginalizados. É o caso, por exemplo, das celebrações de Natal com os catadores de material reciclável e da população em situação de rua, que ocorrem todos os anos, na capital paulista. Em 2009, o encontro marcou o anúncio de medidas do governo que contemplavam antigas reivindicações dos catadores. Foi assinada medida provisória que institui crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as empresas que adquirirem matéria-prima reciclada das cooperativas de catadores e assinado o decreto que cria a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O decreto prevê a inclusão da população de rua nas contagens oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),



Novo padrão de diálogo com a sociedade garantiu decisões democráticas e consensuais



Presidente da República discursa na reunião com os representantes do Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha, da diretoria e do Comitê Mundial dos Trabalhadores do Grupo Volkswagen

o fortalecimento da rede de albergues e cria o Centro Nacional dos Direitos Humanos da População de Rua. O presidente anunciou também a compra de imóveis a serem destinados ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social, que por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) beneficiarão famílias de baixa renda.

As viagens internacionais também possuem caráter participativo. Praticamente em todas elas, o Presidente encontrou-se com representantes das centrais sindicais e de organizações não-governamentais dos países visitados.

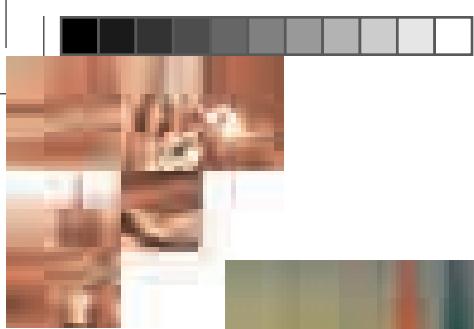
O diálogo possibilitou o envolvimento de organizações da sociedade civil na elaboração de projetos de cooperação internacional. Haiti, Moçambique, África do Sul e Namíbia participaram dessa experiência pionera. O caráter inovador do projeto não advém somente da participação de organizações sociais brasileiras, africanas e do Haiti. Ele se deve, principalmente, à elaboração de um novo conceito sobre “cooperação técnica”, que passou a ser compreendido como “transferência de tecnologias sociais”.

O Fórum Social Mundial é um espaço de debate

democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil internacional. Desde 2003, o Governo brasileiro participa das edições anuais do Fórum; promove a instalação da Casa Brasil – espaço conjunto da sociedade civil e do Governo para divulgação e debate; elabora e distribui, durante o Fórum, uma publicação em três idiomas sobre as políticas públicas brasileiras.

Para fortalecer o Mercosul, por meio de maior participação cidadã foram tomadas uma série de iniciativas, tais como a criação do Conselho Brasileiro do Mercosul Social, a realização dos Encontros com o Mercosul, o programa regional Somos Mercosul e as Cúpulas Sociais do Mercosul. Todos contaram com ampla participação de representantes da sociedade civil e operam em estreita sintonia com o Parlamento do Mercosul, as Reuniões Especializadas e as Reuniões de Ministros do Mercosul.

Outra ação importante no âmbito da participação social foi o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Prêmio ODM Brasil), instituído em 2005 com a



Representantes populares acompanharam missões diplomáticas do País para discutir questões de seu interesse com órgãos de governança global

finalidade de reconhecer, estimular e difundir ações e projetos que contribuam para que o país atinja as metas de desenvolvimento estabelecidas pela ONU, a serem alcançadas até 2015. O Prêmio é uma iniciativa do Governo em parceria com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Já foram realizadas três edições do Prêmio: em 2005, 2008 e 2010, que registraram 3.459 projetos inscritos.

As entidades da sociedade civil tiveram participação destacada no lançamento da política industrial e contribuíram de modo ativo para a elaboração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Quando eclodiu a crise financeira internacional, a interlocução Estado/sociedade civil mostrou todo o seu vigor e sentido estratégico. Imediatamente, Governo e centrais sindicais pactuaram um conjunto de medidas antirrecessivas para sustentar o consumo e a demanda e garantir o emprego. Decidiu-se promo-

ver forte desoneração tributária da indústria automobilística condicionada à manutenção do emprego. Os bancos públicos foram instruídos a suprir a demanda nacional de crédito. Sem falar na decisão ousada de criar, em plena crise, o programa Minha Casa, Minha Vida com o objetivo de construir um milhão de habitações populares, previamente discutido com as quatro grandes organizações de luta pela moradia. Assim o Brasil superou as dificuldades com um mínimo de sacrifício e garantiu as bases para um forte crescimento econômico.

O diálogo social conferiu qualidade e viabilidade a um projeto de desenvolvimento de longo prazo. O Governo Federal desenvolveu um conjunto de conceitos, noções e procedimentos e acumulou um acervo de experiências e conhecimentos sobre a democracia participativa. Os canais de participação criados ou recriados pelo Governo – conferências, conselhos, mesas de diálogo, ouvidorias etc – já constituem na prática um embrião de vigoroso e criativo Sistema de Participação Social.



2. Relações institucionais

Ainda em 2003, o governo manifestou a disposição de organizar, dar visibilidade e promover os parceiros estratégicos na construção de uma nova vontade de política majoritária em torno do desenvolvimento. Por meio do diálogo com os partidos políticos, o Congresso Nacional, as lideranças empresariais, o movimento sindical e o terceiro setor, o Governo Federal empenhou-se em articular uma maioria política e social capaz de fazer reformas e criar as condições para o crescimento econômico, com distribuição de renda, criação de empregos e oportunidades de trabalho.

Dada a ausência de instrumentos adequados para este desafio, foi empreendido um esforço de aprendizagem e organização do Estado, respondendo à necessidade de formação e sustentação de uma maioria estável no Congresso para governar, mantendo a coalizão em torno do cumprimento do programa acordado entre os partidos que dela participavam, em um ambiente partidário múltiplo e, muitas vezes, disperso e instável. Atendeu-se também à necessidade de construir convergência e cooperação entre o Governo Federal, os estados, Distrito Federal e municípios, em uma federação



De caráter consultivo, o CDES contou com 90 representantes da sociedade civil para debater temas como reforma tributária, matriz energética e educação



O CDES contribuiu decisivamente para a realização do PAC. Na foto, construção de estação de tratamento de esgoto em Guarulhos (SP), obra do PAC Infraestrutura Urbana

marcada por altos níveis de desigualdade e acirrada competição regional, com regras cooperativas pouco claras e escassos mecanismos de cooperação formal e informal.

O governo respondeu ainda à necessidade do exercício do diálogo e da construção de consensos junto à sociedade para qualificar e viabilizar o projeto de desenvolvimento de longo prazo, em uma realidade adversa acentuada por clivagens e exclusões, e na qual os atores sociais pouco interatuavam. Desde então, tornou-se possível a construção de um relacionamento respeitoso e propositivo com o Congresso Nacional e o conjunto de partidos políticos, construindo a sustentação da coalizão.

A condução do diálogo com o Parlamento exerceu papel estratégico na viabilização de projetos e políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento do País. Tendo o aprofundamento da democracia como valor, tornou-se possível compartilhar soberanamente as responsabilidades sobre o Orçamento Geral da União (OGU), mantendo os temas

sociais, econômicos e administrativos de interesse público como focos prioritários. A interlocução entre Executivo e Legislativo foi ampliada desde então, buscando garantir maioria estável na Câmara e no Senado.

Entre as diversas iniciativas para ampliar o leque de participação da sociedade, uma das mais representativas foi o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – uma criação do Governo Federal –, que se manteve plural, diverso e representativo ao longo dos anos seguintes.

O CDES é um órgão formado majoritariamente por representantes da sociedade civil. De caráter consultivo da Presidência da República, coube a ele ampliar de forma inédita a interlocução e a capacidade da sociedade brasileira de discutir, de forma compartilhada, os grandes rumos do País.

Fazem parte do CDES ministros de Estado responsáveis por temas relacionados ao desenvolvimento e até 90 cidadãos brasileiros, maiores de



idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade. Em sua composição, encontram-se trabalhadores, empresários, movimentos sociais e lideranças expressivas de diversos setores. Para nomeação dos integrantes, o Presidente da República busca combinar a representatividade setorial, abrangência social, densidade política e capacidade para contribuir e fazer repercutirem os debates sobre temas fundamentais para o desenvolvimento do País. É exatamente essa composição ampla e plural que possibilita uma visão sistêmica sobre as questões e a disseminação do debate e das pautas do CDES.

Expressão de uma democracia moderna e consolidada, o Conselho acumulava em 2010 uma experiência que aliaava conhecimento e capacidade de compreensão de cada conselheiro e conselheira sobre temas fundamentais para o País. A confiança era absoluta, sem separações por formação escolar ou cargos que ocupam fora do CDES.

Nesse ambiente de empenho para o entendimento, a liberdade do diálogo favorecia o trânsito de informações, e permitia-se a troca de pontos de vista, ajudando a iluminar as diferenças e a encontrar trajetórias para enfrentamento de problemas e entraves. Dessa forma, o CDES compreendeu as variáveis e construiu consensos em torno do Brasil que se desenvolve. No entendimento do Conselho, era preciso que a sociedade participasse, que conduzisse esse processo de desenvolvimento e nele se reconhecesse.

O CDES consolidou-se como o mais produtivo canal de diálogo dentre os tantos abertos pelo Governo. Dele, surgiram contribuições fundamentais para temas estratégicos da agenda de desenvolvimento, como a reforma tributária, a matriz energética e a educação. Surgiram também análises e recomendações sobre o grande tema da mudança do clima, o desafio brasileiro da exploração e produção nas reservas de petróleo descobertas na camada do Pré-Sal, as alternativas para o financiamento e a garantia dos investimentos para expansão da infraestrutura.

A partir de sugestões do CDES, o Governo regulamentou as operações de crédito consignado em folha de pagamento, a conta-investimento, o direcionamento de recursos para microcrédito e a nova Lei de Falências.

Veio também do Conselho a orientação estratégica incorporada pelo Governo Federal no Plano Plurianual 2008/2011. Foi decisiva ainda a sua contribuição para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), assim como nas medidas para combate às desigualdades.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) incorporou um dos principais consensos do CDES: a priorização da Educação como base para o desenvolvimento, demandando articulação com outras políticas públicas e a responsabilização compartilhada entre governos e iniciativa privada.

Com a educação no topo de suas prioridades desde 2005, o CDES criou seu Observatório da Equidade, para acompanhar o enfrentamento do problema, entre outros desafios para o desenvolvimento propostos pelo Conselho para a Agenda Nacional de Desenvolvimento.

O Observatório da Equidade foi criado para produzir conhecimentos e análises sobre os temas conjunturais ou estruturais mais relevantes para o desenvolvimento brasileiro – com foco prioritário na Educação.

Com metodologia de diálogo inclusivo, aberta à diversidade de atores participantes, distinguiu-se de outros espaços de participação e de produção de conhecimentos. Por esse motivo, seu propósito foi envolver os Conselheiros e outros atores sociais e institucionais, acadêmicos e especialistas dos setores público e privado. Esta participação ampliada buscou o entendimento a partir de informações e subsídios, experiências e análises sobre os temas em observação, aumentando a qualidade e consistência das análises e proposições que subsidiaram as recomendações produzidas pelo CDES.

Entre 2003 e 2010, foram realizadas 36 Reuniões Ordinárias do Pleno do CDES, nas quais compareceu o Presidente da República, principal emulador de todos os trabalhos. Outras quatro Reuniões Extraordinárias do Pleno do CDES por ano passaram a ser realizadas, para debater questões conjunturais que reclamavam a formação de consenso ou a arregimentação de esforços para o enfrentamento de problemas considerados mais urgentes.

A pauta das reuniões plenárias combinava temas apresentados pelo Governo e proposições do Conselho, fruto dos Grupos de Trabalho, e previa debates e aferição das posições. Ao Conselho era facultado elaborar informes, estudos especiais e pareceres sobre temas-objeto do diálogo, independente de agenda prévia proposta para o Pleno.

Na frente externa, o CDES foi igualmente produtivo. Várias de suas ações estabeleceram parce-



rias estratégicas com instituições internacionais similares, existentes em mais de sessenta países. Em harmonia com a condução da política externa brasileira, relações bilaterais foram sedimentadas para a realização de futuros projetos conjuntos.

O CDES contribuiu para disseminar a prática do diálogo como ferramenta para o desenvolvimento, focando prioritariamente a América Latina e a África. No âmbito federativo, destacam-se, entre suas realizações, a adesão do Brasil ao Fórum das Federações; a criação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) e do Fórum de Governança Local do IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), além da instituição da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira e da institucionalização da modalidade de cooperação descentralizada e federativa, por meio dos Protocolos Adicionais aos Acordos Básicos de Cooperação Brasil-Itália e Brasil-França.

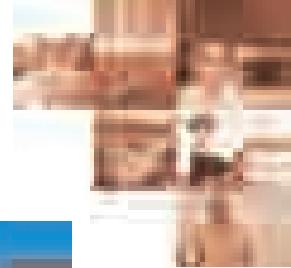
A aposta estratégica no fortalecimento da Federação brasileira deu origem à estruturação e à

prática do diálogo federativo realmente comprometido com o projeto nacional de desenvolvimento. Mais que isso: forneceu as condições para enfrentar a agenda estrutural da pobreza, das desigualdades sociais e regionais. Foram criadas instâncias permanentes de diálogo e pactuação de políticas públicas com os entes federados, a exemplo do Comitê de Articulação Federativa (CAF), criado em 2003, e que se constituiu no principal espaço de diálogo entre o Governo Federal e os Municípios.

A formação do Conselho Político da Coalizão, composto pelos presidentes e líderes dos partidos políticos coligados, foi outro importante passo para o planejamento e execução das políticas ao longo do segundo mandato. Ano após ano, maior densidade foi sendo conquistada pela relação federativa. No segundo mandato presidencial, com a institucionalização do Comitê de Articulação Federativa como instância vinculada à Secretaria de Relações Institucionais, foram criados os fóruns de governadores do Nordeste e da Amazônia legal. Também passaram a ser atendidas com maior presteza as demandas por recursos. Com



Sob coordenação do CAF, o Governo reforçou os pactos republicano e democrático com o Parlamento, os estados, o Distrito Federal e os municípios



Renegociação de dívidas dos Estados e o parcelamento de débitos previdênciários dos Municípios, bem como a diminuição do valor das contrapartidas exigidas nos programas federais, só foram possíveis devido à permanente interlocução

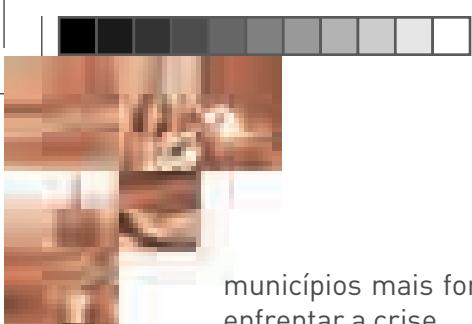
o diálogo permanente, estados e municípios tiveram ganhos efetivos, como o aumento das transferências federais e a ampliação da base tributária própria.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as transferências intergovernamentais da União para as unidades da Federação tiveram crescimento real de 50,1% no período de 2002 a 2009. A variação positiva só não foi maior porque a crise econômica de 2009 reduziu a arrecadação tributária e os repasses legais e constitucionais a ela vinculados.

Mesmo assim, a parceria com os entes federados foi fundamental para minimizar os efeitos da crise. Em 2009, quando o Brasil começou a sentir mais fortemente seus efeitos, foi criado o programa de Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM). Para compensar a queda na arrecadação, foram repas-

sados R\$ 2,3 bilhões, a mesma quantia do Fundo de Participação aos Municípios do exercício anterior. Para os Estados e o Distrito Federal, também foram instituídos programas de auxílio financeiro no montante de R\$ 1,6 bilhão, bem como ampliada a oferta de crédito como forma de compensar a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Estados.

Outras medidas, como a renegociação de dívidas dos Estados e o parcelamento de débitos previdênciários dos Municípios, bem como a diminuição do valor das contrapartidas exigidas nos programas federais, só foram possíveis devido à permanente interlocução. Graças às contrapartidas, os entes federativos recuperaram sua capacidade de investimento, permitindo que o País continuasse crescendo, ampliando a rede de proteção social e promovendo ações para dinamizar a economia local. Com Estados, Distrito Federal e



municípios mais fortes, o Brasil ficou mais forte para enfrentar a crise.

Medidas pontuais, como a criação do Sistema de Acompanhamento Legislativo (SIAL), que garantiu o fluxo de informações e o atendimento de requerimentos do Congresso Nacional distribuídos pelos órgãos federais, passaram a ser vistos como a contraprova definitiva do novo patamar de entendimento alcançado.

A relação produtiva estabelecida entre o Executivo e o Parlamento gerou ainda outros importantes avanços, como, por exemplo, a aprovação da Emenda Constitucional que aumentou a dotação da União no Fundo de Participação dos Municípios; ou como a Emenda Constitucional, que estabeleceu o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a educação, a partir de 2011.

A Lei do Microcrédito, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), outro resultado do entendimento negociado com o Congresso, foi fundamental para ampliar a inclusão produtiva e dinamizar a economia. A criação e regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que aumentou o aporte de recursos da União para o fundo e ampliou sua abrangência, incluiu a educação infantil e o Ensino Médio.

Não menos importante foi a aprovação do novo marco regulatório do Pré-Sal pelo Congresso, em um único conjunto de medidas que definiu a capitalização da Petrobras e a criação da Empresa Brasileira de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal). Sua aprovação foi um marco fundamental sobre a exploração de uma riqueza brasileira que representa o passaporte do País para o futuro.

As relações institucionais estabelecidas nos últimos oito anos, são primordiais, portanto, para o equilíbrio entre os Poderes e para regular o conflito político de forma estruturada e pacífica, segundo regras claras, bem como para promover consensos e mobilizar lideranças sociais na construção do desenvolvimento que beneficia a todos e é responsável para com as gerações futuras.

As relações estabelecidas pelo Governo com estados, Distrito Federal e municípios alcançaram outro patamar, acima dos vínculos partidários. O bom funcionamento das instâncias permanentes de diálogo e pactuação de políticas públicas com os entes federados, tais como as que se sucedem no

Comitê de Articulação Federativa, hoje reconhecido como principal espaço de concertação da agenda política compartilhada, consolidou as parcerias com prefeituras por meio do contato direto com as três grandes entidades nacionais que representam esse ente – a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Importantes também foram os processos de pactuação federativa realizados no âmbito de programas de governo cujos colegiados contavam com a participação de entes federados, a exemplo dos Gabinetes de Gestão Integrada do Programa de Aceleração do Crescimento, responsável pela supervisão e resolução de entraves na execução de obras, e dos Comitês de Articulação Estaduais, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Com a interlocução fluida, também foram fortalecidos os diversos sistemas federativos, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema de Assistência Social (SUAS), que absorveram recursos crescentes por intermédio de fundos estaduais e municipais e adotaram um modelo de gestão compartilhada das políticas públicas, por meio de comissões tripartites e controle social.

O diálogo federativo produziu ganhos efetivos para os entes federados. Em oito anos, os fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM) cresceram nominalmente mais de 120%. As transferências voluntárias mais que dobraram seu valor.

Segundo dados do Ipea, um dos principais fatores responsáveis pela expansão das transferências intergovernamentais foram os repasses vinculados a programas sociais, sobretudo de saúde e educação, que cresceram 118,8% em sete anos.

Para melhor orientar as prefeituras, destaca-se a realização do I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, realizado em 2009, que teve como finalidade auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato, e lançar o Portal Federativo (www.portalfederativo.gov.br), que passou a difundir orientações e informações de interesse de estados e municípios.



3. Comunicação com a sociedade

Por mais expressivos que sejam os progressos alcançados nas mais diversas áreas por qualquer governo, nem sempre as conquistas são percebidas pela maioria da sociedade. Para superar essa dificuldade, foi necessário investir em uma política progressiva de democratização, diversificação, transparência e profissionalismo nas relações com a imprensa, tanto do ponto de vista da comunicação editorial, quanto da publicidade.

A comunicação social do governo passou a considerar as peculiaridades dos diversos segmentos da mídia, como a imprensa das capitais, a das cidades do interior do país, a popular, as rádios e televisões locais, a Internet e a imprensa estrangeira. E deixou de concentrar suas ações exclusivamente na relação com os jornais de maior circulação do eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, as revistas de circulação nacional,

as principais redes de televisão e as rádios de maior alcance. Levando-se em conta o fato destes veículos não alcançarem amplamente os variados perfis do público, a diversidade regional brasileira e a proporcionalidade da audiência e dos leitores, que tem o direito universal de serem informados integralmente sobre as ações, programas e políticas públicas que afetam suas vidas e de suas comunidades e localidades.

A partir de 2007, com a unificação das estruturas de relacionamento com a mídia na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), com status ministerial e assento na Coordenação de Governo, foi instituído o princípio da comunicação integrada, estabelecendo uma articulação mais efetiva entre as ações de relacionamento com a imprensa e as ações de publicidade institucional.



As relações permanentes, fluídas e profissionais com a imprensa passaram a ser o eixo central da comunicação de governo



As relações permanentes, fluidas e profissionais com a imprensa passaram a ser o eixo central da comunicação do governo, tendo a publicidade, orientada por critérios técnicos e transparentes, como complemento e reforço das mensagens disseminadas.

A mesma decisão estrutural aplicada para a abertura e a manutenção do diálogo nacional com as representações civis foi aplicada na estratégia de comunicação. A Presidência da República passou a ter papel preponderante na condução do diálogo com a sociedade, promovendo o ambiente social e político para a construção do Brasil mais justo e desenvolvido. A disponibilidade do Presidente da República para os contatos diretos com jornalistas brasileiros e do exterior foi determinante para o sucesso dessa estratégia. Entre 2003 e 2010, foram respondidas cerca de 10 mil perguntas nas mais de 950 entrevistas concedidas à imprensa, correspondendo à média de uma entrevista a cada três dias de mandato.

Essa interlocução foi intensificada no segundo mandato, quando foram realizadas quase 80% dessas entrevistas, elevando a média para uma a cada dois dias. Tal rotina de prestação de contas do governo não tem precedentes na história do país. Essas entrevistas foram veiculadas em cerca de 400 publicações e emissoras de rádio e TV de 65 países e mais de 120 cidades de todos os estados brasileiros. Da mesma maneira que atendeu os veículos mais influentes do mundo e com maior cobertura nacional, o Presidente recebeu a imprensa de jornais regionais, populares e do interior, conversou com comunicadores de rádios comerciais e comunitárias de diversas cidades do país, televisões regionais, publicações e emissoras segmentadas, portais da internet e blogueiros.

Incluindo-se as edições do programa de rádio “Café com o Presidente”, reproduzido por cerca de 1.300 emissoras, e da coluna “O Presidente Responde”, publicada em cerca de 150 jornais cujas tiragens ultrapassavam dois milhões de exemplares em 2010, mais os depoimentos para livros e documentários, a contagem passa de 1.300 entrevistas. Essa presença constante em todas as imprensa colaborou decisivamente para que os resultados econômicos e sociais das ações, programas e políticas do governo tivessem ampla repercussão, alcançassem os cidadãos e cidadãs de todos os segmentos e fossem reconhecidas pelos mais respeitáveis meios de comunicação do mundo, além de consagradas pelos extraordinários índices de aprovação governamental e do modo de governar do Presidente, aferidos pelas mais diversas pesquisas de opinião.

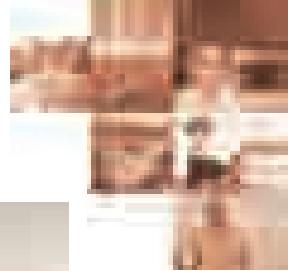
Na base dessa interlocução com a imprensa houve uma mudança emblemática. A partir de 2006, as

entrevistas coletivas informais - conhecidas como “quebra-queixo” – tornaram-se mais freqüentes (seis vezes por mês), alcançando cerca de 40% do total de entrevistas concedidas ao longo dos dois mandatos. Os “quebra-queixos” foram instituídos para que o Presidente falasse com a imprensa logo após eventos, sempre que julgasse necessário ou conveniente se posicionar sobre os assuntos de interesse da imprensa ou pautar o noticiário com um determinado ponto de vista, fazendo uma constante disputa política, essencial numa sociedade democrática e pluralista.

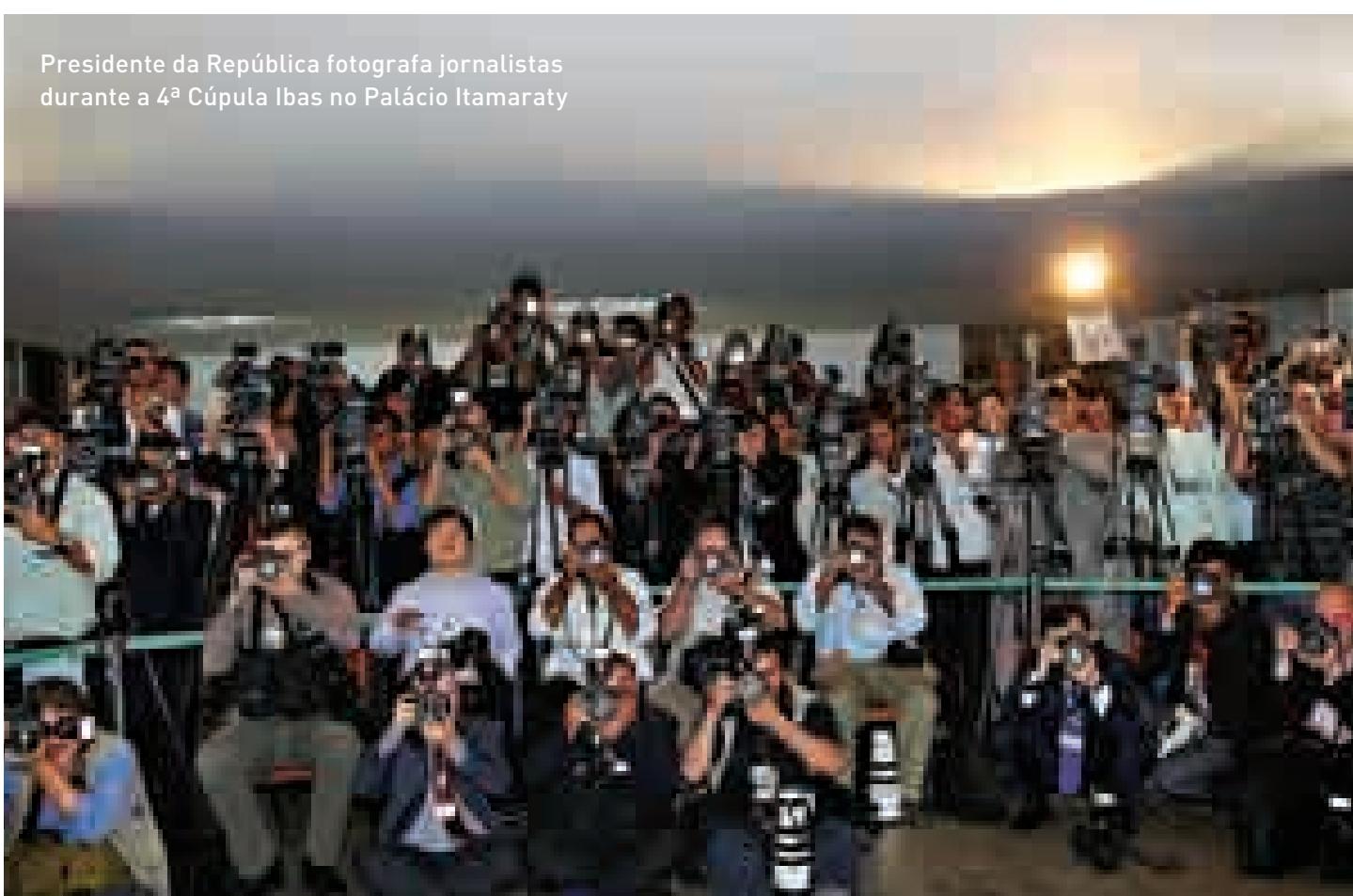
Sem abdicar do relacionamento com a grande imprensa nacional, o governo expandiu suas relações para outros segmentos da mídia que, por suas características e interesses distintos, estavam mais permeáveis a reconhecer as transformações que ocorriam no país. O relacionamento com as imprensa regional e internacional foi ampliado de modo muito expressivo a partir de 2007. Das cerca de 350 entrevistas exclusivas concedidas pelo Presidente ao longo dos dois mandatos, 75% foram para veículos regionais ou internacionais, distribuídas em proporção equivalente. Sendo quase 90% delas realizadas no segundo mandato.

Para atender os jornais de capitais e grandes cidades do interior do país, o Presidente da República passou a conceder entrevistas por escrito no contexto de suas viagens nacionais. Outra iniciativa no mesmo sentido foi a instituição das entrevistas coletivas preparatórias dos eventos nos estados voltadas principalmente para a imprensa local. Concedidas por porta-vozes federais dos órgãos responsáveis pelos programas ou obras a serem anunciados, visitados ou inaugurados, destinavam-se a informar e esclarecer os assuntos focalizados na visita, na véspera da chegada do Presidente. Nestes eventos, mais de 800 veículos de comunicação participaram de cerca de 160 entrevistas com 400 fontes governamentais. A partir de 2009, foram adicionadas a essa estratégia as entrevistas para comunicadores de rádio locais.

Ainda no âmbito das ações regionais, deve ser destacado o programa de rádio “Bom Dia Ministro”, criado em 2005 e consolidado com atividade semanal em 2007. Produzida pela Secretaria de Imprensa da Presidência em conjunto com a EBC Serviços, a entrevista coletiva concedida por ministros a comunicadores ou âncoras de programa de rádio de todas as regiões do país é transmitida ao vivo, em sinal aberto, no mesmo canal de satélite usado pela Voz do Brasil. Em 2010, haviam sido realizadas mais de 270 edições do programa, com a participação de quase 300 emissoras de todos os estados do país, que entrevistaram mais de 50 ministros sobre os programas e políti-



Presidente da República fotografa jornalistas durante a 4ª Cúpula Ibas no Palácio Itamaraty



cas públicas do governo federal e assuntos diversos conforme o foco do noticiário em cada momento. Em 2009, foi criada uma variante para entrevistas men-sais de outros integrantes da alta administração pú-blica federal, chamada “Brasil em Pauta”.

Por outro lado, a imprensa internacional passou a receber tratamento direto e especializado da comu-nicação do governo, com apoio específico aos corres-pondentes estrangeiros, rodadas de conversações com ministros e autoridades e realização de dezenas de entrevistas exclusivas do Presidente com jornais, revistas e televisões do exterior, especialmente as re-alizadas no contexto de viagens internacionais. Mais de 150 veículos estrangeiros foram atendidos com entrevistas exclusivas e outras 230 coletivas foram realizadas em território de cerca de 60 países, com a participação da imprensa nacional e internacional.

Essa ação específica voltada para a imprensa estrangeira foi decisiva em diversos momentos do governo tanto na formação da opinião pública nacio-nal, quanto da internacional. O momento mais em-blemático dessa estratégia ocorreu na atuação con-junta do governo com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) para defender a candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O engajamento

do Presidente da República contribuiu para que can-didatura do Rio fosse vitoriosa, com destaque para duas áreas: o contato direto com membros votantes do Comitê Olímpico Internacional (COI) nos meses que antecederam a decisão, por ocasião das via-gens presidenciais pelo mundo e em Copenhague, e o programa de contatos com a mídia internacio-nal. Essa agenda envolveu cerca de 50 jornais, TVs, revistas, agências e sites especializados, atingindo um público amplo de leitores e telespectadores no mundo, mas também alcançou um objetivo estraté-gico: levar a mensagem da candidatura do Rio e o firme compromisso do Brasil com o projeto à dire-ção e aos membros votantes do COI.

A cobertura representou a consolidação e a difu-são em escala global de uma percepção sobre o sur-gimento do país como ator de primeira linha no cená-rio internacional, que vinha crescendo ao longo dos últimos anos e, particularmente, dos últimos meses. Um levantamento das primeiras páginas dos princi-pais jornais do mundo mostra o impacto da decisão do COI para a imagem do Brasil. De cerca de 250 jornais pesquisados em 60 países, mais de 230 destacaram a notícia em suas primeiras páginas, com mais de 1.500 artigos publicados na imprensa internacional, apenas nas 24 horas seguintes à indicação.



Em 2010, foi lançado o novo portal brasil.gov.br

Alem dessas ações, foram realizados cerca de 30 encontros de ministros e outras fontes qualificadas do governo com correspondentes estrangeiros sediados no Rio de Janeiro e São Paulo. Também foi iniciado um programa de visitas dos correspondentes estrangeiros baseados no Brasil a projetos desenvolvidos pelo governo brasileiro do interesse da opinião pública internacional para conhecer usinas de biodiesel, plataformas de petróleo, obras do Projeto São Francisco, entre outras.

Com a criação da área de relações públicas internacionais da Secom, em 2009, esse programa passou a ser realizado, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), também para jornalistas e formadores de opinião estrangeiros. Essas viagens, em grupo ou individuais, possibilitaram aos convidados uma visão mais abrangente e realista do Brasil. Esse relacionamento com a mídia estrangeira, para promoção do Brasil no exterior, passou a ser feito de forma planejada e profissionalizada, com a contratação de empresa especializada para dar suporte às ações. As atividades foram centradas na ampliação do nível de informação sobre o Brasil para combater desinfor-

mações, preconceitos e distorções, otimizar o fato de o País ter-se tornado ator ativo e relevante na cena mundial e aproveitar o prestígio internacional que o Presidente da República usufrui no exterior.

Dentre as ações realizadas, destaca-se o trabalho de divulgação da participação brasileira na COP 15 (Conferência das Partes sobre a Convenção da Mudança do Clima), ocorrida em Copenhague, Dinamarca. Com esse apoio e organização, foram realizadas 55 entrevistas com veículos internacionais de primeira linha, 8 entrevistas coletivas e distribuídos 19 comunicados de imprensa. O “hot site”, elaborado especialmente para o evento, recebeu 42 mil visitantes. No total, 750 matérias foram publicas na mídia estrangeira. Esse trabalho recebeu duas premiações internacionais, da Associação Internacional de Relações Públicas (Golden World Award for Excellence in PR) e da Stevie International Business, como campanha de comunicação do ano.

As veiculações publicitárias de todos os órgãos federais e das empresas estatais também passaram por reforma, resultando em maior transparência dos investimentos realizados. Práticas anteriores, como o pa-



gamento de preços diferenciados para a veiculação de publicidade governamental, foram extintas por meio da centralização das negociações com os principais grupos de mídia do País. O procedimento gerou uma substancial redução nos valores pagos, graças ao aumento do desconto por bonificação dado nas decisões em bloco de todos os anunciantes do Governo Federal. Além disso, foi colocada em prática – desde o início do governo e mais enfaticamente a partir de 2007 – uma forte política de regionalização das mensagens e dos investimentos de publicidade dos órgãos do governo federal. Essa ação foi desenvolvida a partir da constatação de que os chamados grandes veículos nacionais não alcançam a imensa maioria da população brasileira, que prefere se informar por meio da imprensa regional e local, que estão mais próximas do seu cotidiano.

Da mesma forma, o crescimento econômico das capitais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e das cidades médias brasileiras deu condições para o estabelecimento de diversos veículos de imprensa, que juntos respondem por uma tiragem/circulação superior aos cinco tradicionais jornais do País. A ascensão social de um grande contingente populacional para a classe C fez crescer a tiragem dos jornais populares. E milhares de emissoras de rádio existentes em todo o território nacional também não poderiam ser desprezadas nos planejamentos de mídia que têm como objetivo atingir toda a população brasileira.

Para alcançar esse propósito, foi estabelecido como meta levar a comunicação de governo a todos os veículos dos meios TV, rádio, revista e jornal nos municípios com população acima de 20 mil habitantes. Em oito anos, o número de veículos contemplados com publicidade do Governo Federal foi ampliado de 499 para mais de 8 mil, descentralizando e diversificando o alcance das campanhas institucionais e de utilidade pública, para atingir o maior número de brasileiros ao menor custo possível.

Esse resultado foi alcançado a partir do desenvolvimento do Cadastro Nacional de Veículos com informações sobre audiência e circulação adotando critérios técnicos para negociação de custos a serem praticados. Pelo critério de mídia técnica, o percentual do investimento publicitário em cada veículo corresponde à sua audiência ou circulação. Por ser claro, objetivo e transparente, tem o mérito de evitar privilégios e distorções. Adotado inicialmente pela Secom a partir 2007, logo se estendeu aos órgãos e entidades do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom).

Outro princípio que norteou a política de comunicação social do governo foi o de que as informações

públicas devem estar ao alcance do público. Para que o princípio da transparência não se reduzisse a uma declaração de intenções, foram criadas condições técnicas e ferramentas para simplificar e tornar mais ágil o acesso às informações destinadas à imprensa e à sociedade. No Brasil, o número de pessoas conectadas à rede da internet cresceu de maneira considerável nos últimos anos. Por isso, a internet passou a ser um canal privilegiado para ações de comunicação governamental. Em 2003, foi criado o site da Secretaria de Imprensa (www.info.planalto.gov.br, depois www.imprensa.planalto.gov.br) para agrregar e divulgar as informações produzidas (agendas, discursos, notas à imprensa, programas de viagem, avisos de credenciamento e outras informações relevantes destinadas à imprensa), ampliando o alcance da cobertura das atividades da Presidência da República, antes restrita aos veículos de comunicação com estrutura para manter equipes exclusivas instaladas no Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto.

Em 2010, o site alcançou a marca de 5 milhões de acessos (média de 111 mil acessos por mês no ano), com cerca de 32 milhões de páginas visitadas. Nele, o internauta tem acesso a um banco de dados com mais de 2.300 discursos e 970 entrevistas do Presidente da República, cerca de 170 discursos e entrevistas do Presidente em exercício, cerca de 260 briefings do Porta-voz oficial, cerca de 80 discursos e entrevistas de outros integrantes do governo e 34 mil fotografias, que tiveram mais de 3,4 milhões de cópias baixadas gratuitamente pelos mais diversos meios de comunicação, dos principais jornais e revistas do Brasil e do mundo, aos portais da Internet, pequenos e médios jornais, sites e mais modestos blogs de milhares de internautas espalhados pelo país.

Essa ação foi reforçada a partir de 2009, quando foi criado o “Blog do Planalto” para fazer a cobertura multimídia dos atos e fatos relacionados à Presidência da República, esclarecer informações ou interpretações equivocadas publicadas na imprensa e estabelecer relacionamento com as redes sociais da Internet. Também foram desenvolvidas ações de relacionamento por meio das redes sociais do Twitter, Flickr e YouTube, que contam, em conjunto, com uma comunidade de mais de 20 mil seguidores. Em 2010, foi lançado um novo portal do Estado brasileiro (www.brasil.gov.br), com objetivo de facilitar o acesso aos serviços públicos, informar e oferecer conhecimento diversificado sobre o País, além de promover o Brasil no exterior, com conteúdos em inglês e espanhol.

A partir de 2007, a Secom passou a articular as assessorias de comunicação dos órgãos integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Execu-



tivo Federal (Sicom), cerca de 265, entre ministérios, autarquias, fundações e estatais. Com essa iniciativa, o governo passou a ter maior integração nas ações de comunicação, especialmente em situações de risco, em temas estratégicos e/ou transversais e no lançamento de novos planos e ações governamentais. Foram coordenados 50 Grupos de Trabalho Interministeriais (GTIs), sendo 21 de oportunidades, para planejamento da divulgação de ações que envolviam vários ministérios, e 29 para gestão de crise.

Além disso, foram realizados mais de 100 diferentes cursos de capacitação dos gestores para aperfeiçoar práticas de comunicação nos órgãos do Poder Executivo Federal e qualificar estruturas e processos em seu ambiente de trabalho. Com a participação de mais de 7.100 pessoas. Foram organizadas mais de 30 palestras sobre diferentes temas em parceria ou a convite de órgãos do Governo Federal, assistidas por cerca de 2.500 pessoas.

Destaca-se ainda a criação do boletim diário *Em Questão*, que distribui conteúdo jornalístico por meio eletrônico e impresso, buscando contextualizar, explicar e orientar os cidadãos em relação às políticas públicas do Poder Executivo Federal. Enviado para um cadastro com mais de 300 mil endereços eletrônicos, havia publicado mais de 1.100 edições até 2010. Outra fonte de informações importante é o “*Caderno Destaques*”, com quase 20 edições desde 2008. Produzido a partir da sistematização e organização de dados pelo Gabinete-Adjunto de Informação em Apoio à Decisão do Presidente da República, disponibilizou mais de 670 mil informações sobre mais de 560 políticas públicas sob responsabilidade do Poder Executivo Federal.

A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, foi outro marco na consolidação de um sistema mais democrático, diversificado, transparente e profissional de comunicação. A TV Brasil, que assumiu os canais de televisão e as emissoras de rádio administrados pela extinta Radiobras e Acerp, nasceu dentro da lógica de um sistema público de comunicação, seguindo as orientações do Fórum sobre Televisão Pública realizado em Brasília em maio de 2007, sob a coordenação do Ministério da Cultura. E também para cumprir a previsão de complementaridade entre os sistemas de radiodifusão privado, estatal e público, expressa no artigo 223 da Constituição Federal.

Em conformidade com a política pública que estimula a participação da sociedade na gestão da comunicação pública foi criado Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), composto por

4 representantes do Governo, 15 representantes da pluralidade da sociedade civil, 2 representantes do Parlamento (um de cada casa) e um representante dos empregados da EBC.

O Conselho realiza audiências públicas anuais para ouvir as demandas da sociedade em relação aos canais públicos.

Outro instrumento de participação é a Ouvidoria da EBC, que se subdivide em ouvidorias-adjuntas de rádio, televisão e web. Por meio delas, os usuários do Sistema Público de Comunicação encaminham suas críticas, reclamações, elogios, propostas de programação etc. As manifestações são encaminhadas às diversas áreas da EBC para as devidas manifestações. Por fim, a interatividade, uma das características do Sistema Brasileiro de TV Digital será um instrumento poderoso de participação de telespectadores, na medida em que a migração do sistema analógico para o digital se consolide. Hoje, um dos quadros produzidos com este recurso é o “*Outro Olhar*”, uma reportagem diária produzida pelo cidadão para o telejornal *Repórter Brasil*.

Com a instituição do Sistema Público de Comunicação, que tem regulamentação própria e distinta do sistema estatal, foi necessário desenvolver uma relação profissional e transparente na contratação dos serviços da EBC para desenvolver reportagens, produzir conteúdos jornalísticos institucionais e distribuir por meios multimídia a cobertura de atos e fatos promovidos pelo Governo Federal. Assinado em 2010, o contrato prevê entre outros serviços a manutenção do canal de TV NBR, a produção dos programas de rádio *Voz do Brasil*, *Café com o Presidente*, *Bom Dia Ministro* e *Brasil em Pauta*, além do acompanhamento diário das atividades promovidas pela Presidência da República.

É importante destacar também a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em dezembro de 2009, com participação de diversos segmentos da sociedade civil e empresarial. A partir da sistematização dos resultados da Confecom, foi criado um grupo interministerial para retomar as discussões sobre o marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e radiodifusão. Essa discussão entrou na agenda da sociedade a partir da realização do Seminário Internacional das Comunicações Eletrônicas e Convergência de Mídias, em novembro de 2010, com a participação de uma dezena de especialistas de diversos países, que teve como objetivo fornecer subsídios para legisladores, reguladores, formuladores de políticas públicas e segmentos empresariais e da sociedade civil interessados no tema.



GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO



1. Gestão pública

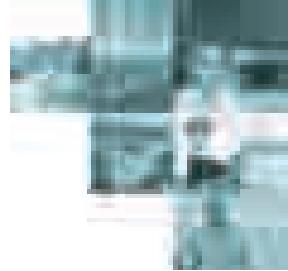
Ao longo do período 2003-2010, o Governo Federal colheu importantes resultados dos esforços empreendidos no resgate da capacidade de planejamento e gestão do Estado e de seus instrumentos de atuação. Foram estabelecidas e cumpridas metas de modernização da gestão pública e aprimorada a qualidade dos gastos. Conquistou-se maior eficiência na execução das políticas e programas públicos. Ao mesmo tempo, foram aperfeiçoados os mecanismos de controle, com maior transparência dos atos governamentais. Estabeleceu-se assim um novo modelo de gestão, participativa e estratégica.

A modernização do Estado foi conduzida por meio da retomada do planejamento estratégico, de inovações administrativas, da valorização do servidor e da otimização do uso dos recursos.

Aliada à prestação de serviços de qualidade ao cidadão, a eficiência do gasto público foi uma das prioridades do Governo, alcançando-se melhoria no atendimento mediante a simplificação de processos, eliminação de exigências e controles desnecessários, bem como a facilitação do acesso aos serviços públicos.



A modernização do Estado pautou-se pela retomada do planejamento estratégico, das inovações administrativas, da valorização do servidor e do aprimoramento da qualidade dos gastos públicos



As ações de planejamento do governo foram orientadas para a ampliação da capacidade de gestão, que resultou na dinamização das políticas públicas implementadas.

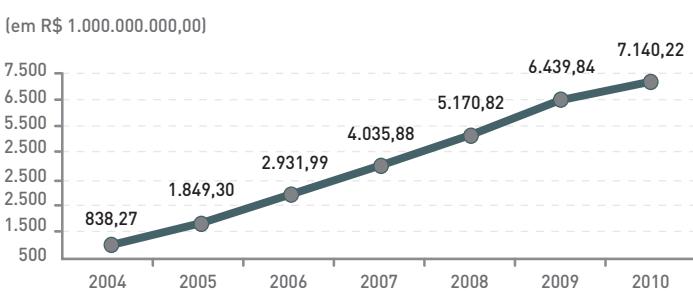
Um conjunto amplo de ações, de natureza estruturante e sistêmica, resultou do redesenho do perfil da Administração Pública Federal. As políticas de gestão pública centradas no fortalecimento das instituições e das capacidades de execução das políticas viabilizaram a progressiva consolidação do projeto nacional de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Transparência na administração e controle social

Visando aumentar a transparência administrativa, o Governo criou, em 2004, o Portal da Transparência, ferramenta para promoção do controle social e combate à corrupção. O portal permitiu a todos os cidadãos brasileiros a consulta de dados referentes à execução financeira do governo, como transferências de recursos para estados, Distrito Federal e municípios, pessoas físicas ou jurídicas, e ao cadastro de convênios e gastos diretos do próprio governo.

Também tornou possível fazer consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas; a todos os convênios celebrados com a União; às receitas do governo e aos nomes e cargos/funções dos servidores públicos em exercício no âmbito federal, além de fornecer dados para os portais da transparência de estados e municípios.

Portal da Transparência Evolução do montante de recursos da execução financeira do Governo Federal registrados



Fonte: CGU

Ao final de 2010, o sítio registrou uma média de 230 mil visitas mensais e expôs recursos da ordem de R\$ 7 trilhões, com informações atualizadas diariamente. No mesmo ano, as Páginas de Transparência forneceram dados sobre a execução financeira de 441 órgãos, sendo 230 pertencentes à Administração Direta, 129 autarquias, 33 fundações, 18 empresas públicas e 31 sociedades de economia mista.

Como aperfeiçoamento do marco legal e normativo do setor, o Projeto de Lei 5.228/2009 estabeleceu a obrigatoriedade, por parte dos órgãos e entidades de todos os entes e esferas governamentais, de promover a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas.



Transações da ordem de R\$ 7 trilhões foram acompanhadas por meio do Portal da Transparência



O controle social das despesas da União ganharam reforço com o Portal dos Convênios



O Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (Siconv), também chamado Portal dos Convênios, de 2008, representou outro passo em direção à transparência e ao controle social das despesas orçamentárias da União. O Siconv desenvolveu uma sistemática de transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse: disponibilizou, para todos os usuários do portal, em plataforma web, todo o fluxo de operações das transferências voluntárias da União a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. O sistema viabilizou ainda a economia de recursos para os entes conveniados, uma vez que praticamente todas as etapas de execução e prestação de contas da utilização dos recursos passaram a ser feitas no próprio Siconv.

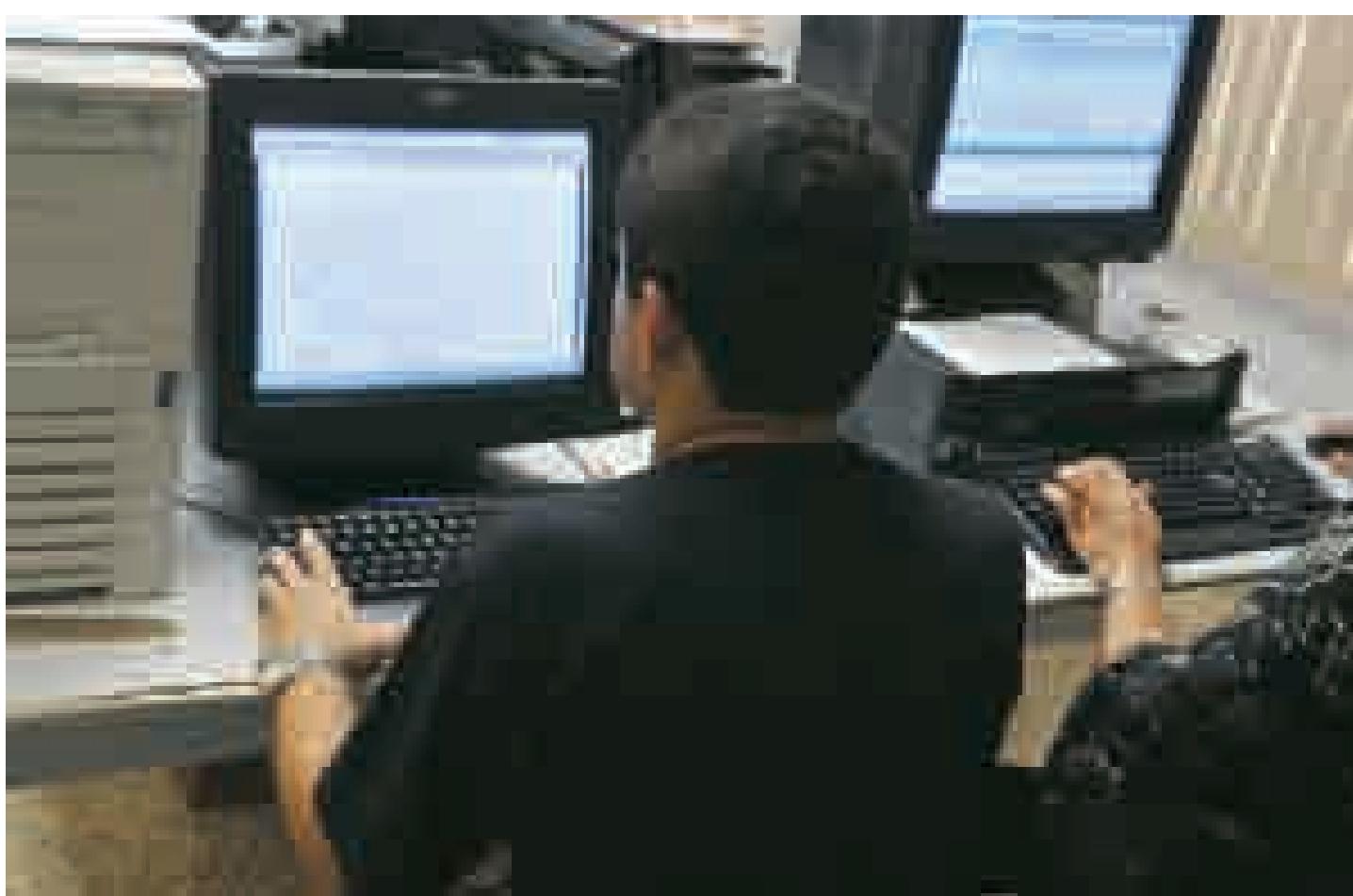
O pregão eletrônico constituiu-se em mais um importante instrumento para a transparência e o controle de processo licitatório. Somente em 2009, houve economia de mais de R\$ 5,5 bilhões (21%), com o uso dessa modalidade, valor estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados nas respectivas contratações. A evolução dos gastos para compra de bens e contratação de serviços,

por meio do pregão eletrônico licitatório, revelou um crescimento real acumulado de 388%, saltando de R\$ 4,2 bilhões, em 2005, para R\$ 20,5 bilhões, em 2009.

Informatização de serviços

Utilizar a tecnologia da informação (TI) como elemento estratégico, tanto para ampliação das ações de inclusão digital e aproximação entre governo e cidadão, quanto para a modernização da gestão do Estado, a melhoria da qualidade do gasto público e o controle social democrático, foram diretrizes permanentes do Governo nos últimos oito anos.

Criar um viés eletrônico de governo significou também encontrar um meio de reduzir a burocracia entre os órgãos públicos. Investimentos em TI na Previdência Social, por exemplo, cujo parque tecnológico da Dataprev passou por mudanças significativas ao longo dos últimos oito anos, tornou realidade a concessão de benefícios em apenas 30 minutos. Num futuro próximo, atrelado ao Planejamento Estratégico 2009-2015, estima-se que os benefícios poderão ser concedidos ao segurado sem que ele sequer saia



Segurança, efetividade e economicidade permearam a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação para 2010/2011



de casa, utilizando a certificação digital, entre outras tecnologias. Já o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento unificou os 32 protocolos dispersos pelo Brasil e implantou o Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentação (SIGID). Graças a ele, tornou-se possível acompanhar o trâmite de documentos via Internet, com total transparência.

Os avanços na gestão dos recursos de tecnologia da informação na Administração Pública Federal foram bastante significativos no período 2003-2010. Foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para 2010/2011, com o objetivo de estabelecer as bases para a revisão da política de governança da TI do Governo, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação, observada, ainda, a necessária elaboração pelos órgãos da Administração Pública Federal de Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) e o planejamento e a gestão dos contratos de bens de TI.

No contexto do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) e do Comitê Estratégico de Governo Eletrônico, os padrões de interoperabilidade da Arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) foram revistos e enriquecidos, gerando uma nova versão do documento de referência.

As principais mudanças na Arquitetura relacionam-se à definição preliminar de um modelo de maturidade que permitirá aos órgãos da Administração Pública Federal avaliar a situação de aderência dos serviços de Governo Eletrônico sob sua gestão, à definição de uma plataforma interoperável para melhoria do atendimento ao cidadão. A plataforma deve ter consonância com a política estabelecida pelo Governo, em 2009, para a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão (Decreto 6.932/2009), bem como à abertura de tópicos relacionados a dispositivos móveis e TV Digital.

Produção e disseminação de informações

Com a política de produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, procurou-se atender às demandas da sociedade e do planejamento de políticas públicas, com a ampliação do escopo temático investigado, a disponibilização da informação em suportes mais flexíveis e adoção de práticas mais ativas na coleta e disseminação de seus produtos. Nesse âmbito, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi reestruturado em 2003, para participar da elabora-

ção dos projetos prioritários do governo. Suas competências de pesquisa, estudo e formulação de políticas foram aplicadas na revitalização do planejamento de médio e longo prazos, com diretrizes concretas para o desenvolvimento econômico e social do País.

No que se refere ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre as pesquisas realizadas e divulgadas pelo órgão no período 2003-2010 destacam-se: o Censo Demográfico 2010, totalmente informatizado, o Censo Agropecuário 2006, a Pesquisa Espacial de Tabagismo (PETab 2008), Conta Satélite de Saúde, Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), e o Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal, entre outros.

Merecem realce também o lançamento em DVD do Mapa da Pobreza e a edição do Sistema de Georreferenciamento de Indicadores Territoriais da População com Baixo Rendimento por Setores Censitários. Ambos os projetos se tornaram importantes instrumentos para subsidiar a detecção das áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica e assegurar, assim, a eficácia das políticas de promoção e proteção social.

Valorização dos servidores

A valorização dos servidores públicos constituiu-se em eixo central da gestão de recursos humanos no âmbito do Governo Federal. Três vias foram utilizadas para atingir os objetivos: a democratização das relações de trabalho, a profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal e a política de atenção à saúde do Servidor Público Federal. Foram implantadas novas estruturas remuneratórias, regulamentados critérios de desenvolvimento do servidor nas carreiras e criados instrumentos de controle da qualidade dos serviços prestados, como avaliação de desempenho resultante de sistemas de metas pré-estabelecidos.

Instituiu-se, também, por meio da Lei 11.907/2009, regramento geral para disciplinar o afastamento de servidores para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, no País, de modo a não somente incentivar a maior qualificação do servidor como igualmente regulamentar, de forma transparente e meritocrática, a participação nesses programas.

Em 2008, foram abertos 67.687 cargos efetivos a serem preenchidos mediante concurso público. Deles, 50.623 foram direcionados para a educação devido à prioridade na expansão e abertura de novas instituições, tal como previsto no PDE. Na substituição de empregados terceirizados por servidores públicos, o Governo Federal honrou os compromissos assumi-



dos no Termo de Conciliação Judicial celebrado com o Ministério Público do Trabalho, em 2007. Em 2009, foram realizados concursos para substituir o equivalente a 70,2% do total de 13.040 terceirizados e dos servidores em situação irregular. Superou-se, assim, a meta fixada no Termo de Conciliação, que era de substituir 60% dos terceirizados e irregulares até 31 de dezembro de 2009 e o restante, até 31 de dezembro de 2010. A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) contribuiu de forma expressiva para a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal com a oferta de novos cursos presenciais e à distância – e eventos na Rede Nacional de Escolas do Governo.

Planejamento e gestão de políticas públicas

O enfrentamento à crise financeira internacional de 2008/2009 mostrou a capacidade de atuação do Governo na gestão da política fiscal. Buscou-se minimizar os efeitos adversos da crise e preservar o processo de retomada do desenvolvimento no Brasil, sem comprometer o objetivo da meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para tanto, foram adotadas medidas de desoneração tributária, destacando-se as desonerações sobre produtos industrializados (IPI), sobre transações financeiras (IOF) e rendimento pessoal (IRPF); de aumento dos investimentos e dos gastos do Governo, destacando-se a extensão do benefício de seguro desemprego, a recomposição de perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), e o Programa Minha Casa, Minha Vida. Também foram tomadas medidas para equalização de taxas de juros, destacando-se o empréstimo de R\$ 100 bilhões ao BNDES e a concessão de subvenção econômica a esse Banco para operações de aquisição e produção de bens de capital e incentivo à inovação tecnológica. Tais medidas tiveram um custo de 1,2% do PIB e desempenharam papel fundamental na retomada da atividade econômica observada ao longo de 2009.

As captações de recursos externos para o financiamento de projetos de investimento foram submetidas a avaliações criteriosas e seletivas de adequação às estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento, além de análises das capacidades financeira e de implementação dos futuros mutuários. Em nível federal, observou-se o impacto dessas operações de financiamento, tanto do ponto de vista das restrições impostas pelo limite consolidado para operações de crédito externo da União, quanto do valor agregado a ser gerado por essas operações nos órgãos beneficiários. Em 2009, foram contratadas, com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFI-

Ds), 30 operações de financiamento externo reembolsáveis e não reembolsáveis, equivalentes a US\$ 3,7 bilhões. Desse total, a maior participação nos recursos coube aos Estados (56,7%, em 17 operações), seguida dos municípios (26,7%, em oito operações) e da União (16,6%, em cinco operações). Naquele ano, em consequência da crise econômico-financeira mundial iniciada em 2008, o Governo Federal teve papel relevante na elaboração de propostas voltadas a dotar tais organismos de recursos e instrumentos financeiros que lhes permitissem intervir, de forma efetiva e rápida, na recuperação das economias de seus países-membros.

No tocante ao comércio internacional, dentre outras iniciativas, foi criado um grupo de trabalho para internalizar a análise de risco dos países para os quais o governo fornece financiamento. Nesse sentido, buscou-se tornar mais eficiente o crédito destinado a esses países e, portanto, permitir maior expansão qualitativa, quando necessário, das operações de apoio ao comércio exterior brasileiro.

Houve avanços importantes no processo de resgate e fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, impondo maior transparência por meio da adoção de padrões internacionais de contabilidade. Com esse objetivo, foi desenvolvido em 2010, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a ser utilizado pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios, representando um marco histórico da contabilidade pública brasileira.

A Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão consistiu em um conjunto de iniciativas voltadas à análise estratégica da atuação governamental, sem, contudo, abandonar a visão programática, instrumento de concretização dessa atuação. Dentre as medidas adotadas no período 2003-2010 no âmbito da modernização, destacam-se: elaboração de anteprojeto de lei para o estabelecimento de normas gerais sobre a Administração Pública direta e indireta; implementação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública); realização de fóruns nacionais e internacionais para a modernização da gestão pública; aperfeiçoamento do tratamento da dimensão territorial no ciclo de gestão das políticas públicas; publicação do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual; consolidação do modelo de gestão do PAC; consolidação dos mecanismos referentes ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) e ao Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex).



O PPA 2004-2007 destacou-se dos anteriores por trazer explícita uma estratégia de desenvolvimento para médio e longo prazos, baseada na expansão do consumo de massas e em um modelo lastreado na incorporação progressiva das famílias ao mercado consumidor das empresas. O aumento da demanda por produtos dos setores modernos da economia ampliou a utilização da capacidade já existente e estimulou maiores investimentos. A elevação da produtividade e os impactos positivos dela sobre a renda das famílias e o lucro das empresas tende a aumentar o consumo dos indivíduos, que, por sua vez, demandam mais produtos, caracterizando um ciclo virtuoso capaz de promover o crescimento aliado à distribuição de renda.

Tal estratégia contemplou a inclusão social, a desconcentração da renda, o desenvolvimento ambientalmente sustentável, a redução das disparidades regionais e da vulnerabilidade externa. Programas como o Bolsa Família incorporaram essa estratégia. Além disso, o Plano trouxe três inovações: planejamento participativo; fortalecimento do conceito de revisão periódica do PPA; e o programa como unidade de planejamento, orçamento e gestão.

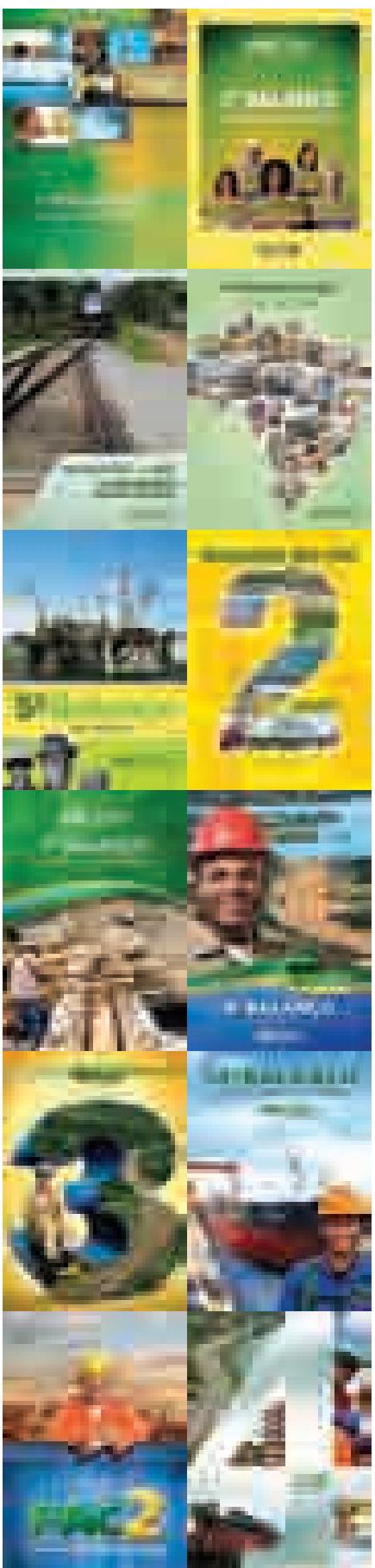
Já a estratégia do PPA 2008-2011 representou uma continuidade do modelo declarado no plano anterior, com a inclusão das agendas prioritárias, que viabilizariam os objetivos declarados. Coerente com os compromissos firmados, o Governo Federal organizou o Plano a partir de três agendas prioritárias: a Agenda Social, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Agenda Social compreendeu um conjunto de iniciativas associadas às transferências de renda condicionadas a ações complementares, à cultura e à segurança pública. O PDE reuniu políticas com o objetivo de elevar a qualidade do ensino no Brasil, enquanto o PAC abarcou investimentos em infraestrutura logística, energética e social, a fim de acelerar o crescimento econômico.

Como legado, o PAC promoveu a retomada do planejamento de infraestrutura no País. Executar um conjunto de elevados investimentos representou um desafio de gestão para o Governo Federal, os estados, os municípios e também o setor privado. Três aspectos inovadores podem ser destacados: o método de monitoramento, a transparência e a responsabilização das ações. O primeiro deles orientou-se pela cultu-



Como parte da estratégia do PPA 2008/2011, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) reuniu políticas com o objetivo de elevar a qualidade do ensino no Brasil. Na foto: alunos do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Charqueadas (RS)



A cada quadrimestre, balanços do PAC garantem a transparências das informações

ra da priorização de empreendimentos estratégicos. Os ministérios responsáveis prestaram contas tanto para o Governo quanto para a sociedade. Do ministro passando pelo secretário executivo e equipes de cada ministério, foi construída uma cadeia de alta responsabilidade. Finalmente, a questão da transparência das informações foi garantida por meio de relatórios comparativos periódicos e pela apresentação pública dos balanços do PAC a cada quadrimestre.

O modelo de gestão do PAC foi outra inovação que envolveu uma série atores e compreendeu desde a instância mais operacional até o plano estratégico. Nas chamadas salas de situação setoriais, foram levantadas informações de monitoramento, incluindo as execuções física e financeira, e apontadas providências para equacionar os entraves identificados.

O diferencial recaiu sobre o envolvimento de todos aqueles que eram importantes para identificar problemas e tomar decisão, seja no âmbito da própria sala ou subindo na hierarquia. O Comitê de Gestão (CGPAC), por sua vez, foi responsável pelo plano estratégico, sendo constituído pelos ministros da Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão. O grupo executivo (GEPAC) consolidou as ações, estabeleceu metas e acompanhou os resultados do PAC.

Procurou-se, ainda, por meio do Sistema de Acompanhamento do PAC (SisPAC), estruturar o grande fluxo de informações gerado pelo modelo, de modo a suprir, em parte, as necessidades de sistema dos atores envolvidos no processo. O sistema operou os módulos de cadastro de empreendimento e de liberação de recursos.

Dentre outras iniciativas de Gestão empreendidas pelo Governo, pode-se citar a Carta de Serviços ao Cidadão; o Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o software Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”; a elaboração de anteprojeto de lei para regulamentar a contratualização de desempenho; e o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão.

A Carta de Serviços ao Cidadão contém compromissos dos órgãos públicos com a qualidade no atendimento aos usuários dos seus serviços. Ela informa o cidadão sobre os tipos de serviços prestados por determinado órgão, as formas de obtenção desses serviços e os padrões de qualidade no atendimento ao público, incluindo prazos.



Gestão do patrimônio da União

Nos últimos oito anos, o Governo Federal buscou a efetividade na gestão patrimonial da União, especialmente na utilização de imóveis de sua propriedade nos programas sociais e de infraestrutura, com destaque para as ações de regularização fundiária e provisão habitacional. Nesse contexto, foi iniciado o desenvolvimento e a implantação de ferramentas de gestão que permitiram o gerenciamento das ações alinhadas aos desafios estratégicos. Em 2003, a apuração no cadastramento de imóveis de uso especial revelou um ativo imobiliário de R\$ 126 bilhões.

O conjunto das ações de inclusão socioterritorial atingiu, até 2009, mais de 550 mil famílias que viviam em áreas da União. A regularização fundiária de interesse social, já definida como prioridade do Governo no âmbito das ações de urbanização do PAC, ganhou força ao ser aliada ao combate ao desmatamento como ação estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Dentre elas, destaca-se a ação de regularização fundiária urbana na cidade de Belém (PA), onde o Governo Federal, em coope-

ração com o governo estadual, promoveu o cadastramento de 27 mil famílias e emitiu seis mil títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, garantindo o direito constitucional à moradia às famílias ocupantes de terras da União.

Na Amazônia Legal, o Programa Terra Legal, em Rondônia, realizou a primeira doação de área urbana da União (465 hectares), ao município de Porto Velho, beneficiando 5 mil famílias. De 2003 até o fim primeiro semestre de 2010, foram realizados cerca de 480 atos de gestão – aforamentos, cessões, doações e declarações de interesse público – relativos a iniciativas de desenvolvimento local voltadas a políticas de habitação. Mais de 95 mil famílias foram beneficiadas potencial ou efetivamente.

Outras 60 mil famílias ribeirinhas agroextrativistas, que vivem nos rios federais situados em 56 municípios da Amazônia, foram cadastradas e cerca de 23 mil já receberam o Termo de Autorização de Uso Sustentável (Taus) nos estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Amapá, Tocantins e Acre. O projeto de regularização fundiária de várzeas federais foi adaptado aos biomas locais, consti-



O programa Terra Legal beneficiou 5 mil famílias em Rondônia. Na foto, o processo de cadastramento da população.



tuindo os programas “Nossa Várzea: Cidadania e sustentabilidade na Amazônia Brasileira”, no Pará, no Amazonas e no Amapá, “Nossa Floresta”, no Acre e “Campos Naturais da Baixa da Maranhense”, no Maranhão.

No Programa Minha Casa, Minha Vida, o Governo também trabalhou para identificar imóveis de propriedade da União, a serem utilizados na construção de habitações, viabilizando a utilização social do patrimônio público. Em apoio à Política de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, foram cedidas áreas da União a municípios, para utilização por cooperativas ou associações de catadores como área para triagem de material reciclável. O patrimônio da União, ainda em 2009, foi utilizado para o apoio à educação, tendo sido doados dez imóveis para apoio ao Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

No âmbito da gestão dos portos brasileiros, o Governo atuou de forma articulada para que os terrenos de marinha, terrenos marginais e espaços físicos em águas públicas fossem regularizados, em consonância com a finalidade a que se destinam os portos organizados, em razão do relevante interesse público e estratégico para a nação. Já em relação aos terminais privados, em 2009, diversos processos de cessão de uso oneroso, sob o regime de arrendamento, de espaço físico em águas públicas tramitaram na Secretaria do Patrimônio da União/MP, dentre os quais se destacam empreendimentos da Petrobras para a construção de gasodutos no município de Aracruz (ES) e no Distrito de Magé (RJ). De igual modo, estão em curso processos de cessão de uso oneroso de espaço físico em águas públicas do mar brasileiro, em nome de empresas privadas, para a construção de terminais portuários de uso privativo.

Fortalecimento da gestão em regulação

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg) foi instituído, em 2007, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório e da coordenação entre as instituições que participam desse processo como agências regulatórias e dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil da qualidade da regulação de mercados. O Pro-Reg também desenvolve ações para o aperfeiçoamento das capacidades de formulação e análise de políticas públicas nos setores regulados; da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e o processo regulatório; da autonomia, transparência e do desempenho das agências; e dos mecanismos para o exercício do controle social e transparência.



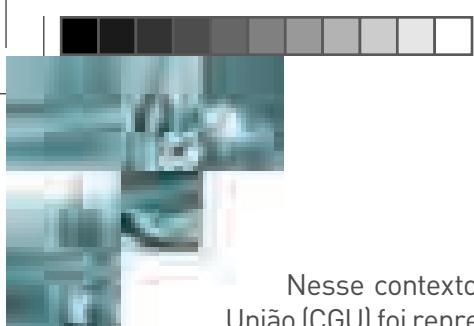
2. Combate à corrupção

Determinado a enfrentar a corrupção de forma sistemática e republicana, o Governo Federal optou por promover uma política integrada de Estado, executada conjuntamente pelos três Poderes. Combater a corrupção em todas as suas dimensões tornou-se prática contínua e permanente. Medidas preventivas, fiscalizadoras e corretivas ganharam espaço na Administração Federal. Paralelamente, tornou-se prioridade o controle dos gastos públicos e da execução de programas, bem como a transparência nas contas da União. Ações importantes no campo da prevenção foram a implantação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção e do Portal da Transparência, que permite a qualquer cidadão acompanhar, via internet, a destinação dos recursos públicos.

A fiscalização do uso da verba federal em municípios e estados, selecionados a partir de sorteios, foi a principal inovação em termos de controle no que se refere aos recursos da União. Além disso, o controle passou a ter orientação preventiva, ampliando a interação com os gestores federais com vistas à conjugação de esforços para melhorar os resultados do trabalho realizado.

Para combater a cultura de impunidade e dar efetividade às sanções administrativas já previstas em lei, foi criado um sistema de corregedorias abrangendo todos os órgãos do Poder Executivo Federal de modo a integrar, normatizar e acompanhar o cumprimento das penalidades.





Nesse contexto, o papel da Controladoria-Geral da União (CGU) foi representativo do novo modelo de atuação do governo em relação ao tema. Pautado por um acompanhamento mais direto e eficiente das atividades de controle interno, correição e prevenção, o órgão ganhou coesão e capacidade de articulação com outras instâncias de enfrentamento à corrupção, como a Polícia Federal, o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União, os Tribunais de Contas, o Judiciário e o Legislativo.

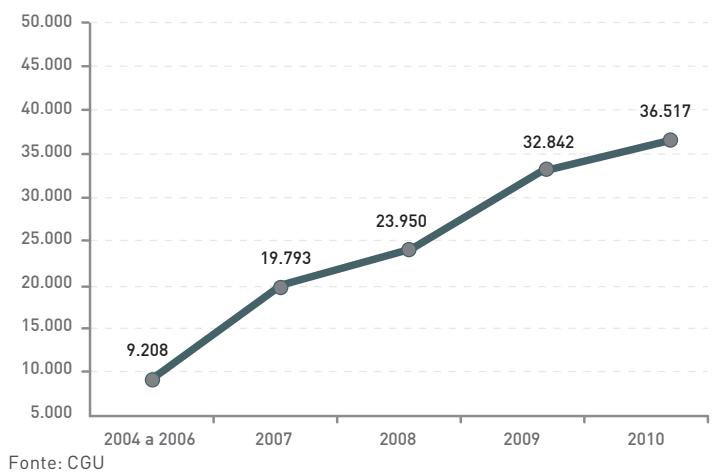
O resultado dessas iniciativas refletiu-se na conscientização do funcionalismo, mas também em ajustes processuais visando a adequada prestação de serviços e a responsabilização funcional na aplicação de advertências e demissões, bem como em apreensões e devolução de dinheiro aos cofres públicos.

Prevenção

Como uma das principais frentes de prevenção, foi instituído, em 2003, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, vinculado à CGU. Ao órgão colegiado e consultivo, coube realizar estudos e estabelecer estratégias para fundamentar propostas legislativas e administrativas, formular diretrizes, sugerir melhorias, hierarquizar projetos e ações e atuar como instância de articulação e mobilização da sociedade civil organizada.

No âmbito da educação para a ética e a cidadania, bem como para fomentar a participação social, a política de combate à corrupção criou o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, contemplando 1.639 municípios com encontros presenciais que mobilizaram e capacitaram mais de 32,8 mil cidadãos até 2009. Propiciou ainda a realização do 1º Seminário Nacional de Controle Social (2009) e de cursos à distância, os quais capacitaram, entre 2007 - 2009, 8,2 mil cidadãos quanto ao uso correto do dinheiro público.

Capacitados pelo Programa Olho Vivo no Dinheiro (2004-2009)



A formação dos gestores estaduais e municipais também foi contemplada por meio do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública. Desde seu lançamento, em 2006, distribuiu 52 mil exemplares de bibliografia técnica sobre a boa e regular aplicação de recursos, deu treinamentos presenciais e à distância para 12,3 mil gestores, de 1,7 mil municípios, e promoveu a estruturação dos controles internos das prefeituras.

O mapeamento preventivo de riscos à corrupção foi consolidado com a criação do Observatório da Despesa Pública (ODP), em 2008. Entre suas funções, estão a análise e o monitoramento dos gastos realizados com recursos do Suprimento de Fundos, a fim de identificar situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal; do sistema Comprasnet, para verificar tipologias de fraudes e produzir estatísticas e relatórios gerenciais sobre as aquisições feitas pela Administração Federal; dos contratos de terceirização; dos beneficiários do Programa Bolsa Família; e da compra de passagens e concessão de diárias. Em dois anos, o ODP monitorou mais de R\$ 92 bilhões de gastos governamentais, referentes a 2,7 milhões de contratos e transações, culminando em 164 mil alertas de risco.

O levantamento de informações estratégicas para o combate à corrupção também passou pela correlação de dados multidisciplinares obtidos de diversas fontes e áreas do Governo. Dessa forma, foi possível proceder a análises patrimoniais periódicas de servidores federais, acompanhadas de investigações preliminares e produção de informes de inteligência. Convém ressaltar que, até 2008, as análises patrimoniais resultavam de denúncias a partir de operações financeiras atípicas ou de representações recebidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Em 2009, porém, iniciou-se o exame sistemático por meio das declarações de bens e rendas. Entre 2006 e setembro de 2010, a CGU concluiu 1.464 casos decorrentes da investigação de 2.515 indivíduos diretamente envolvidos, de outros 4.349 indiretamente implicados e de 2.483 pessoas jurídicas.

O aperfeiçoamento do marco legal constituiu outra iniciativa relevante para a prevenção, com destaque para os seguintes Projetos de Lei: a) 5363/2005, que criminaliza o enriquecimento ilícito; b) 6616/2009, que caracteriza os delitos de corrupção como crimes hediondos; e c) 6826/2010, de responsabilização civil e administrativa de pessoas jurídicas envolvidas em esquemas de corrupção. O reforço positivo da integridade e da adoção de práticas éticas também se estendeu ao setor privado. Em 2010 a CGU criou um sítio na internet e desenvolveu a ação Conversa com Empresas, com atuação nos estados.

No âmbito internacional, a articulação para o



Para fomentar a participação social, criou-se o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que mobilizou e capacitou mais de 36,5 mil cidadãos

enfrentamento à corrupção incluiu o acompanhamento da implantação de acordos e convenções contra a corrupção ratificados pelo Brasil. Igualmente, contemplou a realização de eventos significativos, como o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, o Seminário Brasil-Europa de Prevenção da Corrupção, o Seminário Internacional sobre Intermediação de Interesse, a Regulamentação do Lobby no Brasil e a Conferência Latino-Americana sobre Responsabilidade Corporativa na Promoção da Integridade e no Combate à Corrupção.

Para incentivar a discussão e a pesquisa acadêmica sobre o tema, foram consolidadas iniciativas como a Biblioteca Virtual sobre Corrupção, com 1,1 mil documentos; o Concurso Nacional de Monografias sobre Prevenção e Combate à Corrupção, voltado ao público jovem; e os Debates Acadêmicos, com participação de 13 mil universitários e a celebração de 30 acordos de cooperação com universidades.

Fiscalização

Em termos de fiscalização, o Sistema de Controle

Interno do Poder Executivo Federal concentrou-se em cinco frentes de trabalho. A primeira delas foi o acompanhamento da execução de programas de governo, com a finalidade de corrigir preventivamente as fragilidades detectadas pelo Controle Interno. Para tanto, adotou-se uma metodologia de ação que começou pelo mapeamento das políticas públicas de cada ministério, bem como da hierarquia e prioridade que elas receberam no respectivo planejamento. O resultado dessa primeira etapa deu origem ao Relatório de Situação e aos Planos Estratégico e Operacional, que, por sua vez, subsidiaram as pesquisas de campo. Na sequência, os cruzamentos de dados e as análises feitas culminaram em indicações de providências a serem tomadas pelos órgãos inspecionados. A última fase correspondeu ao monitoramento das medidas corretivas sugeridas. Entre 2003 e julho 2010, foram realizadas 12.685 ações de controle para avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Pluriannual, bem como o andamento dos programas e orçamentos da Administração Pública Federal.

Resultado emblemático da fiscalização e da melhoria dos processos operacionais foi o que ocorreu



no Ministério da Previdência Social, onde se instituiu uma unidade de controle para monitorar as situações apontadas pela Auditoria Interna, pela CGU e pelo Tribunal de Contas da União. Com essa novidade, foram recuperados R\$ 331 milhões relativos a pagamentos indevidos de benefícios, como parcelamentos, consignações em folha e recolhimentos pela Guia da Previdência Social. Igualmente, foram cassados 95 mil benefícios considerados irregulares, gerando uma economia efetiva de R\$ 851 milhões por ano.

Na segunda frente de ação, as auditorias anuais de contas se tornaram importantes instrumentos de avaliação e acompanhamento de gestão. Tinham como alvo o aprimoramento do processo de prestação de contas e a responsabilização dos gestores federais. A mudança de atitude perante o controle se refletiu em alertas sobre eventuais problemas, com sugestões de melhoria ou, ainda, de procedimentos a serem adotados no decorrer da própria auditoria. Entre 2003 e julho de 2010, a CGU realizou 15.633 auditorias, sendo quase 8 mil ordinárias, sobre tomadas e prestações de contas anuais, e o restante de acompanhamento da gestão.

Para acompanhar a execução dos projetos federais nos municípios e nos estados, nasceu o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos (2003), a terceira frente de ação. A partir de sorteios regulares, o programa definiu as localidades que passaram por fiscalizações especiais em relação aos recursos federais ali aplicados. Os sorteios, realizados pela Caixa Econômica Federal com a mesma tecnologia empregada nas loterias, contam com a presença de partidos políticos, entidades da sociedade civil e da imprensa, para atestar a lisura e a imparcialidade do processo.



Articulação da CGU com órgãos como a Polícia Federal resultou em ações mais eficientes contra a corrupção

Em cada uma das unidades inspecionadas, as equipes da CGU não somente se detiveram sobre as ações de controle, como também abriram canais diretos de contato com a população local para que denúncias de malversação do dinheiro público pudessem ser apresentadas. Os relatórios conclusivos foram disponibilizados na internet e encaminhados aos gestores das políticas públicas, de modo a corrigir desvios verificados, incentivar melhorias e subsidiar a avaliação dos programas de governo.

O Programa de Sorteios foi a principal inovação no controle interno do Poder Executivo Federal, tanto pela atividade de fiscalização em si quanto pela mobilização da sociedade em torno do controle social. Ao todo, passaram pela inspeção 1.821 municípios, aos quais haviam sido destinados R\$ 16,2 bilhões em verbas federais. Já nos estados, foram 77 acompanhamentos, envolvendo R\$ 8,2 bilhões. Adicionalmente, dois Sorteios Especiais monitoraram 110 prefeituras beneficiadas com R\$ 624 milhões de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A busca por eficácia, eficiência e efetividade na gestão também contemplou auditorias de recursos externos e de projetos de cooperação internacional, numa quarta frente de ação. O objetivo foi avaliar os contratos e os acordos de operações financeiras firmados com entidades de direito internacional. No caso dos organismos estrangeiros que utilizaram os trabalhos da CGU como auditoria independente, as ações de controle resultaram na emissão periódica de relatórios sobre as conformidades operacional, contábil e legal dos projetos executados. Já naqueles organismos que contavam com seus próprios serviços de auditoria, os trabalhos da Controladoria tiveram por finalidade apenas analisar a gestão do órgão público federal que firmou a parceria internacional.

A partir de 2003, foram efetuados 1.294 acompanhamentos de projetos, com a realização de 2.721 auditorias. Paralelamente, 440 servidores da CGU, das assessorias de controle interno dos ministérios e das auditorias internas de entidades estaduais e tribunais de contas receberam treinamento. Além disso, 29 servidores da CGU receberam capacitação específica para elaborar as demonstrações financeiras do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Na frente investigativa, as ações demandaram procedimentos e instrumentos especiais para levantamento de informações estratégicas e intercâmbio entre todos os organismos de defesa do Estado. Também foram criados processos para apurar denúncias oriundas de outros órgãos ou apresentadas pela sociedade civil.



Para acompanhar a execução dos projetos federais, nasceu o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos (2003), que definiu as localidades a serem fiscalizadas por meio de sorteios

Nos últimos oito anos, 8.188 denúncias, representações e solicitações foram objeto de análise. Delas, 2,4 mil se converteram em ação específica de controle, a fim de apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares. Práticas ilícitas identificadas e comprovadas eram devidamente comunicadas aos responsáveis pela gestão dos recursos e aos órgãos de defesa do Estado.

No período, a articulação entre a CGU, o Departamento de Polícia Federal e o Ministério Público Federal resultou em 90 importantes trabalhos. Entre eles, merece realce a Operação Vampiro, que investigou procedimentos licitatórios, pagamentos e demais etapas da aquisição centralizada de medicamentos, e descartou um prejuízo de R\$ 21 milhões no Ministério da Saúde.

Ações de fiscalização realizadas (2003-2010)

Grupo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	Total
Acompanhamento da execução de programas de governo	4496	287	113	56	1153	2040	2029	2511	12685
Auditória de Avaliação de Gestão	2011	1697	2260	2074	1848	2151	2577	1015	15633
Programa de Sorteios Públicos	14149	13931	7975	5751	4463	3642	5173	3373	58457
Auditória de recursos externos	168	267	369	389	442	278	237	112	2262
Ações Investigativas	1660	886	888	2173	1710	1685	1164	527	10693
Outros	770	324	162	668	1930	714	160	472	5200
Total	23254	17392	11767	11111	11546	10510	11340	8010	104930

* Ações de controle realizadas até julho de 2010. Fonte: CGU.



Medidas corretivas

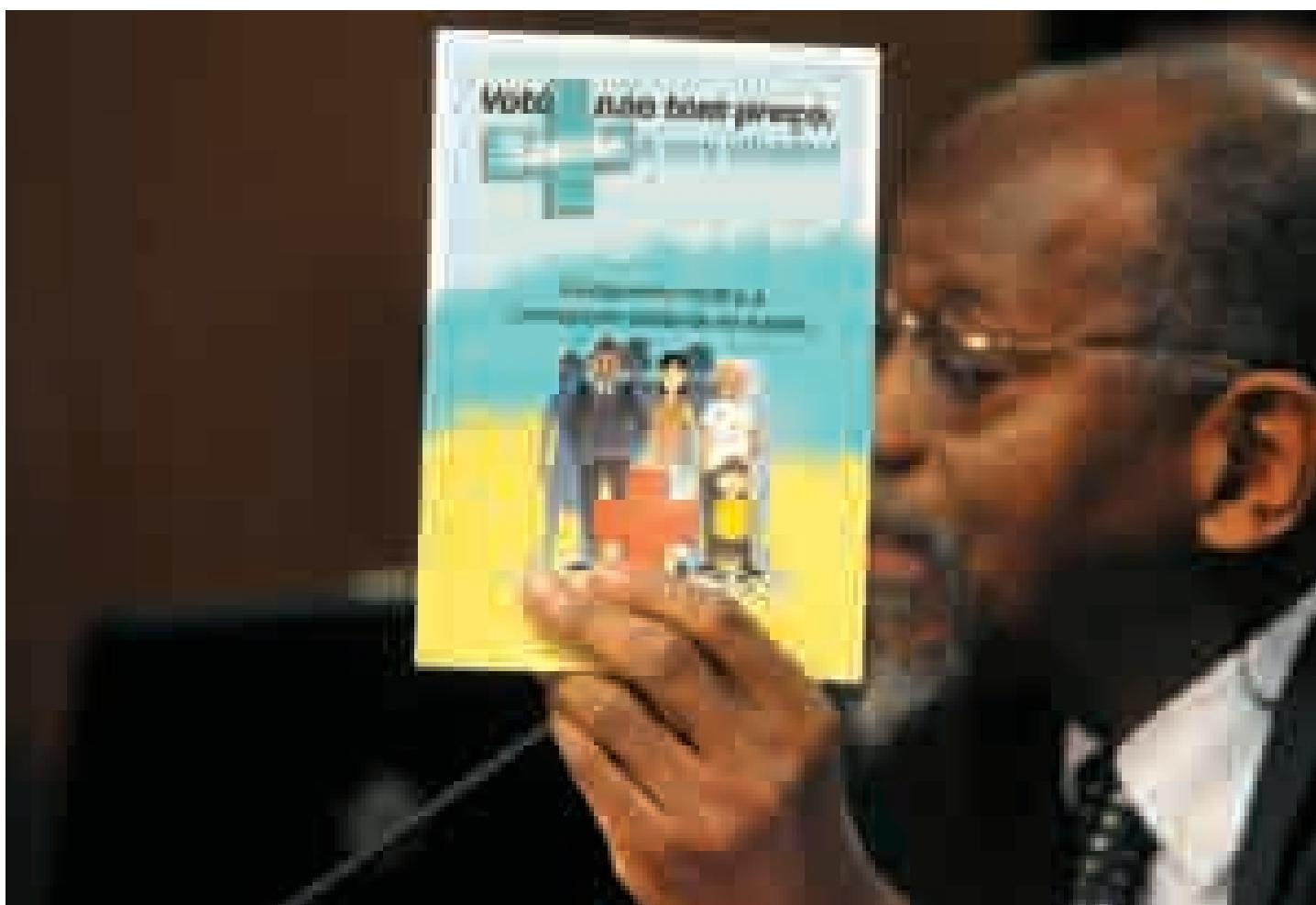
A busca pela responsabilização administrativa dos agentes públicos que praticaram irregularidades traduziu-se numa intensificação da aplicação de penalidades, que se opôs à histórica cultura da impunidade. Em 2005, essa postura foi reforçada pela criação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, formado pela Corregedoria-Geral da União (CRG), pelas unidades setoriais de correição correspondentes a cada ministério e pelas unidades seccionais que compunham as estruturas dos órgãos, das autarquias e das fundações públicas.

No caso das entidades que já não podiam prescindir de um núcleo correcional específico em seu organograma, fosse pela complexidade da atividade exercida ou pela relevância institucional, houve um forte estímulo à criação de unidades seccionais. Nasceram, assim, as corregedorias da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Instituto Nacional da Propriedade In-

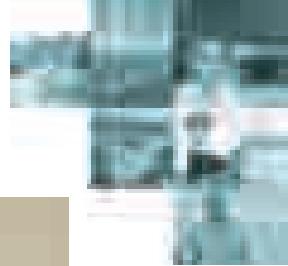
dustrial (INPI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sendo que as duas últimas estavam em fase de implantação em 2010.

Visando integrar e uniformizar entendimentos entre os membros do Sistema, foi instituída a Comissão de Coordenação de Correição, uma instância colegiada e com funções consultivas. Também de grande utilidade foi o desenvolvimento do software de Gestão de Processos Disciplinares, por meio do qual tornaram-se possíveis o armazenamento e a disponibilização de informações sobre procedimentos disciplinares do Executivo Federal de forma rápida e segura. Para promover a melhoria do acompanhamento das ações disciplinares das unidades correcionais dos diversos órgãos e entidades ligados ao Sistema, a CRG realizou a inspeção in loco de 204 unidades entre 2006 e julho de 2010.

A modernização do conjunto normativo também contribuiu para a aplicação das medidas corretivas. Com o Manual de Inspeção Correcional (2009), ganhou-se em efetividade no seguimento das penalidades, bem como do ambiente e do contexto em que



O representante do movimento de combate a corrupção mostra a cartilha “Voto não tem preço, saúde é seu direito!”, durante reunião do conselho Nacional da Saúde



Reunião do Gabinete de Gestão Integrada de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

foram conduzidas. No mesmo ano, a simplificação da apuração de extravios ou pequenos danos à Administração Pública trouxe agilidade para os processos e resarcimentos. Com isso, o foco de atuação voltou-se para as matérias mais relevantes e com sinalização de prejuízos de maior monta.

Nos últimos oito anos, a CRG acompanhou diretamente mais de 7 mil procedimentos disciplinares dentre os mais de 35 mil instaurados por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Também participou de 188 Operações Especiais da Polícia Federal, com apuração sobre envolvimento de 1.587 servidores. Como resultado da promoção direta de medidas disciplinares e da melhoria do acompanhamento das demais ações, as punições expulsivas (demissões, destituições de cargos e funções comissionadas e cassações de aposentadoria ou disponibilidade) aplicadas a servidores do regime estatutário totalizaram 2.649 no período 2003 a julho de 2010. Já no regime celetista, foram arbitradas 4.370 punições expulsivas de 2003 a 2009.

Para aplicação de penas a pessoas jurídicas que cometem irregularidades em licitações e contratos

administrativos, foi implantada a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores. A ela foi atribuída a responsabilidade de instaurar e conduzir processos administrativos contra terceiros. Desde dezembro de 2007, 14 empresas foram declaradas inidôneas pela CGU e submetidas à apreciação do Poder Judiciário, que confirmou a decisão do primeiro órgão. Todos os incrementos relativos às medidas corretivas foram acompanhados de capacitação para os servidores que lidam diariamente com o tema. Ao longo dos últimos oito anos, o Programa de Formação de Membros de Comissões Disciplinares qualificou 7.818 profissionais, nos 26 estados da Federação.

Os esforços empreendidos pelas instituições de defesa do Estado foram gradualmente recompensados. Em 2009, o País chegou à oitava posição no ranking de países com maior transparéncia na administração dos gastos públicos, segundo relatório de instituição internacional. Por esse índice, o Governo Brasileiro ficou à frente de Alemanha, Índia e Rússia no que tange à qualidade e à quantidade de recursos de que a população dispõe para acompanhar os gastos e os planos anuais da Administração Pública Federal.



3. Assessoramento jurídico e defesa da União



A atuação da AGU se destacou pela defesa dos interesses do Estado e pela recuperação judicial de valores desviados dos cofres públicos

A defesa dos direitos dos cidadãos, dos bens da União e da moralidade administrativa foi a base sobre a qual se concretizaram as políticas públicas do Governo Federal entre 2003 e 2010. A atuação jurídica segura veio acompanhada de ganhos de eficiência e novos parâmetros e diretrizes de gestão, visando assegurar, em última instância, os interesses coletivos da sociedade brasileira.

Defesa judicial

Os últimos oito anos de atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) foram marcados pela defesa dos interesses do estado e pela recuperação judicial de valores desviados dos cofres públicos. No período, foram ajuizadas 4.505 ações, com valor total estimado em R\$ 2,33 bilhões, sendo mais de 3 mil delas relativas à execução de julgados do Tribunal de Contas da União (TCU), 549 de improbidade e 847 de natureza ambiental e patrimonial. Quanto à repatriação de ativos desviados ilicitamente, destacou-se a atuação

da AGU nos casos do TRT de São Paulo, da Operação Satiagraha e do Propinoduto.

O ressarcimento de recursos desviados por agentes públicos contou também com os ajuizamentos de ações em massa, no 1º Dia Internacional de Combate à Corrupção. Em 2010, foram interpostas mais de 900 ações de improbidade administrativa, de estorno ao erário e de execuções de acórdãos do TCU. Já nas celebrações do Dia Nacional de Combate aos Acidentes do Trabalho, em 2009 e 2010, foram impetradas cerca de 630 ações contra empresas cujos empregados se acidentaram devido ao descumprimento das normas de saúde e de segurança laboral. Somando-se as ações de 2008, a dimensão financeira da iniciativa superou os R\$ 100 milhões.

Merece destaque a instalação de um posto avançado da AGU no TCU, a fim de representar extrajudicialmente os órgãos da União ou, se necessário, agilizar a propositura de medidas judiciais, em decorrência de condenações, para recuperar verbas



desviadas por agentes públicos. O sucesso da experiência deu origem a dois novos escritórios de representação, um no Conselho Nacional de Justiça e outro na Câmara dos Deputados.

Nos casos em que a via judicial pôde ser evitada, os esforços voltaram-se para os processos de conciliação. Além de acelerar a resolução de litígios, culminaram em melhores acordos para a União, possibilitando, inclusive, que os entes públicos envolvidos tivessem a oportunidade de construir o resultado em conjunto. Até 2009, 64 processos foram encerrados por conciliação.

Consultoria e assessoramento jurídico

No âmbito da consultoria e do assessoramento jurídico para a formalização de licitações e contratos – que correspondem a mais da metade do volume de trabalho da AGU –, alternativas para a resolução de conflitos emergiram da edição de normas e da construção de entendimentos sobre os temas mais recorrentes.

Minimizaram-se, dessa forma, o trâmite desnecessário de processos e a divergência de pareceres sobre um mesmo assunto na Administração Pública. Foi um primeiro passo rumo a uma cultura administrativa mais dinâmica, equilibrada e menos burocrática.

Um exemplo da nova mentalidade de gestão foi a formação de um Grupo de Trabalho (GT) que se debruçou sobre os aspectos mais relevantes e controversos das licitações e dos contratos, especialmente nas hipóteses de contratação direta por meio de dispensa e inexigibilidade. As atividades, que envolveram a AGU e a Procuradoria-Geral Federal (PGF), deram origem a 28 Orientações Normativas (ONs) editadas em 2009. No ano seguinte, outro GT se formou para discutir os processos licitatórios e as minutas-padrão de editais, contratos e convênios. Com isso, mais 4 ONs foram publicadas até abril de 2010.

Também visando à prevenção de disputas litigiosas e à simplificação dos processos, uma nova regulamentação sobre as Súmulas da AGU dispensou a instrução normativa para desistência ou não apresentação de recursos em juízo. Com isso, a partir de 2008, os representantes judiciais da União, das autarquias e das fundações federais foram autorizados a reconhecer a procedência do pedido, a não contestar, a não recorrer ou a desistir dos recursos já interpostos sempre que houvesse jurisprudência sobre o tema no Supremo Tribunal Federal (STF) ou nos Tribunais Superiores e a matéria estivesse sumulada pela AGU.

Do mesmo modo, os integrantes dos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico da AGU, da PGF e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil também puderam reconhecer pedidos administrativos. Além disso, coube a eles orientar os demais organismos a deferir administrativamente os pedidos que estivessem em integral consonância com a Súmula da AGU.

Demandas da AGU resolvidas por meio de súmulas (2003-2009)

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total geral
2.693	2.013	2.365	2.448	2.855	2.516	12.562	27.452

Fonte: AGU

Garantia dos direitos da sociedade

No período 2003-2010, o Governo Federal não apenas definiu e normatizou as políticas públicas como também lutou ativamente pelo direito da população de usufruir da execução das mesmas. A atuação se deu por meio das ações diretas de constitucionalidade e de inconstitucionalidade que tramitaram no Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre as conquistas da AGU, destacaram-se a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; a anistia ampla, geral e irrestrita relativa ao período do regime militar; e a desapropriação de toda a gleba rural onde houve cultivo de psicotrópicos.





CRÉDITO DAS IMAGENS

IMAGENS CEDIDAS POR:

Agência Brasil
Agência Petrobrás de Notícias
Agrosoft
Apex
Bahia Econômica
Casa Civil
Controladoria Geral da União
Eletronorte
Embraer
Embrapa
Embratur
Fiocruz
Força Nacional
Infraero
Itaipu Binacional
Ministério da Agricultura
Ministério da Cultura
Ministério da Defesa
Ministério da Integração
Ministério da Justiça
Ministério da Pesca e Aquicultura
Ministério da Previdência Social
Ministério da Saúde
Ministério das Cidades
Ministério das Comunicações
Ministério de Ciência e Tecnologia
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministério do Esporte
Ministério do Meio Ambiente
Ministério de Minas e Energia
Ministério do Trabalho e Emprego
Ministério do Turismo
ONU
Polícia Federal
Portal Brasil/Reprodução
Portal da Transparência/Reprodução
Portal dos Convênios/Reprodução
Presidência da República
Secom/PR
Secretaria de Turismo do Ceará
Suframa
Única



